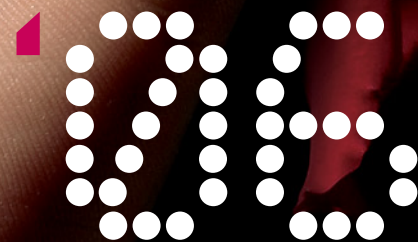


RELATÓRIO E CONTAS
VOLUME I

Millennium
bcp



RELATÓRIO E CONTAS
VOLUME I



ÍNDICE



04	4	SÍNTESE DE INDICADORES			
06	6	MENSAGEM DO PRESIDENTE			
10	10	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO			
12	12	MILLENNIUM BCP			
14	14	Millennium bcp			
16	16	Alterações no Governo Corporativo			
24	24	Estratégia			
30	30	A Identidade Millennium	88	88	ANÁLISE FINANCEIRA
33	33	Rede de Distribuição Millennium	90	90	Síntese Financeira
34	34	Colaboradores	91	91	Análise Financeira
			116	116	Gestão dos Riscos
36	36	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E COMPETITIVO			
			136	136	O TÍTULO BCP NA BOLSA DE VALORES
44	44	ANÁLISE POR ÁREAS DE NEGÓCIO			
46	46	Análise por Áreas de Negócio	144	144	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
47	47	Banca de Retalho			
53	53	Corporate e Empresas	146	146	PRINCIPAIS EVENTOS DE 2006
57	57	Private Banking e Asset Management			
63	63	Banca de Investimento	150	150	ÓRGÃOS E CORPOS SOCIAIS
67	67	European Banking			
74	74	Overseas Banking	152	152	PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS
80	80	Serviços Bancários			
83	83	Áreas Corporativas	154	154	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
85	85	Millenniumbcp Fortis			
			158	158	AGENDA DE EVENTOS



SÍNTESE DE INDICADORES

Síntese de Indicadores

Milhões de euros

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Activo total	79.259	76.850	71.320	3,1%
Crédito a clientes (líquido)	56.660	52.696	48.687	7,5%
Recursos totais de clientes	57.239	56.135	51.390	2,0%
Situação líquida e Passivos subordinados	7.775	7.208	6.990	7,9%
Margem financeira	1.405,8	1.291,6	1.164,8	8,8%
Produto bancário	2.703,7	2.402,9	2.242,4	12,5%
Custos operacionais	1.543,7	1.555,7	1.624,5	-0,8%
Imparidade				
Do crédito (líq. de recuperações)	127,6	23,0	107,1	--
De outros riscos	35,4	56,0	87,4	-36,8%
Impostos sobre lucros	164,7	119,0	47,6	38,4%
Interesses minoritários	52,0	39,0	0,4	33,4%
Resultado recorrente	780,3	610,2	528,2	27,9%
Resultado de operações não recorrentes	(0,4)	143,3	78,3	--
Lucro líquido atribuível ao Banco	779,9	753,5	606,5	3,5%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	20,6%	24,1%	24,0%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE) recorrente	20,8%	19,5%	21,0%	
Resultados antes de imposto e interesses minoritários / Capitais próprios médios	25,5%	28,3%	25,0%	
Produto bancário / Activo líquido médio	3,5%	3,2%	2,9%	
Rendibilidade do activo médio (ROA)	1,0%	1,0%	0,8%	
Resultados antes de imposto e interesses minoritários / Activo líquido médio	1,3%	1,2%	0,9%	
Crédito vencido a mais de 90 dias / Crédito total	0,8%	0,8%	0,8%	
Crédito com incumprimento / Crédito total	1,1%	1,1%	1,1%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq.	-1,1%	-1,4%	-1,4%	
Imparidade para crédito / Crédito vencido a mais de 90 dias	287,0%	301,6%	325,4%	
Rácio de solvabilidade – Banco de Portugal				
Tier I	7,3%	7,4%	8,1%	
Total	11,9%	12,9%	11,9%	
Capitalização bolsista (acções ordinárias)	10.112	8.361	6.156	
Resultado líquido recorrente por acção (euros)				
Básico	0,20	0,18	0,16	
Diluído	0,20	0,16	0,14	
Valores de mercado por acção (euros)				
Máximo	2,88	2,39	2,19	
Mínimo	2,14	1,88	1,66	
Fecho	2,80	2,33	1,89	
Sucursais				
Portugal	864	909	1.008	-5,0%
Estrangeiro	614	642	632	-4,4%
Colaboradores				
Portugal	10.876	11.510	12.487	-5,5%
Estrangeiro	8.449	8.138	8.079	3,8%

Nota: Informação em base comparável. Exclui os impactos das subsidiárias alienadas e das operações de natureza não recorrente.



05

MENSAGEM DO PRESIDENTE



I. Decorridos quase dois anos desde que me foi confiada a responsabilidade de liderar o nosso Banco, entendo ser este o momento oportuno para vos descrever as principais concretizações que marcaram este tempo, especialmente rico na vida da Instituição. Este foi um período ao longo do qual a actividade do Millennium bcp cresceu de forma sustentada, em simultâneo com importantes transformações ao nível organizacional e no modelo de governo da Sociedade, culminando com a afirmação de uma nova identidade multidoméstica, reforçada pelo alinhamento estratégico e operativo, bem como pela uniformização da marca Millennium nas operações internacionais. Estamos agora, por conseguinte, bem preparados para a próxima etapa de ganho de dimensão e reforço da capacidade competitiva do Banco nos países em que estamos presentes.

II. As prioridades estratégicas do Banco reflectiram-se na prossecução das metas definidas no Programa Millennium, iniciado no final de 2003 e com o qual se definiram objectivos concretos e ambiciosos, tendo resultado na implementação de um conjunto alargado de medidas, que permitiram atingir patamares superiores de rentabilidade. O sucesso deste programa, expresso no elevado grau de concretização atingido em anos anteriores, levou a que os objectivos financeiros inicialmente estabelecidos tivessem sido revistos em alta, reforçando assim o compromisso com novas metas a serem alcançadas até ao final de 2008: um crescimento médio anual das receitas de dois dígitos; um rácio de eficiência em Portugal inferior a 50%; um custo do risco não superior a 30 pontos base ao longo do ciclo económico; um crescimento médio anual dos resultados por acção de 20%; um ROE entre 17 e 20% para as operações internacionais e a preservação de um rácio de capital *core tier I* superior a 5,5%.

III. Os principais indicadores relativos ao exercício de 2006 demonstram, novamente, que as metas assumidas estão a ser cumpridas ou, inclusivamente, superadas. Com efeito, os resultados líquidos consolidados atingiram 780 milhões de euros neste exercício, o maior resultado de sempre do Banco, proporcionando uma rentabilidade dos capitais próprios de 20,6%. Em base comparável, excluindo o impacto das operações de natureza não recorrente, os resultados líquidos do Grupo registaram um incremento de 27,9% face a 2005, evidenciando o desempenho favorável dos proveitos, nomeadamente, da margem financeira, das comissões e dos resultados em operações financeiras, bem como a redução dos custos operacionais. Este desempenho reflecte a dinâmica notável da actividade comercial ao longo do exercício, tendo-se revelado determinante o excelente desempenho da Banca de Retalho em Portugal, além do excelente crescimento de 51% da contribuição líquida, em base recorrente, das operações internacionais, com destaque para as actividades desenvolvidas na Polónia, Grécia e Moçambique. Os indicadores patrimoniais comprovam a qualidade da carteira de crédito e o elevado grau de cobertura dos riscos de crédito, bem como a adequação dos níveis de solvabilidade.



IV. Em 2006, foi adoptado um novo modelo de governo corporativo, baseado no modelo dualista que constitui a referência internacional neste domínio, assegurando uma clara separação dos poderes de gestão e supervisão, e a sua articulação com um sistema interno de controlo e equilíbrio entre os diferentes órgãos sociais. A definição do novo modelo teve subjacente um conjunto de princípios fundamentais, nomeadamente, a equidade, a protecção dos direitos de todos os Accionistas, a transparência, a divulgação de informação e o alinhamento do desempenho dos decisores com os interesses dos *Stakeholders*. A gestão da Sociedade compete ao Conselho de Administração Executivo, o qual é composto por membros profissionais, com dedicação exclusiva e total autonomia. Ao Conselho Geral e de Supervisão, com maioria de membros independentes, estão atribuídas funções de acompanhamento, fiscalização, supervisão e aconselhamento, apoiando-se em Comissões especializadas, nas quais se integram membros peritos. Este modelo vem reforçar e complementar as alterações que tinham sido introduzidas logo em Março de 2005, através das quais se tinha corporizado uma estrutura interna assente em Comitês de Coordenação Executiva e Comissões Societárias, orientada por princípios de gestão que privilegiam a capacidade de decisão e a responsabilização pelos resultados obtidos.

V. Ao longo do último exercício, o Millennium bcp afirmou, de forma inequívoca, o compromisso com os mercados onde já estava presente (Portugal, Polónia, Grécia, Moçambique, Turquia e Estados Unidos da América), ou onde pretendeu alargar a sua presença (Roménia e Angola), tendo concluído o processo de alienação de operações consideradas não estratégicas em França, Luxemburgo, Canadá e Macau, e ainda o Interbanco em Portugal. Foram dados passos significativos para a reafirmação de um Banco com uma identidade supranacional: a aposta em Angola, consubstanciada na ambição de ser líder; o anúncio do lançamento em 2007 de uma operação de raiz na Roménia, com o objectivo de capturar uma quota relevante deste mercado em acelerado crescimento, através de uma rede de balcões enfocada e complementada por uma abordagem especializada; o reforço da posição no capital do Bank Millennium de 50% para 65%; o plano de expansão da rede de balcões na Polónia e na Grécia; a criação de centros de excelência, permitindo a partilha de melhores práticas, o alinhamento de níveis de serviços de excelência e a redução de custos de funcionamento e a conclusão do projecto de centralização da plataforma de *hardware*.

VI. O processo de alinhamento de todas as operações internacionais, realizado em 2006, culminou com a introdução da marca Millennium em todas as operações, permitindo a criação de uma identidade comum e transversal no Grupo, com a resultante visibilidade e valorização da marca, com consequências também na redução de custos, permitindo a captura de sinergias, traduzindo-se ainda numa coordenação mais eficaz das estratégias de *marketing* diversificadas.

VII. A Gestão de Riscos e o Controlo Interno assumiram em 2006 um papel particularmente importante face às alterações regulamentares que se antecipam, nomeadamente, a preparação para a implementação do novo Acordo de Basileia II em Janeiro de 2008, destacando-se a opção do Banco pela metodologia mais avançada na avaliação das exigências de capital em relação à carteira de crédito, adoptando o *IRB Advanced* para riscos de crédito e o *Standardized Approach* para o risco operacional em Portugal, Polónia e Grécia. Destaque ainda em 2006 para o lançamento de um projecto de Controlo Interno extensível a todas as operações internacionais e para a consolidação das actividades do Compliance Officer e do Risk Officer.

VIII. A gestão das pessoas foi reafirmada como uma prioridade, procurando-se criar um melhor lugar para trabalhar, medido pelos índices de motivação e satisfação dos Colaboradores. A concretização desta prioridade assenta na avaliação do desempenho e na recompensa, na mobilidade e gestão de carreiras, na formação e em benefícios sociais. Merecem especial destaque, neste âmbito, (i) o Projecto Everest, pelo qual foi efectuada a definição das competências necessárias para as várias funções-tipo; (ii) os Estágios de Verão, para os jovens qualificados das melhores Faculdades; (iii) o Programa de Gestão de Talentos e (iv) a nomeação do Chief Talent Officer.

IX. Foi ainda efectuada a análise, selecção, decisão e empenho na concretização de operações de natureza transformacional, que contemplem oportunidades de crescimento e criação de valor. O lançamento da Oferta Pública de Aquisição sobre o Banco BPI, em 13 de Março de 2006, constituiu uma decisão natural, oportuna e com reconhecida racionalidade estratégica e financeira, a saber: consolidação do mercado doméstico, reforço da posição de liderança, ganhos de dimensão e criação de valor através da obtenção de sinergias. A combinação resultante dos dois bancos originará uma instituição com dimensão e protagonismo reforçados nos contextos português e internacional, potenciando a obtenção de sinergias significativas, a partilha de melhores práticas e competências e a integração dos planos de expansão internacional, reflectindo-se em acréscimos significativos de eficiência, competitividade e valor. Face aos trâmites e prazos processuais subsequentes, prevê-se que a conclusão desta operação venha a ocorrer no primeiro semestre de 2007.

X. A estratégia do Millennium bcp continuará a assentar na melhoria da rendibilidade, consubstanciada na prossecução da optimização do desempenho operacional, na promoção do crescimento que permita sustentar a independência estratégica e gerar valor adicional, em estrito respeito pela gestão criteriosa do capital, criando valor para além das expectativas dos Accionistas e respeitando os interesses de todos quantos têm relacionamento connosco.

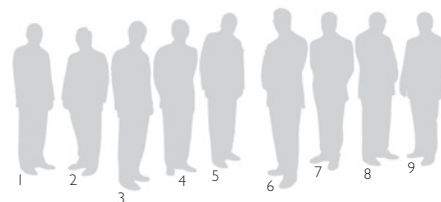


Paulo Teixeira Pinto
Presidente do Conselho de Administração Executivo



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO





1 Boguslaw Kott 2 Francisco de Lacerda
3 António Castro Henriques 4 António Rodrigues
5 Christopher de Beck (Vice-Presidente)
6 Paulo Teixeira Pinto (Presidente) 7 Filipe Pinhal
(Vice-Presidente) 8 Alípio Dias 9 Alexandre Bastos Gomes.



14	Millennium bcp
16	Alterações no Governo Corporativo
24	Estratégia
30	A Identidade Millennium
33	Rede de Distribuição Millennium
34	Colaboradores



O Banco Comercial Português (Millennium bcp) é um caso de sucesso na banca europeia. Criado em 1985, o Millennium bcp é hoje o maior Banco privado em Portugal, com 864 Sucursais, desenvolvendo ainda operações de relevo em mercados internacionais de elevado potencial, dos quais se destacam a Polónia e a Grécia. Detém também operações em Moçambique, Angola, Turquia e Estados Unidos da América. Todas as operações operam sob a marca Millennium. A actividade em Portugal representa 85% dos activos totais, 84% dos recursos totais de clientes, 87% do crédito a clientes e 91% dos resultados líquidos recorrentes.

O Millennium bcp está empenhado na construção de um Banco verdadeiramente multidoméstico, com uma identidade supranacional, enfocado na criação de valor nos mercados seleccionados de acordo com um perfil de risco controlado e elevado potencial de crescimento, tomando-se reconhecido internacionalmente pela excelência e inovação na distribuição de produtos e serviços financeiros.

O Millennium bcp oferece uma ampla gama de produtos e serviços, designadamente, produtos de poupança, investimento, crédito imobiliário, crédito ao consumo, banca comercial, leasing, factoring, seguros, banca de investimento, private banking e gestão de activos, entre outros, servindo a sua base de Clientes de forma segmentada. Destaca-se o serviço de banca pela Internet, distinguido a nível europeu pela sua qualidade e inovação: www.millenniumbcp.pt (particulares) e www.millenniumbcp.com (empresas; também disponível em castelhano e inglês).

Desde a sua fundação, o Millennium bcp destaca-se pelo seu dinamismo, inovação, competitividade, elevada rentabilidade e solidez financeira, afirmando-se como líder destacado em várias áreas de negócio financeiro no mercado doméstico e como instituição de referência a nível internacional na distribuição de produtos e serviços financeiros. O BCP apresenta notações de rating de longo prazo elevadas e estáveis: "A1" Moody's / "A" S&P / "A+" Fitch, todos com "Outlook" estável. A capitalização bolsista em 29 de Dezembro de 2006 situava-se em 10,1 mil milhões de euros.

O Millennium bcp tem como objectivo constituir uma referência ao nível da Sustentabilidade, procurando atingir o equilíbrio permanente entre as vertentes económica, social e ambiental.

Estrutura do Grupo

Um Grupo líder focado no negócio de retalho em Portugal, Polónia e Grécia

Millennium
bcp

Portugal

Millennium
bcp

Principais Indicadores

- **Crédito a clientes (líquido):** 48.798 milhões de euros (quota de mercado estimada de 24,9% em Dezembro de 2006)
- **Recursos de clientes:** 47.832 milhões de euros (quota de mercado estimada de 21,4% em Dezembro de 2006)
- **Colaboradores:** 10.876
- **Sucursais:** 864

Polónia

Millennium
bank

Principais Indicadores

- **Crédito a clientes (líquido):** 3.899 milhões de euros (quota de mercado de 13,6% em nova produção de crédito hipotecário até Dezembro de 2006)
- **Recursos de clientes:** 5.120 milhões de euros (quota de mercado de fundos de investimento de 3,6% e de 3,4% em recursos de clientes em Dezembro de 2006)
- **Colaboradores:** 5.089
- **Sucursais:** 354

Grécia

Millennium
bank

Principais Indicadores

- **Crédito a clientes (líquido):** 2.885 milhões de euros (quota de mercado estimada de 3,3% em nova produção de crédito hipotecário até Dezembro de 2006)
- **Recursos de clientes:** 2.525 milhões de euros (quota de mercado de 0,9% estimada em Setembro de 2006)
- **Colaboradores:** 1.209
- **Sucursais:** 148

Outros

Millennium
bim

Millennium
Angola

Millennium
bank

Millennium
bcppbank

Principais Indicadores

- **Crédito a clientes (líquido):** 1.078 milhões de euros
- **Recursos de clientes:** 1.762 milhões de euros
- **Colaboradores:** 2.151
- **Sucursais:** 112



ALTERAÇÕES NO GOVERNO CORPORATIVO

O Millennium bcp, consciente de que a confiança na instituição é um requisito fundamental para que se consigam atingir os objectivos definidos, prosseguiu o esforço de melhoria contínua na forma de organização da Sociedade e de criação de mecanismos de fiscalização e controlo que permitam reforçar a sua credibilidade e solidez e aprovou, em 2006, um novo modelo de governo da Sociedade.

Tendo presente as alterações da legislação portuguesa nesta matéria e com base nas melhores práticas de governo societário, o Conselho de Administração Executivo apresentou, na Assembleia Geral Anual, uma proposta de revisão do contrato de Sociedade. O novo modelo de governo dualista adoptado incorpora os principais critérios de avaliação do Bom Governo Societário – equidade, transparência, alinhamento interno e responsabilização – e adopta as práticas que permitem alcançar os objectivos dos melhores modelos de governo societário – separação de funções, especialização da supervisão, controlo financeiro e de gestão, controlo de risco, minimização do conflito de interesses e orientação para a Sustentabilidade.

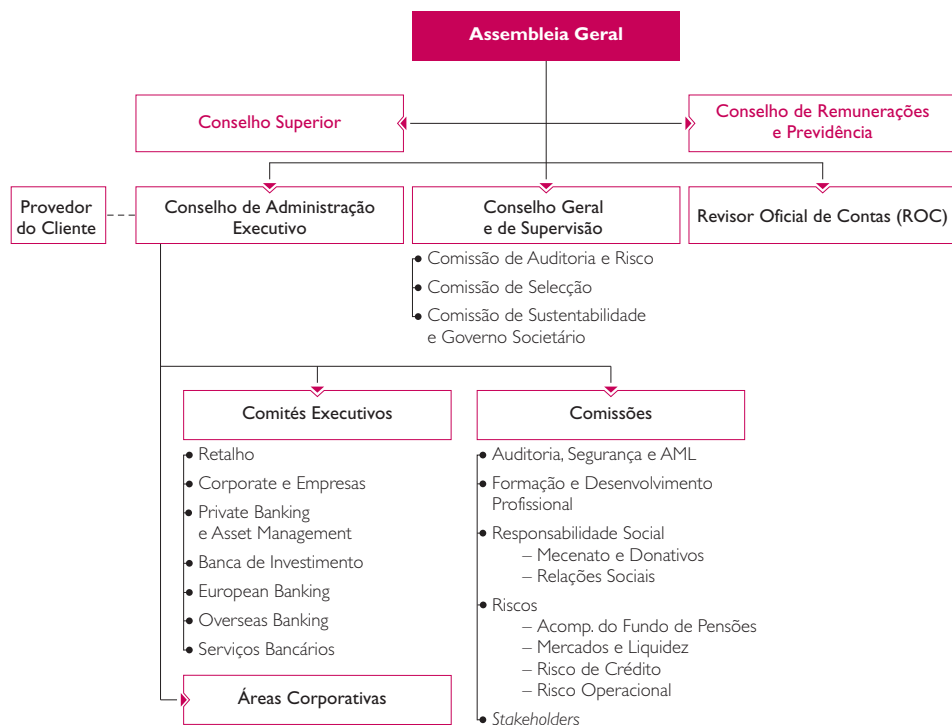
■ Critérios principais em que se baseia o Modelo de Governo Corporativo do Millennium bcp

Equidade	Assegurar a protecção dos direitos de todos os Accionistas, sem esquecer os restantes <i>Stakeholders</i> ;
Transparência	Fornecer atempadamente aos Accionistas e demais <i>Stakeholders</i> informação adequada, completa e rigorosa (e comparável) sobre o desempenho da empresa;
Alinhamento Interno	Implementar normas, procedimentos e incentivos na empresa que assegurem o alinhamento do desempenho dos decisores com os interesses dos <i>Stakeholders</i> ;
Responsabilização	Garantir a devida responsabilização dos decisores.

Este modelo organizativo cumpre os requisitos definidos pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e pela Recomendação 2005/162/CE da União Europeia e os critérios nucleares de outras fontes internacionais, como o *Combined Code* e o *Sarbanes Oxley Act*.

Modelo de Governo Dualista

Foi aprovado, na Assembleia Geral Anual, um modelo dualista, que assegura a separação de poderes: gestão executiva, supervisão, e o sistema interno de controlo e equilíbrio entre esses poderes.



Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão máximo da Sociedade e representa a universalidade dos Accionistas, competindo-lhe eleger e destituir a sua própria Mesa, os Membros dos Órgãos de Administração, Supervisão e Fiscalização, o Auditor Externo, aprovar a alteração do contrato de Sociedade, deliberar sobre o relatório e contas e as propostas de aplicação de resultados, sobre as matérias que lhe sejam submetidas a pedido dos Órgãos de Administração e Fiscalização e, em geral, deliberar sobre todas as matérias que lhe sejam especialmente atribuídas pela Lei ou pelo contrato de Sociedade, ou que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos da Sociedade.

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria simples de votos emitidos, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada, destacando-se neste caso as deliberações sobre alteração do contrato de Sociedade que devem ser aprovadas por dois terços ou três quartos dos votos emitidos tudo conforme artigo 21.º do dito contrato.

Conselho Superior

Este corpo social, eleito em Assembleia Geral, é exclusivamente composto por Accionistas do Banco. Ao Conselho Superior é cometido o especial acompanhamento da vida social, incumbindo-lhe, mediante parecer prévio, pronunciar-se sobre os mais relevantes aspectos da actividade do Banco e do Grupo, nomeadamente, sobre: política geral de gestão; plano de actividades; orçamentos e planos de investimentos anuais; pedido de convocação de Assembleia Geral e propostas ou relatórios a



submeter a esta; relatório de gestão e contas anuais; extensões ou reduções importantes da actividade da Sociedade e modificações importantes na organização da empresa; mudança de sede; aumentos de capital social e projectos de cisão, fusão e transformação da Sociedade.

Conselho Geral e de Supervisão

O Conselho Geral e de Supervisão é o órgão ao qual compete a supervisão da Sociedade em geral e, em particular; a fiscalização da actividade do Conselho de Administração Executivo e do Revisor Oficial de Contas. O Conselho Geral e de Supervisão é composto por membros em número superior ao do Conselho de Administração Executivo e com maioria de independentes, entendendo-se como tal pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade. O Conselho Geral e de Supervisão tem 11 membros efectivos e 4 suplentes, todos não executivos, sendo qualificados como Independentes 7 dos seus membros. O Presidente do Conselho de Administração Executivo deverá participar nas reuniões do Conselho Geral e de Supervisão, sem direito de voto.

O Conselho Geral e de Supervisão acompanha, fiscaliza, supervisiona e aconselha o Conselho de Administração Executivo e delibera, nomeadamente, nas seguintes matérias: revisão e parecer sobre Relatório de Gestão e Contas; políticas e sistemas de Controlo Interno; política de Gestão de Riscos; política de *Compliance*; independência do Revisor Oficial de Contas e Auditores Externos; competências e composição do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo do Banco e das empresas subsidiárias; parecer sobre a designação dos membros dos órgãos e corpos sociais do Banco e das empresas subsidiárias; políticas de Sustentabilidade e políticas de Governo da Sociedade. Compete também ao Conselho Geral e de Supervisão emitir voto anual de confiança nos Membros dos Órgãos de Administração, substituir em caso de falta ou impedimento membros do Conselho de Administração Executivo e convocar a Assembleia Geral quando entenda conveniente. O Conselho Geral e de Supervisão é assessorado por três Comissões especializadas, compostas por alguns dos seus Membros Peritos em cada umas das áreas da respectiva especialidade.

O Conselho Geral e de Supervisão dispõe de instalações e estrutura de apoio próprias que integram 9 Colaboradores em regime de exclusividade de funções.

Para informação mais detalhada sobre a actividade prosseguida pelo Conselho Geral e de Supervisão, remete-se para o respectivo relatório de actividade, a submeter à Assembleia Geral Anual de 2007, incluído no volume II do Relatório e Contas.

Comissões Especializadas e respectivas funções

O Conselho Geral e de Supervisão tem capacidade para nomear Comissões, que o coadjuvarão no exercício das respectivas funções. Sem prejuízo de outras que entenda instituir, o Conselho Geral e de Supervisão nomeará obrigatoriamente uma Comissão de Auditoria e Risco, uma Comissão de Selecção e uma Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário.

As Comissões terão a composição que em cada momento for determinada pelo Conselho Geral e de Supervisão, incluindo obrigatoriamente pelo menos dois Membros Conselheiros efectivos, que exercerão as funções de Presidente e Vice-Presidente. Para além dos Membros Conselheiros, poderão ainda integrar as mesmas Membros Peritos, cuja nomeação se justifique em consequência do contributo que, em função da respectiva formação académica e experiência profissional, possam trazer ao bom funcionamento e desempenho de cada Comissão, devendo estes últimos celebrar com a Sociedade contrato de perito, a outorgar pelo Conselho Geral e de Supervisão.



Comissão de Auditoria e Risco

Sendo o Banco Comercial Português uma sociedade com acções admitidas à cotação, a Lei impõe que seja delegada numa Comissão a responsabilidade pelo desempenho das funções de fiscalização das matérias financeiras, devendo esta comissão integrar pelo menos um membro independente com curso superior adequado ao exercício das funções e conhecimentos de auditoria e contabilidade. Esta Comissão foi nomeada na primeira reunião do Conselho Geral e de Supervisão, tendo adoptado a denominação de Comissão de Auditoria e Risco.

A Comissão de Auditoria e Risco coadjuva e aconselha o Conselho Geral e de Supervisão em matérias relativas ao Relatório de Gestão e Contas do Exercício, aos Sistemas de Controlo Interno, à política de Gestão de Riscos, à política de *compliance*, independência do Revisor Oficial de Contas e Auditores Externos.

Competem à Comissão de Auditoria e Risco as funções referidas nos n.º 5 e 6 do artigo 432.º e nas alíneas f) a o) do artigo 441.º do Código das Sociedades Comerciais e ainda todas as matérias que lhe forem submetidas pelo Presidente do Conselho Geral e de Supervisão ou por deliberação do Conselho Geral e de Supervisão.

À **Comissão de Seleção** compete emitir parecer sobre as competências necessárias à composição do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo e sobre o preenchimento de eventuais vagas ocorridas neste último. Poderá ainda emitir parecer sobre as listas de órgãos e corpos sociais no contexto de preparação das assembleias gerais electivas e, quando solicitado, emitir parecer sobre o voto anual de confiança nos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização.

Compete à **Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário** propor as linhas gerais da política de governo societário do Banco, apoiando e supervisionando o Conselho de Administração Executivo na sua execução, bem como propor a definição da estratégia de desenvolvimento sustentado e responsabilidade social da actividade da Sociedade, no respeitante à criação e reforço das condições para o seu crescimento sustentado, nas vertentes económica, ambiental e social.

Conselho de Administração Executivo

O Conselho de Administração Executivo exerce poderes de administração da Sociedade e, de acordo com o modelo de governo dualista adoptado pelo Banco, apenas integra membros executivos, competindo-lhe os mais amplos poderes de gestão e representação da Sociedade. O Conselho de Administração Executivo é eleito em Assembleia Geral e o mandato actualmente em curso é de 2005/2007.

No que respeita à organização interna da Sociedade e à estrutura de decisão, importa referir a existência de um conjunto de Comités e Comissões que, para além dos Administradores a quem tenha sido cometido o especial acompanhamento das matérias do âmbito de actuação dos mesmos, integram ainda os Colaboradores do Banco ou do Grupo primeiros responsáveis pelas respectivas áreas. Este modelo organizacional foi implementado em 2005 e baseia-se numa estrutura assente em Comités de Coordenação Executiva e Comissões Societárias, orientada por princípios de gestão que privilegiem a capacidade de decisão e responsabilização pelos resultados atingidos.

Comités Executivos

Existem 7 Comités Executivos: Retail; Corporate e Empresas; Private Banking e Asset Management; Banca de Investimento; European Banking; Overseas Banking; e Serviços Bancários. O objectivo dos Comités Executivos é facilitar a articulação das decisões de gestão corrente, envolvendo a Direcção de topo das unidades integradas em cada uma das Áreas de Negócio e na Unidade de Serviços Bancários, com a missão de alinhar perspectivas e suportar a tomada de decisões de gestão por parte do Conselho de Administração Executivo.



Comissões

As Comissões Societárias acompanham e monitorizam as actividades do Banco em diversas áreas de intervenção: Auditoria, Segurança e Anti-Money Laundering (AML), Formação e Desenvolvimento Profissional; Responsabilidade Social; Riscos.

Foi constituída a Comissão de *Stakeholders*, órgão consultivo do Conselho de Administração Executivo e de relacionamento com os principais *Stakeholders*, composta por representantes de Accionistas, Trabalhadores, Consumidores, Fornecedores e por convite a individualidades de mérito e prestígio reconhecidos.

Provedor do Cliente

O Provedor do Cliente é uma entidade independente que tem por missão a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos Clientes do Millennium bcp que se lhe dirijam, recomendando a adopção ou alteração de práticas ou procedimentos.

A sua actuação está disciplinada pelo Regulamento do Provedor do Cliente, que pauta os procedimentos pelos princípios da imparcialidade, celeridade, gratuidade e confidencialidade. A figura do Provedor do Cliente está adequadamente divulgada no portal do Millennium bcp no *link* do Provedor, no qual se presta informação, designadamente, do modo como devem ser deduzidas as reclamações ou queixas, tendo-se acesso directo ao Regulamento.

Em 2006, o cargo de Provedor do Cliente continuou a ser desempenhado pelo Sr. Dr. Eduardo Consiglieri Pedroso, pessoa com reconhecida competência e larga experiência na actividade bancária, sem vínculo laboral ao Banco Comercial Português ou a sociedade ou instituição por este controlada. Dispõe de gabinete e estruturas de funcionamento próprias, com três Colaboradores em exclusividade.

Revisor Oficial de Contas (ROC)

No modelo dualista adoptado pelo Banco Comercial Português, compete ao Revisor Oficial de Contas (ROC), designadamente, verificar a regularidade dos livros e registos contabilísticos, a exactidão dos documentos de prestação de contas, as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, devendo elaborar anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora.

O ROC é eleito pelos Accionistas em Assembleia Geral por mandatos de três anos, sendo o mandato em curso de 2005/2007. A função é desempenhada pela sociedade KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Vítor Ribeirinho, sendo Suplente Ana Cristina Soares Valente Dourado.

Conselho de Remunerações e Previdência

Este Conselho fixa a remuneração do Conselho de Administração Executivo e aprova a política orientadora dessa mesma remuneração. Esta política foi, exaustivamente, divulgada no relatório do Governo da Sociedade relativo ao exercício de 2005, e será, na Assembleia Geral que aprovar as contas de 2007, submetida à apreciação dos Accionistas. Este Conselho é composto por Accionistas eleitos em Assembleia Geral, sendo o mandato em curso de 2005/2007, e tem a seguinte composição:

Presidente: António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves
Vogais: João Alberto Ferreira Pinto Basto
Pedro Maria Calaiinho Teixeira Duarte

Política de Remuneração do Conselho de Administração Executivo

De acordo com as melhores práticas, foi estabelecido que o Conselho de Remunerações e Previdência, órgão que emana da Assembleia Geral, fixa as Remunerações para os membros do Conselho de Administração Executivo. Todos os membros do Conselho de Remunerações e Previdência são Accionistas.

No final do exercício de 2005, o Conselho de Remunerações e Previdência aprovou a política de remuneração em vigor, que foi levada ao conhecimento dos Senhores Accionistas por ter sido incluída no Relatório do Governo da Sociedade relativo ao exercício de 2005.

Os componentes da remuneração total são:

- Remuneração Anual Fixa: o Conselho de Remunerações e Previdência, com base em *benchmarks* internacionais, fixa a remuneração do Presidente, variando as dos Vice-Presidentes entre 85% e 60%, e as dos vogais entre 60% e 40%, ambas em função da do Presidente;
- Remuneração Anual Variável: até 350% da Remuneração Anual Fixa (depende do cumprimento de objectivos fixados);
- Remuneração Plurianual Variável: até 250% da Remuneração Anual Fixa (depende do cumprimento de objectivos de médio prazo definidos para a remuneração anual variável).

A Remuneração Variável é função do desempenho do Banco face a *benchmark* nos seguintes indicadores:

- Rendibilidade Total para o Accionista;
- Rendibilidade do Capital Próprio;
- Rácio de Eficiência;
- Crescimento das Receitas e Resultado Líquido.

Para além desta componente comum, é efectuada uma avaliação individual que incorpora o desempenho das áreas de negócio geridas, face ao ano anterior; sendo igualmente feita uma avaliação qualitativa da capacidade de liderança e do contributo para a imagem e representação do Banco.

Pelo exercício das respectivas funções, os membros do Conselho de Administração Executivo não recebem compensações adicionais às que são comunicadas pelo Banco.

Regime de reforma

Nos termos do deliberado pelo Conselho de Remunerações e Previdência, têm direito a complemento de reforma os membros do Conselho de Administração Executivo com carreira contributiva principal em Portugal, que atinjam 65 anos de idade ou completem 30 anos de actividade profissional ou que fiquem em situação de invalidez permanente para o trabalho.

O Banco Comercial Português apresenta o Relatório de Governo da Sociedade no Volume II do Relatório e Contas.



Avaliação Independente da Heidrick & Struggles

Em seguida transcreve-se o quadro indicativo da avaliação independente elaborada pela Heidrick & Struggles ao Modelo de Governo do Grupo BCP, tendo em consideração o cumprimento das Boas Práticas Internacionais, nomeadamente o Estilo de Governo, a Composição dos seus respectivos Órgãos de Governo e o Nível de Transparência na Comunicação e Compromisso com os princípios e Boas Práticas de *Corporate Governance*.

Estrutura	A estrutura do Modelo de Governo do Grupo BCP é Dualista.
Compromisso com o <i>Corporate Governance</i>	Aparece claramente comunicado o compromisso do Grupo BCP com os princípios e boas práticas do <i>Corporate Governance</i> nacionais e internacionais.
Número de Comitês ao serviço do Conselho (função de Supervisão)	O número de Comitês com funções de supervisão dos órgãos de governo do Grupo BCP são 4, onde estão incluídas as funções do Conselho de Remunerações e Previdência, Comissão de Auditoria e Risco, Comissão de Selecção e Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário. Esta estrutura de Comitês de suporte transforma o Modelo de Governo do Grupo BCP numa boa prática internacional.
Presença de Membros não Executivos Independentes no Órgão de Supervisão	O Conselho Geral e de Supervisão do Grupo BCP tem mais de 50% dos seus membros independentes. Este estatuto de independência pode ser verificado em função dos critérios da CMVM, do <i>Combined Code</i> inglês, das recomendações da União Europeia e do <i>Sarbannes Oxley</i> . Uma vez mais esta política faz do Modelo de Governo do Grupo BCP uma boa prática internacional.
Presença de Membros Estrangeiros nos Órgãos de Governo	A existência de mais de dois membros estrangeiros nos órgãos de supervisão do Grupo BCP reforçam a classificação do seu Modelo de Governo como uma boa prática internacional, e em simultâneo facilitam a adaptação e o contributo multicultural, reforçando a aposta de expansão internacional do Grupo.
Presidência de todos os Comitês de Suporte à Função de Supervisão	Todos os Comitês de suporte à função de supervisão são presididos por Membros Não Executivos, como é recomendado pelas boas práticas internacionais.
Presença de Membros Não Executivos Independentes nos Comitês de Suporte da Função de Supervisão	Em todos os Comitês de suporte à função de supervisão do Modelo de Governo do Grupo BCP pode verificar-se a presença de Membros Não Executivos Independentes (conforme recomendado para uma boa prática internacional em <i>Corporate Governance</i>). Adicionalmente, todos eles são constituídos exclusivamente por Membros Não Executivos, o que reforça a classificação do Modelo de Governo do Grupo como uma boa prática internacional.

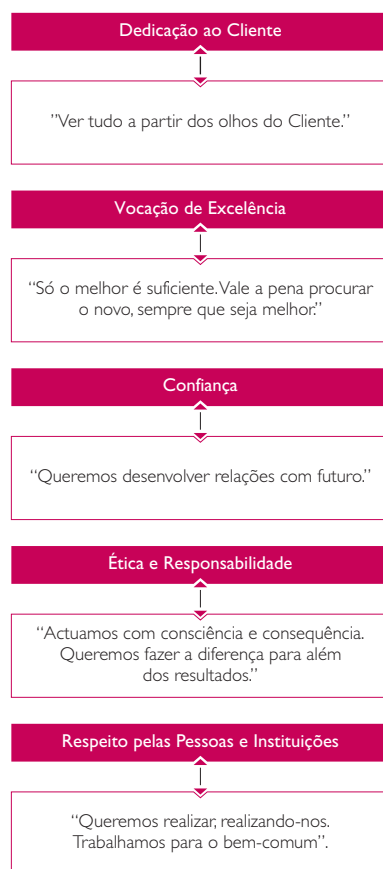


Estão claramente identificados todos os Membros Não Executivos Independentes do Órgão e Supervisão?	Sim.
Está claramente comunicado o número de reuniões dos Órgãos de Supervisão, Gestão e os seus Comités de Suporte?	Sim.
É feita a divulgação da idade de cada Membro dos Órgãos de Supervisão e de Gestão?	Sim.
É comunicado o início e o fim de mandato de cada Membro Executivo e não Executivo?	Sim.
Estão identificadas as principais posições executivas?	Sim.
Estão identificadas as posições dos Membros noutros Órgãos Sociais?	Sim.
É comunicado o número de acções do Grupo que possui cada um dos membros do CGS e do CAE?	Sim.
É claramente explicado o modelo de compensação dos Membros do Conselho de Administração Executivo?	Sim.
É feita a divulgação entre a remuneração dos Membros Executivos e Não Executivos?	Sim.
É feita a divulgação individual da remuneração de cada membro do CGS e do CAE?	Não, mas está claramente explicada a razão porque não é feita esta divulgação.
Está claramente identificada e comunicada a lista dos Membros de cada um dos Comités de suporte à Função de Supervisão?	Sim.

De acordo com a Heidrick & Struggles, o Millennium bcp obteve uma classificação de 97% no modelo de avaliação de *Corporate Governance*, sendo a primeira vez que um Banco português entrou no segmento Q3 (o segmento com as melhores classificações), passando a ser considerado uma das melhores instituições financeiras europeias nesta matéria.



Valores



Visão, Aspiração, Prioridades de Actuação e Valores da Empresa

O Millennium bcp pretende afirmar-se como um Banco verdadeiramente multidoméstico, com uma identidade supranacional, enfocado na criação de valor nos mercados seleccionados de acordo com um perfil de risco controlado e elevado potencial de crescimento, tornando-se reconhecido internacionalmente pela excelência e inovação na distribuição de produtos e serviços financeiros.

O aprofundamento do programa de refundação foi erigido, desde 2004, como a prioridade de actuação do Grupo, tendo sido reafirmados os seguintes compromissos estratégicos:

- Curto prazo: materializar na plenitude os compromissos de rentabilidade e crescimento assumidos no Programa Millennium – um programa integrado conducente à melhoria da rentabilidade consolidada e ao fortalecimento dos capitais próprios e valor do Banco até 2006;
- Médio prazo: concretizar um Banco verdadeiramente multidoméstico, através de crescimento rentável e captura de sinergias nos três mercados principais;
- Longo prazo: sustentar a independência estratégica, procurando superar as expectativas dos Accionistas quanto à criação de valor e respeitando as relações com todos os Stakeholders.

Perseguir a excelência em termos de eficiência, serviço ao Cliente e inovação e procurar oportunidades de crescimento disponíveis que acrescentem valor e em estrito respeito pela disciplina de capital, são os novos desafios que se deparam ao Millennium bcp. Para consolidar e alavancar as suas vantagens competitivas, o Grupo estabeleceu como prioridades de actuação comuns a toda a organização:

- Inovação das propostas de valor (crescimento em receitas e recursos);
- Excelência operativa (nível de serviço; melhoria sustentada da eficiência);
- Crescimento em todos os negócios estratégicos (base para independência estratégica);
- Agilidade da organização (orientada ao desempenho);
- Gestão eficiente do capital (enfoque nos negócios estratégicos, gestão do risco).

Princípios-base da estratégia do Millennium bcp

A estratégia do Millennium bcp norteia-se pelos seguintes princípios-base:

- Gestão criteriosa dos fundos próprios, tendo em vista a optimização da sua alocação, consubstanciada no reforço do enfoque nos mercados prioritários e na gestão criteriosa dos riscos e garantindo a sua adequação face às exigências prudenciais e de mercado;

- Melhoria da rentabilidade, consubstanciada na prossecução da optimização da *performance* operacional, através da maximização da *performance* operacional do negócio actual, com especial relevo para o Programa Millennium, e para iniciativas de aproveitamento de oportunidades de melhoria da eficiência, através do redimensionamento do quadro de Colaboradores, racionalização e realocação dos recursos, reengenharia de processos e aumento dos níveis de produtividade de forma sustentada; da preparação para a eventual integração do Banco BPI, S.A. (Banco BPI ou BPI) na sequência da Oferta Pública de Aquisição de acções representativas do capital social do Banco BPI, S.A., lançada a 13 de Março de 2006; e da continuação da optimização das operações na Polónia e na Grécia;
- Promoção do crescimento, através do reforço da presença em outros mercados (Polónia e Grécia) e do desenvolvimento de opções de crescimento em novas áreas ou nichos de mercado de forma oportunística (Angola e Roménia).

Disciplina na Gestão do Capital

Em 2006, foram realizadas operações importantes de alienação ou redução de exposição em activos não estratégicos.

Em Janeiro de 2006, concluiu-se a alienação da participação de 50,001% no capital social do Interbanco, S.A., transacção anunciada em 4 de Agosto de 2005. O adquirente foi o Santander Consumer Finance, S.A., entidade nomeada pela SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., no âmbito do exercício de um direito de preferência. O preço de venda daquela participação foi de 110 milhões de euros. A mais-valia decorrente desta alienação foi de 82 milhões de euros, a que correspondeu um impacto positivo de 20 pontos base no rácio *core tier I*.

Em Julho de 2006, o Banco Comercial Português concretizou a alienação de 80,1% do capital da Banque BCP França e Luxemburgo à instituição financeira francesa Groupe Caisses d'Épargne, pelo preço global de 120 milhões de euros, mantendo o Banco Comercial Português uma participação de 19,9% em cada uma das instituições. Entraram também em vigor os acordos de cooperação com a entidade adquirente, com vista a prosseguir a prestação de serviços bancários no âmbito das remessas financeiras provenientes daqueles dois mercados. A mais-valia decorrente desta alienação foi de 41 milhões de euros, a que corresponde um impacto positivo de 13 pontos base no rácio *core tier I*.

Em Agosto de 2006, o Banco Comercial Português celebrou um acordo com a instituição financeira canadiana BMO Financial Group (ex-Bank of Montreal) para alienação de 100% do capital do bcpbank Canada. Esta alienação foi concluída em Dezembro de 2006, pelo valor de 41 milhões de dólares canadianos, cerca de 27 milhões de euros. A transacção gerou uma mais-valia, antes de impostos, de 8 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 3 pontos base em *core tier I*.

Em Novembro de 2006, foi celebrado um acordo entre o Banco Comercial Português e o Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português e a EDP – Energias de Portugal, tendo em vista a alienação da totalidade da participação do Millennium bcp, representativas de 23,062% do capital social da ONI SGPS, pelo valor de 3 euros. Considerando o valor a que tais participações se encontravam já registadas nos livros do Banco e do Fundo de Pensões, destas alienações não decorre impacto nas respectivas conta de resultados e situação patrimonial. Adicionalmente, o Banco Comercial Português acordou ceder à EDP os créditos sobre o Grupo ONI. Considerando o valor contabilístico,



liquido de provisões, a que tais créditos se encontravam registados, desta cedência não decorre qualquer impacto na conta de resultados do Banco.

A par destas medidas foi ainda realizada uma operação de securitização de crédito hipotecário Magellan Mortgages No4 no montante de 1.500 milhões de euros, cuja colocação internacional decorreu com notável sucesso. Destaca-se também a operação de securitização de crédito hipotecário de 600 milhões de euros do Millennium bank na Grécia, a primeira operação desta natureza efectuada por uma subsidiária de um banco Português.

Melhoria da Rendibilidade

A consolidação da posição de liderança em Portugal integra-se num plano mais vasto conducente à melhoria sustentada da rendibilidade consolidada – Programa de Refundação Millennium, através de um conjunto de iniciativas orientadas à dinamização do negócio, para a melhoria dos indicadores de retenção de Clientes, para uma definição mais rigorosa do *pricing* e para a optimização do modelo de distribuição multicanal. As principais iniciativas incluídas no Programa Millennium, com o objectivo de aumentar a rendibilidade, são as seguintes:

- Na Área de Retalho, os programas “Mais Prestige” – reforço da posição no segmento *Affluent* através da dinamização das vendas e da proposta de valor; e “M3” – reforço da relação com o Cliente e aumento da produtividade na venda;
- Na Área de Corporate e Empresas – incremento das receitas e redução dos custos através da dinamização das vendas e da optimização das margens;
- Gestão optimizada do “*Pricing/Oferta*” – visando racionalizar a oferta em todos os produtos, melhorando a proposta de valor e rendibilidade.

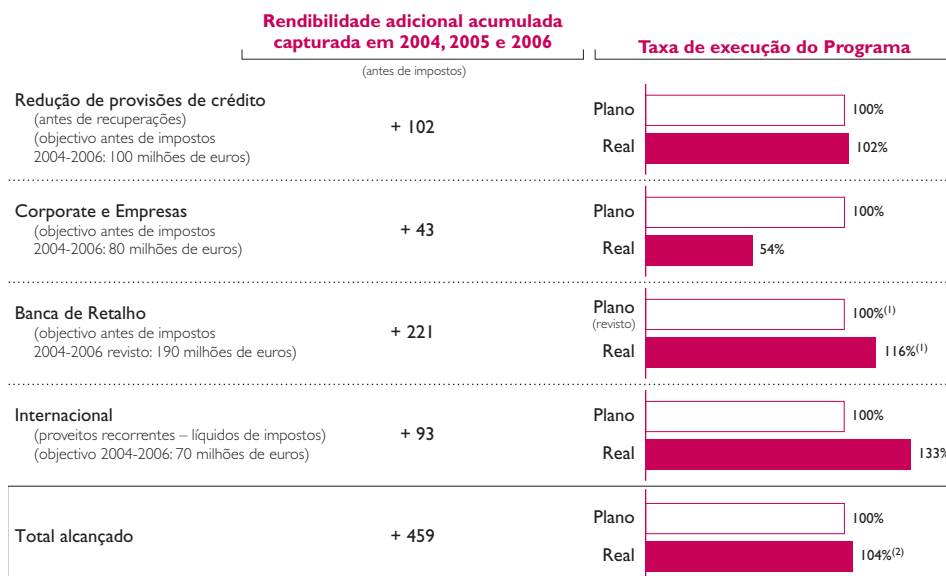
Foram também adoptadas as seguintes iniciativas em termos de optimização de custos:

- Na Área de Processos Corporativos – objectivo de redução em 30% dos custos de estrutura;
- Na Área Operacional – simplificação dos processos, reduzindo custos e simultaneamente optimizando os níveis de serviço através da identificação de programas que visam uma verdadeira transformação operacional;
- Enfoque na gestão de risco de crédito, introduzindo melhorias nos *workflows* de crédito, sistemas de alerta, sistemas de rating, colaterais e processo de recuperação de crédito.

O objectivo do Programa Millennium, anunciado em 2003 para o período de 2004 a 2006, consistia em aumentar os resultados líquidos em 310 milhões de euros através do aumento das receitas nos segmentos de Retalho e Corporate e Empresas, redução das provisões de crédito e aumento da rentabilidade das operações internacionais. No início de 2006, e face aos bons resultados obtidos até 2005 no segmento de Retalho, o objectivo decorrente do Programa Millennium foi revisto em alta, consistindo em capturar cerca de 100 milhões de euros de receitas adicionais em 2007, relativamente aos objectivos iniciais de 2006. Os objectivos de aumento das receitas do Retalho foram também revistos em alta em cerca de 65 milhões de euros face ao objectivo inicial para 2006.

Grau de execução do Programa Millennium

Milhões de euros



(1) Taxa de execução face ao novo objectivo (antes de imposto) de 190 milhões de euros em 2006.

(2) Face ao objectivo acumulado revisto para final de 2006 de 440 milhões de euros (antes de imposto).

Os objectivos de aumento da rendibilidade foram excedidos em 4% e 22% acima do objectivo inicial, impulsionados pelos excelentes resultados obtidos no Retalho e na área internacional, verificando-se o cumprimento dos exigentes objectivos de redução do custo do risco de crédito. Estas três áreas compensaram, em larga medida, as redes Corporate e Empresas, que ficaram aquém do esperado, e onde as condicionantes concorrenciais de mercado e o enquadramento macroeconómico limitaram o crescimento das receitas.

No Retalho, os objectivos de crescimento de receitas foram superados, registando um grau de cumprimento de 116% (177% face ao objectivo inicial), atingindo 221 milhões de euros, na sequência do enfoque e sistematização das melhorias introduzidas pelas iniciativas do Programa Millennium, nomeadamente, o “M3”, o Programa “Prestige”, a gestão optimizada do “Pricing/Oferta” os Planos de Contactos Obrigatórios e iniciativas de reforço comercial e de relacionamento. Salienta-se a evolução do Mass Market, que contribuiu com 56% deste valor; com 124 milhões de euros para o crescimento das receitas, significativamente acima dos objectivos, tendo os segmentos Prestige e Negócios atingido plenamente as expectativas, adicionando 47 milhões e 50 milhões de euros, respectivamente, verificando-se um grau de cumprimento de 119% e 100%.

Os resultados das iniciativas na área do crédito e recuperações registam um grau de cumprimento de 102%, representando uma evolução favorável do custo do risco de crédito de 48 p.b. do saldo da carteira em 2006.

Por último, no âmbito das iniciativas de melhoria da rendibilidade, o Millennium bcp prosseguiu a optimização das operações na Polónia e na Grécia. Na Polónia, os principais objectivos consistem: na optimização da eficácia comercial do Retalho e no desenvolvimento da força de vendas *Affluent* e Corporate, aumentando o *cross-selling*; na sustentação da posição de *category killer* em crédito imobiliário; e na criação de uma unidade de crédito ao consumo. Na Grécia, os principais objectivos passam pelo alargamento da oferta de produtos, reestruturação da presença nos segmentos de



Negócios e Private Banking e pelo desenvolvimento de um *corporate desk*. A área internacional excedeu os objectivos propostos, registando um cumprimento de 133% e um acréscimo de 93 milhões de euros de proveitos recorrentes, líquidos de imposto.

Os resultados obtidos nas operações internacionais confirmam a concretização da ambição de criação de um Banco multidoméstico, baseado nas vantagens competitivas do Millennium bcp e dos diferentes segmentos em que opera, na capacidade de adaptação de modelos de negócio às diferentes realidades locais, aproveitando as competências de cada país e partilhando as melhores práticas, na sua experiência em desenvolver operações em economias em convergência para o euro, nas suas fortes capacidades de inovação e renovação, bem como na contínua procura de superar os *benchmarks* mais adequados e ambiciosos para cada país, segmento ou área de suporte.

Para além das iniciativas compreendidas no Programa Millennium, iniciaram-se os trabalhos de preparação para a eventual integração do Banco BPI, em caso de sucesso da Oferta Pública de Aquisição.

O lançamento do anúncio preliminar de uma Oferta Pública Geral de Aquisição de acções representativas do capital social do Banco BPI, S.A., no dia 13 de Março de 2006, que se enquadra no segundo princípio base da estratégia definida e prosseguida pelo Millennium bcp, de melhoria da rentabilidade, constituiu uma decisão natural, oportuna e com evidente racionalidade estratégica e financeira: consolidação do mercado doméstico, reforço da posição de liderança, ganhos de dimensão e criação de valor através da obtenção de sinergias. A combinação resultante dos dois bancos irá originar uma instituição com dimensão e protagonismo reforçados nos contextos português e internacional, potenciando a obtenção de sinergias significativas, a partilha de melhores práticas e competências e a integração dos planos de expansão internacional, reflectindo-se em acréscimos de eficiência e competitividade. A integração do Banco BPI estimulará a inovação das propostas comerciais e a melhoria dos níveis de serviço prestado aos Clientes e criará novas oportunidades e desafios para os Colaboradores das duas instituições, em virtude da maior escala e diversidade das operações.

Promoção do Crescimento

A agenda estratégica de 2006 incluiu um conjunto de iniciativas orientadas para promover o crescimento, que podem ser enquadradas em duas categorias: reforçar a presença nos diversos mercados onde o Grupo opera e desenvolver opções de crescimento em novas áreas ou nichos de mercado de forma oportunística.

Na primeira categoria, inclui-se a expansão da rede de balcões na Polónia e na Grécia. Na Polónia, a abertura de novos balcões irá coincidir com a implementação de um novo modelo de distribuição e de segmentação do negócio. Na Grécia, irá manter-se uma forte concentração da rede de balcões em Atenas e Tessalónica, devendo as aberturas de novos balcões focar-se em áreas com cobertura limitada pelo Novabank. Os novos balcões deverão incrementar significativamente os resultados a partir de 2009. O objectivo último consiste no reforço das operações na Polónia e na Grécia através da captura exhaustiva do potencial dos programas em curso de optimização da rentabilidade e da abertura de 180 balcões na Polónia e 128 na Grécia, até 2008. A aspiração de atingir relevância nestes dois mercados, Polónia e Grécia, está relacionada com a captura de uma parcela acrescida do crescimento futuro destes mercados, procurando situar estas operações no top 5 e/ou atingir 10% de quota de mercado a médio prazo.

Em Novembro de 2006, lançou-se uma Oferta Pública de Aquisição parcial de até 135.869.073 acções do Millennium bank, S.A., da Polónia, correspondentes a 16% do respectivo capital social, ao preço de 7,30 zlotis por acção. Em Dezembro, foi concluída esta Oferta Pública de Aquisição, tendo sido adquiridas

131.701.722 acções, representando 15,51% do capital e direitos de voto, ao preço de 7,30 zlotis por acção, a que corresponde o contra-valor total de 253,2 milhões de euros. O Banco Comercial Português elevou, assim, a sua participação para 556.325.794 acções, correspondentes a 65,51% do capital e direitos de voto.

Na segunda categoria, inclui-se o anúncio do lançamento em 2007 de uma operação de raiz na Roménia, a fim de capturar uma quota relevante num mercado de acelerado crescimento através de uma rede de balcões focada, complementada por uma abordagem de especialista; o desenvolvimento das operações em Angola através de um projecto de abertura de Sucursais para capturar o elevado potencial de crescimento do mercado e a ambição de ser líder em Angola; e o desenvolvimento e internacionalização do Banco de investimento.

No que respeita a esta última dimensão, a ambição passa pela criação de um Banco de Investimento multidoméstico, actuando de forma independente face às unidades de negócio de Retalho e Corporate e Empresas, desenvolvendo uma estratégia própria enquadrada numa cultura mais empreendedora e internacional. A Visão assenta nas seguintes vertentes: presença internacional localizada (Portugal, Polónia, Grécia, Angola e outros mercados Millennium), ser a primeira escolha dos Clientes, ser uma referência para talentos e ser um membro forte do Grupo, com um contributo relevante para os resultados do Grupo. Ao nível do Posicionamento Estratégico, as principais mensagens consistem na exploração do *franchise* existente em Portugal, enfocando em oportunidades específicas; em alavancar o relacionamento existente e criar capacidade de originação e execução na Polónia, Grécia e Angola; e a nível internacional, em alavancar o relacionamento com bancos e empresas para entrada nos respectivos mercados de implantação e possibilitar a Clientes portugueses uma porta de entrada para mercados onde o Millennium bcp esteja presente.

Uma palavra para o processo de mudança de marca das operações internacionais, traduzido na efectivação da harmonização da imagem das operações internacionais com a do Millennium bcp, a nível de identidade, nome e logótipo. Os objectivos do alinhamento das operações internacionais prendem-se com tirar partido das sinergias internacionais, aumentando a força da marca a nível mundial, reduzindo os custos associados a campanhas de *marketing* e permitindo a coordenação das estratégias de *marketing*.

Objectivos financeiros

Na sequência da estratégia anunciada, o Millennium bcp anunciou os seguintes objectivos financeiros, que o Banco se comprometeu a alcançar até ao final de 2008:

Objectivos financeiros 2005-2008	Descrição
Crescimento	Crescimento médio anual das receitas de dois dígitos.
Eficiência em custos	Rácio de eficiência inferior a 50% em 2008; IPC-2% (Portugal). Custo do risco não superior a 30 p.b. ao longo do ciclo económico.
Rendibilidade	20% de crescimento médio anual de resultados por acção (2005-2008). ROE entre 17 e 20% para as operações internacionais em 2008.
Disciplina de capital	Mínimo de 5,5% para o rácio de capital <i>core tier I</i> .



A IDENTIDADE MILLENNIUM

A afirmação da marca Millennium

O processo de mudança de marca de todas as operações do Grupo foi concluído em 2006, prosseguindo no espírito da Refundação e constituindo uma peça significativa na criação de um Banco multidoméstico. A introdução da marca Millennium em todas as operações permitirá não apenas criar uma identidade transversal no Grupo, com a conseqüente visibilidade e valorização da marca, como também deverá conduzir à redução de custos, à captura de sinergias internacionais, e traduzir-se na melhor coordenação das estratégias de *marketing*.

Ao longo do ano, e à semelhança do processo que o Millennium bcp começou em Portugal em 2003, as diferentes operações internacionais iniciaram o processo de harmonização da imagem, a nível de identidade, nome e logótipo. O Bank Millennium na Polónia, o Novabank na Grécia e o BankEuropa na Turquia foram transformados em Millennium bank. Em Moçambique, o BIM adoptou a marca Millennium bim. Nos Estados Unidos da América, o bcpbank transformou-se em Millennium bcpbank e o Banque Privée BCP mudou para Millennium Banque Privée. Foi também estabelecido um novo Banco em Angola já com a nova marca.

Todos os Bancos adoptaram, nas diversas línguas, o lema do grupo “A vida inspira-nos”.



Angola



EUA



Na Polónia, o processo de mudança de marca teve início em Janeiro de 2006 e envolveu a renovação das Sucursais e ATM, a mudança de identidade gráfica (logótipo e assinatura), a substituição da sinalética, estacionário, *merchandising* e *templates*, a renovação do sítio na Internet, a comunicação a *Stakeholders*, culminando na conferência de imprensa de anúncio do processo de mudança de marca nas operações internacionais, seguida de campanhas publicitárias multi-meios. Após o processo de mudança de marca, os resultados foram bastante positivos, tendo-se assistido a um crescimento da notoriedade da marca. O processo de alinhamento da marca foi anunciado na Grécia em Novembro de 2006 e concluído em Dezembro, compreendendo a mudança da identidade gráfica, a comunicação a *Stakeholders*, a renovação de Sucursais e ATM (que se estendeu por Janeiro de 2007), a renovação da Internet, Intranet e *Newsletter*, e a renovação da TV interna: Millennium TV.

Durante o ano, foi anunciada a expansão da rede Millennium na Polónia em 158 balcões, objectivo posteriormente revisto para 180 balcões, e 110 balcões na Grécia entre 2006 e 2008, representando um acréscimo da rede de distribuição em 48% e 90%, respectivamente. A significativa expansão da rede contribuirá não apenas para o crescimento do grupo e a melhoria dos resultados em 2009, mas também para reforçar a importância e a abrangência da marca Millennium no mundo e em especial nestes países, reafirmando o compromisso do Millennium bcp com os mercados prioritários.



Grécia



Moçambique



Em Angola, o processo de mudança de marca foi apresentado em Abril de 2006 e a sua operacionalização consistiu na inauguração do Banco, com a presença conjunta dos Primeiros-Ministros de Portugal e Angola. Foi anunciado um plano de expansão com abertura de balcões, num total de 20 até ao final de 2007. Para além do desenvolvimento de acções de comunicação, foi lançado um sítio na Internet e foram lançados cartões de débito com a nova imagem.

Em Moçambique, a operacionalização do processo de mudança de marca, anunciado em Maio de 2006, apoiou-se no desenvolvimento de acções de comunicação de elevada visibilidade. Os resultados destas acções foram bastante positivos, tendo sido obtida a liderança em número de notícias publicadas e uma resposta positiva de Clientes, parceiros e meios de comunicação social.

No final do terceiro trimestre de 2006, o bcpbank adoptou também a marca Millennium e a assinatura "A Vida Inspira-nos". Coincidindo com a introdução da nova marca, foi implementado um novo plano de desenvolvimento a médio prazo para o mercado norte-americano. O Millennium bcpbank pretende reforçar as suas plataformas organizacionais e de serviço de forma a preparar-se para o futuro.



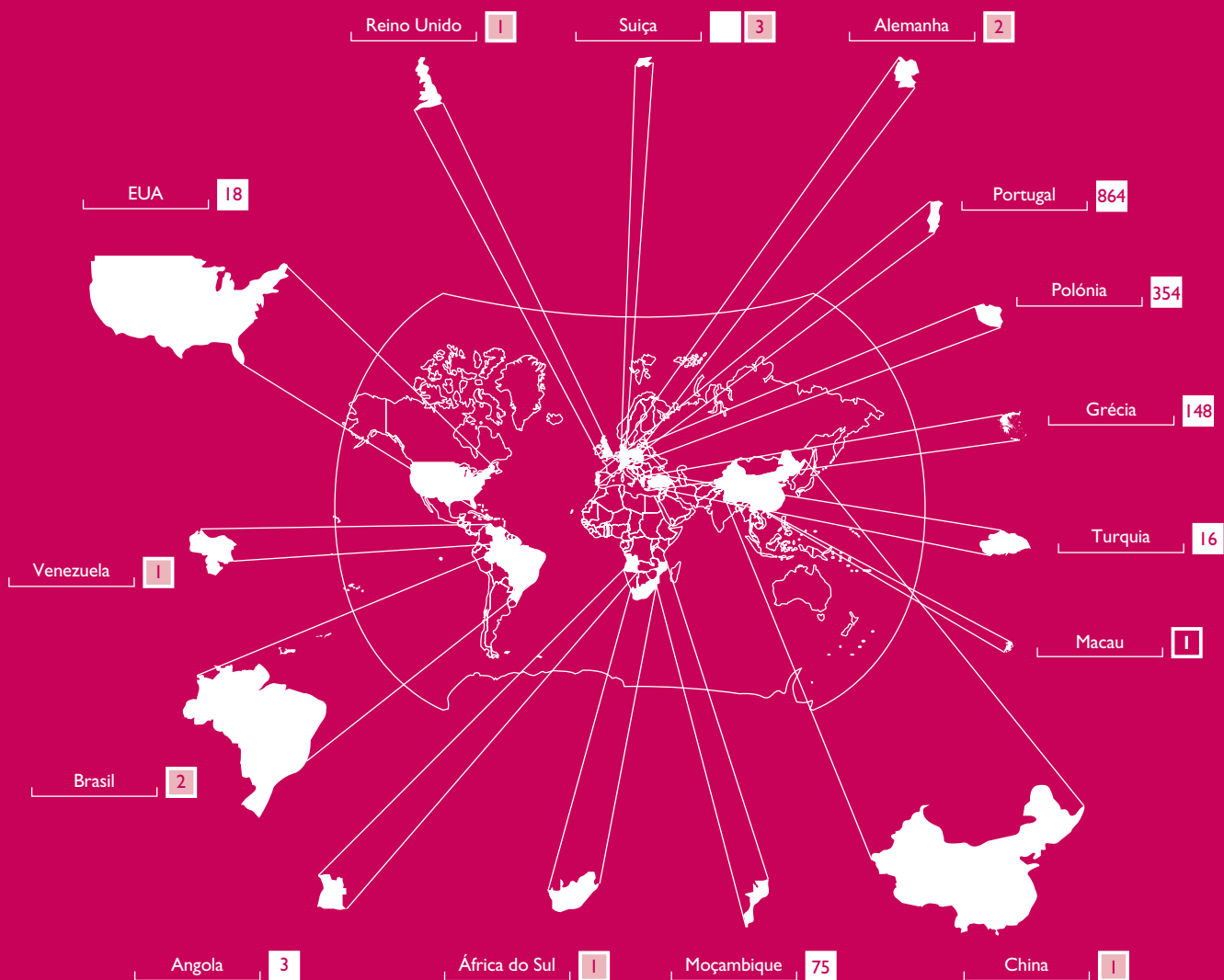
Polónia



Portugal



REDE DE DISTRIBUIÇÃO MILLENNIUM



- Bancos (N.º Sucursais)
- Escritórios de representação
- Sucursais



COLABORADORES

Em 2006, o Millennium bcp atingiu 19.325 Colaboradores. Portugal mantém o maior peso no Grupo, representando 56% do total. A área internacional representa já 44% do número de Colaboradores, que atingiram 8.449 no final do ano.

Colaboradores

	2006	2005	Var. % 06/05
Retalho	6.649	6.794	-2,1%
Corporate e Empresas	933	1.061	-12,1%
Private Banking & Asset Management	388	365	6,3%
Banca de Investimento	200	208	-3,8%
Serviços Bancários	1.811	1.882	-3,8%
Áreas Corporativas	895	1.200	-25,4%
Total Doméstico	10.876	11.510	-5,5%
Bank Millennium	5.089	4.484	13,5%
Millennium bank na Grécia	1.209	1.065	13,5%
Millennium bank na Turquia	315	260	21,2%
Banque BCP França	–	555	–
Banque BCP Luxemburgo	–	58	–
European Banking	6.613	6.422	3,0%
Millennium bcpbank	254	190	33,7%
Millennium bim	1.511	1.376	9,8%
Banco Millennium Angola	71	38	86,8%
bcpbank Canada	–	112	–
Overseas Banking	1.836	1.716	7,0%
Total Internacional	8.449	8.138	3,8%
Total Colaboradores	19.325	19.648	-1,6%

O número de Colaboradores em Portugal atingiu os 10.876, no final de 2006, apresentando uma redução de 5,5% e reflectindo a evolução da rede de balcões, onde se continuou a eliminar sobreposições, bem como as melhorias de eficiência conseguidas nos vários projectos e iniciativas a nível transformacional, no âmbito do Projecto de Melhoria de Eficiência Operativa.

Globalmente, o número de Colaboradores das diversas redes em Portugal registou uma ligeira redução ao longo do ano, representando 75% do total de Colaboradores domésticos. Os Serviços Bancários, com 1.811 Colaboradores, e as Áreas Corporativas, com 895 Colaboradores, continuaram a reduzir o peso na estrutura. É de salientar o impacto do projecto na área de processos corporativos, contribuindo para a redução de 25% do quadro de Colaboradores nas Áreas Corporativas.

A área internacional continuou a aumentar o seu peso no total dos Colaboradores do Grupo, em grande parte fruto do crescimento na Polónia, Grécia e Turquia, verificando-se uma crescente importância do segmento European Banking, apesar da alienação das actividades na França e Luxemburgo.

Na Polónia, o crescimento do número de Colaboradores, que atingiu os 5.089 no final de 2006, resulta fundamentalmente do crescimento da rede de balcões e da forte expansão da actividade. O mesmo se verifica no Millennium bank na Grécia, registando uma subida de 13,5% no número de Colaboradores para 1.209.

No segmento Overseas Banking, destaca-se o aumento da presença em Angola com o lançamento do Banco Millennium Angola em Abril, bem como o crescimento da operação em Moçambique que, a par do crescimento da sua actividade, consolidou pela primeira vez a Seguradora Internacional de Moçambique. O total de Colaboradores do segmento subiu 7%, tendo o início de operações em Angola e a expansão em Moçambique mais do que compensado a alienação da operação do bcpbank Canada.

A gestão das pessoas foi eleita como uma prioridade, procurando criar um bom lugar para trabalhar, patente na motivação e satisfação dos Colaboradores. A concretização desta prioridade assenta na avaliação do desempenho e na recompensa, na mobilidade e gestão de carreiras, na formação e em benefícios sociais.

De salientar o Projecto Everest, segundo o qual foi efectuada a definição das competências necessárias para as várias funções-tipo; e os Estágios de Verão, com o objectivo de atrair jovens talentos com potencial para o projecto do Banco. Paralelamente, foi efectuada uma aposta no desenvolvimento de talentos através do Programa de Gestão de Talentos (*High Flyers/HIPOs Talent*), tendo sido nomeado um Chief Talent Officer.

No final do ano, foi ainda lançado o Programa de Desenvolvimento de Competências Comerciais (mobilidade voluntária dos serviços centrais para áreas comerciais). O Banco implementou ainda a filosofia de rotação bidireccional, consistindo na identificação das pessoas mais adequadas para cada função, independentemente do país de origem.

O Banco Comercial Português continuará, como é seu apanágio desde a sua fundação, a gerir as pessoas através das hierarquias, convicto que são estes os responsáveis últimos pela satisfação, motivação, carreira e desenvolvimento profissional das equipas que lideram e que a gestão de pessoas é uma responsabilidade não passível de ser delegada em áreas centrais – não existe uma área de Recursos Humanos no Grupo. As hierarquias, tal como os Colaboradores, são apoiadas por áreas administrativas de pessoal, de formação e desenvolvimento de carreiras, pelo Chief Talent Officer; pelos patronos, pelo Conselho de Administração Executivo e pelo seu Presidente.

A gestão das pessoas está desenvolvida no Relatório de Sustentabilidade (Volume III do Relatório e Contas).



ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E COMPETITIVO



ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E COMPETITIVO

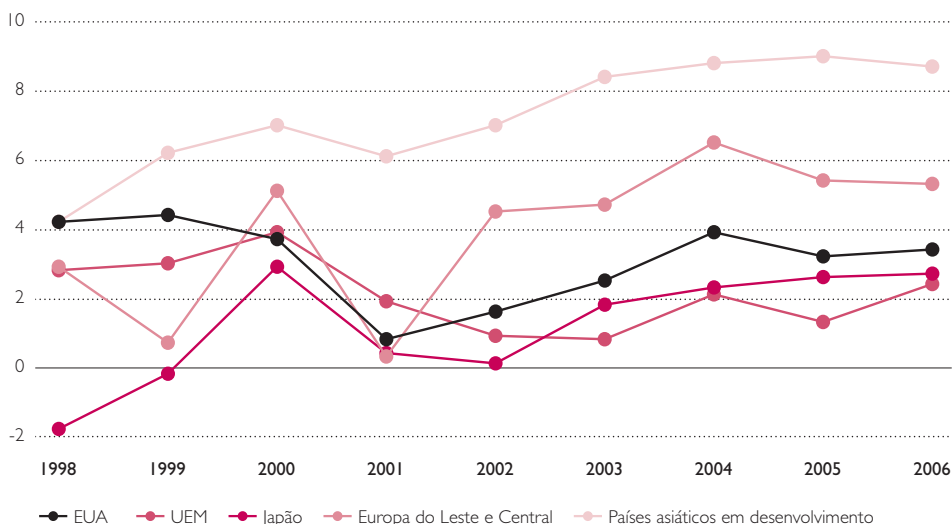
O ano 2006 caracterizou-se pela expansão vigorosa da actividade económica mundial, pelo desempenho favorável da generalidade dos mercados de capitais e pela manutenção de um clima propício à actividade bancária, coincidindo com a preparação da adaptação às profundas alterações do enquadramento regulamentar que se avizinham.

Economia Internacional

O crescimento económico mundial foi robusto em 2006, prolongando a trajectória de recuperação observada desde 2003, apesar do agravamento dos custos de financiamento e da subida generalizada do preço das matérias-primas. De acordo com as estimativas do FMI, o PIB mundial terá aumentado mais de 5% em 2006.

Produto Interno Bruto

Taxa de variação anual real do PIB em p.p.



Assistiu-se a uma recomposição nas contribuições para o crescimento do PIB mundial, com um maior peso da área do Euro, cujo crescimento do PIB foi de 2,8%, mais 1,4 p.p. do que no ano anterior, por contrapartida de uma maior moderação da contribuição da economia norte-americana, com o crescimento anual do PIB a situar-se ao nível do ano anterior (3,2%). As economias em desenvolvimento mantiveram um elevado dinamismo, destacando-se, em particular, a robustez da actividade na China e na Índia e a aceleração da convergência dos países da Europa de Leste.

No segundo semestre de 2006, intensificaram-se os indícios de abrandamento da economia norte-americana, como resultado do impacto da política monetária mais restritiva, em especial no mercado imobiliário, enquanto na área do Euro o crescimento da procura interna acelerou. A consolidação da

retoma económica mundial e a persistência de preços elevados das principais matérias-primas, com maior expressão no caso dos metais e da energia, reflectiram-se num aumento das pressões inflacionistas, sobretudo ao nível do preço dos bens.

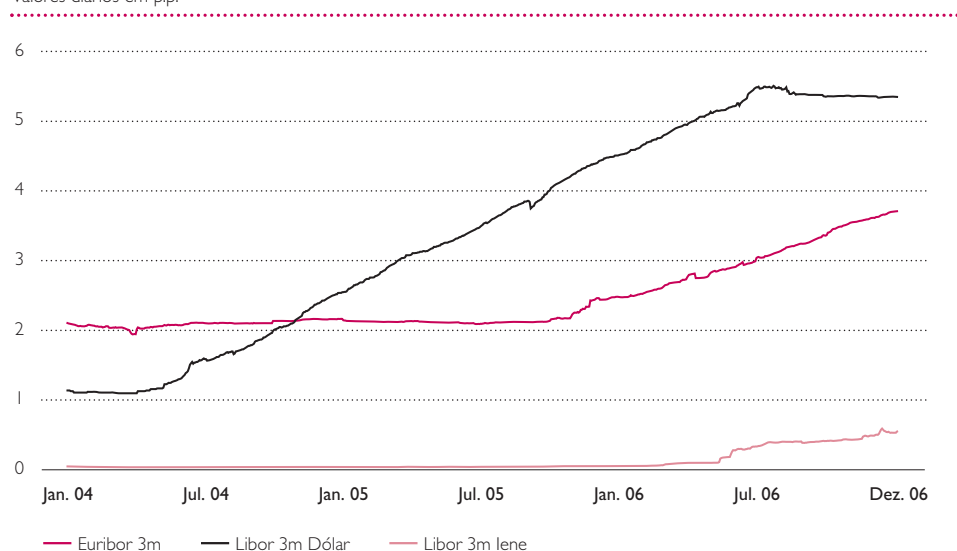
Situação Monetária Internacional

A sustentabilidade da retoma económica mundial e o fim dos riscos deflacionistas levaram a que os principais bancos centrais "normalizassem" o pendor da política monetária, com reflexo, na primeira metade do ano, num elevado grau de sincronização nas decisões de aumento das taxas de juro oficiais. No segundo semestre, o abrandamento da economia norte-americana e a redução do preço do petróleo possibilitaram uma pausa no ciclo de aumento de taxas de juro nos EUA, o que fez com que os diferenciais de taxas de juro americanas e europeias se reduzissem substancialmente. No conjunto de 2006, a taxa de juro oficial do BCE aumentou 125 p.b., de 2,25% no final de 2005 para 3,50% no final de 2006. Nos EUA, o aumento da taxa de juro oficial foi de 100 p.b. para 5,25%, com o último aumento a ter lugar no Verão.

A intensificação dos indícios de abrandamento da economia norte-americana ao longo do segundo semestre gerou a expectativa de redução das taxas de juro a prazo, com um forte impacto no sentido da descida nas taxas de juro dos prazos mais longos. Desta forma, o nível médio das taxas de juro persistiu historicamente baixo, contribuindo favoravelmente para um clima de confiança na generalidade dos mercados de capitais.

■ Evolução das taxas de juro 3 meses

Valores diários em p.p.



A abundância de liquidez na economia mundial, em virtude de vários anos de políticas monetárias acomodáticas e de elevados níveis de poupança, com origem nas economias asiáticas e nos países exportadores de petróleo, constituiu um suporte importante à evolução dos activos de maior risco. As estratégias de *carry trade* (financiamento em moedas com baixas taxas de juro para aplicação em activos de maior retorno e risco) foram especialmente utilizadas, contribuindo para a depreciação de



moedas com baixas taxas de juro, como o iene japonês e o franco suíço. O dólar revelou-se muito estável ao longo de 2006, apesar da persistência de um défice comercial elevado, tendo-se depreciado significativamente apenas no final do ano, em especial contra as moedas europeias.

As baixas taxas de juro e a abundância de liquidez, a melhoria dos mais importantes indicadores económicos dos mercados emergentes – fruto da prossecução de políticas económicas mais equilibradas, do ciclo favorável das matérias-primas e da redução e reestruturação da dívida externa – e a boa condição financeira das empresas, foram determinantes para a rápida recuperação do preço dos activos com maior risco, que se verificou após períodos de maior turbulência nos mercados financeiros globais (Maio e Novembro), e para o dinamismo do mercado de capitais, com numerosas operações de fusões e aquisições, de capital de risco e de emissão de dívida.

■ Evolução dos Mercados de Acções

(Índice 100=Dez. 98, moeda local)



Por sua vez, o aumento gradual das taxas de juro, a recuperação económica global e o bom desempenho dos mercados de capitais constituíram um enquadramento propício para o desenrolar da actividade bancária, em especial na área do Euro. Os volumes de crédito concedido aumentaram expressivamente, em virtude do aumento da confiança das famílias, da melhoria dos resultados das empresas, da procura de financiamento para despesas de investimento e da diminuição dos rácios de incumprimento de crédito.

Assistiu-se a operações de consolidação doméstica e de expansão para países afins, nomeadamente, para mercados com maior potencial de crescimento, sobressaindo os países que fazem fronteira com a área do Euro, países da Europa de Leste e Turquia. A um nível mais global, é de salientar o crescente interesse de entidades bancárias norte-americanas no mercado Europeu e a gradual abertura do mercado bancário chinês a não residentes.

O contexto favorável para a actividade bancária coincidiu com um período de preparação para as profundas alterações regulamentares no sector; que poderão ter um impacto significativo na actividade nos próximos anos. Entre estas destacam-se: a nova Directiva de Requisitos de Capital, implementada em Junho deste ano e que complementa o enquadramento associado a Basileia II, criando incentivos para o aumento da eficiência, através da actualização e reconversão dos sistemas de gestão de risco e da alteração nos requisitos de capital para diferentes segmentos do mercado; a Directiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros, que tem por objectivo reforçar a concorrência entre prestadores de serviços financeiros e aumentar a protecção dos investidores; o Livro Branco da Comissão, apontando as orientações estratégicas para os serviços financeiros para o período 2005-2010, e que incluem: uma melhoria da regulação/harmonização e a consolidação de legislação; o aumento da concorrência na prestação de serviços financeiros ao nível do retalho e dos fundos de investimento; e procedimentos que facilitam operações bancárias transfronteiriças, reforçando a integração dos mercados financeiros e bancários a um nível europeu. Merece também destaque a eventual revisão do Fundo de Garantias de Depósitos, da Directiva de Crédito ao Consumo e Pagamento de Serviços e a criação de uma Área Única Europeia de Pagamentos, em 2008.

Economia Portuguesa

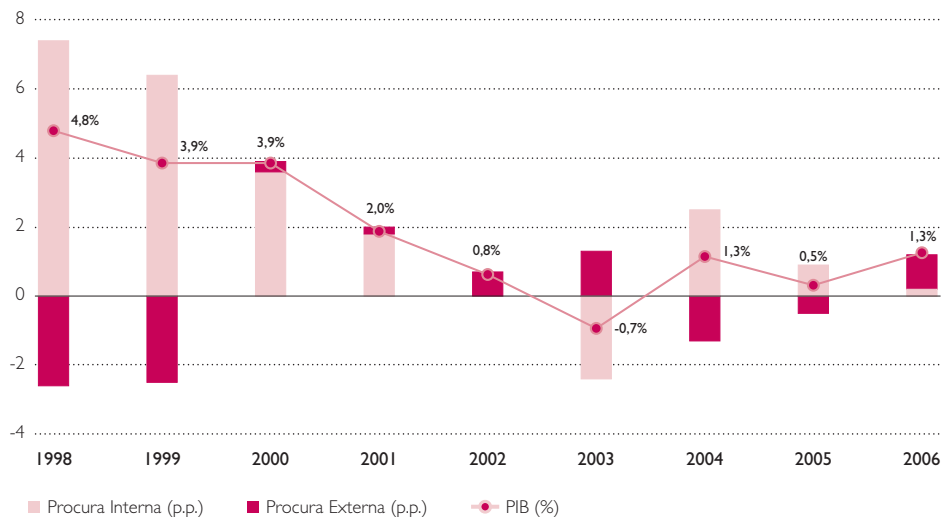
A economia portuguesa apresentou uma trajectória de gradual recuperação, sustentada na procura externa, num processo gradual de adaptação aos desafios da globalização e às restrições condicionantes da União Monetária. O crescimento do PIB terá sido cerca de 1p.p. superior ao de 2005.

A reanimação da actividade económica na área do Euro foi o principal factor impulsionador do crescimento do PIB em Portugal. O crescimento anual das exportações foi superior a 8%, com alguma recuperação de quota de mercado e simultaneamente com a penetração em novos mercados, compreendendo uma desejável diversificação geográfica dos mercados de destino das exportações portuguesas. Observou-se uma crescente importância das exportações com destino aos continentes Africano e Americano. Em paralelo com esta diversificação da base geográfica, assistiu-se igualmente a um reforço das exportações de produtos de maior valor acrescentado. Por outro lado, a moderação da procura interna, com um contributo quase nulo para o crescimento anual do PIB, decorreu da fraqueza do consumo e da retracção do investimento. A melhoria do mercado de trabalho, consubstanciada no aumento médio de 0,7% do emprego em 2006, e a extensão do prazo de alguns produtos de crédito, permitindo um menor esforço associado ao endividamento, acomodaram parcialmente o impacto negativo do aumento do serviço da dívida em resultado da subida das taxas de juro. Não obstante, em 2006, a taxa de poupança das famílias deverá ter-se novamente reduzido, mas de forma menos acentuada do que nos anos anteriores. O objectivo de consolidação orçamental, no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento, teve reflexo, pela primeira vez em vários anos, numa redução do consumo público real.



Produto Interno Bruto em Portugal

(Taxa de variação real do PIB e contributos da procura externa e interna para o crescimento em p.p.)



A incerteza quanto à sustentabilidade da retoma, a adaptação ao aumento da concorrência internacional e a inexistência de folga orçamental têm condicionado a despesa de investimento. A despesa em construção, em particular, terá apresentado uma acentuada redução (cerca de 6,2% face a 2005), o que reflecte a diminuição da actividade no segmento das obras públicas e no segmento dos edifícios residenciais. O perfil intra-anual da despesa de investimento sugere uma gradual recuperação noutras componentes do investimento empresarial, pese embora algumas alterações regulamentares, nomeadamente, com implicações na componente de material de transporte, tenham originado alguma volatilidade no comportamento destes agregados.

O crescimento das exportações, a moderação da procura interna e a recuperação dos termos de troca, em especial na segunda metade do ano, com a redução do preço do petróleo, permitiram uma atenuação do défice externo. Este mantém-se, todavia, em níveis elevados (8,5% do PIB), revelador de uma situação de desequilíbrio e de vulnerabilidade da economia portuguesa face ao exterior. A taxa de inflação média anual ter-se-á situado em 3,1%, mais 0,8 p.p. do que em 2005. Esta variação reflecte o impacto de alterações de impostos indirectos no início do ano e a evolução do preço do petróleo nos mercados internacionais. A variação do preço dos serviços foi muito semelhante à registada em 2005.

Tal como noutros mercados, o mercado Accionista português registou uma expressiva valorização em 2006 (perto de 30%), tendo beneficiado com o clima global favorável, com as operações de privatização realizadas no segundo semestre, com o anúncio de operações públicas de aquisição envolvendo algumas das principais empresas com maior peso que constituem o principal índice Accionista português e, ainda, efeitos colaterais da reestruturação do sector energético em Espanha. O diferencial de taxa de juro de dívida pública a 10 anos face à Alemanha não apresentou alterações de relevo, permanecendo em cerca de 15 p.b.

Sistema Financeiro Português

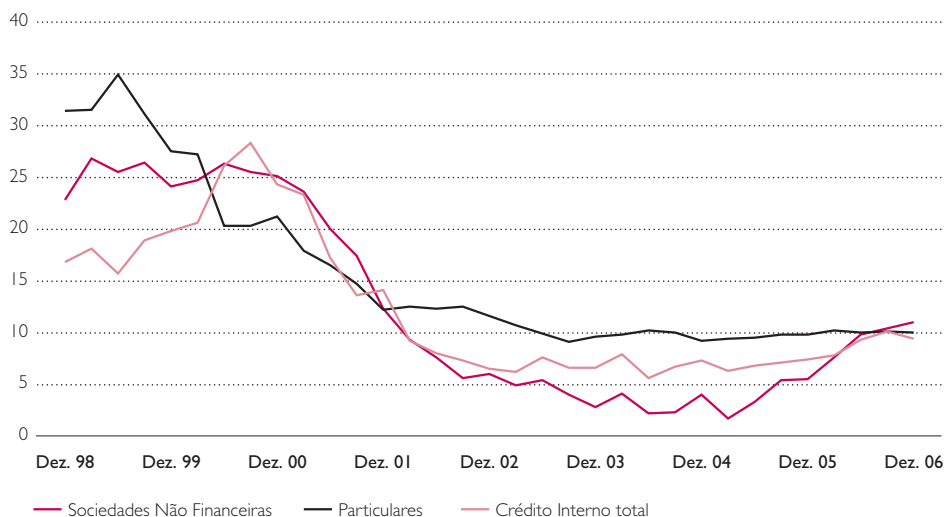
A actividade bancária em Portugal continuou a evidenciar um desempenho favorável, consubstanciado na expansão robusta do crédito a clientes, em contínuas melhorias de eficiência e na redução do peso do crédito em incumprimento. Dada a dificuldade de geração da poupança interna, manteve-se a divergência entre o crescimento do crédito e a captação de recursos de clientes, suprida essencialmente através do

recurso ao mercado monetário interbancário, da emissão de dívida e de operações de securitização. A forte concorrência no sector; doméstica e externa, reflectiu-se no estreitamento das margens das operações activas, com particular acuidade no segmento do crédito à habitação.

O crédito concedido ao sector privado expandiu-se cerca de 10%. Face a 2005, nota-se uma maior uniformidade no dinamismo dos diferentes segmentos. No caso do crédito a empresas, o aumento da procura resultou, sobretudo, de processos de reestruturação empresarial ou de alteração do perfil da dívida, com fraco recurso ao crédito para fins de investimento empresarial.

■ Agregados de Crédito Interno

(Taxas de variação anual ajustadas de operações de titularização em p.p.)



De realçar, também, o maior peso da actividade internacional nos resultados dos principais grupos bancários portugueses. As operações internacionais dos bancos Portugueses assumem maior expressão na Polónia, Grécia, Angola e Moçambique. Nestes países, tem-se verificado uma expansão da actividade económica substancialmente superior à registada em Portugal e um aumento da penetração dos serviços bancários, destacando-se nas economias europeias o elevado dinamismo do crédito à habitação. O crescimento do PIB, na Polónia, foi de 5,8% em 2006, enquanto, na Grécia, ter-se-á situado em 4,2%. Em Moçambique, o PIB aumentou cerca de 8%, tendo desacelerado relativamente ao ano anterior. O PIB em Angola expandiu-se cerca de 15% em 2006.

Finalmente, e a acrescer às alterações regulamentares a nível mundial e europeu, destacam-se algumas alterações legislativas específicas mais restritivas para a actividade bancária doméstica, nomeadamente, as alterações das condições no crédito à habitação, com regras específicas para o arredondamento das taxas de juro, o aumento do valor de garantia do cheque e os novos procedimentos quanto às respectivas datas-valor; disponibilidade de cheques e transferências.

Em 2006, o FMI realizou a avaliação de Portugal ao abrigo do “Programa de Avaliação de Estabilidade do Sistema Financeiro”, que constitui um instrumento importante na missão do Fundo de monitorizar os sistemas financeiros e respectivas práticas de regulamentação e supervisão, tendo concluído que o sistema financeiro português é sólido, com adequados níveis de capitalização, boa rentabilidade e baixo nível de crédito vencido.

ANÁLISE POR ÁREAS DE NEGÓCIO

46	Análise por Áreas de Negócio
47	Banca de Retalho
53	Corporate e Empresas
57	Private Banking e Asset Management
63	Banca de Investimento
67	European Banking
74	Overseas Banking
80	Serviços Bancários
83	Áreas Corporativas
85	Millenniumbcp Fortis



ANÁLISE POR ÁREAS DE NEGÓCIO

O Millennium bcp desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca Comercial, de Banca de Investimento e de Private Banking e Asset Management.

Actividade dos segmentos de negócio em 2006

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da conta de exploração, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios.

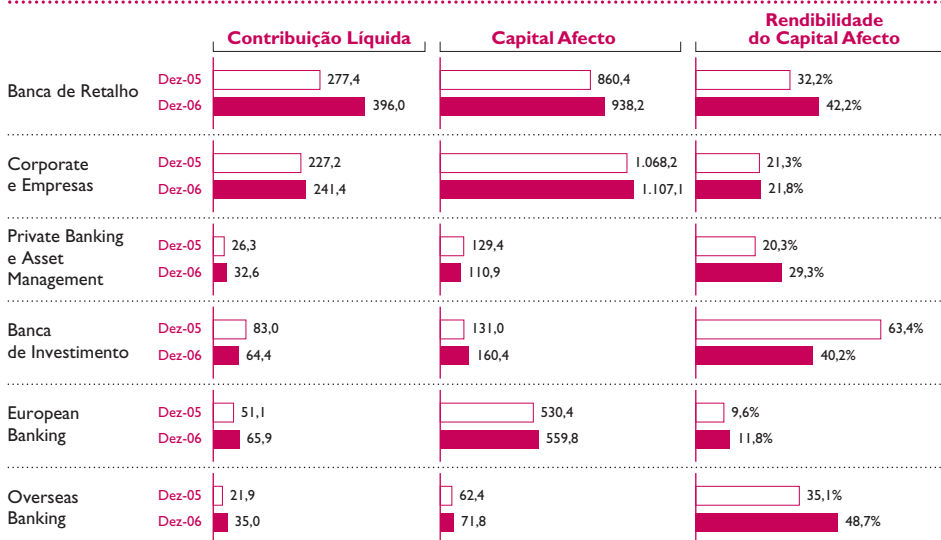
As rubricas do balanço de cada subsidiária e unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando critérios regulamentares de solvabilidade. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

As contribuições líquidas de cada segmento incorporam todos os impactos dos movimentos de fundos descritos anteriormente e reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos relacionados com a realocação de capitais.

A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Millennium bcp. Para efeitos desta análise, as operações de natureza não recorrente foram expurgadas de cada uma das rubricas e em cada um dos segmentos.

Rendibilidade do Capital Afecto

Milhões de euros



Exclui as subsidiárias alienadas (Banque BCP França e Luxemburgo no European Banking e Banco Comercial de Macau e bcpbank Canada no Overseas Banking).

A Banca de Retalho em Portugal é a área de negócios mais expressiva na actividade do Millennium bcp, quer em termos de volume de negócios, quer ao nível da contribuição líquida. A actividade da Banca de Retalho pretende satisfazer as necessidades e expectativas financeiras de Clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados Clientes Retalho, e de Clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento justifica uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um Gestor de Cliente dedicado, designados Clientes Prestige e Negócios. A rede de Sucursais e os canais de banca à distância funcionam também como pontos de distribuição dos produtos e serviços do Millennium bcp.

Milhões de euros

	2006	2005	Var. % 06/05
Demonstração de resultados			
Margem financeira	881,0	758,9	16,1%
Outros proveitos líquidos	438,0	401,9	9,0%
	1.319,1	1.160,8	13,6%
Custos operacionais	713,9	746,8	-4,4%
Imparidade e provisões	59,0	31,4	88,0%
Contribuição antes de impostos	546,2	382,6	42,8%
Impostos	150,2	105,2	42,8%
Contribuição líquida	396,0	277,4	42,8%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	938	860	9,0%
Rendibilidade do capital afecto	42,2%	32,2%	--
Riscos ponderados	19.573	17.836	9,7%
Rácio de eficiência	54,1%	64,3%	--
Crédito a clientes	26.840	23.667	13,4%
Recursos totais de clientes	32.574	31.330	4,0%

O desempenho positivo da Banca de Retalho em Portugal traduziu-se no aumento da contribuição líquida que ascendeu a 396,0 milhões de euros em 2006, um aumento de 42,8% face aos 277,4 milhões de euros apurados em 2005, beneficiando do elevado grau de execução do Programa Millennium alcançado no final de 2006 (116%), o qual visa a implementação de iniciativas com o objectivo de aumentar os proveitos líquidos deste segmento de negócio. O crescimento da contribuição líquida impulsionou a evolução da rendibilidade do capital afecto que se situou em 42,2%, em 31 de Dezembro de 2006, comparando com 32,2%, em 31 de Dezembro de 2005.

A preservação das taxas de intermediação financeira e o aumento do volume de negócios, tanto ao nível dos recursos, como do crédito a clientes, em especial o aumento do crédito à habitação em 16,4%, entre 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2006, influenciaram o aumento da margem financeira, em 16,1% face a 2005, para 881,0 milhões de euros em 2006.





O reforço da proposta de valor no segmento de Clientes *Affluent* e a melhoria dos indicadores de *cross-selling* no segmento *Mass Market* traduziram-se num aumento do nível de comissionamento, influenciando a evolução dos outros proveitos líquidos, que registaram um acréscimo de 9,0% entre 2005 e 2006. O incremento dos proveitos, a par da redução dos custos operacionais, suportada pelo impacto favorável do redimensionamento do quadro de Colaboradores, traduziu-se numa melhoria do rácio de eficiência em cerca de 10 p.p., ao evoluir de 64,3%, em 2005, para 54,1%, em 2006.

Em 2006, as principais prioridades estratégicas da Banca de Retalho centraram-se em torno de quatro vectores, nomeadamente, a consolidação do modelo de marca única “Millennium bcp” para os diversos segmentos, o aumento da vinculação dos Clientes ao Banco, a melhoria do rácio de eficiência e o aumento sustentado da rentabilidade da Banca de Retalho.

Com vista a materializar a estratégia definida, foi desenvolvido um plano de acção comercial, fraccionando-se o ano em nove ciclos comerciais. As iniciativas que foram desenvolvidas ao longo desses ciclos tiveram como propósito principal – sem descurar os objectivos definidos para as diversas variáveis de negócio – alcançar resultados expressivos e sólidos nos vectores estratégicos definidos para 2006.

De entre as iniciativas desenvolvidas com vista à consolidação da marca “Millennium bcp” como a principal referência do negócio de Banca de Retalho em Portugal, destaca-se, para além do desenvolvimento de competências comerciais das equipas através dum abrangente programa de formação, a realização de nove campanhas, com particular ênfase para o crédito à habitação, para as campanhas de captação de recursos e para as iniciativas com vista a aprofundar o relacionamento com determinados segmentos, nomeadamente, a campanha “Cliente Aplauso” – segmento de Negócios – “Cliente Frequente” e “Jovem com Asas” – segmento 18 a 26 anos – e ainda campanhas de Cartões American Express e seguros de saúde Médis.

A actuação comercial com o propósito de reforçar a vinculação dos Clientes ao Banco teve como principais alavancas a formação das equipas, o reforço da pró-actividade comercial por via do estabelecimento de um detalhado plano de contactos, que permitiu que quase todos os Clientes do Banco fossem contactados com a periodicidade considerada adequada ao seu perfil, tendo em vista o aumento do *cross-selling* e *up selling*, e ainda um forte enfoque no crescimento do crédito à habitação.

A actuação ao nível da melhoria do rácio de eficiência foi desenvolvida quer na vertente aumento de receitas, quer na vertente redução de custos. No que se refere às receitas, o resultado foi obtido por via do incremento de consumos, do aumento do número de produtos detidos por Cliente e pela revisão selectiva do preço dos diversos produtos e serviços. No que se refere à redução de custos, é de destacar a adequação do quadro de pessoal das Sucursais às necessidades de cada praça, a migração de transacções para canais automáticos, a reengenharia e centralização operativa de processos que suportam o negócio e o redimensionamento da rede de Sucursais.

O incremento da rentabilidade da Banca de Retalho foi materializado nos compromissos assumidos ao nível do Programa Millennium, tendo os objectivos definidos neste programa sido superados em todos os segmentos, com particular destaque no que se refere ao segmento *Mass Market*, pela evolução consistente dos resultados obtidos nos volumes de negócios com o desenrolar do Programa “M3”. O índice de *cross-selling* registou uma evolução muito significativa, atingindo os 3,96 produtos

por Cliente. As metas fixadas para o Retalho, no âmbito do Programa Millennium, foram largamente excedidas: para um objectivo de crescimento das receitas de 190 milhões de euros, entre 2003 e 2006, o Retalho conseguiu atingir 221 milhões de euros.

A envolvente competitiva do negócio da Banca de Retalho em Portugal pautou-se por uma forte concorrência ao nível das principais variáveis de negócio, com especial agressividade no crédito à habitação e na captação de recursos. Os Bancos estrangeiros a operar em Portugal desenvolveram estratégias de preço suportadas em elevadas ambições de conquista de volume e quota de mercado, com impacto relevante ao nível da evolução da margem financeira dos principais bancos do sistema.

Aspecto importante a destacar foi a crescente complexidade do enquadramento normativo introduzida pelas autoridades de supervisão, nomeadamente, em aspectos críticos para a Banca de Retalho, como as alterações regulamentares introduzidas ao nível da abertura de contas de depósitos à ordem, à comercialização de Fundos de Investimento e à realização de vendas não presenciais.

Registe-se também a crescente tendência para utilização de uma abordagem multicanal, complementando a interlocução com as equipas comerciais das Sucursais com a utilização dos denominados canais de Banca Directa, nomeadamente, Internet, Mobile Banking e Banca Telefónica.

Para os canais de Banca Directa – que suportam a preferência dos Clientes, sobretudo por via da conveniência e disponibilidade –, o ano 2006 consubstanciou a consolidação da estratégia de conquista de novos utilizadores e do aumento do negócio através de uma oferta de produtos e serviços complementar à proposta de valor das Sucursais. O crescimento da utilização regular destes canais foi superior a 25%, sendo de destacar que, no âmbito dos inquéritos de qualidade realizados a utilizadores do portal Internet, 94% referiram estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o serviço.

Segmento Mass Market

Em 2006, o Millennium bcp definiu como vectores estratégicos para o segmento de *Mass Market* a consolidação da relação comercial através do reforço de acções pró-activas no âmbito do plano de contactos obrigatório, a dinamização da oferta de pacotes de produtos e também a dinamização da captação de novos Clientes através de acções específicas ao longo do ano, nomeadamente, com ofertas de valor específicas para jovens, dinamização dos acordos comerciais, alargamento da base de Clientes por via da captação dos agregados familiares e do desenvolvimento de ofertas apelativas e competitivas.

O contacto com a base de Clientes foi alargado com a oferta *inbound*, aproveitando os contactos por iniciativa do Cliente para propor uma oferta adequada e oportuna, potenciando desta forma as vendas na sucursal.

No segmento de *Mass Market*, os jovens assumiram um papel de destaque na estratégia do Banco. Assim, a oferta de valor para este segmento foi complementada com a acção comercial "Jovens com Asas", em Outubro, com o objectivo de estreitar a relação entre o Millennium bcp e os jovens através de uma oferta apelativa e fortemente distintiva face à concorrência. O Millennium bcp assumiu assim um compromisso com os jovens, garantindo resposta às principais necessidades financeiras



deste segmento – financiamento do primeiro carro, primeira casa ou computador: O Millennium bcp vai estender ao longo de 2007 um plano de acção continuado de acções comerciais com vista a estreitar o relacionamento com o segmento jovem.

Assumindo-se claramente como “Banco da Família”, o Millennium bcp lançou em 2006 uma vantagem especial com o objectivo de potenciar o envolvimento dos agregados familiares e a relação “Pais-Filhos”. Filhos de Clientes do Banco beneficiam do relacionamento dos pais com o Banco, sendo-lhes atribuídas condições preferenciais no crédito à habitação e pessoal. Ao conceder este benefício, o Millennium bcp tem como objectivo aumentar a sua capacidade de captação de Clientes jovens e estimular a retenção dos pais.

Dois anos e meio após o seu lançamento, a “Solução Cliente Frequente” – oferta de um conjunto de produtos e serviços – continua a corresponder às expectativas dos Clientes. Indicadores como o número de Clientes em carteira – 260.000 – e o aumento do indicador de *cross-selling* comprovam que estes Clientes estão mais envolvidos com o Banco e mais satisfeitos, reforçando desta forma a relação de primeiro Banco com o Millennium bcp.

Para os Jovens com idade inferior a 26 anos, a Solução assume a designação “Seleção Sub 26” e apresenta, para além de todos os benefícios que caracterizam o “Cliente Frequente”, condições mais favoráveis e flexíveis, particularmente no acesso ao “Crédito Universitário”.

Indicadores como o grau de satisfação global com o Banco comprovam a evolução muito positiva da posição do Millennium bcp como primeiro Banco e o aumento do *cross-selling*.

Em 2007, o Millennium bcp irá prosseguir a sua estratégia de abordagem do segmento, sustentada na dinamização do Programa “M3”, enquanto pilar da estratégia comercial pró-activa, e da redução da carga administrativa nas Sucursais, dando especial atenção ao papel da Internet como canal de distribuição.

O Millennium bcp pretende continuar a centrar as suas atenções na captação de novos Clientes, no aprofundamento das relações comerciais com a actual base de Clientes e no crédito à habitação.

Segmento Affluent/Prestige

Tratando-se do segmento que inclui Clientes particulares do Retalho com mais elevado património financeiro e que geram rendibilidades unitárias mais elevadas, a concorrência é particularmente agressiva, assistindo-se ao lançamento de estratégias dirigidas aos Clientes deste segmento.

A estratégia do Millennium bcp assenta na melhoria contínua da proposta de valor do Banco para este segmento, ao nível da oferta de produtos e serviços disponíveis, das competências técnicas e comportamentais dos Gestores de Cliente, da forma de planear e organizar a sua actividade comercial e das ferramentas de suporte à sua actividade diária.

Registaram-se melhorias significativas ao nível da oferta específica do segmento, com o Programa “Cliente Prestige”, com o lançamento dos “Cartões Prestige” de débito e de crédito versão “milhas aéreas” e do acesso, através da Internet, a fundos de investimento das melhores sociedades gestoras internacionais.

Foram efectuadas acções de formação que abrangeram a totalidade dos Gestores de Cliente assim como todos os responsáveis de Sucursais de gestão personalizada, através do “Programa Mais

Prestige”, que abarca o planeamento da actividade comercial, técnicas e venda, utilização das ferramentas de suporte à actividade do gestor e formação para o aconselhamento financeiro.

Foi alargado a todos os Gestores de Cliente e colocado em prática o “Plano de Contactos Obrigatórios”, estabelecendo um número mínimo e tipologia de contactos/ano/por Cliente. Através do acompanhamento e monitorização diária dos contactos efectuados, evoluiu-se para a concretização deste objectivo para níveis superiores a 90%, o que em muito contribuiu para o aumento do nível de satisfação dos Clientes e com o Gestor de Cliente em particular.

Foi disponibilizada uma nova versão do “Dossier Prestige” que permite ao Gestor de Cliente ter uma visão da distribuição do património financeiro dos Clientes por classe de risco, que passou a estar associada a uma ferramenta de perfilagem. A conjugação destas duas funcionalidades permite a execução de um diagnóstico financeiro aos Clientes Prestige, por forma a adequar a alocação do seu património ao perfil de investidor, horizonte temporal e objectivos pessoais de cada Cliente. O nível de utilização desta funcionalidade por parte dos agentes comerciais tem vindo a superar as expectativas mais optimistas.

Em 2007, o Banco irá prosseguir a sua estratégia de abordagem ao segmento, procurando:

- Prosseguir com o crescimento sustentado do segmento Prestige em número de Clientes, enfocando na captação, volume e rendibilidade;
- Clarificar/posicionar as vantagens da oferta “Cliente Prestige”, distinguindo argumentários e elementos de comunicação nas Sucursais Prestige;
- Consolidar o “Programa Mais Prestige”, nomeadamente, aumentar a intensidade e a qualidade da relação com os Clientes e reduzir a carga administrativa dos gestores, disponibilizando mais tempo para a actividade comercial pró-activa;
- Criar os meios que permitam certificar as qualificações do Gestor/Consultor Prestige;
- Optimizar a gestão de encarteiramento e automatizar os modelos de dinamização comercial suportada na atribuição de crédito pré-aprovado.

Segmento Negócios

O segmento Negócios caracteriza-se pela existência de muitos operadores no mercado, tendo recentemente aparecido novos concorrentes com reconhecidas competências no segmento. Os Clientes continuam a diversificar o número de bancos com quem trabalham, fazendo consultas alargadas para todos os produtos de maior valor no seu negócio. Verifica-se um crescente esmagamento de margens e comissões.

O Millennium bcp posiciona-se no segmento Negócios como um Banco universal, atento às necessidades dos Clientes, com uma oferta abrangente e um nível de serviço que se pretende de excelência. Através de um modelo misto de Gestores de Clientes e acompanhamento em Sucursais de Retalho, o Banco apresenta-se como a primeira referência em termos de notoriedade no segmento. O recente lançamento da iniciativa “Cliente Aplauso”, com distinção por parte do Millennium bcp



dos Empresários que investem na sustentabilidade dos seus negócios, contribuiu para elevar ainda mais o reconhecimento da marca Millennium como sinónimo de serviço bancário de excelência para negócios e empresários. O corolário desta actuação tem sido a liderança em termos de captação da primeira relação bancária com os Clientes de bom risco.

Além da campanha “Invista, Chegue Mais Alto”, o Banco esteve ligado a iniciativas de promoção do empreendedorismo e ao lançamento de programas desenhados para servir alguns sectores de actividade, através de produtos dedicados, complementados com um aconselhamento profissional.

O arranque da automatização de aprovação e renovação de limites de crédito permitiu reduzir o tempo de análise dos projectos de investimento dos Clientes, podendo estes aproveitar todas as oportunidades de aumentar o valor do seu negócio, com o apoio do Banco.

Em 2007, o Millennium bcp pretende continuar a centrar as suas atenções na captação de novos Clientes, nomeadamente, apoiando a fase de lançamento de novos negócios, e no aprofundamento das relações comerciais com os Clientes, particularmente no apoio à sua tesouraria e através de produtos inovadores.

O “Cliente Aplauso” continuará a ser o programa de maior notoriedade do segmento, pretendendo aumentar o leque de benefícios especialmente pensados para assegurar a sustentabilidade futura dos negócios, razão de ser do programa.



O segmento de Corporate e Empresas é constituído pelas redes de Corporate e Empresas bem como pelas plataformas de crédito especializado, Factoring, Leasing, Renting e a área de Recuperação de Crédito. A actividade do Millennium bcp no segmento em Portugal é conduzida através da Rede Empresas, especializada na resposta às necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendido entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, e da Rede Corporate, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado. Desde o início de 2006, integram também este segmento o negócio de International Corporate Banking, transferido da rede de Private Banking, e a actividade da Direcção Internacional do Banco.

	Milhões de euros		
	2006	2005	Var. % 06/05
Demonstração de resultados			
Margem financeira	323,7	299,6	8,0%
Outros proveitos líquidos	132,4	143,9	-8,0%
	456,1	443,6	2,8%
Custos operacionais	101,0	108,8	-7,1%
Imparidade e provisões	22,1	21,4	3,3%
Contribuição antes de impostos	332,9	313,4	6,2%
Impostos	91,6	86,2	6,2%
Contribuição líquida	241,4	227,2	6,2%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.107	1.068	3,6%
Rendibilidade do capital afecto	21,8%	21,3%	--
Riscos ponderados	22.307	21.835	2,2%
Rácio de eficiência	22,2%	24,5%	--
Crédito a clientes	16.734	15.939	5,0%
Recursos totais de clientes	8.216	10.805	-24,0%

A evolução da contribuição líquida da área de negócios de Corporate e Empresas, que totalizou 241,4 milhões de euros em 2006 (+6,2%), e a gestão criteriosa do capital determinaram a melhoria da rendibilidade do capital afecto para 21,8% em 31 de Dezembro de 2006.

Apesar da forte competitividade que caracteriza este segmento de negócio, a margem financeira cresceu 8,0% entre 2005 e 2006, suportada por uma gestão eficiente dos *spreads* e pelo aumento do crédito concedido (+5,0%), não obstante ter sido condicionada pelo menor nível de depósitos de clientes, influenciado pela volatilidade associada aos depósitos captados de Grandes Empresas e de Clientes Institucionais.

A evolução dos recursos totais de clientes foi ainda afectada pela transformação de débitos titulados em outros activos mobiliários de carteiras de Clientes Institucionais.

Os outros proveitos líquidos registaram uma quebra de 8,0% face a 2005, determinados pelo menor volume de comissões, limitando o grau de execução do Programa Millennium, que se situou em 54% em 2006.

A evolução favorável da margem financeira, a manutenção dos níveis de dotações por perdas de imparidade de crédito face ao ano anterior e a redução dos custos operacionais, beneficiando do redimensionamento do quadro de Colaboradores, traduziu-se numa melhoria do rácio de eficiência para 22,2% em 2006, face aos 24,5% apurados em 2005.

A principal linha orientadora da actividade da Área de Corporate e Empresas passou, em 2006, pela prestação aos Clientes de um serviço de qualidade, através de um acompanhamento personalizado, actuando de forma pró-activa na criação de instrumentos que permitam otimizar a relação comercial, com o objectivo de maximização do respectivo valor criado e do nível de satisfação dos Clientes. Manteve-se o enfoque na dinamização da utilização pelos Clientes dos canais automáticos e na diversificação de financiamentos através de soluções de leasing, renting e factoring. No que respeita à área internacional, procedeu-se à criação de serviços especializados de apoio aos Clientes, conservando-se a aposta na recuperação de crédito e na captação de novos Clientes.

Com vista à concretização destas linhas orientadoras, foi realizado um conjunto alargado de acções. Ao nível da promoção da actividade, destacam-se: a renovação da comunicação com o mercado sobre a oferta de valor do Millennium bcp; a participação em eventos de apoio à internacionalização das empresas portuguesas; a intensificação de contactos com Organismos Governamentais, designadamente, o IAPMEI, tendo em vista a disponibilização de soluções conjuntas para apoio à actividade das PME; a manutenção da cooperação com as câmaras de comércio de alguns países com os quais Portugal apresenta maiores trocas comerciais; a intensificação da utilização das funcionalidades disponíveis no portal de empresas de "Serviço de Pagamento a Fornecedores"; e a continuação do enfoque na oferta para devedores do Sector Público Administrativo através da "Solução Município".

Destaca-se também a disponibilização de novos produtos e serviços de valor acrescentado inovadores para empresas, salientando-se o início da comercialização do serviço "Agregação de Comissões e Portes", do serviço de cobranças electrónicas em Espanha, do "Millennium Trade Solutions", do "Carro Fácil" e "Serviço de Legalização de Viaturas", no âmbito da oferta de leasing automóvel, e o lançamento de linha de crédito para financiamentos com garantia mútua.

Foram também conduzidas diversas acções estruturantes, entre as quais se salientam: o lançamento de um sistema de apoio à acção comercial designado por *commercial toolkit*; a integração do renting na área de leasing, assegurando-se, de raiz, o reforço de uma abordagem comercial conjunta junto de todas as redes, agora também no âmbito do negócio automóvel, lançando as bases para a reformulação da oferta automóvel; certificação de qualidade do processo de factoring, financiamento automóvel e de leasing mobiliário e o início de igual certificação para o processo de leasing imobiliário e crédito protocolado; e o início da certificação do processo de recuperação de crédito – Retalho, o qual resultará na consolidação, optimização e harmonização dos procedimentos e no desejável reforço da performance da actividade de recuperação de crédito.

Corporate e Empresas

Em 2006, o Millennium bcp continuou a posicionar-se como líder de mercado nos segmentos de Corporate e Empresas, promovendo uma imagem de Banco inovador, com uma oferta completa de produtos bancários tradicionais, completada com financiamentos especializados e serviços de valor acrescentado, tendo por objectivo a disponibilização de soluções adequadas às necessidades dos Clientes, no quadro do estabelecimento, com cada Cliente, de uma verdadeira relação de parceria.

Em 2007, pretende-se continuar a incentivar o crescimento da rede, pela utilização crescente de metodologias orientadas pelo aprofundamento dos critérios de optimização do capital, apoiado pelo re-

forço de uma oferta global de produtos e serviços e por instrumentos poderosos de apoio à acção comercial, onde se insere a consolidação da utilização do *commercial toolkit*, alicerçado na manutenção de um nível de serviço de excelência, permitindo, desta forma, otimizar e diferenciar a oferta de valor ao Cliente e a remuneração dos Accionistas.

Factoring

O factoring vem assumindo, nos últimos anos, uma importância cada vez maior para as empresas enquanto instrumento complementar de financiamento, tendo associado o serviço de gestão e cobrança de documentos e uma eventual cobertura de risco dos créditos. O crescimento deste mercado tem contribuído para o desenvolvimento, no Millennium bcp, de produtos cada vez mais adequados aos respectivos segmentos e nichos de mercado, adaptando a oferta, de forma constante e sistemática, às necessidades e expectativas dos Clientes. Esta é, aliás, uma estratégia que se pretende distintiva num mercado onde o factor preço está sob grande pressão.

Tendo por objectivo a satisfação das necessidades cada vez mais específicas dos Clientes, será prosseguida a divulgação da oferta de factoring, em especial junto de Clientes da rede de Retalho, a melhoria das funcionalidades disponíveis no portal de empresas e a consolidação da carteira de produtos através da oferta alargada de cobertura de risco em operações de factoring domésticas e internacionais, sendo expectável manter o crescimento de dois dígitos.

Leasing

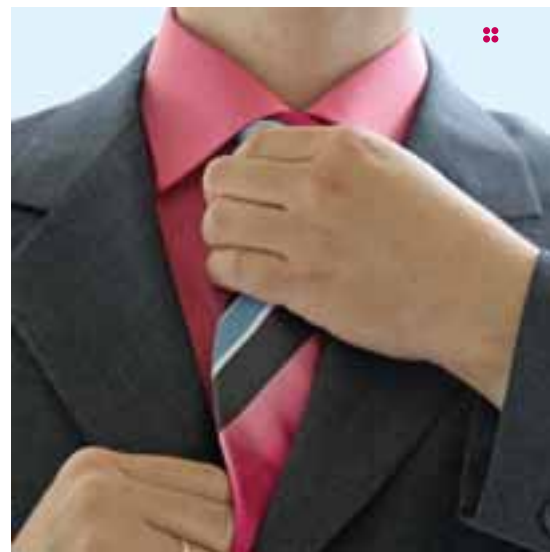
Continua a registar-se um elevado dinamismo e concorrência no leasing, abrangendo todos os produtos e segmentos, induzindo uma crescente pressão sobre os preços praticados. A estratégia, em 2006, assentou na concentração dos negócios em Clientes de melhor risco e no financiamento de imóveis e de equipamentos com mercados secundários activos. O crescimento sustentado da actividade de leasing permitiu a consolidação da liderança do Millennium bcp, resultado da capacidade de diferenciação da oferta, do alargamento e adequação dos produtos disponibilizados e da continuada aposta na qualidade dos serviços.

Perspectiva-se para 2007 um crescimento mais moderado do negócio, seguindo a tendência do sector, mantendo-se como objectivo a sustentação das actuais quotas de mercado. A consolidação da unidade de negócio de crédito especializado e o desenvolvimento dos vectores estratégicos referidos constituirão as principais preocupações para o próximo ano, com destaque para o reforço da oferta no âmbito do automóvel, a obtenção de sinergias pela integração plena do renting e sua maior dinamização junto da rede de Retalho, além do estudo de soluções para a oferta da locação operacional de equipamentos.

Direcção Internacional

A estratégia adoptada em 2006 passou por segregar claramente funções comerciais de funções de suporte técnico e de controlo, e incutir pró-actividade e dinamismo às equipas responsáveis pela captação de negócio internacional. Para concretizar esta estratégia, procedeu-se à reestruturação da Direcção, criando duas áreas distintas de negócio: uma área vocacionada para o relacionamento com Instituições Financeiras, ocupando-se do movimento transaccional e de custódia institucional, e uma área especializada no acompanhamento da internacionalização e do desenvolvimento da actividade de comércio externo dos Clientes, apoiando as redes comerciais do Banco.

Dentro desta perspectiva, salienta-se a criação do "Millennium Trade Solutions", centro de competências especializado para apoio às necessidades das empresas, no âmbito da sua actividade internacional.



Nesta nova área, destacam-se: a negociação de linhas de crédito e de emissão de garantias bancárias; a apresentação dos produtos *cash management* e factoring internacional; a informação a Clientes sobre mercados externos para efeitos de investimento e de operações de *trade finance*; e a participação em missões empresariais de detecção e exploração de oportunidades de negócio em mercados externos. De realçar, igualmente, a dinamização da actividade da sucursal *offshore* de Macau e do escritório de representação na China, plataforma para canalizar para aquela região negócio dos mercados multidomésticos. O controlo de custos e o acompanhamento dos proveitos gerados foram uma preocupação constante da Direcção Internacional, promovendo a melhoria da informação de gestão e um rigoroso controlo orçamental.

O Millennium bcp assegurou mais uma vez a liderança na actividade de custódia em Portugal, sendo ainda de salientar a distinção como "Best Sub-Custodian Bank in Portugal – 2006" atribuída pela revista *Global Finance* – e a certificação dos processos de "Gestão de Custódia Institucional" e de "Tomada e Cedência de Títulos" pelo Bureau Veritas Certification, no âmbito do projecto "Quality System Certification" pelos standards do ISO 9001:2000.

Dos objectivos para 2007, destacam-se a implementação de uma oferta multidoméstica de serviços, envolvendo todas as operações do Millennium bcp nos vários mercados de actuação, o aumento da quota nos mercados multidomésticos, nos produtos de comércio externo e de Custódia Institucional, e a continuação de redução de custos e de controlo de risco operacional, por implementação de automatismos, em projectos transversais ao Banco relativos ao negócio internacional.

Recuperação de Crédito

Em 2006, procedeu-se à reestruturação da Direcção, tendo como principais objectivos uma maior adequação da estrutura orgânica às necessidades da actividade de recuperação de crédito, a racionalização dos recursos envolvidos e a obtenção de níveis acrescidos de eficácia e eficiência. As alterações introduzidas procuraram adequar a actividade para uma gestão *on going* dos processos, abandonando progressivamente a óptica de *task force*, promover a especialização das unidades em função da natureza dos Clientes e dos produtos, e sua autonomização, e o reforço da relação com as redes comerciais. Estas alterações permitiram a simplificação da estrutura e a redução material do número de Colaboradores, com a consequente optimização de processos e economia de custos.

Tendo em vista o aumento da eficácia, assistiu-se em 2006 a um maior aprofundamento da articulação entre a Direcção de Recuperação de Crédito e as diversas redes comerciais, com o reforço do cruzamento e actualização de informações relevantes. Introduziram-se ainda diversas melhorias nos mecanismos de detecção de situações de potencial agravamento de incumprimento, relacionados com os processos de Recuperação de Crédito, e na sua divulgação, tendo em vista a detecção antecipada de situações de risco, a sua prioritização e a melhoria da eficácia da recuperação. Iniciou-se também a adaptação dos aplicativos existentes às exigências decorrentes do processo de implementação de Basileia II.

Em 2007, em sintonia com a evolução das necessidades do Banco e da adaptação aos novos critérios resultantes de Basileia II, a Direcção de Recuperação de Crédito enfocará a sua actividade no acompanhamento e gestão dos Clientes em incumprimento, designadamente, através de acções que visem a minimização do risco de perda económica associada à carteira de crédito do Banco.



PRIVATE BANKING E ASSET MANAGEMENT

A actividade de Private Banking e Asset Management é assegurada pela rede Private Banking em Portugal, pelo Millennium Banque Privée, uma plataforma de private banking de direito suíço, pelo ActivoBank7, um banco *online* de serviço global, especializado nos negócios de bolsa e na selecção e aconselhamento de produtos de investimento de longo prazo, e pelas subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento. No início de 2006, o negócio de International Corporate Banking deixou de integrar este segmento, sendo transferido para o segmento de Corporate e Empresas.

	Milhões de euros		
	2006	2005	Var.% 06/05
Demonstração de resultados			
Margem financeira	42,1	42,7	-1,4%
Outros proveitos líquidos	65,9	55,2	19,4%
	108,0	97,9	10,3%
Custos operacionais	64,1	68,1	-6,0%
Imparidade e provisões	3,2	0,1	--
Contribuição antes de impostos	40,8	29,6	37,5%
Impostos	8,2	3,3	145,2%
Contribuição líquida	32,6	26,3	23,8%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	111	129	-14,3%
Rendibilidade do capital afecto	29,3%	20,3%	--
Riscos ponderados	2.306	2.233	3,3%
Rácio de eficiência	59,3%	69,6%	--
Crédito a clientes	2.600	2.454	6,0%
Activos sob gestão	15.484	14.554	6,4%

O efeito conjugado do aumento da contribuição líquida do segmento de Private Banking e Asset Management (+23,8%), cifrando-se nos 32,6 milhões de euros em 2006 (26,3 milhões de euros em 2005), e da gestão criteriosa do capital afecto a esta área de negócio, contribuíram para a melhoria da rendibilidade do capital afecto de 20,3% para 29,3%, entre 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2006.

O rácio de eficiência apresentou uma melhoria, ao evoluir de 69,6% em 2005 para 59,3% em 2006, beneficiando da redução dos custos operacionais e do incremento dos proveitos obtidos, nomeadamente, das comissões e outros proveitos, relacionados com o maior volume de activos sob gestão.

Os activos sob gestão elevaram-se a 15.484 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, um aumento de 6,4% face a 31 de Dezembro de 2005, impulsionados pela evolução dos fundos de investimento. O crédito concedido cifrou-se em 2.600 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006 (2.454 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005), beneficiando da expansão da actividade do Millennium Banque Privée e não obstante a limitação de exposições a riscos de mercado assumida pelo Grupo.

Millennium bcp private bankers

Os objectivos estratégicos definidos para a área de Private Banking apontam para um assinalável reforço da quota de mercado e para a duplicação de resultados no horizonte de três anos, tendo por base uma organização ágil e flexível, enfocada nos Clientes e na criação de valor para o Banco e que valoriza e motiva os seus Colaboradores. O plano de acção para a concretização desta estratégia passa por:

- Reforço da captação de Clientes;
- Melhoria e adaptação contínua da oferta;
- Aperfeiçoamento do aconselhamento financeiro prestado;
- Simplificação de processos e desenvolvimento de ferramentas que permitam dedicar mais tempo à acção comercial, melhorando a sua eficácia.

A importância da dinamização da captação de Clientes materializou-se na criação de uma unidade específica para o efeito, com o objectivo de identificar os Clientes potenciais a serem abordados pelas Unidades de Private Banking, com dois pólos, um no Porto e outro em Lisboa. Simultaneamente, estão a ser desenvolvidos esforços na utilização de promotores nos mercados externos igualmente com o objectivo diversificar e expandir a base de Clientes-alvo.

A gestão da oferta tem sido assegurada pela Wealth Management Unit (WVMU), com a diversificação das alternativas de investimento através de fundos de investimento, do reforço da dinâmica de colocação de estruturados e suporte às necessidades de investimento de segmentos específicos de Clientes. Esta unidade passou igualmente a integrar uma equipa reforçada de Especialistas de Investimento, responsáveis por apoiar de forma sistematizada os private bankers na preparação de propostas de investimento adaptadas às necessidades específicas de Clientes, que deu prioridade à contínua introdução de novos produtos de terceiros, nas áreas de acções e de alternativas à gestão de produtos próprios, nomeadamente, carteiras de gestão discricionária de retorno absoluto e ao desenvolvimento de uma ampla gama de produtos estruturados, inclusivé em arquitectura aberta. Para o efeito, desenvolveram-se ferramentas que simplificam e conferem mais eficácia ao processo de aconselhamento. Em áreas fora da actuação bancária, designadamente no domínio da assessoria fiscal, utilizaram-se entidades externas.

Aperfeiçoaram-se políticas de contactos de segmentos de Clientes assentes num sistema que permite o registo e acompanhamento das interacções. Foi criada uma *newsletter* mensal de acompanhamento dos mercados e de alocação de activos.

Em 2006, foram ajustados os níveis de delegação de competências e aperfeiçoou-se o sistema de incentivos da área de negócio, ligando mais directamente a remuneração variável aos contributos positivos para a criação de valor de cada Colaborador. Através do programa CREA (Crescimento, Rendibilidade, Enfoque e Aconselhamento) procurou-se criar um espírito de compromisso de todos no reforço da posição no mercado e desenvolvimento do negócio.

A envolvente competitiva do negócio doméstico permaneceu adversa, condicionada pelo reduzido dinamismo da economia portuguesa e pela agressividade das propostas dos *players* de nicho. Não obstante, o esforço de captação permitiu expandir em 2% a base de Clientes do negócio doméstico e atingir um expressivo crescimento de volumes, tanto ao nível do crédito, como dos activos sob gestão.

A vertente internacional do negócio encontra-se condicionada pelas alterações regulamentares ocorridas e por sinais da necessidade de ir para além de um modelo ainda demasiado assente no mercado lusófono. Neste contexto, e não obstante a redução significativa de custos, os resultados operacionais desta área ficaram aquém do esperado e decresceram face ao ano anterior.

Os objectivos estabelecidos para 2007 visam a prossecução de um continuado desenvolvimento e dinamismo do negócio doméstico, sendo esperado que a Unidade de Captação tenha um impacto ainda mais positivo na aquisição de novos Clientes. A crescente aplicação dos novos modelos de gestão e aconselhamento contribuirão, de forma segura, para a melhoria da margem dos activos sob gestão. Na vertente internacional, um renovado esforço de captação e abordagem de novas geografias constitui a chave para permitir um crescimento sustentado dos activos e do contributo para os resultados.

Millennium Banque Privée

O Millennium Banque Privée, uma plataforma de private banking constituída na Suíça em 2003, desempenha um papel importante na área de negócio de Private Banking e Asset Management. Todas as suas actividades são centradas nos Clientes, sendo prestados serviços de elevada qualidade, baseados na confiança e na discrição e apoiados numa equipa com excelentes qualificações e competências a todos os níveis da organização. O Millennium Banque Privée valoriza a inovação e o enfoque no desempenho.

Em 2006, graças à boa evolução na aquisição de Clientes nos mercados-alvo, o Millennium Banque Privée reforçou a sua base de activos, a sua organização e a rentabilidade. Os bons resultados alcançados nos mercados-alvo foram conseguidos através do reforço das equipas bancárias, em particular no que respeita aos gestores de relação, à consultoria de investimento e ao *trading*, reforçando as capacidades na aquisição de Clientes e no serviço aos Clientes, com ênfase na selecção de produtos e na inovação. O ano 2006 foi ainda marcado pela melhoria da plataforma informática, permitindo o aperfeiçoamento da informação de gestão do negócio.

O sucesso destes desenvolvimentos, combinado com regras de *compliance* rígidas, eficiência organizacional, controlo rígido dos custos e a ênfase na melhoria constante das soluções de investimento relacionadas com os Clientes permitiu ao Millennium Banque Privée atingir resultados significativos em 2006.

O Millennium Banque Privée registou em 2006 uma evolução muito favorável do resultado líquido face ao ano anterior; resultante de um forte crescimento da sua actividade, que se traduziu na evolução da margem financeira e das comissões, essencialmente de corretagem e de mercado primário, não obstante o aumento verificado nos custos de transformação associado ao recrutamento de novos Colaboradores.

Millennium Banque Privée

Milhões de euros

	2006	2005	Var. % 06/05
Activo total	791,8	688,8	15,0%
Crédito a clientes	602,1	475,3	26,7%
Recursos de clientes	2.409,2	1.924,9	25,2%
Proveitos	28,1	18,8	49,5%
Custos operacionais	12,5	9,8	27,2%
Resultado líquido	11,8	6,8	73,8%
Colaboradores	55	45	22,2%
Sucursais	1	1	--

O Millennium Banque Privée continuará a procurar crescer nos mercados actuais e irá reforçar a sua presença nas duas novas regiões que passaram a ser cobertas em 2006, Polónia e Brasil. Ao mesmo tempo, o Millennium Banque Privée procurará reforçar as relações com a “diáspora” dos seus principais mercados: Brasil, Grécia, Polónia, Portugal e Turquia. O Millennium Banque Privée deverá igualmente apostar na abordagem a novos mercados, apesar de manter uma estratégia enfocada que lhe assegurará um crescimento futuro dos activos.

Gestão de Fundos de Investimento

O mercado Português de gestão de activos é um mercado aberto, com a crescente presença e a concorrência de todas as grandes casas internacionais. A indústria de fundos nacional é uma indústria consolidada e altamente concorrencial, com níveis de comissionamento similares aos praticados nos mercados mais competitivos da Europa, e apresenta *performances* de investimento e práticas de *compliance* em linha com as melhores práticas internacionais.

A área de asset management do Millennium bcp caracteriza-se há alguns anos pela adopção de uma estratégia de actuação baseada na especialização das estruturas locais, em termos de concepção do produto, controlo da qualidade e suporte comercial, e na subcontratação a especialistas, localizados em Lisboa e Londres, para a execução da sua política de investimentos e para a selecção de produtos para as carteiras de gestão discricionária, mantendo e exercendo o controlo apropriado. Esta estratégia permite capitalizar os seus valores fundamentais: estreita ligação aos canais de distribuição do Millennium bcp; esforço de inovação contínuo; *know how* de gestão de activos nacionais e internacionais; e utilização das melhores práticas internacionais na selecção, gestão, negociação e valorização de activos.

No início de 2006, a Millennium bcp Fundos de Investimento foi distinguida com a atribuição do prémio Diário Económico/Standard & Poor's 2006 para a “Melhor Sociedade Gestora Nacional – Fundos Domésticos”, distinção obtida pela segunda vez nas três edições deste Prémio e do Prémio para a “Melhor Sociedade Gestora de Acções – Fundos Domésticos”.

As políticas de gestão adoptadas em 2006 foram alicerçadas na adequação da proposta de valor às necessidades financeiras e perfil de risco dos investidores, dinamizando junto das redes do Banco, e com especial sucesso, os produtos mais adequados a cada perfil. Foram introduzidas melhorias nas condições de gestão e comercialização dos principais fundos de investimento Millennium e reforçada a oferta de novos produtos, destacando-se a introdução de dois novos fundos PPR e um FEI – Fundo Especial de Investimento no sector imobiliário. Foi dinamizada a oferta de fundos com maior valor acrescentado (fundos de fundos e fundos de acções europeias) e reestruturaram-se as políticas de investimento e os parâmetros de gestão de sete fundos de fundos. Ao nível organizacional, foram criadas duas equipas de consultores de investimento, com a missão de apoiar o esforço comercial de adaptação de produtos de investimento às necessidades específicas de cada segmento de Clientes.

O ano 2006 foi ainda marcado pelo crescimento significativo do volume de negócios dos fundos de investimento imobiliários de subscrição particular. Acompanhando este crescimento, reforçou-se a estrutura comercial e operacional, tendo-se constituído no final do ano uma nova sociedade gestora, a Interfundos, que assumirá a gestão desta importante área de negócio.

A área de gestão de patrimónios do Millennium bcp mostrou grande dinamismo em 2006, baseado numa selecção muito criteriosa dos fundos de investimento que compõem as carteiras e por uma prática de ajustamento mensal das mesmas, face à evolução dos mercados, com resultados bastante positivos na rentabilidade final obtida.

Diferentemente da evolução do sector, que cresceu mais em FEI e fundos de acções nacionais, a Millennium bcp Gestão de Fundos de Investimento registou o seu maior crescimento nas classes de fundos de acções sectoriais e fundos mistos (210% e 88%, respectivamente). Estes resultados são a consequência de uma forte aposta na comercialização de fundos de fundos, em resposta ao crescente interesse pelos Clientes de Retalho por uma exposição progressiva ao segmento Accionista aliado a grande liquidez.

O volume de negócios global da área de asset management cresceu 7,6% em 2006, atingindo os 8.304 milhões de euros. Para estes resultados contribuíram de forma expressiva a evolução verificada na gestão discricionária, bem como a melhoria na *mix* dos fundos subscritos, com maior propensão aos fundos de maior valor acrescentado – fundos de fundos e fundos de acções, e o aumento do volume de negócio gerido nos fundos imobiliários.

Destaca-se o crescimento de 45% na gestão discricionária, para o qual foi determinante o crescimento de 34% do número de carteiras geridas. Os fundos mobiliários domésticos apresentaram uma redução em 2006 de 3,2%, o que compara com um crescimento de 3% para o conjunto do mercado. A quota de mercado fixou-se em 19,6% no final de 2006, equivalente a um volume de activos sob gestão de 5.721 milhões de euros. Os fundos localizados no Luxemburgo registaram um significativo aumento de 18,3% dos volumes sob gestão. De salientar, igualmente, o reforço expressivo do peso dos fundos imobiliários, que registaram um acréscimo anual de 64,6%.

Em 2007, numa filosofia integrada de aproveitamento de sinergias, a área de asset management intensificará o relacionamento com as redes comerciais através de acções de promoção dos negócios de fundos de investimento e gestão discricionária, apostando no contínuo aperfeiçoamento da sua proposta de valor; na progressiva penetração de fundos de maior valor acrescentado nos Clientes; em classes de fundos ainda com uma expressão em Portugal inferior à dos mercados congéneres europeus (fundos de retorno absoluto, fundos de capital garantido e rendimento indexado, fundos especiais de investimento); na diferenciação da oferta de fundos em função da estratégia de segmentação do Millennium bcp, nomeadamente, com a dinamização dos fundos de fundos no segmento *Prestige*; e na dinamização da oferta das soluções de complemento de reforma através de fundos PPR.

ActivoBank7

Mantendo o seu posicionamento de banco *online* de investimentos de serviço completo, o ActivoBank7 centrou a sua estratégia na melhoria constante dos produtos e serviços disponibilizados aos seus Clientes, sempre numa lógica de arquitectura aberta, que lhe permite seleccionar objectivamente e com total independência os produtos e serviços das melhores casas de investimento internacionais. A inovação e a optimização do serviço prestado aos Clientes constituem uma permanente preocupação, com vista à prestação de um serviço de excelência.

Os principais vectores de implementação desta estratégia passaram por captar de forma selectiva novos Clientes, aumentar a penetração no património dos actuais, introduzir uma constante inovação na oferta de produtos de investimento e uma nova família de produtos estruturados e aumentar o peso relativo dos produtos que mais contribuem para a conta de exploração do ActivoBank7 na estrutura do património sob gestão.

Em 2006, o ActivoBank7 festejou o seu 5.º aniversário, promovendo um conjunto de iniciativas de divulgação da instituição e tendo publicado a terceira edição do Guia do Investidor. O ActivoBank7 introduziu mais um serviço inovador no mercado: o ActivoTrader, vocacionado para o segmento de *traders* e que permite ter acesso à melhor informação e às mais completas ferramentas de apoio ao investimento.



No mercado de fundos de investimento internacionais, onde o banco registou um crescimento de 22%, foi reforçada a proposta de valor com a introdução de novas soluções de investimento, destacando-se a introdução no mercado dos fundos Fidelity Multimanager, do fundo de estratégia de investimento "alpha" da Schroders e o lançamento de várias versões do Depósito Activo Mais, associando fundos de investimento a um depósito a prazo, bem como disponibilizados 23 fundos da sociedade Crédit Agricole Asset Management, aumentando assim para 20 as sociedades gestoras com representação na proposta de valor do ActivoBank7.

Promoveu-se, em conjunto com a Skandia, o desenvolvimento de um novo *unit linked*, vocacionado para investimentos de médio-longo prazo com benefícios fiscais, e iniciou-se a disponibilização inovadora de produtos estruturados para Clientes mais conservadores, com base em arquitectura aberta. O ActivoBank7 participou também, de forma muito activa, nas duas operações de privatização realizadas no decurso do ano, sendo *co-leader* na OPV da Galp Energia e na 3.ª fase de privatização da Portucel.

Durante o ano 2006, verificou-se um acréscimo significativo da concorrência das principais instituições financeiras nos principais segmentos de negócio do ActivoBank7: o negócio de bolsa *online* e os fundos de investimento. Tanto no negócio de bolsa como na comercialização de fundos de investimento estrangeiros, o ActivoBank7 assegurou uma quota de mercado significativa, 19,1% no acumulado do ano.

O reforço da relação comercial com os seus Clientes permitiu aumentar o património médio dos Clientes activos em 17,6%, atingindo-se um valor de 43,5 mil euros por Cliente, tendo ainda sido possível crescer 19% em património financeiro. O crescimento dos fundos de investimento e operações de bolsa reflectiu-se num acréscimo significativo da conta de resultados do Banco, com um peso crescente das comissões no produto bancário e os resultados antes de impostos, mais do que duplicaram relativamente ao ano anterior; fruto de uma optimização sistemática ao nível dos custos incorridos.

O resultado líquido registou um forte aumento face a 2005 (+62,6%) como resultado de uma maior eficiência, com os proveitos a aumentarem 18% e os custos operacionais 2,9%, a par do crescimento do volume de negócios. A margem financeira, que representa 40,2% do total de proveitos, registou uma subida de 46,7% face a 2005 e as comissões um aumento de 24,7% em relação ao ano anterior.

ActivoBank7

	2006	2005	Var. % 06/05
Activo total	211.602	190.858	10,9%
Crédito a clientes	29.707	25.544	16,3%
Recursos de clientes	479.535	415.539	15,4%
Proveitos totais	9.351	7.926	18,0%
Custos operacionais	7.054	6.854	2,9%
Resultado líquido	1.422	875	62,6%
Quota de mercado (transacções <i>online</i>)	17,3%	24,7%	--
Colaboradores	61	64	-4,7%

Milhares de euros

Em 2007, o ActivoBank7 manterá o seu posicionamento como Banco de Investimento *online* de serviço completo, assegurando aos seus Clientes uma proposta de valor inovadora e seleccionada, de forma independente, junto das melhores casas de investimento internacional. O crescimento da base de Clientes constituirá um dos vectores básicos de actuação do Banco em 2007, através da implementação de iniciativas inovadoras no mercado interno e analisando o interesse da exportação do modelo de sucesso do Banco para mercados internacionais.

A Área de Negócio de Banca de Investimento desenvolve as actividades nos mercados Accionistas, compreendendo a corretagem e o *equity research*, nos mercados de rendimento fixo, nos produtos de tesouraria, a assessoria financeira e a *corporate finance*, bem como financiamentos especializados nos domínios de *project finance* e de *structured finance*. A Área de Negócio actua numa perspectiva multidoméstica, através da Banca de Investimento e de outras sociedades do Grupo.

Milhões de euros

	2006	2005	Var. % 06/05
Demonstração de resultados			
Margem financeira	(23,3)	0,2	--
Outros proveitos líquidos	166,1	169,3	-1,9%
	142,7	169,5	-15,8%
Custos operacionais	50,0	53,7	-7,0%
Imparidade e provisões	1,9	5,3	-65,0%
Contribuição antes de impostos	90,9	110,4	-17,7%
Impostos	26,5	27,4	-3,6%
Contribuição líquida	64,4	83,0	-22,4%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	160	131	22,4%
Rendibilidade do capital afecto	40,2%	63,4%	--
Riscos ponderados	3.612	2.820	28,1%
Rácio de eficiência	35,0%	31,7%	--
Crédito a clientes	702	499	40,6%

No decurso do terceiro trimestre de 2006, o modelo organizacional da Área de Negócio foi ajustado tendo em vista um maior alinhamento com o posicionamento estratégico pretendido para cada actividade, com uma clara ambição acrescida em termos de alcance geográfico. Em simultâneo com o aproveitamento de oportunidades incrementais no *franchise* já existente em Portugal, o Grupo pretende desenvolver a sua actividade de Banca de Investimento nos restantes mercados prioritários, capitalizando a experiência e competências adquiridas em Portugal e aproveitando a capacidade local de estabelecimento de relações com empresas, organismos públicos e investidores. Nos restantes mercados, a actuação será dirigida essencialmente pelas oportunidades derivadas da expansão dos seus Clientes para outros mercados e do relacionamento com bancos congéneres.

A contribuição líquida da Banca de Investimento totalizou 64,4 milhões de euros em 2006 (83,0 milhões de euros em 2005), determinada fundamentalmente pela evolução da margem financeira, que incorpora os impactos do aumento das taxas de juro no custo do *funding* da carteira de negociação, cujos rendimentos estão relevados em resultados de operações financeiras, e da gradual amortização de produtos estruturados que beneficiavam de um custo financeiro mais favorável.

Os outros proveitos líquidos registaram um ligeiro decréscimo face a 2005, não obstante a tendência favorável registada na segunda metade de 2006, suportada pelos maiores níveis de actividade e de comissões geradas neste período. A redução dos custos operacionais e do esforço de provisiona-

mento entre 2005 e 2006 não foram suficientes para compensar a diminuição dos proveitos. A rentabilidade do capital afecto situou-se em 40,2% e o rácio de eficiência em 35,0%.

O crédito a clientes registou um incremento face a 31 de Dezembro de 2005, fundamentalmente, determinado pelo envolvimento do Millennium bcp investimento como *lead arranger* em importantes operações de *project finance* no quarto trimestre de 2006, em cujo sindicato bancário o Millennium bcp também participou.

A actividade de Banca de Investimento foi condicionada pelo reduzido dinamismo da economia portuguesa, com o concomitante adiamento de decisões de investimento, não obstante a melhoria do clima de actividade nos últimos meses. A Banca de Investimento não deixou, contudo, de marcar presença de destaque em inúmeras operações ocorridas em 2006.

No mercado accionista, a Banca de Investimento manteve uma posição de liderança com uma quota de mercado superior a 10%, apesar da crescente intensificação da concorrência, sendo ilustrativo a este respeito o forte incremento registado no número de membros com acesso directo à negociação, de menos de 20 em 2003 para mais de 60 actualmente, a maioria dos quais grandes bancos estrangeiros com presença global.

Neste domínio, o Banco reforçou as capacidades na intermediação com Clientes particulares, por via da prestação de serviço cada vez mais personalizado, de um relacionamento muito próximo e do reconhecimento de um aumento da suas valências técnicas. É de destacar, neste âmbito, o forte crescimento da actividade de vendas institucionais a Clientes internacionais, permitindo a angariação de importantes Clientes no Reino Unido e na Europa Continental, assim como a manutenção de uma presença relevante junto dos principais investidores institucionais portugueses. Saliente-se a participação nas conferências europeias de empresas de média capitalização, os "*Mid Cap Events*" de Paris e Londres, que permitiram juntar as empresas portuguesas mais importantes deste universo com um total de mais de 150 analistas europeus. A equipa de *research* de acções da Banca de Investimento foi reconhecida internacionalmente pela prestigiada revista "*Forbes/Starmine*", que atribuiu o prémio de segundo melhor analista de acções, entre 2.700 analistas europeus, em termos de capacidade de previsão de resultados das empresas. Adicionalmente, a especializada revista "*AQ Research*" atribuiu a dois analistas da Banca de Investimento, os primeiros lugares em termos de previsão de resultados, no quadro das empresas ibéricas.

No capítulo dos produtos de negociação, a Banca de Investimento introduziu diversas inovações no mercado português. No programa de certificados, foram pela primeira vez emitidas e disponibilizadas ao público emissões que permitem investir nos mercados de mercadorias (ouro e petróleo). Também através de certificados, o Banco tornou possível o investimento em índices, por si desenvolvidos, baseados em estratégias de investimento quantitativas – índices *Value and Growth*. Estas emissões não encontram qualquer paralelo em produtos concorrentes presentes no mercado português. Esta ampliação da gama de produtos de investimento possibilitou um assinalável crescimento do negócio, sobretudo na segunda metade do ano, que terá continuidade em 2007. Relativamente ao programa de warrants, a Banca de Investimento manteve a sua actividade, com emissões concentradas em activos portugueses e no índice DAX, distribuída por dois mercados, a Euronext e a PEX.

Na área de mercado de capitais de rendimento fixo, a Banca de Investimento teve uma participação activa na organização e montagem de emissões de empréstimos obrigacionistas, de programas de papel comercial, bem como na emissão e colocação de produtos estruturados. Relativamente à emissão de obrigações, são de destacar as lideranças dos empréstimos obriga-

cionistas para a ANA – Aeroportos e Navegação Aérea (100 milhões de euros), a Espírito Santo Tourism (49,77 milhões de euros) e a Sonae Indústria (50 milhões de euros). A Banca de Investimento foi ainda líder conjunto da única Oferta Pública de Subscrição de Obrigações levada a cabo por uma entidade não financeira, a emissão FC Porto SAD 2009 (15 milhões de euros).

Destacou-se ainda a participação do Banco em diversos sindicatos de emissões internacionais: como *Joint Lead Manager* na emissão da EDP Finance BV (500 milhões de euros), como *Senior Co-Lead* na emissão pela Eureko de ações preferenciais (600 milhões de euros), como *Co-Lead Manager* em várias operações realizadas no mercado internacional, das quais salientamos: UBS (750 milhões de euros), KfW (250 milhões de euros) e Morgan Stanley (3 emissões no total de 4,75 mil milhões de euros). No que respeita a operações para o Millennium bcp, há que destacar as lideranças conjuntas das operações de titularização de crédito hipotecário residencial (RMBS) para o Millennium bcp (Magellan Mortgages No.4, no montante de 1,5 mil milhões de euros) e para o Millennium bank, na Grécia (Kion Mortgages No.1, no montante de 600 milhões de euros). Realce especial para a liderança conjunta de uma emissão de obrigações subordinadas, realizada ao abrigo do Programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN) do Millennium bcp, no montante de 400 milhões de euros e prazo de 10 anos, com *call option* a partir do final do 5.º ano e *step-up* nessa mesma data.

Na organização e montagem de programas de papel comercial, destacam-se os seguintes: REN – Rede Eléctrica Nacional (300 milhões de euros); Grupo Amorim (seis programas no montante total de 270 milhões de euros); Galp Energia (50 milhões de euros); Sociedade Francisco Manuel dos Santos SGPS (52 milhões de euros); PT SGPS (250 milhões de euros); Grupo Teixeira Duarte (2 programas no total de 75 milhões de euros); Solverde (15 milhões de euros); Sonae SGPS (750 milhões de euros) e para o Grupo Barraqueiro (30,5 milhões de euros).

A Banca de Investimento intensificou em 2006 a emissão de produtos estruturados destinados a investidores das redes domésticas e internacionais do Grupo e ainda a investidores institucionais. Para além de estruturas tradicionais, foram também desenvolvidas novas ofertas adaptadas às condições de mercado e interesse dos investidores: *Rendimento Crescente*, *Cancelable Range Accrual Notes*, *Target Range Accrual Redemption Notes*, *Aforro Crescente*, *Cupão Zero*, *Commodity Linked Notes*, *Credit Linked Notes*, a nova família de produtos "TOP", *Rendimento Trimestral Mais*, *Mega Aforro 7%*, *Aforro Portugal*, estrutura *Outperformance S&P versus Iboxx* e estrutura *Reverse Convertible*.

No negócio de operações de tesouraria, a Banca de Investimento prosseguiu em 2006 a gestão criteriosa dos riscos de taxa de juro, cambial e de liquidez do Grupo. De assinalar os bons resultados obtidos com a venda de produtos de tesouraria, quer na vertente dos produtos *cash* (operações cambiais negociadas *spot* e *forward*, aplicações e financiamentos de curto prazo a taxa fixa), quer os da vertente dos produtos derivados de cobertura de risco de taxa de juro e/ou taxa de câmbio, e *commodities*.

Na área de *corporate finance*, a Banca de Investimento esteve envolvida em negócios relevantes ao longo de 2006, tendo sido responsável pelas assessorias financeiras ao Millennium bcp na alienação do bcpbank Canada, ao Grupo Sonae na cisão da Sonae Indústria, à Maconde na alienação da sua rede de Retalho e ao Grupo Nutrinveste na aquisição da Exoliva. Merecem ainda referência as assessorias financeiras realizadas à EDP, à Parkalgar, ao Grupo Sousa Lima e ao Grupo Inapa.

No início do ano 2006, foram concluídos o *spin-off* da Sonae Indústria SGPS e a Oferta Pública de Aquisição sobre a Efacec Capital SGPS. O ano foi marcado pela obtenção de mandato para a coordenação global conjunta da OPV da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., pela oferta pública



de aquisição sobre a Grupo Soares da Costa e pela Oferta Pública de Aquisição sobre o Banco BPI, S.A. O Banco procedeu ainda à colocação conjunta em *accelerated bookbuilding* de um bloco de acções representativo de 7,95% do capital da Sonaecom detido pela 093X e imputável à EDP. A Banca de Investimento fez também parte dos sindicatos de colocação das duas operações de privatização realizadas em 2006 no mercado de capitais – a OPV da Galp Energia e a 3.ª fase de privatização da Portucel – tendo, em ambos os casos, alcançado uma posição de relevo na distribuição de acções ao Retalho.

Tendo em vista o objectivo de promover, de forma integrada, o negócio de *structured finance* no mercado nacional e internacional, foi criada na Banca de Investimento uma unidade dedicada, uniformizando procedimentos e concentrando competências, e permitido consolidar a presença do Grupo neste mercado. Em 2006, o Banco participou, assim, num conjunto significativo de operações *start-up*, que ascendem a um valor contratado superior a 490 milhões de euros. Destacam-se operações como Colombo's Resort em Porto Santo, a Vivamarinha em Cascais ou a Torrejana para a construção de uma central de biodiesel.

Promoveram-se igualmente operações de *acquisition finance* (incluindo *Management* e *Leverage Buy Out's*) em sectores de actividade muito variados, tendo atingido um montante superior a 110 milhões de euros. Esta actividade foi também desenvolvida numa perspectiva multidoméstica, tendo a Banca de Investimento participado, para o efeito, em vários sindicatos bancários para um envolvimento superior a 270 milhões de euros, onde se destacam a Lidl (montante total de 1.375 milhões de euros), a Chamartín (520 milhões de euros) e a Sacyr (5.175 milhões de euros para aquisição de 20% da Repsol YPF). A terceira grande linha de orientação da área de *structured finance* passou pela organização e montagem de operações de reestruturação financeira, em Portugal, que ascenderam a cerca de 100 milhões de euros.

A área de *project finance* caracterizou-se em 2006 por uma elevada e acrescida competitividade no mercado e por um estreitamento acentuado das margens. O mercado português esteve aquém das expectativas no que respeita à concretização de negócios financiáveis em *project finance*, designadamente, em Parcerias-Público-Privado. Na actividade da Banca de Investimento no mercado nacional são de destacar, como *Mandated Lead Arranger*: estruturação e tomada firme do financiamento de um conjunto de parques eólicos, promovidos pela Ventominho, no montante de 290 milhões de euros; obtenção do mandato de assessoria financeira da Aenor relativo ao financiamento de facilidades de crédito; contratação das facilidades de crédito do SIRESP para a Rede de Emergência e Segurança de Portugal no montante de 90 milhões de euros; refinanciamento de 806 milhões de euros de uma carteira de 25 parques eólicos detidos pela Pebble – Consultoria e Investimento; refinanciamento de 180 milhões de euros de uma carteira de 11 projectos hídricos detidos pela Pebble Hydro.

A actividade da Banca de Investimento na área de *project finance* em Portugal foi complementada com uma progressiva abertura ao exterior; com o avanço para projectos fora de Portugal, designadamente, na Grécia – *Mandated Lead Arranger* do financiamento no montante de 450 milhões de euros à Thermaiki Odos, a concessionária por 30 anos para a construção, operação e manutenção de um túnel submerso na cidade de Salónica – e na Polónia – *Arranger* do financiamento no montante de 100 milhões de euros à DCT Gdansk, a concessionária por 30 anos, prorrogável, para a construção, operação e manutenção de um terminal de contentores de águas profundas no porto de Gdansk. Estes primeiros projectos de *project finance* no exterior são extremamente importantes enquanto início da materialização da estratégia de internacionalização desta actividade, replicando e transportando para os outros mercados estratégicos do Grupo a experiência acumulada em Portugal no negócio de *project finance*.

O segmento de European Banking engloba as operações desenvolvidas na Polónia, Grécia e Turquia.

	Milhões de euros		
	2006	2005	Var. % 06/05
Demonstração de resultados ⁽¹⁾			
Margem financeira	240,3	149,1	61,1%
Outros proveitos líquidos	208,4	209,2	-0,4%
	448,6	358,3	25,2%
Custos operacionais	337,7	286,8	17,7%
Imparidade e provisões	22,5	6,5	--
Contribuição antes de impostos	88,4	64,9	36,2%
Impostos e interesses minoritários	22,5	13,8	63,0%
Contribuição líquida	65,9	51,1	28,9%
Síntese de indicadores ⁽¹⁾			
Capital afecto	560	530	5,5%
Rendibilidade do capital afecto	11,8%	9,6%	--
Riscos ponderados	6.778	4.985	36,0%
Rácio de eficiência	75,3%	80,1%	--
Crédito a clientes	7.120	4.771	49,2%
Recursos totais de clientes	8.181	7.248	12,9%

(1) Exclui Banque BCP França e Banque BCP Luxemburgo.

Na área de negócio European Banking, a contribuição líquida registou um crescimento positivo de 28,9%, ascendendo a 65,9 milhões de euros em 2006, face aos 51,1 milhões de euros apurados em 2005, determinando a melhoria da rendibilidade do capital afecto, que evoluiu de 9,6% no final de 2005 para 11,8% em 31 de Dezembro de 2006.

O desenvolvimento comercial das operações na Polónia e na Grécia impulsionou a evolução dos proveitos totais obtidos no segmento European Banking, compensando o reforço das dotações por perdas de imparidade do crédito e o aumento dos custos operacionais, influenciados pelo acréscimo da actividade e pelos investimentos efectuados no âmbito dos projectos de processo de mudança de marca e de expansão em curso nestes mercados, permitindo alcançar progressos ao nível da eficiência operativa, com o rácio de eficiência a evoluir de 80,1% em 2005 para 75,3% em 2006.

Em 31 de Dezembro de 2006, o crédito a clientes totalizou 7.120 milhões de euros, evidenciando um crescimento expressivo de 49,2%, face a 31 de Dezembro de 2005, e os recursos totais aumentaram 12,9% no mesmo período, confirmando o potencial de crescimento nestes mercados e os resultados da estratégia de crescimento orgânico empreendida na Polónia e na Grécia, suportada no alargamento da base de Clientes e apoiada no lançamento de produtos e serviços financeiros inovadores, cobrindo as necessidades específicas dos Clientes.



Polónia

Na Polónia, a actividade do Bank Millennium em 2006 continuou a ser enquadrada pelos três pilares que suportam a sua estratégia de médio prazo: conquistar escala e aumentar a rentabilidade do negócio de Retalho, através de crescimento orgânico; tornar-se um especialista em *consumer banking*, adoptando uma abordagem de *category killer* em produtos de crédito seleccionados; e renovar o modelo de negócio para empresas, com o objectivo de melhorar as vendas e a oferta.

Por forma a suportar o crescimento orgânico na banca de Retalho, o Bank Millennium definiu um programa de expansão da rede de Sucursais, compreendendo a abertura e *upgrade* de 160 Sucursais até 2008, objectivo posteriormente revisto para 180 Sucursais. Paralelamente, foi adoptado um novo modelo de Retalho com o objectivo de assegurar uma gestão comum e coordenada dos segmentos de Retalho *Affluent* e pequenos negócios. Uma das principais inovações deste novo modelo consistiu na definição de diferentes tipos de Sucursais, nomeadamente, os novos centros financeiros multi-segmento, estabelecidos em localizações seleccionadas, que desempenharão um papel determinante na remodelação da abordagem ao segmento *Affluent*. Até ao final de 2006, foram abertas 53 Sucursais, das quais 31 resultaram da transformação de Sucursais antigas. Simultaneamente, o Bank Millennium adoptou uma nova identidade e uma nova assinatura "A Vida Inspira-nos", alinhada com o Grupo, com o propósito de ancorar novos valores à marca Millennium.

A actividade na área de Retalho enfocou-se ainda no melhoramento contínuo da eficácia comercial através da "industrialização das vendas". Foram conduzidas várias campanhas, com o objectivo de colocar produtos específicos em Clientes-alvo, através das Sucursais, complementadas com acções de *telemarketing*. Foi dada particular ênfase às acções destinadas a transformar Clientes de produto único, capturados através de canais complementares, em Clientes de Retalho. Em resultado, o rácio de *cross-selling* aumentou de 2,7 produtos para cerca de 3,0 produtos, apesar do aumento significativo do número de Clientes.

2006 representou o primeiro ano de implementação do novo modelo de negócio para o segmento *Affluent*, com resultados bastante encorajadores. De facto, a introdução de produtos de poupança sofisticados, com margens atractivas, a adopção do conceito de arquitectura aberta para fundos mobiliários, a implementação de um novo sistema de incentivos, o programa de formação intensivo e o desenvolvimento de ferramentas sofisticadas para suportar o aconselhamento profissional aos Clientes do segmento *Affluent*, permitiram que este segmento mais que duplicasse as suas receitas.

Beneficiando da evolução positiva do mercado de capitais Polaco e consequente melhoria da performance dos fundos Millennium, o Bank Millennium continuou a promover os fundos mobiliários, tendo os fundos sob gestão mais que duplicado em 2006. Consequentemente, a quota de mercado em fundos mobiliários aumentou, convergindo para o seu valor natural. É de salientar o sucesso do "Super Duet", um produto que combina um depósito a prazo com o investimento em fundos mobiliários.

O Bank Millennium introduziu alterações também no modelo de negócio do segmento de pequenos negócios. As principais alterações consistiram numa melhor organização da força de vendas, simplificação e standardização da oferta de produtos e simplificação do processo de negócio.

2006 foi um ano dedicado ao aumento da penetração de cartões de crédito na base de Clientes Retalho e *Affluent*, tendo o número de cartões de crédito mais que duplicado. De salientar a segmentação operada no negócio de cartões. O Bank Millennium continuou a desenvolver a sua plataforma de *consumer finance*, um dos principais pilares da sua estratégia. No que respeita ao crédito hipotecário, o Banco pretende manter o seu posicionamento e manter uma elevada qualidade da sua carteira. Simultaneamente, o Bank Millennium enfocou-se no aumento da produtividade na rede de Retalho, abrindo centros especializados em crédito à habitação em localizações de elevado potencial e ao mesmo tempo alargando os acordos com *brokers* seleccionados. Em consequência, o Banco duplicou a produção e ganhou quota de mercado. A melhoria dos processos de *back-office* foi também uma prioridade em 2006, tendo em vista a gestão de um volume crescente de aplicações e contratos de forma eficiente, assegurando simultaneamente um adequado nível de serviço.

Relativamente ao negócio de empresas, 2006 foi marcado pela revisão do modelo de distribuição, que resultou na definição de três segmentos: PME, Corporate e Empresas. O principal objectivo da área de Corporate continuou a ser o aumento das receitas baseado na venda sistemática de produtos de valor acrescentado, como instrumentos de tesouraria e gestão de risco, soluções de gestão de liquidez e produtos de *trade finance*, tendo sido, em simultâneo, dada uma particular ênfase à aquisição de Clientes. Neste enquadramento, salienta-se a abertura do *call centre* de tesouraria cuja missão consiste em vender produtos não sofisticados a pequenas e médias empresas. Tal como em anos anteriores, o leasing continuou a ser uma prioridade na área de Corporate banking. O aumento da cooperação entre a Millennium leasing e as redes do Bank Millennium contribuiu significativamente para expandir a nova produção de leasing, permitindo o reforço do posicionamento do Bank Millennium no mercado polaco.

A concorrência no sector bancário manteve-se intensa, conduzindo a uma convergência das margens de intermediação para a média do Euro. O crédito a clientes evidenciou um crescimento assinalável, estimulado pela expansão do crédito imobiliário, apesar das regulações mais restritivas relativamente a empréstimos em moeda estrangeira, estabelecidas pela supervisão bancária Polaca em meados de 2006. Devido às particularidades do crédito à habitação, que permite criar as condições para uma relação de longo prazo com os Clientes, a maioria dos bancos desenvolveu ofertas bastante competitivas, o que resultou num esmagamento dos *spreads*. Os recursos de clientes evidenciaram igualmente um elevado crescimento, impulsionados pela expansão dos fundos mobiliários. Em 2006, assistiu-se a um aumento da importância dos canais alternativos às Sucursais: *brokers* financeiros e portais, entre outros, dado o seu potencial de capturar negócio.

O Bank Millennium apresentou em 2006 um forte crescimento da sua actividade, com o crédito e recursos de clientes a beneficiar do elevado ritmo de crescimento do crédito à habitação e dos fundos de investimento, respectivamente. Tal traduziu-se numa boa performance do resultado líquido recorrente (itens não recorrentes correspondem essencialmente à mais-valia obtida com a venda da participação da PZU em 2005), associado ao crescimento da margem financeira e das comissões de fundos de investimento, de intermediação de títulos e de bancassurance, apesar do aumento verificado nos custos devido, principalmente, ao plano de expansão e ao processo de mudança de marca. Em consequência dos resultados obtidos em 2006, as acções Bank Millennium registaram uma excelente performance na Warsaw Stock Exchange, superando de forma expressiva a evolução do principal índice accionista.



	2006	2005	Var. % 06/05
Activo total	6.445,3	5.782,1	11,5%
Crédito a clientes	3.899,2	2.503,7	55,7%
Recursos de clientes	5.119,5	4.073,7	25,7%
Margem	166,9	123,2	35,5%
Outros proveitos totais	158,3	137,5	15,1%
Custos operacionais	219,9	188,2	16,8%
Resultado líquido recorrente	77,2	53,4	44,4%
Resultado líquido total	77,2	145,5	-47,0%
Colaboradores	5.089	4.484	13,5%
Sucursais *	354	327	8,3%

* Alteração de critério face ao publicado no Relatório e Contas de 2005.

Taxas de câmbio: Balanço I euro = 3,8310 zlotys; Demonstração de Resultados I euro = 3,8982 zlotys.

Em Abril de 2006, a Moody's aumentou o rating de solidez financeira do Bank Millennium para "D" reconhecendo o aumento recorrente da rentabilidade e a capacidade continuada para cumprir com os objectivos estratégicos. O Bank Millennium foi considerado o "Best Bank" para PME pela Forbes e, pelo segundo ano consecutivo, a Global Finance considerou-o como o "Best Consumer Internet Bank in Poland".

Apesar da rápida convergência do mercado polaco para a média da União Europeia, as oportunidades de crescimento em 2007 continuam associadas ao aumento da penetração dos vários produtos bancários. Neste contexto, o Bank Millennium irá continuar a implementar a sua estratégia de médio e longo prazo com vista a atingir os objectivos estratégicos definidos. Os principais desafios para 2007 consistem na continuação do programa de expansão de Sucursais, na actualização da estratégia de negócio para captação de recursos de clientes, em extrair valor do negócio de cartões, no desenvolvimento do negócio de *cash loans*, na implementação de uma plataforma de crédito *best-in-class* para Empresas, e na melhoria da oferta de serviços financeiros para Corporates.

Grécia

O Millennium bank na Grécia é uma operação bancária criada de raiz no mercado grego em Setembro de 2000. O sucesso do Millennium bank baseia-se numa estratégia pioneira de segmentação de mercado, tendo sido identificadas quatro áreas de negócio (Banca de Retalho, Private Banking, Banca de Negócios e Corporate e Banca de Investimento). Esta abordagem foi combinada com produtos inovadores, serviços de elevada qualidade, tecnologia de ponta e recursos humanos altamente qualificados. Desde a sua criação, o Banco implementou um plano de desenvolvimento agressivo, enfiado no rápido crescimento orgânico e simultaneamente no crescimento das receitas e na criação de valor.

Após ter atingido o seu primeiro ano com resultados positivos em 2005, antecipando os planos iniciais, o Banco entrou em 2006 numa nova era da sua curta história com a refundação como Millennium bank, completamente harmonizado com a identidade do Millennium bcp a nível mundial. As prioridades do Millennium bank em 2006 compreenderam ainda a continuação da expansão geográfica, especialmente fora das maiores cidades, a aquisição de Clientes, um enfoque no *cross-selling*

através da implementação de um programa de sucesso comprovado noutros mercados, capturando uma proporção crescente do mercado de poupança grego, e o desenvolvimento dos negócios de crédito hipotecário e crédito ao consumo.

A conversão da infra-estrutura existente foi acompanhada da continuação da expansão geográfica do Banco, com um crescente enfoque fora das duas principais cidades Gregas, nas quais 63% da rede de Sucursais do Banco está concentrada. Foram abertas 26 novas Sucursais em 2006 (22 Sucursais de Retalho e 4 Unidades de Banca de Negócios), 12 das quais fora das áreas de Ática e Tessalónica. A rede de Sucursais foi aumentada para 148 Sucursais em 31 de Dezembro de 2006 (124 Sucursais de Retalho, 21 Unidades de Banca de Negócios e 3 centros de private banking).

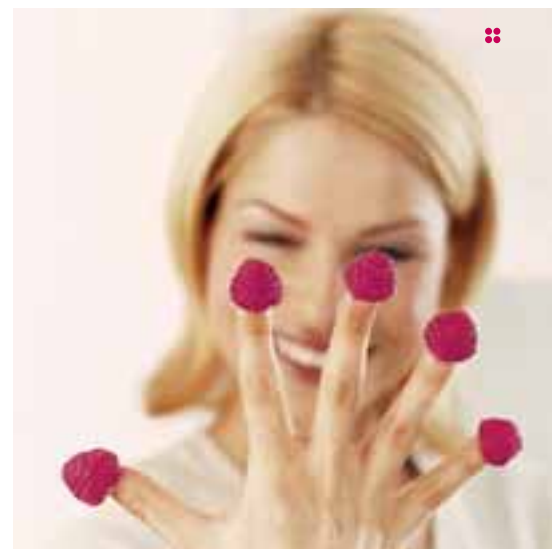
As prioridades do Millennium bank em 2006 foram também direccionadas para o aumento da base de Clientes. O esforço para capturar Clientes envolveu o desenho de ofertas específicas para determinados grupos de clientes, e foi também suportado pela abertura de Sucursais em áreas com reduzido nível de bancarização. Estas medidas foram bem sucedidas, resultando no aumento do número de Clientes em cerca de mais de 47 mil, para um total de 375 mil Clientes no final de 2006.

A aquisição de Clientes foi combinada com os esforços sistemáticos de aumento do *cross-selling*, especialmente através do desenvolvimento do "ContactMaster", um programa focado na gestão pró-activa dos níveis de serviço através de uma abordagem integrada multi-canal, tendo em vista aumentar as vendas. A implementação do "ContactMaster", similar aos programas "M3" e "MilleMaster" aplicados às operações de Retalho em Portugal e na Polónia, respectivamente, foi gradual, tendo passado por uma fase piloto nos primeiros meses de 2006 e estendendo-se posteriormente a toda a rede de Sucursais.

O Millennium bank lançou vários produtos inovadores de captação de poupança em 2006, sendo a sua oferta uma das mais competitivas e inovadoras no mercado grego. No que respeita ao crédito hipotecário, e apesar do forte aumento da concorrência, o Millennium bank conseguiu atingir uma quota de mercado em nova produção estimada em 3,3% em 2006, aproveitando a melhoria da proposta de valor e o enfoque em características específicas valorizadas pelos Clientes (protecção contra aumento de taxas de juro, extensão dos prazos dos empréstimos até 40 anos). O negócio de crédito ao consumo evidenciou também uma elevada performance, tendo a campanha para consolidação de créditos sido bem sucedida. A acção comercial foi complementada com uma nova linha telefónica para empréstimos, denominada *fast line*, permitindo a aprovação de pedidos de crédito numa hora, melhorando o serviço ao Cliente e resultando num nível recorde de créditos ao consumo.

Em 2006, destacou-se o anúncio da operação de securitização de crédito hipotecário no montante de 600 milhões de euros, a primeira operação desta natureza efectuada por uma subsidiária de um banco português. A execução da operação foi efectuada em tempo recorde, tendo o Millennium bank beneficiado de um dos mais baixos custos cobrados aos bancos gregos em transacções similares. Esta transacção reforçou a liquidez do Banco, proporcionando financiamento a longo prazo.

A actividade do Millennium bank em 2006 ficou marcada pelo crescimento sustentado do volume de negócios, em particular do crédito a clientes, que se traduziu na evolução positiva dos resultados líquidos recorrentes (excluindo a mais-valia com a venda do BankEuropa em 2005), suportada pelo forte crescimento da margem financeira, apesar do crescimento dos custos de transformação decorrente do plano de expansão.



Millennium bank na Grécia

Milhões de euros

	2006	2005	Var. % 06/05
Activo total	3.823,9	2.858,4	33,8%
Crédito a clientes	2.885,4	2.081,9	38,6%
Recursos de clientes	2.525,6	2.377,1	6,2%
Margem	98,4	74,5	32,1%
Outros proveitos totais	30,0	44,8	-33,0%
Custos operacionais	95,4	81,3	17,3%
Resultado líquido recorrente	15,1	3,5	333,0%
Resultado líquido total	15,1	16,9	-10,7%
Colaboradores	1.209	1.065	13,5%
Sucursais	148	122	21,3%

O objectivo do Millennium bank para 2007 consiste no aumento da presença em áreas regionais chave, prosseguindo o plano de expansão de Sucursais até 2008. O Banco pretende ainda aumentar a sua base de Clientes e os níveis de *cross-selling*, o que lhe permitirá aumentar as receitas e a rentabilidade. O Banco está ainda comprometido com a manutenção da sua estrutura operacional simplificada (8 Colaboradores por sucursal, o que compara com uma média de 20 no mercado) e em atingir níveis superiores de eficiência operacional através de um rigoroso controlo dos custos.

Turquia

O Millennium bank na Turquia, anteriormente denominado BankEuropa, foi objecto de processo de mudança de marca, o que reforça o compromisso do Banco Comercial Português para com o mercado turco. O Banco, que foi constituído em 2003, com o propósito de abordar o segmento dos particulares *Affluent*, desenvolve a sua actividade baseada numa estratégia diferenciadora, cujos principais pilares são a excelência e conveniência do serviço, a consultoria financeira adequada a cada perfil de Cliente, e o serviço através de gestores de relação dedicados, com ajustamento personalizado de uma vasta gama de produtos e serviços, incluindo serviços financeiros originados por instituições terceiras, de prestígio, internacionais. O Millennium bank baseia a sua proposta de valor na oferta de um serviço de elevada qualidade, personalizado, através de Sucursais especialmente desenhadas, Colaboradores experientes e produtos e serviços específicos para satisfazer as necessidades dos Clientes.

A rede de distribuição expandiu-se com a abertura de quatro novas Sucursais em localizações prestigiadas, situando-se o número total de Sucursais em 16 no final de 2006, concentradas nas três maiores cidades da Turquia (Istambul – incluindo Bursat –, Ankara e Izmir). O Millennium bank aumentou a base de Clientes em 55%. O crédito a clientes, essencialmente impulsionado pelo crédito à habitação, aumentou 64%. Este segmento continua a apresentar boas perspectivas de crescimento, dado que o peso do crédito à habitação no PIB situa-se em cerca de 5,1%. O Banco aumentou os recursos de clientes em cerca de 27% em 2006.

2006 foi marcado pelo lançamento de vários produtos inovadores pelo Millennium bank, nomeadamente, na área do crédito hipotecário (empréstimos indexados a francos suíços, empréstimos hipotecários sem amortização de capital durante um período definido, *office loans*), produtos de investimento (aumentando a oferta de fundos de investimento através de novas parcerias, combinando pacotes incluindo vários tipos de produtos) e banca de conveniência (parceria com programa de cartões líder; lançamento de uma conta *sweeping*, automatização de pagamentos e *Internet banking* sofisticada). Paralelamente, foi adoptada uma estratégia de preços competitiva.

A actividade do Millennium bank, em 2006, caracterizou-se por um forte crescimento dos volumes, especialmente no crédito à habitação e nos depósitos de clientes, que resultou na evolução positiva da margem financeira. O resultado líquido apresentou uma fraca performance face ao período homólogo devido, fundamentalmente, às perdas com coberturas (taxa de juro e moeda estrangeira).

Millennium bank na Turquia

Milhões de euros

	2006	2005	Var. % 06/05
Activo total	549,1	388,1	41,5%
Crédito a clientes	342,6	208,8	64,1%
Recursos de clientes	719,0	565,6	27,1%
Margem	21,4	8,9	141,5%
Outros proveitos totais	-10,2	7,1	-245,1%
Custos operacionais	24,7	21,8	13,1%
Resultado líquido	-15,1	-5,3	-187,1%
Colaboradores	315	260	21,2%
Sucursais	16	12	33,3%

Os objectivos do Millennium bank para 2007 consistem na materialização da expansão do Banco e na melhoria da rentabilidade, através do aprofundamento das relações comerciais com os Clientes e de uma gestão otimizada do *pricing*. O plano de acção estratégico passa por atrair novos Clientes e consolidar o relacionamento com os Clientes existentes, através da introdução de uma oferta de produtos/serviços inovadora e competitiva, no que respeita aos particulares *Affluent*. Relativamente às PME, o plano estratégico consiste na apresentação de produtos aos Clientes *Affluent*, com o objectivo de aumentar as receitas. Paralelamente, o Banco irá concentrar-se em minimizar os custos através de um processo de controlo de custos efectivo.

Roménia

Consubstanciando a prioridade estratégica de promoção do crescimento, está em curso o projecto de lançamento de uma operação *greenfield* na Roménia, com vista à obtenção de uma posição relevante num mercado de elevado crescimento. Está previsto que o Banco seja constituído no início de 2007 e que inicie as suas actividades até ao final do terceiro trimestre.

França e Luxemburgo

O Banco Comercial Português concretizou, em Julho de 2006, a alienação de 80,1% do capital social dos bancos Banque BCP França e Luxemburgo à instituição financeira francesa Groupe Caisses d'Épargne, pelo preço, líquido de custos de transacção, de 109,476 milhões de euros. A transacção gerou uma mais-valia, antes de impostos e líquida de custos de transacção, de 41,3 milhões de euros.

O Banco Comercial Português manterá uma participação de 19,9% em cada uma das instituições, tendo estabelecido acordos de cooperação com a entidade adquirente, com vista a prosseguir a prestação de serviços bancários no âmbito das remessas financeiras provenientes daqueles dois mercados.



O segmento de Overseas Banking compreende toda a actividade prosseguida pelo Grupo fora da Europa, englobando o Millennium bim (Moçambique), o Banco Millennium Angola e o Millennium bcpbank (EUA).

	Milhões de euros		
	2006	2005	Var. % 06/05
Demonstração de resultados ⁽¹⁾			
Margem financeira	73,9	52,0	42,2%
Outros proveitos líquidos	48,1	44,9	7,2%
	121,9	96,8	26,0%
Custos operacionais	82,4	65,3	26,3%
Imparidade e provisões	3,1	5,5	-44,2%
Contribuição antes de impostos	36,5	26,1	40,0%
Impostos e interesses minoritários	1,5	4,2	-64,1%
Contribuição líquida	35,0	21,9	59,9%
Síntese de indicadores ⁽¹⁾			
Capital afecto	72	62	15,1%
Rendibilidade do capital afecto	48,7%	35,1%	--
Riscos ponderados	875	815	7,4%
Rácio de eficiência	67,6%	67,4%	--
Crédito a clientes	742	684	8,4%
Recursos totais de clientes	1.226	1.193	2,8%

(1) Exclui Banco Comercial de Macau e bcpbank Canada.

Na sequência da alienação do Banco Comercial de Macau no final de 2005 e do bcpbank Canada em 2006, a análise do segmento Overseas Banking excluiu estas duas subsidiárias, apresentando-se toda a informação em base comparável.

A contribuição líquida do Overseas Banking registou um crescimento de 59,9%, atingindo os 35,0 milhões de euros em 2006 (21,9 milhões de euros em 2005), tendo o Millennium bim (Moçambique) assumido um papel determinante para esta evolução, através do reforço da margem financeira, que beneficiou do aumento das taxas de juro locais, e do aumento dos outros proveitos líquidos. A rendibilidade do capital afecto ascendeu a 48,7%, em 31 de Dezembro de 2006, evidenciando um incremento face aos 35,1% registados em 31 de Dezembro de 2005. Não obstante o aumento dos custos operacionais, o rácio de eficiência manteve-se estável face a 2005 e situou-se em 67,6% em 2006.

O volume de negócios registou bons níveis de crescimento, também influenciados pelo desempenho do Banco Millennium Angola, tendo o crédito concedido a Clientes aumentado 8,4%, totalizando 742 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2006, e os recursos captados ascendido a 1.226 milhões de euros, registando um crescimento de 2,8% no mesmo período.

Moçambique

O ano 2006 foi marcado pela operação de processo de mudança de marca, que se traduziu na alteração da imagem corporativa do Banco e no lançamento de um conjunto de acções que visaram o

o seu reposicionamento, alinhando-o com a estratégia desenvolvida pelo Millennium bcp em Portugal e nas restantes operações do Grupo. Esta operação representou um marco importante na vida do Banco que, com apenas dez anos, se vinha posicionando indiscutivelmente como o principal protagonista do processo de modernização e consolidação bancária em Moçambique. A adopção da nova marca única Millennium bim em substituição das mais de dez marcas até então activas, corporiza a dimensão real do Banco, e induz a uma melhor percepção do mercado no reconhecimento, quer dos pontos de contacto, quer dos serviços e produtos que o Millennium bim disponibiliza aos seus Clientes.

O Millennium bim consolidou em 2006 a posição de maior Banco moçambicano, tendo sido distinguido pela 3.ª vez consecutiva, como o “Melhor Banco em Moçambique” pela prestigiada publicação The Banker.

Um outro desafio marcante em 2006 consistiu na conversão do Metical, que obrigou o Banco a redobrar esforços para enfrentar, em simultâneo, a concretização plena destes dois exigentes desafios. Um e outro foram executados com grande êxito. O Metical da Nova Família é, hoje, um projecto concluído e estabilizado.

A actividade de Banca de Retalho em Moçambique posiciona-se como o segmento de negócio dominante na actividade do Millennium bim, quer em termos de volume de negócios, quer de resultados. De acordo com o novo modelo comercial implementado, a estratégia de abordagem comercial para o negócio de Retalho foi delineada tendo em consideração a definição de dois segmentos de Clientes prioritários: segmento de Clientes com atendimento personalizado – Clientes *Affluent* e empresas, e segmento de Clientes *Mass Market*.

Para os Clientes particulares, empresas e ENI com património financeiro mais elevado, o Banco está a criar espaços de atendimento especializado com vista a reforçar a qualidade de serviço prestado e a dedicar maior atenção ao seu potencial de negócio. Este programa visa reforçar a posição do Banco no segmento *Affluent*, quer em termos de envolvimento, quer de aumento da base de Clientes, e inclui a atribuição de um Gestor de Cliente, aconselhamento financeiro, crédito em condições especiais e uma oferta permanente e integrada de produtos e serviços adequados às reais necessidades deste segmento.

O Millennium bim posicionou-se em 2006 como o Banco de referência no crédito à habitação em Moçambique, tendo relançado o crédito à habitação com novos atributos e com características únicas no mercado moçambicano. Paralelamente, o Banco regista um crescimento expressivo do crédito pessoal, sendo de destacar o Crédito Nova Vida, que se destina a financiar todas as necessidades pessoais dos Clientes. O Millennium bim é ainda líder no negócio de cartões.

As actividades de Corporate Banking e de Banca de Investimento são desenvolvidas pela Rede Corporate e pela Unidade de Banca de Investimento. A Rede Corporate cobre as necessidades financeiras de Clientes institucionais e grandes empresas, disponibilizando níveis de serviço adequados ao elevado grau de sofisticação dos Clientes e oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado. O Millennium bim apoiou diversos projectos de investimento em 2006, e destacou-se na liderança de sindicatos bancários com impacto na economia moçambicana. Ao nível do envolvimento sectorial, assumem particular destaque alguns financiamentos no sector das telecomunicações, turismo, agro-industrial, comércio e serviços.



A Unidade de Banca de Investimento presta assessoria financeira a empresas e grupos empresariais moçambicanos de diversos sectores de actividade, no âmbito de processos de reestruturação financeira e sectorial, de desenvolvimento estratégico e de análise de risco económico-financeiro. Presta ainda assessoria especializada a promotores de projectos de investimento estruturante, mantendo uma intervenção no financiamento de *project finance*.

O Millennium bim tem vindo, desde a sua fundação, a valorizar a função social como componente fundamental da sua missão, quer através da promoção da qualificação profissional e do desenvolvimento pessoal dos seus Colaboradores, quer do exercício da sua responsabilidade social perante a comunidade em que se insere e de que é parte integrante. Com vista a otimizar e a melhor acompanhar os investimentos que faz nesta área, o Banco lançou o seu próprio programa de responsabilidade social denominado “Mais Moçambique pra Mim”. Este programa terá, nos três primeiros anos, a parceria da Fundação Lurdes Mutola e focalizará a sua acção em projectos relacionados com a educação e o desporto infantil.

O Millennium bim apresentou em 2006 um forte crescimento dos volumes de crédito a clientes e dos depósitos de clientes, apenas após a conversão para euros, no processo de consolidação integral das demonstrações financeiras, se verifica uma inversão da variação face ao ano anterior devido à apreciação do euro face ao Metical. O resultado líquido registou uma boa evolução, suportado no forte crescimento da margem financeira, que beneficiou ainda da melhoria da taxa de margem, bem como na evolução favorável das comissões e das recuperações de crédito. A partir de Maio de 2006, a Seguradora Internacional de Moçambique passou a ser consolidada pelo método integral.

Millennium bim

	2006	2005	Var. % 06/05
Activo total	734,5	717,1	2,4%
Crédito a clientes	305,2	283,7	7,6%
Recursos de clientes	586,4	630,9	-7,0%
Margem	54,0	38,3	41,0%
Outros proveitos totais	33,1	29,1	14,0%
Custos operacionais	47,0	46,8	0,3%
Resultado líquido	38,7	15,3	153,0%
Colaboradores *	1.511	1.386	9,0%
Sucursais	75	75	--

* Alteração de critério face ao publicado no Relatório e Contas de 2005. No ano de 2006, estão incluídos os colaboradores da Seguradora Internacional de Moçambique.

Angola

O Banco Millennium Angola, S.A. foi constituído em 3 de Abril de 2006, por transformação da Sucursal Millennium bcp em Banco de direito angolano. Os capitais próprios de constituição ascendiam a 40 milhões de dólares americanos, dos quais 25 milhões respeitam ao capital social integralmente detido pelo Grupo, estando prevista a integração de entidades angolanas na sua estrutura accionista.

A estratégia do Banco Millennium Angola passa pela expansão da base de Clientes particulares, assegurando a manutenção de elevados níveis de satisfação e de fidelização, assente num serviço de superior qualidade e na oferta de produtos financeiros inovadores; pelo desenvolvimento do negócio com empresas e instituições do sector público e privado, através da satisfação das suas necessidades financeiras e do alargamento de acesso a diferentes mercados e recursos que potenciem o

seu crescimento, utilizando exigentes critérios de rigor e de controlo de riscos; pela contribuição para o desenvolvimento do mercado de capitais, pretendendo a sua conversão numa fonte alternativa de financiamento da economia angolana; pela manutenção de elevados níveis de rentabilidade e solidez financeira, assegurando a criação sustentada de valor para os seus Accionistas; e pela valorização dos Colaboradores através da sua formação, incentivo e oferta de perspectivas de carreira. Para a prossecução da estratégia definida, o Banco Millennium Angola baseou-se numa abordagem segmentada ao mercado, tendo sido definidos dois segmentos de Clientes: Empresas e Instituições Públicas e Privadas, e Particulares e Pequenos Negócios.

O baixo nível de bancarização e a simplicidade da oferta de produtos e serviços financeiros representam uma oportunidade para o Banco Millennium Angola acrescentar maior inovação e sofisticação à oferta local. Neste sentido, foi lançado, em meados de 2006, um pacote inovador de apoio à importação e ao desalfandegamento de bens e mercadorias denominado "Importação +" assente numa linha de crédito em moeda local e com taxa de juro indexada à média dos três últimos leilões dos títulos do Banco Nacional de Angola, complementada com a disponibilização de uma gama de serviços relacionada com a importação. Foi ainda lançado, no final do ano, o serviço de Internet, sendo o primeiro site a permitir a realização de transacções seguras para as empresas.

Aproveitando a mudança de imagem para Millennium Angola, iniciou-se uma acção de massificação de disponibilização de cartões de débito e de incremento de venda de Terminais de Pagamento Automático. Foram igualmente disponibilizados depósitos a prazo, com diferentes maturidades e níveis de remuneração bastante atractivos, com o objectivo de captar poupança dos particulares e assegurar maior estabilidade dos recursos.

O Banco Millennium Angola pretende estar presente nas principais praças comerciais e urbanas, prevendo que até final de 2007 sejam abertos 17 novos balcões, dos quais 12 em Luanda e os restantes nas outras províncias. Para sustentar o desenvolvimento da actividade, prosseguir-se-á a política de recrutamento de jovens quadros angolanos, aos quais serão dadas acções de formação ajustadas às funções a desempenhar, por forma a assegurar qualidade nos serviços.

O exercício de 2006 caracterizou-se por um crescimento expressivo dos volumes de crédito e depósitos de clientes, o que se traduziu no aumento da margem financeira, apesar da redução das taxas de juro das obrigações do Estado Angolano. O resultado líquido anual foi afectado pelo crescimento dos custos operacionais, relacionado com o redimensionamento da operação.

Millennium Angola*

	Milhões de euros
	2006
Activo total	132,1
Crédito a clientes	54,4
Recursos de clientes	91,1
Margem	3,0
Outros proveitos totais	5,4
Custos operacionais	4,1
Resultado líquido	2,7
Colaboradores	71
Sucursais	3

* O Banco Millennium Angola iniciou a sua actividade em Abril de 2006, com a transformação da sucursal Millennium bcp de Luanda em Banco de direito local.



Estados Unidos da América

O Millennium bcpbank é um Banco global, vocacionado para servir a comunidade portuguesa e luso-descendente, com sede em New Jersey. Oferecendo uma gama completa de produtos e serviços bancários, o Millennium bcpbank materializa a sua proposta de valor através de plataformas de serviço inovadoras e com elevada conveniência, e de serviços de aconselhamento personalizado.

O Millennium bcpbank é líder no segmento de remessas, nomeadamente, através de um serviço de remessas em vigor 24 horas/dia, sete dias/semana com destino a Portugal e ao Brasil, através dos seus canais de distribuição alternativos: *online banking*, centro de contactos e ATM.

Na sua fase de crescimento, em particular entre 2000 e 2005, a estratégia do Millennium bcpbank enfocou-se na expansão da rede de Sucursais. O plano estratégico assentou em duas iniciativas-chave: aumentar os activos e os recursos de Clientes, e abertura de novas Sucursais com o objectivo de atingir massa crítica no domínio da "banca de comunidade". Esta estratégia de crescimento conduziu a que o Millennium bcpbank chegasse ao final de 2006 com uma rede de 18 Sucursais, servindo aproximadamente 40.000 Clientes, em comunidades de elevado crescimento: New Jersey, Massachusetts e New York.

No final do terceiro trimestre de 2006, o Banco adoptou a marca Millennium e a assinatura "A vida inspira-nos". Coincidindo com a introdução da nova marca, foi implementado um novo plano de desenvolvimento para o mercado norte-americano. O Banco pretende reforçar as suas plataformas organizacionais e de serviço de forma a preparar-se para o futuro. O ano 2007 terá associados novos desafios: um nível mais intenso de concorrência, uma desaceleração do crescimento económico nos EUA, uma crescente exigência no plano regulamentar, comunicação e reconhecimento da nova marca, sinergias geográficas, resultantes da presença em três estados, bem como a retenção de talentos e o aumento da eficiência organizacional.

O Millennium bcpbank está profundamente comprometido em aumentar a sua eficiência operacional e em caminhar no sentido de agilizar o seu modelo de negócio. O programa "Millennium EXCEL-07", em implementação e com conclusão prevista para o segundo trimestre de 2007, representa um compromisso para atingir a excelência operacional, através da implementação de iniciativas dirigidas ao aumento das receitas.

O Banco identificou que a celeridade da aprovação de crédito é um dos mais importantes atributos da qualidade de serviço. Em 2005 e 2006, o Millennium bcpbank investiu recursos significativos nesta área, com o objectivo de melhorar os fluxos de decisão de crédito, estando os novos procedimentos em vigor no segundo trimestre de 2007.

No final de 2006, o Banco implementou medidas destinadas a aumentar a segurança e a conveniência na banca *online*, em linha com os padrões de segurança mais avançados da banca *online* nos EUA, com vista a promover a utilização do canal de *Internet banking*.

O lançamento e desenvolvimento de novas alianças estratégicas irá conduzir ao aumento do volume de negócio e ao aumento das receitas, ao mesmo tempo que responde de forma decisiva às exigências de soluções para crédito à habitação, cartões de crédito, serviços de depósitos remotos e serviços de *merchant banking*. A parceria com a Wells Fargo Home Mortgage, uma das instituições líderes norte-americanas, permitirá o desenvolvimento, no decurso de 2007, de uma vasta gama de

soluções de crédito hipotecário, quer para particulares, quer para negócios. Complementarmente, será disponibilizada uma linha de crédito que contribuirá para reforçar a posição competitiva do Millennium bcpbank.

Como parte dos programas de desenvolvimento de produtos em curso, o Millennium bcpbank implementará, em três fases, novas funcionalidades nas ofertas de ATM e de cartões, que permitirão poupanças de custos e aumento das receitas. Paralelamente, irão ser lançados novos serviços de *merchant banking*.

Os volumes de crédito a clientes e dos depósitos de clientes registaram um crescimento em 2006 face ao período homólogo em dólares, embora registando um crescimento menos significativo em euros em virtude da depreciação do dólar face ao euro. Neste contexto, o resultado líquido apresentou uma evolução negativa, condicionada pelo aumento de custos relacionado com a incorporação da sucursal Millennium bcp de Nova Iorque, e pelo reforço das provisões para imparidade de crédito.

Millennium bcpbank

Milhões de euros

	2006	2005	Var. % 06/05
Activo total	625,7	601,2	4,1%
Crédito a clientes	382,1	382,6	-0,1%
Recursos de clientes	548,1	510,9	7,3%
Proveitos	27,7	18,0	54,4%
Resultado líquido	-4,5	1,0	-554,5%
Colaboradores	254	190	33,7%
Sucursais	18	18	--

Canadá

O Banco Comercial Português concretizou, em Dezembro de 2006, a alienação à instituição financeira canadiana BMO Financial Group (ex-Bank of Montreal) de 100% do capital do bcpbank Canada, pelo valor de 40,9 milhões dólares canadianos (26,8 milhões de euros). Esta transacção gerou uma mais-valia, antes de impostos e líquida de custos de transacção, de 7,9 milhões de euros e enquadra-se na estratégia prosseguida pelo Banco Comercial Português de desinvestimento nos mercados não prioritários.



SERVIÇOS BANCÁRIOS

Em 2006, a área de Serviços Bancários assegurou o cumprimento da sua missão, que consiste em servir as unidades de negócio em Portugal e noutras geografias, contribuindo de forma sustentada para a redução de custos e para a melhoria da qualidade de serviço, assegurando um grau de inovação compatível com as aspirações de crescimento do Grupo.

A estratégia delineada traduziu-se essencialmente em três pilares fundamentais: correcto alinhamento das áreas de Serviços Bancários com os objectivos do Millennium bcp, assegurando o funcionamento do Banco com menores custos (Objectivos Financeiros) e melhores níveis de serviço (Objectivo de Níveis de Serviço), numa lógica de transformação que visou otimizar o desempenho global (Objectivo de Iniciativas Estratégicas).

Foi adoptado um modelo de Gestão através de *scorecards* de *Key Performance Indicators* (KPI), os quais, sendo transversais a todas as Direcções, asseguraram o alinhamento com a estratégia de Serviços Bancários e desta com as prioridades dos vários negócios.

Os KPI's foram agrupados em três classes: financeira, qualidade e iniciativas estratégicas, as quais apresentam uma ponderação relativa de 50%, 35% e 15%, respectivamente. Em termos de cada Direcção, considerada de forma individual, os pesos relativos das diferentes classes variam significativamente, de acordo com a natureza da Direcção em análise, missão específica e prioridades estabelecidas para o exercício.

Em 2006, sem menosprezar a importância dos KPI's Financeiros, a ênfase colocou-se na gestão dos níveis de serviço dos Clientes internos consignados nos KPI's constantes do bloco de qualidade, explicitado no *scorecard* de cada Direcção. A qualidade e todas as questões que lhe estão associadas, passaram a ser, nas áreas de Serviços Bancários, uma área de intervenção prioritária, interligada com a industrialização dos serviços, mas sempre numa lógica de parceria com os Clientes internos. Efectivamente, o esforço de gestão na vertente dos níveis de serviço, com uma monitorização dos processos críticos, passou a ser o vector determinante para a progressão do índice de satisfação dos Clientes internos, contribuindo, assim, para o aumento do nível da criação do valor percebido pelos Clientes do Grupo.

Os resultados obtidos em 2006 materializaram-se numa redução dos custos das áreas de Serviços Bancários, sempre com um reforço no alinhamento com os Clientes internos, aumentando a capacidade interna de reengenharia de processos, visando o aumento de produtividade, captando sinergias pela externalização de alguns serviços e melhorando os mecanismos de avaliação da performance.

Na área de Tecnologias, merece destaque o Projecto "Global IT", que se desenrolou conforme planeado, estando concluída a transição para a IBM, em regime de *outsourcing*, da gestão dos centros de dados e serviços de infra-estrutura tecnológica em Lisboa, Varsóvia e Atenas. Estão já centralizados em Lisboa, no TagusPark, os sistemas de desenvolvimento e produção das operações na Turquia e na Grécia. Está em fase de conclusão a transferência dos sistemas de produção da Polónia, estando já centralizados os sistemas de desenvolvimento e uma pequena parte da produção.

Iniciou-se também a implantação do Centro de Competências de desenvolvimento de *software* bancário (ICBS – *software* bancário fornecido pela empresa Fiserve, utilizado pelo Millennium bcp nas suas operações fora de Portugal) para AS-400 em Varsóvia, cuja missão principal consiste na criação de um modelo centralizado de conhecimento do sistema ICBS que permita uma maior capacidade de execução, através de flexibilidade e disponibilidade de recursos, um melhor conhecimento e reutilização dos desenvolvimentos disponibilizados, bem como da utilização das melhores práticas de trabalho. Os objectivos do Centro de Competências passam pelo suporte às operações bancárias fora de Portugal (ICBS), quer no desenvolvimento de novas funcionalidades, quer na manutenção dos sistemas, cobrindo as diversas operações do Grupo, garantindo ainda projectos globais de implementação do ICBS, como é o caso do lançamento de uma operação bancária na Roménia.

Dentro da área de Tecnologias, destacam-se ainda as seguintes iniciativas: lançamento do Projecto CARS (Renovação da Rede de Comunicações e Telefones) e celebração de acordo com a CISCO respeitante à nova solução tecnológica de comunicações para o Millennium bcp, com início da instalação dos novos telefones de tecnologia VOIP; contrato efectuado com a XEROX no âmbito do Projecto “Office Printing”, tendo-se procedido à substituição integral dos equipamentos de impressão, fotocópia e fax. No âmbito das infra-estruturas de telecomunicações, realizaram-se as primeiras instalações da tecnologia *wireless*, permitindo o suporte a postos de trabalho móveis; e produção dos primeiros cartões com *chip*, implantados com a nova tecnologia EMV.

Em 2006, avançaram os Projectos “Change the Bank” na Direcção de Transformação Operativa, nomeadamente, Reengenharia dos Processos de Crédito à Habitação, Abertura de Contas, Cartões de Débito e Crédito, Tratamento do Correio e Arquivo, Tratamento de Numerário e o Plano de Continuidade do Negócio.

Ao nível interno, integrou-se no perímetro de consolidação de Serviços Bancários a Direcção de Operações Financeiras da Banca de Investimento e procedeu-se à consolidação das Direcções Operacionais. Foi também consubstanciado o Projecto AVA no universo das oito Direcções de Serviços Bancários com funções corporativas, permitindo a libertação de Colaboradores, tendo sido as Direcções de Crédito e Operações os centros de recepção dos Colaboradores realocados.

Em diferentes Direcções de Serviços Bancários, nomeadamente, nas Direcções de Crédito, Operações e Títulos, apoiaram-se de forma muito activa e participativa todos os trabalhos relacionados com a certificação de diferentes processos em Qualidade. Desenvolveram-se também os trabalhos com vista à avaliação do nível de Segurança da Informação no Millennium bcp e nas operações internacionais, tendo por base o standard de segurança internacional ISO 17799-27001.

O ano 2007 foi eleito pelas áreas de Serviços Bancários como o ano do progresso no cumprimento dos Níveis de Serviço junto dos Clientes internos, mantendo um rigor na gestão dos custos e desenvolvendo projectos estratégicos que possam transformar o Banco numa linha contínua de optimização do desempenho global e de aumento de produtividade.

O objectivo de redução dos custos das áreas de Serviços Bancários para 2007 é de -3% p.a. (taxa de inflação -5%). Existirá uma compatibilização permanente entre a austeridade e rigor na gestão dos custos com a inovação tecnológica e operacional necessárias. Foram estabelecidos objectivos ambiciosos, mas atingíveis, para a classe da qualidade, sempre com a preocupação de melhor servir os Clientes internos e exceder as suas expectativas.



Ao nível do modelo de gestão baseado nos *scorecards* de KPI será incentivada a desagregação dos objectivos fixados para as Direcções de Serviços Bancários, a níveis mais atomizados da organização hierárquica ou funcional. A gestão de níveis de serviço será, pois, a pedra angular de 2007, reforçando-se os mecanismos operacionais e de gestão dos indicadores de qualidade.

São ainda de referir as seguintes metas:

- Atingir um nível de provisões brutas compatíveis com provisões líquidas de 30 p.b.;
- Conclusão do Projecto SWOC (Sistemas de *Workflow* Operacional de Crédito) e entrada em vigor do novo Regulamento de Crédito;
- Conclusão do redesenho dos processos relacionados com o crédito à habitação, abertura de contas, cartões e gestão de numerário, prosseguindo na reengenharia de outros processos;
- Permanente monitorização dos níveis de serviços;
- Conclusão da implantação de Centro de Competências de desenvolvimento de *software* para ICBS, em Varsóvia;
- Renovação dos postos de trabalho (*Desktop* e telefones) e redes de comunicações;
- Desenvolvimento da nova solução de plataforma de Internet;
- Prosseguir a abertura e renovação de Sucursais;
- Finalização do projecto de vídeo-vigilância nas Sucursais e Serviços Centrais, numa perspectiva multidoméstica.



As Áreas Corporativas incluem o Centro Corporativo, a Direcção de Auditoria, o Risk Office, o Compliance Office, a Direcção de Comunicação, a Direcção de Relações com Investidores, a Direcção da Qualidade, a Assessoria Jurídica, o Legal Office, o Secretário da Sociedade, a Secretaria Geral, a Direcção Administrativa de Colaboradores, a Direcção de Formação e Desenvolvimento Profissional, a Direcção de Desinvestimento de Activos e a Fundação Millennium bcp.

Durante este ano, prosseguiu-se o esforço global de melhoria de eficiência, em particular através do Projecto AVA, cujo objectivo principal consiste na redução de 30% dos custos das áreas corporativas, através da eliminação de redundâncias e ineficiências. Os resultados das primeiras etapas do projecto, concluídas em 2006, resultaram em reduções de cerca de 16% dos custos, devendo o projecto ser continuado ao longo de 2007.

As Áreas Corporativas continuaram o esforço de criação e harmonização de plataformas, processos e procedimentos transversais no Grupo, com o objectivo de reforçar a criação de um Banco verdadeiramente multidoméstico. Destaca-se a realização do primeiro CFO Forum e o reforço da coordenação das diferentes unidades em Portugal com os vários países, em especial nas áreas de Risk Office, Compliance Office, Auditoria, Comunicação e Qualidade.

De salientar também o Projecto EPM ("*Enterprise Performance Management*"), iniciado em 2005 e com implementação planeada para 2007, que visa a introdução de um novo *software* de informação de gestão ao nível do Grupo, que se espera venha proporcionar melhorias qualitativas na informação produzida, um maior grau de eficiência ao processo e transversalidade na abordagem à informação de gestão.

Na área de Qualidade, realizou-se o primeiro inquérito de Satisfação a Colaboradores, conduzido a nível global e em simultâneo em todas as operações do Millennium bcp. Continuaram também os esforços de harmonização dos processos de medição da satisfação dos Clientes das várias operações.

De destacar ainda o Processo de Certificação, conduzido, em 2006, tanto ao nível de processos de negócio, como processos de suporte. O Millennium bcp obteve o Certificado de Qualidade pela norma internacional ISO 9001:2000 pela entidade certificadora internacional BVQi-Bureau Veritas Quality International. Em Portugal, através da definição dos diferentes processos e de *process owners*, foi feito um esforço exaustivo de mapeamento, documentação e introdução de melhorias nos diversos processos, em colaboração com as diferentes áreas de negócio e unidades de suporte, destacando-se a conclusão da Certificação de 21 processos, a saber: Desenvolvimento de Produtos, Abertura de Conta, Crédito à Habitação, Crédito Pessoal, Crédito à Construção, Leasing Mobiliário, Financiamento Automóvel, Subscrição de Seguros Não Vida, Subscrição e Resgate de Fundos de Investimento, Limites de Crédito, Factoring, Gestão de Custódia Institucional, Tomada e Cedência de Títulos, Depósitos e Levantamentos em Numerário, Transferências Emitidas para o Estrangeiro, Comunicação Escrita com os Clientes, Venda Pró-Activa, Gestão das Reclamações, Gestão da Qualidade, Gestão da Cadeia de Fornecimento e Gestão das Pessoas. Em 2007, continuar-se-á o esforço de certificação em Portugal, que se estenderá também às operações internacionais.

Ao nível corporativo, a área de Desinvestimento de Activos prosseguiu os esforços de alienação de património imobiliário e mobiliário não nuclear à actividade.

Importa referir, ainda, a preparação do lançamento da Oferta Pública de Aquisição de acções representativas do capital social do Banco BPI, S.A. e o acompanhamento das várias fases do processo ao longo do ano, bem como a preparação e conclusão das diferentes iniciativas estratégicas, destacando-se o processo de mudança de marca e vários processos de desinvestimento em activos não estratégicos no Canadá, França, Luxemburgo e Interbanco em Portugal, bem como os trabalhos de lançamento do Banco em Angola, preparação do lançamento das operações na Roménia e acompanhamento do plano de expansão na Polónia e na Grécia.

Foram também iniciados os trabalhos de preparação para a eventual integração do Banco BPI, num projecto transversal que contou com o apoio de diversas áreas em Portugal e Angola.

As actividades da Fundação Millennium bcp são analisadas no âmbito do Relatório da Sustentabilidade (Volume III do Relatório e Contas).



A Millenniumbcp Fortis, detida a 51% pela Fortis e a 49% pelo Banco Comercial Português, é uma instituição especializada quer na comercialização de seguros dos Ramos Vida (risco e capitalização) e Não Vida (pessoais e patrimoniais), utilizando como canal privilegiado de vendas os balcões do Millennium bcp, quer na actividade de gestão de fundos de pensões, utilizando, neste negócio, tanto o canal de distribuição bancário como o canal tradicional de corretores. Nos seguros de saúde, procedeu-se, ainda, à celebração de parcerias com corretores e acordos de distribuição com outras seguradoras presentes no mercado nacional.

A Millenniumbcp Fortis orientou a sua acção em 2006 no sentido de assegurar a liderança em inovação, excelência operativa e satisfação do Cliente. Três iniciativas merecem destaque no exercício em análise: desenvolvimento de produtos, reformulação de processos e novos canais de negócio.

No que respeita ao desenvolvimento de produtos, foi desenhado um mapa de actuação para o lançamento de produtos inovadores. Alcançaram-se resultados visíveis no imediato na gama de produtos de poupança/investimento, com a comercialização de novas soluções *unit linked* de taxa crescente e dois novos PPR. A oferta de seguros de Saúde Médis foi também objecto de profunda reformulação, acompanhada de um reposicionamento da marca, com vista à captação de Clientes mais jovens. No que concerne a processos de negócio, prosseguiu a integração com as operativas do Millennium bcp, por forma a assegurar aos Clientes um serviço em linha com os *benchmarks* internacionais. Destaque ainda para a comercialização da oferta Médis no segmento de grandes empresas e institucionais, através dos principais *brokers* de seguros em Portugal, que permitiu captar cerca de 26.000 novos Clientes.

Ao longo de 2006, iniciou-se igualmente um conjunto de projectos de natureza estratégica, sendo de realçar a implementação de um *balanced scorecard*, com os objectivos de alinhar a organização e as suas actividades com a estratégia traçada, melhorar a comunicação estratégica e envolver todos os Colaboradores na prossecução dos objectivos estratégicos definidos.

Em 2006, a Millenniumbcp Fortis posicionou-se, uma vez mais, como o maior grupo segurador português no negócio de bancassurance, com um volume de prémios de seguro directo de 1.626 milhões de euros. No ramo Não Vida, é de destacar um acréscimo dos prémios de seguro directo de 14% face ao ano anterior, facto assinalável dado que o crescimento do mercado neste segmento fixou-se apenas em 0,9%, o que significa um decréscimo em termos reais, descontado o efeito da inflação.

Em 2006, o resultado líquido consolidado do exercício, após ajustes de consolidação, IFRS e antes do VOBA ("*Value Of Business Acquired*"), ascendeu a 111,9 milhões de euros, atingindo os objectivos que haviam sido fixados para o período, sendo de destacar a manutenção de um rácio de sinistralidade em Não Vida historicamente baixo, 51,1%, e nos Ramos Vida a obtenção de um rácio de despesas de 0,8%, aliado a um crescimento significativo da margem técnica dos produtos de risco.

Em 2007, a Millenniumbcp Fortis procurará manter elevados níveis de qualidade e inovação, aumentar a motivação e produtividade dos Colaboradores, assim como implementar um programa de redução de custos administrativos tendente a melhorar, de forma ainda mais significativa, o rácio de despesas no segmento Não Vida.



	2006	2005	Var. % 06/05
Prémios de seguro directo			
Vida	1.458	1.997	-27,0%
Não Vida	168	148	13,1%
Total	1.626	2.146	-24,2%
Quota de Mercado			
Vida	16,6%	21,9%	
Não Vida	3,8%	3,4%	
Total	12,4%	16,0%	
Margem técnica ⁽¹⁾	205	177	16,0%
Margem técnica líquida de custos administrativos	71	38	87,3%
Resultados líquidos ⁽²⁾	112	86	30,7%
Rácio de sinistralidade Não Vida	51,5%	49,3%	
Rácio de despesas Não Vida	26,5%	25,2%	
Rácio combinado Não Vida	78,0%	74,5%	
Custos de exploração líquidos Vida / Investimentos Vida	0,78%	0,79%	

(1) Antes de imputação de custos administrativos.

(2) Após ajustes de consolidação, IFRS e antes de VOBA





ANÁLISE FINANCEIRA

90	Síntese Financeira
91	Análise Financeira
116	Gestão dos Riscos



SÍNTESE FINANCEIRA

Milhões de euros

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Balço				
Activo total	79.259	76.850	71.320	3,1%
Créditos a clientes (líquido)	56.660	52.696	48.687	7,5%
Recursos totais de clientes	57.239	56.135	51.390	2,0%
Situação líquida e Passivos subordinados	7.775	7.208	6.990	7,9%
Demonstração de resultados				
Margem financeira	1.405,8	1.291,6	1.164,8	8,8%
Outros proveitos líquidos	1.297,9	1.111,3	1.230,5	16,8%
Custos operacionais	1.543,7	1.555,7	1.624,5	-0,8%
Imparidade				
Do crédito (líq. de recuperações)	127,6	23,0	107,1	--
De outros riscos	35,4	56,0	87,4	-36,8%
Impostos sobre lucros	164,7	119,0	47,6	38,4%
Interesses minoritários	52,0	39,0	0,4	33,4%
Resultado recorrente	780,3	610,2	528,2	27,9%
Resultado de operações não recorrentes	(0,4)	143,3	78,3	--
Lucro líquido atribuível ao Banco	779,9	753,5	606,5	3,5%
Produto bancário	2.703,7	2.402,9	2.242,4	12,5%
Cash flow	1.398,9	1.412,3	1.332,2	-0,9%
Número médio de acções (milhares)	3.604.741	3.258.153	3.256.109	
Resultado líquido recorrente por acção básico (euros)	0,20	0,18	0,16	
Resultado líquido recorrente por acção diluído (euros)	0,20	0,16	0,14	
Rendibilidade				
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	20,6%	24,1%	24,0%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE) recorrente	20,8%	19,5%	21,0%	
Resultados antes de impostos e interesses minoritários / Capitais próprios médios	25,5%	28,3%	25,0%	
Produto bancário / Activo líquido médio	3,5%	3,2%	2,9%	
Rendibilidade do activo médio (ROA)	1,0%	1,0%	0,8%	
Resultados antes de impostos e interesses minoritários / Activo líquido médio	1,3%	1,2%	0,9%	
Taxa de margem financeira	2,17%	2,18%	2,21%	
Outros proveitos / Produto bancário	48,0%	46,2%	48,1%	
Eficiência				
Custos operacionais / Produto bancário	57,1%	64,7%	72,4%	
Custos operacionais / Produto bancário – Actividade em Portugal	53,2%	63,0%	68,9%	
Custos com pessoal / Produto bancário	32,1%	37,3%	41,0%	
Solvabilidade				
Rácio de solvabilidade – Banco de Portugal				
Tier I	7,3%	7,4%	8,1%	
Total	11,9%	12,9%	11,9%	
Riscos de crédito				
Crédito a clientes (bruto)	57.912	54.038	49.939	7,2%
Crédito vencido total	498	503	430	-1,0%
Imparidade para crédito	1.252	1.343	1.252	-6,7%
Crédito vencido a mais de 90 dias / Crédito total	0,8%	0,8%	0,8%	
Crédito com incumprimento / Crédito total	1,1%	1,1%	1,1%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq.	-1,1%	-1,4%	-1,4%	
Imparidade para crédito / Crédito vencido a mais de 90 dias	287%	302%	325%	
Imparidade para crédito / Crédito vencido total	251%	267%	292%	
Outros indicadores				
Sucursais				
Portugal	864	909	1.008	-5,0%
Estrangeiro	614	642	632	-4,4%
Colaboradores				
Portugal	10.876	11.510	12.487	-5,5%
Estrangeiro	8.449	8.138	8.079	3,8%

Nota: Informação em base comparável. Exclui os impactos das subsidiárias alienadas e das operações de natureza não recorrente.

Enquadramento

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho, e de acordo com o modelo de reporte determinado pelo Banco de Portugal (Aviso n.º 1/2005), na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa da Directiva n.º 2003/51/CE, de 18 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho.

De forma a proporcionar uma melhor leitura sobre a evolução dos resultados e da situação patrimonial do Grupo, a análise financeira foi efectuada em base comparável para os três anos apresentados, isto é, excluindo empresas subsidiárias alienadas e resultados não recorrentes, sendo os montantes afectos a estas operações apresentados isoladamente permitindo a sua reconciliação com as Demonstrações Financeiras apresentadas neste relatório.

As subsidiárias do Grupo alienadas entre 2004 e 2006, anteriormente consolidadas pelo método integral foram, para efeitos desta análise, consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.

Síntese

A actividade do Millennium bcp no ano 2006 reflecte a concretização das grandes linhas estratégicas a que o Banco se tinha proposto: gestão criteriosa de capital, aumento de rentabilidade em Portugal e desenvolvimento das operações no exterior; nomeadamente, na Polónia, Grécia e Moçambique.

O ano 2006 caracterizou-se pela conclusão do processo de alienação de participações consideradas não estratégicas. Neste âmbito, foram alienadas as participações detidas no Interbanco no primeiro trimestre de 2006 e no bcpbank Canada no quarto trimestre de 2006 e foram reduzidas as participações detidas no Banque BCP França e no Banque BCP Luxemburgo no terceiro trimestre de 2006. Paralelamente, e em linha com a orientação estratégica anteriormente referida, o Banco Comercial Português aumentou a participação no capital social do Bank Millennium na Polónia para 65,51%.

A actividade em Portugal registou níveis acrescidos de rentabilidade, impulsionada não só por um aumento de proveitos mas também por uma redução de custos suportada num conjunto significativo de iniciativas com vista ao reforço da eficiência operacional, desenvolvidas no âmbito do Programa de Melhoria de Eficiência Operativa, destacando-se o impacto do redimensionamento do quadro de Colaboradores que o Grupo tem vindo a implementar.

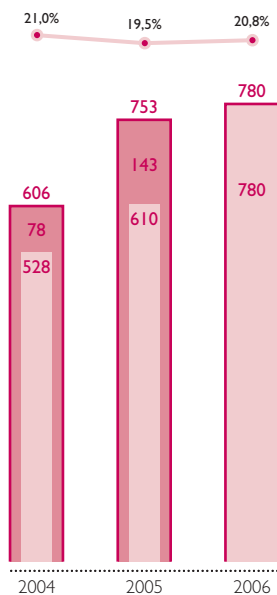
As operações na Polónia e na Grécia prosseguiram os planos de expansão estabelecidos com vista ao aproveitamento de oportunidades de negócio nestes mercados com maior potencial de crescimento e ao reforço da contribuição destas operações para os resultados consolidados.

Sublinhe-se que o Millennium bcp superou os objectivos globais definidos no âmbito do Programa Millennium. Em 2003, foi anunciado um conjunto de iniciativas estratégicas para 2004-2006 com vista ao aumento da rentabilidade do Grupo. Os objectivos definidos foram revistos no final de 2005,



Resultados Líquidos

Milhões de euros



- ROE recorrente
- Total
- Resultados não recorrentes
- Resultados recorrentes

sendo fixadas novas metas para 2006 mais ambiciosas, que foram globalmente excedidas. Merecem especial destaque:

- A Banca de Retalho em Portugal, que ultrapassou os objectivos propostos, registando taxas de execução do Programa de 116%;
- Os resultados da actividade internacional, que ultrapassaram os objectivos propostos, registando uma taxa de execução de 133%.

Os resultados líquidos consolidados situaram-se em 780 milhões de euros em 2006 comparando com 753 milhões de euros em 2005 e 606 milhões de euros em 2004. Esta evolução foi influenciada pela contabilização de resultados não recorrentes no montante de 143 milhões de euros em 2005 e de 78 milhões de euros em 2004. Os resultados líquidos de 2006 não estão praticamente influenciados por resultados não recorrentes, dado que as mais-valias obtidas na alienação de participações em subsidiárias foram compensadas pelos impactos dos custos associados à redução do quadro de Colaboradores em Portugal e da alteração da taxa e método de cálculo da derrama nos activos por impostos diferidos, introduzidos pela nova Lei das Finanças Locais.

Em base comparável, os resultados líquidos aumentaram 27,9% para 780 milhões de euros em 2006 (610 milhões de euros em 2005). A rentabilidade dos capitais próprios médios (ROE), recorrente, ascendeu a 20,8% em 2006 (19,5% em 2005) e a rentabilidade do activo médio atingiu 1,0%, o mesmo valor de 2005.

Os resultados líquidos consolidados beneficiaram do crescimento dos resultados recorrentes em Portugal (+29,5%), na Polónia (+49,4%) e na Grécia (+334,8%). Deve ainda ser referido o contributo do Millennium bim em Moçambique, que registou um aumento expressivo dos resultados líquidos em 2006 (+153,0%).

Os activos totais do Millennium bcp aumentaram durante os exercícios de 2006 e 2005. O total do activo aumentou para 79.259 milhões de euros no final de 2006, suportado pelo crescimento do crédito a clientes, comparando com 76.850 milhões de euros em 2005 e 71.320 milhões de euros em 2004.

O crédito a clientes (líquido) cresceu 7,5% de 52.696 milhões de euros em 2005 para 56.660 milhões de euros em 2006. Este montante foi influenciado pelo desconhecimento, no Balanço, de duas operações de securitização de créditos hipotecários. Em base comparável, o crédito bruto, incluindo o crédito securitizado, aumentou 11,7%, atingindo 61.907 milhões em 2006, impulsionado pelo contributo do maior volume de crédito concedido nas operações internacionais, que representam já 13,0% do crédito a clientes do Grupo, e também da actividade em Portugal, que registou um crescimento de 8,2% face ao ano anterior:

Os recursos totais de clientes aumentaram 2,0% para 57.239 milhões de euros. Os recursos de clientes no balanço situaram-se em 38.413 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, evidenciando uma ligeira quebra face ao final de 2005, mas recuperando face a Setembro de 2006, enquanto que os recursos de clientes captados com registo fora de balanço cresceram 10,6%. A evolução dos recursos fora de balanço foi positivamente influenciada pelos crescimentos obtidos na actividade internacional, com destaque para o acentuado crescimento na Polónia, onde os activos sob gestão mais do que duplicaram.

A evolução do capital em 2006 reflecte o impacto positivo da geração de resultados pelo Grupo, o apuramento de diferenças actuariais positivas e a realização de operações pontuais efectuadas ao longo do ano com impacto na solvabilidade. Entre estas operações estão incluídas a alienação total ou parcial de participações no Interbanco, no Banque BCP França, no Banque BCP Luxemburgo e no bcpbank Canada, bem como o reforço da participação no Bank Millennium.

Adicionalmente, o Banco realizou uma operação de securitização de créditos hipotecários no montante de 1.500 milhões de euros, no terceiro trimestre de 2006, com impacto favorável nos activos ponderados pelo risco, possibilitando a libertação de fundos para o crescimento adicional da actividade.

O impacto global destas iniciativas permitiu que, em 2006, os indicadores de solvabilidade se mantivessem em níveis adequados. O *core tier I* aumentou para 5,5% em Dezembro de 2006 quando em 2005 este mesmo indicador era de 5,3%. O rácio de solvabilidade consolidado atingiu 11,9% em 2006 (12,9% em 2005 e 11,9% em 2004).

Análise da Rendibilidade

Resultados Líquidos

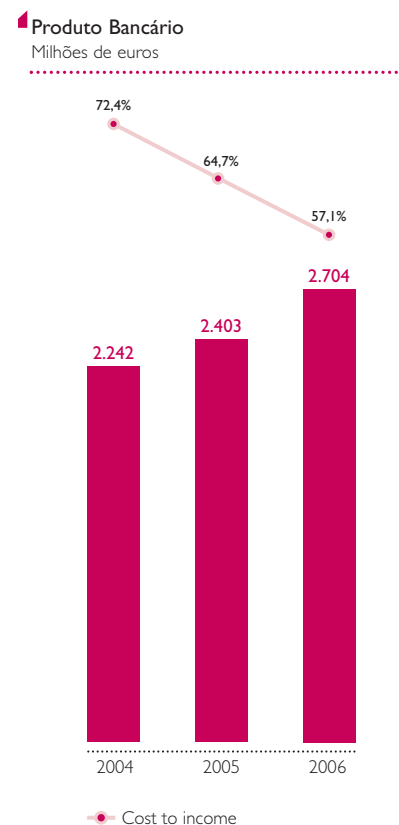
Os resultados líquidos consolidados do Millennium bcp atingiram 779,9 milhões de euros em 2006 (753,5 milhões de euros em 2005). Em base comparável, excluindo resultados não recorrentes, os resultados líquidos registaram um crescimento de 27,9% para 780,3 milhões de euros em 2006, comparando com 610,2 milhões de euros no ano anterior.

Os resultados líquidos da actividade em Portugal contribuíram fortemente para este desempenho, registando um aumento de 29,5% em relação ao ano anterior. O crescimento dos resultados líquidos beneficiou da eficaz concretização dos objectivos fixados no âmbito do Programa Millennium, nomeadamente, do desempenho evidenciado pelo segmento de Banca de Retalho em Portugal, que superou os objectivos revistos para 2006.

Os resultados líquidos das operações no estrangeiro, em particular, o crescimento dos resultados recorrentes na Polónia (+49,4%), na Grécia (+334,8%) e em Moçambique (+153,0%) também contribuíram positivamente para a evolução dos resultados líquidos consolidados.

O crescimento dos resultados líquidos, em base recorrente, deveu-se à evolução muito positiva dos proveitos mas também ao controlo rigoroso dos custos operacionais. A obtenção de níveis superiores de eficiência proporcionou a melhoria sustentada do rácio *cost to income*, que evoluiu de 72,4% em 2004 para 64,7% em 2005, atingindo 57,1% em 2006.

Em relação à evolução dos proveitos, refira-se que o produto bancário consolidado, que exclui proveitos não recorrentes, registou um crescimento de 12,5% para 2.703,7 milhões de euros em 2006, fortemente influenciado pelo aumento da margem financeira, das comissões, bem como dos resultados em operações financeiras. O maior crescimento do produto bancário em 2006 (+12,5%) face ao realizado em 2005 (+7,2%), foi determinado pelos desempenhos das actividades desenvolvidas em Portugal, Polónia, Grécia e Moçambique.





O controlo de custos observado na generalidade das áreas de negócio determinou a diminuição de 0,8% dos custos operacionais consolidados, de 1.555,7 milhões de euros em 2005 para 1.543,7 milhões de euros em 2006, excluindo o impacto de custos não recorrentes. Este bom desempenho tinha sido alcançado também no exercício anterior, registando-se uma redução de 4,2% nos custos operacionais face a 2004.

O processo de reestruturação em curso na actividade em Portugal proporcionou melhorias de eficiência operativa significativas que foram determinantes para a redução dos custos operacionais. Os custos operacionais em Portugal registaram decréscimos expressivos em 2006 e 2005, com reduções de 6,5% e 7,1%, respectivamente.

A redução dos custos operacionais foi fortemente influenciada pela diminuição dos custos com pessoal, o que reflecte o impacto do redimensionamento do quadro de Colaboradores que tem vindo a ser efectuado nos últimos anos em Portugal. Em 2006, o número de Colaboradores da actividade em Portugal diminuiu para 10.876, menos 634 Colaboradores em relação ao ano anterior, quando em 2005 também se tinha registado uma redução de 977 Colaboradores em relação a 2004.

O aumento sustentado do produto bancário, acompanhado pela redução dos custos operacionais, determinou a melhoria do rácio *cost to income* em Portugal para 53,2% em 2006, convergindo para o objectivo estratégico de 50% definido para 2008, já que em 2004 este indicador se situava em 68,9% e em 2005 em 63,0%.

O aumento de custos operacionais na actividade internacional foi influenciado pelo impacto dos custos relacionados com o processo de mudança de marca nestas operações, concluído em 2006, e pelos custos associados à expansão das redes de distribuição na Grécia e na Polónia, sendo este impacto mais que compensado pelo aumento dos proveitos registado nestes mercados.

O maior nível de imparidades para riscos de crédito líquidas de recuperações face ao ano anterior resultou essencialmente de menores recuperações de crédito realizadas em 2006 (151,9 milhões de euros em 2006, face a 229,5 milhões de euros em 2005). Apesar da já esperada redução das recuperações face a 2005, este desempenho proporcionou ao Grupo o cumprimento do objectivo definido no âmbito do Programa Millennium, situando-se o indicador de dotações para imparidades de crédito (líquidas de recuperações) em percentagem do crédito total em 22 p.b. (objectivo fixado no Programa Millennium: menos de 30 p.b.), reflectindo a qualidade dos activos em carteira.

Os resultados considerados não recorrentes em 2004, 2005 e 2006, que incluem, essencialmente, as mais-valias obtidas com o desinvestimento em activos não estratégicos e os custos de reestruturação associados ao redimensionamento do quadro de Colaboradores efectuado em Portugal, ascenderam a 78,3 milhões de euros em 2004 e a 143,3 milhões de euros em 2005. Em 2006, os proveitos não recorrentes foram praticamente compensados por custos não recorrentes, pelo que o resultado líquido não se encontra materialmente influenciado por resultados não recorrentes. Na análise que se segue, estes proveitos e custos encontram-se discriminados em cada rubrica de forma a reflectir mais claramente a evolução do negócio proveniente da actividade corrente do Grupo.

Em 2006, foram contabilizados proveitos não recorrentes relacionados com as mais-valias obtidas na alienação da participação no Interbanco e do bcpbank Canada e na redução da participação no Banque BCP França e no Banque BCP Luxemburgo. O impacto positivo destes proveitos foi compensado pelo registo de custos de reestruturação associados ao redimensionamento do quadro de

Colaboradores em Portugal e pelo custo com impostos diferidos na sequência da alteração da taxa e do método de cálculo da derrama, decorrente da aprovação da nova Lei das Finanças Locais.

Em 2005, foram considerados proveitos não recorrentes as mais-valias na alienação das participações na Friends Provident, EDP, Banca Intesa, na venda da totalidade da participação no Banco Comercial de Macau, a mais-valia obtida na fixação do preço final de venda da participação na companhia de seguros PZU e o ganho obtido na alienação da Seguro Directo. Com impacto negativo nos resultados líquidos foram contabilizados, entre outros, o reforço pontual da imparidade para riscos de crédito e os custos associados a reformas antecipadas de Colaboradores em Portugal.

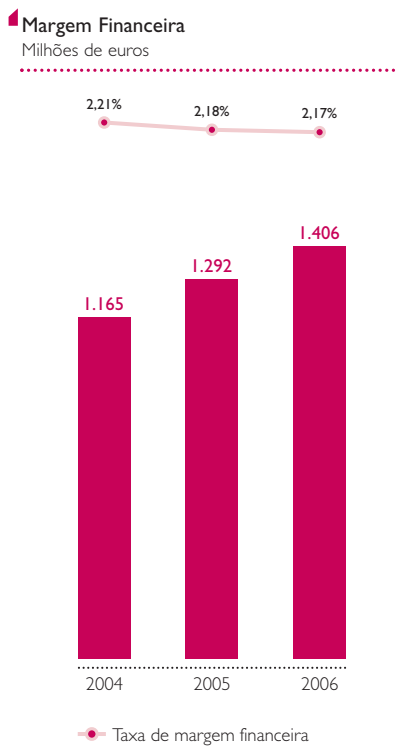
■ Análise Trimestral da Rendibilidade

Valores anualizados expressos em percentagem do activo total médio

	2006					2005	2004
	1.º Trim.	2.º Trim.	3.º Trim.	4.º Trim.	Total		
Margem financeira	1,82%	1,81%	1,85%	1,82%	1,83%	1,71%	1,52%
Outros proveitos líquidos							
Rendimentos de instrumentos de capital	0,00%	0,14%	0,00%	0,03%	0,04%	0,08%	0,04%
Comissões líquidas	0,89%	0,92%	0,86%	0,98%	0,92%	0,85%	0,77%
Resultados em operações financeiras	0,51%	0,37%	0,48%	0,68%	0,51%	0,32%	0,46%
Outros proveitos de exploração líquidos	0,13%	0,12%	0,17%	0,21%	0,16%	0,14%	0,23%
Resultados por equivalência patrimonial	0,08%	0,12%	0,02%	0,03%	0,06%	0,08%	0,10%
	1,61%	1,67%	1,53%	1,93%	1,69%	1,47%	1,60%
Custos operacionais							
Custos com o pessoal	1,14%	1,12%	1,12%	1,12%	1,13%	1,19%	1,20%
Outros gastos administrativos	0,73%	0,76%	0,70%	0,77%	0,74%	0,71%	0,72%
Amortizações do exercício	0,15%	0,14%	0,14%	0,13%	0,14%	0,16%	0,20%
	2,02%	2,02%	1,96%	2,02%	2,01%	2,06%	2,12%
Imparidade							
Para crédito (líquido de recuperações)	0,23%	0,15%	0,28%	0,01%	0,17%	0,03%	0,14%
Para outros activos e outras provisões	0,06%	0,02%	0,07%	0,03%	0,04%	0,07%	0,11%
Resultado antes de impostos	1,12%	1,29%	1,07%	1,69%	1,30%	1,02%	0,75%
Impostos sobre lucros	0,18%	0,18%	0,17%	0,33%	0,22%	0,16%	0,06%
Resultado depois de impostos	0,94%	1,11%	0,90%	1,36%	1,08%	0,86%	0,69%
Interesses minoritários	0,06%	0,07%	0,06%	0,07%	0,07%	0,05%	0,00%
Resultado líquido da actividade corrente	0,88%	1,04%	0,84%	1,29%	1,01%	0,81%	0,69%
Resultados de natureza não recorrente	0,18%	0,00%	0,00%	-0,18%	0,00%	0,19%	0,10%
Resultado líquido atribuível ao Banco (ROA)	1,06%	1,04%	0,84%	1,11%	1,01%	1,00%	0,79%

A análise trimestral da rendibilidade, efectuada em base comparável, demonstra a decomposição da rendibilidade dos activos médios, evidenciando a contribuição de cada rubrica da demonstração de resultados para os níveis de rendibilidade alcançados em proporção do activo líquido médio consolidado. A rendibilidade do activo líquido médio aumentou de 0,8% em 2004 para 1,0% em 2005, mantendo o mesmo valor em 2006 (1,0%).

Destacam-se os acréscimos da margem financeira e das comissões líquidas em proporção do activo líquido médio, que atingiram, respectivamente, 1,83% e 0,92% em 2006 (1,71% e 0,85% em 2005). A evolução favorável destes indicadores, que tinha ocorrido também no ano anterior, reflecte o aumento dos negócios com Clientes e a aceitação da proposta de valor do Grupo.



Deve ser igualmente evidenciada a evolução favorável dos custos operacionais, que apresentaram uma redução, em percentagem do activo líquido médio, de 2,06% em 2005 para 2,01% em 2006, fortemente influenciada pela diminuição dos custos com pessoal em percentagem do activo líquido médio de 1,19% em 2005 para 1,13% em 2006 e das amortizações de 0,16% em 2005 para 0,14% em 2006.

Margem Financeira

A margem financeira aumentou 8,8% para 1.405,8 milhões de euros em 2006 (1.291,6 milhões de euros em 2005), em base comparável. Este crescimento foi determinado, simultaneamente, pelo aumento do volume de crédito concedido e pelo efeito taxa de juro do crédito a clientes comparativamente superior ao efeito taxa de juro dos recursos de clientes.

Em relação ao acréscimo do volume de crédito concedido, refira-se que o crédito à habitação continuou a influenciar favoravelmente a evolução da margem financeira consolidada, cuja expansão do volume mais do que compensou o estreitamento de *spreads* de clientes neste negócio face ao ano anterior na actividade em Portugal.

A gestão adequada do *pricing* dos recursos de clientes, a par do impacto positivo do aumento das taxas de referência do mercado em relação ao final do ano anterior; proporcionaram o aumento de *spreads* de depósitos em Portugal e uma melhoria da rendibilidade dos recursos de clientes em 2006, contribuindo positivamente para o aumento da margem financeira.

A margem financeira em Portugal confirmou a tendência de crescimento nos últimos trimestres de 2006, beneficiando dos desempenhos da Banca de Retalho, cuja margem financeira aumentou 16,1% face a 2005, e do segmento de Corporate e Empresas, onde o efeito volume mais que compensou a diminuição dos *spreads*, fruto da intensificação da concorrência neste segmento de negócio.

A evolução da margem financeira da actividade internacional (+53,5%), impulsionada pelo crescimento acentuado do volume de negócios em 2006 e por maiores taxas de margem financeira, revelou-se decisiva para o aumento da margem financeira consolidada. A margem financeira da actividade internacional também foi influenciada pela contabilidade de cobertura (*liquidity swaps*) no Bank Millennium na Polónia. Em 2005, este montante foi registado em resultados em operações financeiras e no exercício de 2006 passou a ser relevado na margem financeira.

No final de 2006, a margem da actividade internacional representava 23,6% do total da margem financeira, enquanto que, em 2005, esta percentagem se situava em 16,7% e em 2004 em 12,0%, o que reflecte o peso crescente das operações internacionais na actividade do Grupo.

A análise ao balanço médio consolidado, além do crescimento do volume de negócios, evidencia o aumento das taxas de juro médias de 2005 para 2006, acompanhando a subida das taxas de juro de mercado ao longo de 2006: o Banco Central Europeu aumentou as taxas directoras em 1,25 p.p., tendo a Euribor a três meses registado uma subida semelhante, situando-se em 3,7% no final de 2006 (2,5% no final de 2005).

	2006		2005		2004	
	Balanço médio	Taxa	Balanço médio	Taxa	Balanço médio	Taxa
Activos Geradores de Juros						
Aplicações em instituições de crédito	6.965	4,29%	7.276	4,65%	3.975	6,80%
Activos financeiros	3.414	5,46%	3.341	5,96%	2.318	7,40%
Crédito a clientes	54.512	5,21%	50.506	4,69%	48.498	4,65%
	64.891	5,13%	61.123	4,76%	54.791	4,92%
Activos não correntes detidos p/ venda	1.025	3,98%	3.352	5,28%	2.831	3,46%
Total de Activos Geradores de Juros	65.916	5,11%	64.475	4,78%	57.622	4,85%
Activos não correntes detidos p/ venda não geradores de juros	49		192		198	
Outros activos não geradores de juros	10.964		10.666		19.210	
Activo Total	76.929		75.333		77.030	
Passivos Geradores de Juros						
Depósitos de instituições de crédito	12.169	3,96%	10.186	4,64%	9.677	4,42%
Depósitos de clientes	33.301	1,89%	33.211	1,71%	29.492	1,50%
Títulos de dívida emitidos	20.105	3,31%	17.845	2,33%	16.647	2,63%
Passivos subordinados	2.784	5,16%	3.703	4,28%	3.920	4,53%
	68.359	2,81%	64.945	2,49%	59.736	2,48%
Passivos não correntes detidos p/ venda	991	1,59%	3.169	1,92%	2.692	1,47%
Total de Passivos Geradores de Juros	69.350	2,79%	68.114	2,46%	62.428	2,44%
Passivos não correntes detidos p/ venda não geradores de juros	82		374		337	
Outros passivos não geradores de juros	2.574		2.874		11.328	
Situação líquida e Interesses minoritários	4.923		3.971		2.937	
Total do Passivo, Situação Líquida e Interesses Minoritários	76.929		75.333		77.030	
Taxa de Margem Financeira (1)		2,17%		2,18%		2,21%

(1) Relação entre os valores da Margem financeira e o saldo médio do Total de activos geradores de juros.

O aumento dos activos, de 75.333 milhões de euros em 2005 para 76.929 milhões de euros em 2006, foi determinado essencialmente pelo crescimento do volume de crédito a clientes, representando 82,7% do total dos activos geradores de juros em 2006 (78,3% em 2005). O saldo médio do crédito a clientes aumentou 7,9% de 50.506 milhões de euros em 2005 para 54.512 milhões de euros em 2006, impulsionado pelo comportamento favorável do crédito à habitação, o que influenciou positivamente a margem financeira.

Em relação aos passivos geradores de juros, os efeitos desfavoráveis de volume e taxa de juro dos débitos representados por títulos foram parcialmente compensados pelo efeito favorável de taxa de juro dos débitos para com instituições de crédito.

A variação da margem financeira, em base comparável, resultou da conjugação do efeito volume positivo no montante de 94,3 milhões de euros e do efeito de taxa de juro favorável de 17,9 milhões de euros.



Factores Determinantes da Variação da Margem Financeira

Milhões de euros

	2006 vs 2005			Variação
	Efeito volume	Efeito taxa	Efeito residual	
Activos Geradores de Juros				
Disponibilidades sobre instituições de crédito	(14,4)	(26,1)	1,1	(39,4)
Títulos	4,4	(16,9)	(0,4)	(12,9)
Crédito a clientes	187,9	263,0	20,9	471,8
	179,2	227,4	14,0	419,5
Passivos Geradores de Juros				
Débitos para com instituições de crédito	92,0	(68,7)	(13,6)	8,7
Débitos para com clientes	1,6	61,1	0,2	62,8
Débitos representados por títulos	52,7	174,2	22,1	248,9
Passivos subordinados	(39,4)	32,5	(8,1)	(15,0)
	84,9	209,5	11,0	305,4
Margem financeira (em base comparável)	94,3	17,9	2,9	114,1
Impacto de subsidiárias alienadas	(80,0)	(34,1)	24,0	(90,0)
Variação total	39,5	(17,0)	0,6	23,1

Outros Proveitos Líquidos

Os outros proveitos líquidos incluem os rendimentos de instrumentos de capital, as comissões líquidas, os resultados em operações financeiras, os outros proveitos de exploração líquidos e os resultados apurados pelo método de equivalência patrimonial. Os outros proveitos líquidos incluem, também, na rubrica de resultados pela equivalência patrimonial, a apropriação dos resultados associados às subsidiárias alienadas, que, como já foi previamente referido, são discriminados nesta análise.

Em 2006, os outros proveitos líquidos ascenderam a 1.429,3 milhões de euros (1.600,8 milhões de euros em 2005). Em base recorrente, os outros proveitos líquidos aumentaram 16,8% de 1.111,3 milhões de euros em 2005 para 1.297,9 milhões de euros em 2006. O peso dos outros proveitos líquidos no produto bancário, em base recorrente, foi de 48,0% em 2006, quando em 2005 este indicador se situava em 46,2% reflectindo a melhoria sustentada dos indicadores de “cross-selling” registada sobretudo na Banca de Retalho em Portugal e o aproveitamento de oportunidades de negócio na Polónia e na Grécia.

Outros Proveitos Líquidos

Milhões de euros

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Rendimentos de instrumentos de capital	32,5	58,1	29,4	-44,1%
Comissões líquidas	702,4	643,6	589,5	9,1%
Resultados em operações financeiras	394,8	243,5	354,2	62,1%
Outros proveitos de exploração líquidos	120,8	109,4	181,7	10,4%
Resultados pela equivalência patrimonial	47,4	56,7	75,7	-16,4%
	1.297,9	1.111,3	1.230,5	16,8%
Proveitos não recorrentes	131,4	489,5	413,0	--
	1.429,3	1.600,8	1.643,5	-10,7%

Os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos recebidos dos investimentos em títulos disponíveis para venda, totalizaram 32,5 milhões de euros em 2006 comparando com 58,1 milhões de euros em 2005. Os principais contributos para os dividendos recebidos em 2006 provêm das participações detidas na Eureka, EDP e Banco Sabadell. O menor montante de dividendos recebido em 2006 face ao ano anterior reflecte a alienação total das participações na Friends Provident e Banca Intesa e a alienação parcial da participação na EDP.

As **comissões líquidas** aumentaram 9,1%, atingindo 702,4 milhões de euros em 2006, comparando com 643,6 milhões de euros em 2005. O crescimento das comissões beneficiou do contributo de comissões geradas pela gestão de activos (+25,4%), pela prestação de serviços bancários e outras comissões (+20,0%) e, em menor grau, pelas comissões de cartões (+3,4%) e de crédito (+2,2%).

A evolução das comissões de cartões foi condicionada pelas diminuições da *interchange fee* e das comissões associadas a Clientes institucionais em Portugal. O crescimento das comissões de cartões na actividade internacional, impulsionado pelo desempenho na Polónia e em Moçambique, contribuiu para o aumento de 3,4% das comissões de cartões do Grupo face ao ano anterior:

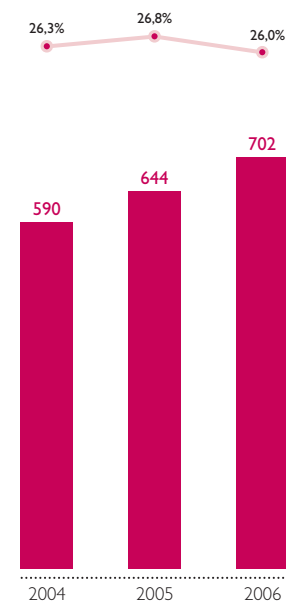
O desempenho das comissões geradas pela gestão de activos foi proporcionado pelos maiores volumes de negócio, impulsionados pelo dinamismo no mercado de capitais e pela oferta inovadora e diversificada de soluções de investimento disponibilizada pelo Grupo. Na actividade em Portugal, deve ser referido o impacto positivo do maior peso dos fundos de maior valor acrescentado e o efeito da revisão das comissões de gestão. Na actividade no estrangeiro, deve ser realçado o dinamismo evidenciado pelo Bank Millennium na Polónia na gestão de fundos, que impulsionou o crescimento do total de activos geridos e o reforço da quota de mercado na Polónia, proporcionando um incremento nas comissões associadas a estes produtos.

O contributo da actividade em Portugal influenciou o desempenho das comissões de crédito, suportadas pelos negócios de leasing e factoring, actividades em que se estima que o Millennium bcp tenha reforçado, em 2006, a liderança de mercado. Na actividade internacional, o crescimento das comissões de crédito beneficiou de maiores comissões associadas a garantias prestadas.

O acréscimo de outras comissões foi influenciado por maiores comissões na banca de investimento, que no último trimestre de 2006 protagonizou uma maior dinâmica de negócio consubstanciado num número superior de operações concretizadas.

Comissões Líquidas

(em base comparável)
Milhões de euros



Comissões Líquidas/Produto bancário



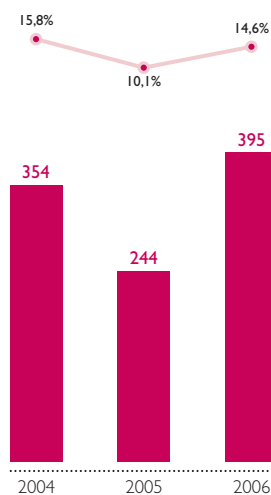
As comissões da actividade internacional têm vindo a representar uma proporção crescente no total das comissões líquidas, atingindo, em 2006, 20,1% do total das comissões líquidas do Grupo, quando em 2005 e 2004 representavam 16,4% e 12,8%, respectivamente. Esta tendência reflecte a estratégia de diversificação geográfica do negócio para mercados de maior potencial de crescimento encetada pelo Grupo. O crescimento das comissões líquidas da actividade no estrangeiro foi de 34,2%, beneficiando sobretudo do maior nível de comissões de títulos e gestão de activos e de comissões associadas à prestação de serviços bancários.

Comissões Líquidas

	Milhões de euros			
	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Cartões	150,3	145,3	137,9	3,4%
Operações sobre títulos	96,5	102,6	76,1	-5,9%
Gestão de activos	101,9	81,2	84,3	25,4%
Operações relacionadas com crédito	136,2	133,2	129,1	2,2%
Outras comissões	217,5	181,3	162,1	20,0%
	702,4	643,6	589,5	9,1%
Comissões associadas às subsidiárias alienadas	11,1	15,1	26,9	--
	713,5	658,7	616,4	--
Resultados recorrentes:				
Em Portugal	560,9	538,1	513,9	4,2%
No estrangeiro	141,5	105,5	75,6	34,2%

Resultados em Operações Financeiras

(em base comparável)
Milhões de euros



● Resultados em operações financeiras/Produto bancário

Os resultados em operações financeiras totalizaram 394,8 milhões de euros em 2006, comparando com 243,5 milhões de euros em 2005. Este aumento foi suportado pela maior dinâmica evidenciada nos mercados de capitais que proporcionou o aproveitamento de oportunidades de negócio pelo Grupo. Os maiores ganhos obtidos em operações de *trading*, nomeadamente, em operações sobre títulos e operações cambiais, associados à expansão das actividades em Portugal, na Polónia, na Grécia e em Moçambique, a par do impacto positivo derivado de macro-coberturas e de outras posições de âmbito corporativo, impulsionaram o desempenho dos resultados em operações financeiras em 2006.

Os resultados em operações financeiras representaram 14,6% do produto bancário em 2006, comparando com 10,1% em 2005 e 15,8% em 2004.

Em 2005, foram registadas operações de natureza não recorrente no montante de 354,5 milhões de euros, destacando-se as mais-valias apuradas nas alienações das participações na Friends Provident e na Banca Intesa e a mais-valia obtida na fixação do preço final de venda da participação de 10% no capital da companhia de seguros polaca PZU (176,1 milhões de euros).

Resultados em Operações Financeiras e em Activos Financeiros Disponíveis para Venda

	Milhões de euros			
	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Operações cambiais	178,7	89,8	36,3	99,0%
Operações sobre títulos e outros	216,1	153,7	317,9	40,6%
	394,8	243,5	354,2	62,1%
Result. em op. financ. subsidiárias alienadas	0,1	3,1	3,4	--
	394,9	246,6	357,6	
Resultados não recorrentes	--	354,5	(37,5)	--
	394,9	601,1	320,1	--
Resultados recorrentes:				
Em Portugal	290,4	97,2	220,4	198,7%
No estrangeiro	104,4	146,3	133,8	-28,6%

Os **outros proveitos de exploração líquidos** aumentaram 10,4%, de 109,4 milhões de euros em 2005 para 120,8 milhões de euros em 2006, em base comparável.

A evolução favorável desta rubrica foi determinada pela actividade desenvolvida em Portugal e está relacionada com os maiores proveitos obtidos na colocação de produtos de seguros da Millenniumbcp Fortis, não obstante o impacto da evolução desfavorável dos outros proveitos gerados pelo negócio de banca de investimento.

Em 2006, foram contabilizados nesta rubrica resultados não recorrentes associados a mais-valias obtidas na alienação da participação de 50% detida no Interbanco (82,2 milhões de euros), de 80,1% no capital social dos bancos Banque BCP França e Banque BCP Luxemburgo (41,3 milhões de euros) e de 100% no capital do bcpbank Canada (7,9 milhões de euros).

Em 2005, os resultados não recorrentes incluem, entre outros, a mais-valia obtida na alienação da Crédilar (50,8 milhões de euros) e a mais-valia obtida na venda da totalidade do capital social do Banco Comercial de Macau (122,6 milhões de euros).

Outros Proveitos de Exploração Líquidos (1)

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Prestação de serviços e fees	103,7	91,5	162,8	13,4%
Reembolso de despesas	17,1	17,9	18,9	-4,7%
	120,8	109,4	181,7	10,4%
Outros prov. de expl. líq. de subsidiárias alienadas	8,8	19,2	(1,4)	--
	129,6	128,6	180,3	--
Resultados de natureza não recorrente	131,4	135,0	84,1	--
	261,0	263,6	264,4	--
Resultados recorrentes:				
Em Portugal	111,2	103,8	181,2	7,1%
No estrangeiro	9,6	5,6	0,5	71,3%

(1) Inclui "Outros Proveitos de Exploração", "Outros resultados de actividades não bancárias" e "Resultados na alienação de outros activos".

Os **resultados registados por equivalência patrimonial** totalizaram 42,0 milhões de euros em 2006, revelando um crescimento, em base comparável, de 55,7% face a 27,0 milhões de euros contabilizados em 2005. Esta evolução foi suportada por maiores resultados obtidos pela actividade da Millenniumbcp Fortis, determinados essencialmente pelo acréscimo dos prémios de seguro directo e pela baixa sinistralidade no ramo Não Vida.

O montante relacionado com a apropriação de **resultados de subsidiárias alienadas**, conforme referido anteriormente, é apresentado separadamente, para efeitos de comparação da informação prestada no âmbito desta análise. Este montante reflecte a apropriação efectuada pelo Grupo do lucro líquido obtido pelas subsidiárias alienadas, considerando a percentagem da participação detida pelo Grupo, e que anteriormente eram consolidadas pelo método de consolidação integral, nomeadamente, Banco Comercial de Macau, Interbanco, Banque BCP França, Banque BCP Luxemburgo e bcpbank Canada.

Em 2006, a apropriação de resultados de subsidiárias alienadas totalizou 5,4 milhões de euros, em 2005 29,7 milhões de euros e, em 2004, 16,4 milhões de euros. Em 2004, foi também discriminado o montante contabilizado na mais-valia obtida na alienação das empresas seguradoras (366,5 milhões de euros).



Resultados pela Equivalência Patrimonial e de Activos Não Correntes Detidos para Venda

Milhões de euros

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Millenniumpcp Fortis	34,8	21,8	--	59,8%
Seguros e Pensões	--	--	42,2	--
Outros	7,2	5,2	17,1	38,8%
	42,0	27,0	59,3	55,7%
Venda de empresas seguradoras	--	--	366,5	--
	42,0	27,0	425,8	--
Apropriação de resultados de subsidiárias alienadas				
Banco Comercial de Macau	--	9,4	6,6	--
Interbanco	--	8,3	5,2	--
Banque BCP França	4,4	8,5	3,4	--
Banque BCP Luxemburgo	0,9	1,8	0,9	--
bcpbank Canada	0,1	1,7	0,3	--
	5,4	29,7	16,4	--
	47,4	56,7	442,2	--

Custos Operacionais

Os custos operacionais, que incluem os custos com pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, diminuíram de 1.809,3 milhões de euros em 2005 para 1.689,8 milhões de euros em 2006, incluindo custos associados a operações não recorrentes.

Os **custos operacionais** evidenciaram, em base comparável, um decréscimo de 0,8% para 1.543,7 milhões de euros em 2006 (1.555,7 milhões de euros em 2005), suportado pela diminuição significativa dos custos operacionais em Portugal (-6,5%). Os custos operacionais da actividade internacional, que registaram um aumento de 18,8%, incorporam os custos relacionados com o processo de mudança de marca efectuado em todas as operações do Grupo, e com a expansão da rede de Sucursais em curso em várias operações no estrangeiro, nomeadamente, na Polónia e na Grécia.

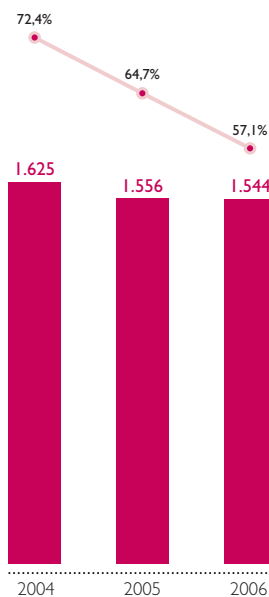
O rácio *cost to income* consolidado confirmou a tendência de melhoria, atingindo 57,1% em 2006, face a 64,7% apurado em 2005 e a 72,4% em 2004. Sublinhe-se a melhoria expressiva do rácio *cost to income* de 63,0% em 2005 para 53,2% em 2006 na actividade em Portugal (menos 9,8 p.p.), suportada por iniciativas desenvolvidas no âmbito do Programa de Melhoria de Eficiência Operativa e do redimensionamento do quadro de Colaboradores. Estas medidas proporcionaram poupanças efectivas e notórias, determinadas por uma gestão mais eficiente de processos, pelo recurso ao *outsourcing* e pelo aproveitamento de sinergias nas diversas operações do Grupo. A evolução muito positiva destes rácios demonstra o cumprimento dos objectivos de rigoroso controlo de custos e melhoria de eficiência assumidos pelo Millennium bcp.

Em relação à maior eficiência de processos, refira-se que o Millennium bcp iniciou em 2006 um projecto que visa obter a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com a norma internacional ISO 9001:2000, tendo obtido já este certificado para vários processos operativos na actividade em Portugal. Este projecto confirma o empenho do Banco em melhorar a eficiência operativa, conjugando o impacto favorável nos custos operacionais e também a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao Cliente com vista ao aumento da satisfação e à fidelização da sua base de Clientes.

Enquadrado na estratégia de racionalização de investimentos e de gestão integrada de estruturas de IT nas operações multidomésticas, entrou em vigor; em Janeiro de 2006, em Portugal, o novo contrato de *outsourcing* com a IBM, com a extensão de serviços à Polónia em Março de 2006, permitindo a redução efectiva de custos associados aos sistemas de informação.

Custos Operacionais

(em base comparável)
Milhões de euros



● Cost to income

Custos Operacionais

Milhões de euros

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Portugal				
Custos com pessoal	665,5	735,5	778,9	-9,5%
Outros gastos administrativos	386,1	383,1	413,9	0,8%
Amortizações do exercício	72,0	83,5	101,1	-13,7%
	1.123,6	1.202,1	1.293,9	-6,5%
Não recorrentes	146,1	248,1	240,1	--
Custos de subsidiárias alienadas	--	20,8	21,7	--
	1.269,7	1.471,0	1.555,7	--
Estrangeiro				
Custos com pessoal	201,1	160,2	140,3	25,6%
Outros gastos administrativos	183,9	153,0	138,2	20,1%
Amortizações do exercício	35,1	40,4	52,1	-13,1%
	420,1	353,6	330,6	18,8%
Não recorrentes	--	5,5	48,6	--
Custos de subsidiárias alienadas	35,7	78,2	74,6	--
	455,8	437,3	453,8	--
Total				
Custos com pessoal	866,6	895,7	919,2	-3,3%
Outros gastos administrativos	570,0	536,2	552,1	6,3%
Amortizações do exercício	107,1	123,8	153,2	-13,5%
	1.543,7	1.555,7	1.624,5	-0,8%
Não recorrentes	146,1	253,6	288,7	--
	1.689,8	1.809,3	1.913,2	-6,6%
Custos de subsidiárias alienadas	35,7	98,9	96,3	--
	1.725,5	1.908,2	2.009,5	--

Adicionalmente, em 2006, o Grupo iniciou a centralização num único local do *hardware* de sistemas centrais, tendo concluído este processo nas operações da Grécia e da Turquia, no âmbito da implementação de uma infra-estrutura global de tecnologias localizada em Portugal, o que permitirá a captura de ganhos de eficiência adicionais e potenciará a redução de custos.

Os **custos com pessoal** diminuíram 3,3% de 895,7 milhões de euros em 2005 para 866,6 milhões de euros em 2006 (em base comparável), determinados pela redução dos custos com pessoal em Portugal (-9,5%). Os menores custos com pessoal em Portugal resultam da redução do quadro de Colaboradores que tem vindo a ser efectuada nos últimos anos. O número total de Colaboradores em Portugal diminuiu de 12.487 em 2004, para 11.510 em 2005, e para 10.876 Colaboradores em 2006, ou seja uma redução de 1.611 Colaboradores nos últimos dois anos. A actividade no estrangeiro registou um aumento dos custos com pessoal determinado essencialmente pelos já mencionados planos de expansão da Grécia e da Polónia.

Os **custos com reformas antecipadas** ascenderam a 240,1 milhões de euros em 2004, a 235,5 milhões de euros em 2005 e a 146,1 milhões de euros em 2006. Estes montantes traduzem o esforço que o Banco tem dedicado à reestruturação das suas operações em Portugal, com vista à melhoria da eficiência operativa, e determinaram a redução do número de Colaboradores da actividade em Portugal de 977 Colaboradores em 2005 e de 634 Colaboradores em 2006.

Os **outros gastos administrativos** situaram-se em 570,0 milhões de euros em 2006, comparando com 536,2 milhões de euros em 2005. A evolução dos outros gastos administrativos foi condicionada



pelo aumento dos gastos administrativos na actividade internacional, determinados essencialmente por custos associados ao processo de mudança de marca e pela expansão das redes de Sucursais na Grécia e na Polónia, materializados essencialmente nas rubricas de publicidade e rendas.

Na actividade em Portugal, os outros gastos administrativos reflectem o prosseguimento da política de contenção já verificada no ano anterior, situando-se em 386,1 milhões de euros em 2006 (383,1 milhões de euros em 2005 e 413,9 milhões de euros em 2004). O impacto da redução do número de Sucursais em Portugal, de 1.008 Sucursais em 2004 para 864 em 2006, também influenciou favoravelmente a evolução dos outros gastos administrativos. A constante melhoria de processos tendo em vista o alinhamento com as melhores práticas e a obtenção de vantagens competitivas, a flexibilização da estrutura organizacional e o recurso ao *outsourcing* das actividades de suporte operativo permitiram alcançar níveis superiores de eficiência operativa em 2006. O controlo dos gastos administrativos em Portugal foi determinado pela descida dos custos na generalidade das rubricas, destacando-se, pelo montante que representam, as poupanças obtidas em comunicações, custos com trabalho independente e rendas.

Outros Gastos Administrativos – Portugal (em base comparável)

	2006	2005	2004	Milhões de euros Var. % 06/05
Economato	7,4	9,9	10,3	-25,3%
Rendas	68,2	71,0	81,5	-3,9%
Comunicações	32,6	37,7	38,6	-13,5%
Despesas de deslocação	19,4	20,1	18,4	-3,7%
Publicidade e patrocínios	25,3	22,4	22,8	13,1%
Custos com trabalho independente	15,8	19,0	18,9	-16,8%
Manutenção	27,3	31,9	37,2	-14,3%
Seguros	10,4	12,3	13,5	-15,4%
Serviços especializados	129,0	105,9	100,7	21,8%
Outros	50,7	52,9	72,0	-4,3%
	386,1	383,1	413,9	0,8%

As **amortizações do exercício** diminuíram para 107,1 milhões de euros em 2006, menos 13,5% em relação a 123,8 milhões de euros contabilizados no ano anterior. A criteriosa selecção de investimentos realizados nos últimos anos e o recurso ao *outsourcing* informático tem permitido a diminuição sustentada destes custos.

Imparidades para Riscos de Crédito

As imparidades para crédito líquidas de recuperações situaram-se em 127,6 milhões de euros em 2006 comparando com 23,0 milhões de euros em 2005, excluindo as imparidades não recorrentes relevadas em 2005. Esta evolução é explicada por se ter verificado em 2005, simultaneamente, um baixo nível de dotações para perdas por imparidade de crédito e montantes elevados de recuperações de crédito.

As dotações para perdas por imparidade de crédito aumentaram de 252,5 milhões de euros em 2005 para 279,5 milhões de euros em 2006. Este montante representava 48 p.b. do total de crédito em 2006, comparando favoravelmente com o objectivo definido no âmbito do Programa Millennium de 75 p.b. As maiores dotações para imparidades para crédito em 2006 estão relacionadas com o crescimento do volume de créditos concedidos a clientes, reflectindo a política de prudência na adequada cobertura dos riscos de crédito.

As recuperações de crédito situaram-se em 151,9 milhões de euros em 2006, registando um decréscimo face aos 229,5 milhões de euros apurados em 2005. Destaque-se que nos últimos exercícios foi desenvolvido um intenso esforço de recuperação de créditos vencidos, conduzindo a um progressivo menor volume de crédito susceptível de recuperação.

As dotações para imparidades para crédito (líquidas de recuperações) em percentagem do total de crédito situaram-se em 22 pontos base em 2006, superando assim o objectivo de um rácio inferior a 30 p.b. definido no Programa Millennium.

Imparidades para Riscos de Crédito

	Milhões de euros			
	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Dotações para imparidades para riscos de crédito	279,5	252,5	358,9	10,7%
Recuperações de crédito	151,9	229,5	251,8	-33,8%
	127,6	23,0	107,1	--
Imparidades para riscos de crédito (líq. recuperações)				
de subsidiárias alienadas	2,1	4,7	14,5	--
Não recorrentes	--	85,8	12,7	--
	129,7	113,5	134,3	14,3%
Dotações em % do crédito bruto	48 p.b.	47 p.b.	72 p.b.	
Dotações líquidas em % do crédito bruto	22 p.b.	4 p.b.	21 p.b.	

Outras Provisões

As outras provisões totalizaram 35,4 milhões de euros em 2006, registando uma diminuição de 36,8% face a 56,0 milhões de euros apurados em 2005.

O ligeiro decréscimo das imparidades para outros activos associadas aos activos recebidos em dação não totalmente cobertos por garantias, em relação ao exercício anterior; a par da diminuição das necessidades de provisionamento para riscos e encargos diversos, contribuíram para esta evolução.

Impostos sobre Lucros

O imposto sobre lucros ascendeu a 152,2 milhões de euros em 2006, montante que compara com 97,4 milhões de euros em 2005, a que corresponde uma taxa efectiva de imposto de 15,5% (em 2005 foi de 10,4%).

O imposto corrente do Grupo registou um incremento de 15,0 milhões de euros, tendo passado de 72,9 milhões de euros em 2005 para 87,9 milhões de euros em 2006. Este aumento encontra a sua justificação, no fundamental, no incremento do imposto corrente do Banco Comercial Português, S.A. decorrente do crescimento dos seus resultados antes de imposto, do consumo pelo Banco no exercício de 2006 da totalidade do reporte de prejuízos remanescente e da aplicação do artigo 86.º do CIRC.

Quanto ao custo com imposto diferido do Grupo, verificou-se um incremento de 39,8 milhões de euros, passando o mesmo de 24,5 milhões de euros em 2005 para 64,3 milhões de euros em 2006. A maior contribuição para aquele aumento tem origem no custo com aquele imposto verificado no Banco Comercial Português, S.A., o qual aumentou de 14,4 milhões de euros em 2005 para 39,4 milhões de euros em 2006, explicado, no fundamental, pelo encargo decorrente da utilização de reporte de prejuízos fiscais.

Por outro lado, a acrescer ao referido imposto diferido, o Grupo registou um encargo no valor de 18,3 milhões de euros relativo ao impacto da aprovação da Lei das Finanças Locais nos impostos diferidos registados pelas sociedades do Grupo sediadas em território português. Assim, com efeitos a 31 de Dezembro de 2006, o cálculo dos activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis passou a considerar uma taxa de 25%, e não de 27,5%, sendo certo que, para as diferenças temporárias, passou a ser utilizada uma taxa de imposto de 26,5%.

O facto da taxa de tributação efectiva ser inferior à taxa marginal de imposto em 2006 está relacionado com os dividendos pagos pelas empresas em que o Grupo detém participações minoritárias dedutíveis para efeitos de eliminação ou atenuação da dupla tributação económica, de mais-valias realizadas na alienação de participações sociais, da apropriação pela equivalência patrimonial dos resultados já líquidos de impostos sobre lucros na Millenniumbcp Fortis e, ainda, aos resultados obtidos nas Sucursais financeiras no exterior:

Excluindo os impactos da alteração da taxa de imposto diferido na sequência da aprovação da nova Lei das Finanças Locais e de outras operações consideradas não recorrentes, os impostos sobre lucros situaram-se em 164,7 milhões de euros em 2006, comparando com 119,0 milhões de euros contabilizados em 2005.

Interesses Minoritários

Os interesses minoritários reflectem a parte atribuível a terceiros dos resultados não totalmente apropriados pelo Grupo, e estão associados às participações detidas no Bank Millennium na Polónia e no Millennium bim em Moçambique. Em base comparável, o maior montante apurado de interesses minoritários em 2006, de 52,0 milhões de euros face aos 39,0 milhões de euros em 2005, reflecte o crescimento dos resultados líquidos destes dois Bancos. Os interesses minoritários referentes à participação detida na operação da Polónia consideram a percentagem de 50% do resultado líquido, dado que o aumento da participação para 65,51% foi efectuado apenas no final do ano 2006.

Análise da Estrutura Patrimonial

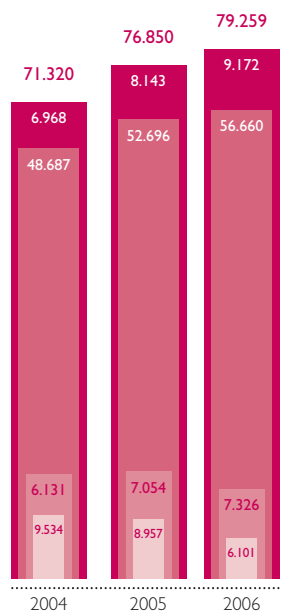
O activo total do Grupo ascendeu a 79.259 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, o que representou um crescimento de 3,1% em relação aos 76.850 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005.

Os acréscimos no activo total de 71.320 milhões de euros em 2004 para 76.850 em 2005 e para 79.259 em 2006 foram determinados essencialmente pelo crescimento dos créditos líquidos a clientes (+7,5% em 2006 e +8,2% em 2005). O peso dos créditos a clientes no total do activo aumentou nos últimos dois anos, de 68,3% em 2004 para 71,5% em 2006.

A diminuição dos outros activos de 2005 para 2006 reflecte sobretudo a alienação de participações em empresas do Grupo, nomeadamente, as participações no Interbanco, no Banque BCP França, Banque BCP Luxemburgo e bcpbank Canada. Estima-se que em 31 de Dezembro de 2006 a quota de mercado do activo se situasse em 21%, mantendo o Millennium bcp uma posição destacada no sector bancário português.

As operações no estrangeiro representavam 15,5% do total do activo do Grupo em 31 de Dezembro de 2006, representando as operações na Grécia e na Polónia a proporção mais significativa.

Activo Total
Milhões de euros



- Activos tangíveis, intangíveis e Outros
- Activos financeiros detidos para venda e negociação
- Crédito a Clientes
- Disponibilidades e créditos sobre ICs

Activo Total

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Disponibilidades monetárias e sobre instituições de crédito	9.172	8.143	6.968	12,6%
Crédito a clientes	56.660	52.696	48.687	7,5%
Activos financeiros detidos para venda e para negociação	7.326	7.054	6.131	3,9%
Activos tangíveis e intangíveis	1.274	1.212	925	5,1%
Outros	4.827	7.745	8.609	-37,7%
	79.259	76.850	71.320	3,1%

Crédito a Clientes

O crédito concedido a clientes (incluindo o crédito securitizado) atingiu 61.907 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, o que representou um crescimento em relação aos 55.439 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005 e aos 51.528 milhões de euros no final de 2004.

O crescimento do crédito a clientes foi suportado pelo desempenho observado na actividade em Portugal (+8,2% em relação a 2005). O menor ritmo de crescimento do crédito a empresas, condicionado pelo ainda reduzido dinamismo da economia portuguesa e pelo baixo nível do investimento, foi mais do que compensado pelo forte crescimento do crédito à habitação.

O crédito nas operações internacionais também registou uma evolução positiva, aumentando inclusivamente o peso no total do crédito consolidado. O crédito concedido a clientes nas operações internacionais representava 13,0% do total do crédito sob gestão consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (10,2% na mesma data de 2005 e 7,1% em 2004).

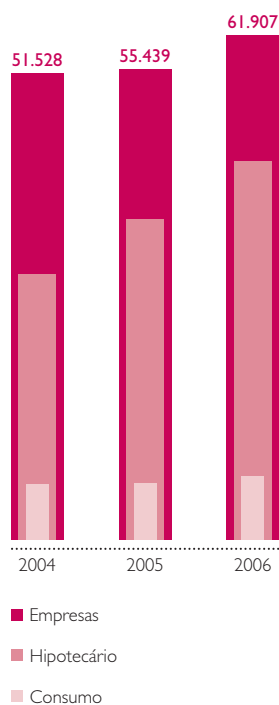
Crédito sob Gestão (1)

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Hipotecário				
Portugal	21.107	18.718	16.192	12,8%
Estrangeiro	3.636	2.231	1.179	63,0%
	24.743	20.949	17.371	18,1%
Consumo				
Portugal	3.099	2.994	3.138	3,5%
Estrangeiro	1.067	734	499	45,4%
	4.166	3.728	3.637	11,8%
Empresas				
Portugal	29.636	28.065	28.536	5,6%
Estrangeiro	3.362	2.697	1.984	24,6%
	32.998	30.762	30.520	7,3%
Total				
Portugal	53.842	49.777	47.866	8,2%
Estrangeiro	8.065	5.662	3.662	42,5%
	61.907	55.439	51.528	11,7%
Créditos relacionados com subsidiárias alienadas (bruto)	--	215	2.208	--
	61.907	55.654	53.736	--

(1) Inclui crédito securitizado.



Crédito sob Gestão (inclui securitização)
Milhões de euros



O comportamento do crédito a clientes foi determinado pelo aumento do crédito à habitação para 24.743 milhões de euros no final de 2006, mais 18,1% em relação ao ano anterior. Note-se que o peso do crédito à habitação no total do crédito sob gestão tem vindo a aumentar, representando 40,0% do total do crédito sob gestão do Grupo no final de 2006, face a 37,8% em 2005 e 33,7% em 2004, reflectindo o esforço de aumento do peso dos créditos com menor perfil de risco no total da carteira de crédito consolidada.

O crescimento de 12,8% do crédito à habitação em Portugal foi impulsionado por acções de marketing efectuadas ao longo de 2006 visando a dinamização do negócio, das quais se destacam as campanhas "Crédito Mill Opções" e "Aqui vou ser feliz". Em 2006, o Millennium bcp foi líder de mercado em Portugal no crédito à habitação (produção), o que reflecte não só a eficácia das campanhas promocionais dirigidas aos segmentos-alvo e a abordagem dinâmica aos Clientes por parte das equipas comerciais, mas também o reconhecimento pelos Clientes da proposta de valor do produto.

O crédito à habitação das operações no estrangeiro registou um crescimento expressivo (+63,0%), devendo ser referido o desempenho na Polónia e na Grécia, cujas operações reconhecidamente oferecem produtos inovadores e atractivos e uma elevada qualidade de serviço. Sublinhe-se ainda que, na Polónia, o Bank Millennium alcançou a segunda posição no mercado, em termos de concessão de novos empréstimos à habitação.

O crescimento de 11,8% do crédito ao consumo em relação ao final do ano anterior beneficiou do comportamento do crédito pessoal dirigido aos mais jovens. A aposta neste segmento de mercado, materializada na campanha "Jovens com Asas" e no desenvolvimento de oferta específica de produtos de crédito para este segmento, visa a captação de novos Clientes e o rejuvenescimento da base de Clientes com o objectivo de gerar no futuro novas oportunidades de negócio. O aumento expressivo do crédito ao consumo na actividade internacional (+45,4%), impulsionado pelos desempenhos na Polónia e na Grécia, também contribuiu para o crescimento do crédito ao consumo.

O crédito concedido a empresas situou-se em 32.998 milhões de euros em 2006, comparando com 30.762 milhões de euros em 2005. Esta evolução reflecte, por um lado, a rigorosa política de selecção de créditos concedidos e, por outro lado, os sinais de redinamização deste segmento de negócio na segunda metade do exercício.

Crédito sob Gestão (1)

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Milhões de euros				
Particulares				
Crédito hipotecário	24.743	20.949	17.371	18,1%
Crédito ao consumo	4.166	3.728	3.637	11,8%
	28.909	24.677	21.008	17,2%
Empresas				
Serviços	10.301	9.547	9.307	7,9%
Comércio	4.719	4.520	4.250	4,4%
Outras act. internacionais	3.501	3.009	3.515	16,4%
Outros	14.477	13.686	13.448	5,8%
	32.998	30.762	30.520	7,3%
	61.907	55.439	51.528	11,7%
Imparidade para riscos de crédito	(1.252)	(1.343)	(1.252)	-6,7%
Créditos relacionados com subsidiárias alienadas (líq.)	--	213	2.183	--
Total	60.655	54.309	52.459	--

(1) Inclui crédito securitizado.

Em 2006, o Banco realizou uma operação de securitização de créditos hipotecários, Magellan Mortgages N.º 4, no montante de 1.500 milhões de euros, tendo sido objecto de desreconhecimento no balanço em 31 de Dezembro de 2006.

De referir ainda, que foram desreconhecidos no balanço, em 31 de Dezembro de 2006, os activos associados à operação de securitização Magellan Mortgages N.º 3, realizada no ano anterior; devido à alienação das *residual notes* detidas pelo Grupo e consequentes riscos associados.

A qualidade da carteira de crédito manteve os bons níveis evidenciados já em anos anteriores. A diminuição do crédito vencido, de 503 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005 para 498 milhões de euros no final de 2006, reflecte a melhoria do perfil da carteira de crédito trazida na maior proporção dos créditos de menor risco no total da carteira de crédito. O rácio de crédito vencido em percentagem do total da carteira de crédito situou-se em 0,9% no final de 2006, o mesmo valor apurado em Dezembro de 2005, tendo o respectivo rácio de cobertura atingido 251,2% em 2006 (266,8% em 2005).

O crédito com incumprimento, que, de acordo com o normativo do Banco de Portugal, inclui o crédito de cobrança duvidosa, totalizou 627 milhões de euros no final de 2006. O rácio de crédito com incumprimento em percentagem do crédito total era de 1,1% em 31 de Dezembro de 2006, mantendo-se estável face a 2005 e 2004. O rácio de cobertura do crédito com incumprimento situou-se em 199,8% no final de 2006, comparando com 216,1% em 2005.

Qualidade do Crédito ⁽¹⁾

	2006	2005	2004	Var. % 06/05
	Milhões de euros			
Crédito bruto ⁽²⁾	57.912	54.038	49.939	7,2%
Crédito vencido (> 90 dias)	436	445	385	-2,0%
Crédito vencido	498	503	430	-1,0%
Crédito com incumprimento	627	621	574	0,9%
Imparidade para crédito (balanço)	1.252	1.343	1.252	-6,7%
Crédito vencido (> 90 dias) / Crédito bruto ⁽²⁾	0,8%	0,8%	0,8%	
Crédito vencido / Crédito bruto ⁽²⁾	0,9%	0,9%	0,9%	
Cobertura do crédito vencido (> 90 dias)	287,0%	301,6%	325,4%	
Cobertura do crédito vencido	251,2%	266,8%	291,5%	
Cobertura do crédito com incumprimento	199,8%	216,1%	218,2%	

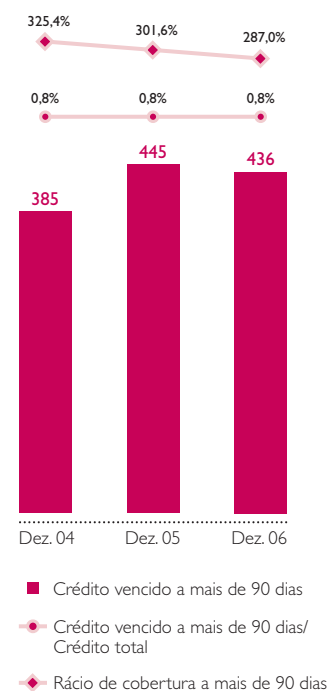
(1) Em base comparável, exclui impacto de subsidiárias alienadas.

(2) Não inclui crédito securitizado.

O crédito a particulares apresentava no final de 2006 um rácio de crédito vencido de 0,6%, mantendo níveis de cobertura por imparidades bastante confortáveis com o correspondente rácio a situar-se em 221,9%. O rácio de crédito vencido do crédito a empresas era de 1,1% em 31 de Dezembro de 2006, enquanto que o grau de cobertura do crédito vencido ascendia a 263,4%, mantendo igualmente níveis de cobertura adequados.

Qualidade do Crédito

Milhões de euros



Crédito Vencido e Imparidade em 31 de Dezembro de 2006

Milhões de euros

	Crédito Vencido	Imparidade para riscos de crédito	Crédito Vencido/ Crédito Total	Grau de cobertura
Particulares				
Crédito hipotecário	68	200	0,3%	293,5%
Crédito ao consumo	78	124	1,9%	159,3%
	146	324	0,6%	221,9%
Empresas				
Serviços	44	202	0,4%	461,2%
Comércio	55	175	1,2%	317,8%
Construção	144	177	2,5%	122,6%
Outras actividades internacionais	8	63	0,2%	767,8%
Outros	101	311	1,2%	308,0%
	352	928	1,1%	263,4%
Total	498	1.252	0,9%	251,2%

Recursos de Clientes

Os recursos totais de clientes aumentaram 2,0%, de 56.135 milhões de euros em 2005 para 57.239 milhões de euros em 2006.

Os recursos totais de clientes da actividade em Portugal aumentaram ligeiramente, situando-se em 47.833 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006. Na actividade no estrangeiro, os recursos totais registaram um acréscimo de 11,4% face ao ano anterior, atingindo 9.406 milhões de euros no final de 2006. O contributo das operações na Europa, em especial na Polónia, explica este desempenho.

Os recursos no balanço registaram um ligeiro decréscimo situando-se em 38.413 milhões de euros no final de 2006 (39.119 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005).

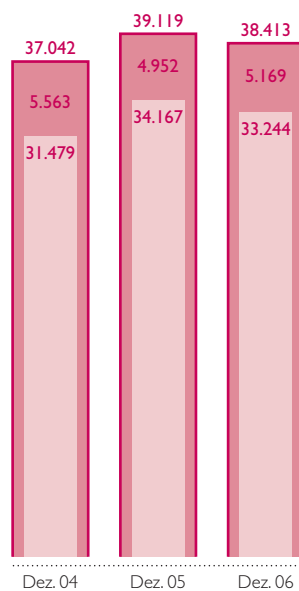
A evolução dos depósitos, de 34.167 milhões de euros em Dezembro de 2005 para 33.244 milhões de euros no final de 2006, foi determinada pela redução registada em Portugal e associada à desmobilização de fundos de Clientes institucionais. Os depósitos de clientes da actividade internacional aumentaram 6,3%, impulsionados pelo maior volume de depósitos na área de negócio de European Banking.

Os débitos representados por títulos colocados em clientes aumentaram 4,4%, de 4.952 milhões de euros em 2005 para 5.169 milhões de euros em 2006. A dinâmica evidenciada pelas equipas comerciais no final de 2006 gerou bons resultados, promovendo a colocação de produtos estruturados na Banca de Retalho em Portugal, o que determinou o aumento registado nesta rubrica.

O desempenho dos recursos fora de balanço foi determinante para o aumento dos recursos totais de clientes ao atingirem 18.826 milhões de euros em Dezembro de 2006 (+10,6% face ao ano anterior), devendo ser destacado o crescimento de 12,3% dos activos sob gestão. A partir do terceiro trimestre de 2006, o Millennium bcp passou a disponibilizar aos seus Clientes uma oferta acrescida de fundos de investimento através da comercialização de fundos em arquitectura aberta geridos pelas mais prestigiadas instituições internacionais. Estes fundos tiveram uma contribuição positiva para os proveitos do Grupo, mas os respectivos volumes captados não estão relevados nos recursos de clientes por serem geridos por terceiros.

Recursos de Clientes de Balanço

Milhões de euros



■ Total
■ Débitos para com clientes titulados
■ Depósitos

O aumento dos activos sob gestão na actividade no estrangeiro foi determinado pelo forte crescimento na Polónia, cuja oferta diversificada de fundos de investimento proporcionou, em 2006, taxas de crescimento dos activos sob gestão acima do mercado.

Os seguros de capitalização aumentaram 8,8%, evidenciando a experiência e a capacidade de distribuição do Banco na colocação de produtos e soluções de investimento alternativas aos tradicionais depósitos a prazo.

Recursos Totais de Clientes

	Milhões de euros			
	2006	2005	2004	Var. % 06/05
Recursos de clientes de balanço				
Depósitos de clientes	33.244	34.167	31.479	-2,7%
Débitos para com clientes titulados	5.169	4.952	5.563	4,4%
	38.413	39.119	37.042	-1,8%
Recursos de clientes fora do balanço				
Patrimónios sob gestão	10.069	8.969	7.779	12,3%
Seguros de capitalização	8.757	8.047	6.569	8,8%
	18.826	17.016	14.348	10,6%
Total	57.239	56.135	51.390	2,0%
Dos quais:				
Actividade em Portugal	47.833	47.694	44.982	0,3%
Actividade no estrangeiro	9.406	8.441	6.408	11,4%
Recursos relacionados com subsidiárias alienadas	–	228	1.914	--
Total	57.239	56.363	53.304	--

Aplicações e Recursos de Instituições de Crédito

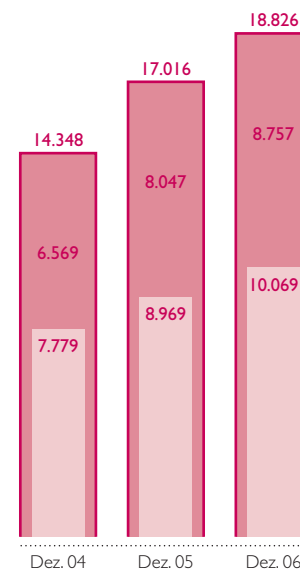
Os débitos para com instituições de crédito deduzidos das aplicações em instituições de crédito totalizaram 5.172 milhões de euros em 2006, comparando com 4.353 milhões de euros em 2005. Esta evolução reflecte o impacto do maior ritmo de crescimento do crédito a clientes face aos recursos de clientes. O maior nível de financiamento implicou o recurso a linhas de crédito negociadas com outras instituições de crédito, e foi efectuado no âmbito da gestão criteriosa da liquidez do Grupo.

Carteira de Títulos

A carteira de títulos consolidada do Millennium bcp atingiu 7.144 milhões de euros em 2006, comparando com 6.978 milhões de euros em 2005, e representava 9,0% do total do activo em 31 de Dezembro de 2006 (9,1% em 2005).

Recursos de Clientes fora do Balanço

Milhões de euros



■ Total
■ Seguros de capitalização
■ Activos sob gestão



	2006		2005		2004		Var. % 06/05
	Montante	% no total	Montante	% no total	Montante	% no total	
Títulos de rendimento fixo							
Obrigações de emissores públicos							
Nacionais	465	6,5%	520	7,4%	393	6,4%	-10,5%
Estrangeiros	1.819	25,5%	1.682	24,1%	1.406	22,8%	8,1%
Obrigações de outros emissores							
Nacionais	377	5,3%	488	7,0%	322	5,2%	-22,6%
Estrangeiros	331	4,6%	532	7,6%	1.048	17,0%	-37,8%
Bilhetes do Tesouro e outros títulos de Dívida Pública	506	7,1%	877	12,6%	640	10,3%	-42,3%
Papel comercial	1.512	21,2%	607	8,7%	365	5,9%	148,8%
Outros títulos de rendimento fixo	1		--		16	0,2%	--
	<u>5.011</u>	<u>70,1%</u>	<u>4.706</u>	<u>67,4%</u>	<u>4.190</u>	<u>67,8%</u>	<u>6,5%</u>
Títulos de rendimento variável							
Acções de empresas							
Nacionais	766	10,7%	644	9,2%	660	10,7%	19,0%
Estrangeiras	224	3,1%	223	3,2%	829	13,4%	0,5%
Unidades de participação	403	5,6%	352	5,0%	175	2,8%	14,6%
Outros títulos de rendimento variável	--		--		5	0,1%	--
	<u>1.393</u>	<u>19,5%</u>	<u>1.219</u>	<u>17,5%</u>	<u>1.669</u>	<u>27,0%</u>	<u>14,3%</u>
Imparidades para títulos vencidos	(5)		(6)		(6)		--
Derivados de negociação	745	10,4%	1.034	14,8%	316	5,1%	-27,9%
	<u>7.144</u>		<u>6.953</u>		<u>6.169</u>		<u>2,7%</u>
Títulos de subsidiárias alienadas	--	--	24	0,3%	6	0,1%	--
	<u>7.144</u>	<u>100,0%</u>	<u>6.977</u>	<u>100,0%</u>	<u>6.175</u>	<u>100,0%</u>	<u>--</u>

Os títulos de rendimento fixo continuaram a predominar, ao representarem 70,1% do total da carteira (67,4% em 2005 e 67,8% em 2004). A estrutura desta componente da carteira foi afectada pelo expressivo crescimento do papel comercial que, em 2006, se cifrou em 1.512 milhões de euros (608 milhões de euros em 2005) e que contrariou a redução das posições nos outros títulos à excepção das obrigações de emissores públicos estrangeiros, que reforçaram o seu peso para 25,5%.

A evolução dos títulos de rendimento variável, cujo peso no total da carteira evoluiu de 17,5% para 19,5%, deveu-se fundamentalmente ao aumento das acções de empresas nacionais em carteira.

Situação Líquida

A situação líquida aumentou de 4.247 milhões de euros em 2005 para 4.842 milhões de euros em 2006, reflectindo essencialmente os resultados líquidos do exercício de 2006 atribuíveis aos Accionistas do Banco, no montante de 780 milhões de euros, deduzidos dos dividendos antecipados referentes ao exercício de 2006 distribuídos em Novembro de 2006 e dos dividendos pagos em 2006 referentes ao exercício de 2005, no montante total de 266 milhões de euros.

As reservas de justo valor, correspondentes às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda ("available for sale") no total de 117 milhões de euros, influenciaram favoravelmente a evolução da situação líquida.

Em Março de 2006, o Banco Comercial Português realizou um aumento do capital social para 3.611.329.567 acções. Este aumento de capital deveu-se apenas à execução do Programa de "Stock Options" atribuído aos Colaboradores. Note-se ainda que, com o exercício deste Programa, o Banco não tem em vigor qualquer Programa de "Stock Options".

Solvabilidade

O rácio de solvabilidade, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, situou-se em 11,9% em 2006, tendo o *core tier I* atingido 5,5% (12,9% e 5,3% em 2005, respectivamente).

Em 2006, mantiveram-se como prioridades estratégicas o desinvestimento em activos considerados não estratégicos, enquadrado numa disciplina estrita na alocação da base de capital, e uma gestão eficiente dos activos ponderados pelo risco.

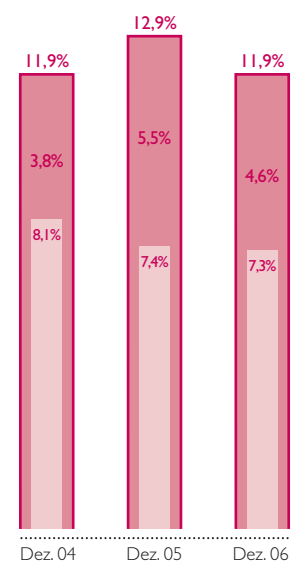
Para a evolução do rácio de solvabilidade contribuíram maioritariamente os resultados gerados e retidos no exercício, atendendo a que as mais-valias obtidas com a alienação total ou parcial de operações consideradas não estratégicas foram compensadas por custos com pessoal de natureza não recorrente relacionados com reformas antecipadas efectivadas em Portugal e pela alteração da taxa e do método de cálculo da derrama na sequência da aprovação da nova Lei das Finanças Locais.

Os fundos próprios de base aumentaram de 4.011 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005 para 4.074 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006, em resultado do maior nível de fundos próprios *core tier I* apurados em 2006 (3.056 milhões de euros) em relação ao montante registado em 2005 (2.894 milhões de euros). Os impactos do apuramento de diferenças actuariais positivas em 2006 e do alargamento do corredor do fundo de pensões contribuíram para esta evolução favorável, sendo parcialmente compensados pelo investimento efectuado no quarto trimestre de 2006 no reforço da participação financeira detida no capital social do Bank Millennium na Polónia de 50% para 65,51%. Além deste, releva ainda o efeito decorrente do tratamento adoptado pelo Banco de Portugal relativamente aos ajustamentos de transição para as IFRS.

	Milhões de euros		
	2006	2005	2004
Fundos Próprios			
Base	4.074	4.011	4.245
dos quais: Acções preferenciais	1.018	1.117	1.192
Complementares	2.764	3.289	2.735
(Interesses em instituições financeiras e excedentes dedutíveis)	(181)	(323)	(730)
Total	6.657	6.977	6.250
Requisitos de Fundos Próprios			
Exigidos pelo Aviso 1/93 (Solvabilidade)	4.312	4.188	3.971
Carteira de negociação	30	28	24
Operações de titularização	121	118	222
Total	4.463	4.334	4.217
Requisitos de Fundos Próprios x 12,5	55.784	54.171	52.711
Rácio de Solvabilidade			
<i>Tier I</i>	7,3%	7,4%	8,1%
<i>Core tier I</i>	5,5%	5,3%	5,8%
<i>Tier II</i>	4,6%	5,5%	3,8%

O aumento dos activos ponderados pelo risco face ao final do exercício anterior resultou do aumento da actividade global, ficando a dever-se ao crescimento do crédito a clientes.

Rácio de Solvabilidade



■ Total
■ Fundos Próprios Complementares
■ Fundos Próprios de Base



A gestão eficiente dos riscos limitou o aumento dos riscos ponderados, devendo referir-se o crescimento selectivo do crédito, designadamente, ao nível do risco de crédito, onde se evidencia o acentuado aumento do crédito à habitação nos mercados na Europa e o crescimento selectivo do crédito concedido a empresas e corporate em Portugal.

A evolução dos activos ponderados pelo risco foi positivamente influenciada pelo programa de securitização e pela redução de riscos associados à alienação das operações não estratégicas efectuadas em 2006.

No terceiro trimestre de 2006, foi concretizada uma nova operação de securitização de crédito hipotecário denominada Magellan Mortgages N.º 4 no montante de 1.500 milhões de euros. No decurso de 2006, o Grupo procedeu à alienação da totalidade dos títulos subordinados (*residual notes*) que detinha em carteira relacionados com esta operação e também com a Magellan Mortgages N.º 3, com a consequente transferência dos riscos.

Os desinvestimentos efectuados no decurso de 2006 – alienação da totalidade da participação no Interbanco, alienação de 80,1% do capital social do Banque BCP França e do Banque BCP Luxemburgo e da totalidade do capital social do bcpbank Canada – contribuíram favoravelmente para a evolução dos activos e extrapatrimoniais ponderados pelo risco.

Activos Ponderados

	Milhões de euros		
	2006	2005	2004
Activos ponderados			
Caixa e Instituições de Crédito	1.312	1.206	1.019
Créditos a clientes (líquido)	38.761	37.570	35.126
Títulos (acções e obrigações)	3.201	3.062	1.151
Participações financeiras	1.139	851	2.108
Outros activos	3.076	2.468	3.996
Total	47.489	45.157	43.400
Elementos extrapatrimoniais ponderados e outros	6.407	7.193	6.232
Carteira de negociação (*)	373	343	305
Operações de titularização (*)	1.515	1.478	2.774
Riscos e extrapatrimoniais ponderados	55.784	54.171	52.711

(*) Requisitos de capital x 12,5.

Fundo de Pensões

As responsabilidades com pensões de reforma assumidas pelo Banco com os seus Colaboradores evoluíram de 5.440 milhões de euros em Dezembro de 2005 para 5.715 milhões de euros no final de 2006 e encontravam-se, em 31 de Dezembro de 2006, totalmente financiadas.

Para financiar o acréscimo de responsabilidades associado às reformas antecipadas e o custo com pensões referente ao exercício de 2006, o Banco e as empresas do Grupo efectuaram, no decurso de 2006, contribuições para o Fundo de Pensões que ascenderam a 291 milhões de euros.

A rentabilidade dos activos do Fundo de Pensões de 11% em 2006, superior à taxa de 5,5% considerada nos pressupostos actuariais para o rendimento do Fundo, contribuiu para o apuramento de diferenças actuariais positivas e, conseqüentemente, proporcionou uma redução das diferenças actuariais acima do corredor.

O valor da amortização das diferenças actuariais acima do corredor efectuado em 2006 situou-se em 45,4 milhões de euros, prevendo-se uma redução deste montante em 2007 na ordem dos 12,0 milhões de euros, na sequência do menor montante de diferenças actuariais relevadas no final de 2006.

Em 2006, o Conselho de Administração Executivo deliberou que o complemento de reforma dos Colaboradores passará a ser financiado com um plano de Contribuição Definida, mantendo, no entanto, os Colaboradores admitidos até à data da deliberação, os direitos que decorriam do plano de Benefício Definido até então em vigor: Desta medida decorrerá uma gradual redução do risco financeiro do Fundo de Pensões em exercícios futuros.

A nota 48 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, incluída no Volume II deste Relatório e Contas, complementa a informação sobre o Fundo de Pensões.



GESTÃO DOS RISCOS

A gestão integrada dos riscos – Crédito, Mercados, Liquidez, Operacional e outros – decorrentes do exercício da actividade do Grupo constitui um dos vectores primordiais de suporte a uma estratégia de crescimento sustentada e à manutenção de uma adequada relação entre o nível de fundos próprios e a actividade desenvolvida, assim como uma correcta avaliação do perfil de risco/retorno das diferentes linhas de negócio.

De forma a garantir uma gestão eficiente dos riscos e a universalidade de práticas, o Grupo instituiu um modelo transversal de gestão de risco, concentrando no Risk Office a responsabilidade pela implementação dos modelos de gestão e controlo de riscos aprovados.

Por outro lado, o Grupo tem vindo a reforçar a função de gestão de risco ao nível de cada um dos mercados domésticos e ao nível global, através da implementação de um conjunto de iniciativas de alcance estratégico, nas quais se enquadra a aprovação em 2006 de uma revisão ao Manual de Princípios de Gestão e Controlo de Risco.

O novo manual visa assegurar a estabilidade financeira do Grupo e a de cada uma das entidades individualmente, encontrando-se em conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor em cada jurisdição onde opera.

Ao nível dos princípios, o manual i) define a total segregação entre as funções de originação e de gestão e controlo de risco; ii) adopta o capital económico como métrica global de gestão de risco; iii) concentra os riscos de crédito e de mercado em áreas de gestão específicas e iv) preconiza a utilização de metodologias e sistemas informáticos uniformes em todas as entidades do Grupo.

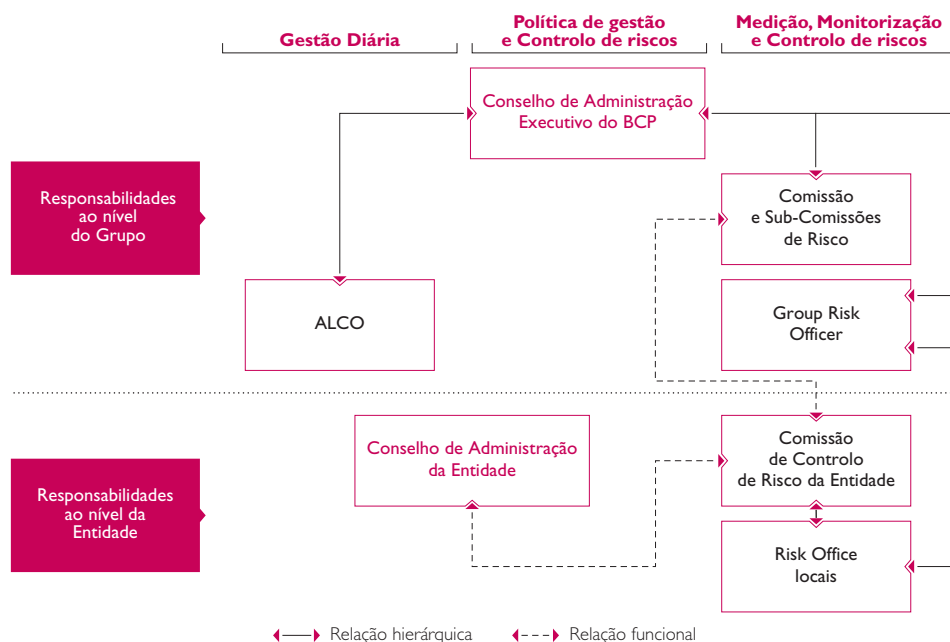
Organização Interna

Compete ao Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português a definição da política de risco, incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser adoptadas na gestão dos riscos, assim como as linhas de orientação que deverão determinar a alocação do capital económico às linhas de negócio.

O Conselho Geral e de Supervisão, através da Comissão de Auditoria e Risco, garante a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de gestão de risco ao nível do Grupo e de cada entidade. Deve também aprovar, por proposta do Conselho de Administração Executivo, o nível de tolerância ao risco aceitável para o Grupo.

A Comissão de Auditoria e Risco reuniu regularmente durante o ano 2006 tendo acompanhado a evolução do perfil de risco do Grupo, conforme reportado pelo Risk Office.

Modelo de gestão e controlo do risco



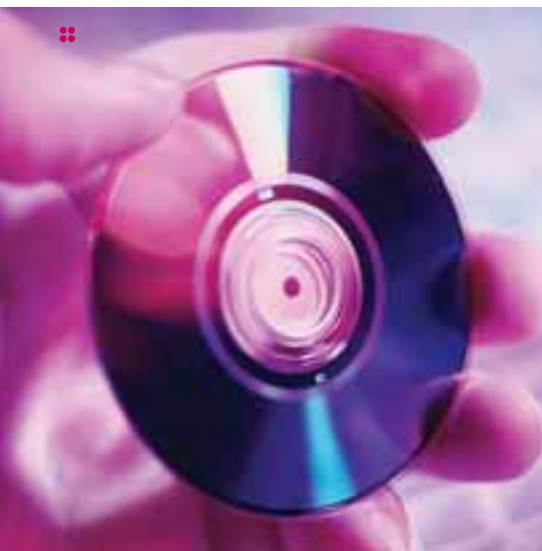
A diversidade dos mercados de actuação e de tipologias de riscos envolvidos conferem uma complexidade acrescida à sua gestão, legitimando um modelo de organização suportado por uma Comissão de Risco e quatro Sub-Comissões de Risco específicas (Crédito, Mercados e Liquidez, Operacional e Acompanhamento do Fundo de Pensões) presididas por um membro do Conselho de Administração Executivo e onde se encontram representados os responsáveis das principais áreas envolvidas nos processos de originação, decisão e gestão de riscos nas diversas entidades do Grupo. O funcionamento da Comissão e das Sub-Comissões de Risco é apoiado pelo Risk Office.

O Group Risk Officer é o responsável pela função de controlo de risco em todas as entidades do Grupo, por forma a garantir a monitorização global do risco e o alinhamento de conceitos, práticas e objectivos. Deve também informar a Comissão de Risco sobre o nível de risco do Grupo, propondo medidas para reforçar o seu controlo e implementando os limites aprovados.

Ao Group Risk Officer competem adicionalmente as seguintes funções:

- Desenvolver, propor, implementar e controlar a aplicação de um conjunto de metodologias e métricas de avaliação capazes de permitir a correcta avaliação dos riscos incorridos;
- Garantir a consistência de princípios, conceitos, metodologias e ferramentas de avaliação dos riscos de todas as unidades de negócio, incluindo as filiais e Sucursais no exterior;





- Assegurar a existência de uma infra-estrutura tecnológica de suporte ao processo de avaliação e monitorização de riscos capaz de permitir, simultaneamente, uma visão consolidada dos riscos e uma análise individual por linha de negócio e/ou empresa participada.

Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação do Banco Comercial Português subordinam a sua actuação aos princípios e decisões tomadas centralmente ao nível das Sub-Comissões de Risco, encontrando-se dotadas de estruturas do Risk Office dimensionadas de acordo com os riscos inerentes à respectiva actividade.

No âmbito da entidade local, constitui responsabilidade do Risk Officer do Grupo:

- Garantir a execução de todas as tarefas e projectos atribuídos à estrutura local;
- Assegurar a qualidade, credibilidade e aptidão dos serviços prestados aos Clientes internos;
- Preparar o orçamento anual em matéria de gestão e controlo de risco decorrente dos planos estratégicos e de investimentos, em conjunto com a gestão local;
- Dotar a gestão local de informação suficientemente detalhada e atualizada.

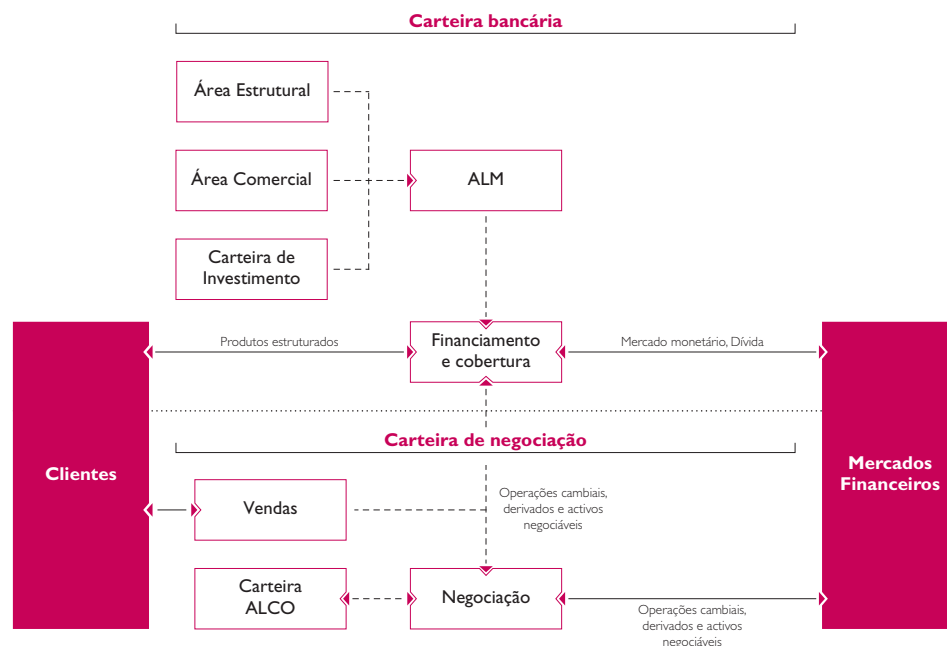
Durante 2006, promoveu-se a consolidação deste modelo de gestão, nomeadamente no que diz respeito ao funcionamento das Comissões de Controlo de Risco de cada uma das entidades do Grupo, com a participação do Group Risk Officer:

Para efeitos de análise de rentabilidade, quantificação e controlo dos riscos, cada entidade encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de gestão:

- Negociação: contempla as posições cujo objectivo é a obtenção de ganhos a curto prazo através de venda ou reavaliação. Estas posições são activamente geridas, transaccionáveis sem restrições e podem ser avaliadas com frequência e exactidão, incluindo os títulos e derivados de actividades de vendas e as carteiras específicas do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO);
- Financiamento e cobertura: agrupa os financiamentos institucionais do Banco e actua como intermediário nas operações de cobertura efectuadas na área de Negociação, incluindo as que suportam emissões de dívida estruturada;
- Investimento: engloba todas as posições em títulos a deter até à sua maturidade ou durante um período alargado de tempo ou que não sejam transaccionáveis em mercados líquidos;
- Comercial: assume a actividade comercial com Clientes;
- Estrutural: gere elementos de balanço ou operações que, dada a sua natureza, não são directamente relacionáveis com nenhuma das outras áreas.

O relacionamento entre as áreas de gestão e as regras de acesso ao mercado estão descritos no diagrama seguinte.

Áreas de Gestão



Capital Económico

Os critérios de convergência de capital de Basileia II, em fase de transposição para o quadro jurídico nacional, proporcionam um incentivo ao uso de metodologias internas de avaliação dos riscos por parte dos bancos e dão uma maior ênfase ao diálogo com os reguladores na aprovação e supervisão dessas metodologias.

Em relação aos critérios actuais, os princípios preconizados por Basileia II tendem a reflectir uma maior sensibilidade ao risco inerente ao negócio bancário no apuramento dos requisitos de capital.

O Pilar II de Basileia II – Processo de Supervisão – tem por objectivo melhorar a ligação entre o perfil de risco dos bancos, os sistemas de gestão e controlo de riscos e a gestão do capital. Neste âmbito, no decurso de 2006, o Grupo desenvolveu um modelo interno de avaliação das necessidades e de afectação de capital – “*Internal Capital Assessment Model*” (ICAM) –, o qual passará a constituir um elemento essencial do planeamento estratégico do Grupo.

Este modelo permitirá apurar o capital económico necessário para cobrir os riscos incorridos, desde o nível das unidades de negócios até ao nível global, quer para a actividade consolidada, quer para as instituições financeiras que integram o perímetro de consolidação, sendo possível utilizá-lo por forma a actuar nas seguintes vertentes:



Gestão e controlo do risco

- Estabelecer limites de risco por unidade de negócio.

Avaliação da solvabilidade

- Determinar os fundos próprios do Banco com o objectivo de os comparar com os riscos existentes tendo em consideração a tolerância ao risco estabelecida.

Alocação de capital

- Alocar o capital às unidades de acordo com o risco assumido;
- Alocar capital como um suplemento (*buffer*) para assumir riscos em futuras actividades.

Avaliação da performance

- Apurar a rentabilidade do Grupo e suas unidades de acordo com métodos RoRAC (*Return on Risk Adjusted Capital*) ou SVA (*Shareholder Value Added*) na base do capital económico alocado.

Incentivo aos Colaboradores

- Alinhar os incentivos com os objectivos de rentabilidade ajustados aos riscos definidos.

Assim, foram identificados os seguintes riscos materiais inerentes à actividade do Grupo: de Crédito, de Mercado, Operacional, de Liquidez e de Negócio e Estratégico.

Para o apuramento do capital económico associado a estes riscos, foram estabelecidas metodologias adequadas a cada tipo de risco, sendo que o nível de tolerância reflecte a notação de "rating" objectivo do Grupo. Deste modo, os valores calculados contemplam a realidade económica dos riscos em vez das restrições regulamentares e contabilísticas.

Tipologia dos riscos de maior materialidade no Millennium bcp e respectivas métricas de avaliação

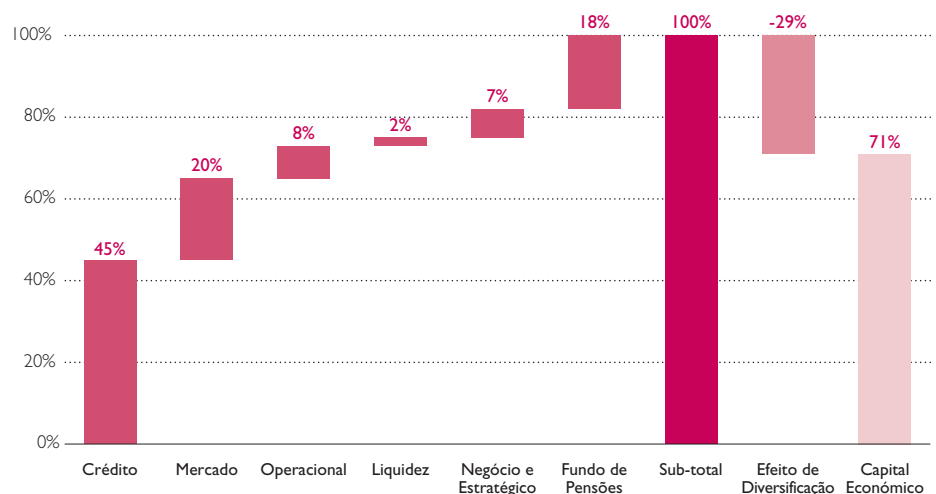
Tipos de Risco	Sub-categoria	Métricas
Risco de Crédito		Modelo da carteira de crédito ("CreditRisk+")
Risco de Mercado	Carteira de negociação	Modelo VaR ("RiskMetrics")
	Risco de taxa de juro na carteira bancária	
	Risco de acções na carteira bancária	Abordagem VaR com análise comparativa
	Risco imobiliário	Abordagem VaR com índice imobiliário
	Riscos do Fundo de Pensões	Modelo de simulação
Risco Operacional		Abordagem padrão
Risco de Liquidez		Modelo de "Stress Test" sobre os custos de funding
Risco de Negócio e Estratégico		Modelo baseado na volatilidade específica da acção BCP

A agregação dos riscos nos diferentes níveis da estrutura organizacional do Grupo inclui o cálculo dos benefícios de diversificação, o que se traduz no facto do capital económico total ser inferior à soma dos valores de capital apurados individualmente. Verifica-se que os diversos tipos de risco não são perfeitamente correlacionados, sendo improvável a ocorrência simultânea dos piores cenários.

O modelo de cálculo do capital económico integra também a aplicação de "stress tests". As situações desfavoráveis associadas especificamente aos "stress tests" são as relativas às limitações dos modelos e seus parâmetros. O resultado global do "stress test" é obtido após a identificação do resultado mais adverso que resulta da aplicação individual a cada tipo de risco e aos benefícios de diversificação.

Apresenta-se no gráfico seguinte a distribuição do risco global no Millennium bcp a 31 de Dezembro de 2006, o qual foi aferido no âmbito do ICAM, tendo por base a avaliação individual de cada um dos riscos materiais.

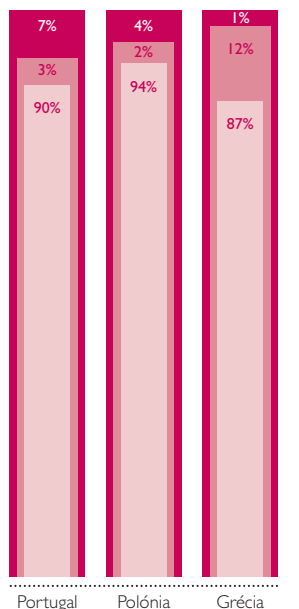
■ Estrutura do capital económico por tipo de risco



Os riscos de crédito, de mercado e do fundo de pensões são os riscos mais significativos em que o Grupo incorre. O capital económico apurado beneficia do impacto positivo decorrente da correlação entre os vários riscos, traduzido no "Efeito de Diversificação".



Estrutura da exposição de crédito por entidade



■ Montante utilizado
■ Montante não utilizado
■ Outros compromissos fora de balanço

Risco de Crédito

O risco de crédito reflecte o grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador de um empréstimo (e seu garante, se existir), quer do emitente de um título ou da contra-parte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

O gráfico apresenta a exposição de crédito correspondente a Portugal, Polónia e Grécia, considerando também os valores fora de balanço, os quais foram convertidos através de factores de conversão específicos. Para além da quantificação dos riscos do balanço, a avaliação regular das exposições fora de balanço, montantes não utilizados e outro tipo de instrumentos enquadra-se num conjunto de desenvolvimentos visando o cumprimento de requisitos regulamentares no âmbito do Acordo de Basileia. Estes desenvolvimentos permitiram significativas melhorias em termos da identificação, quantificação e mitigação do risco de crédito, introduzindo assim uma maior eficácia no modelo de gestão do risco de crédito.

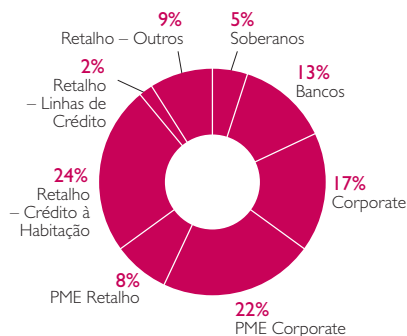
As orientações subjacentes a esta evolução estão descritas numa nova versão do manual de princípios de crédito aplicável a todo o Grupo, resultado em grande parte da adopção dos métodos avançados de crédito no âmbito de Basileia II, estabelecendo e revendo conceitos importantes relativos à gestão do risco de crédito, cálculo dos níveis de protecção, *Rating Master Scale* e factores de conversão de crédito. Além disso, introduz também um conjunto de princípios aplicados às várias fases do processo de crédito.

Segmentação de risco

Considerando a caracterização dos Clientes, bem como a natureza das transacções, como um dos aspectos cruciais para a correcta avaliação do risco, foi desenvolvido um modelo de classificação, o qual assegura, de forma clara, que cada exposição individual corresponde exactamente a um único segmento de risco. Contudo, o processo de decisão é diferenciado, acomodando assim as particularidades de cada segmento.

Em 31 de Dezembro de 2006, a exposição de crédito para Portugal, Polónia e Grécia, de acordo com os segmentos de Basileia II, segue a distribuição apresentada no gráfico seguinte. Importa destacar o peso da exposição a Clientes de retalho, em particular no segmento crédito à habitação e a empresas de média dimensão.

Exposição por segmento de Basileia II (Portugal, Polónia e Grécia)



Rating Master Scale

A introdução de um único sistema de notação de risco, *Rating Master Scale*, constituiu um dos eventos de maior relevância, em matéria de risco de crédito, aprovados em 2006. O novo modelo corresponde à adopção de uma métrica de risco aplicada a todos os Clientes, o qual traduz a probabilidade de incumprimento esperada, acomodando os resultados dos diferentes sistemas de monitorização do crédito: imparidade, sinais de alerta, crédito vencido, entre outros. Para além da uniformização na aferição do risco, independentemente da natureza do Cliente, a *Rating Master Scale* veio potenciar a capacidade discriminante na avaliação dos Clientes, promovendo uma melhor hierarquização do risco associado.

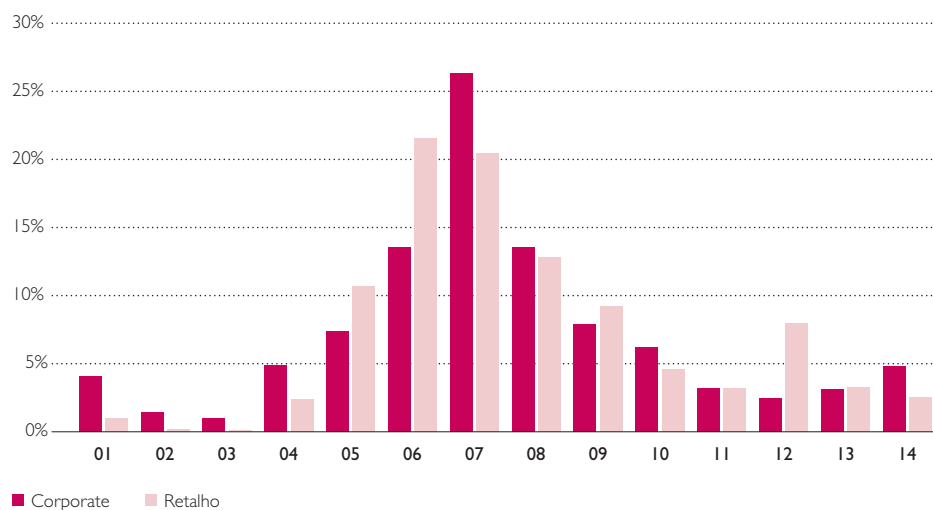
A *Rating Master Scale* traduz o resultado dos modelos de classificação de crédito numa probabilidade de incumprimento esperada. Os piores graus de risco ("13", "14" e "15") reflectem Clientes com sinais de alerta ou em processo de recuperação. Os graus de risco "14" e "15" são obtidos automaticamente com base nos sistemas de gestão de crédito vencido e são objecto de acompanhamento especial a contar da data do acordo de recuperação.

Rating Master Scale

Grau de Risco	Probabilidade de Incumprimento		Definição
	Mínima	Máxima	
1	0,01%	0,03%	Máxima segurança (só para riscos soberanos)
2	0,03%	0,06%	Qualidade superior
3	0,06%	0,12%	Qualidade muito alta
4	0,12%	0,24%	Qualidade alta
5	0,24%	0,44%	Qualidade muito boa
6	0,44%	0,80%	Qualidade boa
7	0,80%	1,40%	Qualidade média alta
8	1,40%	2,40%	Qualidade média
9	2,40%	4,00%	Qualidade média baixa
10	4,00%	6,00%	Qualidade baixa
11	6,00%	9,00%	Qualidade muito baixa
12	9,00%	12,00%	Sem acesso a crédito adicional
13	12,00%	16,00%	Sinais fracos de imparidade
14	16,00%	100,0%	Sinais fortes de imparidade
15	100,0%	100,0%	Incumprimento

O gráfico seguinte ilustra a distribuição da exposição creditícia relativa a Portugal, Polónia e Grécia, pelos graus de risco da *Rating Master Scale*. O perfil de risco apresentado reflecte a natureza das operações de crédito subjacentes, tendo presente o enfoque do Millennium bcp em Clientes Retalho e Médias Empresas.

Distribuição da carteira de crédito pelos graus de risco da *Rating Master Scale* (Portugal, Polónia, Grécia)



Este novo modelo de notação permite melhorias significativas ao nível do conhecimento da probabilidade de incumprimento em todos os segmentos de Clientes e para qualquer tipo de operação de crédito, através da maior granularidade da escala de risco, indo ao encontro das melhores práticas internacionais.



Modelos de *scoring* e *rating*

Dando continuidade aos esforços iniciados em 2005, por forma a cumprir com os requisitos da Abordagem Avançada de Basileia II ao nível da classificação de risco dos Clientes, o Grupo prosseguiu com o desenvolvimento de novos modelos, bem como com a revisão de alguns modelos já utilizados. Alargou-se a abrangência dos modelos de *scoring* e *rating*, reforçando as práticas de avaliação do risco em segmentos como os Pequenos Negócios e procurou-se igualmente melhorar a capacidade discriminante de modelos existentes como o modelo de *rating* usado na notação dos Clientes Empresa.

Destaca-se ainda durante o ano de 2006, a reformulação dos modelos de *scoring* de índole comportamental implementados no modelo TRIAD, ferramenta de gestão dinâmica do risco de Cliente, os quais suportam a gestão pro-activa do risco e da capacidade financeira de Clientes da Rede Retalho, Particulares e Pequenos Negócios, atribuindo mensalmente graus de risco destes Clientes e limites pré-aprovados para vários produtos de crédito.

Todos os modelos usados no Grupo foram devidamente calibrados para a *Rating Master Scale*, assegurando assim uma métrica comum na avaliação do risco de todos os Clientes.

Sistema de gestão de colaterais e níveis de protecção

Ao nível da gestão de colaterais registou-se um reforço do alinhamento da gestão informática dos colaterais com as exigências regulamentares, nomeadamente, ao nível da elegibilidade dos instrumentos de mitigação e da respectiva associação às operações e crédito; e do cálculo adequado do valor da protecção, antecipando flutuações de valor de mercado, cambiais, de taxa de juro, etc.

No quadro das melhorias antecipando a implementação do Acordo de Basileia II, foi introduzido o conceito de nível de protecção como elemento fulcral na avaliação da eficácia do colateral na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização do crédito mais activa e uma melhor adequação do *pricing* ao risco incorrido.

Processos de decisão de crédito

Os desenvolvimentos ao nível da gestão do crédito conduziram a alterações significativas dos processos de decisão, garantindo, informaticamente, uma maior consistência e eficácia nas decisões através, quer da inviabilização de qualquer tipo de discricionariedade no recurso aos modelos de *scoring* e *rating*, quer no cumprimento do corpo normativo vigente. Para além das alterações às plataformas de *workflow* de suporte à decisão de crédito, o Grupo adquiriu em 2006 um motor de decisão a uma empresa internacional de consultoria, o qual assegurará a gestão das estratégias de concessão de crédito a partir de meados de 2007.

Importa, ainda, sublinhar as alterações ocorridas ao nível da recolha de informação sobre as operações de crédito, por forma a garantir a classificação das exposições de acordo com a segmentação de Basileia II.

Imparidade de crédito

Desde a introdução dos IAS em 2004, o Grupo tem vindo a melhorar o processo de cálculo da imparidade de crédito, aproximando esta avaliação da qualidade da carteira de crédito a uma abordagem económica. Neste contexto, os novos desenvolvimentos introduzidos em 2006 focaram-se na revisão e na documentação do processo de cálculo, bem como no estabelecimento de critérios mais objectivos de avaliação das expectativas de perda no caso de Clientes avaliados individualmente.

Risco de Concentração

Em complemento à regulamentação prudencial em matéria de concentração creditícia, o Grupo desenvolveu, no final de 2006, uma metodologia de atribuição de limites máximos de envolvimento, visando a gestão eficiente do risco de concentração e das correlações existentes na carteira de crédito.

O modelo adoptado tem como princípios orientadores a promoção da granularidade e da diversificação da carteira, actuando quer ao nível de exposições individuais, quer ao nível de grupos de devedores (grupo económico, país e área geográfica e sector de actividade), através da definição de limites à exposição creditícia tanto em valor nominal como em termos da perda máxima esperada.

Informação sobre Crédito

Prosseguindo os desenvolvimentos iniciados com a participação do Grupo no 5.º Estudo de Impacto Quantitativo (QIS5), em 2006 foi dada continuidade à finalização do motor de cálculo das exigências de capital à luz das várias opções do Acordo de Basileia II. Paralelamente, tem vindo a ser desenvolvida uma plataforma única de reporte de informação sobre a carteira de crédito, que acomode os requisitos internos, regulamentares e de mercado.

Regulamento de Crédito

Por forma a incorporar os desenvolvimentos ocorridos, foi aprovado um novo Regulamento de Crédito, revendo e integrando num único documento a regulamentação em matéria de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito, que entrou em vigor no início de 2007. Deste modo, ficou clarificada a adopção de uma estrutura de decisão única, integrando todos os produtos e tipos de exposição, agilizando o processo de transferência das exposições para as áreas de recuperação.

Avaliação de risco de crédito

Em 2006 e tendo em vista o aperfeiçoamento das métricas utilizadas para a quantificação do risco de crédito, o Grupo desenvolveu um modelo de *portfolio*, de acordo com os requisitos do Pilar II de Basileia II. Trata-se de um modelo actuarial, baseado no facto de um suficientemente grande número dos riscos individuais terem uma baixa probabilidade de ocorrência, que permite, a partir das exposições e características específicas da carteira de crédito, obter a distribuição de probabilidade das perdas totais.

Além da “Probabilidade de Incumprimento” (PD) e do montante da “Perda dado o Incumprimento” (LGD), como pontos centrais, é também considerada a incerteza associada ao desenvolvimento destes parâmetros, concretizada pela introdução da respectiva volatilidade. Os efeitos de diversificação/concentração entre os sectores das carteiras de crédito são quantificados pela introdução das respectivas correlações.

Deste modo, é possível calcular o capital económico associado ao risco de crédito e a contribuição de cada um dos sectores ou das exposições para o risco total. Estas medidas, além de contribuírem para a quantificação do risco de crédito, de acordo com o ICAM enriquecem o processo de análise risco/retorno das transações em relação ao capital económico.

Riscos de Mercado

O conceito de riscos de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada em resultado de alterações adversas de taxas (de juro e de câmbio), de preços de acções, obrigações, *commodity* e/ou imobiliário nas carteiras de negociação, bancária ou na relativa ao fundo de pensões do Grupo.



Revisão das métricas e dos limites de risco

O actual sistema de controlo e gestão dos riscos de mercado é o reflexo de uma cuidada revisão das práticas seguidas, procurando assegurar uma actuação cada vez mais eficaz e o alinhamento com os requisitos regulamentares, nomeadamente, com o Acordo de Basileia.

Em termos organizativos, o Grupo promoveu a reformulação das áreas de gestão de forma a permitir uma efectiva separação da gestão das carteiras de negociação e bancária.

Na quantificação dos riscos incorridos, que se pretende sistemática e completa, várias métricas têm vindo a ser progressivamente desenvolvidas e implementadas. Na carteira de negociação, desenvolveram-se métricas baseadas numa medida de risco que inclui um modelo de “Value at Risk – VaR” paramétrico, a medição dos riscos não lineares e a medição do risco específico e na carteira bancária, métricas baseadas num modelo de VaR paramétrico de longo prazo como medida integrada de risco e em modelos de GAP e posição líquida para o tratamento individual e de transferência dos riscos.

A monitorização dos riscos de mercado, nas carteiras de negociação e bancária, é efectuada através de um conjunto alargado de actividades que envolvem o acompanhamento diário das carteiras, exercícios de *backtesting*, validação complementar dos modelos e pressupostos utilizados, controlo de operações caracterizadas nos sistemas e a atribuição de limites prudenciais sustentados nos fundos próprios do Grupo e baseados em regras de alocação por entidade, áreas de gestão e componentes de risco.

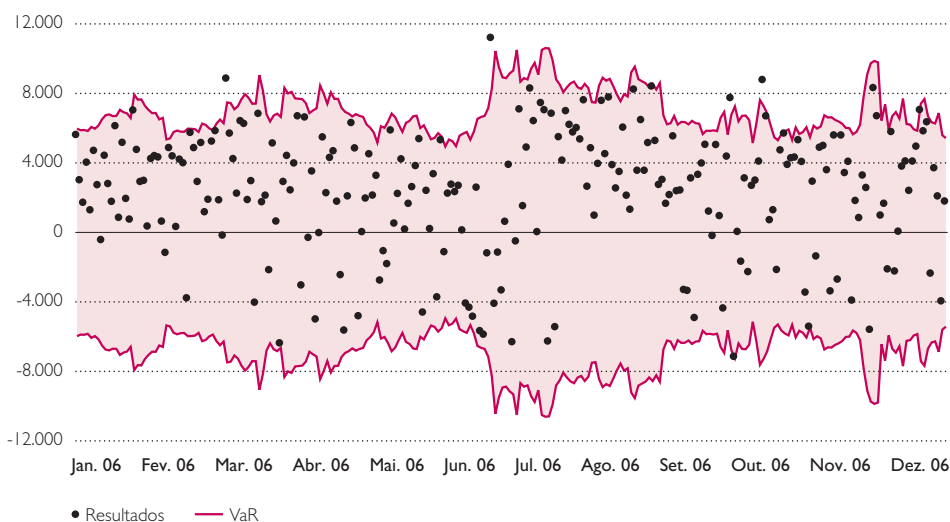
O Grupo utiliza também um conjunto de cenários de “stress”, de mercado, históricos e customizados, para simular a perda económica potencial decorrente de variações extremas nos factores de risco de mercado, identificar situações não capturadas pelo modelo de VaR, identificar maiores sensibilidades e limitar exposições consideradas excessivas.

Medidas de avaliação de riscos de mercado

A principal medida utilizada pelo Grupo na avaliação dos riscos de mercado é o VaR.

O cálculo do VaR é efectuada com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela “RiskMetrics”, sendo calculado considerando um horizonte temporal de dez dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%. No cálculo da volatilidade associada a cada vector de risco, o modelo assume uma ponderação maior para as condições de mercado verificadas nos dias mais recentes, garantindo assim uma mais correcta adequação às condições de mercado. São apurados valores de VaR quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos, quer em termos consolidados considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

Por forma a assegurar que o modelo de VaR adoptado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de *backtesting*, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados. Os resultados deste processo ao longo de 2006 demonstram a adequação do modelo na avaliação dos riscos incorridos, conforme apresentado no gráfico seguinte.



Para acompanhar e limitar a tomada de posições em instrumentos em que os riscos de mercado não podem ser correctamente avaliados pela metodologia de VaR adoptada (aproximação paramétrica), tais como a exposição a riscos de opcionalidade, são utilizados outros indicadores de risco. A carteira de posições em aberto neste tipo de instrumentos é muito reduzida, pelo que a aproximação seguida no cálculo de VaR se considera apropriada ao perfil de risco.

O processo de cálculo do VaR é efectuado centralmente para as principais empresas participadas do Grupo com actividade nas áreas de mercado (Millennium bcp, Millennium bcp investimento, Bank Millennium, e Millennium Bank na Grécia e na Turquia), através de um *software* desenvolvido com base numa tecnologia *web*, que permite às áreas de *trading* o acesso *online* aos valores de risco da respectiva carteira.

Evolução dos indicadores de VaR

O VaR é utilizado como medida de avaliação dos riscos incorridos pelas áreas de Negociação e de Financiamento e Cobertura, bem como das posições decididas no âmbito do ALCO.

Os indicadores de VaR reportados no quadro seguinte evidenciam um baixo nível de exposição a riscos de mercado, 7 milhões de euros em termos médios, em resultado do perfil conservador das áreas de mercados, bem como do efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.



Indicadores de VaR para as Carteiras de Negociação e de Financiamento e Cobertura

Milhares de euros

	VaR ⁽¹⁾ (de 1 de Janeiro de 2006 a 29 de Dezembro 2006)				
	Final 2006	Média	Máximo	Mínimo	Final 2005
Valores agregados ⁽²⁾	5.427	7.011	10.611	4.945	6.319
Risco de taxa de juro	5.381	6.910	10.631	4.759	6.304
Risco cambial	370	486	411	819	88
Risco de acções	693	615	566	407	522
Efeito de diversificação	1.018	999	997	1.039	596

⁽¹⁾ Período de detenção de 10 dias e 99% de nível de confiança.

⁽²⁾ Valores consolidados das posições assumidas pelas Tesourarias do Millennium bcp, Bank Millennium e Millennium bank na Grécia e na Turquia.

As posições são maioritariamente assumidas em instrumentos de taxa de juro, assumindo o risco cambial e o de acções valores inexpressivos.

Apresenta-se no quadro seguinte a informação do VaR para as posições do ALCO.

Indicadores de VaR para as posições do ALCO

Milhares de euros

	VaR ⁽¹⁾ (de 1 de Janeiro de 2006 a 29 de Dezembro 2006)				
	Final 2006	Média	Máximo	Mínimo	Final 2005
Valores agregados ⁽²⁾	1.155	2.515	6.687	161	6.015
Risco de taxa de juro	1.157	2.513	6.688	160	6.016
Risco cambial	13	35	8	7	4
Risco de acções	10	42	7	5	4
Efeito de diversificação	25	75	16	11	9

⁽¹⁾ Período de detenção de 10 dias e 99% de nível de confiança.

⁽²⁾ Valores consolidados das posições assumidas pelas Tesourarias do Millennium bcp, Bank Millennium e Millennium bank na Grécia e na Turquia.

Considerando os limites definidos e os fundos próprios, o nível de risco assumido pelas posições tomadas pelo ALCO é reduzido.

Análise de Sensibilidade ao Risco de Taxa de Juro

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações contratadas fora do âmbito da actualização nos mercados financeiros é efectuada através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado mensalmente, para o universo de operações que integram o balanço consolidado do Grupo.

Para esta análise, são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação, com base nos quais é efectuada a respectiva projecção dos *cash flows* esperados, de acordo com as datas de *repricing*.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos *cash flows* esperados em cada um dos intervalos de tempo, permite determinar os *gaps* de taxa de juro por prazo de *repricing*.

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço em cada moeda é calculada pela diferença entre o valor actual do *mismatch* de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos *cash flows* simulando um deslocamento paralelo da curva de taxa de juro de mercado de +100 pb.

Esta análise, reportada a 31 de Dezembro de 2006, evidencia valores de +74,8 milhões de euros e -13,4 milhões de euros, para as moedas em que o Grupo detém posições mais significativas, respectivamente, euros e dólares:

GAP de taxa de juro para o balanço EUR

Milhares de euros

Mismatch de taxa de juro por prazo de repricing	< 1M	1M - 3M	3M - 6M	6M - 1A	1A - 2A	2A - 3A	3A - 5A	5A - 7A	> 7A	Total
Actividade da Área Comercial	-4.308	-14.168	-8.850	+33.087	+26.891	-4.114	-4.856	-6.622	-10.382	+6.678
Actividade da Área Estrutural	+2.151	+13.014	-6.951	-1.423	+12.195	+6.367	+53.155	+28.741	+116.828	+224.077
Subtotal	-2.157	-1.153	-15.801	+31.664	+39.087	+2.254	+48.298	+22.119	+106.445	+230.756
Cobertura de risco	-2.013	-98	+6.120	-48.110	-39.846	-3.470	-52.593	-20.299	-54.297	-214.606
Total Comercial e Estrutural	-4.170	-1.251	-9.681	-16.446	-759	-1.216	-4.295	+1.820	+52.149	+16.150
Carteira de investimento	+8	+110	-15	+42	-19	-0	+34	-6	-17	+136
Financiamento e cobertura	+4.777	+20.550	+3.098	+30.380	-6.509	+1.537	+3.485	+69	+1.084	+58.470
Total da carteira bancária	+615	+19.408	-6.598	+13.975	-7.287	+320	-776	+1.883	+52.216	+74.755

GAP de taxa de juro para o balanço USD

Milhares de euros

Mismatch de taxa de juro por prazo de repricing	< 1M	1M - 3M	3M - 6M	6M - 1A	1A - 2A	2A - 3A	3A - 5A	5A - 7A	> 7A	Total
Actividade de Área Comercial	+439	+969	-762	+2.250	-1.052	+2.082	+1.923	-2.225	-6.247	-2.622
Actividade da Área Estrutural	+439	+47	-7	+966	-68	-209	-175	+5	-24	+975
Subtotal	+879	+1.017	-769	+3.217	-1.121	+1.874	+1.747	-2.219	-6.271	-1.647
Cobertura de risco	-204	-313	-749	-2.001	-32	-2.685	-4.218	+1.185	+883	-8.135
Total Comercial e Estrutural	+674	+704	-1.518	+1.216	-1.152	-812	-2.471	-1.035	-5.388	-9.782
Carteira de investimento	-30	-169	-107	-289	-299	-624	-1.874	-11	-378	-3.781
Financiamento e cobertura	+149	-155	-80	+236	+4	+44	+13	+0	+0	+213
Total da carteira bancária	+794	+380	-1.705	+1.162	-1.448	-1.392	-4.331	-1.045	-5.766	-13.350

O Grupo realiza mensalmente operações de cobertura com o mercado, tendo em vista reduzir o *mismatch* de taxa de juro das posições de risco associadas à carteira de operações pertencentes às áreas comercial e estrutural.

As posições de risco que não sejam objecto de cobertura específica com o mercado são transferidas, através de operações internas, para as áreas de mercados, passando a partir desse momento a fazer parte integrante das respectivas carteiras, sendo como tal avaliadas diariamente com base na metodologia de VaR.

Capital económico

No âmbito do ICAM, os riscos de mercado são avaliados igualmente com base na metodologia VaR aplicando-se os ajustamentos de escala apropriados a cada uma das carteiras.

Para a carteira de negociação é considerado o horizonte temporal de 90 dias e de um ano para a carteira bancária, no que diz respeito ao risco de taxa de juro assim como ao risco de participações financeiras.

No caso das participações financeiras, a volatilidade do retorno é obtida a partir de séries de preços de acções dessas empresas ou a partir de índices construídos para o efeito para as participações que não sejam cotadas.



Risco de Liquidez

O risco de liquidez reflecte a possibilidade de se incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou da venda de activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado) para suprir necessidades de fundos decorrentes das obrigações a que o Grupo se encontra sujeito.

Gestão do Risco de Liquidez

A gestão da posição de liquidez do Grupo é efectuada de uma forma centralizada para as principais moedas de exposição. Nestas condições, quer as necessidades de financiamento, quer os eventuais excessos de liquidez das empresas participadas são, maioritariamente, geridos por via de operações concretizadas com o Banco.

A evolução da carteira de negócios nos últimos anos, em que se verificaram crescimentos significativos da carteira de crédito, quando comparados com a evolução verificada ao nível dos recursos de balanço, implicaram o recurso a fontes alternativas de financiamento. Pela dimensão que actualmente representam no Balanço destacam-se, por ordem de importância, as operações de securitização, as emissões de títulos ao abrigo do Programa de "Euro Medium Term Notes" (EMTN) e as operações de financiamento de médio e longo prazo contratadas junto de instituições financeiras.

A política de financiamento das empresas participadas encontra-se definida ao nível de um regulamento interno que estabelece um conjunto de regras a respeitar em termos de *gaps* máximos de liquidez por intervalo de tempo, visando garantir que a estrutura de financiamento das mesmas se encontra, em base individual, adequada às características da respectiva carteira de activos.

Medidas de Avaliação do Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Grupo é efectuada utilizando indicadores regulamentares definidos pelas Autoridades de Supervisão, assim como por via de outras métricas internas para as quais se encontram, igualmente, definidos limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Grupo, para horizontes temporais de curto prazo (até três meses) é efectuada diariamente, com base em dois indicadores definidos internamente, liquidez imediata e liquidez trimestral, que avaliam as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projecções de *cash flows* para períodos de, respectivamente, três dias e três meses.

O cálculo destes indicadores é feito adicionando à posição de liquidez do dia de análise os *cash flows* futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respectivo (três dias ou três meses) para o conjunto de operações intermediadas pelas áreas de mercados, incluindo-se neste âmbito as operações realizadas com Clientes das redes Corporate e Private que, pela sua dimensão, são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados. Ao valor assim calculado é adicionado o montante de activos considerados altamente líquidos da carteira de títulos detida pelo Banco, determinando-se o *gap* de liquidez acumulado em cada um dos dias do período em análise. Estes valores são reportados diariamente às áreas responsáveis pela gestão da posição de liquidez e confrontados com os limites de exposição em vigor.

Paralelamente, é efectuada o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando todos os factores que justificam as variações ocorridas. Esta análise é submetida à aprecia-

ção da Sub-Comissão de Riscos de Mercados e Liquidez, visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção de condições de financiamento adequadas à prossecução da actividade.

Stress tests

São efectuados, mensalmente, *stress tests* de liquidez de forma a entender o perfil do risco de liquidez no Banco, assegurar que o Millennium bcp e cada uma das suas subsidiárias se encontra em posição de cumprir com as suas obrigações na ocorrência de uma situação de crise de liquidez e contribuir para a preparação do plano de contingência de liquidez e para a tomada de decisões de gestão.

Os *stress tests* em vigor baseiam-se em cenários de crise específica no Banco e em cenários de crises de mercados.

Group Treasurer

A gestão da liquidez é coordenada ao nível consolidado pelo *Group Treasurer*, cabendo-lhe ainda a coordenação, ao nível de cada entidade, das diferentes unidades de gestão de liquidez. É também o *Group Treasurer* que coordena as entidades do Grupo no esforço contínuo de acesso ao mercado, via relacionamento com financiadores, diversificação de passivos e venda de activos e que assegura a conformidade das duas ferramentas principais de gestão da liquidez a nível estrutural, o Plano de Liquidez e o Plano de Contingência de Liquidez.

O Plano de Liquidez, que define a estrutura de financiamento desejada para o Banco, é formulado a nível consolidado e ao nível das principais subsidiárias, é parte integrante do processo de orçamento e estabelece um conjunto de acções para alcançar a estrutura desejada de financiamento, sendo revisto ordinariamente pelo menos uma vez em cada seis meses.

O Plano de Contingência de Liquidez estabelece os conceitos, prioridades, responsabilidades e acções específicas a tomar na ocorrência de uma crise de liquidez. É revisto ordinariamente uma vez por ano, assume a contínua monitorização das condições de mercado e o estabelecimento de níveis de protecção, antecipação e tomada de decisões imediatas, através da activação do Comité de Gestão de Crises de Liquidez.

Capital económico

No âmbito do ICAM, o capital económico relativo ao risco de liquidez representa o acréscimo de custos associado a condições de mercado adversas, que possam envolver; conjuntamente, o aumento dos *spreads* de financiamento, uma eventual degradação do *rating* e o aumento acentuado das necessidades de financiamento, com base em cenários aos quais, no seu conjunto, é atribuída uma probabilidade compatível com o nível de confiança do modelo.

Risco do Fundo de Pensões de Benefício Definido

O risco financeiro inerente ao Fundo de Pensões de Benefício Definido decorre da desvalorização potencial dos activos do fundo ou da diminuição dos retornos esperados. Em qualquer destes casos, o Grupo terá de efectuar contribuições extraordinárias por forma a adequar a carteira de activos às responsabilidades assumidas.

A monitorização da gestão e do risco do Fundo de Pensões de Benefício Definido é efectuada pela Sub-Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Pensões. Neste contexto, o Risk Office procede



ao cálculo do capital económico associado, apoia a definição de estratégias de cobertura e da política de investimento. Durante o ano 2006, o Fundo de Pensões de Benefício Definido adquiriu um conjunto de *put options* por forma a diminuir o risco da carteira ao mercado de acções.

O capital económico, definido e calculado em consonância com o estipulado no ICAM, corresponde à contribuição extraordinária a efectuar pelo Banco, caso o rendimento da carteira de activos seja inferior ao respectivo pressuposto actuarial.

Em 2006, o Conselho de Administração Executivo deliberou que o complemento de reforma dos Colaboradores passará a ser financiado com um Plano de Contribuição Definida, mantendo, no entanto, os Colaboradores admitidos até à data da deliberação, os direitos que decorriam do Plano de Benefício Definido até então em vigor. Desta medida decorrerá uma gradual redução do risco financeiro do Fundo de Pensões em exercícios futuros.

Risco Operacional

Por risco operacional entende-se as perdas potenciais resultantes de falhas ou inadequação dos processos internos, das pessoas ou dos sistemas, ou ainda, de eventos externos.

O Millennium bcp tem adoptado, desde sempre, princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente, através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são exemplos a segregação de funções, as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações, os limites de exposição, os códigos deontológicos e de conduta, os indicadores chave, os controlos ao nível informático, os planos de contingência, os acessos físicos e lógicos, as actividades de reconciliação, os relatórios de excepção e a formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

Modelo de Governo e de Gestão

Sem prejuízo da responsabilização de toda a estrutura na gestão do risco operacional, o Risk Office possui um departamento dedicado em exclusividade à gestão deste risco.

Em 2006, foram concretizadas diversas iniciativas para a implementação de uma estrutura de gestão de risco operacional, englobando para além da definição do modelo de governo, responsabilidades e objectivos, a caracterização dos processos e instrumentos a utilizar na identificação, avaliação, controlo e mitigação dos riscos.

A par de outras iniciativas estratégicas, nomeadamente, nas vertentes da qualidade e da eficiência operativa, também a abordagem à gestão do risco operacional está ancorada na estrutura de processos *end-to-end*. Para esta opção foram decisivas a influência do ambiente de negócio e de controlo interno para a gestão deste risco.

A gestão dos processos é da competência de *process owners*, primeiros responsáveis pela avaliação dos riscos e pelo reforço da performance no âmbito dos correspondentes processos. Os *process owners* são responsáveis por manter actualizada toda a documentação relevante respeitante aos processos, assegurar a efectiva adequação dos controlos existentes, através de supervisão directa ou por delegação nos departamentos responsáveis por esses controlos, coordenar e participar nos exercícios de *risk self assessment*, detectar e implementar as oportunidades de melhoria, onde se incluem as acções de mitigação para as exposições mais significativas.



Competirá à Sub-Comissão de Risco Operacional acompanhar a gestão deste risco garantindo a implementação das políticas definidas. Esta Sub-Comissão deverá ser previamente envolvida no caso de alterações significativas à estrutura dos processos de negócio.

Instrumentos de gestão de risco operacional

Para suportar a gestão do risco operacional foi adquirida uma solução informática de forma a reforçar as competências do Grupo nos seguintes domínios: i) identificação e avaliação dos riscos; ii) monitorização e reporte e iii) gestão de estratégias de mitigação.

Numa primeira fase, será implementado o processo de recolha de perdas operacionais visando a criação de uma base de dados com informação histórica, que possibilitará reforçar o conhecimento deste risco e, a partir da análise da relação causa-efeito, lançar as acções de mitigação para reduzir as exposições críticas. Em fases subsequentes, já no decurso de 2007, serão realizados os exercícios de *self-assessment*, através dos quais será avaliada a exposição de cada processo aos riscos potenciais, mediante duas dimensões, probabilidade de ocorrência e impacto, cuja composição os permitirá posicionar na matriz de tolerância e determinar o nível de exposição. Nesses exercícios serão avaliados os riscos potenciais e o nível de exposição aos riscos residuais, considerando a eficácia dos controlos existentes.

O esforço de investimento será prosseguido tendo em vista a criação das estruturas necessárias à transição para uma abordagem mais avançada baseada no tratamento estatístico das perdas.

Projectos associados

À semelhança da iniciativa já realizada em Portugal, foi lançado em 2006 nas principais operações no exterior um projecto visando a avaliação e o reforço do sistema de controlo interno, em conformidade com as recomendações do Banco de Portugal e com as práticas consagradas na Secção 404 do Sarbanes-Oxley Act. Este projecto, liderado pelo Risk Office e pela Direcção de Auditoria, foi antecedido pela definição da estrutura de processos nessas operações, e irá permitir documentar a informação relevante respeitante a cada processo, incluindo a descrição das actividades, a identificação dos riscos, os procedimentos de controle e os indicadores-chave existentes.

Destaque-se ainda no âmbito dos planos de contingência, o lançamento de um projecto para a elaboração de um Plano de Continuidade de Negócio nas principais operações do Grupo, abarcando, numa primeira fase, os processos mais críticos, que permitirá fazer face a eventuais situações de crise de forma planificada, garantirá a retoma das actividades dentro de prazos definidos e considerados aceitáveis e reduzirá o impacto no caso da ocorrência de riscos catastróficos. Encontra-se igualmente previsto o desenvolvimento deste projecto em todas as operações do exterior.

Risco de Negócio e Estratégico

Este risco é quantificado no âmbito do modelo interno de avaliação das necessidades e de afectação de capital (ICAM) e corresponde à perda potencial nos resultados ou no capital do Grupo devido a decisões estratégicas adversas, implementação inadequada de decisões ou falta de capacidade de resposta às mudanças de mercado.

O capital económico associado a este risco é calculado recorrendo à evolução da acção BCP ajustada de impactos induzidos pela volatilidade do mercado.



Basileia II

No seguimento da publicação do Novo Acordo de Capital, em Junho de 2004, o Grupo decidiu implementar um projecto de avaliação global do nível de adequação face às exigências estabelecidas, incidindo sobre a actividade em Portugal e internacional do Grupo, com os seguintes objectivos:

- i. Revisão das actividades já realizadas pelo Grupo tendo em vista a implementação do novo Acordo;
- ii. Identificação dos desvios existentes face às abordagens pretendidas relativamente ao risco de crédito e ao risco operacional;
- iii. Identificação das medidas a tomar para eliminar os desvios;
- iv. Desenvolvimento de uma estratégia de implementação para métodos, processos, estruturas organizativas, dados e arquitectura de tecnologias da informação;
- v. Definição e planeamento de um projecto para a implementação de Basileia II, tomando em consideração outros projectos em curso ou em vias de serem lançados em domínios convergentes.

Com base nas conclusões desta avaliação, tendo presente os custos, os riscos subjacentes e a materialidade das exposições, o Conselho de Administração Executivo decidiu propor ao Banco de Portugal a adopção das abordagens de Basileia II nos seguintes moldes:

(1) No que respeita ao risco de crédito, o Millennium bcp, e as suas subsidiárias em Portugal, bem como o Bank Millennium e o Millennium bank na Grécia, utilizariam o método avançado das notações internas ("IRB Advanced") e as restantes entidades o método padrão;

(2) Relativamente ao risco operacional, a utilização do método padrão em todas as entidades jurídicas do Grupo. Neste domínio, por forma a acomodar a implementação dos sistemas de gestão em operações com um menor peso na estrutura do Grupo, foi proposta a adopção temporária do método básico para estas entidades;

(3) Relativamente aos riscos de mercado da carteira de negociação, a utilização do método baseado em modelos internos, alavancando no modelo de VaR, que vem sendo utilizado pelas principais entidades do Grupo.

Neste contexto, e de acordo com o definido pelas Directivas 2006/48 e 2006/49, o Grupo deverá apresentar ao Banco de Portugal um processo de candidatura à utilização das metodologias acima referidas, o que deverá ocorrer no terceiro trimestre de 2007, por forma a permitir a sua adopção a partir do início de 2008, conforme o calendário inicial definido para os Bancos que pretendem utilizar o método avançado das notações internas.

A utilização do "IRB Advanced" deverá incidir sobre todas as carteiras de crédito, com excepção dos segmentos de Bancos e Soberanos, para os quais o Grupo pretende fazer apelo à cláusula de "permanent partial use" que permite a utilização do método padrão, essencialmente baseado na informação das agências de *rating* externas, para esta classe de contrapartes.

Com a adopção destas abordagens, o Conselho de Administração Executivo pretende estabelecer um elevado nível de exigência para os sistemas de gestão e controlo de risco, de modo a que a generalidade dos conceitos utilizados continuem a fazer parte dos processos correntes do Grupo.

Em termos da preparação para Basileia II, importa ainda sublinhar o esforço de formação de todos os Colaboradores do Grupo, tendo-se iniciado em 2006 um programa de *e-learning*, o qual prosseguirá durante o ano 2007. Este programa será complementado com sessões presenciais específicas destinadas a Colaboradores com responsabilidades nas áreas comerciais e outras unidades internas com intervenção no ciclo de vida do crédito.

O Banco desenvolveu os sistemas necessários ao cálculo dos requisitos de capital de acordo com as metodologias e exigências dos métodos escolhidos, estando em condições desde o final de 2005 – tal como foi confirmado pela participação no QIS5, desenvolvido pelo Comité de Basileia – para o cálculo paralelo do capital, segundo Basileia I e II.

Durante o ano 2007, o Grupo continuará a aplicar as regras prudenciais em vigor a 31 de Dezembro de 2006, no quadro da opção pelo método avançado ("IRB Advanced") do cálculo de requisitos de capital para risco de crédito.



O TÍTULO BCP NA BOLSA DE VALORES



O TÍTULO BCP NA BOLSA DE VALORES

O ano 2006 caracterizou-se pela expansão vigorosa da actividade económica mundial e pelo desempenho favorável da generalidade dos mercados de capitais. A manutenção de um nível de taxas de juro historicamente baixo e as numerosas operações de fusão e aquisição, de capital de risco e emissão de dívida contribuíram favoravelmente para um clima de confiança na generalidade dos mercados de capitais. Os principais índices de acções europeus registaram valorizações expressivas em 2006: Eurostoxx50 +15%; Dax +22%; CAC40 +17%; IBEX35 +32%; FTSE +11%.

Tal como noutros mercados, o mercado accionista português registou uma valorização significativa em 2006 (cerca de 30%), tendo beneficiado com o clima global favorável, com as operações de privatização realizadas no segundo semestre, o anúncio de operações públicas de aquisição envolvendo algumas das maiores empresas cotadas e, ainda, com os efeitos colaterais resultantes da reestruturação do sector energético em Espanha.

Comportamento do título BCP em Bolsa

No período compreendido entre 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2006, as acções BCP valorizaram 20,2%, situando-se a cotação no final do ano em 2,80 euros. Considerando o rendimento proveniente da distribuição de dividendos e a valorização da cotação, a acção BCP proporcionou um retorno total de 23,6% aos seus Accionistas em 2006.

	Cotação
Cotação a 30 Dez. 05	2,33 euros
Cotação a 29 Dez. 06	2,80 euros
Cotação média anual	2,44 euros
Cotação mínima (14 Jun. 06)	2,14 euros
Cotação máxima (18 Dez. 06)	2,88 euros
Valorização da cotação de 30 Dez. 05 a 29 Dez. 06	20,2%
Capitalização bolsista em 29 Dez. 06	10,1 mil milhões de euros

Fonte: Euronext

Considerando o ajustamento decorrente do aumento de capital ocorrido em Janeiro de 2006 relativo à conversão obrigatória dos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis "Capital BCP 2005", a performance da acção BCP no ano de 2006 fixou-se em 22,9% (valorização da cotação), o que acrescido do dividendo distribuído resulta num retorno de 26,4%.

Durante a primeira metade de 2006, a cotação das acções BCP registou uma evolução negativa de 4,7%, em divergência face aos Índices PSI20 e BEBANKS (Bloomberg European Banks). No segundo semestre, esta tendência inverteu-se, tendo o título BCP apresentado uma valorização superior em 7 pontos percentuais (p.p.) à do PSI20 e em quase 10 p.p. à do índice BEBANKS.

Destaca-se ainda que, globalmente, em 2006, o retorno total proporcionado pelo título BCP (23,62%) excedeu quer o do Índice BEBANKS (+3,03 p.p.), quer o do Euronext 100 (+1,22 p.p.), sendo que a comparação face ao PSI20 se encontra afectada pelas OPA lançadas sobre dois importantes títulos do índice.

Performance comparativa face aos principais índices de referência

Índice	Variação 1.º Semestre 2006	Variação 2.º Semestre 2006	Variação Total 2006	Rendibilidade Total com Dividendo
Acção BCP	-4,72%	+24,44%	+20,17%	+23,62%
PSI20	+10,47%	+17,46%	+29,92%	+34,09%
Bloomberg European Banks Index (BEBANKS)	+4,34%	+14,64%	+20,59%	+20,59%
Euronext 100	+3,76%	+13,16%	+18,82%	+22,40%

Fonte: Bloomberg; Euronext

A evolução da cotação da acção BCP no decurso de 2006 pode dividir-se distintamente em três períodos, que cumpre analisar separadamente:

1.º período – Desde o início do ano até à Assembleia Geral de Março de 2006. A acção BCP registou uma clara valorização com base em bons fundamentais.

2.º período – Desde a Assembleia Geral (Março 2006) até meados de Junho. A acção BCP reflectiu a incerteza quanto ao desfecho da Oferta Pública de Aquisição sobre o capital do Banco BPI.

3.º período – Desde meados de Junho até ao final do ano. Assistiu-se a uma forte recuperação da cotação das acções BCP acompanhado por um significativo aumento de liquidez, em linha com a evolução dos mercados bolsistas de acções, tendo a acção BCP superado, desde 14 de Junho até ao final do ano, as performances do PSI20 e do índice de Bancos Europeus BEBANKS (+30,2% vs +21,7% e 21,3%, respectivamente).

A capitalização bolsista do BCP, a 29 de Dezembro de 2006, ascendia a 10,1 mil milhões de euros, o que representa um crescimento de 21% em relação ao final do ano anterior, evidenciando o dinamismo e crescente relevância do título na Euronext Lisbon.

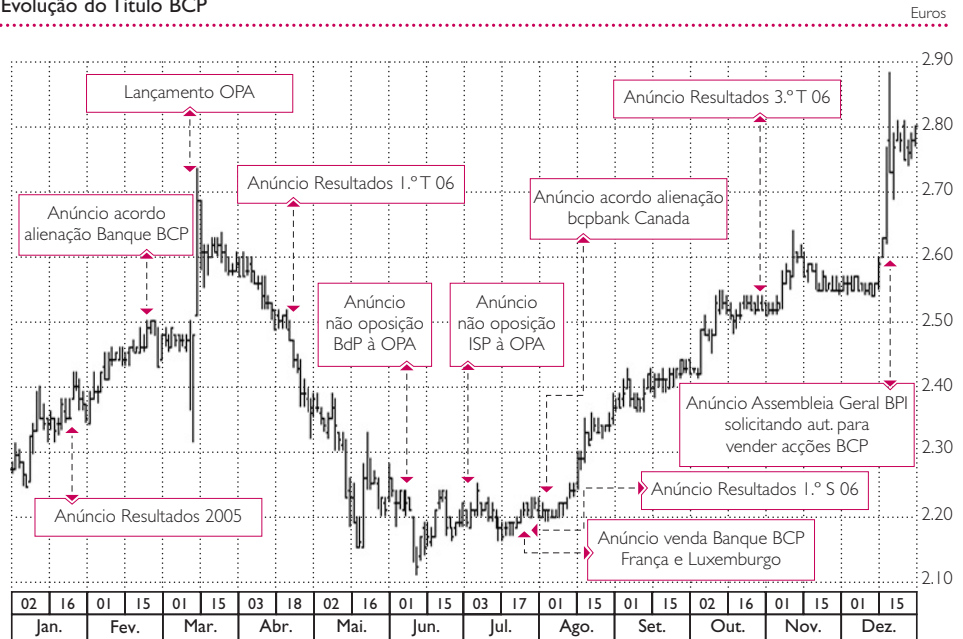
Principais eventos e impacto na cotação do título

Data	Evento	Variação da cotação no dia subsequente	Variação da cotação nos 5 dias subsequentes
24/Jan	Anúncio dos Resultados anuais de 2005	2,07%	0,00%
17/Fev	Anúncio do acordo para a alienação dos bancos Banque BCP França e Luxemburgo	0,00%	1,59%
13/Mar	Anúncio do lançamento de uma OPA sobre o capital do Banco BPI	4,53%	9,47%
24/Abr	Anúncio dos Resultados do 1.º trimestre de 2006	-1,20%	-4,00%
12/Jun	Anúncio da não oposição do Banco de Portugal à OPA sobre o capital do Banco BPI	-3,57%	-1,79%
5/Jul	Anúncio da não oposição do Instituto de Seguros de Portugal à OPA sobre o capital do Banco BPI	0,00%	-0,45%
24/Jul	Anúncio da venda de 80,1% do capital dos bancos Banque BCP França e Luxemburgo	0,45%	1,35%
25/Jul	Anúncio dos Resultados do 1.º semestre de 2006	0,45%	0,00%
3/Ago	Anúncio do acordo para a alienação do bcpbank Canada	0,45%	0,90%
24/Out	Anúncio dos Resultados do 3.º trimestre de 2006	0,00%	0,00%
13/Dez	Anúncio da Assembleia-Geral do Banco BPI solicitando autorização para venda de acções BCP	1,54%	7,72%



A ilustração do comportamento da acção do BCP em 2006 é apresentada no gráfico seguinte:

Evolução do Título BCP



Índices em que o título BCP participa

O título BCP integra mais de 40 índices bolsistas nacionais e internacionais, destacando-se os seguintes:

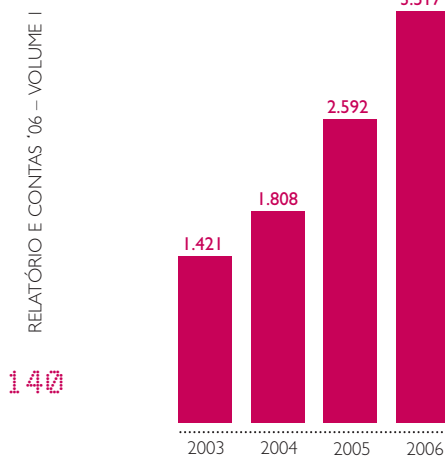
Índice	Peso (%)
Euronext PSI Financial Services	43,2%
PSI 20	17,5%
DJ Eurostoxx Banks	1,1%
Bebanks	0,5%
Euronext 100	0,5%
DJ Eurostoxx	0,3%

Liquidez

A acção BCP continua a ser um dos títulos com maior liquidez no mercado nacional. Durante 2006, foram transaccionadas 3.517 milhões de acções BCP, o que corresponde a um volume médio diário de 13,8 milhões de acções e representa um aumento de 38% face ao número total de acções transaccionados no ano anterior, o que denota o crescente interesse por parte de investidores institucionais. O *turnover* anual da acção BCP equivale a 98% da sua capitalização bolsista média anual, o que compara com 80% em 2005. Em termos de volume de negócios, as acções BCP representaram 16% (8,7 mil milhões de euros) do volume global de transacções no mercado regulamentado de Lisboa.

Evolução da Liquidez

Milhões de acções



Política de distribuição de dividendos

O Banco Comercial Português manteve uma política de criteriosa distribuição de rendimentos, seguindo regras de prudência mas procurando assegurar uma remuneração adequada aos seus Accionistas. Assim, em linha com a prática dos dois anos anteriores, o Banco procedeu à distribuição de um dividendo intercalar em Novembro de 2006, no valor de 0,037 euros por acção (bruto).

Os valores dos dividendos distribuídos pelo Banco Comercial Português desde 2000 encontram-se discriminados no quadro seguinte:

Exercício	Ano de Pagamento	Dividendo Bruto por Acção (euros)	Dividendo Líquido por Acção (euros)		Payout Ratio ⁽¹⁾	Dividend Yield ⁽²⁾
			Residentes	Não Residentes		
2000 ⁽³⁾	2001	0,15	n.d.	n.d.	62,4%	2,65%
2001	2002	0,15	0,12	0,105	61,1%	3,30%
2002	2003	0,10	0,08	0,07	49,2% ⁽⁴⁾	4,39%
2003	2004	0,06	0,051	0,045	44,7%	3,39%
2004						
Dividendo Antecipado	2004	0,03	0,0255	0,0225		
Dividendo Final	2005	0,035	0,0298	0,0263		
Dividendo Total		0,065	0,0553	0,0488	41,3%	3,44%
2005						
Dividendo Antecipado	2005	0,033	0,02805	0,02475		
Dividendo Final	2006	0,037	0,02960	0,02960		
Dividendo Total		0,070	0,05765	0,05435	39,4% ⁽⁵⁾	3,00%
2006						
Dividendo Antecipado	2006	0,037	0,0296	0,0296		
Dividendo Final ⁽⁶⁾	2007	0,048	0,0384	0,0384		
Dividendo Total		0,085	0,068	0,068	39,3% ⁽⁵⁾	3,04%

(1) Payout Ratio representa a percentagem dos resultados líquidos distribuídos aos Accionistas sob a forma de dividendo;

(2) Dividend Yield representa o rendimento percentual anual expresso pela divisão do valor do dividendo bruto pela cotação da acção no final do ano a que se refere o dividendo;

(3) Pago sob a forma de scrip dividend através da emissão de novas acções e a sua distribuição proporcional pelos Accionistas detentores de acções representativas do capital social do Banco;

(4) Com base no resultado líquido antes da constituição de provisões para riscos bancários gerais no valor de 200 milhões de euros;

(5) Com base nos resultados, excluindo resultados não recorrentes, de 610 milhões de euros, em base IFRS;

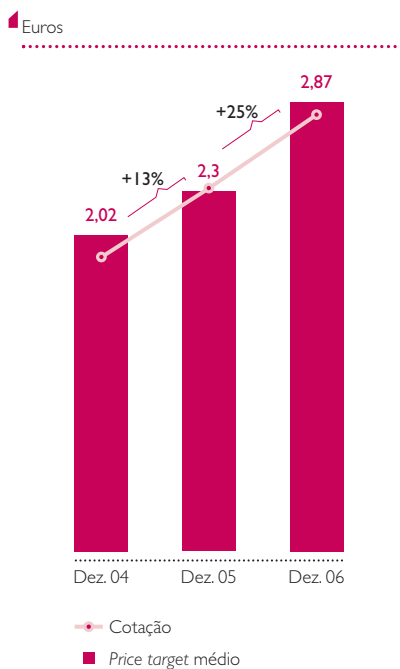
(6) Proposta a submeter à Assembleia-Geral de Accionistas.

Criação de valor para o Accionista

O acréscimo do valor de mercado do Banco Comercial Português e os rendimentos distribuídos sob a forma de dividendos permitiram uma significativa criação de valor para os Accionistas em 2006, conforme se comprova no quadro seguinte:

	Milhões de euros
Capitalização bolsista do Banco Comercial Português em 31 Dez. 2005	7.589,7
Novas acções resultantes da conversão do Capital BCP 2005 e stock options	824,7
Total	8.414,4
Capitalização bolsista do Banco Comercial Português em 31 Dez. 2006	10.111,7
Total	10.111,7
Acréscimo no valor da capitalização bolsista	1.697,3
Dividendos distribuídos	
Dividendo remanescente de 2005	132,8
Dividendo antecipado intercalar de 2006	133,6
Total	266,4
Criação de valor para o Accionista em 2006 (valorização da capitalização + dividendos)	1.963,7





Roadshows, conferências e reuniões com investidores institucionais

Ao longo de 2006, o Banco prosseguiu a promoção e intensificação das suas actividades de relação com investidores e de comunicação com o mercado, assegurando o cumprimento das obrigações legais e regulamentares, nomeadamente, divulgando informações sobre a actividade e resultados do Grupo e difundindo atempadamente os factos relevantes susceptíveis de afectar o valor do título BCP. Em paralelo, preparou também resposta às inúmeras solicitações de informação financeira realizadas pelas autoridades do mercado, Accionistas particulares, investidores e analistas.

No âmbito da divulgação de resultados e da actividade do Banco, foram realizadas, com periodicidade trimestral, conferências de imprensa e *conference calls* com analistas e investidores que contaram com a presença e a participação dos membros do Conselho de Administração Executivo.

Em 2006, o Banco participou em diversos eventos, nomeadamente, promoveu diversos *roadshows* junto de investidores internacionais após a divulgação de resultados nas principais praças financeiras e mundiais – Londres, Paris, Bruxelas, Amesterdão, Nova Iorque e Boston – tendo ainda participado em conferências de investidores organizadas por bancos de investimento internacionais como Morgan Stanley (Londres), UBS (Londres e Nova Iorque) e ING (Praga) onde realizou apresentações institucionais e reuniões “one-to-one” com investidores. Em 2006, foram realizadas cerca de 170 reuniões individuais com investidores e analistas.

Recomendações dos analistas financeiros

Acompanhando o comportamento favorável da acção BCP durante 2006, verificou-se uma evolução positiva das recomendações e *price targets* dos analistas financeiros. Assim, o *price target* médio das casas de investimento que acompanham com assiduidade o Banco, continuou a evidenciar uma tendência de evolução muito positiva, aumentando 25%, de 2,30 euros em 2005 para 2,87 euros por acção em 2006 (2,02 euros em 2004).

Nenhuma das 17 instituições financeiras que seguem o Banco apresenta actualmente recomendações negativas. Dos oito *brokers* mais destacados que acompanham mais regularmente o título BCP e a actividade do Banco, seis têm recomendações *Buy*, *Strong Buy* ou *Overweight*.

Acções próprias

De acordo com a deliberação aprovada em Assembleia-Geral de Accionistas do Banco Comercial Português, o Banco pode adquirir acções próprias até ao limite correspondente a 10% do seu capital social.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Banco Comercial Português S.A. não detinha em carteira quaisquer acções próprias. No decurso do exercício de 2006, o Banco não realizou operações de compra ou venda de acções próprias. Em 31 de Dezembro de 2006, o Banco Comercial Português S.A. não detinha em carteira quaisquer acções próprias. No âmbito das respectivas actividades comerciais correntes, que envolvem actuação regular nos mercados accionistas, outras entidades incluídas no perímetro de consolidação eram detentoras de um total de 4.087.916 acções do Banco Comercial Português, representando 0,1% do capital social, em 31 de Dezembro de 2006.

Estrutura Accionista

Segundo o ficheiro recebido pela Central de Valores Mobiliários, no final de 2006 o número de Accionistas do Banco Comercial Português ascendia a 177.820 (189.653 em 2005). A estrutura Accionista do Banco Comercial Português é caracterizada por acentuada dispersão, não havendo nenhum Accionista com mais do 10% do capital social e só 11 Accionistas detêm participações superiores a 2%. Regista-se ainda um peso muito expressivo de Accionistas institucionais (73% em 2006).

Estrutura Accionista	Número de Accionistas	% Capital Social	N.º de Ações por Accionista	Número de Accionistas	% Capital Social
Colaboradores do Grupo	4.276	1,06%	> 5.000.000	89	75,38%
Outros Acc. Individuais	167.880	17,32%	500.000 a 4.999.999	214	8,59%
Empresas	5.107	8,41%	50.000 a 499.999	1.409	4,81%
Institucionais	557	73,21%	5.000 a 49.999	19.202	6,53%
			< 5.000	156.906	4,69%
Total	177.820	100,00%	Total	177.820	100,00%

Do número total de Accionistas, verifica-se que 99,04% são Accionistas nacionais e apenas 0,96% são Accionistas estrangeiros. Contudo, a repartição é muito distinta se analisada em valor, uma vez que os Accionistas nacionais são detentores de 57,8% e os estrangeiros representam 42,2% do capital social do Banco.

N.º de Ações por Accionista	Accionistas		% Capital Social
	Nacionais	Estrangeiros	
> 5.000.000	43	46	38,46%
500.000 a 4.999.999	145	69	3,07%
50.000 a 499.999	1.303	106	0,54%
5.000 a 49.999	18.955	247	0,10%
< 5.000	155.663	1.243	0,04%
Total	176.109	1.711	42,21%



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

1. Considerando as disposições legais e estatutárias relativas a reserva legal e reservas especiais, e o adiantamento sobre lucros do exercício no montante de 133.619.193,98 euros que correspondeu a um dividendo antecipado ilíquido de 0,037 euros por acção, colocado a pagamento em 14 de Novembro de 2006;

Propõe-se, nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 36.º dos Estatutos do Banco, que aos resultados do exercício no montante de 609.021.656,11 euros, depois de deduzidos 133.619.193,98 euros, correspondentes ao adiantamento sobre lucros do exercício antes referido, seja dada a seguinte aplicação:

- a) 60.902.165,62 euros para reforço da reserva legal;
- b) 19.000.000,00 euros para reforço da reserva para estabilização de dividendos, fixando-se com esta dotação o respectivo limite em 84.000.000,00 euros;
- c) 222.156.477,29 euros para reforço de reservas livres;
- d) 173.343.819,22 euros para atribuição de dividendos.

2. Considerando que a verba para dividendos agora a atribuir de 173.343.819,22 euros, foi calculada na base de um dividendo de 0,048 euros por acção emitida, e que não é possível determinar com exactidão o número de acções próprias que poderão estar em carteira à data do pagamento de dividendos;

Propõe-se que se delibere, relativamente à aplicação de resultados constante dos números anteriores, que:

- a) A cada acção emitida seja agora pago o dividendo de 0,048 euros;
- b) Não seja pago, registando-se em conta de resultados transitados, o quantitativo correspondente às acções que, no primeiro dia do período de pagamento de dividendos, pertencerem à própria Sociedade.



PRINCIPAIS EVENTOS DE 2006

Janeiro

- Aumento do capital social do Banco Comercial Português S.A. para 3.588.331.338 euros, tendo sido celebrada escritura pública de aumento de capital, correspondente a 330.930.511 acções ordinárias, na sequência da conversão dos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis "Capital BCP 2005", que amortizaram em 30 de Dezembro de 2005.
- Conclusão da alienação da participação de 50,001% no capital social do Interbanco, S.A., ao Santander Consumer Finance, S.A..
- Adesão aos Princípios do Equador; no âmbito da estratégia de Sustentabilidade e dos valores de responsabilidade social desde sempre defendidos pelo Banco.
- Nomeação do Millennium bcp como o "Best Private Banking" em Portugal, pela revista Euromoney.

Fevereiro

- Acordo para a alienação de 80,1% do capital da Banque BCP França e Luxemburgo à instituição financeira francesa Groupe Caisses d'Épargne.
- Aprovação, pelo Conselho de Ministros de Angola, da criação do Banco Millennium Angola, um Banco de direito local integralmente detido pelo Millennium bcp.

Março

- Anúncio preliminar de lançamento de Oferta Pública Geral de Aquisição de acções representativas do capital social do Banco BPI, S.A.. A contrapartida oferecida seria em numerário, sendo constituída pela importância de 5,70 euros por cada acção. A contrapartida relativa à totalidade das acções da sociedade visada será de 4.332 milhões de euros. A oferta ficou subordinada, para além das autorizações e não oposições das autoridades competentes, à verificação, até ao termo da Oferta, das seguintes condições: no caso de existirem, na data de encerramento da Oferta, limitações legais ou estatutárias à contagem de votos ou ao exercício de direitos inerentes às acções detidas pelo Oferente, aquisição pelo Oferente de acções representativas de mais de 90% do capital social e dos direitos de voto; no caso de, na data de encerramento da Oferta, não existirem quaisquer limitações legais ou estatutárias à contagem de votos ou exercício dos direitos inerentes às Acções detidas pelo Oferente, aquisição de mais de 50,01% do capital social e dos direitos de voto correspondentes à totalidade das acções da sociedade visada.
- Aumento do capital social do Banco Comercial Português S.A. para 3.611.329.567 euros, tendo sido celebrada escritura pública de aumento de capital, correspondente a 22.998.229 acções ordinárias, resultante do exercício do Programa de "Stock Options" atribuído em Abril de 2003 aos Colaboradores.
- Eleição da Millennium bcp Fundos de Investimento pelo Diário Económico/Standard & Poor's como a "Melhor Sociedade Gestora Nacional – Fundos Domésticos" e a "Melhor Sociedade Gestora de Acções – Fundos Domésticos" em 2006.

- Anúncio pela Standard & Poor's Ratings Services da melhoria das notações atribuídas às responsabilidades de Longo Prazo e de Curto Prazo do Banco Comercial Português S.A., de "A-" e "A-2", para "A" e "A-1", respectivamente, tendo sido alterado, em simultâneo, o "Outlook" de "Positivo" para "Estável".

Abril

- O Millennium bcp obteve o Certificado de Qualidade pela norma internacional ISO 9001:2000 pela entidade certificadora internacional BVQI-Bureau Veritas Quality International.
- Atribuição ao Millennium bcp dos prémios "Best Bank in Portugal" no âmbito dos prémios "World's Best Bank 2006", "Best Trade Finance Bank" e "Best Foreign Exchange Bank", pela revista Global Finance.

Maiο

- Atribuição do prémio "Creditworthy Company 2006" ao Bank Millennium (Polónia) nos "Ratings dos Investidores Institucionais" do Instituto Polaco de Administradores.
- Atribuição ao Millennium bcp do Prémio "Cidadania para Empresas e Organizações" pela AESE e a PricewaterhouseCoopers, distinguindo as boas práticas de responsabilidade social.
- Eleição do Millennium bcp como "Best Sub-Custodian Bank", "Best Investment Bank" e "Best Developed Market Bank" em Portugal, pela revista Global Finance.

Junho

- Notificação do Banco de Portugal ao Banco Comercial Português, S.A. da não oposição à aquisição, através de Oferta Pública de Aquisição, de participação qualificada do Banco Comercial Português, S.A. no Banco BPI, S.A. até 100% do capital social e correspondentes direitos de voto.
- Notificação da Autoridade da Concorrência ao Banco Comercial Português, S.A. de um projecto de decisão segundo o qual a Autoridade determina a passagem do processo a uma investigação aprofundada.

Julho

- Notificação da Autoridade da Concorrência ao Banco Comercial Português, S.A. da decisão de dar início à fase de investigação aprofundada para um conjunto delimitado de mercados e áreas de negócio.
- Deliberação pelo Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal de não oposição ao projecto do Banco Comercial Português, S.A. de adquirir directamente e/ou através de uma sociedade sua filial acções representativas até à totalidade do capital social do Banco BPI.
- Adesão do Millennium bcp à revisão dos Princípios do Equador, reforçando o seu compromisso e o do sector financeiro em dotar a área do "Project Finance" das melhores práticas na gestão de riscos sociais e ambientais relacionados com projectos financiados.
- Concretização da alienação de 80,1% do capital da Banque BCP França e Luxemburgo à instituição financeira francesa Groupe Caisses d'Epargne, pelo montante de 109,5 milhões de euros, mantendo o Banco Comercial Português uma participação de 19,9% em cada uma das instituições.





- Lançamento da operação de securitização de crédito hipotecário “Magellan Mortgages N.º 4” no montante de 1.500 milhões de euros.
- Eleição do Millennium bcp como “Best Corporate/Institutional Internet Bank” e “Best Consumer Internet Bank” em Portugal, “Best Bill Payment and Presentment”, “Best Information Security Initiatives” e “Best Online Deposits Acquisition” a um nível europeu no âmbito dos “World’s Best Internet Bank” em Portugal, pela revista Global Finance. O Bank Millennium, na Polónia, foi também eleito “Best Consumer Internet Banking” nesse país.

Agosto

- Celebração de um acordo entre o Banco Comercial Português e a instituição financeira canadiana BMO Financial Group (ex-Bank of Montreal) para alienação de 100% do capital do bcpbank Canada.

Setembro

- Revisão em alta do *rating* do Bank Millennium, pela Standard & Poor’s, passando de Bbpi para BBBpi.
- Eleição do Millennium bcp como “Best Commercial Bank” em “Real Estate” em Portugal, pela revista Euromoney.

Novembro

- Acordo do Banco Comercial Português e do Fundo de Pensões do Grupo BCP com a EDP – Energias de Portugal, tendo em vista a alienação da totalidade da participação de 1.000 ações da ONI SGPS, representativas de 23,062% do capital social.
- Primeira operação de securitização de crédito hipotecário do NovaBank, no montante de 600 milhões de euros, a primeira do género realizada por uma subsidiária de um banco português.

Dezembro

- Conclusão da oferta pública de aquisição parcial de até 16% do capital social do Bank Millennium, tendo sido adquiridas 131.701.722 ações, representando 15,51% do capital e direitos de voto, ao preço de 7,30 zlotis por ação, a que corresponde um valor total de 253,2 milhões de euros. O Banco Comercial Português elevou assim a sua participação para 556.325.794 ações, correspondentes a 65,51% do capital e direitos de voto.
- Conclusão da alienação à instituição financeira canadiana BMO Financial Group de 100% do capital do bcpbank Canada, pelo valor cerca de 26,8 milhões de euros.
- Conclusão do processo de mudança de marcas das operações internacionais, com a transformação do Bank Millennium na Polónia, do NovaBank, na Grécia e do BankEuropa, na Turquia, em Millennium bank, lançamento do Millennium Angola, transformação do BIM em Millennium bim e do bcpbank em Millennium bcpbank e do Banque Privée BCP em Millennium Banque Privée.



ÓRGÃOS E CORPOS SOCIAIS

■ Mesa da Assembleia Geral

Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos, *Presidente*

Miguel Galvão Teles, *Vice-Presidente*

Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral, *Secretária da Sociedade*

■ Conselho Geral e de Supervisão

Jorge Manuel Jardim Gonçalves, *Presidente*

Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, *Vice-Presidente*

Gijsbert J. Swalef, *Vice-Presidente*

António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves, *Vice-Presidente*

Keith Satchell, *Vogal*

João Alberto Ferreira Pinto Basto, *Vogal*

Josep Oliu Creus, *Vogal*

Francisco de la Fuente Sánchez, *Vogal*

Luís Francisco Valente de Oliveira, *Vogal*

Luís de Melo Champalimaud, *Vogal*

Mário Augusto de Paiva Neto, *Vogal*

Pedro Maria Calaiinho Teixeira Duarte, *Vogal Suplente*

Vasco Maria Guimarães José de Mello, *Vogal Suplente*

Mário Branco Trindade, *Vogal Suplente*

José Eduardo de Faria Neiva dos Santos, *Vogal Suplente*

■ Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados, SROC, S.A., representada

por Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, *Efectivo*

Ana Cristina Soares Valente Dourado, *Suplente*

■ Conselho de Administração Executivo

Paulo Jorge de Assunção Rodrigues Teixeira Pinto, *Presidente*

Filipe de Jesus Pinhal, *Vice-Presidente*

Christopher de Beck, *Vice-Presidente*

António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues, *Vogal*

António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques, *Vogal*

Alípio Barrosa Pereira Dias, *Vogal*

Alexandre Alberto Bastos Gomes, *Vogal*

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda, *Vogal*

Boguslaw Jerzy Kott, *Vogal*

■ Conselho Superior

Jorge Manuel Jardim Gonçalves, *Presidente*
António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves, *Vice-Presidente*
João Alberto Ferreira Pinto Basto, *Vice-Presidente*
Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte, *Vice-Presidente*
Vasco Maria Guimarães José de Mello, *Vice-Presidente*
Gijbert J. Swalef, *Vice-Presidente*
Ângelo Ludgero da Silva Marques, *Vogal*
António Augusto Serra Campos Dias da Cunha, *Vogal*
Dimitrios Contominas, *Vogal*
E. Alexandre Soares dos Santos, *Vogal*
Francisco de La Fuente Sánchez, *Vogal*
Henrique Jaime Welsh, *Vogal*
Ricardo Herculano Fernandes Freitas, *Vogal*
Hipólito Mendes Pires, *Vogal*
Jaime de Sousa Lima, *Vogal*
Jassim Mohamed Al-Bahar, *Vogal*
Manuel Alfredo da Cunha José de Mello, *Vogal*
José de Sousa Cunhal Melero Sendim, *Vogal*
José Manuel Pita Goes Ferreira, *Vogal*
Josep Oliu Creus, *Vogal*
Keith Satchell, *Vogal*
Manuel Roseta Fino, *Vogal*
Mário Fernandes da Graça Machungo, *Vogal*
Vasco Luís S. Quevedo Pessanha, *Vogal*
Luís de Melo Champalimaud, *Vogal*
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, *Vogal*
António Luís Guerra Nunes Mexia, *Vogal*
Luís Francisco Valente de Oliveira, *Vogal*
Mário Augusto de Paiva Neto, *Vogal*
Mário Branco Trindade, *Vogal*
José Eduardo de Faria Neiva dos Santos, *Vogal*

Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos, *Presidente da Mesa da Assembleia Geral*

Paulo Jorge de Assunção Rodrigues Teixeira Pinto, *Presidente do Conselho de Administração Executivo*



PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Posição em 31 de Dezembro de 2006

Accionista	Número de Acções	% Capital Social	% Direitos de Voto
Grupo Eureko			
Eureko BV	124.235.405	3,440%	3,440%
Achmea Holding NV	88.857.339	2,461%	2,461%
Achmea Reinsurance	6.045.977	0,167%	0,167%
Eureko Portugal SGPS	36.312.037	1,006%	1,006%
Eureko Participations II APS	5.953.166	0,165%	0,165%
Império Assurances (France)	100.000	0,003%	0,003%
Total	261.503.924	7,241%	7,241%
Grupo BPI (1)			
BPI Pensões – Fundos de Pensões geridos pelo Banco BPI	93.286.487	2,583%	2,583%
Banco BPI	95.127.631	2,634%	2,634%
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida	69.615.589	1,928%	1,928%
Banco Português de Investimento, S.A.	2.255.006	0,062%	0,062%
Banco Português de Investimento, S.A. (Clientes)	1.088.132	0,030%	0,030%
Total	261.372.845	7,238%	7,238%
Fortis Bank			
Fortis Bank s.a. / n.v.	173.958.145	4,817%	4,817%
Fortis Assurance Belgium (Fusão do Fortis AG s.a. / n.v. com a Fortis Bank Assurances)	2.484.423	0,069%	0,069%
Fortis (carteira de negociação)	33.740	0,001%	0,001%
Millenniumbcp Fortis	1.816.962	0,050%	0,050%
Total	178.293.270	4,937%	4,937%
Grupo Teixeira Duarte			
Teixeira Duarte Soc. Gest. Part. Sociais, S.A.			
Tedal	69.500.000	1,924%	1,924%
C+PA	80.000.000	2,215%	2,215%
Outros (Membros dos Órgãos de Administração)	15.066.950	0,417%	0,417%
Total	164.566.950	4,557%	4,557%
Grupo José de Mello			
José Mello Soc. Gest. Part. Sociais S.A.	107.374.876	2,973%	2,973%
Outros (Membros dos Órgãos Sociais)	273.558	0,008%	0,008%
Total	107.648.434	2,981%	2,981%

Posição em 31 de Dezembro de 2006 (continuação)

Accionista	Número de Ações	% Capital Social	% Direitos de Voto
Fundação José Berardo			
Fundação José Berardo	84.207.237	2,332%	2,332%
Metalgest	22.473.874	0,622%	0,622%
Total	106.681.111	2,954%	2,954%
Fundo de Pensões BCP	96.807.383	2,681%	2,681%
Bansabadell Holding SL	89.771.461	2,486%	2,486%
Grupo Caixa Geral de Depósitos			
Caixa Geral de Depósitos	64.635.125	1,790%	1,790%
Caixa Geral de Depósitos (carteira de negociação)	83.277	0,002%	0,002%
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	13.736.153	0,380%	0,380%
Companhia de Seguros Império-Bonança, S.A.	947.901	0,026%	0,026%
Cares	38.134	0,001%	0,001%
Via Directa	36.641	0,001%	0,001%
Fundo de Pensões CGD	6.873.917	0,190%	0,190%
Fundo de Pensões Fidelidade-Mundial	72.494	0,002%	0,002%
Total	86.423.642	2,393%	2,393%
Grupo EDP			
EDP – Imobiliária e Participações, S.A	84.456.072	2,339%	2,339%
Órgãos de Fiscalização e Administração	185.081	0,005%	0,005%
Total	84.641.153	2,344%	2,344%
Grupo JPMorgan			
JPMorgan Securities	63.785.593	1,766%	1,766%
JPMorgan Asset Management (UK) Ltd	17.130.350	0,474%	0,474%
JPMorgan Investment Management Inc.	1.900.919	0,053%	0,053%
Total	82.816.862	2,293%	2,293%
Fundo de Pensões EDP/REN	72.582.315	2,010%	2,010%
Grupo Friends Provident			
Friends Provident Life and Pensions Limited	24.582.128	0,681%	0,681%
Friends Provident Investment Holdings Limited	50.713.986	1,404%	1,404%
Total	75.296.114	2,085%	2,085%
Total Participações Qualificadas	1.668.405.464	46,20%	46,20%

Fonte: Informação recebida dos Accionistas reportada a 31 de Dezembro de 2006

(1) Última informação recebida do Accionista, reportada a 30 de Junho de 2006 (exclui fundos de investimento)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco Comercial Português Balço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Milhares de euros

	2006	2005
Activo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.679.221	1.255.893
Disponibilidades em outras instituições de crédito	917.279	875.604
Aplicações em instituições de crédito	6.575.060	6.034.211
Créditos a clientes	56.660.052	52.909.115
Activos financeiros detidos para negociação	2.732.724	2.346.212
Activos financeiros disponíveis para venda	4.410.886	4.631.036
Activos com acordo de recompra	4.048	80.603
Derivados de cobertura	182.041	80.835
Investimentos detidos à maturidade	–	20.372
Investimentos em associadas	317.610	277.021
Activos não correntes detidos para venda	–	2.396.211
Outros activos tangíveis	741.297	838.601
Goodwill e activos intangíveis	532.391	380.489
Activos por impostos correntes	23.498	21.927
Activos por impostos diferidos	551.459	676.088
Outros activos	3.931.180	4.025.384
Total do Activo	79.258.746	76.849.602
Passivo		
Depósitos de bancos centrais	539.335	58.861
Depósitos de outras instituições de crédito	12.124.716	11.206.019
Depósitos de clientes	33.244.197	34.395.431
Títulos de dívida emitidos	22.687.354	18.230.381
Passivos financeiros detidos para negociação	873.485	818.045
Derivados de cobertura	121.561	34.957
Passivos não correntes detidos para venda	–	2.263.554
Provisões	211.141	277.425
Passivos subordinados	2.932.922	2.960.069
Passivos por impostos correntes	42.416	13.721
Passivos por impostos diferidos	80	42.698
Outros passivos	1.413.599	1.946.421
Total do Passivo	74.190.806	72.247.582
Situação Líquida		
Capital	3.611.330	3.588.331
Títulos próprios	(22.150)	(31.099)
Prémio de emissão	881.707	870.303
Acções preferenciais	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	442.889	316.711
Reservas e resultados acumulados	(1.851.778)	(2.250.242)
Lucro líquido do exercício atribuível aos Accionistas do Banco	779.894	753.490
Total da Situação Líquida atribuível ao Grupo	4.841.892	4.247.494
Interesses minoritários	226.048	354.526
Total da Situação Líquida	5.067.940	4.602.020
	79.258.746	76.849.602

Demonstração dos Resultados Consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Milhares de euros

	2006	2005
Juros e proveitos equiparados	3.367.101	3.083.733
Juros e custos equiparados	(1.936.341)	(1.676.074)
Margem financeira	1.430.760	1.407.659
Rendimentos de instrumentos de capital	32.494	58.771
Resultados de serviços e comissões	713.508	658.725
Resultados em operações de negociação e de cobertura	191.954	285.171
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	202.964	315.939
Outros proveitos de exploração	118.549	119.915
	2.690.229	2.846.180
Outros resultados de actividades não bancárias	11.773	14.151
Total de proveitos operacionais	2.702.002	2.860.331
Custos com o pessoal	1.034.678	1.187.486
Outros gastos administrativos	579.313	580.961
Amortizações do exercício	111.492	139.789
Total de custos operacionais	1.725.483	1.908.236
	976.519	952.095
Imparidade do crédito	(129.743)	(113.494)
Imparidade de outros activos	(19.413)	(19.717)
Outras provisões	(15.951)	(37.521)
Resultado operacional	811.412	781.363
Resultados por equivalência patrimonial	42.047	27.011
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	130.640	129.562
	984.099	937.936
Resultado antes de impostos	984.099	937.936
Impostos		
Correntes	(87.936)	(72.934)
Diferidos	(64.285)	(24.515)
	831.878	840.487
Resultado após impostos	831.878	840.487
Resultado consolidado do exercício atribuível a:		
Accionistas do Banco	779.894	753.490
Interesses minoritários	51.984	86.997
	831.878	840.487
Lucro do exercício	831.878	840.487
Resultado por acção (em euros)		
Básico	0,20	0,22
Diluído	0,20	0,20



AGENDA DE EVENTOS

■ Janeiro de 2007

Resultados Anuais 2006	Conferência de Imprensa	30
	Conferência de Analistas e Investidores Institucionais	31

■ Abril de 2007

Resultados 1.º Trim. 2007	Conferência de Imprensa	24
	Conferência de Analistas e Investidores Institucionais	24

■ Julho de 2007

Resultados 2.º Trim. 2007	Conferência de Imprensa	24*
	Conferência de Analistas e Investidores Institucionais	25*

■ Outubro de 2007

Resultados 3.º Trim. 2007	Conferência de Imprensa	23*
	Conferência de Analistas e Investidores Institucionais	24*

■ Janeiro de 2008

Resultados Anuais 2007	Conferência de Imprensa	29*
	Conferência de Analistas e Investidores Institucionais	30*

* datas sujeitas a alteração



Propriedade: Millennium bcp

Produção gráfica: Choice – Comunicação Global, Lda. – www.choice.pt

Impressão e acabamentos: SocTip – Sociedade Tipográfica, SA

Depósito legal: 148713/00

Impresso em Maio de 2007

www.millenniumbcp.pt

Banco Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta
Sede: Praça D. João I, 28 – 4000-295 Porto
Capital Social: 3.611.329.567 euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto,
com o N.º Único de Matrícula e de Contribuinte 501 525 882

A v i d a i n s p i r a - n o s



RELATÓRIO E CONTAS
VOLUME II

Millennium
bcp



RELATÓRIO E CONTAS

VOLUME II



ÍNDICE



04	‘	RELATÓRIO DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO
06	‘	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO
08	‘	ACTIVIDADE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO
12	‘	PRINCÍPIOS GERAIS SOBRE O PERFIL DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.
14	‘	PARECER DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO
16	‘	CONTAS DE 2006
18		Demonstrações Financeiras – Banco Comercial Português
112		Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas
114		Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada
116	‘	RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE
118		Capítulo 0 – Declaração de Cumprimento
121		Capítulo I – Divulgação de Informação
142		Capítulo II – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas
143		Capítulo III – Regras Societárias
145		Capítulo IV – Órgão de Administração
150	‘	ANEXO AO RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE
164	‘	POSIÇÃO ACCIONISTA E OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

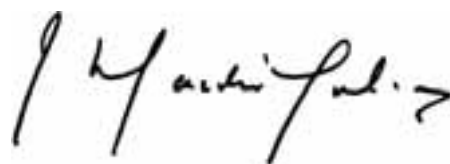


A entrada em vigor das alterações ao Código das Sociedades Comerciais no dia 30 de Junho de 2006 permitiu a adopção plena do novo modelo de Governo da Sociedade do Banco Comercial Português e dos órgãos sociais nele previstos. O Conselho Geral e de Supervisão foi nessa data convertido num órgão social, encontrando-se materializada a separação das funções de gestão e de supervisão no Banco Comercial Português, em linha com as melhores práticas internacionais.

Neste novo modelo de governo, cabe ao Conselho Geral e de Supervisão, a que presido, a função de supervisão, sendo da sua competência acompanhar, fiscalizar, supervisionar e aconselhar o Conselho de Administração Executivo, a que cabe a função de gestão, e deliberar, entre outras matérias, sobre a revisão e parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas, a política de Gestão de Riscos, a política de *Compliance* e a independência do Revisor Oficial de Contas e Auditores Externos.

Não obstante o seu curto período de actividade, o Conselho Geral e de Supervisão viu reunidas as condições necessárias à realização das funções que lhe competem. Tendo reunido por quatro vezes, foi possível ao Conselho Geral e de Supervisão informar-se adequada e atempadamente sobre a actividade económica e financeira, os planos de desenvolvimento do negócio e a estratégia corporativa do Banco, num clima de rigor, confiança e transparência na relação com o Conselho de Administração Executivo.

À medida que o Conselho Geral e de Supervisão materializa esforços no sentido da concretização de um modelo superior de Governo da Sociedade, é devido um agradecimento ao Conselho de Administração Executivo do Banco e aos Colaboradores de todas as empresas do Grupo, bem como a cada Membro do Conselho Geral e de Supervisão e respectivas Comissões Especializadas.



Jorge Jardim Gonçalves
Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

ACTIVIDADE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Apesar de o seu período de actividade não corresponder ao exercício completo, o Conselho Geral e de Supervisão (CGS) e as suas Comissões Especializadas tiveram múltiplas sessões de trabalho e foram asseguradas as condições necessárias à realização das funções que lhes competem. Tendo reunido por quatro vezes durante o ano de 2006, o CGS supervisionou regularmente as actividades do Conselho de Administração Executivo (CAE) e apreciou as decisões estratégicas relevantes, os planos de desenvolvimento do negócio e o desenho da estratégia corporativa do Banco, num clima de rigor, confiança e transparência na relação com o CAE.

De acordo com o previsto no Código das Sociedades, em reunião realizada já em 2007 o CGS, sob proposta da sua Comissão de Auditoria e Risco e tendo em atenção a declaração dos Auditores externos e do Revisor Oficial de Contas, emitiu parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2006, bem como e tendo também em atenção o parecer da sua Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário, sobre os relatórios de Sustentabilidade e de Governo da Sociedade de 2006, recomendando a respectiva aprovação pela Assembleia Geral Anual de Accionistas.

Composição e competências do Conselho Geral e de Supervisão

O CGS é composto por 11 membros efectivos e quatro suplentes, número que, de acordo com os Estatutos do Banco, deve ser sempre superior ao de membros do CAE, eleitos em Assembleia Geral de Accionistas, estando o início das respectivas funções dependente de registo junto do Banco de Portugal. A actual composição do Conselho, eleita na Assembleia Geral de 13 de Março de 2006, e das suas Comissões Especializadas consta nas páginas 197 a 198 do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

O modelo de Governo da Sociedade adoptado tem em vista assegurar as condições adequadas à consecução dos objectivos do Banco e do Grupo. Tendo presente o conjunto de estruturas de gestão e fiscalização estabelecidas, compete ao CAE a gestão das actividades e o poder de representação da sociedade. Ao CGS está atribuído o conjunto de competências previstas no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos do Banco.

No âmbito das funções de supervisão e aconselhamento do CAE, que realizará de forma integrada e coerente com os outros mecanismos de controlo e fiscalização das actividades de gestão, assegurados por diversos órgãos internos e entidades externas, o CGS exercerá os poderes de decisão próprios e de aprovação prévia das matérias que lhe são obrigatoriamente submetidas, tendo como princípio orientador garantir o cumprimento rigoroso dos objectivos de criação de valor para os Accionistas e de desenvolvimento do Banco e do Grupo com base em princípios de sustentabilidade, em total respeito pelo equilíbrio dos diversos interesses envolvidos e das obrigações legais e regulamentares a que está sujeito e de acordo com as melhores práticas de governo das sociedades.

Regimento do Conselho Geral e de Supervisão

O Regimento do CGS foi aprovado na sua reunião de 24 de Julho de 2006 e encontra-se em vigor desde essa data.

O Regimento regula o funcionamento do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, estabelecendo também normas de conduta dos respectivos membros, complementando os estatutos do Banco. No regimento também são definidas com nitidez as competências das Comissões do CGS.

O Conselho Geral e de Supervisão acompanha, fiscaliza, supervisiona e aconselha o CAE e delibera, nomeadamente, nas seguintes matérias: revisão e parecer sobre Relatório de Gestão e Contas, políticas e sistemas de Controlo Interno, política de Gestão de Riscos, política de *Compliance*, independência do Revisor Oficial de Contas e Auditores Externos, competências e composição do CGS e do CAE do Banco e das empresas subsidiárias, parecer sobre a designação dos membros dos órgãos e corpos sociais do Banco e das empresas subsidiárias, políticas de Sustentabilidade e políticas de Governo da Sociedade. Compete também ao CGS emitir parecer sobre o voto anual de confiança nos membros dos órgãos de administração e fiscalização, substituir em caso de falta ou impedimento membros do CAE e convocar a Assembleia Geral quando entenda conveniente.

Presidência do Conselho Geral e de Supervisão

Ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, eleito na Assembleia Geral de 13 de Março de 2006, compete em especial representar o CGS, convocar reuniões e determinar as respectivas Ordens de Trabalho, designar o Membro do CGS que, nos termos do n.º 5 do artigo 432.º do Código das Sociedades Comerciais, deva assistir às reuniões do CAE, presidir ao Conselho Superior do Banco e ao Conselho de Presidentes.

Nas deliberações do CGS o seu Presidente tem voto de qualidade.

Desde a criação do CGS, que, sob a direcção do seu Presidente, o Gabinete da Presidência do Conselho Geral e de Supervisão, presta todo o apoio necessário aos trabalhos do CGS e aos das Comissões Especializadas, tendo o Gabinete garantido o acesso dos membros do CGS à informação prestada pelo CAE e apoiado técnica e administrativamente o Presidente do CGS e o CGS e respectivas Comissões, nomeadamente recolhendo e compilando informação e outros elementos de análise solicitados. A actividade do Gabinete pautou-se, ainda, pela análise, estudos e inquirições com vista à adequação do seu próprio funcionamento, bem como do CGS e respectivas Comissões, às melhores práticas de mercado.

Comissões Especializadas do Conselho Geral e de Supervisão

O Conselho Geral e de Supervisão instituiu três Comissões Especializadas para o exercício de funções específicas. Sem prejuízo de outras que entenda instituir, o CGS nomeou uma Comissão de Auditoria e Risco, uma Comissão de Selecção e uma Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário.

Além dos Membros Conselheiros, que serão os membros efectivos ou suplentes do CGS nomeados para as Comissões, estas são ainda constituídas por Membros Peritos, pelo contributo que estes, em função da respectiva formação académica e experiência profissional, trazem ao bom funcionamento e desempenho de cada Comissão.

A **Comissão de Auditoria e Risco** (CAR) coadjuva e aconselha o CGS em matérias relativas ao Relatório de Gestão e Contas do Exercício, aos Sistemas de Controlo Interno, à política de Gestão de Riscos, à política de *Compliance*, independência do Revisor Oficial de Contas e Auditores Externos.

Competem à CAR as matérias financeiras, nomeadamente, os direitos referidos nos n.º 5 e 6 do artigo 432.º e as funções previstas nas alíneas f) a o) do artigo 441.º do Código das Sociedades Comerciais.

A **Comissão de Selecção** coadjuva e aconselha o CGS em matérias relativas à determinação do perfil de competências e composição do CGS e do CAE do Banco e das empresas subsidiárias, e efectua recomendações ao CGS sobre listas de membros para os órgãos e corpos sociais do Banco e das empresas subsidiárias e na formulação de parecer sobre o voto anual de confiança nos membros dos órgãos de administração.

A **Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário** coadjuva e aconselha o CGS em matérias relativas às políticas de Sustentabilidade e de Governo da Sociedade.

Reuniões do Conselho Geral e de Supervisão

Em 2006, decorreram quatro reuniões do CGS, realizadas em 24 de Abril, 24 de Julho, 23 de Outubro e 4 de Dezembro de 2006, que contaram com a presença de todos os seus membros, com excepção, na segunda reunião, de um Membro Conselheiro. Às reuniões, para além de outros convidados, assistiu sempre e participou sem direito a voto o Presidente do Conselho de Administração Executivo (CAE).

As primeiras reuniões pautaram-se pela estruturação das bases de funcionamento do CGS em paralelo com o exercício das suas competências. Na primeira reunião, em 24 de Abril, foram constituídas as Comissões Especializadas e na segunda reunião, logo após a entrada em vigor da alteração legislativa, em 24 de Julho, foi aprovado o Regimento do CGS, que engloba o âmbito de actuação e as regras de funcionamento próprias e das respectivas Comissões.

Na reunião de 4 de Dezembro, o CGS aprovou o Plano de Actividades para 2007 e o calendário das reuniões, quer do CGS, quer das suas Comissões, a efectuar ao longo do ano.

Ainda no âmbito das competências do CGS, foram sujeitos a apreciação e discussão temas como as contas trimestrais, semestrais e anuais do Banco, a estratégia corporativa, incluindo, entre outras, a operação em curso de aquisição do Banco BPI e o lançamento de uma operação de retalho na Roménia, bem como as alterações do Código das Sociedades Comerciais.

Reuniões das Comissões Especializadas do Conselho Geral e de Supervisão

A Comissão de Auditoria e Risco reuniu cinco vezes durante o ano de 2006, destacando-se de entre os trabalhos realizados, a apreciação das demonstrações financeiras, em base individual e em base consolidada, o controlo de riscos e acompanhamento de principais indicadores prudenciais, o acompanhamento da actividade dos Auditores externos, da auditoria interna e do Risk Office, a apreciação dos princípios e regras contidos no documento "Risk Management and Control Principles", a certificação de independência dos Auditores externos e a discussão da política de "non-audit services" dos Auditores externos e dos termos do acordo entre o Millennium bcpbank (EUA) e o "Office of the Comptroller of the Currency" (OCC) e acompanhando a sua subsequente implementação.

A CAR recebeu e analisou igualmente a informação sobre as acções de supervisão realizadas pelas entidades reguladoras dos diversos mercados onde o Grupo opera.

Na sua primeira reunião, a CAR aprovou um documento denominado "Modus Operandis" contendo regras de funcionamento e de interacção e circulação de informação entre os seus membros. O CGS foi informado regularmente sobre os trabalhos da Comissão de Auditoria e Risco.

Já em 2007, a CAR reviu detalhadamente o Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2006 e recomendou ao CGS a sua aprovação.

A Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário (CSGS) reuniu duas vezes durante ao ano de 2006, destacando-se entre os trabalhos realizados no domínio da Sustentabilidade, a revisão dos princípios de Sustentabilidade do Banco, nomeadamente a adesão do Banco à nova versão dos Princípios do Equador; e a supervisão e acompanhamento dos trabalhos da Comissão de *Stakeholders* criada no âmbito do CAE.

No domínio do Governo Societário destacam-se, entre outras, a revisão da política de cumprimento das recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e a política de governo para as sociedades subsidiárias seguidas pelo Banco.

Na sua primeira reunião, a CSGS aprovou um documento contendo regras de funcionamento e de interacção e circulação de informação entre os seus membros. O CGS foi informado regularmente sobre os trabalhos da Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário.

Já no início de 2007, a CSGS analisou, reviu e examinou o Relatório de Sustentabilidade e o Relatório sobre o Governo da Sociedade referente ao ano de 2006 e recomendou ao CGS a sua adopção.

Na sua primeira reunião, a Comissão de Selecção aprovou as respectivas regras de funcionamento e de interacção e circulação de informação entre os seus membros. Entre os trabalhos realizados destacam-se a revisão dos princípios e critérios da avaliação de desempenho a aplicar ao cálculo e distribuição de remuneração variável a atribuir ao CAE e aos Colaboradores do Grupo relativa a 2006. O CGS foi informado regularmente sobre os trabalhos da Comissão de Selecção.



PRINCÍPIOS GERAIS SOBRE O PERFIL DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO DO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Os presentes princípios foram elaborados pelo Conselho Geral e de Supervisão (CGS) e postos à discussão em reunião da Comissão de Selecção com a participação do Presidente do Conselho de Administração Executivo e do Conselho de Remunerações e Previdência. Têm como objectivo fornecer linhas de orientação para a nomeação de membros e composição do CGS.

Competências e responsabilidades

Ao CGS está atribuído o conjunto de competências previstas no Código das Sociedades Comerciais e nos estatutos do Banco, encontrando-se referidas no artigo 3.º do Regimento do CGS.

No âmbito das funções de supervisão e aconselhamento do CAE, que realizará de forma integrada e coerente com os outros mecanismos de controlo e fiscalização das actividades de gestão assegurados por diversos órgãos internos e entidades externas, o CGS exercerá os poderes de decisão próprios e de aprovação prévia das matérias que lhe sejam obrigatoriamente submetidas, tendo como princípio orientador garantir o cumprimento rigoroso dos objectivos finais do Banco de criação de valor para os Accionistas e de desenvolvimento com base em princípios de Sustentabilidade, em total respeito pelo equilíbrio dos diversos interesses envolvidos e das obrigações legais e regulamentares a que está sujeito e de acordo com as melhores práticas de governo das sociedades.

Nos termos dos estatutos do Banco, compete ao CGS nomeadamente (i) acompanhar a definição de critérios e competências necessárias ou convenientes a observar e suas repercussões na composição de estruturas e órgãos internos, bem como a elaboração de planos de sucessão e (ii) emitir, por sua iniciativa ou quando lhe seja solicitado pelo Presidente do CAE, parecer sobre o voto anual de confiança em administradores a que se refere o artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Por estas razões, o CGS e os seus membros individuais não devem representar interesses específicos. O CGS será composto por membros não executivos e, na sua maioria, independentes, que serão orientados pelos interesses do Banco como um todo no desempenho das suas funções. Os membros podem manter determinados interesses em mente, desde que subordinados aos interesses do Banco. Cada membro do CGS deve desempenhar o seu cargo como uma pessoa independente e não como representante do Grupo ou organização onde detenha outras funções.

Composição e nomeação de membros do Conselho Geral e de Supervisão

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais (n.º I do art.º 434) e não estando o número de membros fixado nos estatutos do Banco, a composição do CGS compreende um número de membros sempre superior ao do CAE, eleitos em Assembleia Geral de Accionistas.

Os membros do CGS serão seleccionados e propostos de acordo com os seguintes critérios:

- Habilitações académicas e profissionais;
- Experiência nacional e internacional;
- Capacidade profissional;
- Independência;
- Qualidades pessoais, tais como força de carácter, idoneidade, integridade, competência, bom senso, criatividade e exercício de juízo profissional independente.

O CGS como um todo deve ser capaz de desempenhar as seguintes tarefas, que derivam das suas competências e responsabilidades, de forma apropriada:

- Seleccionar candidatos para nomeação para o CAE do Banco e das subsidiárias e promover o funcionamento destes órgãos;
- Avaliar o cumprimento dos objectivos do Banco;
- Avaliar a estratégia e os riscos inerentes à actividade;
- Avaliar a gestão financeira, práticas contabilísticas e sistemas internos de controlo e gestão de risco;
- Avaliar a política de Governo da Sociedade e a estrutura organizacional do Banco;
- Avaliar a política de Sustentabilidade do Banco;
- Avaliar a observância da legislação e normas aplicáveis.

A composição do CGS será tal que a combinação da experiência, conhecimento e independência dos seus membros coloque o CGS na melhor posição para cumprir as suas responsabilidades para com o Banco e os seus *Stakeholders*.

A actual composição do CGS do Banco Comercial Português, que compreende 11 membros efectivos e quatro suplentes, todos não executivos e na sua maioria independentes, reflecte a adopção dos princípios referidos.

Por iniciativa do CGS, o presente perfil será avaliado em base regular:

Lisboa, 29 de Janeiro de 2007

O Conselho Geral e de Supervisão

PARECER DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

1. O parecer do Conselho Geral e de Supervisão incide sobre a informação financeira, que inclui as demonstrações financeiras em base individual e consolidada e o respectivo relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, S.A., relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2006.
2. O Conselho Geral e de Supervisão reuniu periodicamente com o Presidente do Conselho de Administração Executivo e com o Administrador responsável pelas matérias financeiras, tendo tomado conhecimento oportuno das deliberações do Conselho de Administração Executivo.
3. As Comissões Especializadas de Auditoria e Risco e de Sustentabilidade e Governo Societário prestaram ao Conselho Geral e de Supervisão todas as informações e esclarecimentos relevantes sobre o desempenho das suas funções, as quais incluíram, designadamente, as verificações julgadas oportunas e adequadas sobre o cumprimento dos estatutos e preceitos legais aplicáveis.
4. No âmbito das suas competências, o Conselho Geral e de Supervisão recebeu a recomendação de adopção de parecer favorável sobre o relatório de gestão e contas do exercício de 2006, emitida pela Comissão de Auditoria e Risco, tendo igualmente apreciado o Relatório dos Auditores, elaborado pela KPMG & Associados – SROC, S.A., sobre as demonstrações financeiras, em base individual e consolidada, e com cujo teor concorda.
5. O Conselho Geral e de Supervisão emite opinião favorável sobre o relatório de gestão e contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, recomendando a respectiva aprovação pela Assembleia Geral Anual de Accionistas.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2007

O Conselho Geral e de Supervisão



CONTAS DE 2006

18 Demonstrações Financeiras – Banco Comercial Português

110 Demonstrações Financeiras – Banco Comercial Português S.A.



Banco Comercial Português

Demonstração dos Resultados Consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Milhares de euros)	Notas	2006	2005
Juros e proveitos equiparados	3	3.367.101	3.083.733
Juros e custos equiparados	3	(1.936.341)	(1.676.074)
Margem financeira		1.430.760	1.407.659
Rendimentos de instrumentos de capital	4	32.494	58.771
Resultados de serviços e comissões	5	713.508	658.725
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	191.954	285.171
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	7	202.964	315.939
Outros proveitos de exploração	8	118.549	119.915
		2.690.229	2.846.180
Outros resultados de actividades não bancárias		11.773	14.151
Total de proveitos operacionais		2.702.002	2.860.331
Custos com o pessoal	9	1.034.678	1.187.486
Outros gastos administrativos	10	579.313	580.961
Amortizações do exercício	11	111.492	139.789
Total de custos operacionais		1.725.483	1.908.236
		976.519	952.095
Imparidade do crédito	12	(129.743)	(113.494)
Imparidade de outros activos	29	(19.413)	(19.717)
Outras provisões	13	(15.951)	(37.521)
Resultado operacional		811.412	781.363
Resultados por equivalência patrimonial	14	42.047	27.011
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	15	130.640	129.562
Resultado antes de impostos		984.099	937.936
Impostos			
Correntes	16	(87.936)	(72.934)
Diferidos	16	(64.285)	(24.515)
Resultado após impostos		831.878	840.487
Resultado consolidado do exercício atribuível a:			
Accionistas do Banco		779.894	753.490
Interesses minoritários	41	51.984	86.997
Lucro do exercício		831.878	840.487
Resultado por acção (em euros)	17		
Básico		0,20	0,22
Diluído		0,20	0,20

CONTAS DE 2006



O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

**Balanço Consolidado
em 31 de Dezembro de 2006 e 2005**

(Milhares de euros)	Notas	2006	2005
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	18	1.679.221	1.255.893
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19	917.279	875.604
Aplicações em instituições de crédito	20	6.575.060	6.034.211
Créditos a clientes	21	56.660.052	52.909.115
Activos financeiros detidos para negociação	22	2.732.724	2.346.212
Activos financeiros disponíveis para venda	22	4.410.886	4.631.036
Activos com acordo de recompra		4.048	80.603
Derivados de cobertura	23	182.041	80.835
Investimentos detidos à maturidade		-	20.372
Investimentos em associadas	24	317.610	277.021
Activos não correntes detidos para venda	25	-	2.396.211
Outros activos tangíveis	26	741.297	838.601
Goodwill e activos intangíveis	27	532.391	380.489
Activos por impostos correntes		23.498	21.927
Activos por impostos diferidos	28	551.459	676.088
Outros activos	29	3.931.180	4.025.384
		<u>79.258.746</u>	<u>76.849.602</u>
Passivo			
Depósitos de bancos centrais		539.335	58.861
Depósitos de outras instituições de crédito	30	12.124.716	11.206.019
Depósitos de clientes	31	33.244.197	34.395.431
Títulos de dívida emitidos	32	22.687.354	18.230.381
Passivos financeiros detidos para negociação	33	873.485	818.045
Derivados de cobertura	23	121.561	34.957
Passivos não correntes detidos para venda	25	-	2.263.554
Provisões	34	211.141	277.425
Passivos subordinados	35	2.932.922	2.960.069
Passivos por impostos correntes		42.416	13.721
Passivos por impostos diferidos	28	80	42.698
Outros passivos	36	1.413.599	1.946.421
Total do Passivo		<u>74.190.806</u>	<u>72.247.582</u>
Situação Líquida			
Capital	37	3.611.330	3.588.331
Títulos próprios	40	(22.150)	(31.099)
Prémio de emissão		881.707	870.303
Acções preferenciais	37	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	39	442.889	316.711
Reservas e resultados acumulados	39	(1.851.778)	(2.250.242)
Lucro líquido do exercício atribuível aos Accionistas do Banco		779.894	753.490
Total da Situação Líquida atribuível ao Grupo		<u>4.841.892</u>	<u>4.247.494</u>
Interesses minoritários	41	226.048	354.526
Total da Situação Líquida		<u>5.067.940</u>	<u>4.602.020</u>
		<u>79.258.746</u>	<u>76.849.602</u>

Banco Comercial Português

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Milhares de euros)	2006	2005
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	3.298.501	2.683.018
Comissões recebidas	871.380	783.114
Recebimentos por prestação de serviços	264.110	109.803
Pagamento de juros	(1.876.625)	(1.938.451)
Pagamento de comissões	(59.891)	(150.082)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	151.939	233.756
Prémios de seguros recebidos	25.969	54.013
Pagamento de indemnizações da actividade seguradora	(7.807)	(13.247)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(1.716.062)	(1.994.675)
	951.514	(232.751)
Diminuição / (aumento) de activos operacionais:		
Fundos adiantados a instituições de crédito	(528.575)	(807.898)
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	(287.320)	435.952
Fundos adiantados a clientes	(4.213.864)	(2.343.040)
Títulos negociáveis a curto prazo	(583.960)	(193.850)
Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	74.220	(23.014)
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	1.278.672	1.155.496
Débitos para com clientes – à vista	(85.120)	1.044.317
Débitos para com clientes – a prazo	(1.032.851)	(132.107)
	(4.427.284)	(1.096.895)
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	27.683	(26.135)
	(4.399.601)	(1.123.030)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Cedência de investimentos em subsidiárias e associadas	256.620	1.095.805
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	(253.672)	(463.085)
Dividendos recebidos	50.276	61.576
Juros recebidos de activos financeiros disponíveis para venda	187.158	201.860
Venda de activos financeiros disponíveis para venda	29.387.475	20.819.135
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	(39.351.074)	(36.826.118)
Vencimentos de activos financeiros disponíveis para venda	9.952.624	16.235.542
Compra de immobilizações	(109.711)	(64.513)
Venda de immobilizações	80.633	47.391
Aumento / (diminuição) em outras contas do activo	329.663	(510.904)
	529.992	596.689
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Emissão de dívida subordinada	423.413	345.869
Reembolso de dívida subordinada	(444.546)	(1.151.501)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	5.728.436	3.077.394
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(4.898.256)	(2.339.484)
Emissão de papel comercial	17.986.824	9.657.332
Reembolso de papel comercial	(14.189.842)	(8.933.942)
Aumento de capital	22.998	-
Emissão acções preferenciais	-	500.000
Prémio de emissão	5.424	-
Dividendos pagos	(266.387)	(221.502)
Dividendos pagos a interesses minoritários	(58.018)	(31.494)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo e interesses minoritários	(251.164)	(580.611)
	4.058.882	322.061
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(11.590)	13.340
Varição líquida em caixa e seus equivalentes	177.683	(190.940)
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.345.722	1.536.662
Caixa (nota 18)	606.126	470.118
Outros investimentos de curto prazo (nota 19)	917.279	875.604
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.523.405	1.345.722

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

**Mapa de Alterações na Situação Líquida Consolidada
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005**

(Milhares de euros)	Total da situação líquida	Capital	Acções preferenciais	Valores mobiliários convertíveis	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas justo valor	Reservas livres e resultados acumulados	Goodwill	Títulos próprios	Interesses minoritários
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	3.610.767	3.257.401	500.000	528.207	674.435	368.193	327.127	497.488	(2.883.580)	(53.741)	395.237
Constituição de reservas:											
Reserva legal	-	-	-	-	-	50.000	-	(50.000)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	12.000	-	(12.000)	-	-	-
Dividendos distribuídos em 2005	(221.502)	-	-	-	-	-	-	(221.502)	-	-	-
Lucro do exercício atribuível aos Accionistas do Banco	753.490	-	-	-	-	-	-	753.490	-	-	-
Lucro do exercício atribuível aos interesses minoritários	86.997	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86.997
Emissão de 10.000 acções preferenciais emitidas pelo BCP Finance Company	500.000	-	500.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos acções preferenciais	(12.073)	-	-	-	-	-	-	(12.073)	-	-	-
Conversão dos valores mobiliários convertíveis	-	330.930	-	(528.207)	197.277	-	-	-	-	-	-
Despesas relativas à conversão dos valores mobiliários convertíveis	(1.409)	-	-	-	(1.409)	-	-	-	-	-	-
Títulos próprios	22.642	-	-	-	-	-	-	-	-	22.642	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	14.094	-	-	-	-	-	-	14.094	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 39)	(10.416)	-	-	-	-	-	(10.416)	-	-	-	-
Interesses minoritários	(127.708)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(127.708)
Outras reservas de consolidação (nota 39)	(12.862)	-	-	-	-	-	-	(12.862)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	4.602.020	3.588.331	1.000.000	-	870.303	430.193	316.711	956.635	(2.883.580)	(31.099)	354.526
Constituição de reservas:											
Reserva legal	-	-	-	-	-	36.033	-	(36.033)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	15.074	-	(15.074)	-	-	-
Dividendos distribuídos em 2006	(266.387)	-	-	-	-	-	-	(266.387)	-	-	-
Lucro do exercício atribuível aos Accionistas do Banco	779.894	-	-	-	-	-	-	779.894	-	-	-
Lucro do exercício atribuível aos interesses minoritários	51.984	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.984
Aumento de capital por emissão de 22.998.229 acções (notas 37 e 46)	28.979	22.999	-	-	11.404	-	-	(5.424)	-	-	-
Dividendos acções preferenciais	(48.910)	-	-	-	-	-	-	(48.910)	-	-	-
Títulos próprios	8.949	-	-	-	-	-	-	-	-	8.949	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(11.590)	-	-	-	-	-	-	(11.590)	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 39)											
Activos financeiros disponíveis para venda	116.835	-	-	-	-	-	116.835	-	-	-	-
Outras reservas	-	-	-	-	-	-	9.343	(9.343)	-	-	-
Interesses minoritários	(180.462)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(180.462)
Outras reservas de consolidação (nota 39)	(13.372)	-	-	-	-	-	-	(13.372)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	5.067.940	3.611.330	1.000.000	-	881.707	481.300	442.889	1.330.396	(2.883.580)	(22.150)	226.048

Banco Comercial Português

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas 31 de Dezembro de 2006

I. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. (o 'Banco') é um Banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto "Grupo") e a participação do 'Grupo' nas associadas, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo do Banco no dia 24 de Janeiro de 2007. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") conforme endossadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem os *standards* emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação e activos financeiros disponíveis para venda excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota I ac).

b) Bases de consolidação

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que o Grupo não possui influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - Goodwill

O *Goodwill* resultante das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 foi registado por contrapartida de reservas.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o *goodwill* positivo resultante de aquisições passou a ser reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício.

Caso o *Goodwill* seja negativo este é registado directamente em resultados no exercício em que a concentração de actividades ocorre.

Entidades de finalidade especial ("SPE")

O Grupo consolida pelo método integral determinadas SPEs, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- O Grupo tem os poderes de tomada de decisão, para obter a maioria dos benefícios das actividades do SPE, ou, ao estabelecer mecanismos de *auto-pilot*, a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro, são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam. Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, devem ser relevadas por contrapartida de reservas consolidadas. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são anuladas de resultados do exercício no processo de consolidação, por contrapartida das diferenças cambiais registadas em relação aquelas participações financeiras nas reservas. Sempre que a cobertura não seja totalmente efectiva, a diferença apurada é registada por contrapartida de resultados do exercício.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado com as taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respectiva operação de cobertura e previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

Investimentos em empresas controladas conjuntamente

As entidades controladas conjuntamente, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, receitas e despesas, com itens de natureza similar linha a linha, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que cesse.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como alguns ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na extensão da participação do Grupo nessas entidades.

c) Crédito sobre clientes

A rubrica crédito sobre clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos Clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito sobre clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor; acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas de imparidade.

Banco Comercial Português

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada como com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A exposição total de cada Cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do Cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no *rating* do Cliente;
- O património do Cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas de imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos *cash flows* futuros esperados de um crédito com garantias reais, corresponde aos *cash flows* que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para Grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas ("IBNR") em créditos sujeitos à análise individual de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

A anulação contabilística de créditos é feita pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como diminuição de perdas de imparidade no exercício em que ocorram.

d) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação

Os instrumentos financeiros de negociação são os instrumentos detidos pelo Grupo com o objectivo principal de gerar lucro a curto prazo e incluem derivados não designados como instrumentos de cobertura. As flutuações no justo valor dos referidos instrumentos são reconhecidas em resultados do exercício. Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros que não se enquadram na definição de derivados e que não são classificados como investimentos detidos até à maturidade ou instrumentos financeiros de negociação. Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida.

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros de negociação. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

(ii) Data de reconhecimento

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data da realização das operações.

(iii) Activos e passivos financeiros de negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz) são classificados como de negociação. Os activos e passivos financeiros de negociação são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor; com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor; periodicização de juros e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura" da demonstração de resultados.

(iv) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados como de negociação ou detidos até à maturidade. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor; incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Para as obrigações, o custo é amortizado por contrapartida de resultados com base na taxa de juro efectiva. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou se encontram sujeitos a perdas de imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associado aos activos, o prémio ou desconto é incluído no cálculo da taxa de juro efectiva. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de uma evidência objectiva de imparidade nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou Grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor; excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas e reconhecida na demonstração de resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda quando se revertem são registadas por contrapartida de reservas.

e) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura e qualquer ganho ou perda associada ao derivado é reconhecida em resultados do exercício, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou Grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente.

Banco Comercial Português

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura é reconhecida por contrapartida de resultados, no momento em que ocorre.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para a demonstrações de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de inepção e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira.

(vi) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício e apresentados na carteira de derivados de negociação.

f) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Transferências de e para o portfolio de activos e passivos financeiros registados ao justo valor através de resultados são proibidas.

g) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros ou os activos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos activos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos sejam pagos pelo Grupo numa base discricionária.

i) Instrumentos financeiros compostos

Instrumentos financeiros que contenham um passivo e uma componente de capital (obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para acções ordinárias (número de acções) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo corresponde ao valor actual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado aplicável a passivos similares que não possuam opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo. Os juros reconhecidos são calculados utilizando a taxa de juro efectiva.

j) Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com Clientes ou instituições financeiras. Proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados.

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras (vendas) de investimentos com acordo de revenda (recompra) de investimentos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os investimentos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos. Os montantes pagos são reconhecidos em créditos sobre clientes ou instituições financeiras. Os valores a receber são apresentados como sendo colateralizados pelos títulos associados. Investimentos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com Clientes ou instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodicada durante o período das operações e é registada em juros.

k) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior; que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como disponíveis para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

l) Locação financeira

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

m) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto), para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas de imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como de instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro das alterações no seu justo valor não é autonomizada, sendo classificada como resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juros das variações no seu justo valor é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados.

n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Os proveitos resultantes de serviços e comissões quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados na margem financeira pelo método da taxa de juro efectiva.

o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)

O Resultado de Operações Financeiras regista os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros classificados como de negociação (incluindo derivados e derivados embutidos) e os respectivos juros e dividendos associados a estas carteiras. Inclui igualmente os resultados das operações da carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

p) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

Banco Comercial Português

q) *Outros activos tangíveis*

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

r) *Activos intangíveis*

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

O Grupo não incorreu em quaisquer despesas de investigação e desenvolvimento.

s) *Aplicações por recuperação de crédito*

As aplicações por recuperação de crédito incluem imóveis resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes. Estes activos são registados na rubrica Outros Activos sendo a sua mensuração inicial efectuada pelo menor entre o seu justo valor e o valor contabilístico do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações regulares efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor actual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

t) *Caixa e equivalentes de caixa*

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos centrais.

u) *Offsetting*

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

v) *Transacções em moeda estrangeira*

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

w) *Benefícios a empregados*

Plano de benefícios definidos

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Colaboradores, pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo "ACT – Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT)", pelo "Plano ACTQ – Acordo Colectivo dos Quadros (ACTQ)" e pelo "Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)".

O Grupo agregou os diversos fundos de pensões num único fundo denominado de "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", nos termos do qual, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos Colaboradores de todo o Grupo de forma idêntica, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano Complementar).

A responsabilidade líquida do Grupo com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas.

O Grupo optou na data da transição para as IFRS, I de Janeiro de 2004, pela aplicação retrospectiva da IAS 19, tendo efectuado o recálculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respectivos ganhos e perdas actuariais, cujo diferimento é efectuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma. O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e os custos de serviços passados em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do *unwinding* dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a

determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de rating AAA com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente, os encargos de saúde dos Colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respectivos ganhos e perdas actuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuarias não reconhecidas, que excedam 10 % do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do Fundo, são registadas por contrapartida de resultados pelo período de 20 anos correspondente à vida útil remanescente estimada dos trabalhadores no activo.

Os pagamentos aos fundos são efectuados anualmente por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos Colaboradores do Grupo são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

Planos de remuneração com acções

O programa de remuneração com opções sobre acções (*stock options*) permite aos Colaboradores do Grupo adquirir acções do Banco. O preço de exercício das opções é igual ao preço de mercado das acções na data de concessão. O justo-valor das opções atribuídas, determinado na *grant date*, é reconhecido em resultados, por contrapartida de capitais próprios, durante o período do direito de subscrição (*vesting period*), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição.

Durante o primeiro trimestre de 2006 terminou o plano de opções constituído em 2003.

Distribuição de resultados pelos empregados

Compete ao Conselho de Administração Executivo fixar os respectivos critérios de alocação a cada Colaborador.

Os resultados atribuídos aos Colaboradores são registados por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

x) Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

y) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um Grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um Grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

O Grupo controla a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

Portugal

- Banca de Retalho;
- Private Banking e Gestão de Activos;
- Empresas e Corporate Banking;
- Banca de Investimento.

Actividade no Estrangeiro

- Europa;
- Overseas.

Banco Comercial Português

z) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

aa) Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a Accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como acções próprias.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

ab) Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento, reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os activos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método "Pro-rata temporis", por cada recibo em vigor.

ac) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE's)

O Grupo patrocina a constituição de SPE's com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos e por motivos de liquidez.

O Grupo não consolida os SPE em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (nota I b).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo do Banco e das subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.



Banco Comercial Português

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda quer na rubrica de juros e proveitos equiparados, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Margem financeira	1.430.760	1.407.659
Resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda	394.918	601.110
	<u>1.825.678</u>	<u>2.008.769</u>

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Euros '000	
	2006	2005
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	2.851.010	2.500.791
Juros de títulos disponíveis para venda	187.126	201.894
Juros de depósitos e outras aplicações	328.965	381.048
	<u>3.367.101</u>	<u>3.083.733</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	1.086.010	1.064.754
Juros de títulos com acordo de recompra	42.086	30.337
Juros de títulos emitidos	808.245	580.983
	<u>1.936.341</u>	<u>1.676.074</u>
Margem financeira	<u>1.430.760</u>	<u>1.407.659</u>

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	Euros '000	
	2006	2005
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	31.833	57.410
Outros	661	1.361
	<u>32.494</u>	<u>58.771</u>

A rubrica Rendimentos de títulos disponíveis para venda corresponde a dividendos recebidos.

5. Resultado de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Euros '000	
	2006	2005
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>		
Por garantias prestadas	77.692	78.303
Por compromissos perante terceiros	347	1.795
Por serviços bancários prestados	489.265	472.558
Por operações realizadas com títulos	73.035	56.640
Comissões da actividade seguradora	2.228	4.781
Outras comissões	200.261	176.396
	<u>842.828</u>	<u>790.473</u>
<i>Serviços e comissões pagas:</i>		
Por garantias recebidas	992	591
Por compromissos assumidos perante terceiros	-	467
Por serviços bancários prestados por terceiros	82.563	65.310
Por operações realizadas com títulos	13.471	13.730
Comissões da actividade seguradora	822	2.316
Outras comissões	31.472	49.334
	<u>129.320</u>	<u>131.748</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>713.508</u>	<u>658.725</u>

6. Resultados em operações de negociação e de cobertura

O valor desta rubrica é composto por:

	Euros '000	
	2006	2005
<i>Lucros em operações financeiras:</i>		
Operações cambiais	3.984.277	2.132.646
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	1.317.480	1.737.536
Derivados de cobertura	1.128.079	1.046.053
Outras operações	20.957	101.711
	<u>6.450.793</u>	<u>5.017.946</u>
<i>Prejuízos em operações financeiras:</i>		
Operações cambiais	3.805.596	2.041.454
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	1.195.043	1.575.295
Derivados de cobertura	1.206.094	1.063.505
Outras operações	52.106	52.521
	<u>6.258.839</u>	<u>4.732.775</u>
Resultados líquidos em operações financeiras	<u>191.954</u>	<u>285.171</u>

Em 2005, a rubrica Resultados líquidos em operações financeiras incluía o montante de Euros 176.100.000 relativo à correcção da mais-valia resultante da alienação da participação de 10% no capital social na PZU pelo Bank Millennium. O referido valor resultou da aplicação das cláusulas do acordo estabelecido entre a Eureko e o Bank Millennium (Polónia), que estabelecia a correcção do preço de venda em função da verificação de determinados pressupostos.

Banco Comercial Português

7. Resultados em activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	Euros '000	
	2006	2005
Lucros em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	220.610	413.630
Prejuízos em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	(17.646)	(97.691)
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	202.964	315.939

A rubrica Lucros em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda inclui, em 2006, os montantes de Euros 39.714.000 e Euros 69.416.000 relativos a mais-valias geradas na alienação de acções detidas na EDP – Electricidade de Portugal e Banco Sabadell ao Fundo de Pensões do Grupo BCP, respectivamente, conforme referido nas notas 22 e 39.

A referida rubrica inclui ainda, em 2006 os montantes de Euros 42.600.000 e Euros 29.500.000 relativos às mais-valias geradas na alienação dos títulos residuais associadas às operações de securitização Magellan n.º3 e n.º4, respectivamente, conforme referido na nota 22.

Em 2005, esta rubrica incluía os montantes de Euros 116.254.000, Euros 32.264.000 e Euros 2.770.000 relativos a mais-valias geradas na alienação de acções detidas na Banca Intesa, Friends Provident PLC e EDP – Electricidade de Portugal, respectivamente, que foram alienadas ao Fundo de Pensões, conforme referido nas notas 22 e 39.

A referida rubrica incluía ainda, em 2005, o montante de Euros 34.200.000 relativo à mais-valia gerada na concretização do mandato de alienação de acções da Seguro Directo Gere – Companhia de Seguros, S.A.

8. Outros proveitos de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Euros '000	
	2006	2005
Prestação de serviços	71.491	86.252
Venda de cheques e outros	35.582	39.960
Proveitos de locação financeira	3.427	3.782
Outros	82.905	71.557
	193.405	201.551
Impostos	36.695	37.294
Donativos e quotizações	4.229	6.861
Outros custos de exploração	33.932	37.481
	74.856	81.636
	118.549	119.915

9. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Euros '000	
	2006	2005
Remunerações	636.619	664.867
Encargos sociais obrigatórios	357.032	465.816
Encargos sociais facultativos	23.255	30.337
Outros custos	17.772	26.466
	1.034.678	1.187.486

Conforme referido na nota 48, a rubrica Remunerações inclui, em 2006, o montante de Euros 146.104.000 (2005: Euros 231.575.000) relativo às responsabilidades dos Colaboradores reformados antecipadamente durante o exercício, e Euros 110.524.000 (2005: Euros 125.806.000) relativo ao custo com pensões de reforma do exercício.

O valor total de remunerações atribuídas a todos os membros do Conselho de Administração do Banco, no exercício findo em 2006, registados na rubrica de Custos com o pessoal, foi de Euros 26.955.000 (2005: Euros 31.339.000).

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço no Grupo, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2006	2005
Portugal		
Direcção	1.186	1.260
Enquadramento	2.065	2.409
Específicas / Técnicas	3.368	3.570
Outras funções	4.506	5.160
	11.125	12.399
Estrangeiro	8.343	8.207
	19.468	20.606

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2006	2005
Água, energia e combustíveis	18.866	17.674
Material de consumo corrente	9.810	11.062
Rendas e alugueres	122.438	120.221
Comunicações	47.717	53.921
Deslocações, estadias e representações	25.386	25.254
Publicidade	49.432	43.860
Conservação e reparação	42.374	46.829
Cartões e crédito imobiliário	11.774	20.078
Estudos e consultas	28.038	28.108
Informática	22.701	19.520
Outsourcing e trabalho independente	86.547	76.358
Outros serviços especializados	24.510	26.675
Formação do pessoal	3.399	3.096
Seguros	16.297	18.212
Contencioso	11.797	13.809
Transportes	11.696	9.862
Outros fornecimentos e serviços	46.531	46.422
	579.313	580.961

11. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2006	2005
<i>Activos intangíveis:</i>		
Despesas de estabelecimento	2.212	2.324
Software	16.138	20.072
Outros activos intangíveis	1.988	2.726
	20.338	25.122
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
Imóveis	47.519	57.832
Equipamento		
Mobiliário	8.188	9.798
Máquinas	3.652	5.880
Equipamento informático	15.108	23.158
Instalações interiores	9.661	10.920
Viaturas	1.516	1.344
Equipamento de segurança	3.619	4.158
Outros activos tangíveis	1.891	1.577
	91.154	114.667
	111.492	139.789

Banco Comercial Português

12. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	Euros '000	
	2006	2005
<i>Aplicações em instituições de crédito:</i>		
Crédito vencido e concedido		
Dotação do exercício	2.530	2.733
Reversão do exercício	(1.178)	(7.430)
	1.352	(4.697)
<i>Crédito concedido a clientes:</i>		
Crédito vencido e concedido		
Dotação do exercício	464.373	554.042
Reversão do exercício	(184.043)	(202.095)
Recuperações de crédito e de juros	(151.939)	(233.756)
	128.391	118.191
	129.743	113.494

13. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	Euros '000	
	2006	2005
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência		
Dotação do exercício	558	390
Reversão do exercício	-	(31)
Provisões para garantias e outros compromissos		
Dotação do exercício	2.710	16.026
Reversão do exercício	(5.363)	(20.970)
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do exercício	28.463	46.792
Reversão do exercício	(10.417)	(4.686)
	15.951	37.521

14. Resultados por equivalência patrimonial

Os principais contributos na rubrica de Rendimento de Imobilizações Financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Grupo Millenniumbcp Fortis	52.820	39.840
Amortização do VIF do Grupo Millenniumbcp Fortis	(18.088)	(18.088)
Outras empresas	7.315	5.259
	42.047	27.011

15. Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos

O valor desta rubrica referente ao Grupo é composto por:

	Euros '000	
	2006	2005
Alienação de negócios de subsidiárias	131.382	175.043
Outros activos	(742)	(45.481)
	<u>130.640</u>	<u>129.562</u>

A rubrica Alienação de negócios de subsidiárias inclui em 2006 os montantes de Euros 82.208.000, Euros 26.484.000, Euros 14.781.000 e Euros 7.909.000 relativos à alienação das participações detidas nas sociedades InterBanco, S.A., Banque BCP S.A.S. (França), S.A., Banque BCP Luxemburgo e Bcp Bank Canadá, respectivamente.

A referida rubrica incluía em 2005 os valores de Euros 50.779.000 e Euros 123.512.000, aproximadamente, relativo à alienação da participação na Credilar e no Banco Comercial de Macau, respectivamente.

16. Impostos

O encargo com impostos sobre lucros, com referência a 2006 e 2005, é analisado como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Imposto corrente		
do exercício	83.725	71.244
correção de exercícios anteriores	4.211	1.690
	<u>87.936</u>	<u>72.934</u>
Imposto diferido		
Diferenças temporárias	(113.878)	141.222
Efeito de alterações de taxa	23.694	1.346
Prejuízos fiscais utilizados/(reconhecidos)	154.469	(118.053)
	<u>64.285</u>	<u>24.515</u>
	<u>152.221</u>	<u>97.449</u>

O valor de impostos sobre lucros ascende a Euros 152.221.000 (2005: Euros 97.449.000), o que representa uma taxa média de imposto de 15,5 % do resultado consolidado antes de impostos (2005: 10,3%).

A diferença entre a taxa nominal de impostos sobre o rendimento a que as sociedades se encontram sujeitas e a taxa média acima referida resulta dos ajustamentos considerados para efeitos da determinação da matéria colectável, nos termos previstos na legislação aplicável.

O montante negativo de Euros 113.878.000 (2005: Euros 141.222.000) registado na rubrica de Diferenças temporárias inclui o reconhecimento de impostos diferidos associados a instrumentos financeiros derivados não contratados nem transaccionados em bolsa de valores, cujo reconhecimento para efeitos fiscais apenas ocorre no exercício em que os respectivos resultados se considerem realizados e, bem assim, a provisões tributadas no exercício cujo reconhecimento para efeitos fiscais ocorrerá apenas em exercícios futuros.

A rubrica Efeito de alterações de taxa no montante de Euros 23.694.000 inclui o efeito resultante da alteração da taxa e da forma de cálculo da Derrama a aplicar em resultado da promulgação da nova lei das Finanças Locais.

A análise dos principais ajustamentos efectuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria colectável e que assumem natureza temporária é apresentada como segue:

- Variações patrimoniais resultantes do registo em resultados transitados das responsabilidades com fundo de pensões e cuidados médicos pós-emprego no âmbito do período de transição para as NCA, e bem assim do registo em reservas das reavaliações dos activos disponíveis para venda;
- Diferença positiva entre o montante registado como custo e o montante registado como proveito no que respeita ao reconhecimento contabilístico de instrumentos financeiros derivados não contratados nem transaccionados em bolsa de valores, no montante de Euros 336.276.000 (2005: valor negativo de Euros 132.853.000), a qual é objecto de ajustamento no exercício, em virtude do seu reconhecimento para efeitos fiscais apenas ocorrer no exercício em que esses custos ou proveitos se considerem realizados;
- Diferença entre os encargos com reformas antecipadas registados em exercícios anteriores, na parte cujo custo é aceite para efeitos fiscais no exercício e as dotações do exercício cujo reconhecimento para efeitos fiscais ocorrerá nos exercícios seguintes, num montante líquido a crescer à matéria colectável de Euros 94.360.000 (2005: Euros 102.015.000);
- Imputação de lucros de sociedades não residentes cujo imposto efectivamente pago foi igual ou inferior a 60% do imposto que seria devido se as sociedades fossem residentes em território português, acrescidos para efeitos de determinação do lucro tributável do exercício, mas que serão dedutíveis para os mesmos efeitos no exercício da respectiva distribuição, no montante de Euros 28.907.000 (2005: Euros 49.332.000);

Banco Comercial Português

- Encargos com provisões para crédito que, nos termos da legislação aplicável, não foram considerados para efeitos de determinação da matéria colectável no exercício de 2006 e que serão objecto de reconhecimento fiscal em exercícios futuros, no montante de Euros 177.824.000 (2005: Euros 101.473.000).

Principais ajustamentos efectuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria colectável que assumem natureza permanente:

- Dividendos recebidos não considerados para a determinação da matéria colectável em virtude da aplicação do mecanismo de eliminação ou atenuação da dupla tributação económica, nos termos da legislação aplicável, no montante de Euros 32.850.000 (2005: Euros 58.251.000);
- Reconhecimento de mais-valias fiscais realizadas na alienação de participações sociais no montante de Euros 225.139.000 (2005: Euros 238.834.000);
- Resultado fiscal apurado pelas Sucursais Financeiras Exteriores instaladas na Zona Franca da Madeira não considerado para a determinação da matéria colectável dentro dos limites previstos na lei, por força da isenção temporária aplicável até 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado de sociedades não residentes em território português no montante de Euros 162.922.000 (2005: Euros 99.487.000);
- Dedução para efeitos de apuramento da matéria colectável correspondente à anulação de encargos não dedutíveis para efeitos fiscais e que haviam sido tributados em exercícios anteriores, no montante de Euros 24.190.000 (2005: Euros 44.600.000);
- Dedução para efeitos de apuramento do lucro tributável correspondente aos benefícios fiscais concedidos à criação de emprego para jovens, bem como juros de dívida pública do Estado de Moçambique, no montante de Euros 26.477.000 (2005: Euros 21.163.000).

A diferença entre a taxa nominal de impostos sobre o rendimento a que as sociedades se encontram sujeitas e a taxa média resulta dos ajustamentos considerados para efeitos da determinação da matéria colectável, nos termos previstos na legislação aplicável.

A reconciliação da taxa de imposto decorrente dos efeitos permanentes antes referidos é analisada como segue:

	2006		2005	
	%	Euros '000	%	Euros '000
Lucro antes de impostos		984.099		937.936
Taxa de imposto corrente	27,5%	(270.627)	27,5%	(257.932)
Efeito das taxas de imposto no estrangeiro (i)	-1,2%	11.851	-1,8%	16.638
Despesas não dedutíveis (ii)	4,4%	(43.147)	1,1%	(10.724)
Receitas isentas de imposto ou não tributáveis (iii)	-20,3%	199.626	-17,0%	159.172
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados (iv)	-0,5%	5.359	-0,4%	4.138
Efeito dos prejuízos fiscais utilizados	0,1%	(639)	0,0%	-
Efeitos de alteração de taxa nos impostos diferidos (v)	2,4%	(23.694)	0,1%	(1.348)
Correcção de anos anteriores (vi)	1,2%	(12.058)	0,2%	(2.091)
Tributação autónoma e imposto suportado no estrangeiro (vii)	0,1%	(890)	0,6%	(5.302)
Limite de utilização de benefícios fiscais (viii)	1,8%	(18.002)	0,0%	-
	15,5%	(152.221)	10,3%	(97.449)

Referências:

- (i) Diferença entre a taxa de tributação das sociedades residentes no estrangeiro e a taxa marginal de IRC e Derrama;
- (ii) Corresponde essencialmente a imposto associado a encargos não dedutíveis de sociedades não residentes em território nacional e a 40% do acréscimo de reintegrações relativas a bens do activo imobilizado não dedutíveis nos termos da legislação aplicável;
- (iii) Trata-se, essencialmente, do imposto associado aos seguintes proveitos isentos de tributação ou não tributáveis:
 - a) Dividendos recebidos e que são dedutíveis para efeitos de eliminação ou atenuação da dupla tributação económica, no montante de Euros 32.850.000 (Imposto: Euros 8.979.000);
 - b) Mais-valias realizadas na alienação de participações sociais no montante de Euros 225.139.000 (Imposto: Euros 61.913.000);
 - c) Resultado apurado pelas Sucursais Financeiras Exteriores da Zona Franca da Madeira isento de IRC e resultado de sociedades não residentes em território português, no montante de Euros 162.922.000 (Imposto: Euros 44.804.000);
 - d) Anulação de encargos não dedutíveis para efeitos fiscais e que haviam sido tributados em exercícios anteriores, no montante de Euros 24.110.000 (Imposto: Euros 6.652.000);
 - e) Resultado de sociedades consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, no montante de Euros 42.011.000 já líquido de imposto (Imposto: Euros 11.553.000);
- (iv) Inclui benefícios fiscais concedidos à criação de emprego para jovens, bem como juros de dívida pública do Estado de Moçambique no montante de Euros 26.477.000 (Imposto: Euros 5.211.000);
- (v) Corresponde no fundamental à alteração da taxa de imposto diferido das sociedades sediadas em território nacional relativo a diferenças temporárias e a prejuízos fiscais reportáveis de 27,5% para respectivamente 26,5% e 25%, em resultado da aprovação da Lei das Finanças Locais, que implicou uma alteração da forma de cálculo da Derrama e da taxa a aplicar cujo impacto ascendeu a Euros 18.302.000;

- (vi) Correções de impostos sobre o rendimento nomeadamente na sequência da finalização de procedimentos da Administração Fiscal iniciados em exercícios anteriores;
- (vii) Corresponde, no fundamental, a tributação autónoma, nos termos da lei, de despesas de representação e encargos com viaturas, no montante de Euros 800.000;
- (vii) Corresponde à aplicação do artigo 86.º do Código do IRC.

O montante de impostos diferidos em resultados em 2006 e 2005 é atribuível às seguintes rubricas:

	Euros '000	
	2006	2005
Activos intangíveis	334	14.430
Outros activos tangíveis	10.040	(9.731)
Perdas por imparidade	(32.284)	145.153
Pensões de reforma	10.620	(1.840)
Operações de securitização	-	(4.309)
Derivados	(62.542)	26.632
Prejuízos fiscais reportáveis	159.748	(118.053)
Outros	(21.631)	(27.767)
Impostos diferidos	64.285	24.515

17. Resultado por acção

Os resultados por acção são calculados da seguinte forma:

	Euros '000	
	2006	2005
Resultado líquido	779.894	753.490
Dividendos de acções preferenciais	(48.910)	(32.360)
Resultado líquido ajustado	730.984	721.130
N.º médio de acções	3.604.741.280	3.258.152.954
Resultado por acção básico (euros)	0,20	0,22
Resultado líquido ajustado	730.984	721.130
N.º médio de acções		
Acções Ordinárias	3.604.741.280	3.258.152.954
VMOC's	-	329.117.193
Stock Options – programa 2003	2.535.329	9.360.932
Total	3.607.276.609	3.596.631.079
Resultado por acção diluído (euros)	0,20	0,20

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. O Grupo tem duas categorias de emissões de acções ordinárias diluidoras: (i) dívida convertível e (ii) opções de acções para Colaboradores. A dívida convertível deverá ser convertida em acções ordinárias e o lucro ou o prejuízo é ajustado para eliminar o juro líquido de impostos. Para as opções de acções, as acções deverão ser adquiridas ao preço de mercado (determinado pela cotação média anual das acções do Grupo) baseado no valor monetário dos direitos de subscrição associados às opções de acções vivas / existentes. O valor residual das acções será adicionado ao valor das acções ordinárias, não existindo nenhum ajustamento em resultados.

O valor das acções preferenciais corresponde a duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company Ltd e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinada a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

Em 31 de Dezembro de 2005, os Valores mobiliários de conversão obrigatória foram tratados como instrumentos compostos (de capital e dívida), os quais, de acordo com os critérios aplicáveis, foram separados nas suas duas componentes e contabilizados em capital próprio, na parte considerada instrumento de capital, no montante de Euros

528.207.000 e na rubrica Componente de dívida de valores convertíveis, na parte considerada como instrumento de dívida. De acordo com o previsto na ficha técnica, os referidos instrumentos tiveram o seu vencimento em 30 de Dezembro de 2005. Considerando a cotação na data da conversão, a referida conversão resultou num aumento de capital de Euros 330.930.511. As novas acções foram admitidas à cotação no mercado de cotações oficial da Euronext Lisboa no dia 6 de Janeiro de 2006.

Em 2006 o programa de *Stock Options* de 2003 foi exercido conforme previsto, pelo que em Março de 2006 foi celebrada a escritura pública do aumento de capital resultante do programa de *Stock Options* e que correspondeu à emissão de 22.998.229 acções, conforme referido na nota 46.

18. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Caixa	606.126	470.118
Bancos centrais	1.073.095	785.775
	1.679.221	1.255.893

A rubrica de bancos centrais inclui o saldo junto do Banco de Portugal que visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

19. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Em instituições de crédito no país	8.710	6.641
Em instituições de crédito no estrangeiro	164.492	207.522
Valores a cobrar	744.077	661.441
	917.279	875.604

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

20. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Aplicações em outras instituições de crédito no país	620.445	1.054.690
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	5.954.707	4.990.489
	6.575.152	6.045.179
Crédito vencido – menos de 90 dias	121	-
Crédito vencido – mais de 90 dias	74	3.179
	6.575.347	6.048.358
Imparidade para riscos de crédito	(287)	(14.147)
	6.575.060	6.034.211

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Euros '000	
	2006	2005
Até 3 meses	6.133.596	4.805.831
3 meses até 6 meses	95.783	293.685
6 meses até 1 ano	56.367	105.768
1 ano até 5 anos	169.831	621.639
Mais de 5 anos	119.575	218.256
Duração indeterminada	195	3.179
	6.575.347	6.048.358

Os movimentos da Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito no Grupo, são analisados como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
<i>Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	14.147	16.524
Transferências	(12.412)	2.421
Dotação do exercício	2.530	2.733
Reversão do exercício	(1.178)	(7.430)
Utilização de imparidade	(2.791)	(98)
Diferenças cambiais	(9)	(3)
	287	14.147
Saldo em 31 de Dezembro	287	14.147

21. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Crédito ao sector público	767.982	641.279
Crédito com garantias reais	32.295.178	30.843.605
Crédito com outras garantias	11.535.312	11.068.144
Crédito sem garantias	3.839.085	3.314.518
Crédito sobre o estrangeiro	3.222.763	2.941.029
Crédito tomado em operações de factoring	1.340.170	1.155.482
Capital em locação	4.413.384	3.785.848
	57.413.874	53.749.905
Crédito vencido – menos de 90 dias	62.149	58.114
Crédito vencido – mais de 90 dias	436.265	445.528
	57.912.288	54.253.547
Imparidade para riscos de crédito	(1.252.236)	(1.344.432)
	56.660.052	52.909.115



Banco Comercial Português

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	Euros '000	
	2006	2005
<i>Curto prazo</i>		
Crédito descontado titulado por efeitos	1.398.819	1.474.610
Crédito em conta corrente	4.763.343	5.526.755
Descobertos em depósitos à ordem	2.264.212	2.423.430
Empréstimos	8.512.369	6.562.594
Crédito tomado em operações de factoring	1.340.170	1.155.482
	18.278.913	17.142.871
<i>Médio e longo prazo</i>		
Crédito descontado titulado por efeitos	175.067	167.927
Empréstimos	11.391.071	12.948.893
Crédito imobiliário	23.155.439	19.704.366
Capital em locação	4.413.384	3.785.848
	39.134.961	36.607.034
	57.413.874	53.749.905
Crédito vencido – menos de 90 dias	62.149	58.114
Crédito vencido – mais de 90 dias	436.265	445.528
	57.912.288	54.253.547
Imparidade para riscos de crédito	(1.252.236)	(1.344.432)
	56.660.052	52.909.115

A rubrica de crédito vencido inclui os valores que na data de balanço se encontravam efectivamente em mora, pelo que não consideram o valor do crédito vincendo total de Clientes do Banco não sujeitos à imparidade colectiva e que registavam crédito vencido, que em 31 de Dezembro de 2006 ascendia a Euros 983.132.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 850.486.000).

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	Euros '000	
	2006	2005
Agricultura e silvicultura	446.411	396.312
Indústrias extractivas	158.331	165.116
Alimentação, bebidas e tabaco	593.105	623.776
Têxteis	700.896	761.688
Madeira e cortiça	306.629	293.131
Papel, artes gráficas e editoras	284.544	235.173
Químicas	1.040.093	1.022.475
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.076.317	1.051.839
Electricidade, água e gás	560.690	545.784
Construção	5.878.559	5.587.546
Comércio a retalho	2.028.646	1.852.717
Comércio por grosso	2.690.710	2.671.973
Restaurantes e hotéis	997.247	845.208
Transportes e comunicações	1.502.572	1.389.667
Serviços	10.300.999	9.572.772
Crédito ao consumo	4.166.350	3.747.188
Crédito hipotecário	20.748.158	19.693.976
Outras actividades nacionais	930.797	788.348
Outras actividades internacionais	3.501.234	3.008.858
	57.912.288	54.253.547
Imparidade para riscos de crédito	(1.252.236)	(1.344.432)
	56.660.052	52.909.115

A análise do crédito sobre clientes, por prazos de maturidade e por sectores de actividade, para o período findo em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

Euros '000

	Crédito sobre clientes				
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Agricultura e silvicultura	225.187	146.162	70.414	4.648	446.411
Indústrias extractivas	86.041	37.404	30.843	4.043	158.331
Alimentação, bebidas e tabaco	330.313	144.716	108.438	9.638	593.105
Têxteis	404.820	127.301	144.313	24.462	700.896
Madeira e cortiça	230.768	47.226	24.173	4.462	306.629
Papel, artes gráficas e editoras	147.332	85.469	49.273	2.470	284.544
Químicas	574.049	255.646	203.071	7.327	1.040.093
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	590.091	255.254	211.241	19.731	1.076.317
Electricidade, água e gás	139.393	65.486	355.089	722	560.690
Construção	3.137.769	1.678.705	917.823	144.262	5.878.559
Comércio a retalho	1.067.873	458.049	483.338	19.386	2.028.646
Comércio por grosso	1.666.169	442.868	545.898	35.775	2.690.710
Restaurantes e hotéis	281.954	232.616	476.358	6.319	997.247
Transportes e comunicações	527.201	494.482	467.356	13.533	1.502.572
Serviços	4.347.789	3.309.473	2.599.901	43.836	10.300.999
Crédito ao consumo	1.508.229	1.729.343	850.913	77.865	4.166.350
Crédito hipotecário	66.088	294.947	20.319.019	68.104	20.748.158
Outras actividades nacionais	497.370	131.585	298.199	3.643	930.797
Outras actividades internacionais	1.975.884	453.354	1.063.808	8.188	3.501.234
	17.804.320	10.390.086	29.219.468	498.414	57.912.288

A análise do crédito sobre clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o período findo em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

Euros '000

	Crédito sobre clientes				
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Crédito ao sector público	691.247	50.357	26.378	977	768.959
Crédito com garantias reais	3.653.373	6.417.918	22.223.887	276.988	32.572.166
Crédito com outras garantias	6.740.699	352.461	4.442.152	80.016	11.615.328
Crédito sem garantias	3.495.313	342.711	1.061	106.669	3.945.754
Crédito sobre o estrangeiro	1.682.098	1.360.488	180.177	1.651	3.224.414
Crédito tomado em operações de factoring	1.340.170	-	-	2.965	1.343.135
Capital em locação	201.420	1.866.151	2.345.813	29.148	4.442.532
	17.804.320	10.390.086	29.219.468	498.414	57.912.288

A rubrica crédito a clientes do Grupo inclui o efeito das seguintes operações:

- securitizações tradicionais detidas por SPE's sujeitos a consolidação no âmbito da SIC 12, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b).
- securitizações sintéticas.

As operações de securitização celebradas pelo Grupo BCP respeitam na sua maior parte a créditos hipotecários, empréstimos a empresas e títulos. Para este efeito, as securitizações tradicionais e sintéticas celebradas são concretizadas através de entidades de finalidades especial (SPEs). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, estas SPEs são incluídas na consolidação pelo método integral.

Banco Comercial Português

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

Euros '000						
	Tradicionais		Sintéticas		Total	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Crédito ao consumo	223.149	455.906	-	-	223.149	455.906
Crédito hipotecário	-	1.448.645	-	-	-	1.448.645
Empréstimos a empresas	-	-	3.049.140	3.016.969	3.049.140	3.016.969
	223.149	1.904.551	3.049.140	3.016.969	3.272.289	4.921.520

No decurso do exercício de 2006, o Grupo procedeu à alienação dos títulos residuais associados às operações de securitização Magellan n.º 3 e n.º 4 pelo que as respectivas SPE's deixaram de ser consolidados nas contas do Grupo por cumprir com os critérios de desconhecimento referidos na política contabilística I g).

As alienações dos títulos residuais associadas a estas operações geraram mais-valias nas contas consolidadas no montante de Euros 42.600.000 e Euros 29.500.000 respectivamente, conforme referido na nota 7.

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

Euros '000		
	2006	2005
Valor bruto	5.510.286	4.501.925
Juros ainda não devidos	(1.096.902)	(716.077)
Valor líquido	4.413.384	3.785.848

A carteira de crédito sobre clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os Clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

Euros '000		
	2006	2005
Agricultura e silvicultura	8.925	12.520
Indústrias extractivas	2.760	4.239
Alimentação, bebidas e tabaco	5.895	8.037
Têxteis	14.682	21.802
Madeira e cortiça	951	882
Papel, artes gráficas e editoras	1.830	1.730
Químicas	1.924	2.530
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	8.286	11.553
Electricidade, água e gás	43	64
Construção	15.716	30.083
Comércio a retalho	12.238	16.256
Comércio por grosso	18.007	27.178
Restaurantes e hotéis	8.534	13.365
Transportes e comunicações	5.630	21.082
Serviços	27.339	46.233
Crédito ao consumo	28.165	31.080
Crédito hipotecário	13.204	2.125
Outras actividades nacionais	2.802	4.228
Outras actividades internacionais	2.501	3.495
	179.432	258.482

A análise do crédito vencido por sectores de actividade para o Grupo, é a seguinte:

	Euros '000	
	2006	2005
Agricultura e silvicultura	4.648	3.679
Indústrias extractivas	4.043	4.976
Alimentação, bebidas e tabaco	9.638	11.112
Têxteis	24.462	22.154
Madeira e cortiça	4.462	2.641
Papel, artes gráficas e editoras	2.470	1.793
Químicas	7.327	4.474
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	19.731	27.380
Electricidade, água e gás	722	464
Construção	144.262	130.820
Comércio a retalho	19.386	17.213
Comércio por grosso	35.775	46.415
Restaurantes e hotéis	6.319	11.088
Transportes e comunicações	13.533	10.876
Serviços	43.836	68.589
Crédito ao consumo	77.865	69.348
Crédito hipotecário	68.104	58.167
Outras actividades nacionais	3.643	4.087
Outras actividades internacionais	8.188	8.366
	498.414	503.642

A análise do crédito vencido por tipo de crédito para o Grupo, é a seguinte:

	Euros '000	
	2006	2005
Crédito ao sector público	977	1.221
Crédito com garantias reais	276.988	302.867
Crédito com outras garantias	80.016	65.511
Crédito sem garantias	106.669	93.238
Crédito sobre o estrangeiro	1.651	528
Crédito tomado em operações de factoring	2.965	969
Capital em locação	29.148	39.308
	498.414	503.642



Banco Comercial Português

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
<i>Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	1.321.284	1.224.032
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	(3.979)	(23.654)
Outras transferências	2.010	59.277
Dotação do exercício	464.373	554.042
Reversão do exercício	(184.043)	(202.095)
Utilização de imparidade	(359.846)	(300.716)
Diferenças cambiais	(10.876)	10.398
Saldo em 31 de Dezembro	1.228.923	1.321.284
<i>Imparidade para crédito reestruturado:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	23.148	53.175
Transferências	165	(30.027)
Saldo em 31 de Dezembro	23.313	23.148
	1.252.236	1.344.432

Em conformidade com a política do Grupo, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta, por classes de incumprimento, a desagregação da imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2006:

	Euros '000					
	Classes de incumprimento					
	Até 3 meses	3-6 meses	6-12 meses	1-3 anos	Mais 3 anos	Total
Crédito vencido com garantia	39.941	47.612	168.960	114.287	20.945	391.745
Imparidade existente	889	5.314	57.808	67.701	20.945	152.657
Crédito vencido sem garantia	22.208	21.764	38.555	18.869	5.273	106.669
Imparidade existente	224	5.441	21.129	18.869	5.273	50.936
Total de crédito vencido	62.149	69.376	207.515	133.156	26.218	498.414
Total da imparidade para crédito vencido	1.113	10.755	78.937	86.570	26.218	203.593
Total da imparidade para crédito vincendo associado ao vencido e outros créditos						1.025.330
Total da imparidade para crédito reestruturado						23.313
Total da imparidade para riscos de crédito						1.252.236

O valor do crédito sobre clientes sujeito a imparidade individual é analisado conforme segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Crédito vencido	498.414	503.642
Crédito vincendo associado a vencido	983.132	850.486
Crédito reestruturado	179.432	258.482
	1.660.978	1.612.610

A análise da imparidade por sectores de actividade para o Grupo, é a seguinte:

	Euros '000	
	2006	2005
Agricultura e silvicultura	11.408	25.248
Indústrias extractivas	23.397	23.006
Alimentação, bebidas e tabaco	26.092	38.339
Têxteis	85.525	71.395
Madeira e cortiça	10.479	8.627
Papel, artes gráficas e editoras	9.338	14.356
Químicas	9.992	10.984
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	74.027	87.976
Electricidade, água e gás	1.435	758
Construção	176.870	172.465
Comércio a retalho	43.541	50.646
Comércio por grosso	131.763	156.792
Restaurantes e hotéis	23.139	27.251
Transportes e comunicações	27.548	30.041
Serviços	202.159	258.919
Crédito ao consumo	124.073	127.376
Crédito hipotecário	199.898	189.916
Outras actividades nacionais	8.664	9.408
Outras actividades internacionais	62.888	40.929
	1.252.236	1.344.432

A imparidade por tipo de crédito é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Crédito ao sector público	2.124	1.572
Crédito com garantias reais	624.698	745.921
Crédito com outras garantias	176.804	153.934
Crédito sem garantias	412.472	375.457
Crédito sobre o estrangeiro	8.030	30.160
Crédito tomado em operações de factoring	4.016	755
Capital em locação	24.092	36.633
	1.252.236	1.344.432



Banco Comercial Português

A anulação de crédito por utilização de imparidade, analisada por sector de actividade, é a seguinte:

	Euros '000	
	2006	2005
Agricultura e silvicultura	8.118	7.147
Indústrias extractivas	4.724	1.187
Alimentação, bebidas e tabaco	8.273	4.239
Têxteis	17.432	33.139
Madeira e cortiça	2.403	8.374
Papel, artes gráficas e editoras	1.304	1.518
Químicas	1.514	2.410
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	13.097	10.107
Electricidade, água e gás	47	153
Construção	27.338	44.558
Comércio a retalho	15.362	15.517
Comércio por grosso	41.482	35.346
Restaurantes e hotéis	6.621	5.836
Transportes e comunicações	7.519	6.349
Serviços	117.533	31.319
Crédito ao consumo	55.223	78.957
Crédito hipotecário	25.550	10.011
Outras actividades nacionais	3.081	2.441
Outras actividades internacionais	3.225	2.108
	359.846	300.716

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização de imparidade, quando esta, de acordo com a política contabilística referida na nota 1c), corresponda a 100% do valor do crédito. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos do exercício em que ocorram, conforme nota 12.

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	Euros '000	
	2006	2005
Crédito com garantias reais	108.526	124.475
Crédito com outras garantias	58.610	61.108
Crédito sem garantias	182.988	106.152
Crédito sobre o estrangeiro	5.254	8.336
Crédito tomado em operações de factoring	933	-
Capital em locação	3.535	645
	359.846	300.716

A recuperação de créditos e de juros anulados, efectuada no decorrer de 2006 e 2005, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

	Euros '000	
	2006	2005
Agricultura e silvicultura	4.178	7.777
Indústrias extractivas	2.095	736
Alimentação, bebidas e tabaco	3.117	4.403
Têxteis	9.127	21.165
Madeira e cortiça	1.969	4.792
Papel, artes gráficas e editoras	762	2.360
Químicas	365	2.370
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	10.103	11.475
Electricidade, água e gás	7	-
Construção	15.628	26.526
Comércio a retalho	11.710	12.162
Comércio por grosso	21.419	22.904
Restaurantes e hotéis	5.552	4.096
Transportes e comunicações	3.500	4.502
Serviços	14.053	28.025
Crédito ao consumo	28.861	64.105
Crédito hipotecário	15.957	8.770
Outras actividades nacionais	1.490	2.145
Outras actividades internacionais	2.046	5.443
	151.939	233.756

A análise da recuperação de créditos e de juros, efectuada no decorrer de 2006 e 2005, apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

	Euros '000	
	2006	2005
Crédito ao sector público	12	-
Crédito com garantias reais	48.671	91.203
Crédito com outras garantias	18.675	66.105
Crédito sem garantias	82.508	61.115
Crédito sobre o estrangeiro	1.580	14.269
Capital em locação	493	1.064
	151.939	233.756

22. Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

A rubrica de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	2.789.843	3.092.530
De outros emissores	2.215.605	1.632.160
	5.005.448	4.724.690
Títulos vencidos	5.427	5.733
Imparidade para títulos vencidos	(5.427)	(5.733)
	5.005.448	4.724.690
Acções e outros títulos de rendimento variável	1.392.907	1.218.535
	6.398.355	5.943.225
Derivados de negociação	745.255	1.034.023
	7.143.610	6.977.248

A rubrica Derivados de negociação inclui a valorização dos derivativos embutidos destacados de acordo com a política contabilística | e), no montante de Euros 27.798.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 25.751.000)

Banco Comercial Português

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo, é a seguinte:

	2006			2005		
	Títulos			Títulos		
	Negociação	Disponíveis para venda	Total	Negociação	Disponíveis para venda	Total
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	348.840	116.148	464.988	247.265	272.272	519.537
Estrangeiros	1.068.183	750.635	1.818.818	459.285	1.229.341	1.688.626
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	41.231	336.238	377.469	59.397	428.444	487.841
Estrangeiros	193.651	137.023	330.674	59.054	483.338	542.392
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	135.773	370.264	506.037	456.595	427.772	884.367
Papel comercial	-	1.512.132	1.512.132	-	607.660	607.660
Outros títulos	-	757	757	-	-	-
	1.787.678	3.223.197	5.010.875	1.281.596	3.448.827	4.730.423
Cotados	1.708.449	1.148.487	2.856.936	873.853	2.639.915	3.513.768
Não cotados	79.229	2.074.710	2.153.939	407.743	808.912	1.216.655
Títulos de rendimento variável:						
Acções de empresas						
Nacionais	99.470	666.159	765.629	13.052	630.579	643.631
Estrangeiras	16.767	207.572	224.339	9.474	213.741	223.215
Unidades de participação	83.554	319.385	402.939	8.067	343.622	351.689
	199.791	1.193.116	1.392.907	30.593	1.187.942	1.218.535
Cotados	126.168	681.720	807.888	30.299	673.642	703.941
Não cotados	73.623	511.396	585.019	294	514.300	514.594
Imparidade para títulos vencidos	-	(5.427)	(5.427)	-	(5.733)	(5.733)
	1.987.469	4.410.886	6.398.355	1.312.189	4.631.036	5.943.225
Derivados de negociação	745.255	-	745.255	1.034.023	-	1.034.023
	2.732.724	4.410.886	7.143.610	2.346.212	4.631.036	6.977.248

A carteira de negociação é valorizada de acordo com a política contabilística I d) ao justo valor.

Conforme descrito na política contabilística I d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor; conforme nota 39. Este montante no valor de Euros 463.713.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 341.245.000) é apresentado líquido de perdas por imparidade no montante de Euros 141.557.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 206.793.000).

No decurso do exercício de 2006 foram alienadas, ao Fundo de Pensões do Grupo BCP, acções detidas na EDP – Electricidade de Portugal e Banco Sabadell, conforme referido nas notas 7 e 39.

No decurso de 2006 foram igualmente alienados os títulos residuais associados às operações de securitização Magellan n.º3 e n.º4, conforme referido na nota 7.

No decurso do segundo semestre de 2005, foram alienadas as participações financeiras detidas na ONI e na Banca Intesa, para as quais existiam perdas por imparidade no montante de Euros 316.607.000 e Euros 100.700.000, respectivamente.

No decurso de 2005, foram alienadas as acções detidas na Friends Provident e EDP – Electricidade de Portugal, conforme referido nas notas 7 e 39.

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

Euros '000

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	119	115.542	349.327	-	464.988
Estrangeiros	283	174.232	1.644.303	-	1.818.818
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	27.685	40.942	303.415	5.427	377.469
Estrangeiros	6.528	15.118	309.028	-	330.674
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	128.718	83.041	294.278	-	506.037
Papel comercial	854.482	657.650	-	-	1.512.132
Outros títulos	-	-	757	-	757
	1.017.815	1.086.525	2.901.108	5.427	5.010.875
Cotados	114.040	355.010	2.387.886	-	2.856.936
Não cotados	903.775	731.515	513.222	5.427	2.153.939
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais				765.629	765.629
Estrangeiras				224.339	224.339
Unidades de participação				402.939	402.939
				1.392.907	1.392.907
Cotados				807.888	807.888
Não cotados				585.019	585.019
Imparidade para títulos vencidos				(5.427)	(5.427)
	1.017.815	1.086.525	2.901.108	1.392.907	6.398.355



Banco Comercial Português

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por maturidade em 31 de Dezembro de 2005, é a seguinte:

	Euros '000				
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	8.006	147.890	363.641	-	519.537
Estrangeiros	17.976	402.880	1.267.770	-	1.688.626
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	80.419	89.836	311.853	5.733	487.841
Estrangeiros	22.034	255.505	264.853	-	542.392
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	397.841	112.330	374.196	-	884.367
Papel comercial	442.978	164.682	-	-	607.660
	<u>969.254</u>	<u>1.173.123</u>	<u>2.582.313</u>	<u>5.733</u>	<u>4.730.423</u>
Cotados	454.823	918.065	2.140.880	-	3.513.768
Não cotados	514.431	255.058	441.433	5.733	1.216.655
Títulos de rendimento variável:					
Acções de empresas					
Nacionais				643.631	643.631
Estrangeiras				223.215	223.215
Unidades de participação				351.689	351.689
				<u>1.218.535</u>	<u>1.218.535</u>
Cotados				703.941	703.941
Não cotados				514.594	514.594
Imparidade para títulos vencidos				(5.733)	(5.733)
	<u>969.254</u>	<u>1.173.123</u>	<u>2.582.313</u>	<u>1.218.535</u>	<u>5.943.225</u>

A análise da carteira de activos financeiros disponíveis para venda relativa a títulos securitizados, detidos por SPE's, é a seguinte:

	Euros '000	
	2006	2005
Títulos de rendimento fixo:		
Obrigações de outros emissores		
Nacionais	191.948	281.333
Estrangeiros	22.635	120.827
	<u>214.583</u>	<u>402.160</u>
Cotados	210.016	91.914
Não cotados	4.567	310.246
	<u>214.583</u>	<u>402.160</u>

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector da actividade à data de 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

Euros '000					
	Obrigações	Ações	Outros Activos Financeiros	Títulos Vencidos	Total Bruto
Indústrias extractivas	-	74	-	-	74
Alimentação, bebidas e tabaco	-	1	28.767	-	28.768
Têxteis	-	88	29.978	1.037	31.103
Madeira e cortiça	-	-	2.009	126	2.135
Papel, artes gráficas e editoras	37	4.808	28.063	-	32.908
Químicas	-	22	19.302	-	19.324
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	31	8.389	6.376	187	14.983
Electricidade, água e gás	18.615	284.344	340.176	-	643.135
Construção	40.007	2.498	49.985	645	93.135
Comércio por grosso	-	497	55.501	63	56.061
Restaurantes e hotéis	-	51	18.945	-	18.996
Transportes e comunicações	138.609	9.119	4.507	17	152.252
Serviços	503.810	477.340	1.332.170	3.352	2.316.672
Outras actividades internacionais	1.607	202.737	49	-	204.393
	702.716	989.968	1.915.828	5.427	3.613.939
Títulos Públicos	2.283.806	-	506.037	-	2.789.843
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.427)	(5.427)
	2.986.522	989.968	2.421.865	-	6.398.355

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector da actividade à data de 31 de Dezembro de 2005, é a seguinte:

Euros '000					
	Obrigações	Ações	Outros Activos Financeiros	Títulos Vencidos	Total Bruto
Indústrias extractivas	-	40	-	-	40
Alimentação, bebidas e tabaco	-	1	56.990	-	56.991
Têxteis	-	87	12.005	882	12.974
Madeira e cortiça	-	-	-	998	998
Papel, artes gráficas e editoras	-	4.958	34.294	-	39.252
Químicas	3.085	206	17.356	-	20.647
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	91	609	6.431	399	7.530
Electricidade, água e gás	75.173	284.642	5.318	-	365.133
Construção	59.730	1.406	42.482	1.996	105.614
Comércio a retalho	-	-	-	207	207
Comércio por grosso	-	83	47.352	555	47.990
Restaurantes e hotéis	-	51	33.333	-	33.384
Transportes e comunicações	16.361	6.121	703.788	529	726.799
Serviços	865.582	568.632	-	167	1.434.381
Outras actividades internacionais	4.478	10	-	-	4.488
	1.024.500	866.846	959.349	5.733	2.856.428
Títulos Públicos	2.208.163	-	884.367	-	3.092.530
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.733)	(5.733)
	3.232.663	866.846	1.843.716	-	5.943.225

Banco Comercial Português

A análise da carteira de derivados de negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2006, é a seguinte:

Euros '000

	2006					
	Nocionais com prazo remanescente				Fair values	
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Activo	Passivo
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	10.205.277	12.255.119	17.662.182	40.122.578	433.603	324.075
Opções de taxa de juro (compra)	85.180	219.950	1.019.755	1.324.885	7.001	-
Opções de taxa de juro (venda)	159.640	262.250	1.018.768	1.440.658	-	7.268
	10.450.097	12.737.319	19.700.705	42.888.121	440.604	331.343
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	282.487	270.311	186.150	738.948	-	-
Opções de taxa de juro (compra)	513.932	513.895	-	1.027.827	-	-
Opções de taxa de juro (venda)	749.801	613.895	-	1.363.696	-	-
	1.546.220	1.398.101	186.150	3.130.471	-	-
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	688.564	4.861	3.782	697.207	26.201	3.016
Swaps de moeda	6.275.808	3.609.972	-	9.885.780	134.056	269.206
Opções cambiais (compra)	24.101	7.170	7.310	38.581	691	-
Opções cambiais (venda)	23.119	7.170	7.777	38.066	-	681
	7.011.592	3.629.173	18.869	10.659.634	160.948	272.903
Derivados de acções:						
Mercado de balcão:						
Swaps de acções/índices	45.497	110.624	710.409	866.530	17.294	15.275
Opções acções/índices (compra)	1.579.918	40.000	1.640.218	3.260.136	71.600	-
Opções acções/índices (venda)	1.579.918	-	1.640.218	3.220.136	-	68.625
Futuros de acções/índices	-	-	50.000	50.000	-	-
	3.205.333	150.624	4.040.845	7.396.802	88.894	83.900
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de acções/índices	52.024	-	-	52.024	-	-
Opções acções/índices (compra)	76.776	-	-	76.776	-	-
Opções acções/índices (venda)	-	78.139	-	78.139	-	-
	128.800	78.139	-	206.939	-	-
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
"Credit Default Swaps" (CDS)	31.497	48.099	8.084.473	8.164.069	915	19.258
Outros	71.355	201.419	1.379.263	1.652.037	26.096	50.191
	102.852	249.518	9.463.736	9.816.106	27.011	69.449
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:						
Mercado de balcão	20.769.874	16.766.634	33.224.155	70.760.663	717.457	757.595
Bolsa	1.675.020	1.476.240	186.150	3.337.410	-	-
Derivados embutidos					27.798	54.890
	22.444.894	18.242.874	33.410.305	74.098.073	745.255	812.485

A análise da carteira de derivados de negociação por maturidades em 31 de Dezembro de 2005, é a seguinte:

Euros '000

	2005					
	Nocionais com prazo remanescente				Fair values	
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Activo	Passivo
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	26.374.851	22.118.947	16.061.037	64.554.835	580.048	440.527
Opções de taxa de juro (compra)	14.260	155.752	1.809.034	1.979.046	16.365	-
Opções de taxa de juro (venda)	36.500	180.666	1.272.710	1.489.876	-	17.308
	26.425.611	22.455.365	19.142.781	68.023.757	596.413	457.835
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	534.712	58.090	-	592.802	-	-
Opções de taxa de juro (compra)	115.344	-	-	115.344	-	-
Opções de taxa de juro (venda)	430.689	-	-	430.689	-	-
	1.080.745	58.090	-	1.138.835	-	-
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	921.484	222.640	-	1.144.124	8.930	-
Swaps de moeda	4.482.854	2.550.025	3.931	7.036.810	235.525	136.252
Opções cambiais (compra)	20.871	16.842	12.471	50.184	976	-
Opções cambiais (venda)	17.611	18.377	11.107	47.095	12	1.022
	5.442.820	2.807.884	27.509	8.278.213	245.443	137.274
Derivados de acções:						
Mercado de balcão:						
Swaps de acções/índices	119.394	186.599	399.513	705.506	30.857	6.337
Opções acções/índices (compra)	-	-	1.251.440	1.251.440	99.411	-
Opções acções/índices (venda)	-	-	1.251.450	1.251.450	-	99.737
Outros contratos de acções/índices	-	-	50.000	50.000	-	-
	119.394	186.599	2.952.403	3.258.396	130.268	106.074
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros sobre acções	10.869	-	-	10.869	-	-
Opções acções/índices (venda)	291	-	-	291	-	255
	11.160	-	-	11.160	-	255
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
"Credit Default Swaps" (CDS)	-	368.134	8.352.397	8.720.531	11.712	17.900
Outros	2.458	38.575	1.378.720	1.419.753	24.436	29.951
	2.458	406.709	9.731.117	10.140.284	36.148	47.851
Total de instrumentos financeiros transaccionados em:						
Mercado de balcão	31.990.283	25.856.557	31.853.810	89.700.650	1.008.272	749.034
Bolsa	1.091.905	58.090	-	1.149.995	-	255
Derivados embutidos					25.751	57.809
	33.082.188	25.914.647	31.853.810	90.850.645	1.034.023	807.098



Banco Comercial Português

23. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Activo:		
Swaps	153.843	80.835
Outros	28.198	-
	182.041	80.835
Passivo:		
Swaps	117.775	34.957
Outros	3.786	-
	121.561	34.957

O Grupo contrata instrumentos financeiros para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro e cambial. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor; ou a variações de *cash-flows* ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras.

A partir de 1 de Janeiro de 2005, o Grupo, para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da norma IAS 39, passou a adoptar a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de justo valor e apresenta na sua carteira de derivados, principalmente swaps de taxa de juro, que estão a cobrir variações de justo valor do risco de taxa de juro de Títulos emitidos.

O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes. Para o período em análise foi registado por contrapartida de resultados o montante de Euros 15.485.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 19.551.000), correspondendo à parcela inefectiva das referidas coberturas de justo valor. O Grupo também designou um conjunto de créditos concedidos a taxa fixa com prazo superior a um ano, para os quais adoptou uma política de cobertura de carteiras, no que respeita às variações decorrentes da evolução da taxa de juro. As referidas relações de cobertura registaram inefectividade no período em análise no montante de Euros 656.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 3.208.000).

O ajustamento efectuado às rubricas do activo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Crédito	(16.838)	(5.907)
Depósitos / Empréstimos	(7.432)	(1.602)
Títulos emitidos	60.658	(50.915)
Activos financeiros disponíveis para venda	(185)	(124)
	36.203	(58.548)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 Dezembro 2006, é a seguinte:

	Euros '000					
	2006					
	Nacionais com prazo remanescente			Fair values		
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Activo	Passivo
Derivados de cobertura de <i>fair values</i> com risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	155.008	1.553.462	7.699.327	9.407.797	153.843	117.775
Opções de taxa de juro (compra)	-	-	674	674	-	-
	155.008	1.553.462	7.700.001	9.408.471	153.843	117.775
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	64.541	320.003	286.882	671.426	28.198	3.786
Opções de taxa de juro (compra)	17.144	-	-	17.144	-	-
Opções de taxa de juro (venda)	17.144	-	-	17.144	-	-
	98.829	320.003	286.882	705.714	28.198	3.786
	253.837	1.873.465	7.986.883	10.114.185	182.041	121.561

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 Dezembro 2005, é a seguinte:

Euros '000						
2005						
	Nacionais com prazo remanescente				Fair values	
	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	Superior a um ano	Total	Activo	Passivo
Derivados de cobertura de <i>fair values</i> com risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	151.000	1.285.509	6.713.086	8.149.595	80.835	34.957
Transaccionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	135.315	229.588	375.000	739.903	-	-
	286.315	1.515.097	7.088.086	8.889.498	80.835	34.957

24. Investimentos em associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

Euros '000		
	2006	2005
Instituições de crédito residentes	11.124	9.766
Instituições de crédito não residentes	17.787	-
Outras empresas residentes	288.573	266.940
Outras empresas não residentes	126	315
	317.610	277.021
Não cotados	317.610	277.021

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

Euros '000		
	2006	2005
Banque BCP, S.A.S.	14.142	-
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	3.645	-
Millenniumbcp Fortis Seguros S.G.P.S., S.A.	268.677	247.799
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	13.657	12.610
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	11.124	9.766
VSC – Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	6.239	6.530
Outras	126	316
	317.610	277.021
Equivalência patrimonial	317.610	277.021



Banco Comercial Português

Os principais indicadores das associadas são analisados como segue:

	Euros '000			
	Activos	Passivos	Proveitos	Lucro do exercício
2006				
Millenniumbcp Fortis Seguros S.G.P.S., S.A.	10.510.565	9.429.623	1.244.839	70.434
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. (*)	148.244	86.003	116.380	5.097
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A. (*)	246.624	209.929	266.756	12.818
VSC – Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	221.290	208.812	67.961	(580)
2005				
Millenniumbcp Fortis Seguros S.G.P.S., S.A.	9.710.691	8.653.226	1.470.621	39.423
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	128.623	66.898	113.701	5.097
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	230.456	196.379	272.200	12.818
VSC – Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	227.966	214.907	67.296	687

(*) - valores estimados.

Os valores de investimento na Millenniumbcp Fortis corresponde à participação de 49% na sociedade pelo método da equivalência patrimonial. A relação das empresas do Grupo é apresentada na nota 54.

O Grupo limita a sua exposição em investimentos no estrangeiro, através do financiamento do seu investimento líquido em operações no estrangeiro principalmente com empréstimos nas mesmas moedas em que efectua esses investimentos, de modo a mitigar o risco de taxas de câmbio. A informação dos investimentos líquidos, detidos pelo Grupo, em instituições estrangeiras e dos financiamentos utilizados na cobertura dos mesmos, é apresentado como se segue:

Participada	Moeda	Moeda '000		Euros '000	
		Investimento líquido	Financiamento de cobertura	Investimento líquido	Financiamento de cobertura
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	CHF	96.487	110.000	60.045	68.454
BCP Capital Finance Limited	USD	90	90	68	68
BCP Bank & Trust Company Ltd.	USD	340.000	340.000	258.162	258.162
BCP Finance Bank Ltd	USD	337.000	337.000	255.885	255.885
BCP Finance Company, Ltd	USD	1	1	1	1
BCP Bank National Association	USD	86.488	93.661	72.310	78.307
Bll Finance Company Limited	USD	25	25	19	19

A informação relativa aos ganhos e perdas em financiamentos utilizados para a cobertura dos investimentos em instituições estrangeiras, reconhecido em reservas cambiais, é apresentado no mapa de alterações na situação líquida.

A inefectividade gerada por estas relações de cobertura é registada em resultados do exercício, conforme descrito na política contabilística 1 e).

25. Activos e passivos não correntes detidos para venda

Durante o terceiro trimestre de 2005, o Grupo concluiu as negociações com vista à venda das seguintes subsidiárias:

Interbanco

No decurso do terceiro trimestre de 2005, o Grupo chegou a acordo com vista à alienação da sua participação no capital social do Interbanco, S.A. Em Janeiro de 2006, foi concluído o processo de alienação da participação de 50,001% no capital social do Interbanco. O adquirente foi o Santander Consumer Finance, entidade nomeada pela SAG, Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., no âmbito do exercício de um direito de preferência.

Banque BCP (França e Luxemburgo)

Na sequência das negociações entre o Grupo e a Caisse Nationale des Caisses d'Epargne, com vista ao estabelecimento de uma parceria, com tomada de parte do capital dos Bancos Banque BCP S.A.S. (França) e Banque BCP Luxemburgo, o Grupo completou no decurso do exercício de 2006, as alienações de uma percentagem de 80,1%.

No âmbito destas operações e de acordo com o definido na IFRS 5, os respectivos activos e passivos das subsidiárias foram apresentados como segue:

- O total de activos, passivos e capitais próprios atribuíveis ao Grupo, passaram a ser apresentados em três linhas separadas de balanço, e os custos e proveitos do período, atribuíveis, são relevados nas demonstração de resultados consolidados nas linhas referidas;
- Até ao momento da venda, o Grupo continuou a consolidar em reservas e resultados, as variações ocorridas na situação patrimonial das respectivas subsidiárias.

As principais rubricas relativas às subsidiárias classificadas como Activos não correntes disponíveis para venda são analisadas conforme segue:

	Euros '000			
	2005			
	Interbanco	Banque BCP (França)	Banque BCP (Luxemburgo)	Total
<i>Activos</i>				
Aplicações em instituições de crédito	-	393.116	104.413	497.529
Créditos a clientes	833.593	581.863	238.771	1.654.227
Outros activos	59.439	174.428	10.588	244.455
	893.032	1.149.407	353.772	2.396.211
<i>Passivos</i>				
Depósitos em instituições de crédito	664.062	15.592	244.217	923.871
Depósitos de clientes	3.354	1.018.946	83.377	1.105.677
Títulos de dívida emitidos	5.568	-	6.349	11.917
Passivos subordinados	35.106	30.000	-	65.106
Outros passivos	132.141	21.340	3.502	156.983
	840.231	1.085.878	337.445	2.263.554
<i>Situação Líquida (incluindo Interesses minoritários)</i>	52.801	63.529	16.327	132.657
	893.032	1.149.407	353.772	2.396.211

Em 2006, conforme referido na nota 45, estas alienações foram concretizadas tendo os activos e passivos das subsidiárias sido desconhecidos.

Banco Comercial Português

26. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Imóveis	1.035.789	1.101.269
Equipamento		
Mobiliário	101.901	93.493
Máquinas	55.886	55.043
Equipamento informático	310.552	315.245
Instalações interiores	141.790	141.042
Viaturas	19.136	15.881
Equipamento de segurança	80.157	79.729
Obras em curso	44.242	45.984
Outros activos tangíveis	43.223	40.633
	1.832.676	1.888.319
<i>Amortizações e imparidade acumuladas</i>		
Relativas ao exercício corrente	(91.154)	(114.667)
Relativas a exercícios anteriores	(1.000.225)	(935.051)
	(1.091.379)	(1.049.718)
	741.297	838.601

Os movimentos da rubrica de Outros activos tangíveis durante o ano de 2006 são analisados como segue:

	Euros '000					
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 Dezembro
<i>Custo:</i>						
Imóveis	1.101.269	35.818	(72.805)	(17.915)	(10.578)	1.035.789
Equipamento						
Mobiliário	93.493	5.952	(1.834)	6.572	(2.282)	101.901
Máquinas	55.043	4.531	(2.554)	(914)	(220)	55.886
Equipamento informático	315.245	20.779	(20.213)	(2.467)	(2.792)	310.552
Instalações interiores	141.042	3.035	(4.168)	3.361	(1.480)	141.790
Viaturas	15.881	4.233	(578)	554	(954)	19.136
Equipamento de segurança	79.729	920	(29)	98	(561)	80.157
Obras em curso	45.984	15.880	(16.270)	(1.142)	(210)	44.242
Outros activos tangíveis	40.633	3.412	(659)	618	(781)	43.223
	1.888.319	94.560	(119.110)	(11.235)	(19.858)	1.832.676
<i>Amortizações acumuladas:</i>						
Imóveis	434.524	47.519	(10.346)	(2.604)	(766)	468.327
Equipamento						
Mobiliário	71.727	8.188	(1.743)	(986)	(955)	76.231
Máquinas	47.530	3.652	(2.515)	(925)	(146)	47.596
Equipamento informático	290.796	15.108	(18.926)	(1.172)	(2.024)	283.782
Instalações interiores	101.749	9.661	(2.586)	(509)	(657)	107.658
Viaturas	11.023	1.516	(519)	(288)	(703)	11.029
Equipamento de segurança	64.900	3.619	(26)	(15)	(237)	68.241
Outros activos tangíveis	27.469	1.891	(656)	(165)	(24)	28.515
	1.049.718	91.154	(37.317)	(6.664)	(5.512)	1.091.379

27. Goodwill e activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
<i>Activos intangíveis</i>		
Despesas de estabelecimento	13.873	15.530
Software	129.326	124.230
Outros activos intangíveis	70.513	72.264
	213.712	212.024
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao exercício corrente	(20.338)	(25.122)
Relativas a exercícios anteriores	(161.815)	(142.729)
	(182.153)	(167.851)
	31.559	44.173
<i>Diferenças de consolidação e de reavaliação ("Goodwill")</i>		
Diferenças de consolidação		
Millennium Bank (Grécia)	294.260	294.020
Bank Millennium (Polónia)	163.987	-
Banco Investimento Imobiliário, S.A.	40.859	40.859
Outros	1.726	1.437
	500.832	336.316
	532.391	380.489

Em Dezembro de 2006, e na sequência do lançamento de Oferta Pública de Aquisição parcial de até 16% do capital social do Bank Millennium, S.A., na Polónia, o Grupo adquiriu 131.701.722 acções do referido Banco, correspondente a 15,51% do capital e dos direitos de voto, no montante de Euros 253.200.000. A aquisição gerou um *Goodwill* no montante de Euros 163.987.000. Após esta aquisição o Grupo passou a deter 65,51% do capital social desta participada.

Em Outubro de 2005, o Grupo adquiriu 30,1% do capital social do Banco de Investimento Imobiliário, S.A., através do estabelecimento de um contrato para a aquisição de 47.250.000 acções pelo montante de Euros 90.500.000, passando a deter 100% do capital social desta participada. A aquisição gerou um *Goodwill* no montante de Euros 40.859.000.

Em Abril de 2005, o Grupo adquiriu 49,9 % do capital social do Millennium Bank (Grécia), através da sua subsidiária, BCP Participações Financeiras, SGPS, S.A., que estabeleceu um contrato para a aquisição de 2.774.999 acções pelo montante de Euros 360 milhões, passando a deter 100% do capital social desta participada. A aquisição gerou um *Goodwill* no montante de Euros 294.260.000.

Os movimentos da rubrica de Activos intangíveis, durante o ano de 2006, são analisados como segue:

	Euros '000					
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 Dezembro
<i>Custo:</i>						
Despesas de estabelecimento	15.530	2.482	(2.443)	608	(2.304)	13.873
Software	124.230	10.797	(891)	(4.391)	(419)	129.326
Outros activos intangíveis	72.264	1.871	(1.834)	(196)	(1.592)	70.513
	212.024	15.150	(5.168)	(3.979)	(4.315)	213.712
Diferenças de consolidação e de reavaliação	336.316	164.227	-	-	289	500.832
	548.340	179.377	(5.168)	(3.979)	(4.026)	714.544
<i>Amortizações acumuladas:</i>						
Despesas de estabelecimento	7.692	2.212	(2)	626	(1.214)	9.314
Software	92.012	16.138	(885)	(2.379)	235	105.121
Outros activos intangíveis	68.147	1.988	(965)	(42)	(1.410)	67.718
	167.851	20.338	(1.852)	(1.795)	(2.389)	182.153

Banco Comercial Português

28. Activos e Passivos por impostos diferidos

Activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

	2006		2005	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Activos intangíveis	2.406	28	2.816	68
Outros activos tangíveis	4.727	4.456	17.804	2.160
Perdas por imparidade	177.169	-	151.151	297
Pensões de reforma	255.789	-	266.933	-
Activos financeiros disponíveis para venda (AFS)	3.871	5.098	-	-
Derivados	71.514	36.517	2.054	26.050
Outros	73.975	53.660	51.528	7.657
Prejuízos fiscais reportáveis	61.767	-	220.034	-
	<u>651.218</u>	<u>99.759</u>	<u>712.320</u>	<u>36.232</u>
Activos por impostos diferidos	<u>551.459</u>		<u>676.088</u>	
Outros activos tangíveis	-	-	-	67
Activos financeiros disponíveis para venda (AFS)	-	-	-	4.663
Outros	-	80	-	37.968
	<u>-</u>	<u>80</u>	<u>-</u>	<u>42.698</u>
Passivos por impostos diferidos		<u>80</u>		<u>42.698</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>551.379</u>		<u>633.390</u>	

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza da recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, o Grupo possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do exercício da rubrica de impostos diferidos líquidos:

	2006		2005	
Saldo em 1 de Janeiro		633.390		655.781
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo		(452)		9.808
Encargos do exercício		(64.285)		(24.515)
Movimentos em reservas		(17.772)		(14.348)
Diferenças cambiais		498		6.664
Saldo em 31 de Dezembro		<u>551.379</u>		<u>633.390</u>

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos não corresponde aos encargos de impostos diferidos do período devido à existência de um conjunto de situações que implica o reconhecimento do imposto em capitais próprios: (i) ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda; (ii) diferenças cambiais da conversão de impostos diferidos activos e passivos de subsidiárias no estrangeiro e (iii) aquisições e alienações de subsidiárias.

Em 31 de Dezembro de 2006 existiam diferenças temporárias não reconhecidas respeitantes, essencialmente, a prejuízos fiscais reportáveis cujo valor ascendia a Euros 102.243.000 (31 de Dezembro de 2005: 155.029.000). Os referidos montantes não foram reconhecidos tendo em consideração o grau e o período da sua eventual recuperabilidade.

29. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Devedores	437.688	477.288
Aplicações por recuperação de crédito e outros activos	1.139.664	856.501
Valores a cobrar	25.606	65.400
Outros impostos a recuperar	70.827	80.189
Bonificações a receber	202.871	308.207
Associadas	5.944	54.693
Juros e outros proveitos a receber	64.086	102.536
Despesas antecipadas	1.160.302	1.588.936
Operações sobre títulos a receber	164.889	172.285
Valores a debitar a Clientes	229.679	154.876
Provisões técnicas de resseguro cedido	822	242
Contas diversas	535.933	284.488
	4.038.311	4.145.641
Imparidade para outros activos	(107.131)	(120.257)
	3.931.180	4.025.384

A rubrica Aplicações por recuperação de crédito e outros activos inclui o montante de Euros 167.284.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 215.071.000) relativos a imóveis registados no Fundo de Investimento Imobiliário Imosotto Acumulação e no Fundo de Investimento Imobiliário Gestão Imobiliária que, de acordo com a SIC 12, são consolidados integralmente, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

No âmbito do financiamento necessário para a concretização da OPA o Banco celebrou um contrato de *underwriting agreement* com a UBS, cujo montante suportado pelo Grupo, com referência a 31 de Dezembro de 2006, ascende a Euros 58,8 milhões e encontra-se registado no activo na rubrica Contas diversas. Em conformidade com a IFRS 3, as referidas despesas devem manter-se registadas no activo e posteriormente adicionadas ao custo de aquisição e consequentemente integradas na determinação do *Goodwill*.

Em 31 de Dezembro de 2006, as rubricas relativas às responsabilidades do Grupo com pensões de reforma, incluídas em Despesas antecipadas, são analisadas como segue:

	Euros '000
	2006
Responsabilidade por benefícios projectados	(5.715.359)
Valor do fundo	5.578.010
	(137.349)
Perdas actuariais	
Corredor	571.536
Acima do Corredor	668.353
	1.239.889
	1.102.540

O valor do corredor e perdas actuariais diferidas foram determinados em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 w).

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Saldo em 1 de Janeiro	120.257	134.859
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	-	(2.108)
Outras transferências	6.732	62.719
Dotação do exercício	20.185	23.281
Reversão do exercício	(1.281)	(4.306)
Utilização de imparidade	(37.992)	(93.897)
Diferenças cambiais	(770)	(291)
	107.131	120.257

Banco Comercial Português

30. Depósitos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000					
	2006			2005		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Mercado Monetário Interbancário	-	-	-	-	581.392	581.392
Recursos de outras instituições de crédito no país	44.937	177.421	222.358	27.899	31.572	59.471
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	185.693	11.716.665	11.902.358	129.034	10.436.122	10.565.156
	230.630	11.894.086	12.124.716	156.933	11.049.086	11.206.019

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Euros '000	
	2006	2005
Até 3 meses	5.803.399	6.457.493
3 meses até 6 meses	2.057.155	2.742.361
6 meses até 1 ano	2.102.915	1.053.656
1 ano até 5 anos	1.522.301	609.594
Mais de 5 anos	638.946	342.915
	12.124.716	11.206.019

31. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000					
	2006			2005		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Depósitos para com clientes						
Depósitos à ordem	12.140.772	2.315.148	14.455.920	12.501.599	2.039.507	14.541.106
Depósitos a prazo	-	13.917.668	13.917.668	-	13.902.223	13.902.223
Depósitos de poupança	-	4.433.864	4.433.864	-	5.226.113	5.226.113
Bilhetes do Tesouro e outros activos com acordo de recompra	-	111.742	111.742	-	448.962	448.962
Outros débitos	-	325.003	325.003	-	277.027	277.027
	12.140.772	21.103.425	33.244.197	12.501.599	21.893.832	34.395.431

Nos termos da Portaria 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 11/94 do Banco de Portugal.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Euros '000	
	2006	2005
<i>Depósitos à ordem:</i>	14.455.920	14.541.106
<i>Depósitos a prazo e de poupança:</i>		
Até 3 meses	13.877.259	18.490.621
3 meses até 6 meses	2.225.627	98.962
6 meses até 1 ano	1.870.361	86.616
1 ano até 5 anos	378.285	452.137
	18.351.532	19.128.336
<i>Bilhetes do Tesouro e outros activos com acordos de recompra:</i>		
Até 3 meses	111.742	434.335
3 meses até 6 meses	-	9.907
6 meses até 1 ano	-	4.720
	111.742	448.962
<i>Outros débitos:</i>		
Até 3 meses	5.791	101.030
3 meses até 6 meses	-	9.891
6 meses até 1 ano	-	40.976
1 ano até 5 anos	-	125.130
Mais de 5 anos	319.212	-
	325.003	277.027
	33.244.197	34.395.431

32. Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Empréstimos obrigacionistas	15.481.070	14.775.903
Papel comercial	7.114.227	3.394.164
Outros	92.057	60.314
	22.687.354	18.230.381

A rubrica empréstimos obrigacionistas inclui emissões para as quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 22 e na política contabilística 1 e).

Banco Comercial Português

Em 31 de Dezembro de 2006, as emissões do Grupo, são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
<i>Empréstimos obrigacionistas:</i>					
Banco Comercial Português:					
EMTN BCP-SFE 21ª Em.	Maio, 2000	Maio, 2010	Taxa fixa de 5,2%	65.000	63.361
BCP 4,9% Nov 01/11 I-2ª Em.	Novembro, 2001	Novembro, 2011	Taxa fixa de 4,9%	25.000	24.247
BCP 5,4% Nov 01/11 I-1ª Em.	Novembro, 2001	Novembro, 2011	Taxa fixa de 5,4%	175.000	171.372
BCP 5,34% Março-02/Mar-12	Março, 2002	Março, 2012	Taxa fixa de 5,34%	163.972	165.755
BCP 4,83% Agosto 2007	Agosto, 2002	Agosto, 2007	Taxa fixa de 4,83%	136.700	134.747
BCP SFE Poup. Cresc. 2007	Fevereiro, 2003	Fevereiro, 2007	1º cupão 4%; no vencimento 8,25%	12.373	12.288
BCP SFI Poup. Cresc. 2007	Fevereiro, 2003	Fevereiro, 2007	1º cupão 4%; no vencimento 8,25%	26.512	26.342
BCP Ob Cx Set 2003/2011	Setembro, 2003	Setembro, 2011	Taxa fixa de 4,37%	125.000	120.106
BCP 3,78% Dez 2008	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Taxa fixa de 3,78%	15.500	15.072
BCP 3,85% Dez 2008	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Taxa fixa de 3,85%	5.000	4.862
BCP Dez 2003-2008	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Euribor 360 6 meses + 0,21%	15.000	15.000
BCP SFE Rend. Cr. Jan 04/08	Janeiro, 2004	Janeiro, 2008	Tx crescente: 1ºano 2,125%; 2ºano 2,5%; 3ºano 3%; 4ºano 5%	4.776	4.683
BCP SFI Rend. Cr. Jan 04/08	Janeiro, 2004	Janeiro, 2008	Tx crescente: 1ºano 2,125%; 2ºano 2,5%; 3ºano 3%; 4ºano 5%	11.425	11.221
BCP SFI Glo.Eq.Inc.Bui.Strat.	Janeiro, 2004	Janeiro, 2009	Indexada a um cabaz de 20 acções	3.750	3.792
BCP SFI Tx Cresc. Fev 04/07	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Tx crescente: 1ºano 2%; 2ºano 2,75% 3ºano 3,1%	9.161	9.126
BCP SFETx Cresc. Fev 04/07	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Tx crescente: 1ºano 2%; 2ºano 2,75%; 3ºano 3,1%	3.250	3.238
BCP SFE Rend. Cr. Mar 04/07	Março, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º e 6º Sem. 3%; 7º Sem. 3,65%	2.050	2.022
BCP SFI Rend. Cr. Mar 04/07	Março, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º e 6º Sem. 3%; 7º Sem. 3,65%	8.294	8.211
BCP SFETx Cresc. Mai 04/07	Maio, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º e 6º Sem. 2,4%; 7º Sem. 3%	2.780	2.770
BCP SFI Tx Cresc. 04/07	Maio, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º e 6º Sem. 2,4%; 7º Sem. 3%	6.997	6.940
BCP SFE Glob.Target Red.	Maio, 2004	Maio, 2009	Indexada a um cabaz de 20 acções	2.140	2.140
BCP SFI Glob.Target Red.	Maio, 2004	Maio, 2009	Indexada a um cabaz de 20 acções	2.325	2.325
BCP SFE Rend. Cr. Jun 04/07	Junho, 2004	Junho, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,45%; 5º e 6º Sem. 3%	4.160	4.138
BCP SFI Rend. Cr. Jun 04/07	Junho, 2004	Junho, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,45%; 5º e 6º Sem. 3%; 6º Sem. 5%	5.325	5.288
BCP Rend. Cresc. Jul 04/07	Julho, 2004	Julho, 2007	Tx crescente: 1º ano 2,15%; 2º ano 2,5%; 3º ano 3,5%	2.000	1.986
BCP SFE Rend. Cr. Set 04/07	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 5%	29.265	29.106
BCP SFI Rend. Cr. Set 04/07	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 5%	94.914	94.413
BCP SFE R. Cr. Set 04/07 2ª Em.	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 1,75%; 3º e 4º Sem. 2%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 5%	29.165	29.032
BCP SFI R. Cr. Set 04/07 2ª Em.	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 5%	116.112	115.663
BCP Rend.Cresc. Out 04/07	Outubro, 2004	Outubro, 2007	Tx crescente: 1º Trim. 1,6%; 2º Trim. 1,8%; 3º Trim. 2%; 4º Trim. 2,5%; 5º Trim. 3%; 6º Trim. 4,5%	73.064	72.739
BCP Esc. Mund. 18% Out 04/07	Outubro, 2004	Outubro, 2007	Indexada a cabaz de índices	14.155	14.155
BCP SFE Rend. Cr. 04/07	Novembro, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2,125%; 3º e 4º Sem. 2,5%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 3,5%	20.150	19.928
BCP SFI Rend. Cr. Nov 04/07	Novembro, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2,125%; 3º e 4º Sem. 2,5%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 3,5%	70.679	70.062

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Super Inv.Mill.Nov 04/09	Novembro, 2004	Novembro, 2009	Indexada a um cabaz de fundos	50.264	50.264
BCP Aforro Millen. Dez 04/07	Dezembro, 2004	Dezembro, 2007	Tx crescente: 1º Sem. 1,7%; 2º Sem. 1,8%; 3º Sem. 1,9%; 4º Sem. 2%; 5º Sem. 2,9%; 6º Sem. 5%	167.176	167.272
BCP SFE Rend. Cr. Dez 04/07	Dezembro, 2004	Dezembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 2,6%; 6º Sem. 3,15%	27.071	26.876
BCP SFI Rend. Cr. Dez 04/07	Dezembro, 2004	Dezembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 2,6%; 6º Sem. 3,15%	33.445	33.232
BCP Rend.Cr:Fev 05/09	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2009	Tx crescente: 1º ano 2%; 2º ano 2,25%; 3º ano 2,5%; 4º ano 3,125%	40.407	39.713
BCP SFI Rend.Cr:Fev 05/08	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 2,5%; 6º Sem. 3,1%	51.465	51.035
BCP SFE Rend.Cr:Fev 05/08	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º Sem. 2,5%; 6º Sem. 3,1%	12.703	12.595
BCP Rend. Cr. Set 08	Março, 2005	Setembro, 2008	Tx crescente: 1º Sem. 2%; 2º Sem. 2,125%; 3º Sem. 2,25%; 4º Sem. 2,5%; 5º Sem. 2,75%; 6º Sem. 3%; 7º Sem. 3,25%	96.782	95.522
BCP Rend. 8 Março 10	Março, 2005	Março, 2010	1º ano 4%; 2º ano e seguintes Max (9,3% - 2 * Euribor 12 meses)	27.496	27.496
BCP SFI Rend.Cr. Março 05/08	Março, 2005	Março, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º Sem. 2,5%; 6º Sem. 3%	20.462	20.258
BCP Mill. Ind. Mun. Mar 05/10	Março, 2005	Março, 2010	Indexada a um cabaz de índices	13.191	13.191
BCP SFE Rend.Cr. Março 05/08	Março, 2005	Março, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º Sem. 2,5%; 6º Sem. 3%	5.056	5.009
BCP Super Inv.Mill. 05/10	Abril, 2005	Dezembro, 2010	Indexada a um cabaz de fundos	44.306	38.746
BCP Rend.Cr. Nov 08	Mai, 2005	Novembro, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Trim. 2%; 3º e 4º Trim. 2,15%; 5º e 6º Trim. 2,3%; 7º e 8º Trim. 2,4%; 9º e 10º Trim. 2,5%; 11º e 12º Trim. 3%; 13º e 14º Trim. 3,15%	32.787	32.327
BCP Rend. Cr. Maio 08	Mai, 2005	Mai, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º Sem. 2,4%; 6º Sem. 2,65%	14.076	13.916
BCP Rend. 8 Maio 10	Mai, 2005	Mai, 2010	1º ano 4%; 2º ano e seguintes Max (10,17% - 2 * Euribor 12 meses)	18.611	17.413
BCP Rend. 8 Maio 10 2ª em.	Mai, 2005	Mai, 2010	1º ano 4%; 2º ano e seguintes Max (9,15% - 2 * Euribor 12 meses)	9.562	9.036
BCP SFI Rend. Cr. Maio 05/08	Mai, 2005	Mai, 2008	Tx crescente: 1º Sem. 2%; 2º Sem. 2,1%; 3º Sem. 2,25%; 4º Sem. 2,4%; 5º Sem. 2,6%; 6º Sem. 3,25%	16.581	16.404
BCP SFE Rend. Cr. Maio 05/08	Mai, 2005	Mai, 2008	Tx crescente: 1º Sem. 2%; 2º Sem. 2,1%; 3º Sem. 2,25%; 4º Sem. 2,4%; 5º Sem. 2,6%; 6º Sem. 3,25%	4.363	4.317
BCP Rend. Cr. Junho 08	Junho, 2005	Junho, 2008	Tx crescente: 1º ano 2%; 2º ano 2,1%; 3º ano 2,2%	26.761	26.202
BCP SFI 5% Junho 05/08	Junho, 2005	Junho, 2008	Taxa fixa de 5%	32.653	31.140
BCP Activo 4 Junho 05/09	Junho, 2005	Junho, 2009	Indexada a um cabaz de ações	5.273	4.986
BCP SFE 5% Junho 05/08	Junho, 2005	Junho, 2008	Taxa fixa de 5%	12.424	11.845
BCP Ob Cx Aex Ago 05/10	Agosto, 2005	Agosto, 2010	Indexada ao índice Aex	10.000	9.470
BCP Ob Cx Sp/Mib Ago 05/10	Agosto, 2005	Agosto, 2010	Indexada ao índice Mib	10.000	9.470
BCP Ob Cx Dj euroxx50	Agosto, 2005	Agosto, 2010	Indexada ao índice Dj euroxx50	10.000	9.470
BCP Ob Cx Cac 40	Agosto, 2005	Agosto, 2010	Indexada ao índice Cac 40	10.000	9.470
BCP Ob Cx Ibex 35	Agosto, 2005	Agosto, 2010	Indexada ao índice Ibex 35	10.000	9.470
BCP Ob Cx Rend. 7 - Ago 2010	Agosto, 2005	Agosto, 2010	1º ano 3,25%; 2º ano e seguintes Max(8,1% - 2 * Euribor 12 meses)	27.651	25.718
BCP Ob Cx R. Cr. Set 08 2ª em.	Setembro, 2005	Setembro, 2008	1º Sem. 1,7%; 2º Sem. 1,85%; 3º Sem. 2%; 4º Sem. 2,2%; 5º Sem. 2,4%; 6º Sem. 2,7%	22.998	22.649
BCP SFI Ob Cx B Eq. S. Set 07	Setembro, 2005	Setembro, 2007	Indexada ao Índice Down Jones EuroStoxx 50	1.226	1.224

Banco Comercial Português

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Ob Cx Triplo R. Set 05/10	Setembro, 2005	Setembro, 2010	Indexada ao índice Dow Jones Global Titans 50	9.286	8.746
BCP Ob Cx Rend. Cr: Out 2008	Outubro, 2005	Outubro, 2008	1º Sem. 1,7%; 2º Sem. 1,8%; 3º Sem. 1,9%; 4º Sem. 2%; 5º Sem. 2,1%; 6º Sem. 2,5%	14.214	13.992
BCP Ob Cx Rend. 7 Out 2010	Outubro, 2005	Outubro, 2010	1º ano 3,5%; 2º ano e seguintes Max(8,31% - 2 * Euribor 12M)	9.718	8.898
BCP Ob Cx R. C. Nov 08 2ª em.	Novembro, 2005	Novembro, 2008	1º ano 2%; 2º ano 2,25%; 5º Sem. 2,5%; 6º Sem. 2,6%	20.101	19.822
BCP Ob Cx Mill. 7Pc Nov 05/10	Novembro, 2005	Novembro, 2010	Indexada ao índice Nikkei 225	15.031	15.031
BCP SFI Ob Cx R. Cr: Nov 08	Novembro, 2005	Novembro, 2008	1º ano 2%; 2º ano 2,25%; 5º Sem. 2,5%; 6º Sem. 2,6%	3.334	3.287
BCP SFI Ob Cx S. Eq. S. Nov 10	Novembro, 2005	Novembro, 2010	Indexada ao índice Nikkei 225	8.025	8.025
BCP Ob Cx Rend. Real Nov 10	Novembro, 2005	Novembro, 2010	Indexada ao índice IPC	15.000	13.660
BCP SFE Ob Cx R. Cr: Nov 08	Novembro, 2005	Novembro, 2008	1º ano 2%; 2º ano 2,25%; 5º Sem. 2,5%; 6º Sem. 2,6%	766	756
BCP Ob Cx E. Gr. S. Dez 05/15	Dezembro, 2005	Dezembro, 2015	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	2.427	2.228
BCP SFI Ob Cx W. G. I. Dez 08	Dezembro, 2005	Dezembro, 2008	Indexada a cabaz de índices	5.190	4.863
BCP Ob Cx R. Cr: Jan 2009	Janeiro, 2006	Janeiro, 2009	1º Sem. 2,125%; 2º Sem. 2,25%; 3º Sem. 2,5%; 4º Sem. 2,65%; 5º Sem. 2,85%; 6º Sem. 3,1%	43.704	43.090
BCP SFI Ob Cx. R. Cr: Jan 2009	Janeiro, 2006	Janeiro, 2009	1º Sem. 2,125%; 2º Sem. 2,25%; 3º Sem. 2,5%; 4º Sem. 2,65%; 5º Sem. 2,85%; 6º Sem. 3,1%	7.231	7.128
BCP SFE Ob Cx. R. Cr: Jan 2009	Janeiro, 2006	Janeiro, 2009	1º Sem. 2,125%; 2º Sem. 2,25%; 3º Sem. 2,5%; 4º Sem. 2,65%; 5º Sem. 2,85%; 6º Sem. 3,1%	1.860	1.835
BCP Ob Cx M.S. Act. Jan 05/11	Janeiro, 2006	Janeiro, 2011	Indexada a cabaz de índices	10.090	9.850
BCP OB Cx R. Cr: Fev 06/08	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2008	1º Sem. 2,15%; 2º Sem. 2,45%; 3º Sem. 2,7%; 4º Sem. 3%	66.267	65.895
BCP SFI Ob Cx R. Cr: Fev 06/08	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2008	1º Sem. 2,15%; 2º Sem. 2,45%; 3º Sem. 2,7%; 4º Sem. 3%	11.491	11.426
BCP SFE Ob Cx R. Cr: Fev 06/08	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2008	1º Sem. 2,15%; 2º Sem. 2,45%; 3º Sem. 2,7%; 4º Sem. 3%	4.298	4.274
BCP Ob Cx I. Glob.. 12 Fev 06/11	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2011	Indexada a cabaz de índices	18.630	18.630
BCP Ob Cx E. I. S. Mar 06/16	Março, 2006	Março, 2016	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50	1.100	1.013
BCP Ob Cx R. Cr: Mar 06/08	Março, 2006	Março, 2008	1º Sem. 2,25%; 2º Sem. 2,5%; 3º Sem. 2,75%; 4º Sem. 3%	72.072	71.736
BCP SFI Ob Cx R. Cr: Mar 06/08	Março, 2006	Março, 2008	1º Sem. 2,25%; 2º Sem. 2,5%; 3º Sem. 2,75%; 4º Sem. 3%	11.415	11.358
BCP SFE Ob Cx R. Cr: Mar 06/08	Março, 2006	Março, 2008	1º Sem. 2,25%; 2º Sem. 2,5%; 3º Sem. 2,75%; 4º Sem. 3%	3.755	3.737
BCP Ob Cx Top 5 Mar 06/08	Março, 2006	Março, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; Após 3º Sem. indexado a um cabaz de acções	48.431	48.053
BCP Ob Cx M. Oport Mar 06/10	Março, 2006	Março, 2010	Indexada a cabaz de índices	10.065	9.382
BCP Ob Cx. 3.84% Abr 2016	Abril, 2006	Abril, 2016	Taxa fixa de 3,84%	1.000	994
BCP Ob Cx R. Cr: Mai 06/08	Mai, 2006	Mai, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3%; 4º Sem. 3,5%	77.499	77.188
BCP SFI Ob Cx R. Cr: Mai 06/08	Mai, 2006	Mai, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3%; 4º Sem. 3,5%	10.923	10.878
BCP Ob Cx Top 6 Mai 06/08	Mai, 2006	Mai, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; Após 3º Sem. indexado a um cabaz de acções	43.637	43.273
BCP SFE Ob Cx R. Cr: Mai 06/08	Mai, 2006	Mai, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3%; 4º Sem. 3,5%	2.430	2.420
BCP Ob Cx R. Cr: Jun 06/08	Junho, 2006	Junho, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3,25%; 4º Sem. 4%	87.344	87.089
BCP SFI Ob Cx R. Cr: Jun 06/08	Junho, 2006	Junho, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3,25%; 4º Sem. 4%	9.046	9.019
BCP SFE Ob Cx R. Cr: Jun 06/08	Junho, 2006	Junho, 2008	1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3,25%; 4º Sem. 4%	3.023	3.015
BCP Ob Cx Top6 2Em Jun 06/08	Junho, 2006	Junho, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; Após 3º Sem. indexado a um cabaz de acções	39.065	38.918
BCP Ob Cx Cab. W. Eq. Jul 06/09	Julho, 2006	Julho, 2009	Indexada a cabaz de 3 índices	2.425	2.239
BCP Ob Cx Cab. Mund. Jul 06/09	Julho, 2006	Julho, 2009	Indexada a cabaz de 3 índices	3.750	3.451

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Ob Cx Af. Cr. 6% 06/08	Agosto, 2006	Agosto, 2008	1º Trim. 2%; 2º Trim. 2,125%; 3º Trim. 2,25%; 4º Trim. 2,5%; 5º Trim. 2,75%; 6º Trim. 3%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	98.144	97.930
BCP SFI Ob Cx AC.6% 06/08	Agosto, 2006	Agosto, 2008	1º Trim. 2%; 2º Trim. 2,125%; 3º Trim. 2,25%; 4º Trim. 2,5%; 5º Trim. 2,75%; 6º Trim. 3%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	17.894	17.855
BCP SFE Ob Cx AC.6% 06/08	Agosto, 2006	Agosto, 2008	1º Trim. 2%; 2º Trim. 2,125%; 3º Trim. 2,25%; 4º Trim. 2,5%; 5º Trim. 2,75%; 6º Trim. 3%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	3.908	3.899
BCP Ob Cx N. D. 4% Ago 06/08	Agosto, 2006	Agosto, 2008	Taxa fixa de 4%	19.486	19.486
BCP Ob Cx N. D. Var Ago 06/09	Agosto, 2006	Agosto, 2009	Indexada a cabaz de acções	19.562	19.242
BCP Ob Cx A.C. 6% Set 06/08	Setembro, 2006	Setembro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	261.321	260.843
BCP SFI Ob Cx A. Pt. Set 06/08	Setembro, 2006	Setembro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	107.565	107.369
BCP Ob Cx Top 8 Set 06/08	Setembro, 2006	Setembro, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; 4º Sem. indexado a um cabaz de 4 acções	34.761	34.492
BCP SFE Ob Cx A. Pt. Set 06/08	Setembro, 2006	Setembro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	23.387	23.344
BCP Ob Cx A. Cr. 6% Out 06/08	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	171.239	170.838
BCP Ob Cx M. A. 7% Out 06/08	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 2,75%; 5º Trim. 3%; 6º Trim. 3,125%; 7º Trim. 4%; 8º Trim. 7%	55.020	54.901
BCP SFI Ob Cx A. Pt. Out 06/08	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	56.481	56.349
BCP Ob Cx Top 9 Out 06/08	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; 4º Sem. indexado a um cabaz de 4 acções	44.600	44.221
BCP SFE Ob Cx A. Pt. Out 06/08	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Trim. 2,25%; 2º Trim. 2,375%; 3º Trim. 2,5%; 4º Trim. 3%; 5º Trim. 3,125%; 6º Trim. 3,25%; 7º Trim. 3,75%; 8º Trim. 6%	16.119	16.081
BCP Ob Cx Rend. Trim. 2008	Outubro, 2006	Outubro, 2008	1º Trim. 2,5%; 2º Trim. 2,5%; 3º Trim. 2,75%; 4º Trim. 2,75%; 5º Trim. 3%; 6º Trim. 3%; 7º Trim. 3,5%; 8º Trim. 3,5%	1.103	1.100
BCP Ob Cx Top 10 Nov 06/08	Novembro, 2006	Novembro, 2008	1º Sem. 2%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 4%; 4º Sem. indexado a um cabaz de acções	30.279	29.973
BCP Ob Cx Eur. P. P. Nov 06/08	Novembro, 2006	Novembro, 2008	Indexada ao índice Dow Jones EuroStoxx 50	1.600	1.508
BCP Ob Cx R. 24 Nov 06/08	Novembro, 2006	Novembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	87.634	85.721
BCP SFI Ob Cx R. 24 Nov 06/08	Novembro, 2006	Novembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	23.021	22.519
BCP Ob Cx R. Global 06/11	Novembro, 2006	Novembro, 2011	Indexada ao índice Dow Jones EuroStoxx 50	8.333	7.720
BCP SFE Ob Cx R. 24 Nov 06/08	Novembro, 2006	Novembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	7.242	7.085
BCP Ob Cx R. 24 Dez 06/08	Dezembro, 2006	Dezembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	34.419	34.419
BCP SFI Ob Cx R. 24 Dez 06/08	Dezembro, 2006	Dezembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	9.077	9.077
BCP Ob Cx Eurosto50 Dez 06/08	Dezembro, 2006	Dezembro, 2008	Indexada ao índice Dow Jones EuroStoxx 50	45.497	42.863
BCP Ob Cx R. Global II 06/11	Dezembro, 2006	Dezembro, 2011	Indexada ao índice Dow Jones EuroStoxx 50	10.000	9.525
BCP Ob Cx R. Global II 2E 06/11	Dezembro, 2006	Dezembro, 2011	Indexada ao índice Dow Jones EuroStoxx 50	2.000	1.905
BCP SFE Ob Cx R. 24 Dez 06/08	Dezembro, 2006	Dezembro, 2008	1º cupão: 24%; 2º ao 5º cupão: 2,4%	1.367	1.367

Banco Comercial Português

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Investimento:					
Rend. Seguro Set00/08	Setembro, 2000	Setembro, 2008	Taxa fixa de 3%	27.890	27.890
Rend. Seguro 2ªEm-Out00/08	Outubro, 2000	Setembro, 2008	Taxa fixa de 3%	1.250	1.250
5,72% - Nov00/08 1ª Série	Novembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,72%	27.650	27.221
5,72% - Nov00/08 2ª Série	Novembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,72%	15.940	15.689
5,825% - Nov00/08 1ª Série	Novembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,825%	59.250	58.337
5,825% - Nov00/08-2ª Série	Novembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,825%	49.820	49.048
5,65% - Nov08 3ª Série	Dezembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,65%	4.000	3.935
5,32% - 2001/09 Mar 2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 5,32%	50.000	49.013
5,34% - 2001/09 Mar 2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 5,34%	15.000	14.705
5,35% - 2001/09 Mar 2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 5,35%	12.700	12.452
5,36% - 2001/09 Mar 2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 5,36%	37.000	36.276
6,522% - Março 2001/2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 6,522%	7.500	7.405
Rendimento Seguro 2001/2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 1,95%	7.500	7.500
BCP Inv. Taxa Crescente 2007	Fevereiro, 2002	Fevereiro, 2007	Tx crescente: 1º ano 3,37%; 2º ano 3,62%; 3º ano 3,87%; 4º ano 4,12%; 5º ano 4,37%	47.297	46.972
Rend. Crescente Fev 04/07	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Tx crescente: 1º ano 2%; 2º ano 3%; 3º ano 3,5%	19.824	19.744
Rend. Cresc. Fev 04/07 2ª Em.	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Tx crescente: 1º ano 2%; 2º ano 2,5%; 3º ano 3%	12.111	12.072
Invest. 5% Ja Fev 04/07	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Indexada a um cabaz de 6 índices	20.432	20.385
Rend. Crescente Mar 04/07	Março, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º e 6º Sem. 3%; 7º Sem. 3,65%	25.231	24.997
Rend. Cresc. Mar 04/07 2ª Em.	Março, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,25%; 5º e 6º Sem. 2,5%; 7º Sem. 3%	12.190	12.107
3 Mais Março 04/07	Março, 2004	Março, 2007	Indexada a um cabaz de 10 ações	22.457	22.457
Rend. Crescente Maio 04/07	Maio, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,2%; 5º e 6º Sem. 2,4%; 7º Sem. 3%	42.874	42.586
Rend. Crescente Jun 04/07	Junho, 2004	Junho, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2%; 3º e 4º Sem. 2,45%; 5º e 6º Sem. 3%	29.638	29.480
Invest. Mundial 5% Jun 04/09	Junho, 2004	Junho, 2007	Indexada a um cabaz de índices	11.507	11.507
Rend. Cresc. Jun 04/07 2ª Em.	Junho, 2004	Junho, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2,125%; 3º e 4º Sem. 2,5%; 5º e 6º Sem. 3,5%	21.261	21.081
Bank Millennium:					
National Bank of Poland	Novembro, 2006	Novembro, 2007	Taxa fixa de 1%	1.489	1.489
Banco de Investimento Imobiliário:					
FRN's BII Finance Company	Setembro, 1996	Setembro, 2011	Euribor 3 meses + 1,75%	15.962	15.962
BCP Finance Bank:					
BCP Fin.Bank – Euros 25 m	Agosto, 1999	Setembro, 2007	Taxa fixa de 4,85%	24.550	24.550
BCP Fin.Bank – Euros 110,538 m	Outubro, 1999	Outubro, 2007	Taxa fixa de 5,697429%	109.462	107.605
BCP Fin.Bank – Euros 37,5 m	Março, 2000	Março, 2008	Taxa fixa de 5,83%	37.500	37.075
BCP Fin.Bank – Euros 50 m	Março, 2000	Março, 2008	Taxa fixa de 5,6625%	50.000	49.306
BCP Fin.Bank – Euros 25 m	Abril, 2000	Abril, 2008	Taxa fixa de 5,615%	25.000	24.553
BCP Fin.Bank – Euros 42,5 m	Abril, 2000	Abril, 2008	Taxa fixa de 5,86%	42.500	41.743
BCP Fin.Bank – Euros 21,781 m	Maio, 2000	Maio, 2008	Taxa fixa de 6,1619%	21.781	19.747
BCP Fin.Bank – Euros 25 m	Maio, 2000	Maio, 2008	Taxa fixa de 5,618%	25.000	24.524
BCP Fin.Bank – Euros 75 m	Maio, 2000	Maio, 2008	Taxa fixa de 5,68167%	75.000	73.609
BCP Fin.Bank – Euros 80 m	Junho, 2000	Junho, 2008	Tx cresc (1º ano 4,86%; aumenta 25bp no fim 1º, 2º, 3 e 4º anos; 50bp no 5º ano e 100bp no 6º e 7º anos)	80.000	78.867
BCP Fin.Bank – Euros 20 m	Junho, 2000	Junho, 2008	Tx cresc (1º ano 4,87%; aumenta 25bp no fim 1º, 2º, 3º e 4º anos; 50bp no 5º ano e 100bp no 6º e 7º anos)	20.000	19.791
BCP Fin.Bank – Euros 20 m	Julho, 2000	Junho, 2008	Tx cresc (1º ano 4,66%; aumenta 25bp no fim 1º, 2º, 3º e 4º anos; 50bp no 5º ano e 100bp no 6º e 7º anos)	20.000	19.938

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Fin.Bank – Euros 19,5 m	Julho, 2000	Junho, 2008	Tx cresc (1º ano 4,71%; aumenta 25bp no fim 1º, 2º, 3º e 4º anos; 50bp no 5º ano e 100bp no 6º e 7º anos)	19.500	19.423
BCP Fin.Bank – Euros 29 m	Setembro, 2000	Setembro, 2008	Taxa fixa de 6,25%	28.300	28.377
BCP Fin.Bank – Euros 1,25 m	Outubro, 2000	Setembro, 2008	Taxa fixa de 6,25%	1.250	1.283
BCP Fin.Bank – Euros 5 m	Março, 2001	Agosto, 2007	Taxa fixa de 4,25%	5.000	5.019
BCP Fin.Bank – Euros 11,429 m	Novembro, 2001	Novembro, 2009	Indexada a cabaz de ações	3.340	3.340
BCP Fin.Bank – Euros 15 m	Novembro, 2001	Novembro, 2011	Cupão zero	15.000	10.298
BCP Fin.Bank – USD 4,515 m	Novembro, 2001	Novembro, 2009	Indexada a cabaz de ações	1.181	1.181
BCP Fin.Bank – Euros 12 m	Dezembro, 2001	Dezembro, 2011	Cupão zero	12.000	9.495
BCP Fin.Bank – Euros 500 m	Fevereiro, 2002	Fevereiro, 2007	Euribor 3 meses + 0,2%	500.000	499.973
BCP Fin.Bank – Euros 5 m	Fevereiro, 2002	Dezembro, 2011	Tx.Dsct.<=> 6,8540559%	5.000	3.837
BCP Fin.Bank – Euros 5 m	Maio, 2002	Dezembro, 2011	Tx.Dsct.<=> 7,0821486%	5.000	3.851
BCP Fin.Bank – Euros 500 m	Maio, 2002	Fevereiro, 2007	Euribor 3 meses + 0,2%	500.000	499.972
BCP Fin.Bank – Euros 10 m	Julho, 2002	Julho, 2009	Tx.Dsct.5,22741% <=> 6,0338566%	10.000	8.567
BCP Fin.Bank – Euros 6,1 m	Maio, 2003	Maio, 2010	Tx fixa de 1,74% + Max (IPC EU; 0%)	4.775	4.779
BCP Fin.Bank – Euros 300 m	Junho, 2003	Junho, 2008	Taxa fixa de 3,1%	300.000	300.000
BCP Fin.Bank – Euros 90 m	Junho, 2003	Junho, 2013	Euribor 360 3 meses + 0,35%	90.000	89.941
BCP Fin.Bank – GBP 18,5 m	Junho, 2003	Junho, 2008	Taxa fixa de 4,178%	27.550	27.165
BCP Fin.Bank – Euros 200 m	Julho, 2003	Julho, 2008	Euribor 3 meses + 0,25%	200.000	199.906
BCP Fin.Bank – CZK 1000 m	Agosto, 2003	Agosto, 2008	Pribor 6 meses + 0,2%	36.383	36.533
BCP Fin.Bank – HKD 100 m	Agosto, 2003	Agosto, 2008	Taxa fixa de 3,95% até ao 3º ano; 4,35% do 4º ao 5º ano	9.765	9.632
BCP Fin.Bank – Euros 8,82 m	Novembro, 2003	Novembro, 2008	1º ano 6% ; 2º ano e seguintes indexada a um cabaz de ações	7.274	7.273
BCP Fin.Bank – Euros 20 m	Dezembro, 2003	Dezembro, 2023	Taxa fixa de 5,31%	20.000	18.776
BCP Fin.Bank – USD 3,53 m	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	1º ano 5% ; 2º ano e seguintes indexada a USD Libor 6 meses	2.680	2.680
BCP Fin.Bank – Euros 50 m	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Taxa fixa de 4,1355%	50.000	48.710
BCP Fin.Bank – EUR 500 m	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2009	Euribor 3 meses + 0,15%	500.000	499.685
BCP Fin.Bank – USD 5 m	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 2,65%	3.682	3.704
BCP Fin.Bank – EUR 10 m	Março, 2004	Março, 2007	Indexada ao Índice S&P5000	3.977	3.977
BCP Fin.Bank – USD 5 m	Março, 2004	Março, 2007	Indexada ao Índice S&P5000	144	144
BCP Fin.Bank – EUR 10 m	Março, 2004	Março, 2024	Taxa fixa de 5,01%	10.000	10.229
BCP Fin.Bank – USD 8 m	Abril, 2004	Abril, 2007	Taxa fixa de 2,68%	4.824	4.858
BCP Fin.Bank – CAD 9 m	Abril, 2004	Abril, 2007	Tx crescente: 1º ano 2,25%; 2º ano 2,5%; 3º ano 3%	5.730	5.743
BCP Fin.Bank – USD 50 m	Abril, 2004	Abril, 2009	USD Libor 6 meses + 2,25% *n/N; (n: num. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	29.954	29.971
BCP Fin.Bank – USD 5,5 m	Maio, 2004	Maio, 2009	1º ano 5% ; 2º ano Max(Min(8%; 4*(4,75% - USD Libor 3 meses)); 0%); 3º ano Max(Min(8%; 4*(5,75% - USD Libor 3 meses)); 0%); 4º ano Max(Min(8%; 4*(6,75% - USD Libor 3 meses)); 0%); 5º ano Max(Min(8%; 4*(7,75% - USD Libor 3 meses)); 0%)	326	376
BCP Fin.Bank – USD 18 m	Maio, 2004	Maio, 2008	Taxa fixa de 2,695%	11.081	11.154
BCP Fin.Bank – EUR 250 m	Maio, 2004	Maio, 2008	Euribor 3 meses + 0,175%	250.000	249.871
BCP Fin.Bank – USD 5 m	Maio, 2004	Maio, 2009	Tx crescente: 1º ano 3,47%; 2º ano 3,72%; 3º ano 3,97%; 4º ano 4,22% 5º ano 4,47%	3.220	3.257
BCP Fin.Bank – EUR 100 m	Maio, 2004	Maio, 2009	Euribor 3 meses + 0,2%	99.851	99.851
BCP Fin.Bank – CAD 9 m	Maio, 2004	Maio, 2007	Tx crescente: 1º ano 2%; 2º ano 2,125%; 3º ano 3%	4.748	4.766
BCP Fin.Bank – USD 11 m	Junho, 2004	Junho, 2009	1º ano 5% ; 2º ano Max(Min(8%; 4*(5,25% - USD Libor 3 meses)); 0%); 3º ano Max(Min(8%; 4*(6,25% - USD Libor 3 meses)); 0%); 4º ano Max(Min(8%; 4*(7,25% - USD Libor 3 meses)); 0%); 5º ano Max(Min(8%; 4*(8,25% - USD Libor 3 meses)); 0%)	243	254
BCP Fin.Bank – EUR 15 m	Junho, 2004	Maio, 2008	Tx crescente: 1º ano 2,55%; 2º ano 2,75%; 3º ano 3,75%; 4º ano 7,25%	3.913	3.913
BCP Fin.Bank – CAD 10 m	Julho, 2004	Julho, 2007	Tx crescente: 1º Sem. 2,25%; 2º Sem. 2,5%; 3º Sem. 2,75%; 4º Sem. 3%; 5º Sem. 3,5%; 6º Sem. 4,5%	5.880	5.875



Banco Comercial Português

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Fin.Bank – USD 13 m	Julho, 2004	Julho, 2007	Tx crescente: 1º ano 2,75%; 2º ano 3%; 3º ano 3,25%	9.550	9.582
BCP Fin.Bank – EUR 500 m	Julho, 2004	Julho, 2007	Euribor 3 meses + 0,15%	500.000	500.000
BCP Fin.Bank – EUR 80 m	Julho, 2004	Julho, 2007	Euribor 3 meses + 0,14%	80.000	80.000
BCP Fin.Bank – USD 10 m	Agosto, 2004	Agosto, 2007	Tx crescente: 1º ano 3%; 2º ano 3,2%; 3º ano 3,6%	6.826	6.836
BCP Fin.Bank – HKD 156 m	Agosto, 2004	Agosto, 2009	HKD Hibor 3 meses + 0,23%	15.233	15.307
BCP Fin.Bank – CAD 7 m	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º Sem. 2,75%; 2º Sem. 3%; 3º Sem. 3,25%; 4º Sem. 3,5%; 5º Sem. 3,75%; 6º Sem. 4,75%	4.472	4.441
BCP Fin.Bank – USD 12 m	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º ano 3%; 2º ano 3,25%; 3º ano 3,5%	8.046	8.049
BCP Fin.Bank – EUR 50 m	Setembro, 2004	Setembro, 2014	Euribor 3 meses + 0,2%	50.000	50.000
BCP Fin.Bank – CAD 8 m	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Tx crescente: 1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3%; 4º Sem. 3,25%; 5º Sem. 3,5%; 6º Sem. 4%	4.996	4.984
BCP Fin.Bank – EUR 50 m	Setembro, 2004	Setembro, 2009	Euribor 3 meses + 0,15%	50.000	50.000
BCP Fin.Bank – EUR 500 m	Outubro, 2004	Outubro, 2009	Euribor 3 meses + 0,15%	500.000	500.000
BCP Fin.Bank – USD 10 m	Novembro, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2,25%; 3º e 4º Sem. 2,75%; 5º Sem. 3%; 6º Sem. 3,4%	6.467	6.503
BCP Fin.Bank – CAD 7 m	Novembro, 2004	Novembro, 2007	Tx crescente: 1º Sem. 2,5%; 2º Sem. 2,75%; 3º Sem. 3%; 4º Sem. 3,25%; 5º Sem. 3,5%; 6º Sem. 4,5%	4.303	4.305
BCP Fin.Bank – USD 39,54 m	Novembro, 2004	Novembro, 2009	(USD Libor 6 meses + 2%) *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier (1º ano 3,85%; 2º ano 4,6%; 3º ano 5,35%; 4º ano 6,1%; 5º ano 6,85%;))	3.439	4.211
BCP Fin.Bank – USD 29 m	Dezembro, 2004	Dezembro, 2009	(USD Libor 6 meses + 2%) *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	16.044	16.136
BCP Fin.Bank – EUR 20 m	Dezembro, 2004	Dezembro, 2014	Euribor 6 meses + 0,22%	20.000	20.000
BCP Fin.Bank – EUR 2,26 m	Dezembro, 2004	Dezembro, 2007	Indexada a cabaz de índices	350	348
BCP Fin.Bank – USD 5 m	Janeiro, 2005	Janeiro, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2,5%; 3º e 4º Sem. 3%; 5º Sem. 3,5%; 6º Sem. 3,9%	2.548	1.779
BCP Fin.Bank – USD 7,845 m	Janeiro, 2005	Janeiro, 2010	(USD Libor 6 meses + 2%) *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	1.902	1.906
BCP Fin.Bank – USD 33,788 m	Janeiro, 2005	Janeiro, 2010	1º ano 5% * n/N; 2º ano e seguintes (USD Libor 6 meses + 2%) *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	24.317	24.351
BCP Fin.Bank – EUR 9,7 m	Janeiro, 2005	Janeiro, 2012	1º ano 7,5%; 2º ano Max (cupão anterior + 1,75% - Euribor 3 meses); 3º ano Max (cupão anterior + 2,25% - Euribor 3 meses); 4º ano Max (cupão anterior + 2,75% - Euribor 3 meses); 5º ano Max (cupão anterior + 3,25% - Euribor 3 meses); 6º ano Max (cupão anterior + 3,75% - Euribor 3 meses); 7º ano Max (cupão anterior + 4,25% - Euribor 3 meses)	8.935	8.937
BCP Fin.Bank – EUR 650 m	Janeiro, 2005	Janeiro, 2010	Euribor 6 meses + 0,15%	650.000	650.000
BCP Fin.Bank – USD 6,875 m	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2007	1º Trim. 3,5%; 2º Trim. Max (cupão anterior + 3,2% - USD Libor 3 meses); 3º Trim. Max (cupão anterior + 3,45% - USD Libor 3 meses); 4º Trim. Max (cupão anterior + 3,7% - USD Libor 3 meses); 5º Trim. Max (cupão anterior + 3,95% - USD Libor 3 meses); 6º Trim. Max (cupão anterior + 4,2% - USD Libor 3 meses); 7º Trim. Max (cupão anterior + 4,45% - USD Libor 3 meses); 8º Trim. Max (cupão anterior + 4,7% - USD Libor 3 meses)	5.034	5.034
BCP Fin.Bank – USD 34,1 m	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2010	1º ano 5%; 2º ano e seguintes (USD Libor 3 meses + 2%) *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	22.976	22.979

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Fin.Bank – EUR 3 m	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2015	1º ano 6,6%; do 2º ao 4º ano cupão anterior *n/N; 5º ano 6,6%; do 6º ao 10º ano cupão anterior *n/N; (n: núm. de dias Euribor 3 meses <= Barrier)	3.000	3.000
BCP Fin.Bank – EUR 100 m	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2008	Euribor 3 meses + 0,11%	100.000	100.000
BCP Fin.Bank – USD 2,9 m	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2015	1º ano 9,7%; 2º ano e seguintes Cupão anterior *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	2.202	2.202
BCP Fin.Bank – EUR 50 m	Fevereiro, 2005	Fevereiro, 2008	Euribor 3 meses + 0,11%	50.000	50.000
BCP Fin.Bank – CAD 3 m	Março, 2005	Março, 2008	Tx crescente: 1º e 2º Sem. 2,25%; 3º e 4º Sem. 3%; 5º Sem. 3,25%; 6º Sem. 3,75%	1.963	1.963
BCP Fin.Bank – EUR 40 m	Abril, 2005	Março, 2008	Euribor 12 meses + 0,09%	40.000	40.000
BCP Fin.Bank – EUR 20 m	Abril, 2005	Abril, 2015	Euribor 3 meses + 0,18%	20.000	19.970
BCP Fin.Bank – EUR 300 m	Abril, 2005	Abril, 2010	Euribor 3 meses + 0,125%	300.000	300.000
BCP Fin.Bank – EUR 3,5 m	Abril, 2005	Abril, 2015	1º ano 6% *n/N; 2º ano e seguintes Cupão anterior *n/N; (n: núm. de dias Euribor 3 meses <= Barrier)	3.500	2.658
BCP Fin.Bank – USD 6,065 m	Abril, 2005	Abril, 2010	(USD Libor 6 meses + 3,15%) *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	4.491	3.948
BCP Fin.Bank – USD 6,55 m	Abril, 2005	Abril, 2012	1º Sem. 9,5%; 2º Sem. e seguintes Cupão anterior *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	4.723	4.054
BCP Fin.Bank – USD 5,4 m	Junho, 2005	Junho, 2010	1º Sem. 6,25% *n/N; 2º Sem. e seguintes Cupão anterior *n/N; (n: núm. de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	4.024	3.624
BCP Fin.Bank – USD 4,65 m	Julho, 2005	Janeiro, 2007	Indexada a cabaz de índices	2.735	2.732
BCP Fin.Bank – CAD 7,4 m	Julho, 2005	Julho, 2008	1º ano 2,98%; 2º ano 3,23%; 3º ano 3,48%	4.843	4.849
BCP Fin.Bank – EUR 3,5 m	Julho, 2005	Julho, 2010	(Euribor 3 meses + 1%) *n/N; (n: número de dias Euribor 3 meses <= Barrier)	3.500	3.248
BCP Fin.Bank – USD 55 m	Julho, 2005	Julho, 2010	1º ano 6,25%; 2º ano e seguintes Cupão anterior *n/N (n: número de dias USD Libor 3 meses <= Barrier)	27.479	22.673
BCP Fin.Bank – EUR 2,3 m	Julho, 2005	Julho, 2010	(Euribor 6 meses + 1%) *n/N; (n: número de dias Euribor 3 meses <= Barrier)	2.145	1.969
BCP Fin.Bank – USD 36 m	Agosto, 2005	Agosto, 2010	1º ano 6,25%; 2º ano e seguintes Cupão anterior *n/N (n: número de dias USD Libor 3 meses <= Barrier)	22.806	20.607
BCP Fin.Bank – CAD 5 m	Agosto, 2005	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,8%	2.631	2.640
BCP Fin.Bank – USD 20 m	Agosto, 2005	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,6%	14.667	14.703
BCP Fin.Bank – EUR 3 m	Agosto, 2005	Agosto, 2008	(Euribor 6 meses + 0,9%) *n/N; (n: número de dias Euribor 6 meses <= Barrier)	3.000	2.893
BCP Fin.Bank – EUR 3,335 m	Agosto, 2005	Agosto, 2010	(Euribor 6 meses + 1%) *n/N; (n: número de dias Euribor 6 meses <= Barrier)	3.335	3.071
BCP Fin.Bank – EUR 3 m	Agosto, 2005	Agosto, 2015	1º ano 6,25%; 2º ano e seguintes Max(8,25% - 2 * Euribor 12 meses)	2.960	2.497
BCP Fin.Bank – EUR 3,5 m	Agosto, 2005	Agosto, 2010	(Euribor 3 meses + 0,9%) *n/N; (n: número de dias Euribor 3 meses <= Barrier)	2.200	1.950
BCP Fin.Bank – CAD 4 m	Setembro, 2005	Março, 2007	Taxa fixa de 4,2%	2.557	2.563
BCP Fin.Bank – USD 7 m	Setembro, 2005	Setembro, 2007	1º Sem. 3,25%; 2º Sem. 3,75%; 3º Sem. 4%; 4º Sem. 5%	5.199	5.207
BCP Fin.Bank – CAD 3,5 m	Outubro, 2005	Abril, 2007	Taxa fixa de 4,1%	2.287	2.291
BCP Fin.Bank – USD 7 m	Outubro, 2005	Abril, 2007	Taxa fixa de 5,7%	4.862	4.871
BCP Fin.Bank – CAD 4 m	Novembro, 2005	Mai, 2007	Taxa fixa de 4,64%	2.618	2.620
BCP Fin.Bank – USD 8,5 m	Novembro, 2005	Mai, 2007	Taxa fixa de 6,36%	6.360	6.366
BCP Fin.Bank – EUR 3,28 m	Novembro, 2005	Novembro, 2012	1º ano 3%; 2º ano 3,125%; 3º ano 3,25%; 4º ano 3,375%; 5º ano 3,5%; 6º ano 3,625%; 7º ano 3,75%	2.956	2.902
BCP Fin.Bank – USD 1,025 m	Dezembro, 2005	Dezembro, 2010	Indexada ao Índice Dow Jones Global Titans 50 Index	778	661
BCP Fin.Bank – EUR 222 m	Dezembro, 2005	Dezembro, 2013	Euribor 3 meses + 50 bp	220.300	220.301
BCP Fin.Bank – USD 15 m	Janeiro, 2006	Julho, 2007	Taxa fixa de 6,77%	11.045	11.047
BCP Fin.Bank – CAD 5 m	Janeiro, 2006	Julho, 2007	Taxa fixa de 5,24%	3.252	3.254

Banco Comercial Português

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Fin.Bank – EUR 3,725 m	Janeiro, 2006	Julho, 2007	Indexada ao índice Nikkei 225	3.725	3.599
BCP Fin.Bank – EUR 4 m	Janeiro, 2006	Janeiro, 2007	Indexada ao índice Nikkei 225	3.505	3.503
BCP Fin.Bank – EUR 500 m	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2011	Euribor 3 meses + 0,1%	500.000	500.000
BCP Fin.Bank – GBP 50 m	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2009	GBP Libor - BBA 3 meses + 0,04%	74.460	74.332
BCP Fin.Bank – CAD 8 m	Fevereiro, 2006	Agosto, 2007	Taxa fixa de 5,34%	4.984	4.985
BCP Fin.Bank – USD 8 m	Fevereiro, 2006	Agosto, 2007	Taxa fixa de 6,57%	5.344	5.342
BCP Fin.Bank – USD 7,27 m	Março, 2006	Março, 2011	1º ano 7,5% ; 2º ano e seguintes Max (14,35% - 2 * USD Libor 6 meses; 0)	5.520	5.290
BCP Fin.Bank – EUR 1000 m	Março, 2006	Março, 2009	Euribor 3 meses + 0,1%	1.000.000	1.000.000
BCP Fin.Bank – EUR 8 m	Março, 2006	Março, 2009	1º ano 8,5% se "Commodities" na data de observação < Barrier; caso contrário 1º ano 0%; 2º ano 17% se Commodities na data de observação < Barrier; caso contrário 2º ano 0%; 3º ano 25,5% se "Commodities" na data de observação < Barrier; caso contrário 3º ano 0%	7.980	7.508
BCP Fin.Bank – CAD 5 m	Março, 2006	Setembro, 2007	Taxa fixa de 5,6%	3.251	3.252
BCP Fin.Bank – USD 8 m	Março, 2006	Setembro, 2007	Taxa fixa de 6,85%	5.989	5.986
BCP Fin.Bank – EUR 2,5 m	Abril, 2006	Março, 2008	Indexada ao índice GSCI Agriculture	2.500	2.408
BCP Fin.Bank – EUR 200 m	Abril, 2006	Abril, 2010	Euribor 3 meses + 0,125%	200.000	200.000
BCP Fin.Bank – EUR 10 m	Abril, 2006	Setembro, 2007	Indexada ao índice Nikkei 225	10.000	9.797
BCP Fin.Bank – EUR 2,75 m	Abril, 2006	Março, 2008	Indexada a cabaz de 4 índices	2.750	2.750
BCP Fin.Bank – EUR 2,5 m	Abril, 2006	Março, 2008	Indexada ao índice Dow Jones EuroStoxx Technology	2.500	2.409
BCP Fin.Bank – EUR 5,335 m	Abril, 2006	Abril, 2009	Indexada ao índice GSCI Sugar Excess Return	5.175	4.837
BCP Fin.Bank – EUR 13,45 m	Mai, 2006	Mai, 2014	Euribor 6 meses + 37 bp por ano	13.450	13.450
BCP Fin.Bank – EUR 5,65 m	Mai, 2006	Mai, 2014	Euribor 6 meses + 32 bp por ano	5.650	5.650
BCP Fin.Bank – CAD 3 m	Mai, 2006	Novembro, 2007	Taxa fixa de 3,8333%	1.936	1.938
BCP Fin.Bank – USD 10 m	Mai, 2006	Novembro, 2007	Taxa fixa de 4,8333%	6.921	6.920
BCP Fin.Bank – EUR 1,844 m	Mai, 2006	Mai, 2009	Indexada a cabaz de 3 índices	1.844	1.721
BCP Fin.Bank – USD 5,25 m	Mai, 2006	Mai, 2009	(USD Libor 6 meses + 0,5%) *n/N; (n: n.º de dias USD CMS 10Y < Barrier)	2.124	1.727
BCP Fin.Bank – EUR 3,175 m	Junho, 2006	Junho, 2008	1º ano 2,5%; 2º ano, indexado a cabaz de ações	3.175	3.128
BCP Fin.Bank – EUR 11 m	Junho, 2006	Junho, 2014	Euribor 6 meses + 35 bp por ano	11.000	11.000
BCP Fin.Bank – CAD 2 m	Junho, 2006	Dezembro, 2007	Taxa fixa de 4%	1.261	1.265
BCP Fin.Bank – USD 4 m	Junho, 2006	Dezembro, 2007	Taxa fixa de 5%	2.928	2.933
BCP Fin.Bank – EUR 4 m	Junho, 2006	Junho, 2008	1º ano 3%; 2º ano, indexado a cabaz de ações	3.708	3.637
BCP Fin.Bank – GBP 14,6 m	Julho, 2006	Julho, 2011	Taxa Fixa de 5,325%	21.742	21.504
BCP Fin.Bank – EUR 80,21 m	Julho, 2006	Fevereiro, 2011	Euribor 10 meses + 25 bp por ano até 07 Mai 2007 (inclusivé); Euribor 3 meses + 25 bp por ano de 07 Mai 2007 (exclusivé) até maturidade	79.365	79.365
BCP Fin.Bank – USD 3 m	Julho, 2006	Julho, 2016	USD Libor 6 meses + 0,75% *n/N; (n: n.º de dias USD Libor 6 meses < Barrier)	2.278	1.529
BCP Fin.Bank – EUR 10,2 m	Julho, 2006	Julho, 2009	Indexado a cabaz de índices	10.175	9.533
BCP Fin.Bank – USD 1,15 m	Julho, 2006	Julho, 2009	Indexado a cabaz de ações	873	873
BCP Fin.Bank – CAD 3 m	Agosto, 2006	Fevereiro, 2008	Taxa fixa de 4,16667%	1.819	1.822
BCP Fin.Bank – USD 9 m	Agosto, 2006	Fevereiro, 2008	Taxa fixa de 5,1%	5.528	5.533
BCP Fin.Bank – EUR 1,225 m	Agosto, 2006	Agosto, 2009	Indexado a cabaz de índices	1.200	1.116
BCP Fin.Bank – EUR 4,7 m	Agosto, 2006	Agosto, 2009	Indexado a cabaz de 3 ações	4.700	4.700
BCP Fin.Bank – EUR 0,885 m	Agosto, 2006	Agosto, 2009	Indexado a cabaz de 3 índices	885	829
BCP Fin.Bank – EUR 1,5 m	Agosto, 2006	Agosto, 2009	Indexado a cabaz de 2 índices	1.500	1.402
BCP Fin.Bank – EUR 2,5 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Indexado ao activo subjacente: ações da "NOKIA OYJ"	2.500	2.458
BCP Fin.Bank – USD 25 m	Setembro, 2006	Setembro, 2009	USD Libor 1 mês + 0,055% por ano	18.983	18.975
BCP Fin.Bank – EUR 1,5 m	Outubro, 2006	Outubro, 2007	Taxa Fixa de 8,591597%	1.500	1.423
BCP Fin.Bank – EUR 1,15 m	Outubro, 2006	Outubro, 2007	Taxa Fixa de 9,076%	1.150	1.087
BCP Fin.Bank – EUR 1500 m	Outubro, 2006	Outubro, 2009	Euribor 3 meses + 0,1% por ano	1.500.000	1.500.000
BCP Fin.Bank – EUR 1,721 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Cupão: 4% * n/N*0,505556; (n: número de dias em que EUR/USD está entre o intervalo [1,2058;1,3048])	1.721	1.705

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Fin.Bank – EUR 2 m	Novembro, 2006	Novembro, 2009	Indexado a cabaz de índices	2.000	1.826
BCP Fin.Bank – USD 2 m	Novembro, 2006	Novembro, 2009	Indexado a cabaz de índices	1.519	1.345
BCP Fin.Bank – CZK 500 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2011	Pribor 3 meses + 0,09% por ano	18.192	18.165
BCP Fin.Bank – EUR 1,3 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2009	Indexado a cabaz de 3 ações	1.300	1.300
BCP Fin.Bank – USD 3,63 m	Dezembro, 2006	Junho, 2008	Indexado ao índice S&P BRIC 40 Index	2.756	2.683
BCP Fin.Bank – EUR 1,4 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2009	Indexado a cabaz de 3 índices	1.400	1.272
BCP Fin.Bank – EUR 70 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2011	Euribor 3 meses + Margem. Margem: de 18/03/07 a 18/06/08 (inclusivé): 0,02% ao ano; de 18/09/08 a 18/12/08 (inclusivé): 0,07% ao ano; de 18/03/09 a 18/06/09 (inclusivé): 0,11% ao ano; de 18/09/09 a 18/12/09 (inclusivé): 0,13% ao ano; de 18/03/10 a 18/06/10 (inclusivé): 0,15% ao ano; de 18/09/10 a 18/12/10 (inclusivé): 0,17% ao ano; de 18/03/11 a 18/06/11: 0,19% ao ano; de 18/09/11 até à maturidade (inclusivé): 0,19% ao ano.	70.000	69.965
BCP Fin.Bank – EUR 1,28 m	Dezembro, 2006	Junho, 2008	Indexado ao índice S&P BRIC 40 Index	1.280	1.243
BCP Fin.Bank – USD 3,6 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2009	USD Libor 6 meses + 1,2% *n/N; (n: n.º de dias USD Libor 6 meses <= Barrier)	2.733	2.378
BCP Fin.Bank – EUR 1,7 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2011	1º ano: 6% se na data de observação EUR/USD < barreira, 0% caso contrário; 2º ano: 12% se na data de observação EUR/USD < barreira, 0% caso contrário; 3º ano: 18% se na data de observação EUR/USD < barreira, 0% caso contrário; 4º ano: 24% se na data de observação EUR/USD < barreira, 0% caso contrário; 5º ano: 30% se na data de observação EUR/USD < barreira, 0% caso contrário; Barreira: 1,33	1.700	1.418
BCP Fin.Bank – EUR 20 m	Dezembro, 2006	Junho, 2015	Indexado ao índice Nikkei 225	20.000	20.000
BCP Fin.Bank – EUR 2,3 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 7,5%	2.300	2.234
Bank Millennium (Grécia):					
Kion 2006 – I A	Dezembro, 2006	Julho, 2051	Euribor 3 meses + 0,15%	553.800	553.800
Kion 2006 – I B	Dezembro, 2006	Julho, 2051	Euribor 3 meses + 0,27%	28.200	28.200
Kion 2006 – I C	Dezembro, 2006	Julho, 2051	Euribor 3 meses + 0,55%	18.000	18.000
NOVA N.º 2:					
NOVA N.º 2 – Class A Notes	Novembro, 2001	Novembro, 2010	Euribor 3 meses + 0,33%	44.128	44.128
NOVA N.º 2 – Class B Notes	Novembro, 2001	Novembro, 2010	Euribor 3 meses + 0,6%	21.050	21.050
NOVA N.º 2 – Class C Notes	Novembro, 2001	Novembro, 2010	Euribor 3 meses + 0,83%	12.400	12.400
NOVA N.º 3:					
NOVA N.º 3 – Class A Notes	Novembro, 2002	Novembro, 2011	Euribor 3 meses + 0,28%	128.634	128.634
NOVA N.º 3 – Class B Notes	Novembro, 2002	Novembro, 2011	Euribor 3 meses + 0,4%	11.200	11.200
NOVA N.º 3 – Class C Notes	Novembro, 2002	Novembro, 2011	Euribor 3 meses + 0,73%	8.000	8.000
NOVA N.º 3 – Class D Notes	Novembro, 2002	Novembro, 2011	Euribor 3 meses + 1,375%	16.000	16.000
Tagus Global Bond N.º 2:					
Tagus Global Bond N.º 2 – A2	Maió, 2001	Fevereiro, 2011	Euribor 3 meses + 0,45%	31.827	31.826
Tagus Global Bond N.º 2 – B	Maió, 2001	Fevereiro, 2011	Euribor 3 meses + 0,65%	34.000	34.000
Tagus Global Bond N.º 2 – C	Maió, 2001	Fevereiro, 2011	Euribor 3 meses + 1,1%	71.100	71.100
<i>Periodificações</i>					15.387.614
					93.456
					15.481.070

Banco Comercial Português

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
<i>Papel Comercial:</i>					
BCP Finance Bank:					
BCP Finance Bank – EUR 50 m	Janeiro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 2,83%	50.000	49.945
BCP Finance Bank – EUR 45 m	Janeiro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 2,81%	45.000	44.940
BCP Finance Bank – USD 50 m	Janeiro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 4,82%	37.965	37.849
BCP Finance Bank – GBP 70 m	Janeiro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 4,66%	104.244	103.873
BCP Finance Bank – EUR 50 m	Janeiro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 2,89%	50.000	49.884
BCP Finance Bank – USD 20 m	Janeiro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 4,9%	15.186	15.126
BCP Finance Bank – EUR 30 m	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 2,91%	30.000	29.891
BCP Finance Bank – EUR 20 m	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 2,915%	20.000	19.918
BCP Finance Bank – EUR 45 m	Fevereiro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 2,89%	45.000	44.813
BCP Finance Bank – EUR 5 m	Março, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,06%	5.000	4.972
BCP Finance Bank – EUR 10 m	Abril, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,23%	10.000	9.919
BCP Finance Bank – JPY 12,5 m	Abril, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 0,29%	15.931	15.924
BCP Finance Bank – GBP 15 m	Abril, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 4,75%	22.338	22.097
BCP Finance Bank – GBP 10 m	Maió, 2006	Maió, 2007	Taxa fixa de 4,97%	14.892	14.635
BCP Finance Bank – USD 24 m	Maió, 2006	Maió, 2007	Taxa fixa de 5,42%	18.223	17.837
BCP Finance Bank – EUR 25 m	Maió, 2006	Maió, 2007	Taxa fixa de 3,28%	25.000	24.667
BCP Finance Bank – EUR 20 m	Junho, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,37%	20.000	19.838
BCP Finance Bank – USD 20 m	Julho, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,63%	15.186	15.165
BCP Finance Bank – USD 10 m	Julho, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,61%	7.593	7.574
BCP Finance Bank – GBP 10 m	Julho, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 4,77%	14.892	14.863
BCP Finance Bank – EUR 10 m	Julho, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,3%	10.000	9.981
BCP Finance Bank – EUR 32 m	Julho, 2006	Julho, 2007	Taxa fixa de 3,54%	32.000	31.368
BCP Finance Bank – EUR 121,5 m	Julho, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,3%	121.500	121.378
BCP Finance Bank – JPY 17,5 m	Agosto, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 0,48%	22.303	22.293
BCP Finance Bank – USD 10 m	Agosto, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,47%	7.593	7.545
BCP Finance Bank – EUR 100 m	Agosto, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,45%	100.000	99.466
BCP Finance Bank – EUR 20 m	Agosto, 2006	Agosto, 2007	Taxa fixa de 3,61%	20.000	19.530
BCP Finance Bank – EUR 30 m	Agosto, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,44%	30.000	29.835
BCP Finance Bank – USD 20 m	Setembro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,4%	15.186	15.177
BCP Finance Bank – USD 180 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 5,42%	136.674	135.390
BCP Finance Bank – GBP 20 m	Setembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 5,16%	29.784	29.121
BCP Finance Bank – JPY 4000 m	Setembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 0,43%	25.489	25.476
BCP Finance Bank – CHF 10 m	Setembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 1,82%	6.223	6.209
BCP Finance Bank – EUR 12 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,53%	12.000	11.916
BCP Finance Bank – EUR 60 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,555%	60.000	59.547
BCP Finance Bank – EUR 50 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,55%	50.000	49.623
BCP Finance Bank – EUR 53 m	Setembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,5%	53.000	52.744
BCP Finance Bank – EUR 30 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,56%	30.000	29.794
BCP Finance Bank – EUR 105 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,56%	105.000	104.278
BCP Finance Bank – EUR 44 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,56%	44.000	43.650
BCP Finance Bank – EUR 10 m	Setembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,57%	10.000	9.917
BCP Finance Bank – USD 6 m	Setembro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,36%	4.556	4.539
BCP Finance Bank – EUR 25 m	Setembro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,42%	25.000	24.998
BCP Finance Bank – EUR 5 m	Setembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,5%	5.000	4.972
BCP Finance Bank – GBP 10 m	Setembro, 2006	Setembro, 2007	Taxa fixa de 5,33%	14.892	14.327
BCP Finance Bank – EUR 49 m	Setembro, 2006	Setembro, 2007	Taxa fixa de 3,71%	49.000	47.673
BCP Finance Bank – USD 65 m	Setembro, 2006	Setembro, 2007	Taxa fixa de 5,3%	49.355	47.468
BCP Finance Bank – CHF 20 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 1,795%	12.446	12.445
BCP Finance Bank – EUR 10 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,41%	10.000	9.998
BCP Finance Bank – USD 5 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,35%	3.797	3.795
BCP Finance Bank – USD 10 m	Outubro, 2006	Julho, 2007	Taxa fixa de 5,35%	7.593	7.390
BCP Finance Bank – USD 10 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,35%	7.593	7.589
BCP Finance Bank – EUR 15 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,59%	15.000	14.861
BCP Finance Bank – USD 10 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,36%	7.593	7.585
BCP Finance Bank – USD 100 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,36%	75.930	75.851
BCP Finance Bank – EUR 4,5 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,61%	4.500	4.458
BCP Finance Bank – EUR 201 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,62%	201.000	199.118
BCP Finance Bank – EUR 15 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,61%	15.000	14.853

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Finance Bank – EUR 114,5 m	Outubro, 2006	Outubro, 2007	Taxa fixa de 3,77%	114.500	111.272
BCP Finance Bank – EUR 20 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,46%	20.000	19.985
BCP Finance Bank – USD 4 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,33%	3.037	3.033
BCP Finance Bank – EUR 87 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,47%	87.000	86.925
BCP Finance Bank – CHF 10 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 1,83%	6.223	6.220
BCP Finance Bank – EUR 150 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,47%	150.000	149.856
BCP Finance Bank – EUR 15 m	Outubro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,53%	15.000	14.938
BCP Finance Bank – EUR 60 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,625%	60.000	59.455
BCP Finance Bank – EUR 30 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,47%	30.000	29.968
BCP Finance Bank – GBP 35 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,08%	52.122	52.042
BCP Finance Bank – GBP 100 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,085%	148.920	148.692
BCP Finance Bank – EUR 32 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,48%	32.000	31.966
BCP Finance Bank – CHF 5 m	Outubro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 1,88%	3.112	3.100
BCP Finance Bank – GBP 50 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,1%	74.460	74.315
BCP Finance Bank – EUR 25 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,49%	25.000	24.966
BCP Finance Bank – EUR 100 m	Outubro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,56%	100.000	99.547
BCP Finance Bank – EUR 10 m	Outubro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,55%	10.000	9.955
BCP Finance Bank – EUR 10 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,64%	10.000	9.895
BCP Finance Bank – USD 400 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 5,38%	303.721	298.984
BCP Finance Bank – EUR 10 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,63%	10.000	9.894
BCP Finance Bank – JPY 12,5 m	Outubro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 0,44%	15.931	15.923
BCP Finance Bank – JPY 25 m	Outubro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 0,47%	31.861	31.841
BCP Finance Bank – GBP 14 m	Outubro, 2006	Outubro, 2007	Taxa fixa de 5,385%	20.849	19.991
BCP Finance Bank – EUR 60 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,532%	60.000	59.894
BCP Finance Bank – EUR 50 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,53%	50.000	49.887
BCP Finance Bank – CHF 20 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 1,85%	12.446	12.432
BCP Finance Bank – JPY 15 m	Outubro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 0,47%	19.117	19.108
BCP Finance Bank – USD 200 m	Outubro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 5,4025%	151.860	149.328
BCP Finance Bank – GBP 17 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,11%	25.316	25.235
BCP Finance Bank – EUR 70 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,53%	70.000	69.836
BCP Finance Bank – USD 6 m	Outubro, 2006	Julho, 2007	Taxa fixa de 5,39%	4.556	4.420
BCP Finance Bank – EUR 30 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,53%	30.000	29.927
BCP Finance Bank – EUR 50 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,55%	50.000	49.857
BCP Finance Bank – EUR 30 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,545%	30.000	29.915
BCP Finance Bank – EUR 100 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,55%	100.000	99.715
BCP Finance Bank – USD 13 m	Outubro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,35%	9.871	9.826
BCP Finance Bank – USD 50 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,355%	37.965	37.796
BCP Finance Bank – USD 10 m	Outubro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,35%	7.593	7.559
BCP Finance Bank – EUR 43,5 m	Novembro, 2006	Mai, 2007	Taxa fixa de 3,71%	43.500	42.964
BCP Finance Bank – USD 15 m	Novembro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,33%	11.390	11.339
BCP Finance Bank – GBP 30 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,185%	44.676	44.474
BCP Finance Bank – EUR 40 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,56%	40.000	39.874
BCP Finance Bank – EUR 7 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,55%	7.000	6.976
BCP Finance Bank – EUR 50 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,565%	50.000	49.827
BCP Finance Bank – USD 60 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,34%	45.558	45.316
BCP Finance Bank – EUR 25 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,55%	25.000	24.912
BCP Finance Bank – USD 30 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,33%	22.779	22.658
BCP Finance Bank – EUR 5 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,55%	5.000	4.982
BCP Finance Bank – JPY 15 m	Novembro, 2006	Mai, 2007	Taxa fixa de 0,515%	19.117	19.082
BCP Finance Bank – USD 10 m	Novembro, 2006	Mai, 2007	Taxa fixa de 5,38%	7.593	7.452
BCP Finance Bank – GBP 20 m	Novembro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 5,17%	29.784	29.708
BCP Finance Bank – GBP 50 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,2%	74.460	74.049
BCP Finance Bank – EUR 200 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,58%	200.000	199.227
BCP Finance Bank – GBP 21 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,2%	31.273	31.100
BCP Finance Bank – EUR 25 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,58%	25.000	24.894
BCP Finance Bank – GBP 50 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,19%	74.460	73.997
BCP Finance Bank – GBP 35 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,19%	52.122	51.798
BCP Finance Bank – EUR 48 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,58%	48.000	47.791
BCP Finance Bank – USD 50 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,34%	37.965	37.719

Banco Comercial Português

(continuação)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Finance Bank – USD 5 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,33%	3.797	3.771
BCP Finance Bank – USD 60 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,35%	45.558	45.255
BCP Finance Bank – USD 100 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,35%	75.930	75.426
BCP Finance Bank – USD 6 m	Novembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 5,35%	4.556	4.507
BCP Finance Bank – EUR 10 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,58%	10.000	9.955
BCP Finance Bank – EUR 25,5 m	Novembro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 3,71%	25.500	25.222
BCP Finance Bank – GBP 5 m	Novembro, 2006	Novembro, 2006	Taxa fixa de 5,4%	7.446	7.107
BCP Finance Bank – EUR 50 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,575%	50.000	49.812
BCP Finance Bank – USD 10 m	Novembro, 2006	Setembro, 2007	Taxa fixa de 5,345%	7.593	7.308
BCP Finance Bank – EUR 24 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,6%	24.000	23.876
BCP Finance Bank – USD 50 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,33%	37.965	37.675
BCP Finance Bank – EUR 20 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,6%	20.000	19.895
BCP Finance Bank – GBP 12 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,16%	17.870	17.790
BCP Finance Bank – EUR 13 m	Novembro, 2006	Maio, 2007	Taxa fixa de 3,73%	13.000	12.810
BCP Finance Bank – GBP 25 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,19%	37.230	36.931
BCP Finance Bank – EUR 100 m	Novembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,66%	100.000	99.143
BCP Finance Bank – EUR 10,5 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,62%	10.500	10.439
BCP Finance Bank – CHF 50 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 1,91%	31.116	31.020
BCP Finance Bank – GBP 20 m	Novembro, 2006	Maio, 2007	Taxa fixa de 5,29%	29.784	29.159
BCP Finance Bank – EUR 20 m	Novembro, 2006	Novembro, 2006	Taxa fixa de 3,87%	20.000	19.317
BCP Finance Bank – EUR 8,5 m	Novembro, 2006	Novembro, 2007	Taxa fixa de 3,86%	8.500	8.209
BCP Finance Bank – EUR 68 m	Novembro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,58%	68.000	67.811
BCP Finance Bank – EUR 20 m	Novembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,62%	20.000	19.884
BCP Finance Bank – JPY 20 m	Novembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 0,5%	25.489	25.458
BCP Finance Bank – EUR 40 m	Dezembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,58%	40.000	39.877
BCP Finance Bank – USD 100 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 5,335%	75.930	75.272
BCP Finance Bank – EUR 35 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,62%	35.000	34.794
BCP Finance Bank – EUR 25 m	Dezembro, 2006	Janeiro, 2007	Taxa fixa de 3,61%	25.000	24.928
BCP Finance Bank – EUR 10 m	Dezembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,61%	10.000	9.965
BCP Finance Bank – USD 30 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 5,33%	22.779	22.569
BCP Finance Bank – EUR 21,5 m	Dezembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,61%	21.500	21.425
BCP Finance Bank – EUR 10 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,63%	10.000	9.937
BCP Finance Bank – EUR 40 m	Dezembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,61%	40.000	39.856
BCP Finance Bank – USD 20 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 5,33%	15.186	15.043
BCP Finance Bank – GBP 115 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 5,295%	171.258	167.468
BCP Finance Bank – USD 10 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 5,27%	7.593	7.422
BCP Finance Bank – EUR 100 m	Dezembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,63%	100.000	99.618
BCP Finance Bank – EUR 70 m	Dezembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 3,645%	70.000	69.626
BCP Finance Bank – EUR 150 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 3,75%	150.000	147.571
BCP Finance Bank – EUR 50 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 3,75%	50.000	49.190
BCP Finance Bank – USD 50 m	Dezembro, 2006	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 5,3%	37.965	37.732
BCP Finance Bank – USD 10 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2007	Taxa fixa de 5,15%	7.593	7.238
BCP Finance Bank – EUR 60 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,665%	60.000	59.575
BCP Finance Bank – EUR 80 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 3,805%	80.000	78.637
BCP Finance Bank – USD 10 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 5,34%	7.593	7.423
BCP Finance Bank – EUR 10 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 3,79%	10.000	9.829
BCP Finance Bank – USD 100 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 5,345%	75.930	74.114
BCP Finance Bank – EUR 15 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,7%	15.000	14.881
BCP Finance Bank – EUR 300 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2007	Taxa fixa de 3,95%	300.000	289.119
BCP Finance Bank – GBP 8 m	Dezembro, 2006	Dezembro, 2007	Taxa fixa de 5,51%	11.914	11.311
BCP Finance Bank – EUR 20 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 3,71%	20.000	19.836
BCP Finance Bank – USD 25 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 5,34%	18.983	18.746
BCP Finance Bank – GBP 60 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 5,285%	89.352	88.266
BCP Finance Bank – CHF 10 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 2,04%	6.223	6.193
BCP Finance Bank – CHF 10 m	Dezembro, 2006	Março, 2007	Taxa fixa de 2,04%	6.223	6.193
BCP Finance Bank – CHF 25 m	Dezembro, 2006	Abril, 2007	Taxa fixa de 2,08%	15.558	15.452
BCP Finance Bank – EUR 10 m	Dezembro, 2006	Junho, 2007	Taxa fixa de 3,84%	10.000	9.816
					7.114.227

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Euros '000	
	2006	2005
<i>Empréstimos obrigacionistas:</i>		
Até 3 meses	1.214.027	388.000
3 meses até 6 meses	106.948	1.129.882
6 meses até 1 ano	1.747.689	1.459.200
1 ano até 5 anos	11.041.865	8.563.843
Mais de 5 anos	1.277.085	3.210.993
	15.387.614	14.751.918
Periodificações	93.456	23.985
	15.481.070	14.775.903
<i>Papel Comercial:</i>		
Até 3 meses	4.900.543	2.617.959
3 meses até 6 meses	1.560.636	378.503
6 meses até 1 ano	653.048	415.114
	7.114.227	3.411.576
Periodificações	-	(17.412)
	7.114.227	3.394.164
<i>Outros:</i>		
Até 3 meses	10	2.000
3 meses até 1 ano	-	15.941
1 ano até 5 anos	92.047	-
Mais de 5 anos	-	44.613
	92.057	62.554
Periodificações	-	(2.240)
	92.057	60.314
	22.687.354	18.230.381

33. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Vendas a descoberto	54.431	2.303
Empréstimos de títulos	6.569	8.644
Swaps	732.895	552.525
Opções	76.574	254.573
Outros	3.016	-
	873.485	818.045

A rubrica Passivos financeiros detidos para negociação inclui a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística l e) no montante de Euros 54.890.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 57.809.000). Esta nota deve ser analisada em conjunto com a nota 22.

Banco Comercial Português

34. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Provisão para garantias e outros compromissos	75.130	79.825
Provisões técnicas da actividade seguradora:		
De seguro directo e resseguro aceite:		
Para prémios não adquiridos	4.110	3.732
Matemática do ramo vida	33.820	37.417
Para participação nos resultados	3.425	4.257
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	2.226	1.747
Outras provisões	92.430	150.447
	211.141	277.425

Os movimentos da Provisão para garantias e outros compromissos são analisados como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Saldo em 1 de Janeiro	79.825	85.850
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	-	(979)
Outras transferências	(629)	(320)
Dotação do exercício	2.710	16.026
Reversão do exercício	(5.363)	(20.970)
Utilização de provisões	(1.068)	-
Diferenças cambiais	(345)	218
Saldo em 31 de Dezembro	75.130	79.825

Os movimentos nas Outras provisões são analisados como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Saldo em 1 de Janeiro	150.447	139.134
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	-	(1.912)
Outras transferências	(11.009)	(2.539)
Dotação do exercício	28.463	46.792
Reversão do exercício	(10.417)	(4.686)
Utilização de provisões	(63.917)	(25.740)
Diferenças cambiais	(1.137)	(602)
Saldo em 31 de Dezembro	92.430	150.447

Estas provisões foram efectuadas tendo como base a probabilidade da ocorrência de certas contingências relacionadas com a actividade do Grupo.

35. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Obrigações	2.824.114	2.827.043
Acções preferenciais	98.959	120.504
Outros passivos subordinados	9.849	12.522
	2.932.922	2.960.069

A rubrica Acções preferenciais corresponde a acções emitidas por empresas subsidiárias e associadas do Banco que, de acordo com a política contabilística I h), foram classificadas como Passivos Subordinados.

Em 31 de Dezembro de 2006, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
<i>Obrigações não perpétuas</i>					
Banco Comercial Português:					
BCP Março 2011	Junho 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,35%	150.000	147.900
BCP Setembro 2011	Setembro 2001	Setembro 2011	Taxa fixa de 6,15%	120.000	116.146
BPA 1996	Dezembro 1996	Janeiro 2007	Euribor 6 meses + 0,2%	30.000	30.000
Bank Millennium:					
Bank Millennium	Dezembro 2001	Dezembro 2011	Taxa fixa de 4,394%	80.004	80.004
Banco de Investimento Imobiliário:					
BII 1998	Dezembro 1998	Dezembro 2008	Euribor 3 meses + 0,5%	29.928	29.928
BII 2004	Dezembro 2004	Dezembro 2014	Ver referência (i)	15.000	15.000
BCP Finance Bank:					
EMTN 44ª Emissão - 1 Tranche	Março 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,25%	400.000	405.697
EMTN 44ª Emissão - 2 Tranche	Maio 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,25%	200.000	202.848
BCP Fin. Bank Ltd EMTN -119	Outubro 2003	Outubro 2013	Ver referência (ii)	400.000	397.455
BCP Fin. Bank Ltd EMTN -295	Dezembro 2006	Dezembro 2016	Ver referência (iii)	400.000	400.000
BCP Fin. Bank Ltd 2005	Maio 2005	Junho 2015	Ver referência (iv)	300.000	300.013
Tagus Global Bond n.º 2:					
Tagus Global Bond n.º 2 D1 e D2	Maio 2001	Maio 2011	-	20.541	20.541
					2.145.532
<i>Obrigações perpétuas</i>					
BCP - Euro 200 milhões	Junho 2002	-	Ver referência (v)	198.675	186.935
BCP - Euro 175 milhões	Novembro 2002	-	Ver referência (vi)	175.000	165.336
BPA 1997	Junho 1997	-	Euribor 3 meses + 0,95%	199.519	199.521
TOPS's BPSM 1997	Dezembro 1997	-	Euribor 6 meses + 0,4%	74.236	75.499
BCP Leasing 2001	Dezembro 2001	-	Ver referência (vii)	4.986	4.986
					632.277
<i>Acções preferenciais</i>					
Pinto Totta Intenational Finance	Julho 1997	-	Ver referência (viii)	95.887	95.887
<i>Outros passivos subordinados</i>					
Títulos de participação:					
Banco Mello	1987	A partir de 2005	Ver 1º e 2º parágrafos	6.522	6.522
Outros:					
BIM	Dezembro 2000	-	50% Tx Redescuento B.Moçambique	2.900	2.900
					9.422
<i>Periodificações</i>					
					49.804
					2.932.922

- Referências: (i) - Até 10º cupão Euribor 6 meses + 0,4%; Após 10º cupão Euribor 6 meses + 0,9%
- (ii) - Euribor 3 meses + 0,55% (1,05% a partir de Outubro 2008)
- (iii) - Euribor 3 meses + 0,3% (0,8% a partir de Dezembro 2011)
- (iv) - Euribor 3 meses + 0,35% (0,85% a partir de Junho 2010)
- (v) - Até 40º cupão 6,130625%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%
- (vi) - Até 40º cupão 5,41%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%
- (vii) - Até 40º cupão Euribor 3 meses + 1,75%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,25%
- (viii) - Até Julho 2007 7,77%; a partir de Agosto de 2007, a remuneração corresponderá à taxa USD Libor 6 meses + 2,75%

Banco Comercial Português

A remuneração dos Títulos de Participação emitidos pelo Banco Mello, S.A. em 1987, tem duas componentes, uma fixa e outra variável. A parte fixa é determinada aplicando a 70% do valor nominal do título uma taxa de juro igual à taxa de referência da Euribor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrãs da Reuters. A remuneração variável, corresponderá ao produto de 75% do restante valor (30%) nominal do título, pelo valor do índice de crescimento anual dos fluxos de caixa e pela taxa de juro igual à taxa de referência da Euribor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrãs da Reuters. É estabelecido um limite mínimo de remuneração equivalente à taxa de referência da Euribor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrãs da Reuters, decrescida de 30 b.p., e um limite máximo de remuneração equivalente à taxa de referência da Euribor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrãs da Reuters.

O reembolso dos Títulos de Participação emitidos pelo Banco Mello, S.A. em 1987 poderá ocorrer a partir de 15 de Abril de 2005, por iniciativa do participante, sendo feito ao valor nominal. Em qualquer dos casos, o reembolso deverá coincidir com a data de pagamento da remuneração.

A análise dos passivos subordinados pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	Euros '000	
	2006	2005
Até 3 meses	30.000	8.527
3 meses a 1 ano	-	26.097
1 ano até 5 anos	1.003.063	58.523
Mais de 5 anos	1.118.990	2.019.497
Indeterminada	731.065	792.872
	2.883.118	2.905.516
Periodificações	49.804	54.553
	2.932.922	2.960.069

36. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Credores:		
Fornecedores	121.347	79.688
Por contratos de Factoring	19.083	33.415
Outros credores	245.851	335.981
Sector Público Administrativo	49.417	101.627
Juros a pagar	270.024	150.431
Receitas antecipadas	8.169	11.536
Férias e subsídios de férias a pagar	154.387	65.201
Outros custos administrativos a pagar	3.526	4.216
Operações sobre títulos a liquidar	180.145	273.667
Contas diversas	361.650	890.659
	1.413.599	1.946.421

37. Capital, acções preferenciais e outros instrumentos de capital

Em 27 de Março de 2006, no âmbito do exercício do programa de *Stock Options* atribuído em Abril de 2003 aos seus Colaboradores, foi celebrado por escritura pública o aumento de capital resultante do programa de *Stock Options* que correspondeu à emissão de 22.998.229 acções ao valor nominal de 1 Euro. Em resultado do referido aumento de capital, o capital social do Banco passou a ser de Euros 3.611.329.567 representado por 3.611.329.567 acções de valor nominal de 1 Euro cada uma, encontrando-se integralmente realizado.

O valor das acções preferenciais corresponde a duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company e que de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinaranciar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.
- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinada a refinaranciar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

Os valores mobiliários de conversão obrigatória incluídos na rubrica Outros instrumentos de capital em 30 de Junho de 2005, foram tratados como instrumentos compostos (de capital e dívida), os quais, de acordo com os critérios aplicáveis, foram separados nas suas duas componentes e contabilizados em capital próprio, na parte considerada instrumento de capital, no montante de Euros 528.207.000 e na rubrica Componente de dívida de valores convertíveis, na parte considerada como instrumento de dívida.

De acordo com o previsto na ficha técnica, os referidos instrumentos foram convertidos em capital em Dezembro de 2005. Considerando a cotação na data da conversão, a referida conversão resultou num aumento de capital de Euros 330.930.511. As novas acções foram admitidas à cotação no mercado de cotações oficiais da Euronext de Lisboa no dia 6 de Janeiro de 2006.

38. Reserva legal

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 10% dos lucros líquidos anuais, dependendo da actividade económica.

39. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Reservas de justo valor	463.713	341.245
Impostos (AFS)	(20.824)	(24.534)
	442.889	316.711
Reservas e resultados acumulados:		
Reserva legal	416.300	380.267
Reserva estatutária	65.000	49.926
Dividendos antecipados	(133.619)	(107.474)
Outras reservas e resultados transitados	886.149	478.342
"Goodwill" resultante da consolidação	(2.883.580)	(2.883.580)
Diferença cambial de consolidação	(14.551)	(2.961)
Outras reservas de consolidação	(187.477)	(164.762)
	(1.851.778)	(2.250.242)

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 38.

As reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 d). A movimentação durante o ano de 2006 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Euros '000			
	Saldo em 1 Janeiro	Reavaliação	Alienação	Saldo em 31 Dezembro
Eureko, B.V.	174.900	13.100	-	188.000
EDP – Electricidade de Portugal	58.891	112.325	(39.714)	131.502
Banco Sabadell, S.A.	105.501	102.847	(69.416)	138.932
Outros	1.953	3.326	-	5.279
	341.245	231.598	(109.130)	463.713



Banco Comercial Português

A movimentação durante o ano de 2005 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Euros '000			
	Saldo em 1 Janeiro	Reavaliação	Alienação	Saldo em 31 Dezembro
Banca Intesa, S.p.A.	70.400	45.854	(116.254)	-
Eureko, B.V.	156.800	18.100	-	174.900
Friends Provident PLC	19.100	13.164	(32.264)	-
EDP – Electricidade de Portugal	35.900	25.761	(2.770)	58.891
Banco Sabadell, S.A.	60.000	45.501	-	105.501
Outros	(4.887)	6.840	-	1.953
	<u>337.313</u>	<u>155.220</u>	<u>(151.288)</u>	<u>341.245</u>

No âmbito das alienações realizadas em 2006 e 2005 os valores relativos às mais-valias potenciais associadas, foram reconhecidos por contrapartida de resultados, conforme referido nas notas 7 e 22.

40. Títulos próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

	2006			2005		
	Valor de balanço	Número de títulos	Valor unitário médio	Valor de balanço	Número de títulos	Valor unitário médio
Ações do Banco Comercial Português, S.A.	11.433	4.087.916	2,80	31.099	12.284.535	2,53
Outros títulos próprios	10.717	10.038.000		-	-	
	<u>22.150</u>			<u>31.099</u>		

As ações próprias detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

41. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Balanço		Demonstração de Resultados	
	2006	2005	2006	2005
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	-	-	-	3.637
Bank Millennium, S.A.	199.424	309.668	38.577	70.328
BIM – Banco Internacional de Moçambique	24.289	15.099	13.246	5.125
Interbanco, S.A.	-	26.400	-	8.288
Millennium Bank (Grécia)	18	-	-	(619)
Outras subsidiárias	2.317	3.359	161	238
	<u>226.048</u>	<u>354.526</u>	<u>51.984</u>	<u>86.997</u>

A movimentação desta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Saldo em 1 de Janeiro	354.526	395.237
Conversão de moeda estrangeira	(5.541)	14.250
Lucro atribuível a interesses minoritários	51.984	86.997
Dividendos	(58.018)	(31.494)
Aquisição de capital do Millennium Bank (Grécia)	(89.684)	(66.211)
Aquisição de capital do BIM	-	(49.625)
Alienação do capital do Interbanco	(26.400)	-
Outros	(819)	5.372
	<u>226.048</u>	<u>354.526</u>

42. Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Garantias e avales prestados	8.513.334	8.721.428
Garantias e avales recebidos	29.645.865	36.461.227
Compromissos perante terceiros	10.797.340	10.261.063
Compromissos assumidos por terceiros	22.598.588	20.430.345
Valores recebidos em depósito	130.158.525	111.792.421
Valores depositados na Central de Valores	104.147.633	87.343.389
Outras contas extrapatrimoniais	96.044.863	82.274.239

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	7.693.683	7.687.398
Cartas de crédito <i>stand-by</i>	159.628	302.772
Créditos documentários abertos	209.767	210.261
Fianças e indemnizações	260.431	309.076
Outros passivos eventuais	189.825	211.921
	8.513.334	8.721.428
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
<i>Compromissos irrevogáveis</i>		
Contractos a prazo de Depósitos	1.110.244	955.166
Linhas crédito irrevogáveis	1.771.008	1.955.659
Subscrição de títulos	1.067.697	717.610
Outros compromissos irrevogáveis	138.096	200.053
<i>Compromissos revogáveis</i>		
Linhas crédito revogáveis	4.791.573	4.698.809
Facilidades descobertos conta	1.918.722	1.731.814
Outros compromissos revogáveis	-	1.952
	10.797.340	10.261.063

Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

43. Activos sob Gestão

Nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei 252/03, de 17 de Outubro, que regula os organismos de investimento colectivo, as Sociedades Gestoras, em conjunto com o Banco depositário dos fundos, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo cumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei portuguesa e nos regulamentos de gestão dos fundos administrados. O valor total dos fundos geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Banco Comercial Português, S.A.	755.111	520.654
Millennium bcp – Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	6.804.025	6.568.260
BII Investimentos Internacional, S.A.	744.925	629.903
Millennium TFI, S.A.	924.934	414.407
	9.228.995	8.133.224



Banco Comercial Português

O Grupo presta serviços de custódia, gestão de património, gestão de investimentos e serviços de assessoria a terceiras entidades que envolvem a tomada de decisões de compra e venda de diversos tipos de instrumentos financeiros. Estes activos sob gestão não estão incluídos nas demonstrações financeiras. Para determinados serviços prestados são estabelecidos objectivos e níveis de rentabilidade para os activos sob gestão. Os activos sob gestão são analisados como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Fundos de investimento mobiliários	7.391.304	6.954.915
Fundos de investimento imobiliários	1.082.580	657.655
Gestão de Patrimónios	755.111	520.654
Depósito e guarda de valores	117.427.594	101.691.120
	126.656.589	109.824.344

44. Distribuição de resultados

A distribuição de resultados pelos Accionistas e empregados é analisada como segue:

	Euros '000	
	2006	2005
Pagamento de dividendos do Banco Comercial Português, S.A.		
Dividendo do ano	132.768	114.028
Dividendo antecipado	133.619	107.474
	266.387	221.502
Distribuição de resultados pelos empregados das empresas do Grupo	49.942	33.365

45. Factos relevantes ocorridos durante o ano de 2006

Aumento de Capital Resultante do Exercício de Programa de Stock Options – Março de 2006

Em 27 de Março de 2006, no âmbito do programa de *Stock Options* atribuído em Abril de 2003 aos seus Colaboradores, foi celebrada a escritura pública do aumento de capital resultante do programa de *Stock Options*, correspondente a 22.998.229 acções. Em resultado do referido aumento de capital o capital social do Banco passou a ser constituído por 3.611.329.567 acções.

Transformação da Sucursal em Angola em Banco de direito local

Em Fevereiro de 2006, foi aprovado pelas autoridades angolanas o pedido de transformação da Sucursal do Banco Comercial Português em Angola em Banco de direito local por incorporação dos activos e passivos da mesma, com um capital social equivalente a cerca de 25 milhões de US dólares.

Alienação da participação no capital social do Interbanco, S.A.

Na sequência da obtenção das autorizações regulamentares necessárias, durante o terceiro trimestre foi concluído o processo de alienação da participação de 50,001% no capital social do Interbanco, S.A. O adquirente foi o Santander Consumer Finance, S.A., entidade nomeada pela SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., no âmbito do exercício de um direito de preferência.

O preço de venda daquela participação foi, conforme previsto, de Euros 110 milhões, resultando numa mais-valia, em base consolidada de Euros 82,2 milhões.

Aquisição de 15,51% do capital do Bank Millennium (Polónia)

Em Dezembro de 2006, e na sequência do lançamento de Oferta Pública de Aquisição parcial de até 16% do capital social do Bank Millennium, S.A., na Polónia, o Grupo adquiriu 131.701.722 acções do referido Banco, correspondente a 15,51% do capital e dos direitos de voto, ao preço de Pln 7,30 por acção elevando assim a sua participação para 556.325.794 acções correspondentes a 65,51% do capital e dos direitos de voto.

A aquisição, no montante de Euros 253.200.000, gerou um *Goodwill* no montante de Euros 163.987.000.

Alienação da participação detida no capital social do Banque BCP França e do Banque BCP Luxemburgo

Na sequência das negociações entre o Grupo e a Caisse Nationale des Caisses d'Epargne, com vista ao estabelecimento de uma parceria, com tomada de parte do capital dos Bancos Banque BCP S.A.S. (França) e Banque BCP Luxemburgo, o Grupo completou no decurso do exercício de 2006, as alienações de uma percentagem de 80,1% de cada uma das entidades tendo gerado mais-valias no montante de Euros 26.484.000 e Euros 14.781.000 na alienação do Banque BCP França e Banque BCP Luxemburgo, respectivamente.

Alienação da participação detida no capital social do bcp Bank Canadá

Em Dezembro de 2006, o Grupo procedeu à alienação à instituição financeira canadiana BMO Financial Group (ex-Bank of Montreal) de 100% do capital do bcp bank Canada, pelo valor de CAD 40,9 milhões (Euros 27,4 milhões).

Alienação da participação detida no capital social da ONI SGPS, S.A.

No decurso do mês de Novembro de 2006, o Grupo BCP chegou a acordo com a EDP – Energias de Portugal para a alienação da totalidade da sua participação de 1.000 acções da ONI SGPS, representativas de 0,0002% do capital social da sociedade.

O Fundo de Pensões do Grupo estabeleceu idêntico acordo relativo à alienação integral, em condições semelhantes, da participação de 23,0618% por si detida na ONI SGPS. No âmbito do referido acordo foram igualmente cedidos os créditos sobre o Grupo ONI.

46. Planos de remunerações com acções

De acordo com o estabelecido na IFRS 2, os planos de remuneração com acções cuja data de atribuição (*grant date*) é posterior a 7 de Novembro de 2002, foram considerados no âmbito dos ajustamentos de transição em 1 de Janeiro de 2004. Em 2006, a opção dos Colaboradores foi exercida pelo que em Março de 2006 foi celebrada a escritura pública do aumento de capital resultante do exercício do programa de *Stock Options* que correspondeu a um aumento de capital social do Banco em 22.998.229 acções. As características do referido plano são apresentadas como segue:

Beneficiários:

Colaboradores do Grupo que satisfaziam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Ter-lhes sido atribuída gratificação extraordinária igual ou superior a Euros 6.500 no ano de 2003;
- Terem remuneração mensal superior a Euros 3.500;
- Não terem sido excluídos do plano anual de gratificação extraordinária nos três anos anteriores.

Benefício atribuído:

Atribuição de direitos de subscrição de acções a emitir:

Número de Colaboradores abrangidos e quantidade de direitos necessários:

O número de Colaboradores abrangidos por este programa ascendeu a 565, correspondendo a 26.269.755 direitos de subscrição de acções.

Resumo do plano:

Data de atribuição (*grant date*): 21 de Abril de 2003

Número de direitos de subscrição de acções: 26.269.755

Fair value: Euros 0,24

Data de exercício: a partir de 1 de Março de 2006

Valor de mercado:

Data de atribuição ("*grant date*"): Euros 6.305.000

Em conformidade com o disposto na IFRS 2 o justo-valor das opções atribuídas, determinado na *grant date*, foi reconhecido em resultados, por contrapartida de capitais próprios, durante o período do direito de subscrição (*vesting period*), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição. Na data do exercício esse valor foi reconhecido como prémio de emissão.

47. Fair value

O "justo valor" tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de Clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado quer as actuais condições da política de pricing do Grupo.

Assim, o "justo valor" obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Ignora, no entanto, factores de natureza prospectiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Grupo.

Banco Comercial Português

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e Disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito:

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Activos com Acordos de Recompra

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflecte as actuais condições praticadas pelo Grupo em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual.

Activos financeiros detidos para negociação, Passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

No caso de acções não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

Derivados de cobertura

Os derivados de cobertura encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Grupo para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. Os cálculos efectuados incorporam o spread de risco de crédito.

Créditos a clientes sem maturidade definida e débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na actualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais do Grupo para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

Títulos de dívida emitidos e Passivos subordinados

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram reflectidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais o Grupo adopta contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco taxa de juro já registado. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

Para os passivos financeiros com derivados embutidos separáveis e para os quais o Grupo procedeu à sua reavaliação, o cálculo do justo valor destes passivos financeiros incidiu sobre a totalidade das componentes destes instrumentos, pelo que a diferença apurada, em 31 de Dezembro de 2006, no montante de Euros 31.995.000 (31 de Dezembro de 2005: aumento de Euros 46.321.000), que correspondem a um aumento do passivo financeiro, inclui um montante a pagar de Euros 27.092.000 (31 de Dezembro de 2005: um montante a pagar de Euros 32.058.000) que se encontram registados em activos e passivos financeiros detidos para negociação e reflectem o justo valor dos derivados embutidos já registados.

Banco Comercial Português

O quadro seguinte resume os principais ajustamentos aos valores de balanço dos activos e passivos financeiros do Grupo para os quais esses valores não representem o seu justo valor:

Euros '000

	2006					
	De Negociação	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Outros	Valor Contabilístico	Fair value
Caixa e disponibilidades em bancos centrais:	-	-	-	1.679.221	1.679.221	1.679.221
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	917.279	917.279	917.279
Aplicações em instituições de crédito	-	-	6.575.060	-	6.575.060	6.573.962
Crédito a clientes	-	-	56.660.052	-	56.660.052	57.305.164
Activos financeiros detidos para negociação	2.732.724	-	-	-	2.732.724	2.732.724
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4.410.886	-	-	4.410.886	4.410.886
Activos com acordo de recompra	-	-	4.048	-	4.048	4.048
Derivados de cobertura	182.041	-	-	-	182.041	182.041
Investimentos em associadas	-	-	-	317.610	317.610	317.610
	2.914.765	4.410.886	63.239.160	2.914.110	73.478.921	74.122.935
Depósitos de bancos centrais	-	-	539.335	-	539.335	539.335
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	12.124.716	-	12.124.716	12.130.314
Depósito de clientes	-	-	33.244.197	-	33.244.197	33.192.483
Títulos de dívida emitidos	-	-	22.687.354	-	22.687.354	22.719.349
Passivos financeiros detidos para negociação	873.485	-	-	-	873.485	873.485
Derivados de cobertura	121.561	-	-	-	121.561	121.561
Passivos subordinados	-	-	2.932.922	-	2.932.922	3.074.682
	995.046	-	71.528.524	-	72.523.570	72.651.209

Euros '000

	2005					
	De Negociação	Disponíveis para venda	Custo amortizado	Outros	Valor Contabilístico	Fair value
Caixa e disponibilidades em bancos centrais:	-	-	-	1.255.893	1.255.893	1.255.893
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	875.604	875.604	875.604
Aplicações em instituições de crédito	-	-	6.034.211	-	6.034.211	6.035.473
Crédito a clientes	-	-	52.909.115	-	52.909.115	53.344.539
Activos financeiros detidos para negociação	2.346.212	-	-	-	2.346.212	2.346.212
Activos financeiros disponíveis para venda	-	4.631.036	-	-	4.631.036	4.631.036
Activos com acordo de recompra	-	-	80.603	-	80.603	80.603
Derivados de cobertura	80.835	-	-	-	80.835	80.835
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	20.372	20.372	20.372
Investimentos em associadas	-	-	-	277.021	277.021	277.021
	2.427.047	4.631.036	59.023.929	2.428.890	68.510.902	68.947.588
Depósitos de bancos centrais	-	-	58.861	-	58.861	58.861
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	11.206.019	-	11.206.019	11.219.594
Depósito de clientes	-	-	34.395.431	-	34.395.431	34.395.843
Títulos de dívida emitidos	-	-	18.230.381	-	18.230.381	18.276.703
Passivos financeiros detidos para negociação	818.045	-	-	-	818.045	818.045
Derivados de cobertura	34.957	-	-	-	34.957	34.957
Passivos subordinados	-	-	2.960.069	-	2.960.969	3.061.804
	853.002	-	66.850.761	-	67.703.763	67.865.807

Banco Comercial Português

48. Pensões de reforma

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez e outras responsabilidades, cumprindo com os termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT). As responsabilidades do Grupo são cobertas através do Fundo de Pensões Banco Comercial Português, gerido pela PensõesGere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	2006	2005
<i>Número de participantes</i>		
Reformados e Pensionistas	15.389	14.971
Pessoal no activo	10.841	11.317
	26.230	26.288

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 w), a evolução histórica das responsabilidades, do Grupo por pensões de reforma e respectivas coberturas, calculadas com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

	Euros '000				
	2006	2005	2004	2003	2002
<i>Responsabilidades por benefícios projectados</i>					
Reformados e Pensionistas	4.466.823	4.256.913	3.738.983	2.873.493	2.646.388
Pessoal no activo	1.248.536	1.182.435	811.789	836.070	741.145
	5.715.359	5.439.348	4.550.772	3.709.563	3.387.533
Prémio de antiguidade	51.526	52.670	52.038	-	-
Valor do Fundo	(5.578.010)	(5.015.958)	(3.659.282)	(3.381.528)	(3.007.537)
Responsabilidades não financiadas	188.875	476.060	943.528	328.035	379.996
Responsabilidades não cobertas pelo Fundo de Pensões	(461.376)	(429.796)	(352.098)	(332.758)	(379.996)
(Excesso)/Déficit de cobertura	(272.501)	46.264	591.430	(4.723)	-

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica Responsabilidades por benefícios projectados, inclui o montante de Euros 298.446.000 relativo a responsabilidades com serviços passados com o Plano Complementar, que se encontram integralmente cobertas pelo Valor do Fundo.

No seguimento de deliberação do Conselho de Administração Executivo, datada de 21 de Setembro de 2006, o Regime Complementar de Reforma que estava previsto no Plano de Pensões do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português ("Benefício Definido"), passou a ser financiado através de um sistema de contribuição definida. No entanto, os Colaboradores admitidos até à data da referida deliberação mantêm os benefícios a que tinham direito ao abrigo do sistema anterior ("Benefício Definido"), os quais serão assegurados pela empresa do Grupo a que estejam contratualmente vinculados na data da reforma.

Nesta base, as empresas do Grupo procederão, anualmente, à cobertura necessária à garantia daquele benefício. O montante correspondente será determinado de acordo com a avaliação actuarial efectuada em cada ano, sendo o eventual financiamento suplementar assegurado também em base anual.

A evolução das responsabilidades por benefícios projectados durante o exercício de 2006 é analisada conforme segue:

	2006				2005
	Responsabilidades de Pensões	Extra-Fundo		Total	Total
		Prémio antiguidade	Outros benefícios		
Saldo a 1 de Janeiro	5.062.222	52.038	377.758	5.492.018	4.602.810
Custo normal	68.416	3.537	1.918	73.871	62.818
Custo dos juros	234.339	2.379	17.436	254.154	235.079
(Ganhos) e perdas actuariais					
Não decorrentes de alteração de pressupostos	107.874	-	(4.047)	103.827	46.036
Resultantes de alterações de pressupostos					
Alteração da taxa de desconto	-	-	-	-	347.047
Alteração das tábuas de mortalidade	-	-	-	-	247.852
Pagamentos	(260.211)	(6.027)	(21.406)	(287.644)	(257.323)
Programas de reformas antecipadas	83.880	-	37.577	121.457	199.855
Contribuições dos Colaboradores	11.464	-	-	11.464	12.543
Outros	(2.475)	(401)	614	(2.262)	(4.699)
Saldo a 31 de Dezembro	5.305.509	51.526	409.850	5.766.885	5.492.018

Os elementos que compõem o valor do activo do Fundo de Pensões são analisados como segue:

	2006		2005
	Títulos de rendimento variável	2.715.273	2.325.421
Títulos de rendimento fixo	1.807.489	1.486.494	
Imóveis	639.678	641.725	
Outros	415.570	562.318	
Saldo a 31 de Dezembro	5.578.010	5.015.958	

A evolução do valor dos activos do Fundo durante os exercícios de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	2006		2005
	Saldo a 1 de Janeiro	5.015.958	3.659.282
Rendimento esperado dos activos	262.055	201.447	
Ganhos e perdas actuariais	260.347	151.577	
Contribuições para o Fundo	290.940	1.234.927	
Pagamentos	(260.211)	(234.418)	
Contribuições de Colaboradores	11.464	12.543	
Outros	(2.543)	(9.400)	
Saldo a 31 de Dezembro	5.578.010	5.015.958	

A rubrica Imóveis inclui os imóveis registados nas demonstrações financeiras do Fundo e utilizados por empresas do Grupo que, em 31 de Dezembro de 2006, ascendiam a Euros 368.370.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 389.062.000).

As rubricas Títulos de rendimento variável e Títulos de rendimento fixo incluem títulos emitidos por empresas do Grupo que são analisados como segue:

	2006		2005
	Títulos de rendimento fixo	56.098	39.104
Títulos de rendimento variável	269.482	218.051	
	325.580	257.155	

Banco Comercial Português

A evolução dos valores relativos a responsabilidades cobertas pelo Fundo de Pensões e Extra-fundo em 2006 e 2005, é analisado como segue:

Euros '000					
Excesso/(déficit) de cobertura					
	2006				2005
	Responsabilidades de Pensões	Extra-fundo		Responsabilidades Totais	Total
Prémio antiguidade		Outros benefícios			
Valores em 1 de Janeiro	46.264	52.038	377.758	476.060	938.309
Custo normal	68.416	3.537	1.918	73.871	62.818
Custo dos juros	234.339	2.379	17.436	254.154	235.177
Custo com programas de reformas antecipadas	83.880	-	37.577	121.457	199.855
Rendimento esperado dos activos (Ganhos) e perdas actuariais	(262.055)	-	-	(262.055)	(201.447)
Não decorrentes de alterações de pressupostos	(152.473)	-	(4.047)	(156.520)	(105.541)
Alteração na taxa de desconto	-	-	-	-	347.047
Alteração das tábuas de mortalidade	-	-	-	-	247.852
Contribuições para o Fundo	(290.940)	-	-	(290.940)	(1.234.927)
Pagamentos efectuados	-	(6.027)	(21.406)	(27.433)	(22.905)
Outros	68	(401)	614	281	9.822
Valores em 31 de Dezembro	(272.501)	51.526	409.850	188.875	476.060

A análise das contribuições efectuadas ao Fundo pelas empresas do Grupo é apresentada como segue:

Euros '000		
	2006	2005
Acções	77.248	722.025
Outros títulos	213.671	504.713
Dinheiro	21	8.189
	290.940	1.234.927

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor das pensões pagas pelo Fundo ascendeu a Euros 260.211.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 234.418.000).

Em conformidade com o disposto na IAS 19, em 31 de Dezembro de 2006, as perdas actuariais diferidas, incluindo o valor do corredor, são analisadas como segue:

Euros '000		
	Perdas actuariais	
	Corredor	Acima do Corredor
Valores em 1 de Janeiro de 2006	549.201	921.620
Ganhos actuariais		
Não decorrentes de alterações de pressupostos	-	(156.520)
Amortização das perdas actuariais acima do corredor	-	(45.411)
Anulação de perdas actuariais diferidas relativa às responsabilidades com reformas antecipadas	-	(29.001)
Varição do corredor	22.335	(22.335)
Valores em 31 de Dezembro de 2006	571.536	668.353

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do fundo, com referência a 31 de Dezembro de 2006, o valor do corredor calculado de acordo com o parágrafo 92 da IAS 19 ascendia a Euros 571.536.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 549.201.000).

Com referência a 31 de Dezembro de 2006, os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de Euros 668.353.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 921.620.000) será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 20 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 w).

Banco Comercial Português

Em 2006, o Grupo contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de Euros 256.628.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 357.381.000), cuja análise é apresentada como segue:

	2006			2005
	Custo com pensões e outros benefícios	Custo Prémio antiguidade	Custos Totais	Custos Totais
Custo dos serviços correntes	70.334	3.537	73.871	62.818
Custo dos juros	251.775	2.379	254.154	235.079
Rendimento esperado dos activos	(262.055)	-	(262.055)	(201.447)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	45.411	-	45.411	29.356
Custo com programas de reformas antecipadas	121.457	-	121.457	199.855
Anulação de perdas actuariais diferidas relativa às responsabilidades com reformas antecipadas <i>curtailment</i>	24.647	-	24.647	31.720
Outros	-	(857)	(857)	-
Custo do exercício	251.569	5.059	256.628	357.381

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas de taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro bem como das características demográficas dos seus Colaboradores, o Grupo manteve os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2005. A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	Fundo Banco Comercial Português	
	2006	2005
Taxa de crescimento salarial	2,75%	2,75%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxa de rendimento do Fundo	5,5%	5,5%
Taxa de desconto	4,75%	4,75%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV 73/77 - 1º ano	TV 73/77 - 1º ano
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de invalidez	0%	0%
Taxa de <i>turnover</i>	0%	0%
Taxa dos custos com benefícios de saúde	6,5%	6,5%

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19. Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

A taxa de retorno esperada em 2005 para 2006 das principais categorias de activos do fundo de pensões é obtida através de um modelo de simulação o qual toma em consideração o valor das responsabilidades assumidas e a evolução futura dos valores de mercado destes activos de acordo com cenários macroeconómicos específicos. Estes cenários, devidamente calibrados para a zona euro, são gerados por um modelo estocástico, desenvolvido por consultores independentes e que tem por base as melhores práticas internacionais.

Os ganhos actuariais líquidos do exercício de 2006 de Euros 156.520.000 são relativos à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efectivamente verificados e são analisados conforme segue:

	(Ganhos)/Perdas actuariais	
	2006	2005
Taxa de crescimento dos salários	74.827	23.559
Taxa de crescimento das pensões	29.000	22.500
Rendimento dos Fundos	(260.347)	(151.600)
	(156.520)	(105.541)

Banco Comercial Português

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo com pensões. Considerando este impacto procedemos a uma análise de sensibilidade a uma variação de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (passando de 6,5% para 7,5% e passando de 6,5% para 5,5% no exercício de 2006), cujo impacto é analisado como segue:

	Euros '000			
	Variação positiva de 1% (6,5% para 7,5%)		Variação Negativa de 1% (6,5% para 5,5%)	
	2006	2005	2006	2005
Impacto no custo com pensões	455	457	(525)	(530)
Impacto nas responsabilidades	38.629	38.653	(44.572)	(44.837)

O valor estimado das contribuições a efectuar em 2007 no âmbito do plano de pensões é de Euros 42.165.000.

49. Principais alterações na estrutura do Grupo durante o ano de 2006

Durante o ano de 2006, as principais rubricas relativas às subsidiárias alienadas são analisadas conforme segue:

	Euros '000			
	Interbanco	Banque BCP (França)	Banque BCP (Luxemburgo)	BCPBank Canadá
<i>Activos</i>				
Aplicações em instituições de crédito	-	402.483	106.790	18.613
Créditos a clientes	833.593	581.070	252.643	195.758
Outros activos	59.439	175.256	8.956	32.166
	893.032	1.158.809	368.389	246.537
<i>Passivos</i>				
Depósitos em instituições de crédito	664.062	16.976	266.848	9.482
Depósitos de clientes	3.354	1.023.758	75.188	217.457
Títulos de dívida emitidos	5.568	-	5.924	-
Passivos subordinados	35.106	30.000	-	-
Outros passivos	132.141	20.119	3.225	1.856
	840.231	1.090.853	351.185	228.795
<i>Situação Líquida</i>	52.801	67.956	17.204	17.742
Percentagem adquirida/alienada	50,00%	80,10%	80,10%	100,00%
% Situação Líquida	26.400	54.431	13.780	17.742
Mais valia líquida	82.208	26.484	14.781	7.909
Montante recebido da alienação	110.000	91.222	28.561	26.767
Despesas incorridas com a venda e ganhos/perdas cambiais	1.392	10.307	-	1.116

50. Partes relacionadas

O Grupo concede empréstimos no decurso normal das suas actividades a empresas do Grupo e a outras partes relacionadas. No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV), que engloba substancialmente todos os Colaboradores dos Bancos que operam em Portugal, o Grupo concede empréstimos a taxas de juro que se encontram fixadas no ACTV para cada tipo de operação com base em propostas de crédito apresentadas pelos Colaboradores. Por outro lado, apesar de a política do Grupo prever a não concessão de empréstimos à Administração, o Grupo concede empréstimos a membros do Conselho de Administração Executivo e todos os empréstimos foram concedidos substancialmente nas mesmas condições a empréstimos semelhantes concedidos à data a outras entidades e não apresentaram um risco de incobrabilidade superior ao normal ou outras características desfavoráveis.

Os empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração Executivo à data de 31 de Dezembro de 2006 eram no montante de Euros 240.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 252.000), representando 0,01% da Situação Líquida (31 de Dezembro de 2005: 0,01%). A maior parte destes empréstimos são contra-garantidos por hipoteca e destinam-se à aquisição de habitação.

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital e garantias dos empréstimos (excluindo transacções inter-bancárias e do mercado monetário) que o Grupo concedeu a Accionistas que detenham, juntamente com as empresas que detêm, 2% ou mais do capital do Banco (cujo montante agregado, juntamente com as empresas que detêm representam 43,5% do capital social em 31 de Dezembro de 2006 (31 de Dezembro de 2005: 42,7%) descritas no relatório do Conselho de Administração), era de aproximadamente Euros 2.041.803.000 (31 de Dezembro de 2005: Euros 2.764.000.000). Cada um destes empréstimos foi concedido durante o decurso normal dos negócios do Grupo e

substancialmente nas mesmas condições que empréstimos semelhantes concedidos à data a outras entidades e não apresentaram um risco de incobrabilidade superior ao normal ou outras características desfavoráveis.

Remunerações aos membros da Conselho de Administração

O montante agregado das remunerações pagas a membros do Conselho de Administração Executivo para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 era de Euros 26.955.000 (31 Dezembro de 2005: Euros 31.339.000). Estes montantes não incluem contribuições para o fundo de pensões, no montante de Euros 5.706.000 (31 Dezembro de 2005: Euros 9.077.000) para o exercício de 31 de Dezembro de 2006.

A posição Accionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, é a seguinte:

Accionistas/Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2006			
		31-12-2006	31-12-2005	Aquisições	Alienações	Data	Preço Unitário Euros
Membros de órgãos sociais							
Paulo Jorge de A. R. Teixeira Pinto	Acções BCP	867.356	53.048	4.923 (a)		02-Jan-06	2,115
				809.385 (b)		20-Mar-06	1,26
	Capital BCP 2005	0	2.083		2.083 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP F. Bk Conv. 4,75% (01/11)	0	5		5 (d)	03-Jul-06	
Filipe de Jesus Pinhal	Acções BCP	3.100.000	2.500.000	165.550 (a)		02-Jan-06	2,115
				43.445		10-Jan-06	2,34
				43.445		10-Jan-06	2,31
				43.445		12-Jan-06	2,38
				43.445		12-Jan-06	2,43
				43.445		13-Jan-06	2,44
				43.445		17-Jan-06	2,41
				43.445		17-Jan-06	2,39
				43.445		19-Jan-06	2,41
				86.890		31-Jan-06	2,46
	Capital BCP 2005	0	70.028		70.028 (a)	02-Jan-06	2,115
Obrigações BCP F. Bk Conv. 4,75% (01/11)	0	10		10 (d)	03-Jul-06		
Acções Pref. Perp. S. C - BCP Fin. Company	3.500	3.500					
Christopher de Beck	Acções BCP	1.344.415	1.209.491	134.924 (a)		02-Jan-06	2,115
	Acções Bank Millennium (Polónia)	95.000	95.000				
	Capital BCP 2005	0	57.073		57.073 (a)	02-Jan-06	2,115
António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues	Acções BCP	2.187.647	2.000.000	187.647 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	79.375		79.375 (a)	02-Jan-06	2,115
António Manuel P. C. de Castro Henriques	Acções BCP	1.414.276	1.250.000	154.276 (a)		02-Jan-06	2,115
				5.000		17-Nov-06	2,580
				5.000		21-Nov-06	2,560
	Capital BCP 2005	0	65.259		65.259 (a)	02-Jan-06	2,115
Obrigações BCP Finance Perp 4,239% eur	400	0	400 (c)		05-Jan-06	981,5	
Alípio Barrosa Pereira Dias	Acções BCP	200.000	170.900	17.215 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	7.282	11.885		26-Out-06	2,260
					7.282 (a)	02-Jan-06	2,115
Alexandre Alberto Bastos Gomes	Acções BCP	755.045	635.918	56.127 (a)		02-Jan-06	2,115
				63.000		25-Ago-06	2,370
	Capital BCP 2005		23.742		23.742 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações Caixa Cisf Inv. Real (99/06)	0	2.000		2.000 (d)	09-Mai-06	
Obrigações BCP F. Bk Rend. Top (01/06)	0	75		75 (d)	03-Jul-06		
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Acções BCP	800.000	705.000	49.695 (a)		02-Jan-06	2,115
				305		09-Fev-06	2,51
				10.000		11-Mai-06	2,41
				10.000		22-Mai-06	2,22
				10.000		09-Jun-06	2,26
				10.000		27-Jul-06	2,25
				5.000		31-Out-06	2,56
	Capital BCP 2005	0	21.021		21.021 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP F. Bk Altern. World (01/09)	25	25				
Boguslaw Jerzy Kott	Acções BCP	17.500	17.500				
	Acções Bank Millennium (Polónia)	3.023.174	3.023.174				
	BCP Ob Cx European Prd Perf Nov/06 08	100	0	100 (f)		27-Nov-06	100



Banco Comercial Português

(continuação)

Accionistas/Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2006			
		31-12-2006	31-12-2005	Aquisições	Alienações	Data	Preço
							Euro
Membros do Conselho Geral e de Supervisão							
Jorge Manuel Jardim Gonçalves	Acções BCP	10.000.000	10.000.000				
	Obrigações BCP F. Bk C. S.-Up N. (06/15)	244	244				
	Obrigações BCP Finance Perp 4,239% eur	1.000	1.000				
	Obrigações BCP F. Bk Conv 4,75% Jun 2011	0	10		10 (d)	03-Jul-06	
	Acções Bank Millennium (Polónia)	10.000	10.000				
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta	Acções BCP	10.000	100.000		90.000	09-Fev-06	2,51
	Obrigações BCP Finance Perp 4,239% eur	0	150		150	05-Mai-06	936
Gijsbert Swalef	Acções BCP	215.871	183.722	14.269 (a)		02-Jan-06	2,115
				6.400		26-Jan-06	2,48
				2.390		20-Abr-06	2,53
				6.630		08-Jun-06	2,26
				2.460		23-Nov-06	2,56
	Capital BCP 2005	0	6.036		6.036 (a)	02-Jan-06	2,115
António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves	Acções BCP	4.015.577	3.644.100	371.477 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	157.135		157.135 (a)	02-Jan-06	2,115
	Bcp Obrg Cx Sup Inv Mill II 12/10	2.000	2.000				
João Alberto Pinto Basto	Acções BCP	125.186	113.770	11.416 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	4.829		4.829 (a)	02-Jan-06	2,115
Francisco de La Fuente Sánchez	Acções BCP	1.780	1.582	198 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	84		84 (a)	02-Jan-06	2,115
	BCP Obrigações Cx Rend. Cresc. Fev 06/08	900	0	900 (f)		14-Fev-06	50
	BCP Obrigações Cx TOP 6 Maio 06/08	1.000	0	1.000 (f)		09-Mai-06	50
	Obg Cx Aforro Cresct 6% Set 2006/08	1.600	0	1.600 (f)		07-Set-06	50
	BCP Obg Cx Top 10 Novembro 2006/2008	400	0	400 (f)		27-Nov-06	50
Keith Satchell	Acções BCP	2.900	0	2.900		13-Out-06	2,56
Luís Francisco Valente de Oliveira	Acções BCP	62.659	56.865	5.794 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	2.451		2.451 (a)	02-Jan-06	2,115
Luís de Melo Champalimaud	Acções BCP	5.000	0	5.000		02-Mai-06	2,41
Mário Augusto de Paiva Neto	Acções BCP	46.241	42.000	4.241 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	1.794		1.794 (a)	02-Jan-06	2,115
Oliu Creus	Acções BCP	10.000	0	10.000		26-Jul-06	2,24
Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte	Acções BCP	1.421	1.421				
	Acções BCP (g)	14.000.000	14.000.000				
Vasco Maria Guimarães José de Melo	Acções BCP	180.096	180.096		50.000	11-Jul-06	2,24
				50.000		21-Jul-06	2,21
Mário Branco Trindade	Acções BCP	41.085	41.085				
Cônjuge / Filhos Menores							
Paula Maria Von Hafe T. Cruz	Acções BCP	975	886	89 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	38		38 (a)	02-Jan-06	2,115
Teresa Maria A. Moreira Rato Beck	Acções BCP	2.418	2.329	89 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	38		38 (a)	02-Jan-06	2,115
Rita S.G. Castro Henriques	Acções BCP	1.230	1.141	89 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	38		38 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP Super Invt. Millen. II /12/10	77	77				
Rosa Amélia Moutinho Martins Barbosa	Acções BCP	1.533	1.401	132 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	56		56 (a)	02-Jan-06	2,115

(continuação)

Accionistas/Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2006			
		31-12-2006	31-12-2005	Aquisições	Alienações	Data	Preço Unitário Euros
Maria D'Assunção Jardim Gonçalves	Acções BCP Capital BCP 2005 Obrigações BCP F. CO 5,543 PCT Eur	1.221.208 0 5.000	444.121 328.708 5.000	777.087 (a)	328.708 (a)	02-Jan-06 02-Jan-06	2,115 2,115
Alexandra Maria Ferreira C. Gonçalves	Acções BCP Capital BCP 2005	170.000 0	124 78.007	184.413 (a)	14.537 78.007 (a)	02-Jan-06 03-Mar-06 02-Jan-06	2,115 2,52 2,115
Maria Flora Silva M. Paiva Neto	Acções BCP Capital BCP 2005	1.974 0	1.800 74	174 (a)	74 (a)	02-Jan-06 02-Jan-06	2,115 2,115
Maria Teresa Galvão M. A. F. José de Mello	Acções BCP	9.851	9.851				
Martim Almeida Fernandes José de Mello	Acções BCP	430	430				

- (a) Conversão dos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis – Capital BCP 2005.
 (b) Subscrição (*Stock Options* BCP).
 (c) Depósito Interno/Transferência Interna.
 (d) Reembolso.
 (e) Levantamento Interno/Transferência Interna.
 (f) Subscrição.
 (g) Acções BCP detidas indirectamente através da Sociedade por si dominada "PASIM – Sociedade Imobiliária, S.A."

À data de 31 de Dezembro de 2006, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas subsidiárias, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de crédito a clientes e de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, são analisados como segue:

	Aplicações IC's	Crédito clientes	Activos Financ. detidos p/ negociação	Activos Financ. disp. p/ venda	Total
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	4.204.979	-	158.157	1.045.565	5.408.701
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	617.695	-	-	-	617.695
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	779.759	-	-	-	779.759
BCP Finance Bank Ltd	545.304	-	4.566	82.269	632.139
BCP Investment, B.V.	-	44.816	-	-	44.816
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A. C. E.	-	84.041	-	-	84.041
Grupo Millennium bcp Investimento	162.973	-	8.679	466.786	638.438
Grupo Millennium Bank (Grécia)	920.283	-	-	-	920.283
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	-	125.066	-	-	125.066
Outras	4.548	1.000	-	-	5.548
	7.235.541	254.923	171.402	1.594.620	9.256.486

Banco Comercial Português

À data de 31 de Dezembro de 2006, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de crédito a clientes e de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, totalizam o montante de Euros 135.173.000.

À data de 31 de Dezembro de 2006, os débitos do Banco sobre empresas subsidiárias, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, são analisados como segue:

	Euros '000				
	Débitos IC's	Débitos clientes	Títulos de dívida emitidos	Passivos subordinados	Total
Banco Activobank (Portugal), S.A.	171.628	-	-	-	171.628
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	308.470	100	-	-	308.570
Bank Millennium, S.A.	16.207	-	-	-	16.207
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	179.003	-	-	-	179.003
BCP Bank & Trust Company (Cayman) Limited	2.769.997	-	-	-	2.769.997
BCP Finance Bank Ltd	17.504.569	-	-	2.200.828	19.705.397
BCP Finance Company, Ltd	1.579	-	-	1.020.569	1.022.148
BCP Internacional II, S.G.P.S. Sociedade Unipessoal, Lda.	-	480	-	-	480
BCP Investment, B.V.	-	452.037	-	-	452.037
BitalPart, B.V.	3.253	-	-	-	3.253
Millennium BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	89.720	-	-	-	89.720
Grupo Millennium bcp Investimento	454.683	9.914	449.559	2.203	916.359
Grupo Millennium Bank (Grécia)	616.860	-	-	-	616.860
Millennium bcp – Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	-	23.872	-	-	23.872
BCP - Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	-	34.926	-	-	34.926
Pinto Totta International Finance, Limited	-	-	-	97.985	97.985
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	-	895.861	-	-	895.861
Banco Millennium Angola, S.A.	19.363	-	-	-	19.363
Millennium Bank (Turquia)	14.046	-	-	-	14.046
Outras	-	2.416	-	-	2.416
	22.149.378	1.419.606	449.559	3.321.585	27.340.128

À data de 31 de Dezembro de 2006, os débitos do Banco sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Débitos para com instituições de crédito, Débitos para com clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco, totalizam o montante de Euros 94.676.000.

51. Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos de negócio e geográficos

O Grupo desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca Comercial, de Banca de Investimento e de Private Banking e Asset Management.

Caracterização dos Segmentos

A Banca Comercial manteve-se como negócio dominante na actividade do Grupo, tanto em termos de volumes como ao nível de contribuição para os resultados. O negócio de Banca Comercial inclui a rede do Banco Comercial Português em Portugal, actuando como canal de marketing e de distribuição orientado para os segmentos da Banca de Retalho e da Banca de Empresas e Corporate, centrando a sua actividade na satisfação das necessidades dos Clientes particulares e empresa, e os segmentos European Banking e Overseas Banking, onde o Grupo actua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade e em países que apresentam perspectivas de crescimento elevadas, tanto na Europa como noutras regiões.

A estratégia de abordagem da Banca de Retalho em Portugal encontra-se delineada tendo em consideração os Clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados Clientes "retalho", e os Clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justifica uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de Cliente dedicado, designados Clientes "Prestige" e "Negócios". No âmbito da estratégia de *cross-selling* funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da generalidade dos negócios do Millennium bcp.

O segmento Corporate e Empresas inclui a rede Empresas em Portugal, servindo as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados, e a rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado. Desde o início de 2006, integram também este segmento o negócio de "International Corporate Banking", transferido da rede de Private Banking, e a actividade da Direcção Internacional do Banco.

O segmento European Banking prossegue o enfoque nos mercados Polaco e Grego, considerados mercados prioritários, onde o Grupo está representado pelo Bank Millennium (Polónia), um Banco universal, e pelo Millennium Bank (Grécia), uma operação baseada na inovação de produtos e serviços, estando também representado na Turquia, embora com uma dimensão mais reduzida, pelo Millennium Bank (Turquia), uma operação vocacionada para o aconselhamento financeiro.

O segmento Overseas Banking inclui a actividade prosseguida pelo Grupo fora da Europa, estendendo-se a mercados de afinidade, sendo assegurada pelo Millennium bcpbank (Estados Unidos), um Banco global vocacionado para servir a população local e, em especial, a comunidade portuguesa, pelo Millennium bim (Moçambique), um Banco universal, direccionado para Clientes particulares e empresas, e pelo Banco Millennium Angola.

A actividade de Banca de Investimento é desenvolvida essencialmente pelo Millennium bcp Investimento, instituição especializada no mercado de capitais, prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados – project finance, corporate finance, corretagem de valores mobiliários e *equity research* – e na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco.

A actividade de Private Banking e Asset Management é assegurada pela rede de Private Banking em Portugal, pelo Millennium Banque Privée, uma plataforma de Private Banking de direito suíço, pelo ActivoBank7, um Banco de serviço global, especializado nos negócios de bolsa e na selecção e aconselhamento de produtos de investimento de longo prazo, e pelas subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento. No início de 2006, o negócio de International Corporate Banking deixou de integrar este segmento, sendo transferido para o segmento de Empresas e Corporate.

No segmento Outros incluem-se a gestão centralizada de participações financeiras e as restantes actividades e operações de carácter corporativo, as actividades não integradas nos segmentos de negócio, nomeadamente a actividade de "bancassurance", uma "joint-venture" com o Grupo Belga-Holandês Fortis, e outros valores não alocados aos segmentos.

Actividade dos segmentos de negócio em 2006

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da conta de exploração, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando critérios regulamentares de solvabilidade. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

As contribuições líquidas de cada segmento incorporam todos os impactos dos movimentos de fundos descritos anteriormente e reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos relacionados com a realocação de capitais. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo. Os relativos a 2005 foram preparados para efeitos meramente comparativos, tendo em conta as modificações ocorridas no perímetro dos segmentos de negócio.

Segmentos Geográficos

No âmbito da estratégia de desenvolvimento de uma instituição verdadeiramente multidoméstica, o Grupo actua com especial enfoque nos mercados Português, Polaco e Grego, considerados mercados prioritários, operando ainda num conjunto restrito de mercados de afinidade. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal, Polónia, Grécia e Outros, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a actividade desenvolvida pelo Banco Comercial Português em Portugal, pelo Millennium bcp Investimento, pelo ActivoBank7 e pelo Banco de Investimento Imobiliário. O segmento Polónia inclui as operações desenvolvidas pelo Bank Millennium (Polónia) e o segmento Grécia encontra-se representado pela actividade do Millennium Bank (Grécia). O segmento Outros considera as operações do Grupo que não estão incluídas nos restantes segmentos, nomeadamente as actividades desenvolvidas em outros países, tais como Turquia, Estados Unidos, Moçambique e Angola.

Banco Comercial Português

Em 31 de Dezembro de 2006 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como se segue:

Euros '000

	Banca Comercial					Banca de Investimento	Private Banking e Gestão de Activos	Outros	Consolidado
	Banca de Retalho	Empresas e Corporate Banking	Europa	Overseas	Total				
Demonstração de Resultados									
Juros e proveitos equiparados	1.403.068	832.657	565.343	123.632	2.924.700	117.529	116.539	208.333	3.367.101
Juros e custos equiparados	(522.021)	(508.975)	(305.795)	(42.973)	(1.379.764)	(140.879)	(74.468)	(341.230)	(1.936.341)
Margem financeira	881.047	323.682	259.548	80.659	1.544.936	(23.350)	42.071	(132.897)	1.430.760
Comissões e outros proveitos	478.816	142.745	193.553	46.031	861.145	52.807	110.356	90.151	1.114.459
Comissões e outros custos	(40.779)	(10.347)	(53.589)	(14.293)	(119.008)	(6.624)	(44.532)	(68.713)	(238.877)
Comissões e outros proveitos líquidos	438.037	132.398	139.964	31.738	742.137	46.183	65.824	21.438	875.582
Resultados em operações financeiras	-	-	85.733	18.751	104.484	120.160	73	170.201	394.918
Custos com pessoal e FST's	780.603	118.338	335.494	80.835	1.315.270	50.638	67.193	180.890	1.613.991
Amortizações	1.485	199	30.438	9.018	41.140	270	508	69.574	111.492
Custos operacionais	782.088	118.537	365.932	89.853	1.356.410	50.908	67.701	250.464	1.725.483
Imparidade e provisões	(58.983)	(22.134)	(22.947)	(4.783)	(108.847)	(1.870)	(3.162)	(51.228)	(165.107)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	302	302	(290)	-	42.035	42.047
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	-	-	131.382	131.382
Resultado antes de impostos	478.013	315.409	96.366	36.814	926.602	89.925	37.105	(69.533)	984.099
Impostos	(131.453)	(86.737)	(24.565)	(1.503)	(244.258)	(26.190)	(7.197)	125.424	(152.221)
Resultado após impostos	346.560	228.672	71.801	35.311	682.344	63.735	29.908	55.891	831.878
Resultado consolidado do exercício atribuível a:									
Accionistas do Banco	346.560	228.672	71.801	35.311	682.344	63.735	29.908	3.907	779.894
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	51.984	51.984
Balanço									
Caixa e aplicações em instituições de crédito	3.392.170	2.740.391	1.475.255	358.586	7.966.402	3.923.872	659.241	(3.377.955)	9.171.560
Crédito a clientes	26.840.247	16.733.702	7.120.052	741.603	51.435.604	702.026	2.600.177	1.922.245	56.660.052
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	876.826	279.596	1.156.422	2.850.217	2.853	401.394	4.410.886
Outros activos	1.105.052	101.085	1.373.517	112.496	2.692.150	2.281.618	52.396	3.990.084	9.016.248
Total do Activo	31.337.469	19.575.178	10.845.650	1.492.281	63.250.578	9.757.733	3.314.667	2.935.768	79.258.746
Depósitos de instituições de crédito	4.592.473	3.579.511	2.790.662	104.047	11.066.693	4.231.406	971.549	(3.605.597)	12.664.051
Depósitos de clientes	16.160.218	4.886.280	6.415.680	1.225.503	28.687.681	9	1.565.154	2.991.353	33.244.197
Títulos de dívida emitidos	8.083.772	8.812.247	601.489	-	17.497.508	4.172.431	496.610	520.805	22.687.354
Outros passivos	1.492.564	1.147.861	688.620	117.672	3.446.717	1.197.167	162.521	788.799	5.595.204
Total do Passivo	30.329.027	18.425.899	10.496.451	1.447.222	60.698.599	9.601.013	3.195.834	695.360	74.190.806
Capital e Interesses Minoritários	1.008.442	1.149.279	349.199	45.059	2.551.979	156.720	118.833	2.240.408	5.067.940
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	31.337.469	19.575.178	10.845.650	1.492.281	63.250.578	9.757.733	3.314.667	2.935.768	79.258.746

Em 31 de Dezembro de 2005 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como se segue:

Euros '000

	Banca Comercial					Banca de Investimento	Private Banking e Gestão de Activos	Outros	Consolidado
	Banca de Retalho	Empresas e Corporate Banking	Europa	Overseas	Total				
Demonstração de Resultados									
Juros e proveitos equiparados	1.120.991	606.984	459.437	121.760	2.309.172	90.224	154.157	530.180	3.083.733
Juros e custos equiparados	(362.095)	(327.034)	(276.579)	(45.641)	(1.011.349)	(90.006)	(93.218)	(481.501)	(1.676.074)
Margem financeira	758.896	279.950	182.858	76.119	1.297.823	218	60.939	48.679	1.407.659
Comissões e outros proveitos	435.945	144.408	169.604	53.844	803.801	78.271	88.676	178.672	1.149.420
Comissões e outros custos	(34.089)	(12.485)	(48.737)	(21.784)	(117.095)	(6.739)	(32.934)	(146.799)	(303.567)
Comissões e outros proveitos líquidos	401.856	131.923	120.867	32.060	686.706	71.532	55.742	31.873	845.853
Resultados em operações financeiras	-	-	124.621	23.170	147.791	97.439	992	(6.699)	239.523
Custos com pessoal e FST's	885.538	119.159	303.483	76.450	1.384.630	55.835	72.838	255.144	1.768.447
Amortizações	1.365	178	45.691	10.089	57.323	441	898	81.127	139.789
Custos operacionais	886.903	119.337	349.174	86.539	1.441.953	56.276	73.736	336.271	1.908.236
Imparidade e provisões	(31.370)	(26.857)	(4.926)	(6.645)	(69.798)	(5.348)	(82.840)	(12.746)	(170.732)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	384	384	333	-	26.294	27.011
Resultados de alienação de outros activos	-	-	103.332	-	103.332	11.000	-	382.526	496.858
Resultado antes de impostos	242.479	265.679	177.578	38.549	724.285	118.898	(38.903)	133.656	937.936
Impostos	(66.681)	(73.059)	(37.453)	(5.416)	(182.609)	(29.769)	(1.914)	116.843	(97.449)
Resultado após impostos	175.798	192.620	140.125	33.133	541.676	89.129	(40.817)	250.499	840.487
Resultado consolidado do do exercício atribuível a:									
Accionistas do Banco	175.798	192.620	140.125	33.133	541.676	89.129	(40.817)	163.502	753.490
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	86.997	86.997
Balanço									
Caixa e aplicações em instituições de crédito	2.874.620	2.305.907	1.492.023	344.656	7.017.206	2.768.854	818.459	(2.438.811)	8.165.708
Crédito a clientes	23.667.243	14.570.214	4.771.351	897.260	43.906.068	424.557	3.722.693	4.855.797	52.909.115
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.404.445	317.367	1.721.812	2.656.484	2.862	249.878	4.631.036
Outros activos	1.470.948	87.718	2.844.353	115.600	4.518.619	1.684.075	62.255	4.878.794	11.143.743
Total do Activo	28.012.811	16.963.839	10.512.172	1.674.883	57.163.705	7.533.970	4.606.269	7.545.658	76.849.602
Depósitos de instituições de crédito	4.309.404	3.419.739	2.119.636	131.701	9.980.480	2.684.571	1.077.391	(2.477.562)	11.264.880
Depósitos de clientes	16.054.794	4.987.183	5.996.072	1.418.338	28.456.387	9	2.292.017	3.647.018	34.395.431
Títulos de dívida emitidos	5.562.282	6.495.889	1.798	2.397	12.078.556	3.518.176	843.773	1.789.876	18.230.381
Outros passivos	1.194.521	1.046.924	2.097.913	73.949	4.413.307	1.190.190	210.553	2.542.840	8.356.890
Total do Passivo	27.121.001	15.949.735	10.231.609	1.626.385	54.928.730	7.392.946	4.423.734	5.502.172	72.247.582
Capital e Interesses Minoritários	891.810	1.014.104	280.563	48.498	2.234.975	141.024	182.535	2.043.486	4.602.020
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	28.012.811	16.963.839	10.512.172	1.674.883	57.163.705	7.533.970	4.606.269	7.545.658	76.849.602

Banco Comercial Português

Em 31 de Dezembro de 2006 a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Euros '000

	Portugal						Polónia	Grécia	Outros	Consolidado
	Banca de Retalho	Empresas e Corporate Banking	Private Banking e Gestão de Activos	Banca de Investimento	Outros	Total				
Demonstração de Resultados										
Juros e proveitos equiparados	1.403.068	832.657	116.539	117.529	208.333	2.678.126	298.727	178.175	212.073	3.367.101
Juros e custos equiparados	(522.021)	(508.975)	(74.468)	(140.879)	(341.230)	(1.587.573)	(175.663)	(81.261)	(91.844)	(1.936.341)
Margem financeira	881.047	323.682	42.071	(23.350)	(132.897)	1.090.553	123.064	96.914	120.229	1.430.760
Comissões e outros proveitos	478.816	142.745	110.356	52.807	90.151	874.875	130.622	36.338	72.624	1.114.459
Comissões e outros custos	(40.779)	(10.347)	(44.532)	(6.624)	(68.713)	(170.995)	(34.388)	(12.658)	(20.836)	(238.877)
Comissões e outros proveitos líquidos	438.037	132.398	65.824	46.183	21.438	703.880	96.234	23.680	51.788	875.582
Resultados em operações financeiras	-	-	73	120.160	170.201	290.434	92.383	6.322	5.779	394.918
Custos com pessoal e FST's	780.603	118.338	67.193	50.638	180.889	1.197.661	201.875	88.413	126.042	1.613.991
Amortizações	1.485	199	508	270	69.574	72.036	15.768	6.978	16.710	111.492
Custos operacionais	782.088	118.537	67.701	50.908	250.463	1.269.697	217.643	95.391	142.752	1.725.483
Imparidade e provisões	(58.983)	(22.134)	(3.162)	(1.870)	(51.228)	(137.377)	(10.165)	(10.624)	(6.941)	(165.107)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	(290)	42.035	41.745	-	-	302	42.047
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	131.382	131.382	-	-	-	131.382
Resultado antes de impostos	478.013	315.409	37.105	89.925	(69.532)	850.920	83.873	20.901	28.405	984.099
Impostos	(131.453)	(86.737)	(7.197)	(26.190)	125.424	(126.153)	(15.824)	(6.867)	(3.377)	(152.221)
Resultado após impostos	346.560	228.672	29.908	63.735	55.892	724.767	68.049	14.034	25.028	831.878
Resultado consolidado do do exercício atribuível a:										
Accionistas do Banco	346.560	228.672	29.908	63.735	50.519	719.394	34.025	14.034	12.441	779.894
Interesses minoritários	-	-	-	-	5.373	5.373	34.024	-	12.587	51.984
Balanço										
Caixa e aplicações em instituições de crédito	3.392.170	2.740.391	659.241	3.923.870	(3.377.955)	7.337.717	552.388	832.215	449.240	9.171.560
Crédito a clientes	26.840.247	16.733.702	2.600.177	702.026	1.922.243	48.798.395	3.892.067	2.885.377	1.084.213	56.660.052
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	2.853	2.850.217	401.394	3.254.464	767.077	29.533	359.812	4.410.886
Outros activos	1.105.052	101.085	52.396	2.281.620	3.990.087	7.530.240	1.207.086	130.779	148.143	9.016.248
Total do Activo	31.337.469	19.575.178	3.314.667	9.757.733	2.935.769	66.920.816	6.418.618	3.877.904	2.041.408	79.258.746
Depósitos de instituições de crédito	4.592.473	3.579.511	971.549	4.231.406	(3.605.598)	9.769.341	1.775.970	988.356	130.384	12.664.051
Depósitos de clientes	16.160.218	4.886.280	1.565.154	9	2.991.353	25.603.014	4.011.099	1.939.809	1.690.275	33.244.197
Títulos de dívida emitidos	8.083.772	8.812.247	496.610	4.172.431	520.805	22.085.865	1.489	600.000	-	22.687.354
Outros passivos	1.492.564	1.147.861	162.521	1.197.167	788.802	4.788.915	431.423	216.771	158.095	5.595.204
Total do Passivo	30.329.027	18.425.899	3.195.834	9.601.013	695.362	62.247.135	6.219.981	3.744.936	1.978.754	74.190.806
Capital e Interesses Minoritários	1.008.442	1.149.279	118.833	156.720	2.240.407	4.673.681	198.637	132.968	62.654	5.067.940
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	31.337.469	19.575.178	3.314.667	9.757.733	2.935.769	66.920.816	6.418.618	3.877.904	2.041.408	79.258.746

Em 31 de Dezembro de 2005 a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Euros '000

	Portugal									
	Banca de Retailho	Empresas e Corporate Banking	Private Banking e Gestão de Activos	Banca de Investimento	Outros	Total	Polónia	Grécia	Outros	Consolidado
Demonstração de Resultados										
Juros e proveitos equiparados	1.120.991	606.984	154.157	90.224	530.180	2.502.536	255.635	116.677	208.885	3.083.733
Juros e custos equiparados	(362.095)	(327.034)	(93.218)	(90.006)	(481.501)	(1.353.854)	(187.540)	(44.112)	(90.568)	(1.676.074)
Margem financeira	758.896	279.950	60.939	218	48.679	1.148.682	68.095	72.565	118.317	1.407.659
Comissões e outros proveitos	435.945	144.408	88.676	78.271	178.672	925.972	91.887	31.085	100.476	1.149.420
Comissões e outros custos	(34.089)	(12.485)	(32.934)	(6.739)	(146.799)	(233.046)	(24.534)	(15.235)	(30.752)	(303.567)
Comissões e outros proveitos líquidos	401.856	131.923	55.742	71.532	31.873	692.926	67.353	15.850	69.724	845.853
Resultados em operações financeiras	-	-	992	97.439	(6.699)	91.732	115.992	2.909	28.890	239.523
Custos com pessoal e FST's	885.538	119.159	72.838	55.835	255.144	1.388.514	163.389	73.341	143.203	1.768.447
Amortizações	1.365	178	898	441	81.127	84.009	25.789	7.980	22.011	139.789
Custos operacionais	886.903	119.337	73.736	56.276	336.271	1.472.523	189.178	81.321	165.214	1.908.236
Imparidade e provisões	(31.370)	(26.857)	(82.840)	(5.348)	(12.746)	(159.161)	668	(5.897)	(6.342)	(170.732)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	333	26.294	26.627	-	-	384	27.011
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	11.000	382.526	393.526	103.332	-	-	496.858
Resultado antes de impostos	242.479	265.679	(38.903)	118.898	133.656	721.809	166.262	4.106	45.759	937.936
Impostos	(66.681)	(73.059)	(1.914)	(29.769)	116.843	(54.580)	(32.701)	(1.627)	(8.541)	(97.449)
Resultado após impostos	175.798	192.620	(40.817)	89.129	250.499	667.229	133.561	2.479	37.218	840.487
Resultado consolidado do do exercício atribuível a:										
Accionistas do Banco	175.798	192.620	(40.817)	89.129	234.606	651.336	66.780	2.480	32.894	753.490
Interesses minoritários	-	-	-	-	15.893	15.893	66.781	(1)	4.324	86.997
Balanço										
Caixa e aplicações em instituições de crédito	2.874.620	2.305.907	818.459	2.768.854	(2.438.811)	6.329.029	810.884	650.940	374.855	8.165.708
Crédito a clientes	23.667.243	14.570.214	3.722.693	424.557	4.855.797	47.240.504	2.480.633	2.081.921	1.106.057	52.909.115
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	2.862	2.656.484	249.878	2.909.224	1.252.285	30.605	438.922	4.631.036
Outros activos	1.470.948	87.718	62.255	1.684.075	4.878.794	8.183.790	1.210.769	98.918	1.650.266	11.143.743
Total do Activo	28.012.811	16.963.839	4.606.269	7.533.970	7.545.658	64.662.547	5.754.571	2.862.384	3.570.100	76.849.602
Depósitos de instituições de crédito	4.309.404	3.419.739	1.077.391	2.684.571	(2.477.562)	9.013.543	1.215.606	796.913	238.818	11.264.880
Depósitos de clientes	16.054.794	4.987.183	2.292.017	9	3.647.018	26.981.021	3.888.913	1.822.401	1.703.096	34.395.431
Títulos de dívida emitidos	5.562.282	6.495.889	843.773	3.518.176	1.789.876	18.209.996	17.989	-	2.396	18.230.381
Outros passivos	1.194.521	1.046.924	210.553	1.190.190	2.542.840	6.185.028	482.187	151.866	1.537.809	8.356.890
Total do Passivo	27.121.001	15.949.735	4.423.734	7.392.946	5.502.172	60.389.588	5.604.695	2.771.180	3.482.119	72.247.582
Capital e Interesses Minoritários	891.810	1.014.104	182.535	141.024	2.043.486	4.272.959	149.876	91.204	87.981	4.602.020
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	28.012.811	16.963.839	4.606.269	7.533.970	7.545.658	64.662.547	5.754.571	2.862.384	3.570.100	76.849.602



Banco Comercial Português

52. Gestão de riscos

O Grupo está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos das diversas empresas do Grupo é efectuada pelo Grupo de forma centralizada atendendo aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Grupo visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade do Grupo.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercados – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Grupo cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português é responsável pela definição da política de risco incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão dos mesmos, assim como as linhas de orientação que deverão ditar a alocação do capital económico às linhas de negócio.

O Conselho Geral e de Supervisão, através da Comissão de Auditoria e Risco, assegura a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de gestão de risco ao nível do Grupo e de cada entidade. Deve também aprovar por proposta do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, o nível de tolerância ao risco aceitável para o Grupo.

A Comissão de Risco é responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade. Esta Comissão tem quatro sub-comissões, a de Risco de Crédito, a de Mercados e Liquidez, a de Risco Operacional e a de Acompanhamento do Fundo de Pensões.

O Risk-Office é o responsável pela função de controlo de risco em todas as entidades do Grupo por forma a garantir a monitorização global do risco e o alinhamento de conceitos, práticas e objectivos. Deve também informar a Comissão de Risco sobre o nível de risco do Grupo, propondo medidas para melhorar o seu controlo e implementando os limites aprovados.

Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação do Banco Comercial Português regem a sua actuação pelos princípios e decisões tomadas centralmente ao nível das Sub-Comissões de risco, estando dotadas de estruturas do Risk Office, dimensionadas de acordo com os riscos inerentes à respectiva actividade. Em cada subsidiária foi instituída uma Comissão de Controlo de Risco, com a responsabilidade do controlo do risco a nível local, na qual participa o Risk-Office.

Modelo de gestão e controlo de risco

Para efeitos de análise de rentabilidade, quantificação e controlo dos riscos, cada entidade está dividida nas seguintes áreas de gestão:

- **Negociação:** contempla as posições cujo objectivo é a obtenção de ganhos a curto prazo através de venda ou reavaliação. Estas posições são activamente geridas, transaccionáveis sem restrições e podem ser avaliadas frequente e precisamente, incluindo os títulos e derivados de actividades de vendas e as carteiras específicas do "Asset and Liability Management Committee (ALCO)";
- **Financiamento e cobertura:** agrupa os financiamentos institucionais do Grupo e actua como intermediário nas operações de cobertura efectuadas;
- **Investimento:** inclui todas as posições em títulos a deter até à sua maturidade ou durante um período alargado de tempo ou que não sejam transaccionáveis em mercados líquidos;
- **Comercial:** assume a actividade comercial com Clientes;
- **Estrutural:** trata de elementos de balanço ou operações que, dada a sua natureza, não são directamente relacionáveis com nenhuma das outras áreas.

A definição das áreas de gestão permite uma efectiva separação da gestão das carteiras de negociação e bancária.

Avaliação de Riscos

Risco de Crédito

A concessão de crédito baseia-se na prévia classificação de risco dos Clientes e na avaliação rigorosa do nível de protecção proporcionado pelos colaterais subjacentes. Neste sentido foi introduzido um sistema único de notação de risco, Rating Master Scale, baseada na probabilidade de default esperada, permitindo uma maior capacidade discriminante na avaliação dos Clientes e uma melhor hierarquização do risco associado. A Rating Master Scale permite também identificar os Clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia e, em particular, os que estão classificados, no âmbito do novo Acordo de Basileia II, na situação de default.

Todos os modelos de rating/scoring usados no Grupo estão a ser devidamente calibrados para a Rating Master Scale.

Foi introduzido o conceito de nível de protecção como elemento fulcral na avaliação da eficácia do colateral na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização do crédito mais activa e uma melhor adequação do pricing ao risco incorrido.

O Grupo tem vindo a proceder a alterações significativas dos processos de decisão, visando uma maior consistência e eficácia nas decisões.

Foi, neste contexto, aprovado um novo Regulamento de Crédito, revendo e integrando num único documento a regulamentação em matéria de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito.

Para a quantificação do risco de crédito ao nível das diferentes carteiras, o Grupo desenvolveu um modelo baseado numa abordagem actuarial, que permite obter a distribuição de probabilidade das perdas totais. Além da Probabilidade de Incumprimento (PD) e do montante da Perda dado o Incumprimento (LGD), como pontos centrais, é também considerada a incerteza associada ao desenvolvimento destes parâmetros, concretizada pela introdução da respectiva volatilidade. Os efeitos de diversificação/concentração entre os sectores das carteiras de crédito são quantificados pela introdução das respectivas correlações.

Riscos de Mercado

A principal medida utilizada pelo Grupo na avaliação dos riscos de mercado é o VaR (Value at Risk). O cálculo do VaR é efectuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela RiskMetrics, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um intervalo de confiança estatístico unilateral de 99%. No cálculo da volatilidade associada a cada vector de risco o modelo assume uma ponderação maior para as condições de mercado verificadas nos dias mais recentes, garantindo assim uma mais correcta adequação às condições de mercado.

São apurados valores de capital em risco quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos quer em termos consolidados considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

De modo a assegurar que o modelo de VaR adoptado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de backtesting, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados.

Para acompanhar e limitar a tomada de posições em instrumentos em que os riscos de mercado não podem ser correctamente medidos pela metodologia de VaR adoptada (aproximação paramétrica), tais como a exposição a riscos de opcionalidade, são utilizados indicadores de risco apropriados.

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é feita através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço consolidado do Grupo.

Para esta análise são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efectuada a respectiva projecção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de repricing.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo, permite determinar os gap's de taxa de juro por prazo de repricing.

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço em cada moeda é calculada pela diferença entre o valor actual do mismatch de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos fluxos de caixa simulando um deslocamento paralelo da curva de taxa de juro de mercado de + 100bp.

O Grupo realiza mensalmente operações de cobertura com o mercado, tendo em vista reduzir o mismatch de taxa juro das posições de risco associada à carteira de operações pertencentes às áreas comercial e estrutural.

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Grupo é feita utilizando indicadores regulamentares definidos pelas Autoridades de Supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram, igualmente, definidos limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Grupo, para horizontes temporais de curto prazo (até 3 meses) é efectuada diariamente com base em dois indicadores definidos internamente, liquidez imediata e liquidez trimestral, que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projecções de cash-flows para períodos de, respectivamente, 3 dias e 3 meses.

O cálculo destes indicadores é feito adicionando à posição de liquidez do dia de análise os fluxos de caixa futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respectivo (3 dias ou 3 meses) para o conjunto de operações intermediadas pelas áreas de mercados, incluindo-se neste âmbito as operações realizadas com Clientes das redes Corporate e Private que pela sua dimensão são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados. Ao valor assim calculado é adicionado o montante de activos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos do Banco, determinando-se o "gap" de liquidez acumulado em cada um dos dias do período em análise.

Banco Comercial Português

Paralelamente, é efectuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando todos os factores que justificam as variações ocorridas. Esta análise é submetida à apreciação da Sub-Comissão de Riscos de Mercados e Liquidez, visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção de condições de financiamento adequadas à prossecução da actividade.

São efectuados mensalmente, stress tests de liquidez de forma a entender o perfil do risco de liquidez no Banco, assegurar que o Grupo e cada uma das suas subsidiárias está numa posição de cumprir com as suas obrigações na ocorrência de uma situação de crise de liquidez e para contribuir para a preparação do plano de contingência de liquidez e decisões de gestão. Os stress tests implementados baseiam-se numa análise de sensibilidade a cenários de stress, específicos, que afectam apenas o Banco ou crises de mercado.

Risco Operacional

A abordagem à gestão do risco operacional está suportada pela estrutura de processos de negócio e de suporte end-to-end. A gestão dos processos é da competência de Process Owners, primeiros responsáveis pela avaliação dos riscos e pelo reforço da *performance* no âmbito dos seus processos. Os Process Owners são responsáveis por manter actualizada toda a documentação relevante respeitante aos processos, assegurar a efectiva adequação dos controlos existentes, através de supervisão directa ou por delegação nos departamentos responsáveis por esses controlos, coordenar e participar nos exercícios de risk self assessment, detectar e implementar as oportunidades de melhoria, onde se incluem as acções de mitigação para as exposições mais significativas.

Iniciou-se em 2006 o processo sistemático de recolha de perdas operacionais, visando a criação de uma base de dados com informação histórica que permita identificar os processos de maior risco e lançar as acções de mitigação para reduzir as exposições críticas.

53. Normas contabilísticas recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRIC 8 – Âmbito da aplicação da IFRS 2

O International Financial Reporting Committee (IFRIC), emitiu em 12 de Janeiro de 2006 a IFRIC 8 Âmbito da aplicação da IFRS 2 e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que a IFRS 2 Pagamento com Base em Acções se aplica às situações em que a entidade efectua pagamentos com base em acções por um valor aparentemente nulo ou residual. A IFRIC 8 explica que, se o benefício concedido aparenta ser menor que o justo valor do instrumento de capital atribuído ou das responsabilidades assumidas, esta situação indica, normalmente que outro benefício foi ou irá ser recebido pelo que se aplica o IFRS 2.

Este IFRIC é mandatório e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Maio de 2006.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção do IFRIC 8.

IFRIC 9 – Re-avaliação dos derivados embutidos

O International Financial Reporting Committee (IFRIC), emitiu em 12 de Março de 2006 a IFRIC 9 Re-avaliação dos derivados embutidos e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o momento de re-avaliação da separação dos derivados embutidos deverá ser apenas quando existirem alterações aos próprios contratos.

Este IFRIC é mandatório e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Junho de 2006.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção do IFRIC 9.

IFRIC 10 – Reporte Financeiro Interino e Imparidade

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 20 de Julho de 2006 a IFRIC 10 Reporte financeiro intercalar e imparidade e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

Este IFRIC proíbe a reversão das perdas por imparidade reconhecidas nos períodos interinos anteriores, relativamente a Goodwill, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo.

Este IFRIC é mandatório para exercícios a partir de 2007 e a sua aplicação será prospectiva para Goodwill, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo, a partir da data primeira data de adopção da IAS 36 e IAS 39 pela primeira vez.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção do IFRIC 10.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007. Este IFRIC aborda dois assuntos distintos:

- I. a) Contratos onde uma entidade atribui aos seus empregados direitos a instrumentos de capital, e terá que optar em pagar em acções próprias ou terá que adquirir instrumentos de capital de outra entidade para satisfazer a suas obrigações perante os seus Colaboradores;
- b) Contratos onde aos Colaboradores de uma entidade são atribuídos direitos a instrumentos de capital dessa entidade.

2. Contratos de pagamento com acções próprias que envolvem duas ou mais entidades do mesmo Grupo.

Este IFRIC é mandatário para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto com a adopção do IFRIC 11.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros — Divulgações e adenda complementar ao IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 18 de Agosto de 2005 a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e adenda complementar ao IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras. A IFRS introduz novos requisitos para melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros. Substitui a IAS 30 Divulgações nas demonstrações financeiras de Bancos e de instituições financeiras similares e alguns dos requisitos da IAS 32 Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação. A adenda à IAS 1 introduz novos requisitos para divulgações sobre o capital da entidade.

Actualmente o Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma, não tendo ainda completado a sua análise.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 segmentos operacionais e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

A IFRS 8 segmentos operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores Clientes. Esta norma específica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a IAS 34 Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatária para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

54. Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português

Em 31 de Dezembro de 2006, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação pelo método integral, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
AF Internacional, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	498.798	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
Millennium bcp – Gestão de Fundos de Investimento, S.A.	Lisboa	6.720.691	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	–
Interfundos Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	Lisboa	1.500.000	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliários	100,0	100,0	–
BII Investimentos International, S.A.	Luxemburgo	150.000	EUR	Gestão de fundos de investimento mobiliários	100,0	100,0	–
Banco Millennium BCP Investimento, S.A.	Lisboa	75.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
BCP Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	28.500.000	EUR	Capital de risco	100,0	100,0	–
Soticre – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	Lisboa	250.000	EUR	Titularização de Créditos	100,0	100,0	–
CISF Veículos – Sociedade de Aluguer, Lda.	Porto	49.880	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	100,0
Luso Atlântica – Aluguer de Viaturas, S.A.	Porto	1.000.000	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	100,0
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	157.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
BII Internacional, S.G.P.S., Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BII Finance Company Limited	George Town	25.000	USD	Financeira	100,0	100,0	–
Banco ActivoBank (Portugal), S.A.	Lisboa	23.500.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	Maputo	741.000.000	MZM	Banca	66,7	66,7	–
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	2.008.956.625	AOA	Banca	100,0	100,0	100,0
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	849.181.744	PLN	Banca	65,5	65,5	65,5

Banco Comercial Português

(continuação)

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium TFI S.A.	Varsóvia	10.300.000	PLN	Gestão de fundos de investimento mobiliários	65,5	65,5	–
Millennium Dom Maklerski S.A.	Varsóvia	16.500.000	PLN	Corretora	65,5	65,5	–
Millennium Leasing Sp. z o.o.	Varsóvia	43.400.000	PLN	Locação financeira	65,5	65,5	–
Millennium Lease Sp.z o.o.	Varsóvia	86.318.000	PLN	Factoring	65,5	65,5	–
BBG Finance BV	Roterdão	18.000	EUR	Financeira	65,5	65,5	–
TBM Sp.z o.o.	Varsóvia	500.000	PLN	Consultoria e serviços	65,5	65,5	–
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	Genebra	70.000.000	CHF	Banca	100,0	100,0	–
Millennium BCPBank	Newark	2.500.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Bank, Societe Anonyme	Atenas	162.892.500	EUR	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Bank, Anonim Sirketi	Istambul	163.791.316	TRY	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Fin, Vehicles, Vessels, Appliances and Equipment Trading, Societé Anonyme	Atenas	199.980	EUR	Financeira	100,0	100,0	–
BCP Internacional II, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP – Participações Financeiras, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Lisboa	47.000.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BitPart, B.V.	Roterdão	19.370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BCP Investment, B.V.	Amesterdão	620.774.050	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BCP Holdings (USA), Inc.	Newark	250	USD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BCP Bank & Trust Company Ltd.	George Town	340.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Capital Finance Limited	George Town	16.000.000	USD	Investimento	100,0	100,0	–
BCP Finance Bank Ltd	George Town	218.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Company, Ltd	George Town	1.357.828.000	USD	Financeira	100,0	3,0	–
Millennium bcp – Escritório de Representações e Serviços, S/C Ltda.	São Paulo	11.000.000	BRL	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp – Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	240.000	EUR	Serviços de videotex	100,0	100,0	100,0
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Banpor Consulting S.R.L.	Bucareste	1.750.000	RON	Serviços	100,0	100,0	100,0
Paço da Palmeira – Sociedade Agrícola e Comercial, Lda	Braga	39.905	EUR	Sociedade Agrícola	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp – Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	322.000	EUR	Serviços	89,6	90,3	49,3
Servitrust – Trust Management and Services, S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0	100,0	100,0

Em 31 de Dezembro de 2006, as empresas associadas do Grupo Banco Comercial Português eram as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Banque BCP, S.A.S.	Paris	65.000.000	EUR	Banca	19,9	19,9	19,9
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	Luxemburgo	12.500.000	EUR	Banca	19,9	19,9	–
Mozambique Investment Company, Ltd.	Port Louis	9.640	USD	Investimentos	26,3	26,3	26,3
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços Bancários	21,5	21,5	21,5
Unicre – Cartão de Crédito Internacional, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de Crédito	30,3	30,3	30,0
VSC – Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	Lisboa	12.500.000	EUR	Aluguer de longa duração	50,0	50,0	–

Em 31 de Dezembro de 2006, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português do ramo segurador incluídas na consolidação pelo método integral e pelo método da equivalência patrimonial, são apresentadas como segue:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Luso Atlântica – Mediadora de Seguros, S.A.	Porto	50.000	EUR	Mediação de seguros	100,0	100,0	–
Millennium Insurance Agent Unipersonal Limited Liability Company	Atenas	18.000	EUR	Seguros	100,0	100,0	–
Millennium Service Sp. z o.o	Varsóvia	1.000.000	PLN	Seguros	65,5	65,5	–
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	380.765.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	89,0
Seguros & Pensões RE Limited	Dublin	1.500.000	EUR	Resseguro de riscos do ramo vida	100,0	100,0	–
SIM – Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	Maputo	145.670.383	MZN	Seguros	89,6	59,8	–

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium bcp Fortis, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	1.000.002.375	EUR	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	–
Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	12.000.000	EUR	Seguros do ramo saúde	49,0	49,0	–
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	22.375.000	EUR	Seguros do ramo vida	49,0	49,0	–
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	Lisboa	12.500.000	EUR	Seguros de ramos reais	49,0	49,0	–
Pensõesgere, Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	1.200.000	EUR	Gestão de fundos de pensões	49,0	49,0	–

CONTAS DE 2006

112	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas
114	Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada do exercício findo em 31 Dezembro de 2006 do **Grupo Banco Comercial Português**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 79.258.746 milhares de euros e um total de situação líquida atribuível ao Grupo de 4.841.892 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco de 779.894 milhares de euros) e nas Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações na situação líquida do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
 - a) a preparação da informação financeira consolidada, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia, que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira, que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto de empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria.



ÂMBITO

5. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se a informação financeira consolidada está isenta de distorções materialmente relevantes. Para tanto a referida auditoria incluiu:
- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação e do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. A nossa auditoria abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, a referida informação financeira consolidada, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Grupo Banco Comercial Português**, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2007

**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
representada por

Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho
(ROC n° 1081)





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

Exmo. Conselho de Administração Executivo do
Banco Comercial Português, S.A.

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

1. O presente relatório é emitido nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.
2. Procedemos à revisão legal do **Banco Comercial Português, S.A.** (Banco), incluindo o exame das suas Contas individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado emitimos, nesta data, a respectiva Certificação Legal das Contas, sem reservas.
3. De entre outros, foram realizados os seguintes procedimentos:
 - (1) Acompanhamento da gestão do Banco, através da leitura das actas do Conselho de Administração Executivo e de reuniões havidas com os seus representantes, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos considerados necessários.
 - (2) Apreciação das políticas contabilísticas do Banco quanto à sua adequação e consistência, nomeadamente quanto a provisões e amortizações, reconhecimento ou diferimento de custos e proveitos.
 - (3) Verificação da conformidade das contas individuais e consolidadas que compreendem as primeiras, o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, as Demonstrações dos resultados, fluxos de caixa e alterações dos capitais próprios do ano então findo, bem como das respectivas Notas, preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que tem como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.ºs 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e no n.º 2º do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's") e as segundas, o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006, a Demonstração dos Resultados Consolidados, os fluxos de caixa consolidados e as alterações dos capitais próprios consolidados para o exercício então findo e os Anexos e que foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor e adoptadas pela União Europeia.
 - (4) Verificação da conformidade das Demonstrações Financeiras com os registos contabilísticos de suporte.
 - (5) Apreciação do sistema de controlo interno existente no Banco, tendo sido efectuados os testes de conformidade que considerámos apropriados. Estes testes não revelaram deficiências no sistema de controlo interno.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
S.A., uma firma portuguesa membro da KPMG
Internacional, uma cooperativa suíça.

KPMG & Associados - SRCC, S.A.
Capital Social: 511.700 Euros
Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078
Inscrito na C.R.D.C. Nº 189
Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na
Conservatória do registo
Comercial de Lisboa sob o
n.º 715, fls. 178 do Livro C-
2/3



- (6) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, considerados adequados em função da materialidade dos valores envolvidos.
- Revisão analítica da rubrica Créditos sobre clientes.
 - Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Banco.
 - Solicitação de confirmações directas e por escrito junto de Bancos, dos saldos respectivos.
 - Análise dos outros Activos, outros Passivos e Contas de Regularização do Activo e Passivo.
 - Análise de adequação e consistência das políticas de depreciação dos bens do imobilizado, bem como das amortizações do imobilizado incorpóreo.
 - Análise dos encargos a pagar registados nas contas do Passivo.
 - Análise da situação fiscal do Banco e revisão do cálculo do montante estimado a pagar com impostos sobre lucros.
 - Análise das várias componentes dos custos e proveitos, perdas e ganhos, registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
 - Análise das operações e saldos com empresas do Grupo em que o Banco se insere.
 - Análise da informação divulgada no Anexo das Contas.
4. Apreciamos ainda a conformidade do Relatório de Gestão do Conselho de Administração Executivo com as contas examinadas e verificamos que satisfaz os requisitos legais.
5. Solicitamos a Declaração do Órgão de Gestão prevista nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria de Contas.
6. Em consequência do trabalho efectuado, concluímos que não existem aspectos requerendo a atenção do Exmo. Conselho de Administração Executivo.
7. Nesta oportunidade agradecemos a excelente colaboração recebida, no decurso do nosso trabalho, do Conselho de Administração Executivo, Directores e Pessoal do Banco.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2007

**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
representada por,

Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho
(ROC n.º 1081)



RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

Introdução

A consciência de que a confiança nas instituições assenta num modelo de governo corporativo que permita, de forma transparente, garantir a efectiva separação de poderes de gestão e supervisão e instituir um sistema de controlo interno efectivo e independente, conduziram o Banco Comercial Português à adopção de um modelo de governo dualista que lhe permite distinguir-se pela concretização dos princípios que norteiam a sua actuação e que são:

- Dedicção ao Cliente;
- Vocação de excelência;
- Confiança;
- Ética e responsabilidade;
- Respeito pelas pessoas e instituições.

O presente relatório visa pois dar a conhecer, de forma clara e tanto quanto possível exaustiva, as práticas do Banco Comercial Português ligadas ao Governo da Sociedade pelo que, para maior transparência, comparabilidade e facilidade de consulta por parte dos Accionistas e Investidores respeitou-se, na sua redacção, o esquema anexo ao Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários n.º 7/2001 e o disposto no n.º 3 do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários.

118 Capítulo 0 – Declaração de Cumprimento

121 Capítulo I – Divulgação de Informação

142 Capítulo II – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

143 Capítulo III – Regras Societárias

145 Capítulo IV – Órgão de Administração

150 ANEXO AO RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

164 POSIÇÃO ACCIONISTA E OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO



Capítulo 0

Declaração de Cumprimento

Das 14 recomendações emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre o Governo das Sociedades Cotadas, o Banco Comercial Português adopta integralmente 13, sendo a recomendação 8 adoptada parcialmente.

Relativamente à recomendação 8, é entendimento do Conselho de Remunerações e Previdência e do Conselho de Administração Executivo que, por atenção à natureza colegial deste órgão social cujos membros são todos executivos e igual e solidariamente responsáveis pela vida social, não se deverá proceder à discriminação individual das respectivas remunerações.

Acresce ser entendimento destes Órgãos, aceite pelo Conselho Geral e de Supervisão, que, nesta matéria, o que releva para os Accionistas e demais agentes interessados é a completa transparência na divulgação da política de remuneração dos administradores, incluindo a comunicação clara do montante global pago ao Conselho de Administração Executivo pela função desempenhada, bem como das regras que presidiram à fixação do mesmo e à respectiva repartição pelos diversos membros deste Conselho.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Descrição no Presente Relatório
I Divulgação da Informação Recomendação 1 A sociedade deve assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos Accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos Investidores. Para tal deve a sociedade criar um gabinete de apoio ao Investidor.	integral	Capítulo I Pág. 138
II Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas Recomendação 2 Não deve ser restringido o exercício activo do direito de voto, quer directamente, nomeadamente por correspondência, quer por representação. Considera-se para este efeito, como restrição do exercício activo do direito de voto: a) a imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral superior a cinco dias úteis; b) qualquer restrição estatutária do voto por correspondência; c) a imposição de um prazo de antecedência superior a cinco dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência.	integral	Capítulo II Págs. 142-143
III Regras Societárias Recomendação 3 A sociedade deve criar um sistema interno de controlo, para a detecção eficaz de ris-	integral	Capítulo I Págs. 125, 127, 133 Capítulo III Pág. 144-145

<p>cos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu Governo Societário.</p>		<p>Capítulo IV Pág. 148</p>
<p>Recomendação 4 As medidas que sejam adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus Accionistas. Consideram-se nomeadamente contrárias a estes interesses as cláusulas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de Administração Executivo, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos Accionistas do desempenho dos titulares do órgão de Administração Executivo.</p>	<p>integral</p>	<p>Capítulo III Pág. 145</p>
<p>IV Órgão de Administração</p>		
<p>Recomendação 5 O órgão de administração deve ser composto por uma pluralidade de membros que exerçam uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis.</p>	<p>integral</p>	<p>Capítulo IV Págs. 145-146</p>
<p>Recomendação 5-A O órgão de administração deve incluir um número suficiente de administradores não executivos, cujo papel é o de acompanhar e avaliar continuamente a gestão da sociedade por parte dos membros executivos. Titulares de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto.</p>	<p>integral</p>	<p>Capítulo I Págs. 121, 125, 128</p>
<p>Recomendação 6 De entre os membros não executivos do órgão de administração deve incluir-se um número suficiente de membros independentes. Quando apenas exista um administrador não executivo este deve ser igualmente independente. Titulares independentes de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto.</p>	<p>integral</p>	<p>Capítulo I Pág. 125</p>
<p>Recomendação 7 O órgão de administração deve criar Comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e Governo Societários.</p>	<p>integral</p>	<p>Capítulo I Págs. 128 a 133</p>



<p>Recomendação 8 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles, com os interesses da sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais.</p>	parcial	Capítulo IV Págs. 147 a 148
<p>Recomendação 8-A Deve ser submetida à apreciação pela Assembleia Geral Anual de Accionistas uma declaração sobre política de remunerações dos órgão sociais.</p>	integral	Capítulo I Pág. 123
<p>Recomendação 9 Os membros da Comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.</p>	integral	Capítulo I Pág. 123
<p>Recomendação 10 Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros do órgão de administração e/ou trabalhadores. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer.</p>	integral	Capítulo I Pág. 137
<p>Recomendação 10-A A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da sociedade, com os seguintes elementos: indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações, indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante. As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório do governo das sociedades.</p>	integral	Capítulo IV Pág. 148
<p>V Investidores Institucionais</p> <p>Recomendação 11 Os Investidores institucionais devem tomar em consideração as suas responsabilidades quanto a uma utilização diligente, eficiente e crítica dos direitos inerentes aos valores mobiliários de que sejam titulares ou cuja gestão se lhes encontre confiada, nomeadamente quanto aos direitos de informação e de voto.</p>	integral	Capítulo I Pág. 138

Capítulo I

Divulgação de Informação

Modelo de Governo Societário do Banco Comercial Português

O modo de organização da sociedade, como meio para atingir os objectivos a que o Banco Comercial Português se propõe, tem sido um dos pontos de constante reflexão interna do Banco que tem tido a preocupação de acompanhar atentamente a evolução de diferentes modelos organizativos que, a nível nacional e internacional, têm sido implementados.

Como resultado dessa reflexão, que pondera a dinâmica própria da vida societária e as particularidades que distinguem o Banco Comercial Português, a Assembleia Geral Anual do Banco, realizada em Março de 2006, aprovou uma proposta de revisão do contrato de sociedade que, não só incorpora os principais critérios de avaliação do Bom Governo Societário – equidade, transparência, alinhamento interno e responsabilização – como adopta as práticas que permitem assegurar os objectivos dos melhores modelos de Governo Societário – separação de funções, especialização da supervisão, controlo financeiro e de gestão, controlo de risco, conflito de interesses e orientação para a sustentabilidade.

Com o novo modelo de governo implementado, o Banco Comercial Português coloca-se como instituição de referência no que respeita a Corporate Governance, posicionando-se na linha da frente entre as sociedades que adoptam os melhores critérios internacionais aplicáveis às instituições financeiras, dando cumprimento às recomendações da CMVM relativas ao governo das sociedades cotadas.

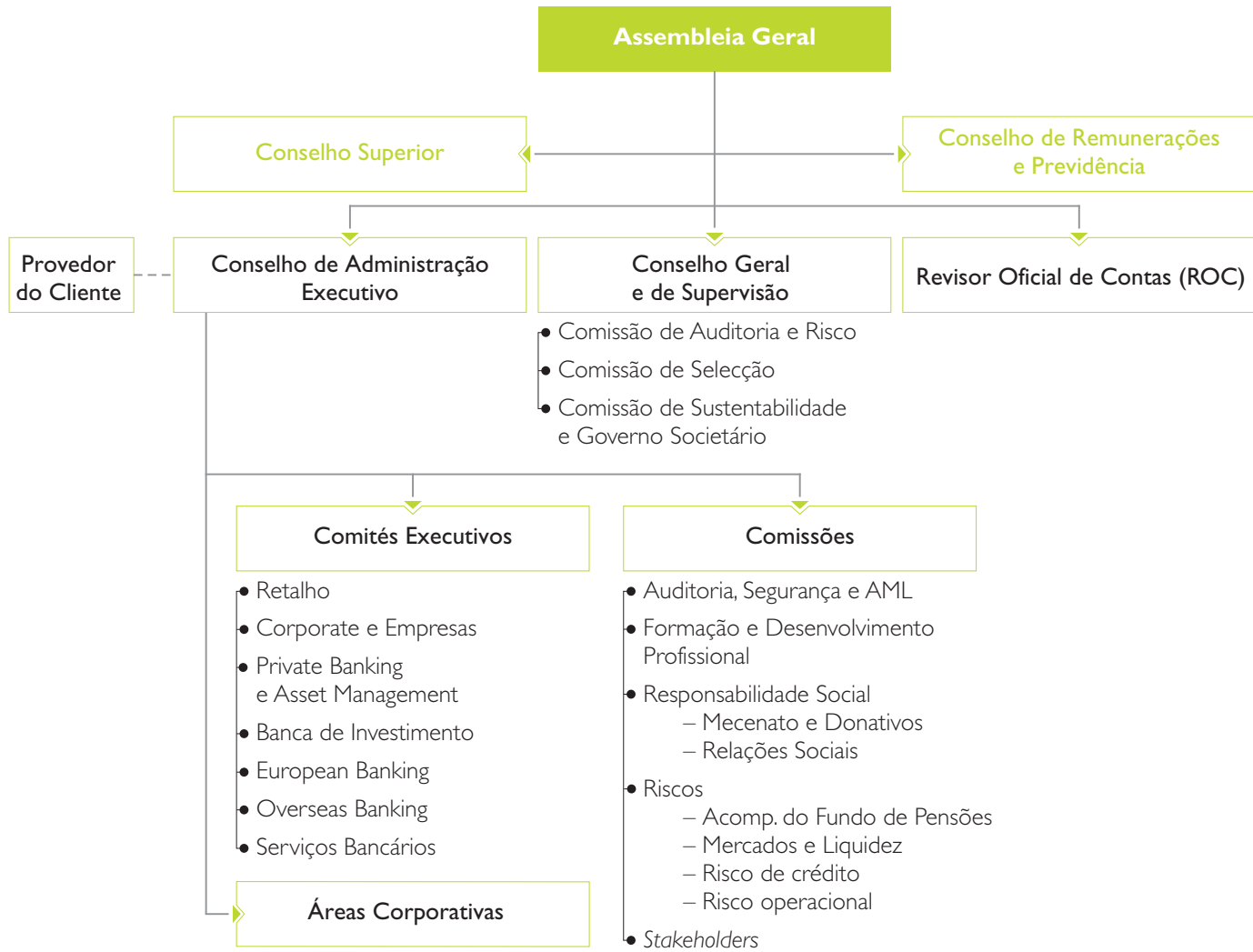
Acresce que o modelo de Governo Societário actualmente vigente no Banco Comercial Português em tudo respeita e acompanha os princípios fundacionais do Banco. O Conselho de Administração Executivo mantém a sua autonomia e será eleito e destituído pela Assembleia Geral, a quem compete igualmente a eleição do Conselho Geral e de Supervisão e a designação do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo.

O actual modelo permite garantir a separação entre a gestão e a supervisão, permitindo que esta seja assegurada por membros não executivos e independentes em relação à sociedade e sua gestão.

Com a adopção deste novo modelo, extinguiram-se o Conselho Fiscal e o Conselho de Auditoria, tendo-se criado o Conselho Geral e de Supervisão, responsável, nomeadamente, por fiscalizar as actividades do Conselho de Administração Executivo, sendo composto por um número de membros sempre superior ao do Conselho de Administração Executivo, eleitos em Assembleia Geral, que para além de terem formação e competência adequadas devem, na sua maioria, preencher requisitos de independência, ou seja, não estar associados a qualquer Grupo de interesses específicos na sociedade.



MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO



Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade e representa a universalidade dos Accionistas, competindo-lhe eleger e destituir a sua própria Mesa, os membros dos órgãos de administração e supervisão, o Auditor Externo, aprovar a alteração do contrato de sociedade, deliberar sobre o relatório e contas e as propostas de aplicação de resultados, sobre as matérias que lhe sejam submetidas a pedido dos órgãos de administração e fiscalização e, em geral, deliberar sobre todas as matérias que lhe sejam especialmente atribuídas pela lei ou pelo contrato de sociedade, ou que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos da sociedade.

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria simples de votos emitidos, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada, destacando-se neste caso as deliberações sobre alteração do contrato de sociedade que devem ser aprovadas por dois terços ou três quartos dos votos emitidos, tudo conforme artigo 21.º do dito contrato.

A Mesa da Assembleia Geral é Presidida pelo Dr. Luís Neiva dos Santos, sendo seu Vice-presidente o Dr. Miguel Galvão Teles. A Mesa é secretariada pela secretária da sociedade. O mandato em curso é de 2005/2007.

Conselho de Remunerações e Previdência

Este Conselho fixa a remuneração do Conselho de Administração Executivo e aprova a política orientadora dessa mesma remuneração. Esta política foi exaustivamente divulgada no relatório do Governo da Sociedade relativo ao exercício de 2005, e será, na Assembleia que aprovar as contas de 2007, submetida à apreciação dos Accionistas.

Este Conselho é composto por Accionistas eleitos em Assembleia Geral, e tem a seguinte composição:

Presidente: António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves

Vogais: João Alberto Ferreira Pinto Basto

Pedro Maria Caláinho Teixeira Duarte

O mandato em curso é de 2005/2007, sendo dois dos seus três membros qualificados como independentes em relação à sociedade, sendo todos rigorosamente independentes em relação aos membros do Conselho de Administração Executivo.





Conselho Superior

Este corpo social, eleito em Assembleia Geral, é exclusivamente composto por Accionistas do Banco. A sua composição para o mandato em curso que é 2005/2008 é a seguinte:

<i>Presidente:</i>	José Manuel Pita Goes Ferreira
Jorge Manuel Jardim Gonçalves	Josep Oliu Creus
	José de Sousa Cunhal Melero Sendim
<i>Vice-Presidentes:</i>	Keith Satchell
António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves	Luís de Melo Champalimaud
João Alberto Pinto Basto	Luís Francisco Valente de Oliveira
Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte	Manuel Alfredo da Cunha José de Mello
Vasco Maria Guimarães José de Mello	Manuel Roseta Fino
Gijsbert J. Swalef	Mário Augusto de Paiva Neto
	Mário Fernandes da Graça Machungo
<i>Vogais:</i>	Ricardo Herculano Freitas Fernandes
Angelo Ludgero da Silva Marques	Ricardo Manuel Simões Bayão Horta
António Augusto Serra Campos Dias da Cunha	Vasco Luís S. Quevedo Pessanha
António Luís Guerra Nunes Mexia	Mário Branco Trindade
Dimitrios Contominas	José Eduardo de Faria Neiva dos Santos
E. Alexandre Soares dos Santos	
Francisco de la Fuente Sánchez	<i>Por inerência de funções:</i>
Henrique Jaime Welsh	O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Hipólito Mendes Pires	Os membros do Conselho Geral e de Supervisão
Jaime de Sousa Lima	O Presidente do Conselho de Administração
Jassim Mohamed Al-Bahar	Executivo

Ao Conselho Superior é cometido o especial acompanhamento da vida social, incumbindo-lhe, mediante parecer prévio, pronunciar-se sobre os mais relevantes aspectos da actividade do Banco e do Grupo, nomeadamente sobre: política geral de gestão, plano de actividades, orçamentos e planos de investimentos anuais, pedido de convocação de Assembleia Geral e propostas ou relatórios a submeter a esta, relatório de gestão e contas anuais, extensões ou reduções importantes da actividade da Sociedade e modificações importantes na organização da empresa, mudança de sede, aumentos de capital social e projectos de cisão, fusão e transformação da Sociedade.

O Conselho Superior, no qual estão representados Accionistas (associados a institucionais, de referência, minoritários, nacionais e estrangeiros), e têm assento o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, todos os membros do Conselho Geral e de Supervisão e o Presidente do Conselho de Administração Executivo, tem demonstrado ser uma importante mais-valia para o Grupo, bem como uma peça fundamental do modelo de governo, especialmente na implementação de uma política de comunicação contínua com os Accionistas. O que tem permitido ao Banco ir ao encontro da recomendação do *Combined Code inglês* que na sua secção D.I recomenda: "deve haver diálogo com os Accionistas baseado na mútua compreensão dos objectivos. Sendo que o Conselho, como um todo, tem responsabilidade por garantir um efectivo e adequado diálogo."

Durante o exercício de 2006, o Conselho Superior reuniu quatro vezes no âmbito da sua actividade corrente de acompanhamento da sociedade e uma, em 13 de Março de 2006, por convocação extraordinária para se pronunciar, entre outras matérias, sobre a alteração de Estatutos e o lançamento de uma Oferta Pública de Aquisição da totalidade do capital social do Banco BPI, S.A..

Conselho Geral e de Supervisão

O Conselho Geral e de Supervisão (CGS) é o órgão social responsável pela função de Supervisão, de acordo com o modelo dualista adoptado que materializa a separação das funções de Gestão e de Supervisão no Banco Comercial Português.

O CGS, eleito em Assembleia Geral de Accionistas, é composto por 11 membros efectivos e quatro suplentes, número que, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais e com os Estatutos do Banco, será sempre superior ao dos membros do Conselho de Administração Executivo (CAE).

Todos os membros deste Conselho são não executivos, sendo qualificados como Independentes sete membros, no critério conjunto da CMVM e da directiva da Comissão Europeia.

A presente composição do CGS, eleita na Assembleia Geral de Accionistas de 13 de Março de 2006 para o triénio 2006/2008, é a seguinte:

Presidente:	Jorge Manuel Jardim Gonçalves (71 anos)
Vice-Presidentes:	Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (66 anos) Gijsbert J. Swalef (66 anos) António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves (66 anos)
Vogais:	Keith Satchell (55 anos) João Alberto Ferreira Pinto Basto (75 anos) Josep Oliu Creus (57 anos) Francisco de la Fuente Sánchez (64 anos) Luís Francisco Valente de Oliveira (69 anos) Luís de Melo Champalimaud (54 anos) Mário Augusto de Paiva Neto (80 anos)
Vogais Suplentes:	Pedro Maria Calaínho Teixeira Duarte (52 anos) Vasco Maria Guimarães José de Mello (50 anos) Mário Branco Trindade (70 anos) José Eduardo de Faria Neiva dos Santos (69 anos)

O CGS acompanha, fiscaliza, supervisiona e aconselha o CAE, nomeadamente, nas seguintes matérias: emissão de parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício, políticas e sistemas de Controlo Interno, política de Gestão de Riscos, política de *Compliance*, independência do Revisor Oficial de Contas, definição de critérios e competências na composição de estruturas e órgãos internos, emissão de parecer sobre a designação dos membros dos órgãos e corpos sociais do Banco e das empresas participadas, políticas de Sustentabilidade e políticas de Governo da Sociedade. Compete também ao CGS emitir parecer sobre o voto anual de confiança nos membros dos órgãos de administração, substituir em caso de falta ou impedimento membros do CAE e solicitar a convocação da Assembleia Geral quando entenda conveniente.

Ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, eleito na Assembleia Geral de 13 de Março de 2006, compete em especial representar o CGS, convocar reuniões e determinar as respectivas Ordens de Trabalho, designar o Membro do CGS que, nos termos do n.º 5 do artigo 432.º do Código das Sociedades Comerciais, deva assistir às reuniões do CAE, presidir ao Conselho Superior do Banco e ao Conselho de Presidentes.



Com vista ao cumprimento das suas competências, o CGS instituiu três Comissões Especializadas para o exercício de funções específicas, cuja composição compreende, além dos Membros Conselheiros, que serão os membros efectivos ou suplentes do CGS nomeados para as Comissões, também Membros Peritos, pelo contributo que estes, em função da respectiva formação académica e experiência profissional, trazem ao bom funcionamento e desempenho de cada Comissão.

A **Comissão de Auditoria e Risco (CAR)**, Comissão para as matérias financeiras, coadjuva e aconselha o CGS em matérias relativas ao Relatório de Gestão e Contas do Exercício, aos Sistemas de Controlo Interno, à política de Gestão de Riscos, à política de *Compliance*, independência do Revisor Oficial de Contas. A CAR tem a seguinte composição:

Presidente: Ricardo Bayão Horta
Vice-Presidente: João Alberto Pinto Basto
Mário Branco Trindade
Maarten Dijkshoorn
Germano Marques da Silva

A **Comissão de Selecção (CS)** coadjuva e aconselha o CGS em matérias relativas à determinação do perfil de competências e composição das estruturas e órgãos internos e efectua recomendações ao CGS sobre listas de membros para os órgãos e corpos sociais do Banco e das empresas participadas e na formulação de parecer sobre o voto anual de confiança nos membros dos órgãos de administração. A CS tem a seguinte composição:

Presidente: Jorge Manuel Jardim Gonçalves
Vice-Presidente: António Costa Gonçalves
João Alberto Ferreira Pinto Basto
Ângelo Ludgero Marques
Luís Neiva Santos

A **Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário (CSGS)** coadjuva e aconselha o CGS em matérias relativas às políticas de Sustentabilidade e de Governo da Sociedade. A CSGS tem a seguinte composição:

Presidente: Jorge Manuel Jardim Gonçalves
Vice-Presidente: António da Costa Gonçalves
Francisco de la Fuente Sánchez
José de Sousa Cunhal Melero Sendim
João Soares da Silva
Rafael Mora

Durante o exercício de 2006, o CGS reuniu por quatro vezes, tendo as suas Comissões Especializadas CAR, CSGS e CS reunido por cinco, duas e uma vez, respectivamente.

O CGS elabora anualmente um relatório sobre a sua actividade que apresentará à Assembleia Geral de Accionistas e publicará conjuntamente com o Relatório e Contas Anual do Banco.

Gabinete da Presidência do Conselho Geral e de Supervisão

O Gabinete da Presidência do Conselho Geral e de Supervisão, nomeado pelo Presidente do CGS, apoia o Presidente do CGS, o CGS e as respectivas Comissões Especializadas, competindo-lhe, entre outras funções, providenciar para que os Conselheiros tenham acesso a toda a informação e disponham dos esclarecimentos que necessitem, e apoiar técnica e administrativamente o Presidente do CGS, o CGS e as Comissões Especializadas, nomeadamente, recolhendo e compilando informação e outros elementos para análise, efectuando estudos, inquirições e demais trabalhos preparatórios entendidos necessários.

Ao Chefe do Gabinete compete, entre outras funções, acompanhar presencialmente as reuniões do CGS e das Comissões Especializadas e efectuar e receber notificações e solicitações feitas por Conselheiros ou a eles dirigidas.

Chefe do Gabinete da Presidência do Conselho Geral e de Supervisão: Luís Gomes.

Revisor Oficial de Contas (ROC)

No regime dualista adoptado pelo Banco Comercial Português, compete ao Revisor Oficial de Contas (ROC), designadamente, verificar a regularidade dos livros e registos contabilísticos, a exactidão dos documentos de prestação de contas, as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, devendo elaborar anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora.

O ROC é eleito pelos Accionistas em Assembleia Geral por mandatos de três anos, sendo o mandato em curso de 2005/2007. A função é desempenhada pela sociedade KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho, sendo suplente Ana Cristina Soares Valente Dourado.

Provedor do Cliente

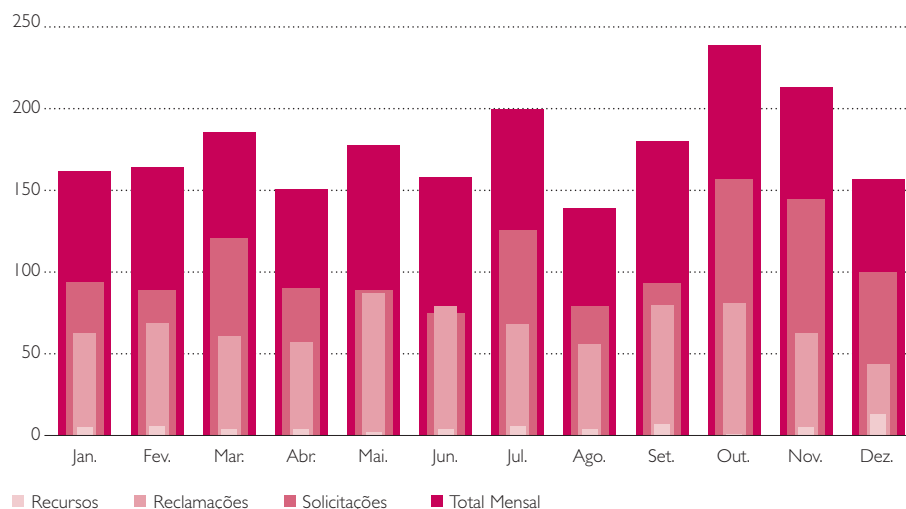
O Provedor do Cliente é uma entidade independente, que tem por missão a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos Clientes do Millennium bcp que se lhe dirijam, recomendando a adopção ou alteração de práticas ou procedimentos.

A sua actuação está disciplinada pelo Regulamento do Provedor do Cliente, que pauta os procedimentos desta entidade pelos princípios da imparcialidade, celeridade, gratuidade e confidencialidade. Há que se contar, ainda neste âmbito, com a possibilidade do procedimento equitativo a par da observância do Código Deontológico do Millennium bcp e, evidentemente, da prevalência das normas imperativas aplicáveis.

No exercício de 2006, o Provedor acompanhou a evolução de 2.066 dossiers relativos a solicitações e reclamações deduzidas, cujo tratamento é assegurado pela colaboração da Direcção de Centro de Contactos e, actuando como segunda instância, analisou 61 recursos. Foram formuladas cinco recomendações dirigidas pelo Provedor do Cliente ao Conselho de Administração Executivo que obtiveram concordância.



■ Evolução Mensal da Actividade



Os prazos de resposta às reclamações e recursos interpostos, ditados pelo regulamento, respeitaram o que está estatuído visto que o prazo médio genérico se fixou em 21 dias. As reclamações tiveram deferimento em 60% dos casos e nos recursos ocorreu o provimento de 16% dos processos.

A figura do Provedor do Cliente está adequadamente divulgada no portal do Millennium bcp no [link](#) do “Provedor” no qual se presta informação, designadamente, do modo como devem ser deduzidas as reclamações ou queixas, tendo-se acesso directo ao regulamento.

Durante o exercício de 2006, o cargo de Provedor do Cliente continuou a ser desempenhado por Eduardo Consiglieri Pedroso, pessoa com reconhecida competência e larga experiência na actividade bancária, sem vínculo laboral ao Banco Comercial Português ou à sociedade ou instituição por este controlada. Dispõe de gabinete e estruturas de funcionamento próprias com três Colaboradores em exclusividade.

Conselho de Administração Executivo

O Conselho de Administração Executivo exerce poderes de administração da sociedade e, de acordo com o modelo de governo dualista adoptado pelo Banco, apenas integra membros executivos, competindo-lhe os mais amplos poderes de gestão e representação da sociedade.

O Conselho de Administração Executivo é eleito em Assembleia Geral e o mandato actualmente em curso é de 2005/2007.

Actualmente o Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português tem a seguinte composição: Presidente: Paulo Jorge de Assunção Rodrigues Teixeira Pinto; Vice-Presidentes: Filipe de Jesus Pinhal e Christopher de Beck; Vogais: António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues, António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques, Alípio Barrosa Pereira Dias, Alexandre Alberto Bastos Gomes, Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda e Boguslaw Jerzy Kott.

Secretário da Sociedade

O secretário da sociedade e o seu Suplente são nomeados pelo Conselho de Administração Executivo, cessando funções com o termo do mandato do Conselho que os tenha eleito. Tem essencialmente como função secretariar as reuniões dos órgãos sociais, certificar os actos por eles praticados, bem como os poderes dos respectivos membros, satisfazer as solicitações dos Accionistas no exercício do direito à informação, certificar cópias de actas e demais documentos da sociedade.

Secretária da sociedade: Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral.

Secretário da sociedade Suplente: Miguel Namorado Rosa.

Gabinete da Presidência: é responsável por prestar apoio e suporte técnico ao Presidente do Conselho de Administração Executivo, sempre que por este solicitado, em diferentes domínios, designadamente: análise e preparação de documentos agendados para diversas reuniões, elaboração de intervenções, preparação de cartas e depoimentos, participação em Comissões especializadas e projectos de relevância estratégica, dinamização ou acompanhamento de iniciativas específicas e representação institucional junto de entidades externas.

Chefe do Gabinete da Presidência: Miguel Namorado Rosa.

Comités, Comissões e Áreas Corporativas

No que respeita à organização interna da sociedade e à estrutura de decisão, importa referir a existência de um conjunto de Comités e Comissões que, para além dos Administradores a quem tenha sido cometido o especial acompanhamento das matérias do âmbito de actuação dos mesmos, integram ainda os Colaboradores do Banco ou do Grupo primeiros responsáveis pelas respectivas áreas.

Comités Executivos

São em número de sete e têm por objectivo facilitar a articulação das decisões de gestão corrente, envolvendo a Direcção de topo das unidades integradas em cada uma das Áreas de Negócio e na Unidade de Serviços Bancários, com a missão de alinhar perspectivas e suportar a tomada de decisões de gestão por parte do Conselho de Administração Executivo.

Retalho: Tem por missão a coordenação do negócio de Retalho do Banco em Portugal, sendo responsável pela definição da estratégia comercial e pela sua implementação ao nível dos diversos canais de distribuição. São também da responsabilidade deste Comité as diversas Unidades de Produto que servem todas as Redes Comerciais, a Banca *on-line* para particulares e o Centro de Contactos do Banco. O Comité define, dentro do limite das suas competências, as linhas de orientação que enquadram a gestão da respectiva área de actuação, bem como a articulação destas com as restantes áreas funcionais do Banco.

Integram este Comité: Filipe Pinhal; António Rodrigues; Diogo Campello; Miguel Maya; Nelson Machado; Pedro Álvares Ribeiro; Vasco Rebelo de Andrade.





Corporate e Empresas: Tem como missão servir os Clientes dos segmentos de Corporate e Empresas em Portugal, procedendo ao seu acompanhamento personalizado e ainda à captação de Clientes potenciais, desenvolvendo competências em termos de concepção, gestão e apoio à venda dos produtos e serviços, actuando de forma proactiva na criação de instrumentos que permitam otimizar a gestão dos Clientes, com o objectivo de maximização do respectivo valor criado e nível de satisfação.

Compete-lhe ainda, de forma transversal ao Grupo, o acompanhamento e gestão da área internacional, oferta de produtos de Leasing, Renting e Factoring e a recuperação de crédito. Abrange as áreas comerciais de Corporate e Empresas, Direcção de Marketing de Empresas, Direcção Internacional, Direcções Comerciais de Leasing, Renting e Factoring e ainda a Direcção de Recuperação de Crédito.

Integram este Comité: Alípio Dias; Filipe Pinhal; José Pulido Valente; Diogo Campello; Duarte Pita Ferraz; José Araújo; Manuel Lupi Bello; Miguel Tavares Rodrigues; Virgílio Repolho.

Private Banking e Asset Management: Tem por missão a coordenação das áreas responsáveis pelos negócios de Private Banking e Asset Management. No exercício da sua competência o Comité pronuncia-se sobre aspectos relacionados com a gestão de cada uma das áreas integradas no seu âmbito de actuação, com destaque para a análise do negócio, a valorização dos patrimónios confiados, e a análise das vendas e da *performance* dos fundos de investimento.

Integram ainda este Comité os primeiros responsáveis pelas sociedades participadas que, a nível doméstico e multi-doméstico, prosseguem a sua actividade nas área de actuação do Comité.

Integram este Comité: António Castro Henriques; Alexandre Bastos Gomes; Dulce Mota; Carlos Álvares; José Salgado; Manuel Vasconcelos Guimarães; Nuno Botelho; Diogo Campello.

Banca de Investimento: Tem por missão a análise e definição de estratégias para a actuação presente e futura do Grupo nas áreas de Banca de Investimento, o que é efectuado numa perspectiva multidoméstica. De igual modo analisa e acompanha a evolução do mercado e da concorrência.

Compete a este Comité acompanhar a gestão corrente da Unidade de Negócio de Banca de Investimento, nomeadamente os serviços de Corporate Finance, Project Finance, Mercado de Capitais, Produtos de Tesouraria, Corretagem e Produtos de Investimento.

Integram este Comité: Francisco de Lacerda; Alípio Dias; Acácio Piloto; José Pulido Valente; Paulo Azevedo; João Lopes Raimundo.

European Banking: Tem como missão acompanhar, coordenar e articular a gestão das participadas europeias, definindo e implementando, relativamente às várias unidades de negócio que o integram, práticas de Grupo consistentes em áreas como a Tecnologia de Informação, Políticas Contabilísticas, Controle de Gestão, Risco, Auditoria e *Compliance*.

Numa perspectiva multidoméstica, integra membros dos Bancos polaco e grego e, para além das reuniões em Lisboa, efectua reuniões nas sedes das unidades de negócio integrantes (Atenas e Varsóvia), o que contribuiu para a discussão de projectos locais com a presença dos respectivos responsáveis.

Integram este Comité: Francisco de Lacerda; Christopher de Beck; Boguslaw Kott; George Taniskidis; José Toscano; Luís Pereira Coutinho; Manuel Marecos Duarte.

Overseas Banking: Tem como missão acompanhar, coordenar e articular a gestão das participadas com sede fora da Europa, implementando procedimentos de reporte de actividade e de desenvolvimento financeiro que permitam uma abordagem sistemática e harmonizada do acompanhamento das diversas operações, quer a nível do controlo de realização orçamental, actividade e evolução financeira, quer em termos de suporte para a tomada de decisão e subsequente implementação das deliberações de reestruturação, investimento e desinvestimento.

Numa perspectiva multidoméstica integra membros dos Bancos em Angola, Moçambique e EUA e, para além das reuniões em Lisboa, efectua reuniões nas sedes das unidades de negócio integrantes.

Integram este Comité: António Castro Henriques; Christopher de Beck; Boguslaw Kott; Fernando Nogueira; João Figueiredo; Pedro Belo.

Serviços Bancários: Tem como missão servir as Unidades de Negócio, em Portugal e outras geografias, contribuindo de forma sustentada para a redução de custos e melhoria da qualidade de serviço, assegurando um grau de inovação compatível com as aspirações de crescimento do Grupo. Analisa as propostas apresentadas e decide sobre temas relacionados com a gestão das seguintes Direcções: de Crédito, de Informática, Administrativa, Aprovisionamento e de Gestão Patrimonial, de Compras, de Operações, de Operações Financeiras, de Planeamento e Controlo de Serviços Bancários, de Segurança Física, de Segurança dos Sistemas de Informação, de Títulos e de Transformação Operativa.

Numa perspectiva multidoméstica de redução de custos operativos e melhoria de níveis de serviço, o Comité de Serviços Bancários integra já membros dos Bancos polaco, grego e romeno.

Integram este Comité: Christopher de Beck; Boguslaw Kott; António Velez Tenório; Artur Luna Pais; Carlos Rocha; Dimitri Romossios; Francisco Salema Garção; João Moreira; João Pedro Sanches; Julianna Boniuk; Paulo Amaral; Rui Teixeira.

Comissões

As Comissões que emanam do Conselho de Administração Executivo são cinco e têm essencialmente atribuições de âmbito global e transversal, competindo-lhes proceder ao estudo e avaliação, para cada área de intervenção, das políticas e princípios que devem nortear a actuação do Banco e do Grupo.

Comissão de Auditoria, Segurança e Anti-Money Laundering (AML): Tem por objecto definir as linhas de orientação estratégica, bem como apreciar os aspectos mais relevantes em cada momento das funções de auditoria, segurança física e dos sistemas de prevenção de branqueamento de capitais.

Integram esta Comissão: Paulo Teixeira Pinto, Christopher de Beck; António Rodrigues; Alexandre Bastos Gomes; Alípio Dias; Amaral Medeiros; Carlos Picoito; Joaquim Fraga; Rui Lopes; Vitor Monteiro.

Comissão de Formação e Desenvolvimento Profissional: Tem por missão contribuir para a valorização e desenvolvimento dos Colaboradores do Grupo, mediante a definição de políticas e medidas



nos domínios da Formação, Mobilidade e Carreira e o acompanhamento, de forma partilhada com as hierarquias directas, da execução dessas mesmas políticas.

Integram esta Comissão: Paulo Teixeira Pinto; Alexandre Bastos Gomes; Fernando Adão da Fonseca; Fernando Maia.

Comissão de Responsabilidade Social: Tem como principais atribuições: apoiar os Comités de Coordenação Executiva no estabelecimento de objectivos de sustentabilidade; definir e acompanhar a estratégia de sustentabilidade do Banco; coordenar a implementação de projectos e iniciativas relacionados com sustentabilidade e que tenham relevância institucional; assegurar a representação institucional do Banco em eventos, organizações e iniciativas relacionados com sustentabilidade. Esta Comissão tem duas sub-Comissões, a de Relações Sociais e a de Mecenato e Donativos.

Integram esta Comissão: Paulo Teixeira Pinto; Filipe Pinhal; Alexandre Bastos Gomes; António Castro Henriques; Fernando Adão da Fonseca; Miguel Namorado Rosa; Paulo Fidalgo; Fernando Maia; Luís Osório de Castro; Rui Agapito.

Comissão de Riscos: É responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade. Esta Comissão tem quatro sub-comissões, a de Acompanhamento do Fundo de Pensões, a de Mercados e Liquidez, a de Risco de Crédito e a de Risco Operacional.

Integram esta Comissão: Paulo Teixeira Pinto; Filipe Pinhal; Christopher de Beck; António Rodrigues; António Castro Henriques; Alexandre Bastos Gomes; Alípio Dias; Francisco de Lacerda; Boguslaw Kott; Filipe Abecasis; George Taniskidis; Luís Gomes; Luís Pereira Coutinho; Miguel Pessanha; Pedro Belo; Rui Lopes.

Comissão de Stakeholders: Órgão de relacionamento com os *Stakeholders*, funciona como um canal privilegiado de disseminação de informação interna da empresa e como um fórum de debate e aconselhamento estratégico ao Conselho de Administração Executivo. Os seus membros resultam de eleições através de painéis de *Stakeholders* (Colaboradores e Accionistas) ou por convite a individualidades de mérito e prestígio reconhecidos.

Integram esta Comissão: Paulo Teixeira Pinto; Luís Neiva Santos; Eduardo Consiglieri Pedroso; Carlos Picoito; Luís Mota Freitas; José Santos Costa; José Morgado; José Joaquim Oliveira; Luís Campos e Cunha; Miguel Namorado Rosa.

Áreas Corporativas

Têm como principal objectivo o apoio e acompanhamento da gestão corrente na análise e tomada de decisão quer a nível do próprio Banco, quer do Grupo e são: o Centro Corporativo, o Compliance Office, a Direcção Administrativa de Colaboradores, a Direcção de Qualidade, a Direcção de Assessoria Jurídica, a Direcção de Auditoria, a Direcção de Comunicação, a Direcção de Desinvestimento em Activos, a Direcção de Formação e Desenvolvimento Profissional, a Direcção de Relação com os Investidores, o Legal Office, o Risk Office e a Secretaria Geral.

Por não terem ainda sido abordadas neste relatório e atendendo ao respectivo âmbito, entende-se, de entre todas realçar o Compliance Office, o Risk Office e a Direcção de Auditoria.

Compliance Office: Tem como principais atribuições: zelar pelo cumprimento da lei e de todas as normas e regulamentos internos ou externos que pautam a actividade do Banco e das suas associadas; assegurar a adequação das normas e regulamentos internos às alterações da legislação em vigor; assegurar o cumprimento das melhores práticas internacionais em matéria de *know your customer* e *due diligence*. O Compliance Office dispõe de representantes junto das diversas áreas de negócio em Portugal e subsidiárias e participadas do Grupo noutros países.

Compliance Officer: Carlos Picoito.

Risk Office: A sua principal função é apoiar o Conselho de Administração Executivo no desenvolvimento e implementação dos processos de gestão e controlo de risco. A missão, organização e relatório de actividade desta direcção são tratados de forma desenvolvida no Relatório do Conselho de Administração Executivo, para o qual se remete (volume I, cap. pág. 116).

Risk Officer: Miguel Pessanha.

Direcção de Auditoria: Responsável pela auditoria interna ao Banco e ao Grupo. A Direcção é responsável pela avaliação contínua da adequação dos sistemas de controlo interno implementados, mediante a utilização de metodologias apropriadas, bem como o correcto cumprimento das normas em vigor:

A Auditoria Interna do Grupo prossegue os seguintes objectivos: (i) coadjuvar na gestão da salvaguarda e segurança dos interesses e bens patrimoniais das empresas que o integram; (ii) identificar preventivamente situações de risco; (iii) assegurar a eficácia dos sistemas de controlo interno; (iv) emitir parecer prévio sobre os Manuais e Normas de Procedimentos; e, (v) avaliar a economia e eficiência com que os recursos são utilizados.

Para atingir estes objectivos, a Direcção de Auditoria desenvolve as seguintes actividades: (i) elaboração do plano e execução das acções de auditoria às diferentes áreas do Grupo; (ii) reporte ao Conselho de Administração Executivo do resultado das acções de auditoria realizadas; (iii) coordenação e acompanhamento do exame às contas da globalidade das empresas do Grupo, a realizar pelos Auditores externos, propondo actuações em função das respectivas oportunidades de melhoria; e (iv) acompanhamento e coordenação das acções de inspecção das Entidades de Supervisão.

Primeiro responsável: Rui Alexandre Lopes.

Controlo dos Riscos da Actividade da Sociedade

O sistema de controlo de riscos implementado pelo Banco, no qual assume particular relevância, ao nível da supervisão, a Comissão de Auditoria e Risco, Comissão especializada do Conselho Geral e de Supervisão, órgão que, como vimos, no modelo dualista substitui o Conselho Fiscal, e ao nível da gestão o Risk Officer e a Comissão de Riscos com a suas várias sub-comissões, é tratado de forma detalhada no Relatório de Gestão do qual o presente relatório é um anexo, pelo que, para obtenção de informação detalhada sobre esta matéria, se remete para o capítulo "Gestão de Riscos" do referido Relatório de Gestão (volume I, pág. 116).



A Acção BCP

Evolução da Cotação

No período compreendido entre 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2006, as acções BCP valorizaram 20,2%, alcançando no final do ano a cotação de 2,80 euros por acção. Considerando o rendimento proveniente da distribuição de dividendos, a acção BCP proporcionou um retorno de 23,6% aos seus Accionistas, em 2006.

Em 31 de Dezembro de 2006, e na presente data, o capital social ascende a 3.611.329.567 euros, representado por igual número de acções que se encontram, na sua totalidade, admitidas à cotação.

	Cotação
Cotação a 30 Dez. 05	2,33 euros
Cotação a 29 Dez. 06	2,80 euros
Cotação média anual	2,44 euros
Cotação mínima (14 Jun. 06)	2,14 euros
Cotação máxima (18 Dez. 06)	2,88 euros
Valorização da cotação de 30 Dez. 05 a 29 Dez. 06	20,2%
Capitalização Bolsista em 29 Dez. 06	10,1 mil milhões de euros

Fonte: Euronext

Considerando o ajustamento decorrente do aumento de capital ocorrido em Janeiro de 2006 relativo à conversão obrigatória dos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis – Capital BCP 2005, a *performance* do título BCP, no ano de 2006, cifrou-se em 22,9% (valorização da cotação), retorno que acrescido do dividendo distribuído ascende a 26,4%.

Durante a primeira metade de 2006, a cotação das acções BCP registou uma evolução negativa de 4,7%, em divergência face aos Índices PSI20 e BEBANKS (Bloomberg European Banks). Já durante o segundo semestre, esta tendência inverteu-se, tendo o título BCP apresentado uma valorização superior em 7 pontos percentuais (p.p.) à do PSI20 e em quase 10 p.p. à do BEBANKS.

Performance comparativa face aos principais índices de referência

Índice	Variação 1.º Semestre 2006	Variação 2.º Semestre 2006	Variação Total 2006	Rendibilidade Total com Dividendo
Acção BCP	-4,72%	+24,44%	+20,17%	+23,62%
PSI20	+10,47%	+17,46%	+29,92%	+34,09%
Bloomberg European Banks Index (BEBANKS)	+4,34%	+14,64%	+20,59%	+20,59%
Euronext 100	+3,76%	+13,16%	+18,82%	+22,40%

Fonte: Bloomberg; Euronext

Destaca-se ainda que globalmente em 2006 o retorno total proporcionado pelo BCP (23,6%) excedeu quer o Índice BEBANKS (+3,0 p.p.), quer o Euronext 100 (+1,2 p.p.), sendo que a comparação face ao PSI20 se encontra afectada pelas OPAs lançadas sobre dois importantes títulos do índice.

Liquidez

A acção BCP continua a ser um dos títulos com maior liquidez no mercado nacional, tendo sido transaccionadas durante 2006 3.517 milhões de acções BCP, o que corresponde a um volume médio diário de 13,8 milhões de acções e a um aumento de 38% do número total de acções transaccionadas no ano anterior, que denota o crescente interesse por parte de Investidores institucionais. O *turnover* anual da acção BCP equivale a 98% da sua capitalização bolsista média anual, que compara com 80%, em 2005. Em termos de volume de negócios, as acções BCP representaram 16% (8,7 mil milhões de euros) do volume global de transacções no mercado regulamentado de Lisboa.

Principais eventos e impacto na cotação do título

Data	Evento	Varição da cotação no dia subsequente	Varição da cotação nos 5 dias subsequentes
24/Jan	Anúncio dos Resultados anuais de 2005	2,07%	0,00%
17/Fev	Anúncio do acordo para a alienação dos Bancos Banque BCP França e Luxemburgo	0,00%	1,59%
13/Mar	Anúncio do lançamento de uma OPA sobre o capital do Banco BPI	4,53%	9,47%
24/Abr	Anúncio dos Resultados do 1.º trimestre de 2006	-1,20%	-4,00%
12/Jun	Anúncio da não oposição do Banco de Portugal à OPA sobre o capital do Banco BPI	-3,57%	-1,79%
5/Jul	Anúncio da não oposição do Instituto de Seguros de Portugal à OPA sobre o capital do Banco BPI	0,00%	-0,45%
24/Jul	Anúncio da venda de 80,1% do capital dos Bancos Banque BCP França e Luxemburgo	0,45%	1,35%
25/Jul	Anúncio dos Resultados do 1.º semestre de 2006	0,45%	0,00%
3/Ago	Anúncio do acordo para a alienação do bcpbank Canada	0,45%	0,90%
24/Out	Anúncio dos Resultados do 3.º trimestre de 2006	0,00%	0,00%
13/Dez	Anúncio da Assembleia Geral do Banco BPI solicitando autorização para venda de acções BCP	1,54%	7,72%



Política de Distribuição de Dividendos

O BCP manteve uma política de criteriosa distribuição de rendimentos, seguindo regras de prudência, mas procurando assegurar uma remuneração adequada aos seus Accionistas. Assim, em linha com a prática dos dois anos anteriores, o Banco procedeu à distribuição de um dividendo intercalar em Novembro de 2006, no valor de 0,037 euros por acção (bruto). Os valores dos dividendos distribuídos pelo BCP, desde 2000, encontram-se discriminados no quadro seguinte:

Exercício	Ano de Pagamento	Dividendo Bruto por Acção (euros)	Dividendo Líquido por Acção (euros)		Payout Ratio ⁽¹⁾	Dividend Yield ⁽²⁾
			Residentes	Não Residentes		
2000 ⁽³⁾	2001	0,15	n.d.	n.d.	62,4%	2,65%
	2002	0,15	0,12	0,105	61,1%	3,30%
	2003	0,10	0,08	0,07	49,2% ⁽⁴⁾	4,39%
	2004	0,06	0,051	0,045	44,7%	3,39%
	2004					
Dividendo Antecipado	2004	0,03	0,0255	0,0225		
Dividendo Final	2005	0,035	0,0298	0,0263		
Dividendo Total		0,065	0,0553	0,0488	41,3%	3,44%
	2005					
Dividendo Antecipado	2005	0,033	0,02805	0,02475		
Dividendo Final	2006	0,037	0,02960	0,02960		
Dividendo Total		0,070	0,05765	0,05435	39,4% ⁽⁵⁾	3,00%
	2006					
Dividendo Antecipado	2006	0,037	0,0296	0,0296		
Dividendo Final ⁽⁶⁾	2007	0,048	0,0384	0,0384		
Dividendo Total		0,085	0,068	0,068	39,3% ⁽⁵⁾	3,04%

(1) *Payout ratio* representa a percentagem dos resultados líquidos distribuídos aos Accionistas sob a forma de dividendo;

(2) *Dividend Yield* representa o rendimento percentual anual expresso pela divisão do valor do dividendo bruto pela cotação da acção no final do ano a que se refere o dividendo;

(3) Pago sob a forma de *scrip dividend* através da emissão de novas acções e a sua distribuição proporcional pelos Accionistas detentores de acções representativas do capital social do Banco;

(4) Com base no resultado líquido antes da constituição de provisões para riscos bancários gerais no valor de 200 milhões de euros;

(5) Com base nos resultados, excluindo resultados não-recorrentes, de 610 milhões de euros, em base IFRS;

(6) Proposta a submeter à Assembleia Geral de Accionistas.

Aumentos de Capital

De acordo com o previsto, os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos em 2002 foram convertidos em capital em Dezembro de 2005. Considerando o preço pré-determinado de conversão de 2,115 euros por acção, a referida conversão resultou num aumento de capital de 330.930.511 euros. As novas acções foram admitidas à cotação no mercado de cotações oficiais da Euronext de Lisboa no dia 6 de Janeiro de 2006.

Em 24 de Março de 2006, no âmbito do exercício do programa de *Stock Options* atribuído em Abril de 2003 aos Colaboradores do Banco, foi celebrado por escritura pública o aumento de capital que correspondeu à emissão de 22.998.229 acções com o valor nominal de 1 euro. As novas acções foram subscritas por 1.047 Colaboradores e admitidas à cotação no mercado de cotações oficiais da Euronext de Lisboa, no dia 27 de Março de 2006. Em resultado do referido aumento de capital, o capital social do Banco passou a ser de 3.611.329.567 euros representado por 3.611.329.567 acções de valor nominal de 1 euro cada uma, encontrando-se integralmente realizado.

Nos termos do artigo 6.º do contrato de sociedade, aprovado em Assembleia Geral Anual de 13 de Março de 2006, o Conselho de Administração Executivo, após ter obtido o parecer favorável do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho Superior, pode deliberar elevar o capital social, por uma ou mais vezes até à importância de 2.691.248.503 euros.

Planos de Atribuição de Acções

Durante o exercício de 2006 não foi aprovado qualquer plano de atribuição de acções ou de atribuição de opções de aquisição de acções, não existindo, na presente data, plano algum com estas características, do qual beneficiem membros de órgãos sociais ou Colaboradores.

Em Fevereiro de 2006, o Conselho de Administração deliberou dar execução ao Programa de *Stock Options* aprovado em 2003, que consistiu na atribuição de direitos de subscrição de acções do Banco Comercial Português a Colaboradores do Grupo que cumprissem os critérios estabelecidos, ao preço de 1,26 euros. O período para o exercício dos direitos de subscrição de acções decorreu entre os dias 9 e 20 de Março de 2006.

Na sequência do exercício de direitos no âmbito deste programa foi realizado um aumento de capital do Banco a 24 de Março de 2006, como referido anteriormente, que correspondeu à emissão de 22.998.229 novas acções com o valor nominal de 1 euro. As novas acções não tiveram direito ao dividendo aprovado na Assembleia Geral do Banco de 13 de Março de 2006.

Comunicações de Transacções

No cumprimento dos Regulamentos Internos das várias sociedades do Grupo com actividades de intermediação financeira, as transacções de conta própria que sejam realizadas sobre valores mobiliários em qualquer mercado regulamentado quando os mesmos tenham sido emitidos pelo BCP ou por sociedade por este controlada, são comunicadas, ao secretário da sociedade, pelos órgãos sociais e ao Compliance Office, pelos Colaboradores que actuam na área da intermediação financeira.



Direcção de Relações com Investidores

O principal objectivo da área de Relações com Investidores (DRI) é manter um regular relacionamento institucional e informativo com os Accionistas, Investidores e Analistas, bem como com os mercados financeiros em geral e as respectivas entidades reguladoras.

A disseminação transparente e verdadeira, frequente, clara e rigorosa da informação relevante para a avaliação correcta do valor da acção BCP e do Banco é uma das prioridades da instituição e evidencia a sua postura face ao mercado. Neste contexto, a política seguida pauta-se pela adopção das recomendações da CMVM e das melhores práticas em termos de comunicação financeira e institucional como forma de assegurar elevados níveis de transparência e de credibilidade da instituição.

A DRI assegura a disponibilização, no sítio da sociedade na Internet de informação financeira e sobre o título BCP, de notações de *rating*, da estrutura Accionista, de comunicados de imprensa e de factos com interesse para os Investidores e Analistas, e de matérias de governo corporativo e responsabilidade social.

Em cada Assembleia Geral de Accionistas é igualmente aberta uma página específica com a ordem de trabalhos, as propostas e documentos postos à discussão e toda a demais informação e documentação necessária à participação na Assembleia.

Contactos da Direcção de Relações com Investidores

Telefone: + 351 213 211 081

Fax: + 351 213 211 079

e-mail: investors@millenniumbcp.pt

Representante para as relações com o mercado: Miguel Magalhães Duarte

Para obtenção de informação mais detalhada sobre a DRI e a Acção BCP remete-se para o capítulo "O Título BCP na Bolsa de Valores" do Relatório de Gestão (volume I pág 136).

Negócios e operações realizados entre a sociedade, de um lado, e, de outro lado, os órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou de Grupo que não tenham sido realizados em condições normais de mercado para operações similares ou não façam parte da actividade corrente do Banco

Não foram realizados com as entidades abrangidas quaisquer negócios ou operações que correspondam às características dos referidos.

Remuneração anual paga ao Auditor e regime instituído para salvaguarda da respectiva independência

Acompanhamento da actividade

O acompanhamento da actividade do Auditor do Grupo, KPMG & Associados, SROC, S.A. ("KPMG") é assegurado pelo Conselho Geral e de Supervisão, através da Comissão de Auditoria e Risco, competindo-lhe igualmente propor à Assembleia Geral a respectiva eleição e designação, respectivamente, pronunciando-se sobre as suas condições de independência e outras relações com o Grupo.

O referido acompanhamento é efectuado através de contactos periódicos com a KPMG, permitindo ao Conselho Geral e de Supervisão e à Comissão de Auditoria e Risco a discussão atempada das situações e critérios decorrentes do trabalho de auditoria.

Remuneração

Durante o exercício de 2006, o Banco Comercial Português e/ou pessoas colectivas em relação de domínio ou de Grupo com o Banco contrataram serviços à KPMG (Portugal e Estrangeiro) cujos honorários ascenderam a 8.701 milhares de euros, com a seguinte distribuição pelos diferentes tipos de serviços prestados:

Milhares de euros

Rede KPMG				
	Portugal	Estrangeiro	Total	%
Serviços de revisão legal das contas	2.336	1.437	3.773	43%
Outros serviços de garantia e fiabilidade	909	206	1.115	13%
Serviços de consultoria fiscal	794	75	2.944	10%
Outros serviços que não de revisão legal	1.368	1.576	2.944	34%
	5.408	3.293	8.701	100%

Apresentamos uma descrição dos principais serviços incluídos em cada uma das categorias de serviços prestados pela KPMG com referência a 31 de Dezembro de 2006.

Serviços de revisão legal das contas

Inclui os honorários cobrados pela KPMG no âmbito da auditoria e da revisão legal das contas consolidadas do Grupo e das diversas empresas em base individual, auditoria das subsidiárias para efeitos de consolidação e outros serviços associados à revisão legal das contas.

Outros serviços de garantia e fiabilidade

Inclui os honorários cobrados pela KPMG no âmbito da prestação de serviços que dadas as suas características estão associados ao trabalho de auditoria e devem em muitos casos ser prestados pelos Auditores estatutários, nomeadamente: emissão de cartas conforto e pareceres sobre temas específicos (controlo interno e provisões económicas no âmbito da legislação do Banco de Portugal e de serviços associados com operações de securitização e outros serviços de natureza contabilística).



Serviços de consultoria fiscal

Inclui os honorários cobrados pela KPMG no âmbito do apoio fiscal prestado ao Grupo na revisão das obrigações fiscais das diversas empresas em Portugal e no estrangeiro.

Outros serviços que não de revisão legal

Inclui os honorários cobrados pela KPMG no âmbito dos serviços que não de revisão legal que são permitidos de acordo com as regras de independência definidas e que entre outros inclui o trabalho de suporte técnico no âmbito de Basileia II.

Aprovação de serviços

Tendo como objectivo a salvaguarda da independência do Auditor, e tendo presentes as boas práticas e as normas nacionais e internacionais, nomeadamente o "Sarbanes-Oxley Act", foram aprovados pelo Conselho Geral e de Supervisão, através da Comissão de Auditoria e Risco do Banco e pela KPMG um conjunto de princípios reguladores, descritos como segue:

- A KPMG, sociedades ou pessoas colectivas pertencentes à mesma ("Rede") não poderão prestar ao Banco ou ao Grupo, serviços que, de acordo com o parágrafo 201 do "Sarbanes-Oxley Act", são considerados proibidos;
- A contratação dos restantes serviços não proibidos, por parte de qualquer Unidade Orgânica do Banco ou sociedade sua participada, implica a sua prévia aprovação pela Comissão de Auditoria e Risco do Banco. A referida aprovação é emitida para um conjunto predefinido de serviços por um período renovável de 12 meses. Para os restantes serviços é necessária a aprovação específica por parte da Comissão de Auditoria e Risco.

Processo de Gestão de Risco e Controlo de Qualidade da KPMG

Gestão de risco

A KPMG implementou a nível internacional um sistema na sua *Intranet* denominado "Sentinel", que condiciona à autorização do "Global Lead Partner" responsável pelo Cliente, a prestação de serviços por qualquer escritório de toda a rede KPMG. Este procedimento implica que as Unidades da KPMG a quem o serviço é solicitado obtenham a autorização prévia do referido "Global Lead Partner". A referida solicitação inclui a apresentação da fundamentação do trabalho pedido, nomeadamente dos factores que permitam avaliar o cumprimento das regras de *risk management* aplicáveis e, consequentemente, da independência da KPMG.

O "Global Lead Partner" tem ainda a responsabilidade de verificar que as propostas de serviços apresentadas através do "Sentinel" cumprem com as regras de pré-aprovação de serviços e, quando aplicável, procede às diligências necessárias junto da Comissão de Auditoria e Risco, com vista à verificação do rigoroso cumprimento das normas de independência aplicáveis.

Todos os Colaboradores da KPMG são obrigados a cumprir as regras de independência referidas no "Risk Management Manual" da KPMG Internacional, para além de terem de cumprir integralmente

com as regras estabelecidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e, quando aplicável, do "Independence Standards Board", SEC e outras entidades reguladoras.

Cada profissional da KPMG é responsável por manter a sua independência, sendo obrigado a rever periodicamente os seus interesses financeiros bem como relações pessoais e profissionais, no sentido de assegurar o cumprimento estrito com os requisitos de independência da KPMG e da profissão. Qualquer Colaborador da KPMG está proibido de colaborar com qualquer outra entidade ou organização (Cliente ou não), seja como director, executivo, profissional liberal ou empregado.

Por forma a garantir a sua independência e dos seus profissionais, tanto de facto como em aparência, a KPMG desenvolveu uma aplicação – "KPMG Independence Compliance System" (KICS) – a qual inclui informação relativa a regras de independência, um motor de busca para aceder à lista de entidades restritas, nas quais não é permitido deter interesses financeiros e um sistema de reporte de investimentos financeiros dos Colaboradores, no qual cada profissional regista a designação dos interesses financeiros por si detidos, não fazendo referência a valores ou quantidades. Desta forma esta aplicação responde às exigências da AICPA relativamente à independência, não afectando as políticas de privacidade.

É exigida a todos os profissionais da KPMG uma declaração anual de independência, assinada por ocasião da sua admissão e renovada anualmente, na qual estes se comprometem a não adquirir interesses financeiros, directos ou indirectos em Clientes da KPMG, a manter toda a informação a que têm acesso confidencial e a evitar relações com Colaboradores de Clientes que possam pôr em causa a independência e a objectividade da KPMG.

Controlo de qualidade

Controlo de qualidade por equipas internas dos escritórios nacionais

Com vista a garantir aos seus Clientes a qualidade dos serviços que presta, a KPMG promove anualmente o controlo de qualidade relativamente aos trabalhos que executa, o qual passa essencialmente pelos seguintes aspectos:

- Revisão de cada trabalho por toda a equipa envolvida, permitindo, previamente à sua conclusão, identificar áreas onde seja necessário trabalho adicional em determinada componente das demonstrações financeiras do Cliente;
- Revisão anual, por uma equipa dos mais experientes profissionais da KPMG, a uma amostra representativa dos papéis de trabalho dos seus Clientes, com vista a assegurar que o planeamento do trabalho e o levantamento do controlo interno associado foi efectuado da forma mais eficaz, que a informação recolhida nesta fase permitiu estruturar e desenhar os testes substantivos adequados e que estes permitiram assegurar a análise de todas as áreas de risco identificadas nas fases de planeamento do trabalho e, eventualmente, posteriormente.

Controlo de qualidade por equipas internas dos escritórios internacionais

Para além do controlo de qualidade permanentemente exercido pelos profissionais dos seus escritórios em Portugal, a KPMG promove, anualmente, auditorias de qualidade aos procedimentos gerais,



de avaliação de risco e de qualidade dos trabalhos realizados efectuadas por membros de escritórios internacionais da KPMG que dispunham da formação adequada para efectuar estes controlos.

Estes controlos permitem a partilha e harmonização dos conhecimentos da KPMG a nível mundial, permitindo a identificação de riscos e a utilização de determinadas ferramentas de análise e minimização desse risco, já desenvolvidas noutros países. A avaliação e controlo da qualidade efectuados por profissionais dos escritórios em Portugal e de escritórios internacionais são suportados numa ferramenta informática especialmente desenvolvida para o efeito – o “Risk Compliance Checklist” (RCC).

Capítulo II

Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

O Banco tem instituído uma série de mecanismos que asseguram o exercício efectivo dos direitos sociais por parte dos seus Accionistas, dos quais se destacam os relativos à participação nas Assembleias Gerais e o exercício, nestas, do direito de voto.

Para cada Assembleia Geral, o Banco procede a uma ampla e atempada divulgação da sua realização, não só remetendo a todos os Accionistas cópia da respectiva convocatória e minutas de cartas de representação e agrupamento, a que se anexa um sobrescrito de “porte pago” previamente endereçado ao Banco, mas ainda disponibilizando toda a informação relevante no seu sítio da *Internet* (www.millenniumbcp.pt) no qual, no mês anterior à data marcada para a reunião, é aberta uma “página” com informações sobre a Assembleia Geral e o modo de nela participar:

A referida convocatória, nos termos da lei e dos estatutos do Banco, indica, de forma clara e inequívoca, não apenas a data, hora e local de realização da Assembleia Geral mas ainda:

- (i) A respectiva ordem de trabalhos;
- (ii) Os mecanismos de comprovação da qualidade de Accionista – carta emitida pela entidade registadora das acções que certifique a quantidade de acções detidas e o respectivo bloqueio no 5.º dia útil anterior à data da Assembleia Geral e enviada ao Banco até às 17h00 do penúltimo dia útil anterior à mesma;
- (iii) O número de acções a que corresponde um voto – a 1.000 acções corresponde um voto, podendo os Accionistas titulares de acções em número inferior agrupar-se de forma a completar o mínimo exigido, fazendo-se então representar por qualquer dos agrupados;
- (iv) A possibilidade de os Accionistas se fazerem representar por qualquer pessoa da sua escolha desde que dotada de capacidade jurídica plena. As minutas de cartas de representação são enviadas por carta para todos os Accionistas e estão igualmente disponíveis no sítio do Banco na *Internet*. O Accionista deverá comunicar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até às 17h00 do penúltimo dia útil anterior à mesma o nome do representante;
- (v) A possibilidade de exercício do direito de voto por correspondência – o boletim de voto é disponibilizado na sede do Banco e na *Internet*;
- (vi) A possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos – o documento para solicitação do código para votação é disponibilizado na *Internet*.

A metodologia a adoptar para exercício do direito de voto por correspondência ou por meios electrónicos é publicitada, quer na convocatória da Assembleia Geral, quer no sítio do Banco na *Internet*.

Refira-se que o prazo fixado para a recepção dos votos por correspondência tem coincidido com o da recepção de todo o restante expediente relativo à Assembleia Geral, ou seja, as 17h00 do penúltimo dia útil anterior ao desta.

O voto com recurso a meios electrónicos poderá ser exercido entre o 4.º e o penúltimo dia útil anterior ao marcado para a realização da Assembleia Geral, pelos Accionistas que o tenham tempestivamente solicitado.

A legitimação para o exercício do direito de voto é comprovada por carta da entidade registadora das acções, que certifica a quantidade de acções detidas pelo Accionista no 5.º dia útil anterior à data da Assembleia Geral. Tal carta, a ser recepcionada no Banco até às 17h00 do penúltimo dia útil anterior ao marcado para a Assembleia, deverá ainda certificar o bloqueio das acções.

Capítulo III

Regras Societárias

O Banco e o Grupo pautam a sua actuação quer pelas regras de conduta emanadas do Banco de Portugal e aplicáveis às instituições de crédito e aos membros dos seus órgãos sociais, quer por normas próprias, que obrigam a uma gestão pautada pelo princípio da repartição de riscos e da segurança das aplicações, tendo em conta os interesses dos depositantes, dos Investidores e dos demais *Stakeholders*. No mesmo sentido se cumpre o regime de segredo profissional aplicável aos membros dos órgãos de administração ou fiscalização, empregados, mandatários, comitidos ou quaisquer prestadores de serviços, os quais não podem revelar ou utilizar informações sobre factos ou elementos respeitantes à vida da instituição ou às relações desta com os seus Clientes.

A aprovação do Código Deontológico, do Regulamento Interno Relativo à Actividade de Intermediação Financeira, dos Regimentos do Conselho Geral e de Supervisão, do Conselho de Administração Executivo e dos vários Comitês Executivos e do Manual de Compliance, enunciam deveres e obrigações que tanto respeitam ao funcionamento do Banco Comercial Português como um todo coeso, como ao comportamento individual de cada um dos Colaboradores e dos membros dos órgãos de administração e fiscalização do Banco e do Grupo, no exercício das respectivas funções.

O **Código Deontológico** sistematiza os princípios e as regras a observar nas práticas da actividade bancária, financeira, seguradora e sobre os valores mobiliários ou produtos derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente no que respeita às matérias de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades, sendo do conhecimento de todos os Colaboradores, a quem uma cópia é entregue aquando da respectiva contratação, a ele mantendo constante acesso através do portal interno (*Intranet*). Este documento é igualmente de acesso público, encontrando-se disponível na página institucional do Banco www.millenniumbcp.pt.

O **Regulamento Interno Relativo à Actividade de Intermediação Financeira** institui as normas e procedimentos fundamentais, bem como as regras gerais de conduta a observar na actividade prosseguida pelo Banco enquanto intermediário financeiro, sendo dado a conhecer aos Colaboradores através do portal interno (*Intranet*). Este documento é igualmente de acesso público, encontrando-se disponível na página institucional do Banco www.millenniumbcp.pt.





Os **Regimentos dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos vários Comitês Executivos** fixam as suas competências e âmbito de actuação e regulam o funcionamento destes órgãos, bem como as normas de conduta dos respectivos membros, complementando os Estatutos do Banco, o Código Deontológico do Grupo e o Regulamento Interno Relativo à Actividade de Intermediação Financeira. Estes documentos são facultados aos membros de cada um destes órgãos aquando da sua eleição ou nomeação. Os referidos Regimentos são acessíveis a todos os Colaboradores do Grupo através do portal interno (*Intranet*) encontrando-se igualmente disponível na página institucional do Banco www.millenniumbcp.pt o Regimento do Conselho de Administração Executivo.

O **Manual de Compliance** congrega um conjunto de princípios que têm como objectivo assegurar que os membros dos órgãos de administração e fiscalização e demais Colaboradores do Grupo se pautam pelo espírito e pela letra das leis e regulamentos aplicáveis, quer internos quer externos, assim como os padrões de condução do negócio do Banco e das associadas, de modo a prevenir o risco de perda financeira ou de imagem e reputação. Em todos os países em que o Grupo tem presença através de uma entidade dominada, o cumprimento da legislação do país do estabelecimento é assegurado sob responsabilidade do Compliance Officer local. Este Manual é dado a conhecer aos Colaboradores através do portal interno (*Intranet*).

Descrição dos procedimentos internos para o controlo dos riscos na actividade da sociedade

O Conselho de Administração Executivo, no exercício das suas funções, é responsável pela definição do nível do grau de risco que o Grupo pode assumir; bem como pelo processo da sua gestão, sendo nesta função assessorado pela Comissão de Riscos.

A **Comissão de Riscos** propõe ao Conselho de Administração Executivo a política de controlo de riscos a adoptar e assegura a gestão e o controlo globais dos riscos assumidos pelo Grupo, em linha com os níveis gerais de risco e a estratégia de gestão definidos. Nas suas funções, a Comissão de Riscos é apoiada pelo Risk Officer:

A par da estrutura hierárquica definida, que permite uma correcta segregação de funções, da adequação e fidedignidade dos sistemas automatizados de suporte de toda a actividade e da qualidade da informação de gestão, existe também a definição formal dos procedimentos e sistemas de controlo interno implementados, que se encontra sistematizada em normativo apropriado.

Os sistemas de controlo instituídos asseguram a capacidade de execução com eficácia, de forma adequada à natureza e ao volume de actividades, harmonizando as exigências comerciais e as regras estabelecidas.

A **Direcção de Auditoria** avalia continuamente a adequação dos sistemas de controlo implementados, mediante a utilização de metodologias apropriadas, bem como o correcto cumprimento das normas em vigor. De igual modo, estes sistemas são avaliados pelos Auditores Externos.

É também efectuada a medição regular dos níveis de serviço por cada área, permitindo a adequação permanente das estruturas e procedimentos face ao volume de trabalho, assim como a realização e aferição de objectivos e controlos estabelecidos.

Nesta área, também o **Compliance Office**, assume particular relevância.

O **Conselho Geral e de Supervisão**, através da **Comissão de Auditoria e Risco** por si nomeada, tem como uma das principais funções a fiscalização e avaliação dos riscos.

Para obtenção de informação mais detalhada sobre esta matéria remete-se para o capítulo "Gestão de Riscos" do Relatório de Gestão (volume I, pág. 116).

Limites ao exercício dos direitos de voto, direitos especiais ou existência de acordos parassociais

Os Accionistas do Banco Comercial Português não se encontram sujeitos a reservas à livre transmissibilidade das suas acções, ou a limitação no exercício de direitos de voto, com excepção da limitação quantitativa prevista no n.º 10 do artigo 16.º do Contrato de Sociedade que limita a 10% do capital presente ou representado em Assembleia Geral os votos que cada Accionista ou Grupo de Accionistas relacionados pode emitir. Não existem direitos especiais de voto ou outros, sendo as acções representativas do capital social do Banco de categoria única.

O Banco não tem conhecimento da existência de quaisquer acordos parassociais.

Capítulo IV

Órgão de Administração

Conselho de Administração Executivo

Como decorre do modelo de governo adoptado pelo Banco e já antes descrito, o Conselho de Administração Executivo apenas integra membros executivos tendo a sua composição, durante todo o exercício de 2006, sido a seguinte:

Presidente – Paulo Jorge de Assunção Rodrigues Teixeira Pinto,

Vice-Presidente – Filipe de Jesus Pinhal,

Vice-Presidente – Christopher de Beck,

Vogal – António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues,

Vogal – António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques,

Vogal – Alípio Barrosa Pereira Dias,

Vogal – Alexandre Alberto Bastos Gomes,

Vogal – Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda,

Vogal – Boguslaw Jerzy Kott.

O currículo e as áreas de responsabilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração Executivo, bem assim como a quantidade de valores mobiliários emitidos pelo Banco de que cada um é titular constam de documentos anexos ao presente relatório.



Nos termos dos Estatutos do Banco, o cargo de Administrador é incompatível com o exercício de funções, de qualquer natureza, por investidura em cargo social ou por contrato de trabalho, em outra instituição de crédito com sede em Portugal ou que em Portugal tenha filial ou sucursal ou sociedade com ela em relação de domínio ou de Grupo, com a titularidade, directa ou indirecta, de participação superior a 2% do capital social ou dos direitos de voto em outra instituição de crédito com sede em Portugal ou que em Portugal tenha filial ou sucursal ou com a indicação para membro de corpo social, ainda que apenas de facto, por parte de pessoa colectiva concorrente.

A responsabilidade dos membros do Conselho de Administração é caucionada através de um contrato de seguro por cada um deles contratado, cobrindo o eventual incumprimento das obrigações de Administrador perante a sociedade ou obrigações previstas na lei, contrato ou convenção, susceptíveis de caucionamento, até ao capital de 25.000,00 euros por anuidade. Complementarmente, o Banco Comercial Português contratou um seguro que garante o pagamento a terceiros das indemnizações legalmente exigíveis aos Administradores da Sociedade, pelas perdas ou danos resultantes de quaisquer reclamações deduzidas com fundamento em sinistro, em razão da responsabilidade civil por actos ilícitos praticados por estes, ou que lhe sejam imputáveis, quando se encontrem no exercício de funções, até ao capital de 50.280.000,00 euros por sinistro e agregado e anuidade.

Comissão executiva e outras Comissões com competência em matéria de gestão

Em consequência do modelo de governo adoptado, não existe, ao nível do órgão de administração, qualquer Comissão Executiva ou outras Comissões com competência em matéria de gestão.

Descrição do modo de funcionamento do órgão de administração

A cada um dos membros do Conselho de Administração Executivo está cometido o especial acompanhamento das matérias de gestão descritas no anexo a este relatório, sendo que o Conselho, por regra, e com excepção do mês de Agosto, reúne uma vez por semana, sendo no entanto obrigatória uma reunião mensal. Durante o exercício de 2006, o Conselho reuniu 50 vezes.

As reuniões do Conselho são convocadas pelo seu Presidente ou por dois outros Administradores. Para que o Conselho possa validamente reunir deverão estar presentes a maioria dos seus membros, considerando-se como presentes os Administradores que intervenham por recurso a meios telemáticos. As deliberações do Conselho deverão ser tomadas pela maioria dos membros presentes sendo que, em caso de empate nas votações, o Presidente, ou quem o substituir, terá voto de qualidade. Os Administradores podem fazer-se representar nas reuniões por outro administrador.

O Presidente do Conselho de Administração é membro, por inerência, do Conselho Superior e participa nas reuniões do Conselho Geral e de Supervisão. Participa ainda, como Elemento Convidado, nas reuniões das Comissões de Auditoria e Risco e de Sustentabilidade e Governo Societário do Conselho Geral e de Supervisão.

O CFO participa nas reuniões do Conselho Geral e de Supervisão e, como Elemento Convidado, nas reuniões das Comissões de Auditoria e Risco.

Políticas de remuneração dos Órgãos Sociais

A remuneração do Conselho de Administração Executivo é fixada por um órgão independente, o Conselho de Remunerações e Previdência a que acima se fez referência, eleito em Assembleia Geral de entre os Accionistas do Banco.

No final do exercício de 2005, o Conselho de Remunerações e Previdência aprovou a política de remuneração em vigor, que foi levada ao conhecimento dos Accionistas por ter sido incluída no Relatório do Governo da Sociedade relativo ao exercício de 2005.

Componentes da remuneração total:

- Remuneração Anual Fixa: o Conselho de Remunerações e Previdência, com base em *benchmarks* internacionais fixa a remuneração do Presidente, variando as dos Vice-Presidentes entre 85% e 60%, e as dos vogais entre 60% e 40%, ambas em função da do Presidente;
- Remuneração Anual Variável: até 350% da Remuneração Anual Fixa (depende do cumprimento de objectivos fixados);
- Remuneração Pluri-Anual Variável: até 250% da Remuneração Anual Fixa (depende do cumprimento de objectivos de médio prazo definidos para a remuneração anual variável).

A Remuneração Variável é função do desempenho do Banco face a *benchmark* nos seguintes indicadores:

- Rendibilidade Total para o Accionista;
- Rendibilidade do Capital Próprio;
- Rácio de Eficiência;
- Crescimento das Receitas e Resultado Líquido.

Para além desta componente comum, é efectuada uma avaliação individual que incorpora o desempenho das áreas de negócio geridas, face ao ano anterior, sendo igualmente feita uma avaliação qualitativa da capacidade de liderança e do contributo para a imagem e representação do Banco.

Pelo exercício das respectivas funções, os membros do Conselho de Administração Executivo não recebem compensações adicionais às que são comunicadas pelo Banco.

Regime de reforma

Nos termos do deliberado pelo Conselho de Remunerações e Previdência, têm direito a complemento de reforma os membros do Conselho de Administração Executivo com carreira contributiva principal em Portugal, que atinjam 65 anos de idade ou completem 30 anos de actividade profissional, ou que fiquem em situação de invalidez permanente para o trabalho.



Em momento próprio, na Assembleia Geral Anual de 2007, será submetida à apreciação uma declaração sobre esta política de remuneração dos órgãos de gestão.

Remuneração do Conselho de Administração Executivo

A remuneração fixa devida ao conjunto dos membros do Conselho de Administração Executivo, directamente ou através de sociedades que com o Banco Comercial Português estejam em relação de domínio ou de grupo, pelo desempenho de funções no exercício de 2006 ascendeu a 5.460 milhares de euros, importando a remuneração variável anual a este título relativa ao mesmo exercício no montante de 21.495 milhares de euros.

Os encargos do exercício com dotações para fundos de pensões e apólices de seguros de complemento de reforma de membros do conselho de administração ascenderam a 5.706 milhares de euros.

Política de comunicação de irregularidades

Na sequência da alteração do modelo de governo do Banco, a competência para a recepção e tratamento de comunicações de irregularidades, que a partir de 2006 deixou de estar circunscrita às comunicações recebidas dos Colaboradores do Banco, passou para o Conselho Geral e de Supervisão que a delegou numa das suas Comissões especializadas, a Comissão de Auditoria e Risco.

Comunicações internas

Para as comunicações internas foi criado um endereço de correio electrónico (comunicar.irregularidade@millenniumbcp.pt) acessível através do portal do Millennium bcp, exclusivamente destinado à recepção de comunicações de alegadas irregularidades que ocorram dentro do Grupo, cuja gestão e encaminhamento é da competência primária do Conselho Geral e de Supervisão que a delegou na Comissão de Auditoria e Risco, assegurando esta Comissão a confidencialidade do autor da comunicação, que deverá, por sua vez, assumir a respectiva autoria, utilizando o seu endereço de e-mail interno para o envio da comunicação.

No prazo de trinta dias após a recepção da comunicação, a Comissão de Auditoria e Risco elaborará um relatório preliminar de avaliação dos factos comunicados, acompanhado de proposta de actuação e de eventuais medidas para colmatar as anomalias ou irregularidades apuradas, que deverá ser apresentado ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão.

No caso de a comunicação estar relacionada com algum membro do Conselho Geral e de Supervisão ou de alguma das suas Comissões especializadas, a mesma deverá ser dirigida ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão através de uma outra caixa de e-mail também especificamente criada para o efeito.



ANEXO AO RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

Curricula Vitae dos Membros do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, S.A., incluindo os cargos desempenhados em 31 de Dezembro de 2006:





**PAULO JORGE
DE ASSUNÇÃO
RODRIGUES
TEIXEIRA PINTO**

Dados pessoais:

- Data de nascimento: 10 de Outubro de 1960
- Naturalidade: Angola
- Nacionalidade: Portuguesa
- Cargo: Presidente do Conselho de Administração Executivo
 - Início de Funções: Março de 2005
 - Mandato em Curso: 2005/2007

Cargos de Administração que desempenha em sociedades do Grupo:

Em Portugal:

- Presidente do Conselho de Administração do Banco Millennium bcp Investimento, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do Banco de Investimento Imobiliário, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do Banco ActivoBank (Portugal), S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do Millennium bcp – Prestação de Serviços, ACE
- Presidente do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp

Fora de Portugal:

- Membro do Supervisory Board do Bank Millennium, S.A. (Polónia)
- Membro do Sénior Board do Millennium Bank, S.A. (Grécia)

Cargos actuais fora do Grupo:

- Vice-Presidente da Direcção da Associação Portuguesa de Bancos, em representação do Banco Comercial Português
- Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP – Energias de Portugal, S.A.

Funções no âmbito do Modelo Organizativo do Grupo:

- Comissão de *Stakeholders*
- Comissão de Formação e Desenvolvimento Profissional
- Comissão de Responsabilidade Social, abrangendo a Sub-Comissão de Mecenato e Donativos
- Comissão de Riscos, abrangendo as Sub-Comissões de Risco de Crédito; de Mercados e Liquidez; de Risco Operacional e de Acompanhamento do Fundo de Pensões
- Comissão de Auditoria, Segurança e AML

Responsabilidades directas:

- Fundação Millennium bcp
- Relações Institucionais e com Subsidiárias: Banco de Portugal, C.M.V.M; Associação Portuguesa de Bancos; Sindicatos
- Direcções: Secretaria Geral; Compliance Office; Risk Office; Centro Corporativo; Legal Office; Relações com Investidores; Auditoria; Comunicação; Formação e Desenvolvimento Profissional; Qualidade; Assessoria Jurídica, Desinvestimento em Activos; Administrativa de Colaboradores

Formação e experiência académica:

- 1983 – Licenciatura em Direito, na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas, pela Universidade de Lisboa, e na especialidade de Ciências Jurídicas, pela Universidade Livre
- 1983/1988 – Docente nas Faculdades de Letras e de Direito da Universidade de Lisboa e no Departamento de Direito da Universidade Livre
- 1988 – Curso de Doctorado em História do Direito, pela Universidade Complutense de Madrid
- 2000 – Programa de Estratégia Empresarial, pelo INSEAD de Fontainebleau
- 2003 – Programa de Alta Direcção de Empresa, pela AESE – Escola de Direcção de Negócios

Experiência profissional:

- 1991/1995 – Membro do XII Governo Constitucional, presidido pelo Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva, tendo desempenhado funções de Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, entre 5 de Novembro de 1991 e 18 de Março de 1992, e de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, entre 19 de Março de 1992 e 28 de Outubro de 1995, cargo que acumulou com as funções de Porta-Voz do Governo
- 1995 – Admissão nos quadros do Banco Comercial Português em Novembro de 1995, com a responsabilidade pela Assessoria Jurídica do Centro Corporativo
- 2000 – Nomeado Director-Geral e secretário da sociedade Banco Comercial Português
- 2004 – Designado Secretário-Geral da Fundação Millennium bcp





**FILIPE DE JESUS
PINHAL**

Dados pessoais:

- Data de nascimento: 7 de Novembro de 1946
- Naturalidade: Sesimbra
- Nacionalidade: Portuguesa
- Cargo: Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, desde 1998
 - Início de Funções como Membro do Conselho de Administração: Fevereiro de 1988
 - Mandato em Curso: 2005/2007

Cargos de Administração que desempenha em sociedades do Grupo:

Em Portugal:

- Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco de Investimento Imobiliário, S.A.
- Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.
- Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, Lda.
- Vogal do Conselho de Administração do Millennium bcp – Prestação de Serviços, ACE
- Gerente do BII Internacional, SGPS, Lda.
- Presidente do Conselho de Administração da Seguros & Pensões Gere, SGPS, S.A.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp

Fora de Portugal:

- Vogal do Conselho de Administração da bcp holdings (usa), inc.
- Presidente do Conseil de Surveillance do Banque BCP, S.A.S. (França)

Cargos actuais fora do Grupo:

- Membro do Conselho Nacional do Consumo
- Membro do Conselho Económico e Social

Funções no âmbito do Modelo Organizativo do Grupo:

- Comité Executivo de Retalho
- Comité Executivo de Corporate e Empresas
- Comissão de Responsabilidade Social (Sub-Comissão de Relações Sociais)
- Comissão de Riscos (Sub-Comissões de Risco de Crédito; de Risco Operacional e de Acompanhamento do Fundo de Pensões)

Responsabilidades directas:

- Áreas: Rede de Retalho em Portugal
- Direcções: Secretaria Geral; Comunicação; Centro Contactos; Inovação e Promoção Comercial; Informação; Gestão das Áreas Comerciais

Formação e experiência académica:

- 1970 – Licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF)
- 1970/1973 – Docente no ISCEF

Experiência profissional:

- 1973 – Inicia a sua carreira bancária no Banco da Agricultura e, mais tarde, no Montepio Geral e na Caixa Geral de Depósitos, onde exerceu funções de Director até 1985
- 1985 – Ingressa no Banco Comercial Português, onde desempenha funções de direcção na área de Estudos e Planeamento

Dados pessoais:

- Data de nascimento: 7 de Março de 1946
- Naturalidade: Lisboa
- Nacionalidade: Portuguesa
- Cargo: COO e Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, desde 1998
 - Início de Funções: Novembro de 1988
 - Mandato em Curso: 2005/2007

Cargos de Administração que desempenha em sociedades do Grupo:**Em Portugal:**

- Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Millennium bcp Investimento, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração do Millennium bcp – Prestação de Serviços, ACE
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp

Fora de Portugal:

- Vogal do Sénior Board da Millennium Bank, S.A. (Grécia)
- Membro do Supervisory Board do Bank Millennium, S.A. (Polónia)
- Vogal do Conselho de Administração da bcp holdings (usa), inc.
- Membro do Board of Directors do Banca Millennium, S.A. (Roménia)

Funções no âmbito do Modelo Organizativo do Grupo:

- Comité Executivo de Serviços Bancários
- Comité Executivo de European Banking
- Comité Executivo de Overseas Banking
- Comissão de Riscos (Sub-Comissões de Risco de Crédito; de Mercados e Liquidez e de Risco Operacional)
- Comissão de Auditoria, Segurança e AML

Responsabilidades directas:

- Direcções: Segurança e Sistemas de Informação; Operações; Títulos; IT; Transformação Operativa; Compras; Crédito; Segurança Física; Aprovisionamento e Património

Formação académica:

- 1968 – Licenciatura em Economia pela Universidade de Genebra
- 1970 – MBA pelo ENSEAD European Institute of Business Administration em Fontainebleau – França

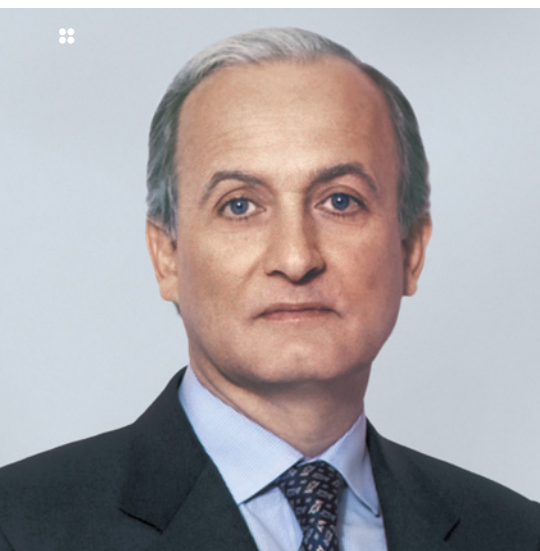
Experiência profissional:

- 1971 – Ingressa no Banco Português do Atlântico onde desenvolveu a sua actividade essencialmente nas áreas internacional e sistemas de informação
- 1985 – Ingressa no Banco Comercial Português, onde desempenha funções de direcção na área de operações e sistemas



**CHRISTOPHER
DE BECK**





**ANTÓNIO
MANUEL DE
SEABRA E MELO
RODRIGUES**

Dados pessoais:

- Data de nascimento: 3 de Setembro de 1955
- Naturalidade: Angola
- Nacionalidade: Portuguesa
- Cargo: CFO e Vogal do Conselho de Administração Executivo
 - Início de Funções: Junho de 1995
 - Mandato em Curso: 2005/2007

Cargos de Administração que desempenha em sociedades do Grupo:

Em Portugal:

- Vice-Presidente do Conselho de Administração do Millennium bcp – Prestação de Serviços, ACE
- Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.
- Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, Lda.
- Vogal do Conselho de Administração do Banco ActivoBank (Portugal), S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Seguros e Pensões Gere, SGPS, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp

Fora de Portugal:

- Membro do Conselho de Administração da bcp holdings (usa), inc.

Funções no âmbito do Modelo Organizativo do Grupo:

- Comité Executivo de Retalho
- Comissão de Riscos (Sub-Comissões de Risco de Crédito; de Mercados e Liquidez; de Risco Operacional e de Acompanhamento do Fundo de Pensões)
- Comissão de Auditoria, Segurança e AML

Responsabilidades directas:

- Relações Institucionais e com Subsidiárias: Auditores e Consultores
- Direcções: Risk Office; Centro Corporativo; Contabilidade e Informação de Gestão; Relações com Investidores; Assessoria Jurídica; Legal Office

Formação académica:

- 1980 – Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

Experiência profissional:

- 1980 – Inicia a carreira profissional na KPMG, em Espanha e, mais tarde, em Londres e Lisboa, até que, em 1985, ascende à posição de Manager
- 1989 – Ingressa no Banco Comercial Português onde desempenha funções de direcção nas áreas de Auditoria, Selecção e Formação, Estudos e Planeamento e Reporting para a SEC (US)

Dados pessoais:

- Data de nascimento: 2 de Setembro de 1957
- Naturalidade: Lisboa
- Nacionalidade: Portuguesa
- Cargo: Vogal do Conselho de Administração Executivo
 - Início de Funções: Junho de 1995
 - Mandato em Curso: 2005/2007

Cargos de Administração que desempenha em sociedades do Grupo:

Em Portugal:

- Vogal do Conselho de Administração do Banco ActivoBank (Portugal), S.A.
- Vogal do Conselho de Administração do Millenniumbcp – Prestação de Serviços, ACE
- Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS
- Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, Lda.
- Vogal do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp
- Vogal do Conselho de Administração da Seguros & Pensões Gere, SGPS, S.A.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, SGPS, S.A.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Pensões Gere, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Fora de Portugal:

- Presidente do Conselho de Administração da Banque Privée BCP (Suisse), S.A.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do Banco Millennium Angola, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da bcp holdings (usa), inc.

Funções no âmbito do Modelo Organizativo do Grupo:

- Comité Executivo de Private Banking e Asset Management
- Comité Executivo de Overseas Banking (BIM – Banco Internacional de Moçambique, S.A. e Banco Millennium Angola, S.A.)
- Comissão de Riscos (Sub-Comissões de Risco de Crédito; de Risco Operacional e de Acompanhamento do Fundo de Pensões)

Responsabilidades directas:

- Fundação Millennium bcp
- Relações Institucionais e com Subsidiárias: Millenniumbcp Fortis
- Direcções: Private Banking; Qualidade; Gestão Patrimónios
- Áreas: Gestão de Activos (Millennium Fundos de Investimento/Dep. Operações de Terceiros); WMU



**ANTÓNIO
MANUEL PEREIRA
CALDAS CASTRO
HENRIQUES**



Cargos actuais fora do Grupo:

- Membro do Conselho de Direcção da APS – Associação Portuguesa de Seguradoras
- Presidente do Conselho Superior da AAMBA – Associação dos Antigos Alunos do MBA da Universidade Nova de Lisboa
- Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares contra a Fome

Formação e experiência académica:

- 1979 – Licenciatura em Gestão pela Université de Paris IX-Dauphine
- 1981 – MBA pela Universidade Nova de Lisboa
- 1979/1986 – Docente na Faculdade de Economia da Universidade Nova

Experiência profissional:

- 1980/1983 – Funções técnicas na Direcção Financeira da EPSI – Empresa de Polímeros de Sines
- 1983/1988 – Funções técnicas no Grupo RAR
- 1988 – Ingressou no Banco Comercial Português onde desempenhou funções directivas nas áreas de marketing de empresas, asset management, internacional e financeira e coordenação da Nova Rede

Dados pessoais:

- Data de nascimento: 10 de Março de 1943
- Naturalidade: Porto
- Nacionalidade: Portuguesa
- Cargo: Vogal do Conselho de Administração Executivo
 - Início de Funções: Fevereiro de 1998
 - Mandato em Curso: 2005/2007

Cargos de Administração que desempenha em sociedades do Grupo:**Em Portugal:**

- Vogal do Conselho de Administração do Banco Millennium bcp Investimento, S.A.
- Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.
- Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, Lda.
- Gerente da VSC – Aluguer de Veículos sem Condutor, Lda.
- Vogal do Conselho de Administração do Millennium bcp – Prestação de Serviços, ACE
- Vogal do Conselho de Administração da Seguros & Pensões Gere, SGPS, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp

Cargos actuais fora do Grupo:

- Presidente do Conselho de Administração da CVP – Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.
- Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Oriente
- Presidente do Conselho Fiscal da Associação dos Oficiais de Reserva Naval
- Membro do Conselho Geral da Fundação Portuguesa de Cardiologia
- Curador da Fundação Cidade de Lisboa
- Curador da Fundação O Século
- Presidente do Conselho Fiscal da Escola de Gestão da Universidade do Porto
- Presidente do Conselho Fiscal da Associação dos Ex-Deputados
- Curador da Fundação Manuel Cargaleiro
- Vogal da Junta Directiva da Casa de Bragança
- Membro do Conselho Geral da Associação Fiscal Portuguesa
- Membro do Conselho Consultivo da Faculdade de Economia do Porto
- Presidente do Conselho Consultivo do Futebol Clube do Porto
- Vogal da Direcção da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e Cooperação, em representação do Banco Comercial Português

Funções no âmbito do Modelo Organizativo do Grupo:

- Comité Executivo de Corporate e Empresas
- Comité Executivo de Banca de Investimento
- Comissão de Riscos, abrangendo a Sub-Comissão de Risco de Crédito
- Comissão de Auditoria, Segurança e AML

Responsabilidades directas:

- Relações Institucionais e com Subsidiárias: VSC – Aluguer de Veículos sem Condutor (Classis)
- Áreas: Redes Corporate e Empresas
- Direcções: Compliance Office; Comercial de Factoring; Comercial de Leasing; Recuperação de Crédito; Internacional



**ALÍPIO BARROSA
PEREIRA DIAS**



Formação e experiência académica:

- 1969 – Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto
- 1965/1980 – Docente na Universidade do Porto

Experiência profissional:

- 1974 – Inicia a carreira bancária no Banco Borges & Irmão, onde, de 1974 a 1977, foi Director do Gabinete de Estudos Económicos
- 1977/1978 – Eleito Administrador do Banco Totta & Açores e, mais tarde, Vice-Presidente
- 1978/1980 – Nomeado Secretário de Estado das Finanças (IV e VI Governos Constitucionais)
- 1981/1985 – Secretário de Estado do Orçamento (VII, VIII e IX Governos Constitucionais)
- 1986/1988 – Vice-Governador do Banco de Portugal
- 1988/1995 – Presidente do Conselho de Administração no Banco Totta & Açores
- 1993/1997 – Presidente no Crédito Predial Português, mantendo paralelamente, funções no Conselho Consultivo do Banco de Portugal, na Vice-Presidência da Associação Portuguesa de Bancos, na Associação Industrial Portuense e na Associação Portuguesa para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais
- 1993/1997 – Funções no Conselho Consultivo do Banco de Portugal, na Vice-Presidência da Associação Portuguesa de Bancos, na Associação Industrial Portuense e na Associação Portuguesa para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais
- 1997 – Ingressa no Banco Comercial Português como Director-Geral Adjunto da Administração

Dados pessoais:

- Data de nascimento: 7 de Agosto de 1955
- Naturalidade: Porto
- Nacionalidade: Portuguesa
- Cargo: Chief Talent Officer e Vogal do Conselho de Administração Executivo
 - Início de Funções: Março de 2000
 - Mandato em Curso: 2005/2007

Cargos de Administração que desempenha actualmente em sociedades do Grupo:**Em Portugal:**

- Vogal do Conselho de Administração do Millennium bcp – Prestação de Serviços, ACE
- Vogal do Conselho de Administração do Banco ActivoBank (Portugal), S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp

Cargos actuais fora do Grupo:

- Vogal do Conselho de Administração da SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.

Funções no âmbito do Modelo Organizativo do Grupo:

- Comité Executivo de Private Banking e Asset Management
- Comissão de Formação e Desenvolvimento Profissional
- Comissão de Responsabilidade Social (Sub-Comissão de Relações Sociais)
- Comissão de Riscos (Sub-Comissões de Risco de Crédito e de Risco Operacional)
- Comissão de Auditoria, Segurança e AML

Responsabilidades directas:

- Relações Institucionais e com Subsidiárias: SIBS / CISP
- Direcções: Auditoria; Formação e Desenvolvimento Profissional; Desinvestimento em Activos; Administrativa de Colaboradores

Formação académica

- 1977 – Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto

Experiência profissional

- 1980 – Início de funções no Banco Português do Atlântico
- 1986 – Ingressa no Banco Comercial Português onde desempenha funções de direcção nas áreas de Marketing de Empresas, Coordenação da NovaRede e Informática
- 1995 – Eleito Vogal do Conselho de Administração do Banco Português do Atlântico



**ALEXANDRE
ALBERTO
BASTOS GOMES**





**FRANCISCO
JOSÉ QUEIROZ
DE BARROS
DE LACERDA**

Dados pessoais:

- Data de nascimento: 24 de Setembro de 1960
- Naturalidade: Lisboa
- Nacionalidade: Portuguesa
- Cargo: Vogal do Conselho de Administração Executivo
 - Início de Funções: Março de 2000
 - Mandato em Curso: 2005/2007

Cargos de Administração que desempenha em sociedades do Grupo:

Em Portugal:

- Vogal do Conselho de Administração do Banco Millennium bcp Investimento, S.A.
- Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda.
- Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, Lda.
- Vogal do Conselho de Administração do Millennium bcp – Prestação de Serviços, ACE
- Vogal do Conselho de Administração da Seguros & Pensões Gere, SGPS, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp

Fora de Portugal:

- Vogal do Sénior Board do Millennium Bank, S.A. (Grécia)
- Vice-Presidente do Conselho de Administração do Millennium Bank, A.S. (Turquia)
- Membro do Supervisory Board do Bank Millennium, S.A. (Polónia)
- Presidente do Board of Directors do Banca Millennium, S.A. (Roménia)

Cargos actuais fora do Grupo:

- Vogal do Conselho Geral do Clube Naval de Cascais

Funções no âmbito do Modelo Organizativo do Grupo:

- Comité Executivo de Banca de Investimento
- Comité Executivo de European Banking (Millennium bank – Grécia; Millennium bank – Turquia)
- Comissão de Riscos (Sub-Comissões de Risco de Crédito e de Mercados e Liquidez)

Responsabilidades directas:

- Áreas: Serviços Financeiros; Mercado de Capitais
- Direcções: Project Finance; Banca de Investimentos; Derivados de Acções de Tesouraria e de Corretagem

Formação e experiência académica:

- 1982 – Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa
- 1984/1985 – Assistente da Universidade Católica Portuguesa

Experiência profissional:

- 1982/1990 – Técnico e Director na Locapor (leasing), na CISF e no Hispano Americano – Sociedade de Investimentos
- 1990/2000 – Integrou a equipa dirigente da área financeira do Grupo José de Mello, como Administrador da UIF, SGPS
- 1991/2000 – Administrador do Banco Mello
- 1993/2000 – Presidente da Comissão Executiva do Banco Mello
- 1997/2000 – Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Mello
- Até 2000 – Administrador da Companhia de Seguros Império e Presidente ou Administrador de diversos Bancos e empresas financeiras subsidiárias do Banco Mello, em Portugal e no estrangeiro
- 2001/2003 – 1.º Vice-Presidente do Conselho de Administração do Bank Millennium, na Polónia e Vice-Presidente do Supervisory Board das empresas Millennium Dom Maklerski S.A., Forin Sp. z.o.o. e Bel Leasing Sp. z.o.o.

Dados pessoais:

- Data de nascimento: 16 de Setembro de 1947
- Naturalidade: Wielbark
- Nacionalidade: Polaca
- Cargo: Vogal do Conselho de Administração Executivo
 - Início de Funções: Fevereiro 2003
 - Mandato em Curso: 2005/2007

Cargos de Administração que desempenha sociedades do Grupo:**Em Portugal:**

- Vogal do Conselho de Administração do Millennium bcp – Prestação de Serviços, ACE
- Vogal do Conselho de Administração da Seguros & Pensões Gere, SGPS, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Fundação Millennium bcp

Fora de Portugal:

- Presidente do Conselho de Administração do Bank Millennium, S.A. (Polónia)
- Presidente do Supervisory Board do Millennium Dom Maklerski S.A. (Polónia)
- Presidente do Supervisory Board da Millennium Leasing Sp. z.o.o. (Polónia)
- Presidente do Supervisory Board da Millennium Lease Sp. z.o.o. (Polónia)
- Vogal do Conselho de Administração do bcp holdings (usa), inc.
- Membro do Sénior Board do Millennium Bank, S.A. (Grécia)
- Membro do Board of Directors do Banca Millennium, S.A. (Roménia)

Funções no âmbito do Modelo Organizativo do Grupo:

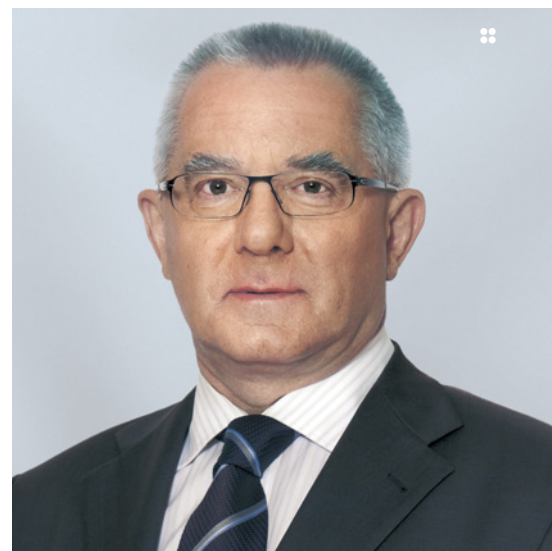
- Comité Executivo de European Banking (Bank Millennium)
- Comité Executivo de Overseas Banking (Millennium bcpbank – Estados Unidos)
- Comité Executivo de Serviços Bancários
- Comissão de Riscos (Sub-Comissão de Risco de Crédito)

Formação académica:

- 1971 – Mestre em Economia, grau atribuído pela Main School of Planning and Statistics (Warsaw School of Economics)

Experiência profissional:

- 1971/1974 – Responsável pela área de Contabilidade da Olsztynskie Fabryki Mebli
- 1974/1989 – Director do Departamento de Comércio Externo e Comunicação no Ministério das Finanças Polaco
- 1988/1989 – Membro do Conselho de Administração da Polish Sailing Association
- Desde 1989 – Presidente do Conselho de Administração do Bank Millennium (anteriormente denominado Big Bank Gdansk)



**BOGUSLAW
JERZY KOTT**



POSIÇÃO ACCIONISTA E OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO



Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2006			Preço Unitário (Euros)
		31/12/06	31/12/05	Aquisições	Alienações	Data	
Membros de Órgãos Sociais							
Membros do Conselho de Administração Executivo							
Paulo Jorge de A. R. Teixeira Pinto	Acções BCP	867.356	53.048	4.923 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	2.083	809.385 (b)		20-Mar-06	1,26
	Obrigações BCP F. Bk Conv. 4,75% (01/11)	0	5		2.083 (a)	02-Jan-06	2,115
					5 (d)	03-Jul-06	
Filipe de Jesus Pinhal	Acções BCP	3.100.000	2.500.000	165.550 (a)		02-Jan-06	2,115
				43.445		10-Jan-06	2,34
				43.445		10-Jan-06	2,31
				43.445		12-Jan-06	2,38
				43.445		12-Jan-06	2,43
				43.445		13-Jan-06	2,44
				43.445		17-Jan-06	2,41
				43.445		17-Jan-06	2,39
				43.445		19-Jan-06	2,41
				86.890		31-Jan-06	2,46
	Capital BCP 2005	0	70.028		70.028 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP F. Bk Conv. 4,75% (01/11)	0	10		10 (d)	03-Jul-06	
	Acções Pref. Perp. S. C – BCP Fin. Company	3.500	3.500				
Christopher de Beck	Acções BCP	1.344.415	1.209.491	134.924 (a)		02-Jan-06	2,115
	Acções Bank Millennium (Polónia)	95.000	95.000				
	Capital BCP 2005	0	57.073		57.073 (a)	02-Jan-06	2,115
António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues	Acções BCP	2.187.647	2.000.000	187.647 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	79.375		79.375 (a)	02-Jan-06	2,115
António Manuel P.C. de Castro Henriques	Acções BCP	1.414.276	1.250.000	154.276 (a)		02-Jan-06	2,115
				5.000		17-Nov-06	2,58
				5.000		21-Nov-06	2,56
	Capital BCP 2005	0	65.259		65.259 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP Finance Perp 4,239% eur	400	0	400 (c)		05-Jan-06	981,5
Alípio Barrosa Pereira Dias	Acções BCP	200.000	170.900	17.215 (a)		02-Jan-06	2,115
				11.885		26-Out-06	2,26
	Capital BCP 2005	0	7.282		7.282 (a)	02-Jan-06	2,115
Alexandre Alberto Bastos Gomes	Acções BCP	755.045	635.918	56.127 (a)		02-Jan-06	2,115
				63.000		25-Aug-06	2,37
	Capital BCP 2005	0	23.742		23.742 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações Caixa Cif Inv. Real (99/06)	0	2.000		2.000 (d)	09-Mai-06	
	Obrigações BCP F. Bk Rend.Top (01/06)	0	75		75 (d)	03-Jul-06	
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Acções BCP	800.000	705.000	49.695 (a)		02-Jan-06	2,115
				305		09-Fev-06	2,51
				10.000		11-Mai-06	2,41
				10.000		22-Mai-06	2,22
				10.000		09-Jun-06	2,26
				10.000		27-Jul-06	2,25
				5.000		31-Out-06	2,56
	Capital BCP 2005	0	21.021		21.021 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP F. Bk Altern. World (01/09)	25	25				
Boguslaw Jerzy Kott	Acções BCP	17.500	17.500				
	Acções Bank Millennium (Polónia)	3.023.174	3.023.174				
	BCP Ob Cx European Prd Perf Nov/06 08	100	0	100 (f)		27-Nov-06	100
Membros do Conselho Geral e de Supervisão							
Jorge Manuel Jardim Gonçalves	Acções BCP	10.000.000	10.000.000				
	Obrigações BCP F. Bk C. S.-Up N. (06/15)	244	244				
	Obrigações BCP Finance Perp 4,239% eur	1.000	1.000				
	Obrigações BCP F. Bk Conv 4,75% Jun 2011	0	10		10 (d)	03-Jul-06	
	Acções Bank Millennium (Polónia)	10.000	10.000				
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta	Acções BCP	10.000	100.000		90.000	09-Fev-06	2,51
	Obrigações BCP Finance Perp 4,239% eur	0	150		150	05-Mai-06	936

Accionistas / Obrigacionistas	Titulo	N.º de títulos à data de		Movimento em 2006			Preço Unitário (Euros)
		31/12/06	31/12/05	Aquisições	Alienações	Data	
Gijsbert Swalef	Acções BCP	215.871	183.722	14.269 (a) 6.400 2.390 6.630 2.460		02-Jan-06 26-Jan-06 20-Abr-06 08-Jun-06 23-Nov-06 02-Jan-06	2,115 2,48 2,53 2,26 2,56 2,115
	Capital BCP 2005	0	6.036		6.036 (a)		2,115
António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves	Acções BCP	4.015.577	3.644.100	371.477 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	157.135		157.135 (a)	02-Jan-06	2,115
	Bcp Obrg Cx Sup Inv Mill II 12/10	2.000	2.000				
João Alberto Pinto Basto	Acções BCP	125.186	113.770	11.416 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	4.829		4.829 (a)	02-Jan-06	2,115
Francisco de La Fuente Sánchez	Acções BCP	1.780	1.582	198 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	84		84 (a)	02-Jan-06	2,115
	BCP Obrigações Cx Rend. Cresc. Fev 06/08	900	0	900 (f)		14-Feb-06	50
	BCP Obrigações Cx TOP 6 Maio 06/08	1.000	0	1.000 (f)		09-Mai-06	50
	Obg Cx Aforro Cresct 6% Set 2006/08	1.600	0	1.600 (f)		07-Set-06	50
	BCP Obg Cx Top 10 Novembro 2006/2008	400	0	400 (f)		27-Nov-06	50
Keith Satchell	Acções BCP	2.900	0	2.900		13-Out-06	2,56
Luís Francisco Valente de Oliveira	Acções BCP	62.659	56.865	5.794 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	2.451		2.451 (a)	02-Jan-06	2,115
Luís de Melo Champalimaud	Acções BCP	5.000	0	5.000		02-Mai-06	2,41
Mário Augusto de Paiva Neto	Acções BCP	46.241	42.000	4.241 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	1.794		1.794 (a)	02-Jan-06	2,115
Oliu Creus	Acções BCP	10.000	0	10.000		26-Jul-06	2,24
Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte	Acções BCP	1.421	1.421				
	Acções BCP (g)	14.000.000	14.000.000				
Vasco Maria Guimarães José de Melo	Acções BCP	180.096	180.096	50.000	50.000	11-Jul-06 21-Jul-06	2,24 2,21
Mário Branco Trindade	Acções BCP	41.085	41.085				
Cônjuge / Filhos Menores							
Paula Maria Von Hafe T. Cruz	Acções BCP	975	886	89 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	38		38 (a)	02-Jan-06	2,115
Teresa Maria A. Moreira Rato Beck	Acções BCP	2.418	2.329	89 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	38		38 (a)	02-Jan-06	2,115
Rita S.G. Castro Henriques	Acções BCP	1.230	1.141	89 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	38		38 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP Super Inv. Millen. II /12/10	77	77				
Rosa Amélia Moutinho Martins Barbosa	Acções BCP	1.533	1.401	132 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	56		56 (a)	02-Jan-06	2,115
Maria D'Assunção Jardim Gonçalves	Acções BCP	1.221.208	444.121	777.087 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	328.708		328.708 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP F. CO 5,543 PCT Eur	5.000	5.000				
Alexandra Maria Ferreira C. Gonçalves	Acções BCP	170.000	124	184.413 (a)		02-Jan-06 03-Mar-06	2,115 2,52
	Capital BCP 2005	0	78.007		14.537 78.007 (a)	02-Jan-06	2,115
Maria Flora Silva M. Paiva Neto	Acções BCP	1.974	1.800	174 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	74		74 (a)	02-Jan-06	2,115
Maria Teresa Galvão M. A. F. José de Mello	Acções BCP	9.851	9.851				
Martim Almeida Fernandes José de Mello	Acções BCP	430	430				

(a) Conversão dos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis – Capital BCP 2005.

(b) Subscrição (Stock Options BCP).

(c) Depósito Interno/Transferência Interna.

(d) Reembolso.

(e) Levantamento Interno/Transferência Interna.

(f) Subscrição.

(g) Acções BCP detidas indirectamente através da Sociedade por si dominada "PASIM – Sociedade Imobiliária, SA."



Propriedade: Millennium bcp

Produção gráfica: Choice – Comunicação Global, Lda. – www.choice.pt

Pré-impressão: Multitipo – Artes Gráficas, Lda.

Impressão e acabamentos: Sotcip – Sociedade Tipográfica, SA

Depósito legal: 148 713/00

Impresso em Maio de 2007

www.millenniumbcp.pt

Banco Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta
Sede: Praça D. João I, 28 – 4000-295 Porto
Capital Social: 3.611.329.567 euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto,
com o N.º Único de Matrícula e de Contribuinte 501 525 882

POSIÇÃO ACCIONISTA E OBRIGACIONISTA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO



Accionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2006			Preço Unitário (Euros)
		31/12/06	31/12/05	Aquisições	Alienações	Data	
Membros de Órgãos Sociais							
Membros do Conselho de Administração Executivo							
Paulo Jorge de A. R. Teixeira Pinto	Acções BCP	867.356	53.048	4.923 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	2.083	809.385 (b)		20-Mar-06	1,26
	Obrigações BCP F. Bk Conv. 4,75% (01/11)	0	5		2.083 (a)	02-Jan-06	2,115
					5 (d)	03-Jul-06	
Filipe de Jesus Pinhal	Acções BCP	3.100.000	2.500.000	165.550 (a)		02-Jan-06	2,115
				43.445		10-Jan-06	2,34
				43.445		10-Jan-06	2,31
				43.445		12-Jan-06	2,38
				43.445		12-Jan-06	2,43
				43.445		13-Jan-06	2,44
				43.445		17-Jan-06	2,41
				43.445		17-Jan-06	2,39
				43.445		19-Jan-06	2,41
				86.890		31-Jan-06	2,46
	Capital BCP 2005	0	70.028		70.028 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP F. Bk Conv. 4,75% (01/11)	0	10		10 (d)	03-Jul-06	
	Acções Pref. Perp. S. C – BCP Fin. Company	3.500	3.500				
Christopher de Beck	Acções BCP	1.344.415	1.209.491	134.924 (a)		02-Jan-06	2,115
	Acções Bank Millennium (Polónia)	95.000	95.000				
	Capital BCP 2005	0	57.073		57.073 (a)	02-Jan-06	2,115
António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues	Acções BCP	2.187.647	2.000.000	187.647 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	79.375		79.375 (a)	02-Jan-06	2,115
António Manuel P.C. de Castro Henriques	Acções BCP	1.414.276	1.250.000	154.276 (a)		02-Jan-06	2,115
				5.000		17-Nov-06	2,58
				5.000		21-Nov-06	2,56
	Capital BCP 2005	0	65.259		65.259 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP Finance Perp 4,239% eur	400	0	400 (c)		05-Jan-06	981,5
Alípio Barrosa Pereira Dias	Acções BCP	200.000	170.900	17.215 (a)		02-Jan-06	2,115
				11.885		26-Out-06	2,26
	Capital BCP 2005	0	7.282		7.282 (a)	02-Jan-06	2,115
Alexandre Alberto Bastos Gomes	Acções BCP	755.045	635.918	56.127 (a)		02-Jan-06	2,115
				63.000		25-Aug-06	2,37
	Capital BCP 2005	0	23.742		23.742 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações Caixa Cif Inv. Real (99/06)	0	2.000		2.000 (d)	09-Mai-06	
	Obrigações BCP F. Bk Rend.Top (01/06)	0	75		75 (d)	03-Jul-06	
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Acções BCP	800.000	705.000	49.695 (a)		02-Jan-06	2,115
				305		09-Fev-06	2,51
				10.000		11-Mai-06	2,41
				10.000		22-Mai-06	2,22
				10.000		09-Jun-06	2,26
				10.000		27-Jul-06	2,25
				5.000		31-Out-06	2,56
	Capital BCP 2005	0	21.021		21.021 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP F. Bk Altern. World (01/09)	25	25				
Boguslaw Jerzy Kott	Acções BCP	17.500	17.500				
	Acções Bank Millennium (Polónia)	3.023.174	3.023.174				
	BCP Ob Cx European Prd Perf Nov/06 08	100	0	100 (f)		27-Nov-06	100
Membros do Conselho Geral e de Supervisão							
Jorge Manuel Jardim Gonçalves	Acções BCP	10.000.000	10.000.000				
	Obrigações BCP F. Bk C. S.-Up N. (06/15)	244	244				
	Obrigações BCP Finance Perp 4,239% eur	1.000	1.000				
	Obrigações BCP F. Bk Conv 4,75% Jun 2011	0	10		10 (d)	03-Jul-06	
	Acções Bank Millennium (Polónia)	10.000	10.000				
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta	Acções BCP	10.000	100.000		90.000	09-Fev-06	2,51
	Obrigações BCP Finance Perp 4,239% eur	0	150		150	05-Mai-06	936

Accionistas / Obrigacionistas	Titulo	N.º de títulos à data de		Movimento em 2006			Preço Unitário (Euros)
		31/12/06	31/12/05	Aquisições	Alienações	Data	
Gijsbert Swalef	Acções BCP	215.871	183.722	14.269 (a) 6.400 2.390 6.630 2.460		02-Jan-06 26-Jan-06 20-Abr-06 08-Jun-06 23-Nov-06 02-Jan-06	2,115 2,48 2,53 2,26 2,56 2,115
	Capital BCP 2005	0	6.036		6.036 (a)		2,115
António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves	Acções BCP	4.015.577	3.644.100	371.477 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	157.135		157.135 (a)	02-Jan-06	2,115
	Bcp Obrg Cx Sup Inv Mill II 12/10	2.000	2.000				
João Alberto Pinto Basto	Acções BCP	125.186	113.770	11.416 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	4.829		4.829 (a)	02-Jan-06	2,115
Francisco de La Fuente Sánchez	Acções BCP	1.780	1.582	198 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	84		84 (a)	02-Jan-06	2,115
	BCP Obrigações Cx Rend. Cresc. Fev 06/08	900	0	900 (f)		14-Fev-06	50
	BCP Obrigações Cx TOP 6 Maio 06/08	1.000	0	1.000 (f)		09-Mai-06	50
	Obg Cx Aforro Cresct 6% Set 2006/08	1.600	0	1.600 (f)		07-Set-06	50
	BCP Obg Cx Top 10 Novembro 2006/2008	400	0	400 (f)		27-Nov-06	50
Keith Satchell	Acções BCP	2.900	0	2.900		13-Out-06	2,56
Luís Francisco Valente de Oliveira	Acções BCP	62.659	56.865	5.794 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	2.451		2.451 (a)	02-Jan-06	2,115
Luís de Melo Champalimaud	Acções BCP	5.000	0	5.000		02-Mai-06	2,41
Mário Augusto de Paiva Neto	Acções BCP	46.241	42.000	4.241 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	1.794		1.794 (a)	02-Jan-06	2,115
Oliu Creus	Acções BCP	10.000	0	10.000		26-Jul-06	2,24
Pedro Maria Calaiño Teixeira Duarte	Acções BCP	1.421	1.421				
	Acções BCP (g)	14.000.000	14.000.000				
Vasco Maria Guimarães José de Melo	Acções BCP	180.096	180.096	50.000	50.000	11-Jul-06 21-Jul-06	2,24 2,21
Mário Branco Trindade	Acções BCP	41.085	41.085				
Cônjuge / Filhos Menores							
Paula Maria Von Hafe T. Cruz	Acções BCP	975	886	89 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	38		38 (a)	02-Jan-06	2,115
Teresa Maria A. Moreira Rato Beck	Acções BCP	2.418	2.329	89 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	38		38 (a)	02-Jan-06	2,115
Rita S.G. Castro Henriques	Acções BCP	1.230	1.141	89 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	38		38 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP Super Inv. Millen. II /12/10	77	77				
Rosa Amélia Moutinho Martins Barbosa	Acções BCP	1.533	1.401	132 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	56		56 (a)	02-Jan-06	2,115
Maria D'Assunção Jardim Gonçalves	Acções BCP	1.221.208	444.121	777.087 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	328.708		328.708 (a)	02-Jan-06	2,115
	Obrigações BCP F. CO 5,543 PCT Eur	5.000	5.000				
Alexandra Maria Ferreira C. Gonçalves	Acções BCP	170.000	124	184.413 (a)		02-Jan-06 03-Mar-06	2,115 2,52
	Capital BCP 2005	0	78.007		14.537 78.007 (a)	02-Jan-06	2,115
Maria Flora Silva M. Paiva Neto	Acções BCP	1.974	1.800	174 (a)		02-Jan-06	2,115
	Capital BCP 2005	0	74		74 (a)	02-Jan-06	2,115
Maria Teresa Galvão M. A. F. José de Mello	Acções BCP	9.851	9.851				
Martim Almeida Fernandes José de Mello	Acções BCP	430	430				

(a) Conversão dos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis – Capital BCP 2005.

(b) Subscrição (Stock Options BCP).

(c) Depósito Interno/Transferência Interna.

(d) Reembolso.

(e) Levantamento Interno/Transferência Interna.

(f) Subscrição.

(g) Acções BCP detidas indirectamente através da Sociedade por si dominada "PASIM – Sociedade Imobiliária, SA."



Propriedade: Millennium bcp

Produção gráfica: Choice – Comunicação Global, Lda. – www.choice.pt

Pré-impressão: Multitipo – Artes Gráficas, Lda.

Impressão e acabamentos: Sotcip – Sociedade Tipográfica, SA

Depósito legal: 148 713/00

Impresso em Maio de 2007

www.millenniumbcp.pt

Banco Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta
Sede: Praça D. João I, 28 – 4000-295 Porto
Capital Social: 3.611.329.567 euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto,
com o N.º Único de Matrícula e de Contribuinte 501 525 882

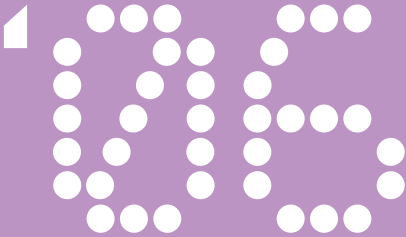
A v i d a i n s p i r a - n o s



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE



ÍNDICE




04	▫	ÂMBITO	56	Rigor e Transparência
06	▫	MENSAGEM DO PRESIDENTE	56	Compliance
10	▫	MILLENNIUM BCP	57	Auditoria
12		Visão e Valores Fundamentais	59	Supervisão e Regulação
12		Visão	59	Gestão do Risco
12		Missão	61	Procedimentos
12		Códigos de Conduta	62	Um Bom Lugar para Trabalhar
13		Modelo Funcional	62	Gestão das Pessoas
16		Cultura Multidoméstica	68	Igualdade de Oportunidades
16		Rebranding	69	Condições de Trabalho
18		Principais factos de responsabilidade social nas subsidiárias	69	Benefícios Sociais e Empresa Familiarmente Responsável
22	▫	INTEGRAR A SUSTENTABILIDADE	74	▫ COMPROMISSO COM AS GERAÇÕES FUTURAS
24		Diálogo com as Partes Interessadas	76	Compromisso Ambiental
25		Centro de Contactos – Dar Voz ao Cliente	76	Projecto Millennium bcp Ambiente
26		Provedor do Cliente	76	Consumo de Recursos
27		Associações de Consumidores	78	Emissões Poluentes
27		Relação com os Investidores	80	Conservação da Natureza
29		Comunicação	80	Concordância
33		Cultura de Envolvimento	81	Compromisso com a Sociedade
36		Relacionamento com os fornecedores	81	Promover o Conhecimento
38		Produtos e Serviços	83	Promover a Cultura
38		Produtos Socialmente Responsáveis	84	Apoiar a Comunidade
39		Abrangência	90	▫ PRINCIPAIS INDICADORES
41		Confiança	92	Síntese de Indicadores
42		Crédito	94	Presença Geográfica
43		Project Finance	96	Modelo Organizacional
47		Gestão de Activos Socialmente Responsável	97	Participações em Organizações Nacionais e Internacionais
48		Qualidade	98	Relatório de Verificação Emitido pela KPMG
51		Millennium bcp microcrédito	99	Parecer do Conselho Geral e de Supervisão
51		Modelo de Negócio	100	Correspondência de Indicadores GRI e Adequação aos princípios do Global Compact para o Millennium bcp
52		Resultados do Primeiro Ano de Actividade	104	Indicadores e Critérios de Cálculo Utilizados
55		Protocolos Celebrados	106	Acrónimos



ÂMBITO



O presente relatório descreve, numa perspectiva de sustentabilidade, a actividade do Millennium bcp¹ durante o ano 2006, dando sequência a semelhante relatório elaborado no ano anterior. O relatório foi elaborado seguindo a mesma divisão genérica do relatório anterior, composta por três partes, de forma a permitir uma leitura sistematizada e comparativa:

- Visão e valores fundamentais que caracterizam o Millennium bcp;
- Integração da sustentabilidade na actividade do Millennium bcp e interacção com os Stakeholders;
- Compromissos do Millennium bcp com a Sociedade, nos domínios ambiental, social e cultural.

Apesar de ocasionalmente serem efectuadas, ao longo do relatório, referências às operações internacionais, o seu âmbito é circunscrito à actividade do Millennium bcp em Portugal, a qual representou cerca de 91%  do resultado líquido apurado para o exercício de 2006.

A leitura conjunta com os volumes I e II do Relatório e Contas de 2006 do Millennium bcp permitirá obter informações adicionais sobre a actividade financeira e o modelo de governação da sociedade, existindo ainda informação suplementar disponibilizada no portal² do Millennium bcp na Internet.

Considerando que não existem Normas geralmente aceites que sejam aplicáveis à preparação de relatórios de sustentabilidade, o Conselho de Administração Executivo seguiu os critérios baseados nas directrizes definidas pelo Global Reporting Initiative (GRI), tendo o presente relatório sido realizado “de acordo” com as directrizes de 2002 do GRI, representando uma perspectiva equilibrada e adequada do desempenho económico, ambiental e social do Millennium bcp.

À excepção dos elementos quantitativos ambientais, e quando expressamente indicado no relatório, os demais elementos quantitativos apresentados, bem como o processo de obtenção e tratamento da informação, foram, novamente, sujeitos a verificação pela KPMG em conformidade com os princípios definidos pela ISAE 3000 (International Standard on Assurance Engagements 3000), de forma a permitir estabelecer referenciais e a assegurar a comparabilidade da informação. Os dados e indicadores verificados encontram-se identificados com os símbolos  e , este último para os dados comparados com as demonstrações financeiras do Millennium bcp para o exercício de 2006. O Relatório de Verificação emitido pela KPMG encontra-se na página 98.

O cálculo e apresentação dos indicadores ambientais incluídos no relatório foi efectuado com a colaboração do Instituto do Mar (IMAR) – pólo da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

As diferenças existentes no reporte de informação relativa ao Relatório de Sustentabilidade de 2005 estão, sempre que ocorrem, devidamente assinaladas e justificadas.



¹ A utilização da marca "Millennium bcp" deverá ser entendida como uma referência ao Banco Comercial Português, S.A. ou, quando utilizada a marca "Millennium" isoladamente, ao conjunto de empresas que constituem o Grupo BCP.

² <http://www.millenniumbcp.pt>

MENSAGEM DO PRESIDENTE



PELO SEGUNDO ANO CONSECUTIVO, ELABORÁMOS UM RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, COM O QUAL APRESENTAMOS, DE FORMA CLARA E OBJECTIVA, A ACTUAÇÃO DO MILLENNIUM BCP NO DOMÍNIO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL.

Sustentabilidade e desempenho são conceitos mutuamente dependentes, de cuja complementaridade resulta um desenvolvimento equilibrado e duradouro da empresa e, conseqüentemente, da sociedade em que se integra. Esta é a trajectória que perseguimos no Millennium bcp, por considerarmos que uma estratégia orientada para o acréscimo de valor, baseada numa cultura de excelência e numa salutar ambição de liderança, contribui para a criação de condições de trabalho e de bem-estar excepcionais, sendo o melhor contributo para um progresso social justo e sustentável.

O modelo de governo societário do Millennium bcp foi aperfeiçoado em 2006, passando a obedecer a uma estrutura dualista, com separação institucional entre os poderes executivo – que compete ao redenominado Conselho de Administração Executivo – e de supervisão – atribuído ao novo Conselho Geral e de Supervisão. A dependência de ambas as estruturas orgânicas, de comissões especificamente dedicadas à sustentabilidade e à responsabilidade social, incluindo uma Comissão de Stakeholders com a qual se constituiu uma plataforma exclusivamente vocacionada para fomentar o diálogo com as partes interessadas mais relevantes, reflecte a importância que no Millennium bcp é atribuída a esta temática.



Este foi também um ano assinalado pela adopção generalizada da marca Millennium nas operações dos sete países em que estamos presentes. O processo de *rebranding* excede a mera alteração de imagem, tendo representado uma genuína reafirmação de cultura empresarial e da partilha de valores, comuns às diversas geografias em que operamos.

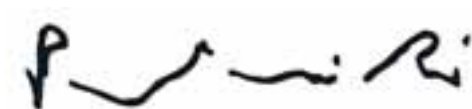
No domínio social e de intervenção cultural, o Millennium bcp prosseguiu em 2006 a intensa actividade que o tem caracterizado. Completámos, com assinalável sucesso e superando as expectativas inicialmente estabelecidas, o primeiro ano de actividade da rede autónoma Millennium bcp microcrédito. Esta operação tem-se revelado um veículo eficaz no apoio a empreendedores que, embora excluídos da oferta tradicional do sistema financeiro, apresentam ideias válidas, complementadas por um dinamismo e uma capacidade de concretização estimulados pela formação especificamente ministrada no âmbito da intervenção da rede de microcrédito, o que permitiu que tivessem sido criados mais de quatrocentos novos postos de trabalho em 2006. O Millennium bcp microcrédito é uma marca distintiva de uma intervenção socialmente responsável, pois permite conciliar as competências próprias de uma instituição de crédito em prol do desenvolvimento de indivíduos inseridos em sectores socialmente desfavorecidos, conferindo oportunidades e incentivando capacidades individuais, cuja sustentabilidade e impacto social são superiores a outros eventuais apoios, que, porventura, obedeçam a uma lógica mais elementar de filantropia.

O impacto ambiental directo do Millennium bcp, enquanto instituição financeira, decorre essencialmente do consumo de recursos naturais e das emissões efectuadas de gases com efeito de estufa, sendo ambos consequência do facto de sermos um conjunto superior a dezanove mil pessoas que, diariamente, embora em diferentes longitudes, convivem e trabalham conjuntamente. Prosseguiu-se o esforço de redução deste impacto, diminuindo os custos operacionais, e consequentemente o respectivo consumo de recursos, e controlando o nível de emissões, otimizando sempre que possível os processos originadores das mesmas.

À semelhança do Relatório de Sustentabilidade do ano anterior, este documento foi preparado de acordo com as directrizes de 2002 do Global Reporting Initiative, incluindo igualmente a adequação aos princípios do Global Compact das Nações Unidas (Communication on Progress).

Sendo a publicação deste relatório um compromisso que anualmente renovamos, é igualmente assumido como uma etapa num processo gradual de contínua aprendizagem, imprescindível para uma instituição que queremos mais sustentável. É nossa convicção que este processo beneficia de um verdadeiro diálogo multi-stakeholder, pelo que muito agradecemos os contributos de todos aqueles que entendam privilegiar-nos com os seus comentários.

Por último, gostaria de dirigir uma palavra de agradecimento aos Clientes, Accionistas e demais Stakeholders, pela confiança que demonstraram no Millennium bcp, em particular aos Colaboradores, pelo seu esforço e contributo para o sucesso e perpetuidade do Banco.



Paulo Teixeira Pinto
Presidente do Conselho de Administração Executivo

12	Visão e Valores Fundamentais
12	Visão
12	Missão
12	Códigos de Conduta
13	Modelo Funcional
16	Cultura Multidoméstica
16	<i>Rebranding</i>
18	Principais factos de responsabilidade social nas subsidiárias



VISÃO E VALORES FUNDAMENTAIS

A DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA IMPLICA O ESTABELECIMENTO DE REFERENCIAIS E VALORES QUE INCORPOREM O RESPEITO POR TODOS OS STAKEHOLDERS.

Visão

Afirmar-se como um Banco verdadeiramente multidoméstico com uma identidade supranacional, en-focado na criação de valor em negócios core em mercados com perfis distintos e reconhecido inter-nacionalmente pela excelência e inovação na distribuição de produtos e serviços financeiros.

Missão

Criar valor para os Clientes através da oferta de produtos e serviços financeiros de qualidade supe-rior, observando rigorosos e elevados padrões de conduta e responsabilidade corporativa, crescendo com rendibilidade e sustentabilidade, de modo a proporcionar um retorno atractivo aos Accionistas, que fundamente e reforce a autonomia estratégica e a identidade corporativa.

Estes constituem os vectores da actividade diária do Millennium bcp, que suportam uma trajectória ascendente do desempenho global da instituição.

Neste trajecto de valorização assumimos explicitamente a importância atribuída às relações de in-terdependência com os diversos actores sociais e a necessidade de assegurar uma exploração sus-tentável dos principais recursos. É este o compromisso que assumimos com as gerações futuras.

Códigos de conduta

Os códigos de conduta internos, para além de constituírem um importante instrumento operacional pelo seu conteúdo normativo, são ainda um referencial de valores e princípios de comportamento ético e de boas práticas, aplicáveis à globalidade dos Colaboradores do Millennium bcp.

Por isso, o código deontológico, os princípios de actuação e o manual de compliance representam também uma afirmação de cultura empresarial, na qual sustentabilidade e responsabilidade social são vectores essenciais na matriz de valores do Millennium bcp.

Os códigos de conduta são disponibilizados permanentemente a todos os Colaboradores no portal da Intranet do Banco, sendo praticadas acções de divulgação e formação específica sempre que tal se justifica. Em 2006, o manual de compliance foi objecto de uma acção de formação abrangente, es-pecificamente direccionada para o combate ao branqueamento de capitais.

Destaque de alguns princípios relacionados com sustentabilidade incluídos nos códigos de conduta

Princípios de actuação	<ul style="list-style-type: none"> • Baseados nos dez princípios do Global Compact, reafirmam o compromisso do Banco e de todos os Colaboradores com a defesa dos direitos humanos; • Ética e Responsabilidade: actuamos com consciência e com consequência; • Trabalhamos para o bem comum; • Respeitamos as pessoas e a Família; • Queremos conhecer cada Cliente e estabelecer com ele uma relação duradoura, baseada na confiança e benefício mútuo; • Pretendemos introduzir critérios de sustentabilidade na nossa actuação e transmiti-los a todas as partes envolvidas; • Queremos minimizar os impactes ambientais, directos e indirectos, resultantes da nossa actividade.
Código Deontológico	<ul style="list-style-type: none"> • É interdita a utilização de informação privilegiada que possa resultar em benefício directo ou indirecto das empresas, dos Colaboradores, Clientes ou qualquer terceiro; • Os Colaboradores devem contribuir para que a todos os Clientes seja assegurado um tratamento competente, diligente, neutral, transparente e discreto, em respeito absoluto pelos seus interesses; • Os Colaboradores devem cooperar para que seja assegurado a todos os Clientes igualdade de tratamento, não fazendo qualquer discriminação entre eles que não resulte de direitos que lhes assistam.
Manual de Compliance	<ul style="list-style-type: none"> • No exercício da sua actividade profissional, os Colaboradores devem observar os mais elevados padrões de integridade e transparência, abstendo-se de actos que conduzam a situações de abuso de mercado; • Deve sobretudo ser evitada a sobreposição injusta dos interesses do Millennium em detrimento dos interesses dos seus Clientes; • No âmbito do combate ao branqueamento de capitais, todos os Colaboradores estão obrigados a comunicar ao Compliance Office todas as operações que não se enquadrem na actividade normal do cliente.

Adicionalmente aos códigos de conduta interna, o Millennium bcp subscreveu os Princípios do Global Compact das Nações Unidas, o Código de Ética para o Comércio e Serviços da Confederação do Comércio de Portugal e os Princípios do Equador; sendo ainda *Organisational Stakeholder do Global Reporting Initiative (GRI)* e membro do BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável bem como da RSE Portugal.

Modelo funcional

Em 2006 foram introduzidas alterações no modelo de governo societário do Millennium bcp, o qual passou a obedecer a uma estrutura dual, com observância pela separação entre os poderes executivo e de supervisão. O Relatório sobre o Governo da Sociedade, integrado no volume II do Relatório e Contas de 2006 e que poderá ser consultado no portal do Millennium bcp na Internet, inclui uma descrição detalhada sobre as alterações efectuadas e as particularidades do novo modelo.

Estas alterações tiveram impacto significativo no modelo funcional de sustentabilidade que anteriormente vigorava. A sustentabilidade continua a ser organicamente enquadrada através de comissões, tendo sido constituídas comissões específicas em ambas as estruturas de governo, nomeadamente para prestar apoio no domínio da responsabilidade social e da sustentabilidade ao Conselho de Administração Executivo e ao Conselho Geral e de Supervisão nas suas funções executiva e de supervisão, respectivamente.

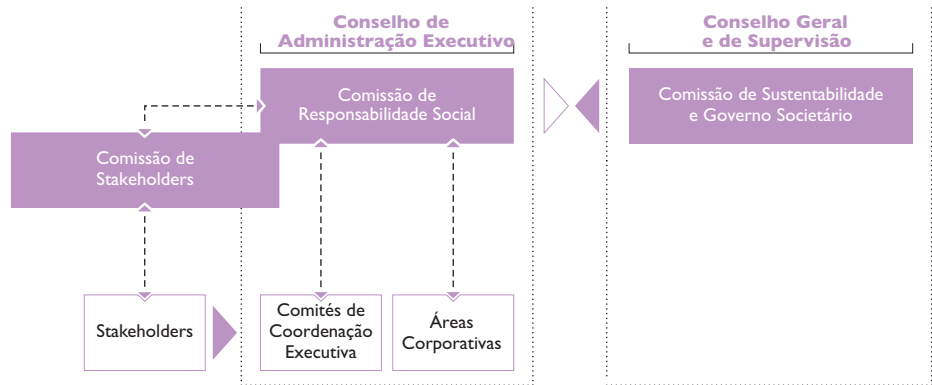


BCSD Portugal
Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável



As comissões constituídas representam uma evidência do compromisso do Millennium bcp com a sustentabilidade, plenamente incorporada nas estruturas de gestão do Banco, conforme ilustra o respectivo esquema de funcionamento.

Modelo funcional de sustentabilidade



A Comissão de Responsabilidade Social é um órgão consultivo do Conselho de Administração Executivo, com vista ao cumprimento das melhores práticas internacionais de responsabilidade social e sustentabilidade, sendo presidida pelo Presidente do Conselho de Administração Executivo e integrando ainda um Vice-Presidente e dois Administradores daquele órgão, bem como diversos responsáveis das diferentes áreas com maior relevância na natureza dos assuntos abordados.

Compete a esta Comissão apoiar o Conselho de Administração Executivo na definição da política e da estratégia de responsabilidade social e sustentabilidade do Millennium bcp, bem como apoiar os Comitês de Coordenação Executiva na definição dos respectivos objectivos para cada área de negócio. A Comissão de Responsabilidade Social assume ainda a coordenação da implementação de iniciativas e projectos relacionados com sustentabilidade ou responsabilidade social que, pela sua abrangência ou relevância institucional, assim o justifiquem.

Face à abrangência de actuação da Comissão de Responsabilidade Social, foram ainda constituídas duas subcomissões especializadas, de forma a conferir um acompanhamento mais adequado a assuntos de natureza específica, nomeadamente:

- Subcomissão de Relações Sociais – definição das políticas de gestão de pessoas e da área laboral em geral, assegurando o relacionamento com as estruturas de representação colectiva dos Colaboradores e com as outras entidades responsáveis nesta área;
- Subcomissão de Mecenato e Donativos – definição da política de mecenato e de atribuição de donativos, bem como a instrução, apreciação e acompanhamento dos apoios concedidos.

A Comissão de Stakeholders³, sendo igualmente um órgão consultivo do Conselho de Administração Executivo, permite assegurar e promover um relacionamento eficaz com os Stakeholders, funcio-

³ Maior detalhe sobre a Comissão de Stakeholders no capítulo "Diálogo com as partes interessadas" (página 24)

nando quer como uma plataforma privilegiada para a disseminação de informação interna do Banco, quer como um fórum de debate e aconselhamento estratégico ao Conselho de Administração Executivo que, desta forma, recolhe perspectivas e recomendações dos Stakeholders representados.

O Presidente do Conselho de Administração Executivo assume a presidência da Comissão de Stakeholders, sendo os restantes membros representativos dos principais Stakeholders do Millennium bcp e, face às características desta Comissão, são ainda membros efectivos o Provedor do Cliente e o Compliance Officer do Millennium bcp, bem como um representante da Fundação Millennium bcp.

A Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário é um órgão consultivo, ao qual compete prestar apoio ao Conselho Geral e de Supervisão na definição e supervisão da estratégia e actividade do Banco em termos de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social, nomeadamente nas vertentes económica, social e ambiental, revendo as políticas e princípios gerais aplicados.

No âmbito das suas funções, compete ainda à Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário apoiar o Conselho Geral e de Supervisão na emissão de parecer anual sobre o Relatório de Sustentabilidade do Banco, o qual se reproduz na pagina 99 deste Relatório.

Esta comissão é presidida pelo Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, sendo ainda integrada por um Vice-Presidente e um membro conselheiro daquele órgão e pelo Presidente do Conselho de Administração Executivo, bem como por um membro do Conselho Superior e dois membros peritos independentes, os quais não integram nenhum corpo social do Millennium bcp.



CULTURA MULTIDOMÉSTICA

UMA IMAGEM E NOME COMUNS SÃO A AFIRMAÇÃO DE UMA CULTURA MULTIDOMÉSTICA.

Valores da marca Millennium bcp

Millennium
bcp

Confiança

Dedicação ao Cliente

Ética e Responsabilidade

Excelência

Inovação

Respeito pelas Pessoas e Instituições

Rebranding

A consolidação do sucesso decorrente da refundação do Banco, adoptando a marca Millennium em Portugal, esteve na base da decisão de efectuar o *rebranding* das operações nos diversos países onde o Banco tem presença: Polónia, Grécia, Moçambique, Turquia e Estados Unidos. Sob o lema “A vida inspira-nos”, todas estas operações concretizaram em 2006 um processo de *rebranding*, incorporando assim uma vantagem competitiva alicerçada em quatro pilares essenciais:

- Enfoque na valorização da marca;
- Redução de custos operacionais;
- Captura de sinergias entre as diversas operações internacionais;
- Coordenação da estratégia de marketing.

Também as operações ainda em fase embrionária de desenvolvimento – Angola e Roménia – irão prosseguir os respectivos planos de lançamento com a marca Millennium.

O *rebranding* foi implementado de modo a reforçar a presença em cada país, com observância pela especificidade de cada uma das geografias, beneficiando da característica de Banco multidoméstico que distingue o Millennium bcp.

Na Polónia, a experiência da marca Millennium era uma realidade conhecida, com sucesso confirmado, o qual em muito contribuiu para a adopção desta marca em Portugal e nos restantes países. Em Janeiro de 2006, após a divulgação dos melhores resultados de sempre nos 16 anos de história daquele Banco, foi anunciado um plano de expansão, com a abertura de 160 novas Sucursais na Polónia, em simultâneo com a apresentação pública da alteração da imagem.

Em Moçambique, a transformação ocorreu em Maio de 2006, passando o BIM (Banco Internacional de Moçambique) a adoptar a designação de Millennium bim. Para o Banco líder em Moçambique, esta mudança representou também a oportunidade de revigorar o espírito do Banco, reforçando a mensagem de que o Banco inovou para ir ao encontro das vidas, sonhos e projectos dos seus Clientes. O maior Banco de Moçambique mostrou que tinha voltado a mudar, a surpreender e a encantar o mercado.

O bcpbank, nos Estados Unidos, deu lugar ao Millennium bcpbank, em Setembro de 2006, formalizando o início de uma nova etapa de desenvolvimento da instituição, assente na intenção de renovar a missão do Banco nas Comunidades em que está inserido, incrementando e fidelizando a base de Clientes.

O processo de *rebranding* do BankEuropa para Millennium bank, na Turquia, em Dezembro de 2006, para além de representar uma renovação de imagem, assinala o início de uma nova etapa em que é dado um novo impulso a esta operação.

O *rebranding* na Grécia implicou a substituição da marca NovaBank pelo Millennium bank, em Dezembro de 2006, permitindo a identificação da operação local com o perfil internacional do Millennium e a captura de sinergias com as restantes operações, reforçando o compromisso com os Clientes e alavancando o crescimento da actividade e o plano de expansão em curso.

O Millennium Angola é a primeira operação de raiz a nascer com a marca Millennium. O novo Banco, inaugurado em Abril de 2006, contará, até ao final de 2007, com 20 Sucursais com a marca Millennium Angola.

Marca Millennium comum à presença multidoméstica



Angola



EUA



Grécia

Angola



EUA



Grécia



Moçambique



Polónia



Portugal

Moçambique



Polónia



Turquia



Principais factos de responsabilidade social nas subsidiárias

Polónia

- Patrocínio do Ceptro d'Ouro, um dos mais importantes galardões artísticos que distingue os mais proeminentes autores polacos;
- Em cooperação com a Polish Television (TVP), criação do programa televisivo "Pérolas Millennium", com a apresentação de eventos de elevado interesse cultural;
- Apoio na organização do "Planet Doc Review World Documentary Film Festival", da Planet TV Channel e UNDP, sob a égide da Global Compact das Nações Unidas;
- Apoio concedido ao espectáculo "Great Lady", um tributo ao Papa João Paulo II, no primeiro ano após a sua morte;
- Patrocinador oficial da organização da primeira visita do Papa Bento XVI à Polónia, considerado um dos acontecimentos mais importantes na Polónia, no ano de 2006;
- Oferta de computadores (330 unidades) a escolas do ensino básico e secundário nas zonas mais carenciadas;
- Apoio à Euromanager Poland – a edição Polaca da competição internacional de gestão empresarial;
- Apoio ao concurso Best Student and Best Scientific Society, organizado pela Associação Rosa Vermelha, de Gdansk;
- Organização de programas de estágio "Come and Grow with Us" e "People Grow", juntamente com a AIESEC;
- Início de cooperação com a Universidade de Varsóvia, através da concessão de um donativo ao Scholarship Fund;
- Apoio às celebrações do centenário da Warsaw School of Economics.

Grécia

- Participação numa campanha de sensibilização da opinião pública para o papel das crianças na sociedade actual, no âmbito de uma iniciativa conjunta entre o Millennium bank e o Ministério da Saúde, iniciada em 2006;
- Apoio, a nível financeiro e na co-organização de seminários, a fundações que prestam auxílio a crianças com necessidade de cuidados especiais, como é o caso da Fundação Hermes, e a crianças autistas, como é o caso da Fundação Ariadne's Skein;
- Início de uma parceria social com o município de Nea Ionia, através do patrocínio e apoio ao Campo de Férias para Jovens, que proporciona a centenas de jovens a possibilidade de gozarem férias no litoral e, simultaneamente, melhorarem o seu nível de ensino através dos cursos de Verão;

- Como patrono das artes, o Millennium bank apoia principalmente jovens artistas em ascensão e a arte moderna Grega, tendo organizado, em 2006, uma exposição de pintura que reuniu um conjunto alargado de jovens pintores gregos;
- Patrocínio concedido ao maior evento da Embaixada Portuguesa em Atenas, o Dia de Portugal, que reúne a Comunidade de Portugueses que trabalha e vive em Atenas;
- Implementação de um programa de reciclagem a todos os níveis (serviços centrais e Sucursais) no Millennium bank, encorajando-se todas as associadas a implementarem práticas de reciclagem, tendo obtido uma adesão assinalável por parte dos Colaboradores.

Turquia

- Doação de cadeiras de rodas ao Hospital La Paix, em Istambul;
- Apoio concedido para infra-estruturas desportivas da Universidade St. Joseph High, em Istambul, uma das mais antigas instituições da Turquia;
- Donativo concedido à Universidade Bilgi, em Istambul, para apoio à educação.

Moçambique

- Lançamento do projecto "Mais Moçambique pra Mim", em parceria com a Fundação Lurdes Mutola, projectado para os anos 2007, 2008 e 2009, apontando as áreas-chave da Educação e Desporto Infantil e Juvenil como o foco da sua actividade;
- Associação Kanimambo – patrocínio na aquisição de diverso equipamento e material escolar;
- INAV – entrega de material para a realização da Semana da Segurança Rodoviária destinado à realização de acções de aprendizagem e pedagogia para milhares de crianças;
- Grupo Teatral Búfalo & Wantsongo – apoio monetário para a realização de uma acção de angariação de fundos a favor de crianças desfavorecidas;
- Dia Mundial do Coração – patrocínio para a realização de um programa denominado "Que Idade tem o teu Coração";
- Médicos do Mundo – apoio na realização de um filme de prevenção da SIDA na comunidade estudantil;
- ACAMO (Associação Moçambicana dos Cegos e Amblíopes de Moçambique) – apoio com diverso material Informático;
- ACRIDEME (Associação de Pais e Amigos da Criança Deficiente Mental) – apoio financeiro para o apetrechamento da carpintaria e atelier de costura;
- Fundação Lusálite Vida – apoio com equipamento destinado a deficientes físicos;
- PFUNA (Associação de Apoio à Criança em Changalane) – apoio financeiro para as áreas de Educação e Informática desta associação;



- Governo da Província de Sofala – apoio financeiro para diversos programas de abastecimento de água, saneamento, educação e saúde nesta província do centro do país;
- Fundação Joaquim Chissano – apoio financeiro com o fim de proporcionar uma acção denominada “Natal Feliz”, destinada aos mais necessitados na cidade de Maputo;
- Federação Moçambicana dos Desportos para Deficientes – patrocínio de uma corrida pedestre para deficientes, realizada no dia 17 de Setembro de 2006;
- 1.ª edição da Meia-Maratona Millennium bim – apoio exclusivo na realização de uma importante prova de atletismo em Maputo;
- 1.ª edição do Torneio de Mini Basquete Millennium bim – patrocínio exclusivo para a realização de um Torneio Mini-Basquete com vista a formação das crianças neste desporto que este ano decorreu nas instalações do Clube Ferroviário de Maputo e que contou com a participação de 400 crianças;
- Photo Festa III – patrocínio para a realização da exposição fotográfica mais importante de Moçambique, a Photo Festa (3.ª edição).

Angola

O Millennium Angola foi lançado apenas em 2006, encontrando-se ainda em fase de arranque. No entanto, importa afirmar que assume a Responsabilidade Social da Empresa como um dos factores que integram o seu investimento, defendendo que as empresas devem assumir um papel mais amplo, que transcende a sua vocação básica de criação de riqueza. Esta questão foi defendida pelo Presidente do Conselho de Administração do Millennium em Angola, durante o primeiro Fórum Angolano Sobre o Impacto da Responsabilidade Social das Empresas nas Decisões de Investimento, realizado em Julho de 2006, em Luanda.

EUA

- Apoio à PALCUS (Portuguese American Leadership Council of the United States), uma organização que se dedica à defesa dos interesses da comunidade portuguesa nos EUA;
- Apoio à American Cancer Society's Relay for Life in New Bedford, Massachusetts, uma iniciativa com o objectivo de angariar fundos para apoiar a investigação médica do cancro;
- Apoio financeiro concedido ao “Portas da Cidade”, um projecto cultural em Fall River, Massachusetts, cujo objectivo visa a construção de uma réplica da famosa fonte de água, localizada em Ponta Delgada, dedicado aos milhares de imigrantes Açoreanos de Fall River;
- Apoio à celebração do Dia de Portugal, em New Jersey, através de um patrocínio concedido à Fundação Bernardino Coutinho, que promove diversas iniciativas culturais e filantrópicas na Comunidade;
- Principal patrocinador da Fundação Americana para a Caridade em Portugal, cujo objectivo é a angariação de fundos destinados a várias organizações de caridade em Portugal;
- Patrocínio da Gala Anual e oferta de bolsas de estudo à Hellenic Times Scholarship Fund, uma organização Grega;

- Patrocínio Corporate da Gala Anual Proverbo, "Língua em Festa", com o principal objectivo de promover e divulgar a língua e a cultura portuguesa nos Estados Unidos;
- Apoio ao projecto de edição dos livros "Bom Dia Level II", desenvolvido pela Spinner Publications, dirigido ao ensino da língua portuguesa em diversas escolas nos EUA e no Canadá;
- Participação activa nas comemorações do centenário de Mineola Village;
- Apoio na angariação de fundos no evento "Spring Sprint Walk-A-Thon", do Greater Fall River re-Creation Committee, uma organização com a missão de desenvolver programas recreativos, educacionais e culturais para a população de Fall River;
- Donativo concedido à Portuguese American Scholarship Foundation, organização que presta apoio financeiro no financiamento de bolsas de estudo a estudantes de New Jersey de origem portuguesa;
- Apoio monetário concedido à BAUA – Brazilian American United Association, que presta auxílio à comunidade brasileira, no âmbito das comemorações da celebração do Dia do Brasil, em Newark, New Jersey;
- Patrocínio da "Música Nação", um festival de música portuguesa, cujo objectivo é apoiar a comunidade de músicos e artistas de origem portuguesa;
- Apoio ao programa Ph.D. Estudo da Língua Portuguesa, da Universidade de Massachusetts Dartmouth, no âmbito de um protocolo entre o Banco e a Universidade.



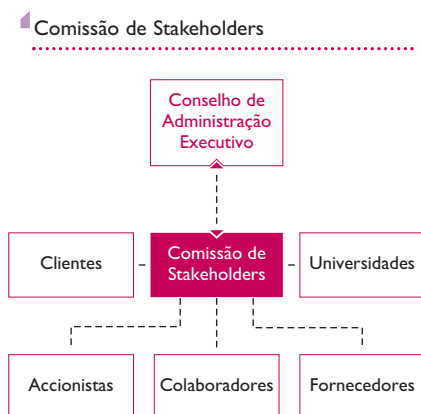
INTEGRAR A SUSTENTABILIDADE

24	Diálogo com as Partes Interessadas
25	Centro de Contactos – Dar Voz ao Cliente
26	Provedor do Cliente
27	Associações de Consumidores
27	Relação com os Investidores
29	Comunicação
33	Cultura de Envolvimento
36	Relacionamento com os fornecedores
38	Produtos e Serviços
38	Produtos Socialmente Responsáveis
39	Abrangência
41	Confiança
42	Crédito
43	Project Finance
47	Gestão de Activos Socialmente Responsável
48	Qualidade
51	Millennium bcp microcrédito
51	Modelo de Negócio
52	Resultados do Primeiro Ano de Actividade
55	Protocolos Celebrados
56	Rigor e Transparência
56	Compliance
57	Auditoria
59	Supervisão e Regulação
59	Gestão do Risco
61	Procedimentos
62	Um Bom Lugar para Trabalhar
62	Gestão das Pessoas
68	Igualdade de Oportunidades
69	Condições de Trabalho
69	Benefícios Sociais e Empresa Familiarmente Responsável



DIÁLOGO COM AS PARTES INTERESSADAS

PROMOVER O DIÁLOGO PARA ALCANÇAR PLATAFORMAS DE ENTENDIMENTO COMUNS, COM RESPEITO PELA DIVERSIDADE DE OPINIÕES DOS PRINCIPAIS STAKEHOLDERS, RESULTA NUM ACRÉSCIMO DE EFICIÊNCIA PELA ANTECIPAÇÃO E ABORDAGEM DIFERENCIADA NA ANÁLISE E RESOLUÇÃO DOS DESAFIOS APRESENTADOS.



A constituição de um fórum especificamente vocacionado para ouvir e debater com as principais partes interessadas na actividade do Banco – Comissão de Stakeholders – reflecte a consolidação dos valores e cultura do Millennium bcp. Esta Comissão reúne, com uma periodicidade mínima trimestral, representantes dos principais Stakeholders do Millennium bcp – Clientes, Accionistas, Colaboradores, Fornecedores e Universidades – para, com o Conselho de Administração Executivo, serem debatidas matérias com relevância no relacionamento daqueles Stakeholders com o Banco.

A Comissão de Stakeholders integra, sempre que possível, representantes legitimados por sufrágio nos respectivos painéis de Stakeholders, ou instituições e personalidades com idoneidade, notoriedade e mérito reconhecidos na representação dos respectivos painéis de Stakeholders. A Comissão de Stakeholders é presidida pelo Presidente do Conselho de Administração Executivo e contou, durante 2006, com os seguintes membros:

- A DECO – Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor e o Provedor do Cliente do Millennium bcp, ambos em representação dos Clientes;
- Um membro da Comissão de Trabalhadores, em representação dos Colaboradores;
- O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em representação dos Accionistas;
- A IBM Portuguesa, SA, através do seu Presidente do Conselho de Administração, em representação dos Fornecedores;
- Prof. Dr. Luís Campos e Cunha, Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa.

A Comissão integra ainda, como membros efectivos, o Compliance Officer e um representante da Fundação Millennium bcp, pela sua relevância na apreciação dos temas tratados.

Centro de Contactos – Dar Voz ao Cliente

O Centro de Contactos do Millennium bcp, para além de constituir uma oferta complementar às Sucursais através de canais de banca sem distância, como seja o Internet Banking, o Mobile Banking e o atendimento telefónico automático, é o veículo, por excelência, para transportar a voz do Cliente para o interior da organização, permitindo identificar as causas e tomar acções correctivas e preventivas sobre os problemas sentidos pelos Clientes na sua relação com o Banco.

As reclamações dos Clientes são uma fonte imprescindível para o processo de melhoria contínua implementado há longa data no Millennium bcp. A evolução registada, em 2006, no processo de gestão de reclamações, suportado num repositório único de informação, garante uniformidade e consistência de critérios e a disponibilização de informação para gestão dos diversos processos de negócio.

Através de uma primeira linha de atendimento telefónico personalizado e de uma segunda linha, especializada na resolução de problemas mais complexos, o Centro de Contactos assume-se como um canal dedicado à satisfação dos Clientes, procurando conquistar uma cada vez maior confiança de todos os que constituem a razão da existência do Millennium bcp – os Clientes.

Tendo em consideração o crescimento constante do número de utilizadores dos canais de banca sem distância, principalmente do Internet Banking, o Millennium bcp renovou a infra-estrutura tecnológica por forma a integrar os contactos dos Clientes de todos esses canais, facilitando a gestão da informação e o reforço da segurança dos sistemas. Com o objectivo de tornar ainda mais eficiente e produtivo o serviço de atendimento telefónico personalizado, foram implementadas diversas medidas, com vista ao cumprimento dos níveis de serviço definidos, de entre as quais se destacam:

- maior flexibilidade na gestão dos horários;
- realização de acções de formação em sala e individual, por forma a desenvolver as competências de cada Assistente de Cliente;
- reorganização das equipas com incremento da polivalência dos comunicadores;
- agilização de circuitos e uniformização de procedimentos internos.

Foi ainda desenvolvido e implementado o projecto MAIS.Cliente – Modelo de Aferição Individual do Serviço ao Cliente – que permite a medição da performance de cada Assistente de Cliente, baseada em diversos indicadores de produtividade e qualidade/competência. Este modelo fornece informação numa base diária (sobre produtividade) e mensal da evolução de cada comunicador, permitindo aos próprios e à supervisão e coordenação da Banca Telefónica a introdução de medidas correctivas de forma a prestar um cada vez melhor serviço ao Cliente.

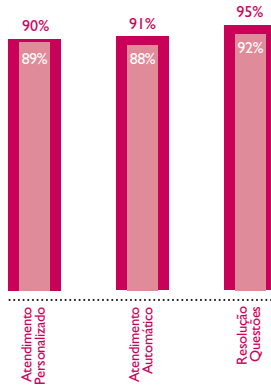
Todas estas acções permitiram aumentar os índices de produtividade dos Assistentes de Cliente e de satisfação dos Clientes, evidenciados nos inquéritos de qualidade realizados.

Canais de interação com o Cliente do Centro de Contactos

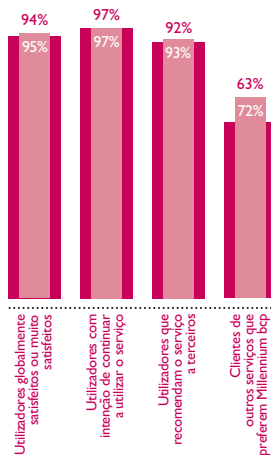


Resultados dos inquéritos à satisfação dos Clientes

Serviço telefónico



Internet Banking Particulares



Internet Banking Empresas



SMS



■ 2006
■ 2005

Actividade do Centro de Contactos

(excluindo contactos resolvidos pelas Sucursais)

	2006	2005
Resolução de contactos		
até 3 dias	133.685	46.818
4 a 7 dias	9.068	9.707
mais de 7 dias	12.008	13.569
Total	154.761	70.094
Resolução de dúvidas/problemas		
Esclarecimentos	77.892	13.397
Desagrados	19.635	6.660
Erros considerados	5.687	5.045
Erros verificados	1.722	1.161
Total	104.936	26.263

O processo de certificação da qualidade implicou alterações de circuitos e competências, com o principal objectivo de prestar um serviço de excelência aos Clientes. Todos os Colaboradores da rede comercial e serviços centrais envolvidos no tratamento de reclamações obtiveram formação comportamental e operativa, no sentido de os sensibilizar para três aspectos fundamentais:

- Necessidade de registo de todas as reclamações, permitindo identificar os motivos, as suas causas e accionando as respectivas acções correctivas;
- Centralização do tratamento das reclamações complexas, ou com prazo de resposta dilatado, numa área especializada, com o objectivo de retirar carga administrativa das Sucursais e monitorizar adequadamente os níveis de serviço prestados;
- Conhecimento das principais variáveis de monitorização do processo de gestão das reclamações e sua influência na satisfação e fidelização dos Clientes, nomeadamente a celeridade e a qualidade da resposta.

Ainda integradas no processo de reorganização para o aperfeiçoamento de procedimentos encontram-se em curso algumas iniciativas, das quais se destacam:

- Projecto-piloto no âmbito da gestão de reclamações que visa a melhoria da celeridade na resposta a questões ou dúvidas dos Clientes, através de uma maior delegação de competências nos Colaboradores e do desenvolvimento de conhecimentos e comportamentos na área da gestão de reclamações;
- Implementação, ao nível da Banca Telefónica, de um novo *software* de monitorização da qualidade do atendimento que permitirá a identificação e a avaliação imediata de chamadas fora dos parâmetros normais, mediante critérios prédefinidos.

Com estas e outras medidas, pretende-se continuar a investir na inovação, na excelência do serviço aos Clientes e na promoção do negócio sustentado de acordo com as normas de qualidade internacionais.

Provedor do Cliente

No ano 2006, o Provedor do Cliente, como entidade independente, assegurou o regular exercício das suas funções na defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses legítimos dos Clientes do Millennium bcp, pautando os seus procedimentos pelos princípios da imparcialidade, celeridade, gratuidade e confidencia-

lidade. Observou-se, ainda neste âmbito, o procedimento equitativo a par da vigência do Código Deontológico do Millennium bcp e, evidentemente, a prevalência das normas imperativas aplicáveis.

No contexto das alterações introduzidas em 2006, no modelo de governação do Banco, foi criada uma Comissão de Stakeholders – referida em detalhe neste relatório – que integra o Provedor do Cliente.

A actividade da Provedoria do Cliente, ao longo do exercício de 2006, destaca-se pelo número acumulado de 808 processos atuados como reclamações, tendo a Provedoria acompanhado, de perto, a evolução dos respectivos dossiês. Foram interpostos, desde do início do ano 2006, 61 recursos, sendo elaboradas 5 recomendações, que obtiveram concordância do Conselho de Administração Executivo. Quanto aos processos atuados como recurso e consequentemente concluídos, registaram uma similitude na sua evolução face a 2004 e 2005.

Durante o ano 2006, a média diária de entrada de reclamações ou queixas deduzidas pelos Clientes, situou-se nas 9 manifestações de reparo. Os 752 processos já concluídos neste ano registaram um tempo médio de resposta de 25 dias úteis e nos 50 recursos, já encerrados, constatou-se uma média de resposta de 17 dias úteis, prazos ditados pelo Regulamento do Provedor, sendo que o prazo médio genérico de resposta respeitou largamente o que está estatuído. Acresce ainda referir que as reclamações tiveram provimento em 60% dos casos e que os recursos se cifraram no deferimento de 16% das pretensões solicitadas.

As matérias alvo de queixas mais frequentes dos Clientes, na esfera da rede de retalho comercial, são as concernentes a contas de depósito à ordem (por ex. atraso na alteração da titularidade da conta; registo de incidentes no Banco de Portugal e quebra do sigilo bancário), as relacionadas com a insatisfação com a actuação e profissionalismo dos Colaboradores e também as relativas a cartões de crédito e débito (uso fraudulento de cartão; cartão cancelado sem aviso prévio, etc.). A área de negócio seguinte com o maior número de reclamações é a do crédito imobiliário, realçando-se, aqui, as que dizem respeito à revisão do *spread*, ao deficiente acompanhamento dos processos e ainda as referentes ao atraso na realização da escritura pública.

Associações de Consumidores

A par com a relação estabelecida com os Meios de Comunicação Social, nacionais e internacionais, o Millennium bcp é frequentemente abordado por Associações de Consumidores, com inquéritos ou pedidos de informação relacionados com a oferta de valor do Banco.

Inquéritos respondidos a Associações de Consumidores

	2006	2005
Número de inquéritos	85	106
Tempo médio de resposta (dias)	9	7

Em 2006, foram ainda recepcionados 30 pedidos de informação de estudantes, tendo sido todos respondidos.

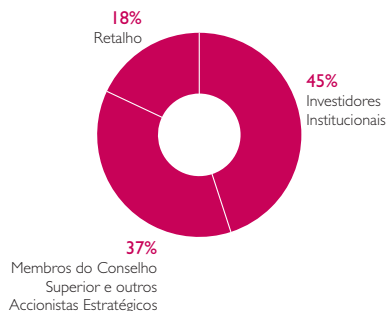
Relação com os Investidores

Na relação que estabelece com os vários intervenientes do mercado, através da área de Relações com Investidores, o Millennium bcp assume uma atitude que se rege por princípios de transparência,

Actividade da Provedoria do Cliente



Estrutura Accionista



rigor e total disponibilidade. A informação relevante é facultada ao mercado de forma clara, simples e consistente, numa postura aberta e dialogante, com elevados padrões de rapidez de resposta.

Ao longo de 2006, o Banco promoveu e intensificou as suas actividades de relação com Investidores e de comunicação com o mercado, assegurando o cumprimento das obrigações legais e regulamentares, nomeadamente divulgando informações sobre a actividade e resultados do Millennium e difundindo atempadamente os factos relevantes susceptíveis de afectar o valor do título BCP. Paralelamente, preparou também resposta às inúmeras solicitações de informação financeira realizadas pelas Autoridades do Mercado, Accionistas Particulares, Investidores e Analistas.

No âmbito da divulgação de resultados e da actividade do Banco, foram realizadas, com periodicidade trimestral, conferências de imprensa e *conference calls* com Analistas e Investidores que contaram com a presença e a participação dos membros do Conselho de Administração Executivo.

Durante o ano 2006, o Banco participou em diversos eventos, nomeadamente através da realização de cinco *roadshows* após a divulgação de resultados nas principais praças financeiras mundiais – Londres, Paris, Bruxelas, Amesterdão, Nova Iorque e Boston – tendo ainda participado em conferências de Investidores organizadas por bancos de investimento, como Morgan Stanley (Londres), UBS (Londres e Nova York) e ING (Praga), onde realizou apresentações institucionais e reuniões *one-to-one* com Investidores. Em 2006, foram realizadas cerca de 170 reuniões individuais com Investidores e Analistas.

Prémios Millennium bank (Polónia)



Ao longo do ano, o Banco manteve contactos permanentes com os Analistas de mercado que acompanham a acção BCP, promovendo o *follow-up* da divulgação de resultados, apoiando a revisão dos seus modelos de negócio e fornecendo explicações e informação aprofundada sobre as contas e detalhes do negócio.

Destaca-se também o apoio às redes comerciais do Banco através da preparação de documentação e da realização de sessões de formação e de apresentações sobre a evolução do título BCP, bem como o apoio aos Gestores de Conta nas reuniões com Accionistas (ou potenciais Accionistas) do Banco e a resposta a pedidos de informação sobre a evolução do título.

São realizados por uma empresa internacional independente, em base trimestral, estudos de percepção do título BCP junto de Investidores, com o objectivo de obter comentários e opiniões após a divulgação de resultados e quanto à evolução recente da acção, assegurando assim permanente conhecimento da percepção formulada pelo mercado relativamente ao título BCP e actividade subjacente do Banco. Em paralelo, são periodicamente efectuadas análises de *benchmarking* que visam posicionar e comparar o Banco face aos seus pares em indicadores como evolução de resultados, *price earnings ratio* e desempenho da acção.



Merece também destaque a actividade prosseguida na relação que o Bank Millennium, na Polónia, estabelece com a comunidade financeira, enquanto Banco cotado na Bolsa de Varsóvia, desde 1992. O crescimento sustentado da capitalização bolsista do Bank Millennium tem sido acompanhado por um aumento expressivo da exposição do título, no que se refere à cobertura por parte dos vários intervenientes do mercado. O interesse crescente demonstrado pelo Bank Millennium foi visível ao longo de 2006, tendo a instituição participado em 13 conferências de Investidores e um *roadshow*, e realizado um total de 117 reuniões com Investidores. A política de governo societário do Bank Millennium foi distinguida em 2006, pela Forbes, tendo sido destacada a elevada qualidade da informação prestada ao mercado.

Site Institucional

O Banco tem por princípio divulgar junto do mercado a informação relativa a Assembleias-Gerais e Apresentações de Resultados, através de *press releases*, bem como disponibilizar documentos e apresentações na área institucional do portal. Trata-se de uma zona do site que disponibiliza toda a informação institucional do Grupo, destacando-se:

- Acesso às versões integrais dos Relatórios e Contas Anuais e Semestrais; factos relevantes; apresentações de resultados (trimestrais e anuais);
- Documentação sobre a última Assembleia Geral e as suas principais deliberações; informações sobre a próxima Assembleia Geral, incluindo possibilidade de votação electrónica;
- Informação sobre estrutura accionista e participações qualificadas;
- Informação sobre sustentabilidade e responsabilidade social; disponibilização do Relatório de Sustentabilidade;
- Disponibilização de comunicados de imprensa;
- Evolução da acção BCP; política de dividendos; aumentos de capital; *stock splits*; informações sobre quais os Analistas de *equity research* que acompanham o título;
- Informações sobre o Governo da Sociedade e desenvolvimento da sua actividade;
- Notações de *rating* atribuídas ao Banco pelas principais agências de *rating* mundiais.

Comunicação

Comunicação corporativa

Ao nível da comunicação corporativa, o Millennium bcp efectua uma cuidada gestão da comunicação externa e estabelece uma relação próxima com os Meios de Comunicação Social, defendendo o negócio, o valor do título e o prestígio das Pessoas.

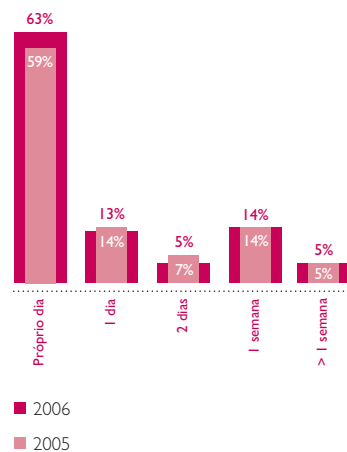
Para tal, é utilizado um conjunto de ferramentas de comunicação, que visa:

- Criar oportunidades de mediatização das mensagens comerciais, institucionais e de mercado do Banco;
- Responder às perguntas e solicitações dos jornalistas;
- Organizar conferências, encontros e viagens de imprensa;
- Redigir e divulgar notícias;
- Estudar a imagem pública e propor acções de promoção.

Distinções Investor Relations em Portugal



Resposta aos pedidos dos Meios de Comunicação Social



Magazine Millennium bcp



Durante 2006, foram registados 1.194 pedidos de informação por parte dos Meios de Comunicação Social, tendo sido dada resposta a 1.116.

Comunicação corporativa

	2006	2005
Pedidos por tipo de suporte		
Imprensa	1.009	721
Rádio	23	17
Televisão	52	54
Agências de notícias	68	47
Internet	42	13
Divulgação de iniciativas		
Conferências imprensa	8	17
Comunicados imprensa	160	136
Outras iniciativas	61	5
Notícias sobre o Banco	23.910	21.578

Com o objectivo de dar a conhecer as operações internacionais e o processo de *rebranding* em curso, foram, ainda, realizadas duas viagens profissionais com jornalistas nacionais estratégicos – uma a Polónia e outra a Moçambique – e foram promovidas duas visitas de jornalistas estrangeiros a Portugal – uma de jornalistas moçambicanos e outra de jornalistas gregos.






Comunicação Interna

O Millennium bcp desenvolveu um modelo de comunicação interna, multimédia, multi-doméstica e interactiva, suportada por canais distintos e complementares, que permitem assegurar as condições para proporcionar um permanente diálogo com os Colaboradores, essencial para sustentar o sucesso da actividade do Banco.

A comunicação interna no mundo Millennium assume-se assim como um dos processos de conversão da informação em decisões que adicionam valor, permitindo estabelecer a ligação ao conhecimento e à informação, integrando, partilhando e extraindo significado à informação relevante para as diversas áreas do Banco, sendo implementada por canais com características e periodicidade diversas, coordenados entre si para atingir essencialmente quatro objectivos:

- Fornecer atempadamente conteúdos aos Colaboradores através de dados, ideias e conceitos;
- Integrar a informação dentro do seu contexto, com o intuito de a tornar mais relevante;
- Incentivar o diálogo;
- Partilhar informação local numa base mais alargada de destinatários, de forma a torná-la mais valiosa.

Actividade de Comunicação Interna

	2006	2005
Magazine		
N.º de edições 	6	7
Tiragem média	43.000	30.000
Newsletter About Us		
N.º de edições 	55	29
N.º notícias exclusivas 	224	120
N.º de destinatários	7.225	2.602
Newsletters dedicadas		
N.º de edições 	20	-
N.º de destinatários	9.786	-
Millennium tv 		
Millennium Jornal		
Emissões	249	250
Reportagens	247	311
Notícias	892	854
Ideias Claras		
Novas produções	44	27
Horas de formação	389	375
Millennium Directo		
Emissões	4	5
Millennium News		
Emissões	53	49
N.º de peças (produção própria)	76	-
N.º notícias internacionais	128	-
Filmes & produções especiais		
Filmes Novos	33	-
Horas de produção (H/H)	2.412	-
N.º de peças (produção própria)	76	-

A Intranet é um canal universal e diário de cariz noticioso cujo objectivo é manter todos os Colaboradores sintonizados com as envolventes interna e externa. O portal é, assim, um canal privilegiado da comunicação interna do Banco, cujo enfoque é a partilha de conhecimento e a divulgação das diferentes áreas de actuação do Millennium. O leque é bastante diversificado, abordando temas quer de natureza comercial (produtos, objectivos de negócio, balanço de actividade, etc.), quer de natureza institucional (dados gerais, acção mecenática, valores da organização, etc.), não esquecendo ainda a divulgação de protocolos e parcerias que trazem vantagens acrescidas aos Colaboradores.

Em 2006, o número de notícias internas publicadas registou um crescimento de 26%, ou seja, 2.701 novas notícias, acompanhado por um aumento significativo do número de notícias multimédia (um acréscimo de 172%), incentivando o interesse nas mesmas.

A edição da Magazine Millennium bcp assenta num critério de conteúdos formativos e informativos de maior intemporalidade cujo objectivo principal é, mais do que informar, formar e desenvolver conhecimento. O seu carácter bilingue e âmbito internacional permitem cruzar opiniões, identificar as melhores práticas e partilhar conteúdos de interesse geral para todas as operações. Ao longo de 2006, esta publicação consolidou a sua importância enquanto meio de divulgação da cultura Millennium, da evolução do negócio nos diferentes mercados e das principais novidades e tendências no mundo financeiro, sendo enviada a todos os Colaboradores em Portugal e no estrangeiro, chegando também aos reformados do Millennium bcp.

Millennium tv



Newsletter About Us



Campanha comercial Crédito Habitação



A newsletter electrónica "About Us", elaborada e distribuída em Português e em Inglês, permite comunicar semanalmente as principais notícias do mundo Millennium. Enviada por *email* para todos os Colaboradores do Millennium, tem como critério editorial a selecção das notícias mais relevantes de cada semana, institucionais e de negócio, de todas as operações. Em 2006, a "About Us" contou com cerca de 224 🌐 notícias, sendo 32% destas referentes a Portugal e as restantes às demais operações Millennium.

O canal de televisão do Millennium bcp – Millennium tv – contribui para criar uma maior proximidade, anulando a distância física inerente a uma actividade cujo sucesso assenta na capilaridade e celeridade da informação. A emissão diária do canal para Colaboradores, via satélite, engloba um noticiário – Millennium Jornal – com transmissão em horários coordenados com a actividade do Banco.

Ao longo de 2006, incrementou-se a elaboração de conteúdos em inglês, com o noticiário internacional – Millennium News – actualmente transmitido, ou divulgado, semanalmente para todas as operações Millennium, acentuando-se cada vez mais os conteúdos de carácter internacional (128 🌐 notícias), com ênfase na partilha de notícias e melhores práticas de todas as operações fora de Portugal. Neste âmbito, cresceu também o número de entrevistas e jornais elaborados em inglês, de forma a sustentar uma expansão cada vez mais assente numa base internacional, tendência que será também o catalisador para um progressivo lançamento de emissões multilíngues da Millennium tv.

As potencialidades deste canal não seriam aproveitadas na sua plenitude sem emissões em directo. O Millennium Directo é o programa que permite trazer convidados a estúdio para debaterem os temas mais importantes, com uma vantagem adicional: trata-se de um programa interactivo por excelência, aberto a todos os Colaboradores do Banco que podem assim, via telefone, colocar questões aos convidados, geralmente quadros directivos superiores do Banco.

A programação regular da Millennium tv conta igualmente com uma forte componente formativa através de um programa de formação denominado Ideias Claras e ainda de um programa de formação mais detalhada – Millennium Especial – que permite à distância divulgar as melhores práticas para o desenvolvimento do negócio. Estes espaços foram também alvo de grande atenção ao longo de 2006, tendo sido produzidos cerca de 44 🌐 novos programas, correspondendo a um total aproximado de 389 horas de transmissão.

Comunicação comercial

A comunicação do Millennium bcp tem procurado não só manter um compromisso responsável entre a liberdade de expressão comercial e os princípios éticos pelos quais se regula, num exercício de autodisciplina relativamente ao seu conteúdo, como, por seu intermédio, perseguir uma estratégia que pretende associar o apoio à criatividade, sobretudo artística, ou projectos com carácter singular e o valor que estes factores acrescentam ao processo e ao produto.

Como exemplo de comunicação que integra este modelo, poderão apontar-se as campanhas de Crédito Habitação e do Plano de Negócios.

No primeiro caso, a participação da compositora e intérprete Sara Tavares na campanha de Crédito Habitação permitiu, através da afirmação de valores criativos válidos, ampliar o processo de promoção do produto, quer ao nível da qualidade da mensagem, quer no que respeita ao seu efeito. A música disponibilizada para a campanha, ela própria base de toda a sua origem conceptual, ultrapassou o

carácter de suporte de apoio, permitindo dar visibilidade ao trabalho da artista, com naturais e positivas consequências para o negócio do Banco.

No caso do Plano de Negócios, o Millennium bcp associou-se a um projecto pessoal de valia extraordinária – a conquista dos 14 cumes mais altos do mundo – cuja comunicação teve uma forte componente emocional. A perseverança, ambição, coragem e espírito empreendedor são valores que o Banco partilha com o alpinista João Garcia, tendo estes dado o mote para a campanha Plano de Negócios, desenvolvida para o segmento de Empresas. A elaboração do spot televisivo contou com a participação do próprio João Garcia, no ambiente onde está mais à vontade – a alta montanha –, tendo contribuído tanto para a visibilidade dos objectivos que o Banco sustenta como para a imagem que o produto Plano de Negócios pretende transmitir aos Clientes.

Foram ainda consideradas diversas solicitações pontuais de inserção publicitária na imprensa regional, em catálogos de eventos festivos locais, em suportes de âmbito autárquico, académico, escolar ou associativo que, para além da componente comercial e do retorno para os produtos e imagem do Banco, representam um contributo significativo para a manutenção ou criação de actividades, projectos, publicações, etc., com importância específica.

O Banco é membro de pleno direito da Associação Portuguesa de Anunciantes (APAN), que, por sua vez, preside ao ICAP – Instituto Civil da Autodisciplina da Publicidade, à CAEM – Comissão de Análise de Estudos de Meios e, a nível internacional, pertence à International Advertising Association. A APAN tem manifestado grande empenho e liderança sobre temas da auto-regulação na comunicação comercial e outras práticas de marketing, dando um ênfase muito especial às várias vertentes da responsabilidade social que assume e impulsiona junto dos seus associados. O Millennium bcp é também subscritor do Código de Boas Práticas na Comunicação Comercial para Menores, promovido pela APAN e subscrito por mais de quatro dezenas de entidades.

Cultura de envolvimento

Dia Aberto

A marca única Millennium bcp celebrou o seu terceiro aniversário com a realização de mais um Dia Aberto. O programa desta Festa, destinada a todos os Colaboradores, Familiares, Clientes e Fornecedores, manteve as mesmas premissas que as anteriores edições, reunindo no mesmo dia toda a Família Millennium bcp. No Dia Aberto deste ano saiu ainda mais reforçada a participação de Colaboradores provenientes das operações no estrangeiro, mantendo-se inalterado o tom vincadamente informal deste evento.

O Millennium bcp procura com esta iniciativa reflectir valores fundamentais da vida das pessoas que, por esse facto, constituem alicerces da ideia de refundação do Banco: a Alegria, a Partilha e a Força de Viver.

Mais Ideias Com Valor

O programa Mais Ideias com Valor surge em 2006, na sequência do sucesso alcançado pelo Mil Ideias em 2004 e 2005, tendo-se revelado igualmente um êxito. Trata-se de um programa pró-activo, continuado e formal, de incentivo à geração e partilha de ideias e sugestões. O Programa é aberto a todos os Colaboradores do Millennium bcp, fortemente focado na orientação para o Cliente e para resultados (aumento de receitas, contenção de custos), procurando incentivar a criação de valor,

Campanha comercial Plano de Negócios



Dia Aberto

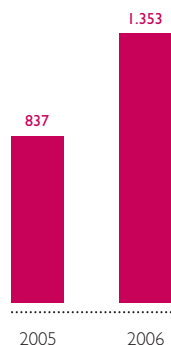


Este ano, o Dia Aberto contou com cerca de 4.500 participantes. Das 16.000 pessoas que assistiram ao espectáculo, cerca de 5.000 eram Clientes e 1.000 Fornecedores. O almoço oferecido aos Colaboradores e seus familiares foi o início de uma tarde de entretenimento que culminou com o espectáculo preenchido com as actuações de Sara Tavares, Clã e Rui Veloso, onde, além da família Millennium bcp, esteve também presente um elevado número de Clientes convidados através dos diversos canais de comunicação.

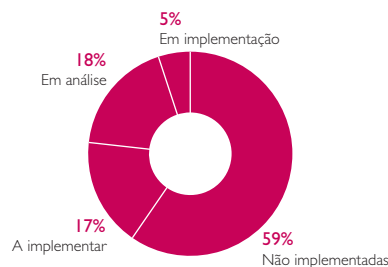


Programa Mais Ideias Com Valor

Ideias Registadas



Mais Ideias Com Valor em 2006



ancorado na implementação e não na estéril geração de ideias "para o papel". O Programa reconhece e premeia a participação, apoiando-se essencialmente no valor resultante da implementação das ideias e sugestões, incluindo ainda critérios de originalidade e inovação, pretendendo ainda conferir visibilidade e contribuir para o reforço de atitudes e comportamentos adequados com os valores do Millennium bcp.

Tudo parte da vontade de melhorar. Os Colaboradores geram as Ideias, obtêm um *Sponsor* para validar a Ideia que querem propor e inscrevem-na no portal criado especialmente para o efeito. Após uma triagem inicial, as ideias são remetidas para apreciação pelas unidades orgânicas onde o tema se enquadra, as quais procedem a uma avaliação qualitativa e assumem a sua implementação sempre que se justifique. Os autores são informados do resultado da avaliação, existindo ainda um *Steering Committee* responsável por validar as ideias a implementar e elaborar uma lista de ideias a propor ao Conselho de Administração Executivo para atribuição de prémios.

Um dos objectivos-chave do relançamento do programa, agora chamado Mais Ideias com Valor, é continuar a assegurar um bom nível de participação dos Colaboradores nas iniciativas de melhoria do Banco, funcionando como um veículo de comunicação efectivo.

Constatou-se que mais de 80% das ideias são originárias em áreas comerciais e mais de 50% foram analisadas pela Direcção de Inovação e Promoção Comercial. Em 2006, foi efectuada uma selecção criteriosa de ideias, tendo subjacente a criação de valor, da qual resultou a atribuição de um primeiro prémio, dois segundos prémios, um terceiro prémio e vinte Menções Honrosas.


Ideias premiadas em 2006

Prémios	Ideia	Descrição	Impacto
1.º	"Aplicativo de Penhores"	Criação de um aplicativo para standardização de penhores, com entrada automática de dados e imputação ao sistema central e eliminando tarefas desnecessárias	Eliminação de tarefas redundantes, com significativa poupança de tempo e de custos
2.º	"Cost to Income" e "Débito de Comissões"	Criação de uma funcionalidade de automatização de débito de comissões diversas	Redução de tarefas supérfluas na rede comercial, com acréscimo de eficiência
3.º	"Marc"	Programa de conversão de dados que encaminhe directamente a informação entre as aplicações informáticas de suporte à recuperação de crédito e à análise de proposta de operações de crédito	Eliminação de tarefas redundantes com acréscimo de eficiência, melhoria do controlo do risco de crédito e rapidez na preparação de planos de acção, reduzindo as necessidades de provisionamento

A escolha das ideias premiadas procurou valorizar aquelas que se estima venham a ter um impacto mais significativo nos objectivos financeiros e prioridades estratégicas do Banco, nomeadamente através da redução de necessidades de capital, melhoria de eficiência operativa e simplificação de processos, aumento de receitas, redução de custos e redução de provisões.

Face ao elevado número de ideias recebidas e à qualidade percebida das mesmas, foi decidido antecipar o processo de atribuição de prémios de 2006, deixando o programa de coincidir com o

ano civil e passando a ser considerado o período de Julho a Junho, com a divulgação e entrega dos prémios a ser efectuada no Dia Aberto, em Outubro da cada ano.

Ao longo das suas edições, o Programa Mais Ideias com Valor tem contribuído não só para aumentar a participação dos Colaboradores nos processos de decisão e melhoria do Banco como também para incentivar a criação de valor. Além do aumento de participação, o Programa ficou também marcado pela elevada percentagem de ideias aprovadas para implementação, em que cerca de 21%  serão utilizadas pelo Millennium bcp.

O sucesso alcançado em Portugal pelos programas Mil Ideias e Mais Ideias com Valor justificou o lançamento de iniciativas semelhantes noutras operações no estrangeiro, as quais têm contribuído para a partilha de melhores práticas pelas operações do Millennium.

Avaliação e aconselhamento

O processo de Avaliação e Aconselhamento do Millennium bcp, desde sempre implementado, assenta, desde 2004, num modelo de competências suportado por uma tipologia de funções. A peça fundamental do processo é o perfil de competências determinado pela Função-Tipo do Colaborador, a qual representa um conjunto de funções que actuam em processos de negócio com objectivos similares e competências afins. Cada Função-Tipo apresenta um âmbito funcional e um perfil de competências genéricas e específicas.

Neste processo, os aspectos a avaliar assentam no perfil de competências das várias Funções-Tipo e nos objectivos individuais traçados para cada ano. De forma complementar são ainda traçados planos de melhoria e perspectivas de evolução de carreira para o Colaborador. É um instrumento através do qual os Colaboradores são orientados para a melhoria do seu desempenho e desenvolvimento profissional. O modelo de funções encontra-se implementado no Banco, desde 2003, e contempla todas as funções do Millennium bcp, em Portugal, excluindo as funções directivas.

A identificação e descrição das Funções-Tipo directivas, foi objecto de análise no decurso de 2006, estando actualmente aprovada a estrutura funcional *management*. Por forma a integrar tudo num único modelo funcional global, alinhado pelos mesmos princípios, a estrutura não directiva tem vindo também a ser objecto de revisão/actualização, criando-se assim as condições para que o processo de aconselhamento e avaliação, até agora só aplicado na íntegra aos Colaboradores não directivos, se estenda a toda a organização.

Diálogo social

Durante o ano 2006, a Subcomissão de Relações Sociais manteve o acompanhamento e a dinamização do diálogo social do Banco com as estruturas de representação colectiva que se relacionam com a Empresa – a Comissão de Trabalhadores do Banco Comercial Português, os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas, o Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários e o Sindicato Independente da Banca.

O diálogo com a Comissão de Trabalhadores obedece a um calendário regular; assente em reuniões mensais que constituem uma forma privilegiada da Comissão poder intervir de forma institucionalizada na vida da Empresa, tendo em vista a defesa dos direitos e interesses de todos os Colaboradores do Banco e debater as questões sociais que dizem respeito a todos eles. O relacionamento entre o Banco e a Comissão de Trabalhadores foi mutuamente reconhecido por se ter caracteriza-

do em 2006 por um diálogo construtivo e esclarecedor, com sentido de responsabilidade, respeito e compreensão mútuos.





Foram analisados muitos e variados aspectos, tendo nomeadamente sido debatida a adopção e discutido o teor de um Regulamento do Sistema de Incentivos, com reflexo não apenas na ponderação da remuneração variável através de participação nos lucros como também nas promoções por mérito e na consideração do exercício para efeitos do plano complementar de reforma dos Colaboradores. No que concerne a este referido plano complementar, a Comissão de Trabalhadores foi informada e debateu com o Conselho de Administração Executivo a alteração da natureza do plano complementar do Fundo de Pensões do Banco de benefício definido para contribuição definida, que foi aprovada pelo Instituto de Seguros de Portugal, em 31 de Agosto de 2006. Em paralelo, foi analisada a implementação num futuro próximo de uma Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Pensões, com a participação dos representantes dos participantes e beneficiários, nos termos previstos na nova lei⁴ que regula a actividade dos fundos de pensões. Foram também analisadas algumas questões relativas à evolução do quadro de pessoal: o período diário médio de trabalho e o trabalho suplementar ou os reflexos da Oferta Pública de Aquisição do Banco BPI em matéria de gestão de pessoas.

Em matéria de negociação colectiva de trabalho, o Banco chegou a acordo com os Sindicatos numa actualização das remunerações contratuais em 2,5%, com efeitos a 1 de Janeiro de 2006, para além de algumas alterações em cláusulas não pecuniárias, sobretudo no que respeita à adequação do Acordo Colectivo de Trabalho ao Regulamento do Sistema de Incentivos adoptado pelo Banco.

São disponibilizadas à Comissão de Trabalhadores do Banco duas vias para transmissão interna e universal de mensagens e opiniões desta estrutura representativa, que a mesma usa de forma regular, tendo em vista a defesa dos direitos e interesses de todos os Colaboradores e debater as questões sociais que dizem respeito a todos eles: (i) publicação de comunicados na Intranet, principalmente para informar todos os Colaboradores acerca dos assuntos debatidos, das informações recolhidas e das opiniões transmitidas nas reuniões mensais havidas com o Conselho de Administração Executivo; (ii) envio para a caixa de correio electrónico individual dos Colaboradores de uma folha informativa bimensal em formato electrónico, abordando assuntos e questões sociais e laborais de forma mais aprofundada.

Relacionamento com os Fornecedores

A importância dos Fornecedores na implementação da estratégia de Sustentabilidade do Millennium bcp decorre da procura de um desempenho operacional que assegure a gestão e utilização eficiente dos recursos económicos empregues na aquisição de produtos e na contratação de serviços, promovendo a criação e distribuição de valor por todas as partes envolvidas no processo em causa, reforçando a acção do Millennium bcp na divulgação de melhores práticas empresariais, no respeito pela Lei e no relacionamento equilibrado com o meio envolvente.

No período a que reporta este relatório, o Millennium bcp cumpriu a totalidade das obrigações contratuais com os seus Fornecedores e, em termos médios, para as 76 404  facturas de Fornecedores liquidadas em 2006, o prazo de tratamento, desde a data da pré-classificação até à autorização de pagamento, foi de 9,36  dias.

⁴ Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro

A partilha com os Fornecedores dos valores que determinam as melhores práticas na gestão e utilização eficiente dos recursos económicos, sociais e ambientais, concretizou-se na aprovação dos Princípios para Fornecedores do Millennium bcp durante o ano 2006. Numa primeira fase, foi realizado um questionário a um grupo representativo de Fornecedores, no sentido de aprofundar o conhecimento do Banco sobre os mesmos e sobre as suas principais características em termos de práticas de gestão competitiva, compromissos com uma actuação social responsável e preservação do meio ambiente. Num segundo momento, foram desenvolvidos, e aprovados internamente, os Princípios para Fornecedores.

No decorrer de 2007, será concretizada a comunicação da Carta de Princípios aos Fornecedores do Banco, representando o reforço de um compromisso com o alinhamento das práticas empresariais dos diversos fornecedores a um conjunto de princípios que o Millennium bcp considera requisito essencial no estabelecimento de relações de longo prazo de benefício

Princípios para Fornecedores do Millennium bcp

Os Princípios para Fornecedores assumem entre as suas referências os dez Princípios do Global Compact das Nações Unidas, procurando mobilizar a actividade empresarial dos Fornecedores para a adopção de um conjunto de valores fundamentais, inspirados em declarações e princípios universalmente aceites:

- Cumprimento dos requisitos legais;
- Gestão da actividade e governo societário que assegurem elevados padrões éticos e estabilidade da relação de fornecimento, com observância de padrões de qualidade superior;
- Práticas laborais com respeito por:
 - Direitos Humanos;
 - Não utilização de trabalho infantil ou trabalho forçado;
 - Liberdade de associação;
 - Regimes de trabalho e horários adequados;
 - Padrões de saúde e segurança no trabalho.
- Práticas de negócio com equilíbrio ambiental;
- Compromisso de divulgação e Comunicação Interna dos Princípios;
- Cooperação na monitorização e cumprimento dos Princípios;
- Aplicação dos Princípios na contratação de serviços de terceiros.



PRODUTOS E SERVIÇOS

UMA GAMA DE PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS ABRANGENTE COM ATENÇÃO ÀS NECESSIDADES DE TODOS OS CLIENTES, PRESTADA ATRAVÉS DE UMA OFERTA RESPONSÁVEL E MANTENDO OS PADRÕES DE EXCELÊNCIA RECONHECIDOS PELO MERCADO, SÃO IMPRESCINDÍVEIS PARA ASSEGURAR A CONTINUIDADE DO NEGÓCIO E A SUSTENTABILIDADE DO MILLENNIUM BCP.

Produtos socialmente responsáveis

A oferta de valor do Millennium bcp compreende produtos e serviços que, em 2006, se destacaram ao incorporarem também uma vertente de responsabilidade social, tendo sido desenvolvidas acções, cujo produto e a sua comunicação representaram um veículo para a materialização da responsabilidade social do Banco, beneficiando ambos dessa simbiose.

Entre as iniciativas em que o Banco manifestou, de forma mais evidente, a consolidação do seu comprometimento enquanto empresa socialmente empenhada, provando mais uma vez a importância na criação de compromissos solidários com os que mais precisam, de realçar a campanha de apoio aos refugiados de todo o mundo, numa acção conjunta com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR/ACNUR). Desta campanha, que teve um âmbito comercial por via do envolvimento dos cartões de crédito do Millennium bcp e da estimulação da sua utilização por parte do universo de Clientes, resultou a angariação de 476 mil euros entregues ao Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Eng.º António Guterres.

Também no dia-a-dia se manifesta o apoio social do Banco através do cartão Millennium bcp Gold, que possibilita aos seus titulares a oportunidade de, com base nas transacções efectuadas, contribuírem com donativos para instituições de solidariedade social, com destaque para a Cáritas Portuguesa, a Casa do Gaiato, a Liga Portuguesa Contra o Cancro, a CRINABEL, a UNICEF, a Acreditar e a Diferenças/APPT21. A American Express marca também o seu contributo, mediante a inclusão no programa de Membership Rewards® de instituições como a Liga Portuguesa contra a Sida, a Ajuda de Berço, a CERCI, a Acreditar e a CAIS, para as quais é possível enviar donativos.

No plano cultural, os cartões de crédito do Millennium bcp também estiveram presentes em eventos de peso, com oferta de bilhetes para o espectáculo do Rock in Rio e para os jogos de Portugal no Mundial de Futebol.

Campanha apoio aos refugiados



No final do ano, o Millennium bcp disponibilizou condições especiais na abertura de conta a associações sem fins lucrativos, possibilitando-lhes o acesso a condições comerciais privilegiadas, facilitando e melhorando a qualidade do trabalho daquelas associações em prol dos mais necessitados.

Foi ainda alargado o âmbito da iniciativa Cliente Aplauso, com o qual se distinguem as melhores empresas do segmento de negócios, dando o devido reconhecimento a todos os empresários que investem num futuro melhor para a sua empresa. Esta iniciativa visa distinguir as empresas com melhores práticas de sustentabilidade, em termos económicos, com o consequente aumento do emprego, mas também em termos ambientais e de modernização, com especial atenção dedicada aos investimentos na melhoria do perfil tecnológico das empresas, contribuindo assim para promover a competitividade presente e futura das empresas.

Durante o ano 2006, o Prémio Aplauso incluiu a atribuição de um diploma personalizado a atestar o estatuto alcançado, permitindo ainda o acesso a uma linha de crédito de longo prazo, em condições favoráveis, especialmente destinada a financiar projectos com impacto positivo no progresso tecnológico e na sustentabilidade ambiental (nomeadamente no tratamento de resíduos e na utilização de energias renováveis).

Em termos de crédito, no que respeita a situações que exigem uma resposta social imediata, o Millennium bcp apresentou propostas concretas, especificamente dirigidas a pessoas afectadas, designadamente:

- Linha de apoio financeiro especial para fazer face aos prejuízos resultantes das intempéries de Outono. Ao abrigo desta iniciativa, o Banco colocou à disposição de pessoas e empresas uma linha de crédito em condições muito especiais de preço e de prazo alargado de reembolso, com um nível mínimo de exigência de contra-garantias, cumprindo a função de minorar os danos num momento de especial aflição para os Clientes;
- Condições especiais de apoio aos potenciais desempregados da fábrica da Opel da Azambuja – cujo encerramento foi publicamente anunciado - nas quais se incluem, por exemplo, a possibilidade de carência de capital e juros e de renegociação de empréstimos que aquelas pessoas têm em curso no Millennium bcp bem como o apoio ao lançamento de novos negócios/início de actividade.

Abrangência

O Banco procura, em cada momento, aperfeiçoar a oferta de produtos e serviços financeiros, através do canal de distribuição apropriado e ao preço adequado, considerando para tal as necessidades e preferências de cada Cliente. O Millennium bcp é um Banco universal que se dirige à totalidade dos segmentos de mercado, promovendo uma oferta que permita marcar a diferença pela excelência, qualidade e disponibilidade, mas também procurando servir os Clientes de forma atenta e responsável.

Para uma oferta abrangente é essencial que a rede comercial que assegura o contacto directo com os Clientes, incluindo Sucursais e demais infra-estruturas, seja adequadamente dimensionada, e que evolua de acordo com critérios de conveniência e proximidade com os Clientes. Neste âmbito destacam-se as seguintes iniciativas em 2006:

- Diferenciação de horários de abertura ao público das Sucursais, proporcionando desta forma um horário de atendimento alargado. Nos grandes centros urbanos é garantida a disponibilidade de aconselhamento nas Sucursais das 8.30 às 19.00 horas, mediante horário diferenciado em cerca de 12% da rede de Sucursais do Banco;

Entrega simbólica de donativo ao Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, António Guterres



Oferta abrangente a todos os segmentos de mercado



Características específicas das ATM para facilitar a utilização por Clientes com deficiência visual



- Funcionalidade de auxílio vocal para um leque de operações: levantamentos, pagamento de serviços e alteração de PIN
- Uniformização da posição das teclas de comando para as funções cancelar, corrigir e confirmar
- Indicador tátil na tecla 5, facilitando a identificação do centro do teclado, sendo facilmente identificável a mudança entre teclas devido a contornos identificáveis pelo tacto

Conta Passaporte

The advertisement features a green background with a stack of red passports. Text in Portuguese and Russian promotes the account. At the bottom, it lists benefits: 'ALICIA COM 25% DE DESCONTO', 'GANHA 25% DE JUROS', and 'POR APENAS 3 MÊS'. The Millennium bcp logo is at the bottom.

Conta Passaporte
виза паспорт

DAMOS VISTO
AOS SEUS DIREITOS

МЫ ОТКРОЕМ ВАМ ВИЗУ
НА ЛЬГОТНОЕ БАНКОВСКОЕ ОБСЛУЖИВАНИЕ

ALICIA COM 25% DE DESCONTO

GANHA 25% DE JUROS

POR APENAS 3 MÊS

Millennium
bcp

A vida inspira-nos

www.millenniumbcp.pt 707 50 24 24

- Forte investimento no crescimento da rede de equipamentos ATM, vulgarmente conhecidos por Multibanco. Com uma quota de mercado de 25%, o Millennium bcp possui cerca de 2.500 equipamentos instalados por todo País, com o objectivo de estar presente no dia-a-dia dos Clientes, assegurando o acesso simples e fácil aos serviços bancários básicos. Em 2006, 50% da rede de ATM do Banco encontra-se fora de agências bancárias, em zonas de grande afluência de pessoas como sejam Supermercados e Hipermercados, Centros Comerciais e Estações de Transportes Públicos;
- Inovação na expansão da rede de ATM, tendo o Millennium bcp sido pioneiro na instalação de 62 novas máquinas ATM SIBS, as quais acrescentam às anteriores funcionalidades uma maior velocidade de processamento e um módulo de depósito inteligente, que permite a validação automática de notas e cheques, com digitalização de imagem, e a detecção de notas falsas, com registo sobre o depositante (cumprindo a legislação em vigor, Artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 1.338/2001 do Conselho da União Europeia).

Acessibilidade

O Millennium bcp tem procurado estar sempre onde e quando o Cliente necessita, disponibilizando diversos meios de acesso. Aproveitando as possibilidades que as novas tecnologias oferecem, os canais de banca sem distância contribuem para o incremento da conveniência e da disponibilidade do Banco no serviço ao Cliente.

No contexto de assegurar a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais e em conformidade com as orientações definidas a nível mundial para a criação de sites acessíveis na Internet, o Millennium bcp garante, através da utilização da tecnologia adequada para o efeito, as condições necessárias para que todos os Clientes invisuais possam aceder ao site www.millenniumbcp.pt, de forma eficiente e sem dificuldades.

O Millennium bcp, nas áreas de *selfbanking* das suas Sucursais, tem feito o esforço de disponibilizar equipamentos ATM com características que facilitam a sua utilização por Clientes com deficiências visuais. Em resposta a uma solicitação do Centro de Reabilitação da Nossa Senhora dos Anjos, o Millennium bcp, em conjunto com a SIBS, instalou naquele centro uma ATM para testes, de forma a permitir a realização de acções de formação a invisuais para que estes possam utilizar os equipamentos sem necessidade de apoio das opções de voz.

Integração de comunidades

A criação de um produto específico para Clientes imigrantes, através da Conta Passaporte, e sua comunicação nas línguas de origem das comunidades mais importantes estabelecidas em Portugal, é outro exemplo em que uma oferta bancária por excelência – Conta de Depósitos à Ordem – aliada a um conjunto de vantagens financeiras e instrumentos desenvolvidos especialmente para este segmento, pode desempenhar um papel importante no plano da responsabilidade social do Banco, concorrendo para uma melhor integração destes Clientes na sociedade e em particular nas relações laborais. Mediante o pagamento de uma comissão mensal de valor reduzido, o Cliente imigrante beneficia de isenção de comissões e anuidades habitualmente aplicáveis à manutenção da conta à ordem, ao cartão Visa Electron, ao Seguro de Acidentes Pessoais (incluindo repatriamento em caso de falecimento), à domiciliação de pagamentos e acesso ao serviço de atendimento telefónico e Internet, tendo ainda a possibilidade de efectuar aplicações de reduzido montante (mínimo de 50 euros) numa conta poupança crescente.

Fruto da dimensão e relevo que as comunidades imigrantes assumem no País, tornou-se necessário apurar o seu conhecimento, com recurso às entidades envolvidas nesta realidade social, tendo como consequência a necessidade emergente de ampliar e dinamizar a oferta bancária sob todas as vertentes. A crescente maturidade revelada por algumas comunidades, designadamente a utilização dos canais automáticos, em particular a Internet, revelou a oportunidade de se lançar uma página no portal millenniumbcp.pt dedicada aos imigrantes. Nesta página, o Cliente tem acesso a um conjunto significativo de informação relevante para facilitar o início de uma nova etapa da sua vida – viver em Portugal – apresentando-se o Millennium bcp como o Banco que o apoia nesse processo. A informação foi estruturada em duas vertentes, de acordo com as necessidades específicas deste segmento:

- Ajudar o Cliente nas suas escolhas financeiras, tais como abrir conta, poupar, comprar casa e transferir dinheiro a pensar na sua família;
- Disponibilizar informação útil para uma adequada integração social, designadamente documentação, oferta de emprego, educação dos filhos, legislação e agenda cultural.

Ainda para a comunidade de cidadãos estrangeiros, na sua maioria ingleses, irlandeses e alemães, que optam por viver ou passar férias em Portugal, o Millennium bcp dispõe de um produto específico para aquisição de residência.

Confiança

No Millennium bcp, o estabelecimento e fortalecimento de relações de confiança mútua com os Clientes está subjacente à evolução do Banco, assente na criação de valor e na disponibilização de uma oferta de produtos e serviços financeiros de qualidade superior. Para tal é essencial acompanhar os Clientes nas diferentes etapas da sua vida, disponibilizando uma gama de diversificada de produtos e serviços financeiros e aconselhando os mais adequados, consoante o perfil de risco e o respectivo ciclo de vida.

Diversos produtos e serviços financeiros reflectem a abordagem do Millennium bcp ao reforço da relação de confiança com os Clientes, disponibilizando novos produtos e adequando outros, de forma a ir ao encontro das necessidades e preferências dos Clientes. Destaque em 2006 para:

- O reforço da oferta de PPR Millennium – Planos de Poupança Reforma (na vertente Seguros e Fundos), reestruturando a sua oferta, consoante os diferentes perfis de risco, com a qual se permite uma melhor adequação para planear a reforma com segurança, de acordo com objectivos de médio e longo prazo, reduzindo ainda a carga fiscal;
- A acção comercial Jovens com Asas, lançada em Outubro de 2006, teve como principal objectivo dar resposta às principais necessidades financeiras do segmento jovem – financiamento do primeiro carro, primeira casa, computador, etc. A abordagem utilizada foi ousada, cheia de humor, construída especificamente a pensar no perfil irreverente que tão bem caracteriza este segmento. Foi criado um site específico para os jovens, que procura ser a montra dos principais produtos e serviços destinados a este segmento. Ao longo de 2007 irá ser desenvolvido um plano de acção continuado nas principais universidades do País e no site específico para jovens;
- A solução Cliente Frequente continua, dois anos e meio após o seu lançamento, a corresponder às expectativas dos Clientes. Indicadores como o número de Clientes em carteira – 260 mil – e o

Jovens com Asas



aumento do indicador de *cross-selling* comprovam que estes Clientes estão mais envolvidos com o Banco e mais satisfeitos, reforçando desta forma a relação de primeiro Banco com o Millennium bcp. Para os Jovens com idade inferior a 26 anos, a solução assume a designação Seleção Sub 26 e apresenta, para além de todos os benefícios que caracterizam o Cliente Freqüente, condições bastante favoráveis e flexíveis, particularmente no acesso ao Crédito Universitário.



Segurança

O Millennium bcp desenvolveu, em 2006, o projecto SAFe – Sistema de Autenticação Forte electrónico – que garante, aos utilizadores do canal Internet, segurança acrescida nas operações que envolvem movimentação do seu património, através de códigos específicos de validação para este tipo de operações, obtidos via SMS ou Token. Todos os Colaboradores do Millennium bcp estão já a utilizar e a testar este sistema, assim como um painel de teste composto por 500 Clientes, prevendo-se, para 2007, a extensão do mesmo a todos os utilizadores do Internet Banking.

Noutra vertente, o sistema de segurança física do Millennium bcp está concebido de forma integrada, com procedimentos e equipamentos que respeitam a integridade de Clientes e Colaboradores bem como o meio ambiente. Em 2006, procedeu-se ao seu reforço através do investimento em novas tecnologias de videovigilância e controlo de acessos, as quais permitem melhorar a qualidade da actuação preventiva e reactiva do sistema.

As Sucursais do Millennium bcp foram, em 2006, alvo de 23 assaltos, o que representa um acréscimo de 3 assaltos em relação ao ano anterior, sendo que o valor médio roubado por assalto foi o mais baixo, quando comparado com as ocorrências registadas noutras Instituições com a mesma dimensão relativa no Sistema Financeiro Português. Os assaltos ocorridos a Sucursais do Millennium bcp foram presenciados por cerca de 59 Clientes, não se tendo registado qualquer dano físico ou traumático. Os Serviços de Medicina do Banco acompanharam este tipo de ocorrências, disponibilizando-se para prestar apoio que se revele necessário na sequência deste tipo de incidentes.

O sistema de segurança física é objecto de monitorização permanente, complementado por exercícios de prevenção para teste dos Planos de Emergência e de Formação de Equipas de Segurança, tendo-se realizado, durante o ano 2006, dois simulacros de incêndio com a evacuação de edifícios, envolvendo a participação dos Colaboradores e das Autoridades de Segurança.

Crédito

No caso dos Clientes particulares, pretende-se a adequada satisfação das respectivas necessidades de crédito, conferindo-lhes a possibilidade de aceder a um nível de vida, de educação e de conforto superior, a um custo mensal razoável. Simultaneamente, manteve-se a aposta na diversificação da oferta e na inovação, indo ao encontro das necessidades individuais dos Clientes.

Neste contexto foram desenvolvidas, ao longo do ano, acções de crédito específicas, destacando-se:

- Apoio ao alargamento da base tecnológica da população em geral – linhas de crédito para compra de computadores pessoais de última geração a um preço especialmente convidativo e participação no protocolo internamente conhecido como Campus Virtual, assinado com o Governo, que permite o acesso de estudantes e professores do ensino superior a um leque alargado de computadores em condições preferenciais;

- Apoio aos Jovens na fase final dos estudos e início da vida profissional – disponibilizando linhas de crédito com condições específicas e com um custo inferior ao habitual, destinadas ao financiamento de estudos, compra de carro, compra de computador ou outros bens, consoante a necessidade do Jovem;
- Apoio à formação superior, seja licenciatura, pós-graduação, mestrado ou doutoramento – disponibilizando linhas de crédito com períodos de carência especialmente ajustados e condições especiais em termos de custo. O crédito universitário, com prazos de carência alargados e condições vantajosas de reembolso, permite, ao cliente mais jovem, concluir os estudos, fazer um *up-grade* formativo ou até mesmo lançar o seu próprio negócio.

De realçar também a manutenção do prazo máximo de crédito pessoal em 84 meses – que tinha sido disponibilizado, a título experimental, no final de 2005 – permitindo assim às famílias aceder a prestações mensais mais baixas e como tal menos penalizantes a nível de orçamento familiar.

No que se refere aos Clientes empresa, foi renegociado o Protocolo com as Sociedades de Garantia Mútua (Norgarante, Lisgarante e Garval), facilitando assim às PME o acesso a garantias para os necessários financiamentos da sua actividade, eliminando os constrangimentos normalmente decorrentes da sua dimensão. Estas garantias contribuem para reforçar a competitividade das empresas, permitindo reduzir o risco das operações de crédito e, conseqüentemente, possibilitando o acesso a melhores condições de financiamento.

Ainda como exemplo do apoio ao reforço da competitividade das empresas, designadamente no sector das Pescas, foi também assinado um Protocolo com o IFADAP, nos termos do qual foi disponibilizada uma linha de crédito de trinta milhões de euros destinada a apoiar entidades daquele sector, compensando-as pelo aumento dos custos de produção decorrentes do forte aumento registado no preço dos combustíveis.

No Crédito Habitação, destaque, em 2006, para o aperfeiçoamento da oferta, com um vasto leque de soluções inovadoras e competitivas assente em produtos adaptados às necessidades e preferências dos Clientes, incluindo prazos dilatados, períodos de carência de capital e redução de prestações, permitindo adequar a prestação do empréstimo ao rendimento disponível, sobretudo na fase inicial dos empréstimos, quando o orçamento familiar é menor e as despesas mais elevadas.

No segmento de Negócios, o Banco orienta a sua acção para a promoção do empreendedorismo, tornando-se um verdadeiro parceiro de negócios para os empresários que apresentem uma ideia com valor e demonstrem vontade de dinamizar um negócio. Foram celebrados vários protocolos com Associações sectoriais, com condições especialmente vantajosas para a abertura de novos negócios. É de realçar a parceria efectuada com a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal para o lançamento do concurso de ideias do Gabinete de Apoio aos Novos Empresários do Comércio – GANEC – o qual premiou as melhores propostas apresentadas por jovens empreendedores nas áreas do comércio e dos serviços.

Project Finance

O project finance é a modalidade de financiamento privilegiada no financiamento dos grandes projectos de investimento privados, estruturantes, numa diversidade de sectores de actividade, compreendendo as infra-estruturas de transporte, a energia, designadamente a energia produzida a par-



tir de fontes renováveis, o ambiente (água e saneamento, tratamento de resíduos) e as telecomunicações, muitos deles – pela sua natureza – com uma forte componente ambiental e social.

As vias de comunicação são um sector a que o Banco tem devotado recursos, sendo projectos com objectivos de desenvolvimento sócio-económico, de melhoria das acessibilidades e de fortalecimento da coesão territorial. Este tipo de projectos pode, no entanto, implicar impactos ambientais negativos, razão pela qual são sempre sujeitos ao processo de avaliação de impacto ambiental, nos termos legais, com o objectivo de seleccionar as melhores alternativas e garantir a minimização ou atenuação dos aludidos impactos.

Mais directamente na área ambiental e da qualidade de vida das populações, o Millennium bcp tem vindo a apoiar financeiramente – e 2006 não foi excepção – o esforço de investimento de Portugal, quer na área das energias renováveis, quer na área da expansão e renovação das redes de distribuição de água e de saneamento básico.

A aposta nas energias renováveis, consubstanciada pelo financiamento de empreendimentos eólicos, consagra o encorajamento do Banco ao desenvolvimento e promoção das tecnologias limpas. A energia eólica representa o aproveitamento de um recurso renovável e a diminuição de impactos associados aos processos convencionais de produção de electricidade. Os eventuais impactes negativos potencialmente associados a este tipo de projectos – a alteração da geologia e geomorfologia, a erosão e arrastamento de solos, a destruição de espécies vegetais, as perturbações sobre a avifauna migratória, rapinas e morcegos e a alteração da paisagem – são, sempre que susceptíveis de ocorrer, minimizados em consequência da sua detecção precoce em sede de avaliação de impacte ambiental.

O Banco encontra-se ainda a apoiar o esforço de investimento que está a ser feito no sentido de levar as redes de distribuição de água e de saneamento básico à generalidade da população portuguesa, liderando o financiamento de algumas das concessões privadas neste sector; designadamente as de Paços de Ferreira e de Santa Maria da Feira, cujas concessões foram reestruturadas em 2006.

A actuação do Banco sempre se pautou pelo rigoroso e escrupuloso cumprimento de todas as normas ambientais e sociais, pelo que a adesão aos Princípios do Equador acabou por surgir, ainda no final de 2005, como um prolongamento natural desta atitude.

Os Princípios do Equador, adoptados, até ao momento, por mais de quatro dezenas de Instituições Financeiras em todo o Mundo, constituem um mecanismo de auto-regulação destinado a assegurar que os projectos financiados numa base de project finance são desenvolvidos de uma forma socialmente responsável e que reflecta uma boa gestão ambiental, seja pela via de evitar impactos negativos nos ecossistemas e nas comunidades envolvidas, sempre que tal seja possível, seja pela via do correcto tratamento e mitigação desses impactos.

Entretanto, na sequência da experiência acumulada nos primeiros três anos de implementação dos Princípios do Equador, as Instituições Financeiras aderentes, designadamente as que estão desde o início, criaram um grupo de trabalho que revisitou os Princípios durante o primeiro semestre de 2006 e, como consequência, um conjunto revisto de Princípios do Equador foi anunciado a 6 de Julho de 2006. O Millennium bcp foi uma das Instituições Financeiras que confirmou a sua adesão aos novos Princípios nesta mesma data.

Adoptando os Princípios do Equador, cada Instituição Financeira comprometeu-se a classificar todos os projectos com um custo superior a USD 10 milhões numa de três categorias, (A, B ou C), de acordo com o risco ambiental e social associado ao projecto. Assumindo este compromisso, as Instituições aderentes aspiram a um maior controlo sobre o risco ambiental e social e, conseqüentemente, reputacional, inerentes aos projectos que financiam.

As Instituições aderentes comprometem-se desta forma a financiar e, conseqüentemente, a viabilizar apenas aqueles projectos que cumpram com o estabelecido pelos Princípios, além de se comprometerem a considerar aquilo que se encontra estabelecido nos Princípios do Equador nos seus processos de negócio e de gestão de risco, de uma forma consistente com a sua estrutura organizativa. Adicionalmente, cada Instituição aderente deverá reportar publicamente, pelo menos uma vez por ano, os seus processos de implementação e a sua experiência, ressaltando, no entanto, a apropriada confidencialidade sobre as conclusões tiradas dos processos, o que o Millennium bcp faz nesta sede.

O processo

Neste primeiro ano de aplicação, o Millennium bcp passou a incluir nos seus processos de *due diligence* a necessidade de interpretar os impactos mencionados em cada projecto que pretende financiar, recorrendo a consultores externos e independentes sempre que necessário, com o objectivo de assegurar o cumprimento dos Princípios do Equador. Após a alteração aos Princípios de 6 de Julho, o Millennium bcp passou também a ter essa preocupação em novos projectos, aos quais presta assessoria com vista ao levantamento de fundos no mercado.

Fá-lo de uma forma sistematizada e consistente com a sua abrangência de negócio; isto é, não actuando com equipas de project finance deslocalizadas, não recorreu neste primeiro ano de aplicação dos Princípios a mecanismos de *screening* excessivamente sofisticados para a dimensão do negócio, embora se admita que a experiência adquirida e o crescimento que se pretende imprimir nesta área possam determinar a instalação de mecanismos mais sofisticados que estão, aliás, já delineados.

A experiência do primeiro ano

A experiência do Millennium bcp com a aplicação dos Princípios revelou-se extremamente positiva, pois todos os projectos que acabaram por se concretizar foram conduzidos pelos seus promotores, desde o início, dentro do espírito que subjaz aos Princípios; isto é, o de evitar ou mitigar os possíveis impactos no ecossistema e nas comunidades envolvidas.

Os sectores em que o Banco se encontra mais activamente envolvido são as infra-estruturas de transportes, a energia (incluindo com origem em fontes renováveis) e as concessões de água e saneamento. Por outro lado, a actividade do Banco concretizou-se sobretudo em países onde a norma é o respeito pleno pelo ambiente e pelas comunidades abrangidas, países da OCDE e da União Europeia (Portugal, Grécia e Polónia), facilitando deste modo o diálogo com os intervenientes. Recorde-se que, a partir da revisão de 6 de Julho, os Princípios do Equador passaram a atribuir uma confiança acrescida ao cumprimento das legislações e regulamentos nacionais em países da OCDE considerados pelo Banco Mundial como *High Income Economies*, grupo de que fazem parte Portugal e a Grécia.

Durante o ano 2006, o Millennium bcp Investimento classificou 13  projectos, de acordo com os Princípios do Equador.



Projecto Baía de Luanda



O Millennium bcp está a assessorar e apoiar financeiramente o esforço de investimento que está a ser feito pelo sector privado no "Projecto de Requalificação da Baía de Luanda e Ordenamento Urbano da Zona Marginal", em Luanda, capital de Angola, cuja construção teve início em Novembro de 2006, e que inclui uma componente a desenvolver em terrenos a concessionar pelo Estado Angolano à empresa promotora, por um período de 60 anos.

Os primeiros estudos técnicos e ambientais do Projecto foram apresentados publicamente em 2003 e, após intenso diálogo com todos os sectores da sociedade angolana, foi reformulado, sendo então introduzido um conjunto de alterações profundas, resultantes da discussão pública, e licenciado pelo Ministério do Urbanismo e Ambiente.

A componente de obra pública, que será realizada no prazo de 36 meses, compreende os projectos de desassoreamento e despoluição da baía de Luanda, trabalhos de protecção da orla marinha, a deposição das matérias resultantes da dragagem, bem como a Infra-estruturação, Reabilitação e Reordenamento da Avenida Marginal, obras que visam permitir uma melhor circulação e renovação da água da baía, a melhoria da qualidade da mesma com repercussões na sua fauna e flora, uma ampliação da capacidade rodoviária em toda a Marginal com novas soluções de regulação do trânsito, a construção de parques de estacionamento, zonas pedonais, zonas verdes e espaços públicos de lazer polivalentes, bem como a reparação e pintura das fachadas dos edifícios da Marginal, obras que, no seu conjunto, permitirão criar a ligação singular entre a baía, a cidade e os seus habitantes, bem como uma maior fluidez do tráfego.

O projecto inclui ainda a reparação e modernização dos sistemas separadores de águas pluviais (chuvas) e drenagem de águas residuais (esgotos), que permitirão o escoamento do volume excedente das águas pluviais para a baía após sua filtragem, bem como evitar a descarga de águas residuais na baía, evitando assim a sua contaminação. A componente de obra privada, a empreender em terrenos existentes mas ampliados pela deposição dos materiais dragados, compreende a edificação de espaços habitacionais, escritórios, multiusos e lazer que actualmente escasseiam na cidade de Luanda.

As conclusões do Estudo de Impacto Ambiental apontam para um impacto positivo do projecto sobre toda a área da Baixa de Luanda, com as obras a resultarem num grande benefício público e na valorização do Património Ambiental e Urbano, e com uma elevada preocupação social, já que o projecto não implicará qualquer tipo de desalojamento de famílias em toda a área de incidência da componente de obra pública.

Classificação das operações de project finance

	Princípios do Equador			Compromissos assumidos pelo Millennium bcp (milhões de euros)
	A Risco elevado	B Risco médio	C Risco baixo	
Transportes				
Portugal	-	2	-	201
Polónia	-	1	-	10
Grécia	-	3	-	1.390
Águas				
Portugal	-	2	-	66
Infra-estruturas e imobiliário				
Angola	-	1	-	8
Energia				
Portugal	-	3	-	282
Telecomunicações				
Portugal	-	-	1	27
Total-	12	1	1.984	

Gestão de activos socialmente responsável

A importância da gestão de activos socialmente responsável tem crescido progressivamente ao longo dos últimos anos, estimando-se que represente entre 10 a 15% do total dos fundos sob gestão na Europa. De facto, o número de fundos, e os montantes aplicados, dedicados ao investimento socialmente responsável tem vindo a aumentar de forma sustentada, motivado por uma crescente percepção por parte dos mercados financeiros da importância do impacto das questões sociais, ambientais e éticas na economia e nas empresas. Existe já a convicção de que estes temas não deverão ser tratados meramente como “extra-financeiros”, mas assumidos como verdadeiros impactos financeiros directos. Esta realidade torna-se cada vez mais visível se tomarmos como exemplo questões emergentes como as alterações climáticas e o mercado de carbono, bem como as alterações ao nível do quadro regulamentar nestas matérias. Cabe às instituições financeiras agir como elementos catalisadores do crescimento do investimento socialmente responsável, ao nível da criação de produtos e da comercialização dos mesmos, criando condições para responder a uma crescente procura dos mercados por este tipo de produtos.

O Millennium bcp tem um papel activo nesta matéria, principalmente através da parceria que tem estabelecida com a F&C Asset Management, líder no Investimento Socialmente Responsável, que gere 100% dos fundos comercializados sob a marca Millennium bcp. A F&C usa o seu poder de influência sobre as empresas que compõem os seu *portfolio*, principalmente através do seu poder de voto e do diálogo que estabelece com as empresas, procurando que estas incorporem na sua actividade as melhores práticas a nível económico, social e ambiental.

Também através da unidade de gestão de activos do Millennium bcp sediada em Londres, a Wealth Management Unit, e através do ActivoBank7, em Portugal, o Banco assegura a comercialização de fundos de investimento socialmente responsáveis, geridos por terceiros, com cerca de 190 mil euros investidos.





A directora-geral da BVQI-Portugal, Ana Paula Pereira, entrega o diploma a Paulo Teixeira Pinto

Qualidade

A função qualidade, bem como a sua operacionalização, tem sido convenientemente ajustada à evolução do Millennium bcp, preservando uma visão centrada no Cliente, enfocada na procura incessante de uma melhoria contínua e no desenvolvimento de relações de longo prazo, assente em três pilares:

- Clientes – com o objectivo de alcançar níveis crescentes e superiores de satisfação e fidelização agregadores de vantagens comparativas sustentáveis e decisivas;
- Colaboradores – com o objectivo de assegurar níveis de satisfação, motivação e envolvimento adequados;
- Qualidade da execução – com o objectivo de alcançar níveis de excelência na eficácia e eficiência da execução operativa.


A definição e implementação do Sistema de Gestão da Qualidade baseia-se numa gestão por processos, transversal a todas as áreas do Millennium bcp e centralizada na Direcção da Qualidade, que assegura uma interacção continuada e sistemática para garantir a representação e documentação dos processos, a fixação dos objectivos operacionais e respectivos níveis de serviço, o acompanhamento permanente dos indicadores críticos e ainda a implementação dos planos de melhoria considerados adequados.

Em termos de qualidade de execução, o ano de 2006 foi marcante na evolução verificada ao nível do Sistema de Gestão da Qualidade, por ter sido atribuído ao Millennium bcp, pela entidade certificadora externa Bureau Veritas Certification, a certificação ao abrigo da norma ISO 9001:2000.

A concretização deste projecto, transversal a todo o Banco, permite agora juntar a excelência operativa ao enfoque na qualidade percebida pelo Cliente e à atenção permanente com a satisfação e motivação dos Colaboradores, resultando este conjunto num Sistema Integrado de Gestão da Qualidade. Para além das melhorias qualitativas encontradas e entretanto implementadas, foi possível, com este projecto, reforçar a mobilização do Banco para o tema e para a importância da Qualidade de Execução.

A existência de objectivos operacionais e sua comunicação aos vários níveis do Banco, bem como a consciencialização do seu contributo como factor distintivo e conducente à prestação de um serviço de excelência, constituiu uma evolução importante na afirmação de um Modelo da Qualidade mais robusto e mais abrangente.

A certificação foi implementada em vagas de seis meses, durante os quais as equipas associadas a cada processo organizaram a informação, definiram as respectivas missões, objectivos, indicadores de performance, implementando ainda as melhorias identificadas.

A certificação da qualidade de um significativo conjunto de procedimentos de atendimento de Clientes e de processos de crédito veio reforçar o enfoque na selecção criteriosa de Clientes para contactos comerciais de iniciativa do Banco e na definição de regras processuais e qualitativas uniformes e comuns aos diversos canais de venda. Foi assim possível alcançar uma maior rapidez e simplificação na decisão de crédito e um acompanhamento mais eficaz do processo e do Cliente pelas Sucursais, resultando num aumento da qualidade de serviço e conseqüente acréscimo do grau de satisfação dos Clientes (destaque para o grau de satisfação dos Clientes de Crédito Habitação que se situa em 81%.

Processos incluídos no âmbito da certificação da qualidade em 2006

1.ª Vaga	2.ª Vaga
Crédito à Habitação	Limites de Crédito
Crédito Pessoal	Crédito à Construção
Desenvolvimento de Produtos	Gestão de Reclamações (alargamento do âmbito)
Venda Pró-Activa	Subscrição e resgate de Fundos de Investimento
Abertura de Conta	Subscrição de Seguros (Não Vida)
Gestão de Reclamações	Comunicação Escrita com Clientes
	Factoring
	Gestão de Custódia Institucional
	Tomada e Cedência de Títulos
	Depósitos e Levantamentos em Numerário
	Gestão de Contragarantias
	Transferências emitidas para o Estrangeiro
	Financiamento Automóvel
	Leasing Mobiliário

O projecto de certificação externa da qualidade prossegue em 2007 com a certificação de processos adicionais.

A qualidade do serviço constitui, cada vez mais, um importante factor de diferenciação num sector fortemente competitivo, como é caso do sector financeiro. A aposta na melhoria contínua da qualidade no atendimento aos Clientes do Millennium bcp é entendida como fundamental para a actividade do Banco. Nessa medida, o Sistema de Gestão da Satisfação (SGS) dos Clientes, com implementação evolutiva há mais de uma década, espelha a orientação para o Cliente de toda a Organização. A satisfação e a fidelidade do Cliente final são a consequência das decisões e acções tomadas diariamente, tornando-se, por isso, fundamental a medição contínua destes indicadores.

Ao longo de 2006, a fidelização dos Clientes e a sua satisfação com a proposta de valor do Millennium bcp continuou a ser monitorizada com uma periodicidade mensal, através de um inquérito postal enviado a uma amostra significativa de Clientes. A análise das correlações existentes entre os indicadores base da qualidade de serviço – satisfação global do Cliente com o Banco; a sua intenção de continuidade como Cliente da Instituição; a sua intenção de recompra de produtos e serviços; a sua intenção de recomendação da Instituição a terceiros – e a opinião dos Clientes em relação ao conjunto de atributos relativos ao relacionamento e atendimento dispensados, bem como no tocante aos produtos comercializados, permite identificar as variáveis que mais influenciam a apreciação dos Clientes (segmento a segmento), accionando-se assim, e sempre que necessário, as medidas tendentes à melhoria da qualidade percebida.

Estudos realizados em 2006

Clientes	N.º Inquéritos	Clientes Inquiridos	Respostas
Estudos Mercado	-	-	-
Inquéritos Rastreio	20	798.927	66.169
Inquéritos Específicos	1	100	26
Total21	799.027	66.195	

A certificação ao abrigo da norma ISO 9001:2000 atribuída ao Millennium bcp



Índice de satisfação de Clientes



O Banco utiliza ainda regularmente um instrumento – Cliente Mistério – para melhorar os comportamentos, as práticas e os processos, contribuindo para assegurar uma elevada satisfação dos Clientes. A avaliação contínua do desempenho permite criar a relação de confiança necessária ao relacionamento sustentável com os seus Clientes.



Incluído no projecto “A Caminho da Excelência”, o programa Cliente Mistério tem como objectivo avaliar a recepção efectuada pelos Colaboradores, a sua performance em termos de conhecimento dos produtos e serviços, o seu desempenho comercial e o incentivo à utilização dos canais automáticos, variáveis consideradas fundamentais para aferir a satisfação dos Clientes. Este programa abrange a totalidade das Sucursais do Retalho, com excepção das Sucursais com tipologia gestão personalizada “pura” e de negócios, realizando visitas às Sucursais, com as quais se pretende “ver o Banco através dos olhos dos Clientes”, com o objectivo de melhorar a qualidade do serviço ao Cliente.

Em articulação com um consultor independente, são definidos os Momentos de Verdade a analisar, bem como o respectivo processo de medição, tendo, em 2006, sido realizadas 4 978 visitas a Sucursais, nas quais foram medidos um conjunto de comportamentos e atitudes sobre os seguintes momentos da verdade:

- Acolhimento – imagem dos Colaboradores das Sucursais e regras do acolhimento;
- Venda – adequação de produtos e serviços e venda final;
- Migração de transacções.

A análise efectuada em 2006 permite concluir que, após comparação com medições anteriores, os resultados foram globalmente positivos, apresentando uma evolução favorável, gradual e consistente no desempenho das Sucursais, tendo-se verificado que 80,4% dos momentos de verdade foram correctamente realizados pelos Colaboradores.

NO PRIMEIRO ANO DE ACTIVIDADE, MAIS IMPORTANTE DO QUE A CONFIRMAÇÃO DE TEREM SIDO SUPERADAS EXPECTATIVAS, FOI A CONTRIBUIÇÃO DO MICROCRÉDITO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE UM SIGNIFICATIVO CONJUNTO DE PROJECTOS QUE VALORIZARAM PERCURSOS HUMANOS, CONFERINDO SEGUNDAS OPORTUNIDADES A QUEM DELAS PRECISOU E PERMITINDO A INTEGRAÇÃO E O PROGRESSO DE PESSOAS FINANCEIRAMENTE EXCLUÍDAS.

Ao contrário do que correntemente se pensa, o microcrédito não é exclusivo dos países pobres ou das regiões subdesenvolvidas, mas constitui uma solução financeira susceptível de ser utilizada, com os ajustamentos devidos, em todas as sociedades – das menos às mais desenvolvidas –, pela razão óbvia de que em todas elas existem camadas da população em risco de exclusão, em todas elas existem seres humanos que prezam a dignidade e valorizam mais a oferta de uma segunda oportunidade do que um apoio pontual que, podendo atenuar dificuldades, perpetua as situações de dependência. O sucesso do microcrédito depende, naturalmente, da sua generalização à Sociedade, devendo ser transversal às camadas onde subsista a precaridade financeira, como é o caso dos desempregados, imigrantes, reformados, domésticas, estudantes e, até, empresas familiares e microempresas já constituídas mas em risco de falharem por falta de acompanhamento e aconselhamento para o desenvolvimento do negócio ou de formação dos Microempreendedores.

Modelo de negócio

O lançamento da rede autónoma de microcrédito pelo Millennium bcp, em Novembro de 2005, foi precedida de um aprofundado estudo preparatório – resultante do contributo da McKinsey & Co, um dos parceiros que, com o Millennium bcp, se propuseram lançar esta iniciativa – no qual se identificaram oportunidades e se definiram os conceitos essenciais a implementar no modelo de negócio.

Financiar e promover pessoas e microempresas com iniciativas empresariais viáveis, que de outra forma não teriam acesso a crédito, alavancando na experiência do Millennium bcp e realizando parcerias com instituições especializadas, por forma a garantir uma operação sustentável, foi a visão que o Millennium bcp definiu para o microcrédito, enquadrada por dois princípios básicos com os quais se delimita o mercado potencial:

- O crédito é concedido a todos aqueles que apresentem uma ideia viável, obedecendo ao princípio da subsidiariedade;

Operações aprovadas em 2006



- A correcta identificação das iniciativas de negócio viáveis e a garantia de apoio contínuo são fulcrais no modelo de negócio.

O microcrédito é dirigido a jovens desempregados, imigrantes, desempregados especializados, reformados, domésticas, estudantes ou jovens recém-licenciados e a pequenas microempresas, que apresentem uma dinâmica empreendedora e capacidade de concretização, fundamentada em propostas de projectos viáveis.

Um produto simplificado de crédito, com um montante máximo de 15 mil euros, taxa de juro variável em função do perfil de risco e reembolsável em prestações mensais, num prazo máximo de quatro anos, com possibilidade de até seis meses de carência de capital, são algumas das componentes da proposta de valor do Millennium bcp microcrédito.

Esta proposta de valor é complementada por um modelo de vendas e distribuição fortemente avançado nos recursos do Millennium bcp, com Gestores de Projecto dedicados e através de uma rede de instituições associadas que reforçam a estratégia de captura de Clientes. Este tipo de contacto, baseado na comunicação enfocada, resulta da combinação de selecção intensiva e de selecção automatizada, garantindo assim a qualidade dos projectos financiados. A monitorização da carteira de crédito e a gestão rigorosa de eventuais incumprimentos são essenciais para o sucesso da operação.

A rede existente para o Millennium bcp microcrédito abrange cerca de 65% do mercado potencial estimado e é composta por quatro Sucursais: em Lisboa, Porto, Braga e Funchal, tendo esta última constituído o reforço de 2006. Dez Gestores de Projecto, repartidos pelas quatro Sucursais, asseguraram o apoio contínuo aos Microempreendedores.

Particularmente importante foi também a intervenção, em 2006, dos outros dois parceiros que se associaram ao Millennium bcp para o lançamento da operação de microcrédito: a Fundação Calouste Gulbenkian e a Cáritas Portuguesa.

Com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, foi possível produzir o conteúdo dos 12 primeiros módulos do Curso de Gestão para Microempreendedores e concluir a formação para os quatro primeiros. Foi assim assegurada uma das premissas que reforça a proposta de valor do Millennium bcp microcrédito: disponibilizar, a todos os Microempreendedores apoiados, uma oportunidade de formação, conferindo os conhecimentos essenciais para incrementar as oportunidades de sucesso e sustentabilidade dos negócios financiados.

Foi também concluída a formação do primeiro conjunto de equipas de Delegados Distritais da Cáritas Portuguesa, reunindo assim as condições para que aqueles Delegados, integrados na extensa rede da Cáritas Portuguesa, sejam elementos dinamizadores na captação, referenciação e acompanhamento dos Microempreendedores, complementando a intervenção dos Gestores de Projecto com o seu profundo conhecimento da realidade social e económica em que se insere cada Microempreendedor referenciado.

Resultados do primeiro ano de actividade

A estimativa do potencial de mercado de microcrédito foi amplamente confirmada durante 2006, fruto da iniciativa e interesse demonstrados pelos múltiplos Microempreendedores que, nas quatro Sucursais do Millennium bcp microcrédito, solicitaram financiamento para os seus projectos.

Foram registados mais de quatro mil pedidos de financiamento, 79% dos quais passaram à fase de análise. Nos processos analisados, a desistência foi a causa mais comum de encerramento, tendo sido aprovados 238 projectos, em linha com a produção estimada e resultando numa taxa de aprovação de 10,8% dos projectos analisados.

A carteira de crédito, no final de 2006, registava uma sinistralidade inferior a 1,1% do capital em dívida. Destaque ainda para o facto de cinco das operações apoiadas em 2006 terem sido, em menos de um ano, integralmente reembolsadas, confirmando o mérito do microcrédito para a concretização de oportunidades e projectos viáveis.

Carteira de crédito de microcrédito a 31 de Dezembro de 2006

(excluindo crédito concedido ao abrigo do protocolo com a Associação Nacional de Direito ao Crédito – ANDC)

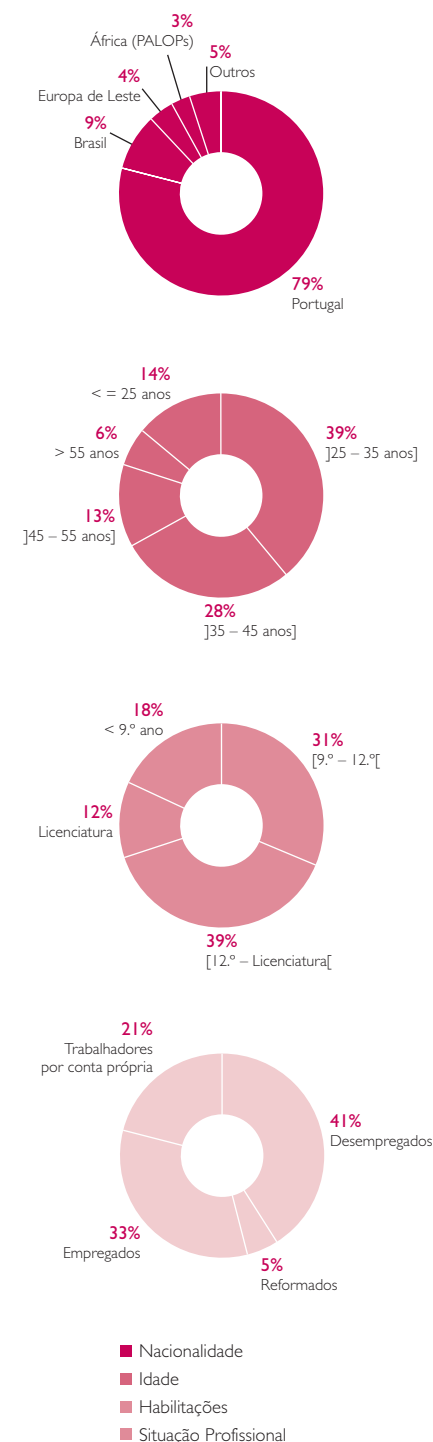
	2006
Número de operações	233
Capital em dívida (milhares de euros)	2.445
Crédito vencido (milhares de euros)	27

O microcrédito distingue-se de outros apoios com características filantrópicas ou de caridade, por ser um instrumento financeiro para estimular iniciativas que, necessariamente, terão de se afirmar e sustentar num enquadramento de mercado usual, em que a viabilidade económico-financeira é uma característica comum e essencial a todos os negócios. Ao invés de subsidiar, o microcrédito confere oportunidades, financiando de forma remunerada e com obrigação de reembolso, a Microempreendedores que, não dispo de alternativas de financiamento, reúnam condições de viabilidade e apresentem um projecto equilibrado. Este equilíbrio implica igualmente que os fundos necessários para o projecto não sejam exclusivamente provenientes do microcrédito, contribuindo assim para que os projectos apresentem uma robustez acrescida para enfrentar um ambiente competitivo.

As operações apoiadas em 2006 são um reflexo deste conceito. O montante de 2,7 milhões de euros aplicado pelo Banco em operações de microcrédito permitiu concretizar projectos de Microempreendedores que, no total, investiram mais de 5 milhões de euros, revelando a desejada capacidade para reunir fundos de outras origens. Este investimento, realizado com o apoio de "redes de suporte", familiares ou das comunidades em que os Microempreendedores se inserem, assegurou a criação de 430 novos postos de trabalho, facto com um impacto social relevante.

Os projectos aprovados foram bastante diversificados em termos de sectores de actividade, podendo, contudo, destacar-se a Restauração e o Retalho Especializado, como os sectores em que se registou uma maior concentração de projectos. Embora com menor expressão do que outros exemplos internacionais, sobretudo em países menos desenvolvidos, no Millennium bcp microcrédito verificou-se uma ligeira incidência de projectos liderados por mulheres, com 52% do total dos projectos aprovados.

Caracterização dos Microempreendedores



Rosângela Melrinho



António Malusso



Paulo Alves



Testemunhos de alguns empreendedores

Rosângela Melrinho – LA Café – restauração e café

Imigrante Brasileira, em Portugal, há 6 anos. "Já tinha tentado o crédito em outros Bancos, mas não consegui, a primeira barreira é ser imigrante, dificulta um pouco as coisas. Surgiu então o Millennium bcp microcrédito, que foi onde consegui o crédito para abrir o meu negócio. Tive logo uma pessoa que ficou responsável pelo meu negócio e que me ajudou bastante também, foi muito fácil, com a ajuda deles é claro!"

António Malusso – Clínica do Calçado Tó Sapateiro – arranjos de calçado

O Sr. Malusso, de 46 anos, sapateiro há 14 anos, estava desempregado há cerca de 3 meses: "Como estava desempregado, ao ouvir falar no microcrédito, resolvi tentar a minha sorte. Inicialmente, o meu projecto era comprar uma loja já montada, mas isso ficava muito caro. Depois, com a ajuda do microcrédito, resolvi avançar com uma loja de raiz, apesar do risco que sabia que iria correr. O microcrédito mudou tudo na minha vida!" Com a abertura da loja, o Sr Malusso utilizou o plano de negócio do microcrédito e apresentou-o no Centro de Emprego, tendo conseguido uma resposta positiva quanto à obtenção de fundos, que lhe permitirá liquidar antecipadamente uma parte do capital emprestado.

Paulo Alves – Tira Mossas – reparação automóvel

"Eu bati a várias portas, mas todas se fecharam por eu ser imigrante. Como eu já sou Cliente do Millennium bcp há cinco anos, descobri na página de Internet que o Banco também tinha uma oferta de Microcrédito. Contactei o Banco e fui muito bem recebido. Eu já dominava a técnica de 'tira mossas' e já tinha o projecto. Quando cheguei ao Millennium bcp Microcrédito, não só fui muito bem atendido como o projecto foi rapidamente analisado. Não houve muita burocracia, foi rápido, e têm ainda a preocupação de dar formação em gestão e administração de empresas. Tudo isto ajudou-me imenso e foi fundamental para o sucesso da empresa. Com apenas dois meses de actividade já tenho um retorno muito bom. A empresa já é um sucesso."

Cristina Amado – Kris Amado – cabeleireiro

"A ideia surgiu porque eu trabalhava por conta de outros e hoje em dia fazem-se muitas horas a mais, depois não querem pagar as horas... Então optei por abrir uma coisa para mim. Também devido à minha idade: não sou velha mas neste ramo acham que a partir dos 30 já somos velhas. É um bocado complicado. E então optei por abrir o meu próprio negócio, apesar da crise estar instalada. Comecei por recorrer ao Centro de Emprego e Formação, mas quando ia entregar a candidatura disseram-me que precisava de estar desempregada há mais de seis meses. Então, falaram-me que Millennium bcp estava a dar fundos para pequenos empresários, e optei por ir ter com o Millennium e consegui. Fui lá uma primeira vez. Foi mais para saberem o que é que queríamos, qual era o meu ponto de vista. Depois tive mais uma segunda reunião, mesmo no balcão de Lisboa. Entretanto entreguei a candidatura. Ao fim de 15 dias, o Gestor de Projecto veio cá ver o projecto, para ver se tinha viabilidade e seguiu logo. Foi rápido. Já há bastante oferta, mas hoje em dia eu penso que a concorrência faz falta, e quando há preços bons e qualidade no trabalho, o cliente vem sempre."

Irene Silva e Manuela Magalhães Dias – O Pesponto – arranjos de costura

Irene Silva ficou desempregada depois de ter sido despedida de uma fábrica têxtil. Com mais de 50 anos não via nenhuma solução no seu horizonte, nem mesmo achava possível o acesso ao crédito. Recorda que, na altura, pensou em pedir a reforma, mas pouco tempo depois a situação iria alterar-se, com a filha, Manuela, também desempregada: "Pensei que podia ser mais uma porta a fechar-se,

mas fui com a esperança de que podia ser também a última porta a que batia e talvez a certa", explica a filha. Sete mil euros foi o montante necessário para comprarem duas máquinas de costura e abrirem o seu negócio. Desde a primeira hora, o movimento na loja não parou de aumentar: "Inicialmente ainda pensámos que, até arranjarmos Clientes, iríamos tratar das nossas roupas para ocupar o tempo mas, graças a Deus, não tivemos tempo para isso", acrescenta a filha.

Protocolos celebrados

Em Maio de 2006, o Millennium bcp renovou o protocolo em vigor com a ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito, associação que visa assegurar condições para que os beneficiários possam desenvolver um pequeno negócio sustentável (criando o seu próprio emprego), e apoiar os microempresários na formulação do seu projecto de investimento, quer durante o período de desenvolvimento do negócio, quer durante o período de amortização do empréstimo.

Com este protocolo, a ANDC assumiu o compromisso de promover e seleccionar potenciais candidatos, dirigir as respectivas candidaturas para o Millennium bcp microcrédito e acompanhar a execução dos projectos dos Microempreendedores apoiados. Por seu lado, o Millennium bcp definiu uma linha de microcrédito com condições específicas para os Microempreendedores seleccionados através deste protocolo, na qual se prevê o financiamento até ao montante de cinco mil euros por projecto, com um prazo máximo de três anos.

Em 2006, foram aprovadas 25 operações ao abrigo deste protocolo, das quais resultava, em 31 de Dezembro, uma carteira de crédito de aproximadamente 93 mil euros de capital em dívida.

Foi ainda celebrado, em Novembro de 2006, um protocolo com a Entrajuda - Apoio a Instituições de Solidariedade Social, associação na área da solidariedade social, que visa reforçar a capacidade das instituições de solidariedade social de melhorarem os serviços prestados aos beneficiários, dotando-as de um conjunto de instrumentos e recursos de gestão e de organização susceptíveis de aumentar a eficiência dos meios e a eficácia dos resultados. Adicionalmente, esta associação pretende ainda mobilizar e facilitar o envolvimento de pessoas e empresas que querem associar-se com a sua boa vontade, colocando à disposição das instituições de solidariedade social o seu trabalho, conhecimento e experiência, ou os produtos e serviços que produzem ou fornecem.

Nos termos do protocolo com a Entrajuda, o Millennium bcp definiu os termos gerais de uma linha de microcrédito especialmente vocacionada para as Instituições de Solidariedade Social, que designou de MacroSolidariedade, com a qual se pretende financiar as necessidades de investimento daquelas Instituições, desde que inseridas em projectos de reorganização das mesmas e cujo diagnóstico, definição de necessidades e soluções projectadas sejam incluídas no âmbito da intervenção da Entrajuda.

Por último, foi estabelecido, em Dezembro de 2006, um acordo de cooperação com a Gebalis – empresa municipal que gere os bairros municipais da região de Lisboa – com vista ao desenvolvimento e incentivo ao empreendedorismo naqueles bairros. Com este acordo, pretende-se maximizar a identificação, estímulo e apoio da capacidade de iniciativa e vocação empreendedora dos moradores nos bairros municipais de Lisboa, com vista à criação de microempresas ou auto-emprego. Das diversas actividades a desenvolver, destacam-se a sensibilização para o empreendedorismo; acções de formação junto de potenciais promotores de projectos de criação de microempresas e auto-emprego; apoio técnico à formalização das candidaturas ao financiamento, bem como o acompanhamento na fase de lançamento e consolidação das iniciativas.

Assinatura do Protocolo com a Entrajuda



RIGOR E TRANSPARÊNCIA

A implementação de um novo modelo de governo da sociedade, que se descreve em detalhe no Relatório do Governo da Sociedade, reflecte a opção pelo aperfeiçoamento contínuo, e a existência de estruturas especializadas dedicadas, por exemplo, ao compliance e à gestão de riscos, de comités executivos dedicados às áreas de negócio e aos serviços bancários, bem como o estabelecimento de comissões societárias especializadas, de onde se destacam as Comissões de Stakeholders, Responsabilidade Social e Sustentabilidade e Governo Societário, ilustram o empenho no rigor, transparência e sustentabilidade.

Compliance

O Compliance Office tem por missão assegurar que os órgãos de gestão, as estruturas funcionais e todos os Colaboradores do Millennium bcp cumpram a legislação, regras e normativos (internos e externos) que pautam a sua actividade, por forma a evitar o risco de a instituição incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar e em prejuízos financeiros ou de ordem reputacional, decorrente do incumprimento das leis, regulamentos, códigos de conduta e normas de "boas práticas".

O Compliance Office dispõe de uma estrutura descentralizada, o que permite desenvolver a sua actividade com maior eficiência, rapidez e disseminação. Esta estrutura inclui unidades especializadas, designadamente a Legal Support Division, Financial & Capital Markets Compliance Division, Compliance Division, e Anti-Money Laundering Division, assim como Compliance Office Representatives nas áreas de negócio (Private Banking, Investment Banking & Asset Management, Corporate, Empresas e Retalho) e International Compliance Officers nomeados juntos das operações no exterior na dependência directa do Compliance Officer.

A actividade do Compliance Office centra-se na monitorização do cumprimento das normas e da legislação, no enraizamento de uma cultura de compliance no Millennium bcp, no aconselhamento a várias unidades de negócio, na contribuição para o desenvolvimento de políticas internas, na análise e emissão de pareceres sobre iniciativas regulamentares e na promoção de formação específica para Colaboradores.

No âmbito do cumprimento normativo, o Compliance Office privilegia uma actuação preventiva, tendo uma atitude proactiva, procurando envolver-se na análise dos processos, produtos e serviços financeiros, com vista a assegurar a sua concordância com a legislação em vigor, bem como prevenir eventuais conflitos de interesses.

O Compliance Office, na sua função de prevenção e controlo, procura, também, assegurar que a instituição esteja dotada dos dispositivos ou ferramentas informáticas que garantam uma monitorização eficaz das operações, com vista a permitir a detecção e comunicação às autoridades públicas de operações que indiciariamente sejam suspeitas da prática do crime de branqueamento de capitais.

Outra intervenção do Compliance Office consiste na consolidação do cumprimento pela instituição das actuais recomendações internacionais de *Know Your Customer*, designadamente tomando em consideração as recomendações do Grupo de Acção Financeira Internacional, revistas e alargadas em

2003, que constituem um procedimento importante na luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento ao terrorismo.

Os sistemas de controlo e procedimentos internos na actividade de compliance são complementados através duma acção de formação permanente dos Colaboradores do Millennium bcp com vista a aumentar a percepção daqueles para o cumprimento dos deveres de identificação dos Clientes, de conservação de documentos, de exame das operações e de comunicações de operações suspeitas.

Considerando a experiência adquirida e a necessidade contínua de melhorar a eficácia dos mecanismos preventivos para efeitos do branqueamento de capitais, foram desenvolvidas actividades relevantes, ao longo do ano de 2006, das quais destacamos:

- reforço dos deveres de identificação dos Clientes na abertura de contas de depósito bancário com vista a obter um conhecimento, tanto quanto possível, completo, seguro e permanentemente actualizado dos elementos identificadores dos Clientes, bem como dos seus eventuais representantes e outras pessoas com poderes de movimentação;
- em resultado do cumprimento do dever de exame das operações que se revelaram susceptíveis de integrar os tipos legais do crime de branqueamento de capitais, o Millennium bcp efectuou, em 2006, 229 comunicações à Procuradoria-Geral da República de operações suspeitas de estarem indiciariamente relacionadas com a prática do crime de branqueamento;
- preparação e realização dum amplo programa de formação, adequada ao reconhecimento de operações que possam estar relacionadas com a prática do crime de branqueamento, que foi ministrado aos novos Colaboradores, através do módulo de formação de integração e aos Colaboradores antigos através dos sistemas de formação *e-learning* e *on-job-training*, num total de 3.922 Colaboradores no ano de 2006.

Auditoria

A Auditoria Interna tem por missão contribuir para a realização dos objectivos definidos para o Millennium bcp, assegurando a eficácia e adequação dos sistemas de controlo interno, da gestão de risco e da conformidade dos procedimentos corporativos e a salvaguarda dos interesses e bens patrimoniais do Banco e dos que lhe foram confiados. A sua conduta obedece a linhas programáticas, sancionadas pelo Conselho Geral e de Supervisão e pelo Conselho de Administração Executivo, que estabelecem uma procura constante das melhores práticas, a adopção de um superior padrão de rigor e qualidade, consistentemente aplicado nas actividades desenvolvidas em todas as suas estruturas, o desenvolvimento dos recursos humanos afectos à função e a implementação das iniciativas necessárias e tendentes a incrementar a eficiência e produtividade dos seus recursos.

A actuação da Auditoria Interna segue um Plano Anual de Actividade, aprovado pelo Conselho de Administração Executivo, que respeita as orientações e requisitos específicos definidos pelas Entidades de Supervisão, pelo Conselho Geral e de Supervisão e pelo Conselho de Administração Executivo. A sua execução, bem como as principais recomendações, são objecto de apreciação regular pelo Conselho Geral e de Supervisão, que delegou essa tarefa na Comissão de Auditoria e Risco, e pela Comissão de Auditoria, Segurança e Anti-Money Laundering. Em 2006, no âmbito do seu Plano de Actividades para Portugal e operações do Millennium no estrangeiro, foram realizadas mais de 1.500 actividades de auditoria, enquadradas nas diferentes tipologias de auditoria e de análise, a que



acresce um idêntico volume de pareceres e outras acções *ad hoc*. Destaca-se igualmente, em 2006, o início de um programa de auditorias de qualidade, parte integrante do processo de certificação desenvolvido pelo Banco. Em 31 de Dezembro de 2006, a relação entre o número de Auditores e o número de Colaboradores era de 0,7%.

Auditoria interna

	Colaboradores	Auditores	%
Retalho	6.722	20	0,30
Empresas	933	7	0,75
Private & Asset Management	388	4	1,03
Banca de Investimento	200	4	2,00
Serviços Bancários	1.837	31	1,68
Área Corporativa	771	13	1,69

A intervenção da Auditoria Interna assume-se como estrutura de controlo interno, numa lógica multidoméstica, competindo aos responsáveis da Direcção de Auditoria do Millennium bcp e das direcções congéneres em subsidiárias, designados pelo Conselho de Administração Executivo, a supervisão e coordenação geral das actividades de Auditoria Interna a nível do Millennium.

Violação de normas

	2006	2005
Normas internas	17	30
Normas externas	26	28
Total	43	58

Comunicação de Irregularidades

Com o propósito de adoptar as melhores práticas de governação societária e de reforçar a cultura de responsabilidade e sentido ético que sempre norteou a actuação do Millennium bcp, estão dispostas normas que definem claramente a actuação por parte de qualquer Colaborador que constate actuações ou situações que iniciem a prática de irregularidades.

Com efeito, é responsabilidade de qualquer Colaborador informar tal ocorrência ao primeiro responsável da unidade orgânica que integra os responsáveis pelas actuações ou situações detectadas, dando simultâneo conhecimento à sua hierarquia. Para as situações em que a comunicação pela cadeia hierárquica possa comprometer o alcançar dos objectivos pretendidos, foi instituído, em 2005, um processo alternativo de comunicação de irregularidades que substitui e releva o Colaborador de o realizar perante o responsável da área visada.

Neste sentido, foi especialmente criado um endereço de correio electrónico exclusivamente destinado à recepção de comunicações de alegadas irregularidades que ocorram no Millennium bcp, cuja gestão e encaminhamento é da competência do Conselho Geral e de Supervisão que a delegou na Comissão de Auditoria e Risco, e que por sua vez articula com a Direcção de Auditoria o tratamento a dar às comunicações recebidas, designadamente quanto à necessidade de proceder a diligências de averiguação, salvaguardando a confidencialidade de todo o processo.

Supervisão e Regulação

O Millennium bcp incorpora na sua actuação os princípios subjacentes à supervisão prudencial das entidades reguladoras através de uma gestão prudente e eficaz, contribuindo para a estabilidade de todo o sistema financeiro e para a sua própria robustez e sustentabilidade. No âmbito da supervisão das instituições de crédito, o Banco procura assegurar a todo o tempo níveis adequados de liquidez e solvabilidade e reporta regularmente a informação exigida, dotando a organização com meios materiais, humanos, estruturas organizacionais e procedimentos necessários para dispor de condições apropriadas de qualidade e eficiência, procedendo com diligência, neutralidade, lealdade, discrição e respeito pelos interesses que lhe estão confiados.

No que respeita à sua condição de entidade cotada, emitente de valores mobiliários e de intermediário financeiro sujeito à supervisão da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, o Millennium bcp cumpre os deveres de informação dos factos relevantes sobre o Governo da Sociedade, bem como os deveres relativos a ofertas de valores mobiliários e registo como intermediário financeiro. O Banco procura também ter uma colaboração construtiva face ao desenvolvimento de novas regulamentações e formas de supervisão.

No âmbito do processo de lançamento de uma oferta pública de aquisição do Banco BPI, o Millennium bcp tem também prestado toda a informação e colaboração solicitadas pela Autoridade da Concorrência.

Gestão do Risco

A Gestão dos Riscos é um aspecto fundamental do negócio e da sustentabilidade das instituições financeiras, sendo no Millennium um dos vectores primordiais de suporte a uma política de crescimento, sustentada por um adequado nível de fundos próprios e por uma correcta avaliação e gestão do perfil risco/retorno das diferentes linhas de negócio.

Em todas as entidades que integram o Millennium é assumida uma perspectiva integrada da gestão do risco⁵ nas suas múltiplas vertentes, sendo a sua função de controlo transversal e centralizada no Risk Officer, o qual assegura a implementação da política de gestão de risco aprovada, apoiando ainda o funcionamento da Comissão de Risco e das respectivas subcomissões: Riscos de Mercado e de Liquidez, Risco de Crédito, Risco Operacional e de Acompanhamento do Fundo de Pensões.

No âmbito do modelo de Gestão de Riscos compete ainda ao Risk Officer:

- Assegurar a monitorização global do risco e o alinhamento de conceitos, práticas e objectivos definidos pela Comissão de Risco, propondo medidas para melhorar o seu controlo e implementando os limites aprovados;
- Desenvolver, propor, implementar e controlar a aplicação de um conjunto de metodologias e métricas de avaliação capazes de permitir a correcta avaliação dos riscos incorridos;

⁵ No capítulo “Gestão de Riscos”, do Volume I do Relatório e Contas de 2006, poderá ser encontrado um maior detalhe sobre o modelo de Gestão de Riscos do Millennium bcp.



- Garantir a consistência de princípios, conceitos, metodologias e ferramentas de avaliação dos riscos de todas as unidades de negócio, incluindo as filiais e Sucursais no exterior;
- Assegurar a existência de uma adequada infra-estrutura tecnológica de suporte ao processo de avaliação e monitorização de riscos.

Durante o ano 2006, no âmbito do controlo de riscos, merecem destaque (i) a consolidação do modelo interno de controlo do risco nas suas múltiplas vertentes; e (ii) a continuação do cumprimento das tarefas previamente planeadas no âmbito do projecto relativo à adequação do Millennium aos requisitos do Acordo de Basileia II.

Basileia II corresponde a uma alteração estrutural, a qual tem vindo a ser operada, desde há alguns anos, no Millennium bcp, por exemplo, através de uma crescente utilização de metodologias de avaliação dos diferentes riscos das carteiras, da maior abrangência dos modelos de notação de risco (*ratings e scorings*), da segmentação da abordagem comercial e de risco aos diferentes tipos de Clientes e da melhoria dos níveis de eficiência e de eficácia em processos como a recuperação de crédito.

O Risk Officer assume a responsabilidade da gestão diária e da execução do projecto de implementação do Acordo de Basileia II, delineado em 2005 com base nas conclusões de um estudo preliminar e após o qual, tendo presente os custos, os riscos subjacentes e a materialidade das exposições, o Conselho de Administração Executivo decidiu propor ao Banco de Portugal a adopção das abordagens de Basileia II nos seguintes moldes:

- No que respeita ao risco de crédito, o Millennium bcp e as suas subsidiárias em Portugal, bem como o Millennium Bank na Polónia e na Grécia, utilizariam o método avançado das notações internas (IRB Advanced) e as restantes entidades o método padrão;
- Relativamente ao risco operacional, pretende-se utilizar o método padrão em todas as entidades jurídicas que integram o Millennium bcp. Neste domínio, por forma a acomodar a implementação dos sistemas de gestão em operações com um menor peso na estrutura, tenciona-se propor a adopção temporária do método básico para estas entidades;
- Quanto aos riscos de mercado da carteira de negociação, pretende-se utilizar o método baseado em modelos internos, alavancando no modelo de *Value-at-Risk*, que vem sendo utilizado pelas principais entidades do Millennium.

Assim, no terceiro trimestre de 2007, deverá ser apresentado ao Banco de Portugal um processo de candidatura à utilização das metodologias acima referidas, por forma a permitir a sua adopção a partir do início de 2008, conforme o calendário inicial definido para os Bancos que pretendem utilizar o método avançado das notações internas.

Em termos da preparação para Basileia II, importa ainda sublinhar o esforço de formação de todos os Colaboradores, tendo-se iniciado, em 2006, um programa de *e-learning*, o qual continuará durante o ano de 2007. Este programa será complementado com sessões presenciais específicas destinadas a Colaboradores com responsabilidades nas áreas comerciais e outras unidades internas com intervenção no ciclo de vida do crédito.

Procedimentos

A qualidade dos procedimentos e processos que compõe uma organização e que se reflectem na qualidade dos produtos e serviços prestados aos Clientes, bem como na qualidade da gestão das pessoas e outros recursos, é decisiva para a sustentabilidade de relacionamentos saudáveis e duradouros com os nossos Clientes e demais stakeholders.

O Banco desenvolve assiduamente auscultações à satisfação e qualidade percebida, quer pelos Clientes e Colaboradores, quer ainda à satisfação dos “Clientes Internos” com os serviços prestados pelos serviços centrais. A avaliação ao bom funcionamento dos serviços internos mede-se com recurso a inquéritos *on-line*, disponíveis no portal Intranet do Banco, o que permite uma grande celeridade na análise e identificação de aspectos a melhorar; a implementação de planos de acção de melhoria e, se e quando necessário, o recurso a equipas multidisciplinares de melhoria da qualidade.

Estudos realizados em 2006

Clientes Internos

	N.º Inquéritos	Clientes Inquiridos	Respostas
Estudos Mercado	-	-	-
Inquéritos Rastreio	4	12.434	7.358
Inquéritos.Específicos	4	1.294	958
Tota l	8	13.728	8.316

No âmbito da implementação de um modelo de abordagem de gestão por processos, e com o intuito de reforçar o enfoque numa cultura de excelência operativa, o Millennium bcp criou a Direcção de Transformação Operativa, que tem como missão manter uma visão abrangente e crítica sobre a base de custos do Banco e a qualidade do serviço prestado, tendo por objectivo reinventar o paradigma da actividade bancária na essência dos processos de negócio que a constituem.

Partindo de uma metodologia inovadora e de um entendimento profundo sobre a composição e natureza operativa em cada actividade de negócio, a equipa do Banco dedicada à transformação operativa está capacitada para intervir nos processos de negócio em total coordenação com as restantes unidades organizativas e os responsáveis por processos, identificando as áreas críticas de melhoria e apoiando a implementação de iniciativas de transformação accionáveis e impactantes. Esta nova abordagem tem permitido atingir simultaneamente dois objectivos fundamentais: aumentar significativamente a eficácia dos processos de negócio, permitindo responder e superar as expectativas dos nossos Clientes; e, reduzir os respectivos custos operativos de forma sustentada.

Tem sido dada especial atenção à optimização dos processos de crédito habitação, cartões, depósitos e levantamentos e contas (abertura, manutenção e encerramento), estando previsto o alargamento desta base de trabalho durante 2007.

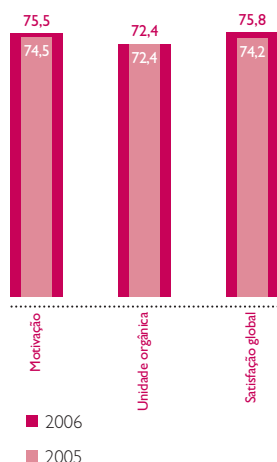
Índice de satisfação nos processos internos

Satisfação Global



UM BOM LUGAR PARA TRABALHAR

Índice de satisfação de Colaboradores



Gestão das pessoas

A gestão das pessoas constitui um dos pilares fundamentais da gestão do Millennium bcp, partindo da constatação de que as pessoas são essenciais para a excelência do serviço prestado aos Clientes, para o funcionamento eficiente do Banco e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável da própria Instituição, bem como da sua responsabilidade, como empresa, gerir de forma responsável e humana os seus Colaboradores.

Colaboradores a 31 Dezembro 2006

	Homens	Mulheres
Alta Direcção	110	13
Direcção	656	136
Total	766	149
Repartição por nível contratual		
16-20	461	70
13-15	818	249
8-12	3.775	1.725
<8	1.671	2.008
Total	6.725	4.052

Motivação e satisfação

A motivação e satisfação dos Colaboradores é essencial para o dinamismo e sustentabilidade do Banco, sendo formalmente gerida através de um Sistema de Gestão da Satisfação dos Colaboradores, o qual permite aferir (i) níveis de satisfação e motivação; (ii) factores críticos que influenciam estes dois vectores; (iii) impacto das políticas de gestão das Pessoas do Millennium bcp; bem como (iv) identificar, desenvolver e avaliar aspectos de melhoria.

Em 2006, a satisfação e motivação dos Colaboradores evoluiu favoravelmente face ao estudo anterior, reportado a 2005, destacando-se a melhoria da satisfação dos Colaboradores da rede comercial. Os resultados globais e por áreas foram divulgados e analisados com as respectivas estruturas, tendo sido definidas medidas concretas a implementar por área, com o objectivo de melhorar os indicadores de satisfação e motivação.

Estudos realizados em 2006

Colaboradores	N.º Inquéritos	Colaboradores	Respostas
Estudos Mercado	1	5.848	4.605
Inquéritos Rastreio	6	18.054	13.157
Inquéritos Específicos	1	330	218
Total	24.232	17.980	

O inquérito anual à satisfação dos Colaboradores foi, pela primeira vez em 2006, simultaneamente enviado a todos os Colaboradores, em todas as operações do Millennium, em Portugal e no

estrangeiro, tendo-se verificado uma elevada participação ao nível das melhores práticas internacionais, o que reflecte o interesse dos Colaboradores no presente e futuro da organização.

Avaliação do desempenho e a recompensa

A par do processo de aconselhamento e avaliação anteriormente referido⁶, o Millennium bcp instituiu um Sistema de Incentivos, aprovado pelo Conselho de Administração Executivo em 2006, com a finalidade de motivar os Colaboradores através da atribuição de uma remuneração variável, a qual se baseia no reconhecimento do desempenho e contributo para os resultados anuais, ao nível individual e ao nível da equipa em que o Colaborador está integrado.

Colaboradores por escalão salarial 2006

Escalões salariais anuais em milhares de euros

	Homens	Mulheres
≥100	310	34
[90-100[79	22
[80-90[107	20
[70-80[154	43
[60-70[184	53
[50-60[368	94
[40-50[838	280
[30-40[1.939	656
[20-30[1.883	1.558
[10-20[643	1.088
<10	220	204

A natureza contingente deste benefício radica, não apenas na expressão que assumir anualmente o desempenho individual e colectivo, mas também na qualidade e volume dos resultados obtidos pelo Banco. Adicionalmente, a sua atribuição e o montante global a considerar, dependem também de deliberação da Assembleia Geral Anual e dos termos e condições a fixar em cada ano pelo Conselho de Administração Executivo.

Gestão do talento

Os resultados do trabalho comum não podem deixar de considerar igualmente o mérito e a medida da contribuição individual, pelo que a identificação de talentos potencialmente mais elevados e o seu desenvolvimento e crescimento são preocupação presente no processo de recrutamento e na avaliação e aconselhamento dos Colaboradores.

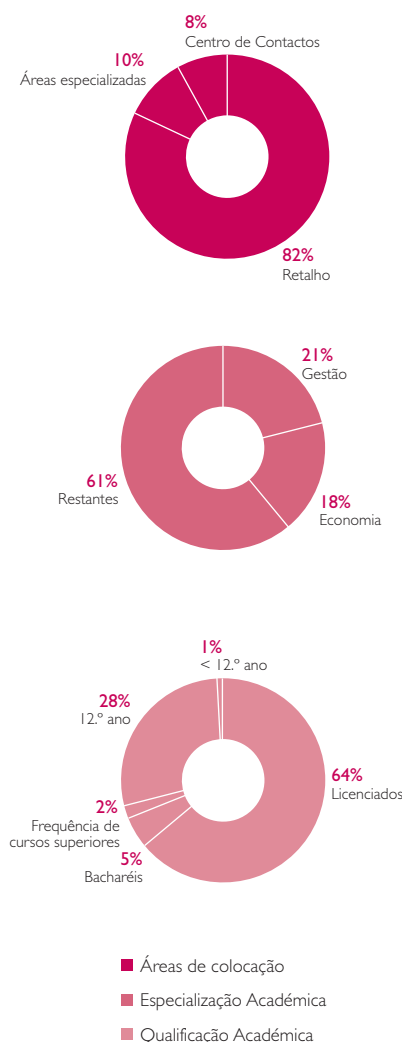
No ano 2006, lançaram-se as bases para a definição de programas específicos para Colaboradores de elevado potencial, os quais terão formação adequada ao desenvolvimento das suas competências e às perspectivas de carreira dentro do Banco.

Também neste âmbito, em 2006, desenvolveu-se um processo de apreciação das competências dos elementos de gestão de topo no Millennium bcp e nas operações no estrangeiro, para discussão com os próprios e com os membros do Conselho de Administração Executivo dos aspectos relativos ao modo como desempenham as suas funções, aos resultados da sua actividade e à relação com os seus pares e Colaboradores sob sua responsabilidade, principalmente com o objectivo de melhoria de todas as características próprias que possam contribuir para melhores performances individuais e da Equipa de Gestão.



⁶ vide página 35

Caracterização dos Colaboradores admitidos em 2006



Recrutamento, mobilidade e gestão de carreiras

O Millennium bcp procurou dinamizar durante o ano 2006, junto de candidatos e Colaboradores internos, a Internet (site institucional) como forma privilegiada do envio de candidaturas, tendo recebido por esta via um total de 6.399 candidaturas, perfazendo 80% do total de candidaturas recebidas. A todos os candidatos é dado idêntico tratamento, independentemente da área a que se destinam. No final do processo há lugar a uma entrevista com o Júri de Selecção, composto por membros da Alta Direcção do Banco, que emite um parecer final, competindo, em exclusivo, ao Conselho de Administração Executivo a decisão final sobre a admissão de novos Colaboradores.

No que diz respeito à actividade de Recrutamento, efectuaram-se 1.551 entrevistas, 1.169 Testes Psicotécnicos, 69 Testes Telefónicos e 683 candidatos foram presentes a Júri de Selecção. Durante 2006, foram admitidos 391 Colaboradores com idade média de 25 anos, tendo-se privilegiado a frequência de cursos superiores e a equidade entre Homens e Mulheres, representando estas últimas 46% das admissões efectuadas.

A dinamização da mobilidade interna convergiu para um melhor balanceamento entre a força de trabalho afectada às Áreas Comerciais e a dos Serviços Bancários e Corporativos. Assim, do total de rotações que foram promovidas, resulta um saldo positivo de reforço das Áreas Comerciais de cerca de 18%.

Em Dezembro, foi lançado o Programa de Desenvolvimento de Competências Comerciais, com o objectivo de atrair Colaboradores dos Serviços Centrais com potencial para funções comerciais no Retalho, dando oportunidade de desenvolver novas competências através de uma experiência com uma forte componente formativa e de acompanhamento, possibilitando a estes Colaboradores novos desafios e perspectivas de carreira.

Formação

O empenho na formação dos Colaboradores materializa-se quer nas acções organizadas por iniciativa do Banco, quer no incentivo dado a cada um dos Colaboradores para que, por iniciativa própria, procurem desenvolver as suas competências (está instituído um Programa de Incentivo à Qualificação Académica), verificando-se a possibilidade dos Colaboradores se inscreverem, através de uma nova plataforma de gestão da formação, em cursos a efectuar na modalidade de *e-learning* para desenvolvimento de competências específicas nas áreas da microinformática, das operativas e dos produtos e serviços bancários.

Matriz estratégica de formação



No conjunto de programas de formação realizados em 2006, quer sejam de índole estratégica ou operacional, quer sejam transversais ao Banco ou específicos, foram ministradas 296.586 horas de formação, abrangendo 47.453 participantes. Comparando este desempenho com o ano anterior, verifica-se um forte incremento no número de horas ministradas e no número de Colaboradores envolvidos nas diferentes acções de formação. O número de horas de formação por Colaborador passou de 16 para 26, aproximando-nos do objectivo estabelecido de 35 horas, e o número médio de acções por colaborador aumentou de 1,5 para 4,1.

No âmbito da gestão da formação, destaca-se, em 2006: (i) a introdução de uma maior coordenação da gestão da formação com o processo de aconselhamento e avaliação do Banco, que permitiu uma identificação mais directa de necessidades formativas individuais no momento de avaliação e aconselhamento e (ii) o processo de avaliação da formação ministrada, um desenvolvimento assumido no âmbito do Processo de Certificação da Gestão das Pessoas introduzido na generalidade dos programas ministrados, que procura avaliar a satisfação com a acção de formação e o nível de aquisição de conhecimentos.

Em 2006, a par da continuação da formação no âmbito do Programa Mais Prestige, da formação de acolhimento e integração, do programa de formação em Gestão de Pessoas, da formação em línguas e da formação em áreas de *back-office* e IT, merecem realce os seguintes programas de formação de matriz estratégica:

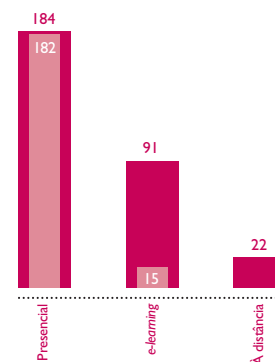
- Programa de Aconselhamento Financeiro – Dirigido aos Colaboradores que acompanham Clientes do segmento Prestige, teve por objectivo (i) aumentar a proficiência na discussão de soluções financeiras com os Clientes, (ii) promover a utilização da ferramenta de aconselhamento financeiro e (iii) aprofundar o domínio das principais soluções de investimento;
- Vendas Não Presenciais – Com o intuito de aumentar a conveniência para os Clientes e simplificar o processo das vendas, este programa de formação teve como objectivo dar a conhecer a solução de Vendas Não Presenciais e a sua complementaridade com os programas M3 (Menos carga operacional, Mais eficácia comercial e Melhor serviço), ministrado em 2005, e Mais Prestige, reforçando o desenvolvimento de competências de comunicação e contactos *outbound*;
- Private Banking – Teve por objectivo desenvolver e aperfeiçoar competências de relacionamento e negociação junto dos Clientes Private Banking. A metodologia da acção assentou essencialmente em métodos de formação activos (casos, simulações e *roleplays*), e a promoção da formação contínua dos Colaboradores por parte das chefias.

No que respeita à formação associada a projectos transversais à organização, destacam-se em 2006:

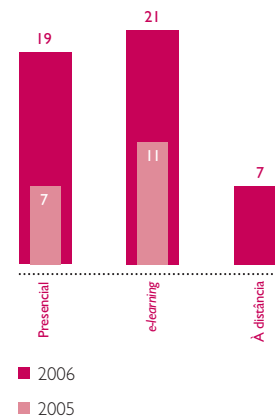
- Processo de Certificação da Qualidade – No âmbito do processo de certificação da qualidade de inúmeros processos de negócio do Millennium bcp (foi também certificado o processo de Gestão de Pessoas), a formação desenvolvida apoiou os Colaboradores no processo formativo subjacente à certificação da qualidade, avaliando também os conhecimentos sobre os processos em que cada um está envolvido;
- Basileia II – No âmbito do Acordo Basileia II, que exige às Instituições Financeiras uma adaptação a novos requisitos regulamentares e a novos métodos e ferramentas de suporte à Gestão de Risco, iniciou-se, em 2006, um programa de formação sobre o novo acordo de capital e as suas implicações para o Millennium bcp, tendo abrangido 1.534 Colaboradores na primeira fase, prevendo-se a sua extensão a todos os Colaboradores em 2007;

Actividade de formação por plataforma

Formação (milhares de horas)



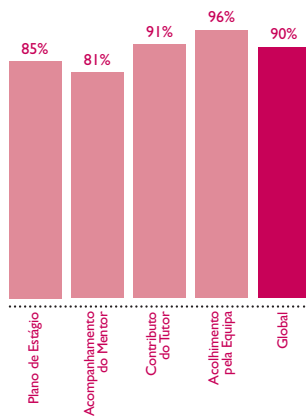
Colaboradores abrangidos (milhares)





Avaliação dos Estágios

Grau de satisfação dos Estagiários



Grau de satisfação dos Mentores e Tutores Estagiários



- Compliance e Branqueamento de Capitais – Tendo como principal objectivo assegurar que a actividade bancária seja organizada e monitorizada de forma eficiente e responsável, a formação tem incidido, numa primeira fase, na informação das regras, regulamentos e indicadores de alerta, pretendendo-se abranger todos os Colaboradores de acordo com as suas funções. Esta formação envolveu 3.922 participantes.

Estágios

O Millennium bcp tem vindo a reforçar a sua presença junto dos jovens universitários. Neste âmbito, lançou um programa, intitulado *Come and Grow with Us*, inspirado nas melhores práticas internacionais de atracção de jovens com talento, que promove o recrutamento de estudantes de elevado potencial e o desenvolvimento das suas competências profissionais.

Em Portugal, foram três os âmbitos de acção em 2006:

- Presenças nas Universidades: apresentações, *workshops* subordinados ao tema “A Estrutura da marca Millennium bcp” e Feiras de Emprego;
- Visitas ao Millennium bcp: foi concedida a 157 estudantes, seleccionados das áreas científicas mais relevantes para o Banco, a oportunidade de realizarem visitas organizadas a áreas como a Sala de Mercados do Banco, a Millennium tv, o Centro de Contactos e o Business Support Division;
- Estágios de Verão: entre Julho e Setembro de 2006, o Banco acolheu 82 Estagiários de Verão (seleccionados entre 510 candidatos) por um período entre um e três meses, em 23 unidades orgânicas. Os estágios foram planeados tendo em conta o perfil de cada estagiário, constituindo desafios profissionais relevantes e uma oportunidade única de desenvolvimento de competências a estudantes a partir do segundo ano do curso, com bons resultados académicos.

O sucesso do Programa de Estágios de Verão beneficiou do desenvolvimento de um Roteiro de Estágio, com toda a informação relevante sobre o programa, pormenorizado e com metas traçadas, para o qual o Millennium bcp contou com o apoio da Dynargie Human Side of Business. A cada estagiário foram atribuídos um tutor e um mentor, elementos directivos do Banco, que desempenharam um papel fulcral no acompanhamento e na motivação dos estagiários, bem como na avaliação do seu potencial. A integração e apoio proporcionado pelas equipas que acolheram os estagiários contribuíram também de sobremaneira para assegurar o êxito desta iniciativa, que recolheu um grau de satisfação global por parte dos estagiários de 90%.

Os Estagiários de Verão receberam uma bolsa de estágio e participaram em sessões de abertura e de encerramento conduzidas pelo Presidente do Conselho de Administração Executivo, que os convidou a estarem presentes no Dia Aberto do Millennium realizado em Outubro de 2006.

O Millennium bcp pretende encontrar entre estes jovens universitários de talento uma futura geração de gestores. Com efeito, entre os estagiários que já terminaram a licenciatura, 50% já são Colaboradores no Banco à data de Dezembro de 2006.

O impacto positivo desta experiência entre os universitários e os elevados níveis de atractividade alcançados pelo Millennium bcp reflectem-se igualmente num aumento significativo das inscrições recebidas para os diversos eventos do programa *Come and Grow With Us* a realizar em 2007.

Testemunhos de alguns estagiários

Inês Santos Silva

Economia, Universidade Católica Portuguesa

Estágio: Risk Office

“Eu acho que foi quando houve a sessão de acolhimento... o Dr. Paulo Teixeira Pinto falou da importância que têm os Colaboradores no Millennium e é verdade... é o fundamental no estágio. A parte humana é muito importante.”

Vítor Roma

Economia, Faculdade Economia – Universidade do Porto

Estágio: Retalho – Norte

“Após o primeiro mês de aprendizagem e o estágio nas Sucursais, tivemos a fase de projecto, em que tivemos de trabalhar a implementação da coreografia na gestão diária das Sucursais, no meu caso. E foi uma oportunidade excelente para contactar com o terreno, perceber como é que os profissionais, as pessoas que contactam diariamente com o Cliente entendem a questão, e dar o nosso contributo naquilo que nos pareceu mais relevante, para incrementar essa melhor prática no Banco.”

Cláudia Cruz

Economia, Universidade Católica Portuguesa

Estágio: Unidade de Produto de Crédito

“A oportunidade de preparação desta campanha foi fantástica, porque uma coisa é estarmos a trabalhar por alto... outra é participar numa coisa que realmente está a acontecer. Acho que em termos de valorização do trabalho de quem vem de uma faculdade e vem muito a medo – “O que é que eu vou para ali fazer?”; “Será que vão valorizar alguma coisa do que eu faço?” – aqui foi totalmente proveitoso...”

João Freitas

Gestão, Universidade Católica Portuguesa

Estágio: Marketing – ActivoBank7

“No Millennium bcp há a possibilidade de nós, de hoje para amanhã, sermos destacados para a Grécia, Polónia, agora até para Angola ou Moçambique, o que é certamente uma mais-valia para quem vem trabalhar para o Millennium bcp.”

Tiago Tarré

Gestão, Universidade Católica Portuguesa

Estágio: Fundos de Investimento – Gestão de Activos

“Eu acho que foi excelente. O meu estágio acabou e tenho recomendado a imensas pessoas mais novas que estão a começar a vida académica a, se tiverem a oportunidade, de fazerem o seu. De facto, foi um estágio pensado ao milímetro. Tínhamos um programa completo, tudo definido, o que fazer a cada dia, praticamente a cada hora. É difícil encontrarmos um estágio semelhante a este.”

Inês Santos Silva



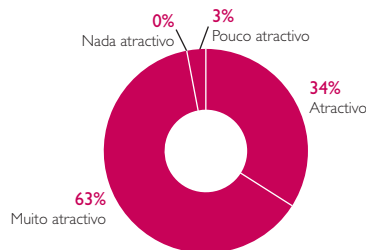
Vítor Roma



Cláudia Cruz



Atractividade do Millennium bcp para os estagiários no final do estágio



Objectivos do Programa de Estágios

- Atrair e reter jovens talentos com potencial;
- Estabelecer contacto directo com os alunos;
- Aferir, *on-the-job*, competências genéricas e específicas;
- Proporcionar experiências valiosas aos estagiários;
- Contribuir para a ligação Universidade-Empresa;
- Potenciar a atractividade do Millennium bcp no meio universitário;
- Desenvolver estágios de referência.

Excelência

O Millennium bcp, como prática anual normal, voltou a distinguir os Colaboradores que pelo seu desempenho profissional e capacidade de trabalho devem servir de exemplo a seguir por todos os Colaboradores do Banco, face ao nível de verdadeira excelência que alcançaram. Assim, no Dia Aberto, que se realizou em Outubro de 2006, foram entregues Prémios de Excelência a 47 Colaboradores que se distinguiram nas operações domésticas e internacionais.

Reestruturações

As preocupações de eficiência continuaram a justificar que o Banco continuasse a dar particular atenção à evolução do seu quadro de pessoal, designadamente em Portugal, num contexto de elevada intensidade competitiva, globalização, especialização, informatização e *outsourcing*, que se reflectem na importância da eficiência e flexibilidade, pelo que prosseguiu em 2006 a política de redimensionamento, rejuvenescimento e requalificação do seu quadro de Colaboradores.

O processo de redimensionamento continua a ser caracterizado essencialmente por negociações individuais com cada Colaborador, respeitando critérios predefinidos, que têm em conta a idade, o tempo de serviço e desempenho, tendo sido concluídos cerca de 400 acordos de reforma e outras saídas, o que permitiu igualmente continuar a recrutar um número significativo de jovens, e por esta via manter o equilíbrio do quadro de Colaboradores no que se refere à estrutura etária.

Igualdade de oportunidades

O Millennium bcp procura assegurar que todos os Colaboradores sejam tratados de forma digna, justa e com igualdade de oportunidades, reprovando qualquer tipo de práticas discriminatórias. Para assegurar estas directrizes, a Instituição dispõe de normas e procedimentos e disponibiliza aos Colaboradores informação completa, no portal de Intranet do Banco, sobre os seus direitos e deveres, oportunidades de formação e progressão na carreira que, para além da colaboração da sua hierarquia, têm o apoio do seu patrono, um mentor da Alta Direcção do Banco que acompanha os Colaboradores ao longo de toda a sua carreira e que constitui um elemento distintivo do Millennium bcp, ilustrando a importância que o Banco concede à gestão das pessoas e em particular à igualdade de oportunidades.

Políticas e práticas de recrutamento e selecção transparentes e com procedimentos que promovem a imparcialidade, a disponibilização de informação sobre opções e programas de formação a todos os Colaboradores, e políticas de gestão de carreiras que promovem a aquisição de novas competências e enriquecimento profissional dos Colaboradores reflectem o empenho do Banco em promover a igualdade de oportunidades. Em complemento a estes mecanismos, os Colaboradores dispõem também de uma Comissão de Trabalhadores, que se reúne regularmente com o Conselho de Administração Executivo do Banco para discussão de matérias relativas aos direitos e deveres dos Colaboradores.

Condições de trabalho

Infra-estruturas

O Millennium bcp procura que as suas instalações proporcionem condições de trabalho distintas, não constituindo factor de risco para a saúde dos Colaboradores, mas também que sejam funcionais e que contribuam para o conforto e concentração dos Colaboradores no desenvolver da sua actividade, dando especial atenção às soluções de luz, temperatura, mobiliário e manutenção das instalações, cumprindo todas as normas exigidas.

Higiene e Segurança no Trabalho

A actuação do Millennium bcp na área da Higiene e Segurança no Trabalho tem como finalidade assegurar os mais elevados padrões de qualidade nas condições de trabalho dos Colaboradores do Banco. O Millennium bcp cumpre na íntegra todas as exigências legais sobre as actividades de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, assegurando uma monitorização permanente das instalações de todo o Banco. Esta monitorização traduz-se em visitas periódicas às instalações, conduzindo a análises que têm como objectivo detectar disfunções, como sejam a qualidade ergonómica, a qualidade do ar, o nível de ruído e a iluminação dos espaços.

Higiene e segurança no trabalho

	2006	2005
Visitas de HST	181	230
Análises à qualidade do ar	4	5
Acidentes de trabalho	77	74
Vítimas mortais	1	-

O Millennium bcp tem a sua responsabilidade de empregador, decorrente do regime jurídico de acidentes de trabalho e doenças profissionais regulamentado pela Lei 100/97, de 13/09, assegurada pela Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. Em caso de sinistro, a seguradora diligencia o encaminhamento e tratamento mais adequado do trabalhador sinistrado e, em conjunto com os Serviços de Medicina do Banco, acompanha o processo de recuperação no sentido de agilizar os melhores meios no tratamento do Colaborador.

O Millennium bcp cumpre com as directrizes e convenções da ILO – International Labour Organization.

Benefícios sociais e empresa familiarmente responsável

O princípio da conciliação do trabalho com a vida familiar está presente na cultura empresarial do Millennium bcp, em que a excelência do desempenho é valorizada e premiada, mas incentivando que a mesma seja exercida em harmonia com o desenvolvimento humano, pois é essa que

Distinção pela intervenção na área social

Prémio Cidadania das Empresas e Organizações, organizado pela AESE e pela PricewaterhouseCoopers



Infra-estruturas de apoio disponíveis no TagusPark

Ginásio



Creche



valoriza os Colaboradores como cidadãos responsáveis. Profissionais cujo melhor exemplo é o de uma vida bem distribuída entre trabalho, deveres de cidadania, fruição das actividades lúdicas e do convívio social, sem que qualquer das vertentes tome o espaço próprio das restantes. Pretende-se que os Colaboradores constituam um conjunto de pessoas que estão bem consigo, mas também com a vida e com a profissão, porque a empresa em que trabalham lhes permitiu desenvolver todas as vertentes da vida e não apenas a componente profissional.

Para além dos benefícios estipulados por Lei e estabelecidos na regulamentação colectiva acordada com os Sindicatos do sector, o Millennium bcp tem o compromisso de atribuir aos Colaboradores, e suas famílias, benefícios sociais que ultrapassam amplamente a protecção social que qualquer empresa deve legalmente assegurar:

Os Colaboradores dispõem de benefícios financeiros de apoio à educação dos seus filhos e de um Fundo Social, que se traduz na prestação de apoio financeiro, sob a forma de empréstimos e subsídios a fundo perdido, para resolução de problemas sociais que, pela sua natureza ou circunstância, devam ser considerados fora do âmbito dos outros benefícios.

O Millennium bcp apoia também a Creche e o Health Club localizados nas instalações no TagusPark, único local onde a concentração de Colaboradores permite assegurar esta oferta, proporcionando um aumento substancial de conveniência para os Colaboradores aí colocados.



Fundo de pensões

Os benefícios de maior relevo para o Banco referem-se à reforma dos Colaboradores. O Millennium bcp tem vindo a fazer dotações para o fundo de pensões, não só para cobrir a retribuição base a que os acordos colectivos de trabalho obrigam, mas também o complemento salarial livre que o colaborador auferir, bem como a pensão de sobrevivência em caso de morte ou de incapacidade total, pelo que, nestas condições, todos os Colaboradores terão a sua pensão de reforma melhorada em relação ao disposto na contratação colectiva do sector.

A componente complementar do fundo de pensões que, sem qualquer obrigatoriedade legal, constitui instrumento de melhoramento das pensões de reforma dos Colaboradores, foi alterada, em 2006, passando de um esquema de benefício definido para um esquema de contribuição definida, permitindo uma menor sensibilidade aos movimentos, por vezes bruscos, dos mercados financeiros, que podem determinar grandes variações dos montantes relativos ao financiamento anual do benefício projectado, colocando em causa a sua sustentabilidade. Doravante, o financiamento deste Complemento tornar-se-á anualmente mais coerente e previsível, permitindo, de uma forma mais eficiente, a monitorização, a longo prazo, dos valores patrimoniais que serão convertidos em benefícios a partir dos 65 anos de idade de cada Colaborador. Caso, no momento da atribuição do complemento, o novo esquema de contribuição definido resulte num benefício inferior ao que seria obtido com o esquema de benefício definido, o Banco assegurará, para os Colaboradores abrangidos pelo anterior esquema, a reposição desta diferença.

A par desta alteração, foi ainda criado um plano pessoal, de contribuição definida e contributivo, de opção livre e financiado totalmente pelo participante, tendo também sido introduzida a portabilidade do complemento de reforma.

Crédito a Colaboradores

No conjunto dos benefícios concedidos aos Colaboradores, destaca-se ainda o acesso a crédito com condições vantajosas para a aquisição de habitação própria e para outros fins sociais, representando um importante contributo social do Banco para com os Colaboradores e respectivas famílias. A taxa de juro média em 2006 foi de 2,25% , para a aquisição de habitação própria, e de 3,27% , para o crédito destinado a outros fins sociais.

Crédito concedido a Colaboradores

Valores em milhões de euros

	2006		2005	
	Crédito	Colaboradores	Crédito	Colaboradores
Carteira (saldo em 31/12/2006)				
Habitação	1.085	13.078	1.103	13.533
Fins sociais	36	5.882	42	6.897
Crédito concedido (nova produção)				
Habitação	123	1.337	151	1.612
Fins sociais	14	1.351	16	1.731

Saúde dos Colaboradores

Os Colaboradores do Millennium bcp beneficiam de um conjunto alargado de soluções que proporcionam todos os serviços necessários ao nível de assistência médica e cuidados de saúde. O Banco assegura o acompanhamento, orientação e complementaridade nos cuidados de saúde, com base nos mais elevados padrões de qualidade e excelência, apoiando, sem excepção, todas as situações clínicas dos seus Colaboradores.

Os Colaboradores do Banco têm a possibilidade de aderir a um seguro de saúde gerido pela Médis, actualmente o primeiro sistema de saúde não público em Portugal quanto ao número de segurados e quanto à dimensão da rede médica e hospitalar. A Médis protagoniza uma nova cultura assistencial na saúde privada em Portugal, tendo introduzido o conceito de *managed care*, de forma rigorosa e com elevada garantia de qualidade, ao longo dos seus dez anos de actividade.




Os Colaboradores do Banco podem também inscrever-se nos Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS), geridos pelos Sindicatos do sector: Os SAMS asseguram aos seus beneficiários a protecção na saúde através da prestação interna de cuidados de saúde e da atribuição de comparticipações por despesas realizadas fora dos seus serviços.

O Banco dispõe ainda de uma área de Serviços de Medicina própria, com unidades localizadas em diversos pontos do País, onde são prestados Serviços de Medicina Curativa e Medicina do Trabalho. Estes serviços asseguram a assistência médica aos Colaboradores e a realização dos *check-ups* regulares. Os Serviços de Medicina têm um posicionamento complementar aos planos de saúde da Médis e do SAMS, bem como do Serviço Nacional de Saúde. Para os casos clínicos considerados mais graves, existe a possibilidade de recorrer à Clínica Universitária de Navarra, em Pamplona, no âmbito de cobertura específica do seguro de saúde que os Colaboradores do Banco dispõem para estes casos.

Todos os serviços de assistência médica disponibilizados aos Colaboradores do Millennium bcp são extensíveis aos cônjuges e filhos dependentes, permanecendo válidos com a passagem dos Colaboradores à situação de reforma.



Serviços de medicina

	2006	2005
Consultas efectuadas		
Medicina do trabalho 	7.777	7.832
Medicina curativa	22.914	26.931
Check-ups efectuados 		
Colaboradores no activo	6.919	7.929
Colaboradores reformados	1.014	1.158
Seguro de Saúde - Clínica Universitária de Navarra⁷ 		
Pessoas abrangidas	41.555	51.854
Número de consultas	731	800
Número de internamentos	201	182
Prémio de seguro ⁸ (mil euros)	2.173	2.364

Clube Millennium bcp

O Clube Millennium bcp tem por objectivo contribuir para a melhoria do bem-estar dos seus 32 mil associados, que abrangem Colaboradores do Millennium bcp no activo e em situação de reforma, bem como os seus familiares, sendo actualmente o maior clube cultural e desportivo de âmbito empresarial em Portugal. Tendo por lema “Viva o seu tempo livre”, o Clube desenvolve inúmeras actividades de carácter cultural, desportivo, recreativo e social, bem como actividades em benefício da Comunidade, das quais se destacam:

- Entrega das receitas do III Grande Prémio de Kayak de Mar à Fundação do Gil;
- Apoio à Viagem à Disneylândia das Crianças da Madeira, levada a cabo pela Acreditar - Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro;
- Recolha mensal de donativos dos sócios do Clube para a Acreditar;
- Convite a Crianças desfavorecidas e ao cuidado de várias Associações de Lisboa e do Porto para participarem no Dia Mundial da Criança que o Clube tem promovido;
- Oferta de bilhetes a Crianças em risco, da Associação Resgate, para assistirem ao espectáculo *Cats*;
- Convite a crianças de várias instituições para participação nas Festas de Natal promovidas pelo Clube em Lisboa e no Porto e entrega de brinquedos especialmente oferecidos pelos Jovens do Clube;
- Dinamização dos Clubes de Dadores de Sangue e de Medula Óssea criados em 2005;
- Participação na Corrida Porto-Lisboa, organizada pelo Clube Stress, com vista à angariação de fundos para a aquisição de dez carrinhas de transporte de deficientes.

⁷ A informação do Seguro Clínico de Navarra referente ao ano de 2006 foi obtida em 11 de Janeiro de 2007.

⁸ O critério para determinação do prémio de seguro pago foi alterado em 2006, passando a incluir o prémio de resseguro à ACUNSA e o prémio de assistência Médica.

Na sua oferta de eventos, o Clube dedica uma particular atenção aos Reformados do Millennium bcp, com programas e acções que lhes são especificamente dirigidos, bem como aos filhos menores dos Colaboradores, organizando ATL's, cursos de Inglês em Inglaterra, campos de férias e outras iniciativas em condições favoráveis. Todos os membros do Clube beneficiam ainda de condições favoráveis num conjunto alargado de lojas e serviços em vários sectores de actividade.

O Clube Millennium bcp tem-se caracterizado por fornecer factores positivos para neutralização do stress gerado pelo desgaste na prossecução dos objectivos, favorecendo assim o desempenho individual e colectivo, bem como por fazer realçar a identidade e o espírito de coesão das equipas pela socialização baseada nos gostos e preferências manifestados. Contribui, ainda, para estimular a competitividade sadia, gerando um ambiente de trabalho mais aberto e saudável, permitindo o conhecimento e a confraternização entre as Famílias, estimulando o bem-estar pessoal e emocional dos Colaboradores e influenciando a relação eficácia-cultura no seio do Banco.



COMPROMISSO COM AS GERAÇÕES FUTURAS

76	Compromisso Ambiental
76	Projecto Millennium bcp Ambiente
76	Consumo de Recursos
78	Emissões Poluentes
80	Conservação da Natureza
80	Concordância
81	Compromisso com a Sociedade
81	Promover o Conhecimento
83	Promover a Cultura
84	Apoiar a Comunidade



COMPROMISSO AMBIENTAL

Projecto Millennium bcp Ambiente

O projecto Millennium bcp Ambiente, no âmbito da parceria, iniciada em 2005, com o Instituto do Mar – pólo da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, concluiu, em 2006, o diagnóstico ambiental à actividade do Banco, tendo apresentado propostas de melhoria do seu desempenho ambiental e efectuado trabalhos de preparação para a futura definição e implementação de uma política ambiental. Foi também preparada a informação ambiental para o reporte de sustentabilidade e desenvolvida investigação sobre avaliação de desempenho ambiental e sustentabilidade no sector financeiro (do qual resultaram duas publicações, uma delas numa conferência internacional).

O diagnóstico ambiental realizado analisou o exame das práticas e procedimentos de gestão ambiental em termos directos (água, águas residuais, resíduos, energia, emissões atmosféricas e resposta a emergências) e indirectos (decorrentes de critérios de investimento e concessão de financiamentos e da selecção de fornecedores), a análise da legislação com relevância ambiental, o cálculo de indicadores de ecoeficiência, o esforço necessário à certificação pela Norma ISO 14001:2004 e EMAS, a identificação de aspectos e impactes ambientais significativos, o relacionamento do Banco com os "Stakeholders Ambientais" e a identificação de medidas prioritárias. O desenvolvimento da política ambiental é o passo natural que se seguirá a este diagnóstico, reforçando o compromisso da gestão de topo nesta área.

Ao nível do relacionamento com os Fornecedores, o Banco tem um peso relevante em múltiplos mercados, podendo influenciar e promover a criação de bens e serviços com elevados padrões de desempenho ambiental. Os Fornecedores representam uma grande parte das implicações ambientais em termos de ciclo de vida dos produtos e serviços disponibilizados. De entre os mais importante em termos ambientais, encontram-se os relacionados com as actividades de consumo de electricidade, manutenção de instalações, impressão, limpeza, jardinagem e restauração. O diagnóstico ambiental realizado permitiu detectar margens de melhorias significativas no controlo ambiental destes Fornecedores.

Actualmente, os Fornecedores integram os objectivos ambientais do Banco, sendo sujeitos a algumas exigências nos cadernos de encargos, nomeadamente no que diz respeito aos resíduos e aos agentes químicos. A Carta de Princípios para Fornecedores aprovada pelo Millennium bcp constitui um passo importante para a gestão dos impactes ambientais a montante da cadeia produtiva do Banco.

Consumo de recursos

Água

O Millennium bcp não é um consumidor intensivo de água, mas ainda assim está empenhado em melhorar a eficiência da utilização deste recurso. O total de água consumida nas instalações sanitárias, limpeza, rega de jardins e circuitos diversos perfaz um total anual de cerca de 305.000 m³. A origem da água é, na maioria dos casos, a rede pública, à excepção de parte da água consumida no TagusPark, que tem origem num furo que abastece todo o complexo empresarial.

Nas instalações do Millennium bcp, no TagusPark, existe um sistema de drenagem, recolha e bombagem para reaproveitamento de excedentes de água de rega. A estratégia do Banco relativamente a esta área passa sobretudo pela sensibilização dos seus Colaboradores para a poupança de água, pela monitorização de consumos e detecção de discrepâncias ocasionadas por fugas ou desperdícios de água e pela instalação de mecanismos de poupança.

Materiais

O material que o Millennium bcp consome em maior quantidade é o papel (não reciclado). Os esforços de redução de consumo já implementados permitem uma diminuição dos seus principais impactes negativos, nomeadamente do abate florestal, bem como a diminuição da energia dispendida e da poluição gerada no seu fabrico. Depois do papel, são os tinteiros e toners, seguidos de outros consumíveis de escritório, que representam a lista dos materiais mais usados pelo Banco.

Os consumos dos diversos materiais têm vindo a ser reduzidos, ou pelo menos optimizados, em consequência de uma série de medidas implementadas. A informatização dos serviços (portal com possibilidade de realização da maior parte das actividades bancárias), que tem vindo a ser implementada, há alguns anos, tem permitido a desaceleração do consumo de recursos.

Consumo de recursos

	2006	2005
Água (milhares de m ³)	305	350
Papel e cartão (ton)	1.054	1.363
Toners e tinteiros (un)	11.113	31.942
Plásticos (ton)	97	93

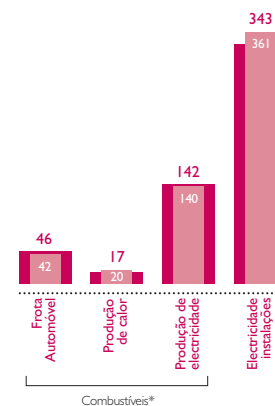
Em 2006, o Banco iniciou um projecto denominado *Office Printing*, com o qual se obtém acréscimos significativos de eficiência na gestão, padronização e manutenção dos diversos equipamentos de impressão, tais como faxes, impressoras, digitalizadores e copiadoras. Prevê-se a diminuição do número de aparelhos para cerca de metade durante os próximos cinco anos, o que contribui para a diminuição do consumo de energia, a redução do consumo de papel em 20% e a optimização do consumo de tinteiros e toners. Com este projecto, verificou-se, em 2006, uma redução de cerca de 15.400 toners face ao ano anterior.

Energia

O consumo de energia tem um efeito directo nos custos operacionais, estando igualmente relacionado com diversos impactes ambientais. Os principais consumos de energia do Millennium bcp destinam-se à climatização, equipamentos eléctricos e transportes.

A utilização de energia eléctrica origina impactes que não têm carácter local mas sim na vizinhança dos centros electroprodutores. A utilização da electricidade é fácil e limpa, mas a sua produção (quando não feita a partir de fontes renováveis) e transporte causam diversos impactes: alterações climáticas pela emissão de gases de efeito de estufa, depleção de recursos não renováveis (petróleo, carvão e gás natural), afectação da biodiversidade e destruição de ecossistemas pela inundação causada por albufeiras, campos electromagnéticos associados às linhas de alta tensão, produção de resíduos perigosos e contaminação de águas e do ar com poluentes acidificantes, eutrofizantes ou tóxicos.

Consumo directo de Energia (TJ)



■ 2006

■ 2005

* Frota automóvel: gasóleo
Produção de calor: gasóleo e gás natural
Produção de electricidade: gás natural



Das acções implementadas ou em curso para melhorar a eficiência energética, destacam-se as seguintes iniciativas:

- Sistema de cogeração, instalado desde 1995 no TagusPark, o qual resulta mais eficiente do que produzir electricidade e calor separadamente. A central de cogeração utiliza gás natural para a produção de electricidade, recuperando calor para o aquecimento de água, que é usada no sistema de climatização;

Central de cogeração do TagusPark

	2006	2005
Gás Natural consumido (1.000 m ³)	3.673	3.616
Electricidade produzida (MWh)	12.188	13.112
Calor produzido (TJ)	50,6	71,9
Electricidade vendida (MWh)	673	862

- Gestão técnica centralizada nos edifícios do TagusPark, do Palácio Atlântico e do Banco de Investimento Imobiliário da Rua do Ouro;
- Plano de gestão da energia do Millennium bcp, que consiste num sistema de monitorização dos consumos de energia eléctrica, gás e água de todas as instalações do Banco, que inclui auditorias energéticas aos edifícios e instalações que apresentam os maiores consumos de energia eléctrica;
- Estudo relativo à instalação de baterias de condensadores em 31 instalações do Millennium bcp para redução da energia reactiva. As estimativas realizadas apontam 14 dessas instalações, nas quais é economicamente viável a instalação das baterias de condensadores;
- Estudo para redução da energia na iluminação;
- Acompanhamento da nova legislação relativa ao Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios, o que implicará a adopção de uma nova metodologia a partir de 2007. Note-se que os edifícios são uma das áreas que apresentam maior crescimento do consumo energético em Portugal, representando aproximadamente 60% da electricidade vendida, com substanciais potenciais de redução.

Emissões poluentes

Gases com efeito de estufa e outras emissões atmosféricas

As emissões de GEE do Millennium bcp podem ser divididas entre emissões directas e emissões indirectas: as emissões directas resultam da queima de combustíveis na cogeração, caldeiras e frota automóvel própria; as indirectas resultam da aquisição de electricidade (emissões do sistema electroprodutor) e viagens (emissões dos transportadores).

Durante a actividade do Banco são emitidos gases acidificantes, eutrofizantes e precursores do ozono troposférico. Estas emissões – óxidos de azoto (NOx), monóxido de carbono (CO) e compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVNM) – resultam sobretudo da queima de combustíveis na cogeração, nas caldeiras e na frota automóvel.

Emissões atmosféricas

	(Unidade: Ton)	
	2006	2005
Gases com efeito de estufa		
CO ₂	53.972	56.281
CH ₄	0,34	0,33
N ₂ O	0,24	0,24
Total CO₂ equivalente	54.053	58.064
Outras emissões		
CO	18,0	16,59
NO _x	40,2	38,31
COVNM	3,45	3,18

O Banco é ainda responsável pela emissão de substâncias deplectoras da camada de ozono (SDCO), que resultam de fugas de produtos refrigerantes dos sistemas de climatização. No conjunto das instalações do Banco subsistem ainda sistemas, nos quais o fluido refrigerante utilizado é o CHF₂Cl (HCFC-22) vulgarmente conhecido por R22. As recargas registadas na manutenção permitem quantificar as emissões deste gás para a atmosfera.

Efluentes líquidos

A geração de efluentes líquidos implica a existência de um sistema de tratamento ou a eventual poluição do meio receptor; em locais habitualmente afastados do gerador dessa poluição. A actividade do Banco consiste essencialmente na prestação de serviços dentro das zonas urbanas, pelo que produz essencialmente águas residuais domésticas que são recolhidas e tratadas nos sistemas municipais. A carga poluente lançada pode ser estimada a partir do número de Colaboradores, tendo-se estimado a carga poluente de sólidos suspensos totais (SST), carência bioquímica de oxigénio (CBO₅), carência química de oxigénio (CQO), azoto (N) e fósforo (P). Estes indicadores estão associados à presença de contaminantes orgânicos, depleção de oxigénio e riscos de eutrofização das águas. Como o número de Colaboradores tem vindo a diminuir, também as emissões destes poluentes diminuem. Estima-se que o volume de efluentes líquidos descarregados, em 2006, ascenda a 180.000 m³.

Em termos de aproveitamento de água da chuva para sistemas de rega, o Millennium bcp possui um depósito de 200 m³ no TagusPark destinado a esse fim.

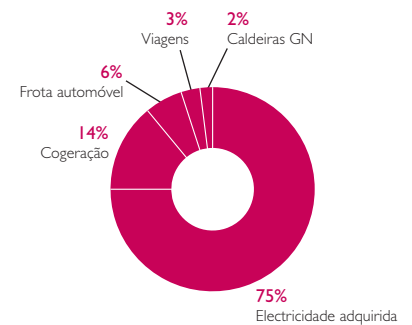
A actividade nas instalações do Millennium bcp apresenta baixo risco de acidentes que possam originar impactes ambientais significativos, não se tendo verificado derrames de substâncias perigosas.

Resíduos

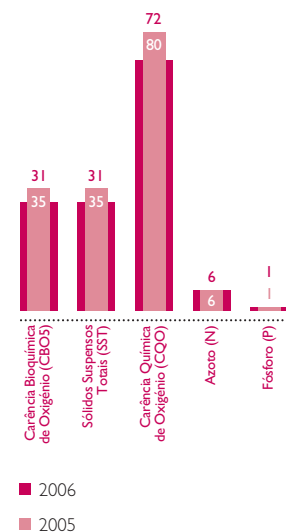
À semelhança de outros serviços, o Banco gera resíduos sólidos urbanos. Grande parte destes resíduos é passível de valorização (reciclagem ou regeneração). Os restantes resíduos devem sofrer tratamento e/ou serem encaminhados para destino final, o que normalmente implica impactes ambientais superiores à valorização – poluição atmosférica e resíduos no caso da incineração, risco de contaminação das águas subterrâneas no caso de aterro.

Os principais resíduos gerados pelo Millennium bcp são papel e cartão, plásticos, tinteiros e toners, e equipamentos obsoletos, incluindo resíduos de equipamento informático. De entre estes, são perigosos os tinteiros e toners e grande parte dos equipamentos obsoletos. Nos locais de maior produção, nomeadamente nos armazéns do grupo, os resíduos de papel e cartão são recolhidos por operado-

Gases com Efeito de Estufa



Carga poluente descarregada



res autorizados pelo Instituto dos Resíduos. Para além destes resíduos encaminhados para valorização ou tratamento, alguns Colaboradores do Banco adoptam voluntariamente boas práticas de triagem e colocação de resíduos de papel e embalagens em ecopontos.

Desde 2003 que existe um procedimento que permite que os tinteiros e *toners* usados sejam recolhidos e reencaminhados para valorização. Uma parte destes resíduos é doada a duas instituições de solidariedade social – Ajuda Médica Internacional (AMI) e Fundação do Gil – que por sua vez asseguram um destino final adequado.

O equipamento obsoleto é encaminhado para operadores autorizados que procedem ao seu tratamento e/ou valorização. O Millennium bcp tem também necessidade de destruir microfílmes antigos. Estes resíduos encontram-se armazenados para serem entregues a um operador autorizado que promova a sua destruição (recuperando prata), cumprindo assim todos os requisitos legais, ambientais e de confidencialidade. Em 2006, a quantidade de resíduos gerados pelo consumo de água engarrafada ultrapassou os 2,4 milhões de garrafas e 1,2 milhões de copos de plástico, tendo sido consumidos aproximadamente 1,5 milhões de litros de água.

Encaminhamento para tratamento e valorização

	2006	2005
Papel e cartão (ton)	693	552
<i>Toners</i> e tinteiros (un)	2.498	6.733
Equipamento informático obsoleto (un)	5.476	1.185
Outro equipamento obsoleto (un)	-	850

A diminuição aparente do encaminhamento de *toners* para tratamento em 2006 face ao ano anterior é explicada pela implementação do projecto *Office Printing* que, em primeiro lugar, diminuiu o consumo destes materiais e, em segundo lugar, transferiu a responsabilidade dos resíduos gerados para o fornecedor desses serviços de manutenção. Ainda assim, podemos afirmar que cerca de 60% da “produção indirecta” de resíduos de *toners* é encaminhada para tratamento e valorização, de acordo com o estipulado na lei.

O incremento no valor de equipamento informático obsoleto deveu-se também ao projecto *Office Printing*.

Conservação da Natureza

O Millennium bcp detém terrenos de características urbanas, rústicas e mistas. Os prédios urbanos, pelas suas características e envolvimento, não são ricos em biodiversidade. Os restantes, se estiverem localizados em áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas e/ou em sítios da Rede Natura 2000, podem ser considerados como locais importantes para a salvaguarda de espécies ou *habitats* protegidos. Nestes locais, as actividades humanas deverão ser compatíveis com os valores ambientais. De um total de cerca de 382 ha de terrenos rústicos e de 89 ha de terrenos mistos, foi possível verificar que pelo menos 84 ha estão localizados em *habitats* ricos em biodiversidade (Sicó/Alvaiázere: 11 ha, com uma área impermeável de 0,5%; Alvão/Marão: 57,6 ha, com uma área impermeável de 0,2%; e Carregal do Sal: 15,4 ha).

Concordância

Em 2006, à semelhança do ano transacto, não se registou qualquer incidente ou multa pelo não cumprimento das declarações, convenções, tratados internacionais, legislação nacional, regional e local de carácter ambiental.



COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM A SOCIEDADE, NOS DOMÍNIOS DO CONHECIMENTO, DA CULTURA E DO APOIO À COMUNIDADE, SÃO UMA CONSEQUÊNCIA DA POSTURA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL QUE CARACTERIZA O MILLENNIUM BCP.

O contributo do Millennium bcp incide sobre diversas áreas da Sociedade, nas quais o Banco procura não só apoiar áreas essenciais para o desenvolvimento do País mas também apoiar os mais desfavorecidos. Uma parte importante da acção do Banco é concretizada através da Fundação Millennium bcp, cuja missão está estreitamente ligada à do Banco que a instituiu. A Fundação foi criada para, de uma forma especializada, transmitir à comunidade em que se insere uma das vertentes fundamentais da sua Cultura: a Responsabilidade Social, entendida como a participação activa no desenvolvimento da Sociedade, atenta às áreas mais representativas em termos de identidade cultural, às faixas da Sociedade mais carenciadas ou desprotegidas e promovendo junto das gerações mais novas uma “Cultura de Excelência”, contribuindo para uma melhor preparação académica e cultural, face aos desafios actuais.

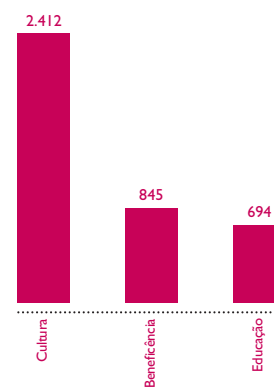
Promover o conhecimento

O conhecimento, e a sua promoção e partilha, assume uma importância acrescida no processo de formação geracional, imprescindível para enfrentar os desafios e complexidade com que as sociedades modernas se deparam. Sem conhecimento e formação, a afirmação e o progresso sustentado da Sociedade resulta dificultado, senão impossibilitado. O Millennium bcp assume, também neste domínio, o compromisso de activamente intervir no sentido de promover a partilha de conhecimento, por considerar que, apesar de extravasar o que poderá ser considerado como a sua actividade central, é certamente uma atitude responsável e coerente com a visão de sustentabilidade preconizada.

Esta foi a motivação do Millennium bcp para, conjuntamente com 12 outras empresas de referência a operar em Portugal, nos mais diversos sectores, dinamizar a constituição, em 2005, da Associação Aprender a Empreender – Junior Achievement Portugal, congénere portuguesa da Junior Achievement WorldWide, a qual é um projecto, de longo prazo, que abrangeu, no ano lectivo de 2005/2006, aproximadamente sete milhões de estudantes dos 5 aos 25 anos, em 41 países, através de programas de formação que visam promover uma cultura empreendedora, leccionados por cerca de 60 mil voluntários.

Em Maio de 2006, a Associação Aprender a Empreender concluiu, com assinalável sucesso, um programa-piloto designado Economia para o Sucesso, com o qual, de forma complementar ao programa escolar oficial, se pretendeu introduzir a temática do empreendedorismo a alunos do 9.º ano de escolaridade.

Actividade de Mecenato e Donativos em 2006
Valores em milhares de euros



Aula inaugural do programa-piloto Economia para o Sucesso na Escola Secundária Miguel Torga, na Amadora



Este programa teve a duração de seis semanas e, como é prática usual da Junior Achievement, foi leccionado por voluntários das empresas que constituem a associação, com a colaboração dos professores do ensino básico das turmas seleccionadas para o programa-piloto, tendo sido abrangidos 1.075 alunos, de sete escolas da zona metropolitana de Lisboa. A iniciativa foi implementada por 80 voluntários das 13 empresas associadas, entre os quais se contavam 12 voluntários do Millennium bcp.

Em Novembro de 2006, este programa foi implementado de forma mais abrangente, tendo sido envolvidos mais de 6.200 alunos do 9.º ano de escolaridade, em 52 escolas públicas da área metropolitana de Lisboa, contando com a participação de 56 voluntários do Millennium bcp.

Apoiar a Educação e a Investigação

A Educação é uma área em que a promoção da “Cultura da Excelência” adquire especial importância e significado. Neste sentido, o Millennium bcp tem pautado, de forma especial, a sua actuação pela celebração de acordos com universidades de referência, nomeadamente a Universidade Nova de Lisboa (UNL) e a Universidade Católica Portuguesa (UCP), para atribuição de bolsas de estudo para frequência de cursos de MBA em ambas as universidades e para a frequência do primeiro LL.M (*Master of Laws*) em Portugal na UCP. Esta iniciativa abrangeu também candidatos oriundos de países europeus onde o Millennium bcp tem presença comercial estratégica.

Com o mesmo objectivo foram celebrados protocolos com aquelas universidades, para a criação de *endowed chair* apoiadas pelo Millennium bcp, com a finalidade de recrutar professores de renome internacional nas áreas de finanças e marketing.

Prossegue ainda o programa de bolsas de estudo criado e acompanhado pelo Millennium bcp destinado a alunos provenientes dos países africanos de expressão portuguesa, que frequentam universidades portuguesas.

A Investigação tem sido objecto de apoios do Banco, com particular incidência na investigação médica, nomeadamente o apoio ao IPATIMUP – Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto, para um programa de investigação e divulgação, na área de oncologia e oncobioologia. Foi ainda apoiada a editora Principia para publicação do Manual de Bioética, que constitui uma obra de referência no seu âmbito.

Projecto EcoBlock – investigação sobre desempenho ambiental

O Millennium bcp tem apoiado em regime de mecenato científico o projecto EcoBlock, desenvolvido pelo Instituto do Mar e pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. O método EcoBlock tem como objectivo descrever, de forma clara e comparável, o desempenho ambiental de produtos, organizações ou projectos. A aplicação do método permite atribuir um rótulo ambiental a um produto, informar o consumidor; simplificar o reporte de sustentabilidade, apoiar a selecção de fornecedores, estabelecer metas de gestão ambiental, comparar diferentes soluções de *design* de um projecto ou produto ou suportar medidas de política ambiental.

O método EcoBlock recorre a sete indicadores: extracção de água; extracção de recursos; uso do solo; emissão de gases com efeito de estufa; outras emissões atmosféricas; emissão de poluentes hídricos e resíduos. Trata-se de indicadores independentes entre si e que retratam uma vasta gama de efeitos ambientais, caracterizando, de forma adequada, a grande maioria dos produtos e actividades. A informação é recolhida de forma padronizada, recorrendo-se principalmente aos sistemas de

gestão ambiental das próprias organizações ou a informação estatística oficial publicada, o que permite elevada robustez e comparabilidade dos resultados. Os dados, na sua maioria, são os mesmos requeridos pelas normas de reporte da GRI (Global Reporting Initiative). Ao ser utilizado como complemento do reporte ambiental, segundo as directrizes da GRI, o método acrescenta uma mais-valia em termos da interface da organização com os recursos ambientais, dando mais ênfase e possibilidades de reporte aos indicadores complementares propostos por aquela organização.

Trata-se, no fundo, de uma forma simplificada de obter uma análise de ciclo de vida, permitindo uma aplicação desta técnica muito mais vasta e expedita do que é comum hoje em dia. A grande inovação do método tem a ver com a padronização da informação e com o conceito de transferência do desempenho ambiental ao longo da cadeia de valor; através da atribuição de um rótulo ambiental quantitativo aos sucessivos produtos envolvidos. Pelo seu potencial para as empresas, o método tem sido, desde a sua concepção original, em 2001, sempre financiando por estas. Desde então, têm sido desenvolvidos vários exemplos da aplicação prática em Portugal, nomeadamente em matéria de construção, electricidade, *ecodesign* de projectos turísticos e imobiliários, *ecodesign* de mobiliário e outros.

Actualmente, a par com o exame de outros casos-estudo, encontra-se em desenvolvimento o Sistema de Informação EcoBlock, para o cálculo e sistematização de indicadores de referência. A base de dados subjacente integra informação da literatura científica, de estatísticas oficiais e de inquéritos e estudos de casos desenvolvidos no âmbito da investigação.

Este trabalho de investigação foi já objecto de diversas publicações nacionais e internacionais. O Millennium bcp associa-se a este trabalho inovador, demonstrando a sua aposta na investigação científica nacional.

Promover a cultura

O Millennium bcp tem tido especial intervenção nas áreas da Recuperação do Património, dos Museus e da Música. Se a Cultura, em toda a sua abrangência, tem um papel fundamental no desenvolvimento da Sociedade, estas três áreas tocam simultaneamente várias facetas desse desenvolvimento e constituem factores fundamentais para a preservação da identidade cultural do País.

Durante o ano 2006 o Millennium bcp deu continuação às múltiplas actividades na promoção da Cultura, onde se destacam algumas intervenções:

- Protocolo plurianual com o Instituto Português de Museus, ao abrigo do acordo com o Ministério da Cultura, constituindo-se o Millennium bcp como mecenas exclusivo dos seguintes museus:
 - Museu Nacional de Arte Antiga, tendo-se destacado, em 2006, as exposições *Grandes Mestres da Pintura, Coleção Rau* (95 pinturas de mestres fundamentais da pintura europeia desde o início do Renascimento Italiano até à década de 1940/50) e *Frei Carlos e o Belo Portátil*;
 - Museu Nacional Soares dos Reis.
- Protocolo com o Teatro Nacional de São Carlos, igualmente ao abrigo do acordo com o Ministério da Cultura, constituindo-se o Millennium bcp como mecenas exclusivo daquele Teatro;

Mecenas exclusivo do Museu Nacional de Arte Antiga, do Museu Nacional Soares dos Reis e do Teatro Nacional de São Carlos

Exposição *Frei Carlos e o Belo Portátil* no Museu Nacional de Arte Antiga



O Desterrado, século XIX [1872].
Museu Nacional Soares dos Reis



Millennium bcp mecenas exclusivo do Teatro Nacional de São Carlos



Grande Prémio Anteciparte Millennium bcp



Atribuição do Prémio SPA Millennium bcp



- Apoio à terceira Edição da exposição colectiva de arte contemporânea – Anteciparte – que resulta de um concurso dirigido a todos os estudantes finalistas das várias escolas de arte nacionais, que se candidatam com os seus *portfolios*. Com base nestes *portfolios*, o Júri reúne e selecciona um grupo que entende melhor representar a selecção desse ano;
- Apoio à Sociedade Portuguesa de Autores, com a atribuição do Prémio SPA Millennium e do Prémio Jovem Autor; iniciativa que visa distinguir os melhores criadores nacionais, dos já consagrados ou emergentes;
- Recuperação de Património – Restauros na Igreja de S. Nicolau.

Apoiar a Comunidade

As intervenções do Millennium bcp têm-se concretizado essencialmente no apoio a instituições especializadas em áreas diversas, como: a protecção, acompanhamento e encaminhamento de crianças abandonadas; apoio a pessoas com deficiência; protecção a jovens portadores de doenças imunitárias; protecção a idosos em situação de extrema carência social e económica e, de uma forma geral, a todas as camadas da população que se encontram em risco de exclusão.

Durante o ano 2006, o Millennium bcp deu sequência ao apoio a diversas instituições de beneficência, como forma de materializar os seus objectivos nesta área, de onde se destacam:

- Fundação *Pro Dignitate* – Fundação de Direitos Humanos;
- AFID – Associação Nacional de Famílias para Integração da Pessoa Deficiente;
- CADIN, instituição especializada no acompanhamento de jovens e adultos com problemas de aprendizagem e desenvolvimento;
- Ponto de Apoio à Vida, Associação de Solidariedade Social, para apoio às grávidas em dificuldade.

A Educação, a Saúde e a Acção Social, em geral, constituem nos PALOP os principais factores de desenvolvimento, mas é também nestas áreas que se verificam as principais carências. Esta situação requer uma conjugação de esforços, para a qual o Banco entendeu dever contribuir; apoiando acções levadas a efeito por entidades especializadas com credibilidade e experiência reconhecida em qualquer destas áreas.

Merece destaque a colaboração do Banco com a Fundação Ulls del Món (Espanha) para a implementação de um projecto na área de Oftalmologia, do Hospital Central de Maputo, em Moçambique. O projecto visa responder a um conjunto de carências detectadas nesta Unidade Hospitalar; nomeadamente as necessidades ao nível da formação e especialização em patologias específicas, no uso de novas tecnologias e técnicas cirúrgicas, proporcionando o desenvolvimento das competências dos profissionais locais. Foi realizado um curso dedicado ao uso da técnica de facoemulsificação do cristalino, considerado actualmente o sistema mais avançado na extracção de cataratas, e no uso de novos equipamentos para o tratamento e diagnóstico. A Fundação Ulls del Món prevê, ao longo de 2007, continuar a promover as importantes acções de formação no Hospital Central de Maputo, aprofundando a transferência de conhecimentos teóricos e práticos dirigida aos profissionais deste Hospital, sobretudo na aplicação da técnica de facoemulsificação.

O Millennium bcp colaborou também, em parceria com a FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, em projectos orientados para a realização de acções nos domínios da formação e do ensino, designadamente a nível universitário, em Angola e Moçambique.

Especial relevo ainda para o apoio concedido pelo Banco a organizações não-governamentais e de desenvolvimento (ONDG) e outras instituições que actuam junto das populações mais carenciadas, promovendo iniciativas na área da Saúde, da Educação básica e Agricultura com vista à sua preparação para a auto-subsistência.

Banco Alimentar

O apoio do Millennium bcp à iniciativa do Banco Alimentar Contra a Fome prosseguiu, em 2006, após a renovação do protocolo no final de 2005, dando continuação a uma parceria que teve o seu início no arranque deste projecto, em 1992. O Millennium bcp está fortemente empenhado em contribuir para a continuação desta parceria com o Banco Alimentar Contra a Fome, procurando sempre o reforço do seu compromisso em apoiar o trabalho exemplar desenvolvido por esta instituição.

O apoio que o Millennium bcp presta ao Banco Alimentar assume duas modalidades: uma contribuição mensal financeira que permite adquirir uma tonelada de alimentos por mês e ainda a oferta dos sacos utilizados nas duas recolhas anuais de alimentos em grandes superfícies comerciais. Diariamente, 204 mil pessoas em Portugal, das quais 55 mil na região de Lisboa, são alimentadas graças ao apoio monetário do Millennium bcp ao Banco Alimentar contra a Fome.

Durante as campanhas organizadas em 2006, o Banco Alimentar Contra a Fome recolheu em Portugal mais de 1.500 toneladas de géneros alimentares, representando um crescimento assinalável face a 2005. As campanhas realizadas envolveram diversas superfícies comerciais espalhadas por diferentes zonas do País, tendo suscitado uma enorme adesão do público e dos voluntários que quiseram colaborar.

Os géneros alimentares recolhidos são posteriormente distribuídos por um total de 1.380 Instituições de Solidariedade Social, a mais de 219 mil pessoas com carências alimentares comprovadas. A distribuição é levada a cabo com recurso a Instituições de Solidariedade Social certificadas pelo Banco Alimentar Contra a Fome como estando em condições de avaliarem *in loco* a real situação de carência alimentar das pessoas objecto da sua assistência e de lhes darem o destino adequado.

Patrocínios

A atribuição de patrocínios tem como premissa a obtenção de retorno, traduzido nas contrapartidas oferecidas em troca do patrocínio e que permitem à marca Millennium bcp obter visibilidade e reconhecimento.

No entanto, esta lógica não deixa de parte o papel social que o Millennium bcp tem na melhoria da Sociedade em que se insere. Áreas como a Cultura, Educação e Solidariedade são acarinhadas, revelando-se no apoio dado a Museus e Teatro, Instituições Académicas e Entidades de Solidariedade Social. O conjunto destas áreas são a base para um desenvolvimento sólido da Sociedade, para a qual o Millennium bcp tem a possibilidade de contribuir. A conjugação de retorno com a possibilidade de contribuir para a Sociedade são os pilares da estratégia de patrocínios.

■ Formação em técnicas de oftalmologia promovida pela Fundação Ulls del Món, com a colaboração do Millennium bcp, no Hospital Central de Maputo, Moçambique



Millennium bcp patrocinador principal do Rock in Rio



Rock in Rio

Em 2006, voltou a realizar-se o festival de música Rock in Rio em Lisboa, dando continuidade à experiência de 2004. Uma vez mais, o Millennium bcp assumiu a posição de patrocinador principal do maior festival de música do mundo. A edição de 2006 do Rock in Rio foi um autêntico sucesso, tendo levado cerca de 360 mil visitantes ao Parque da Bela Vista durante os cinco dias de espectáculo. Mais de 60 artistas nacionais e internacionais passaram pelo Palco Mundo, pelo Hot Stage e pela Tenda Electrónica ao longo dos dois fins-de-semana de espectáculos, com diferentes estilos musicais para agradar a todos os gostos. O Parque da Bela Vista foi transformado numa verdadeira cidade. A cidade do Rock, com 200 mil metros quadrados, apresentou espaços de diversão e lazer para os diferentes públicos e para todas as idades.

O Millennium bcp já está definitivamente associado ao maior festival de música do mundo, tendo sido considerado pelo público a marca de referência deste evento. O Banco foi uma das estrelas do Rock in Rio, não só por ser o patrocinador principal mas pela onda de alegria que conferiu à festa. A cor Millennium fez parte do festival, com as cinquenta mil cabeleiras oferecidas, os quinze mil cabelos pintados e as vinte mil t-shirts do Banco que “cresce na palma da mão”. Este reconhecimento é a prova de que a marca Millennium bcp já está consolidada na mente do público como marca de referência. Para a história ficam também os cerca de vinte mil Clientes convidados através das diversas promoções do Banco, com destaque para a acção de cartões que teve início em Novembro de 2005.

O Millennium bcp esteve presente em diversos pontos do recinto com várias iniciativas. O principal destaque foi o stand Millennium, com vista privilegiada para o Palco Mundo, por onde passaram artistas como Sting, Santana, Red Hot Chili Peppers, Guns N' Roses, Anastacia e Roger Waters – sem esquecer os principais grupos nacionais, como Xutos e Pontapés, GNR e Da Weasel. Foi aqui que decorreu grande parte da animação, devidamente assegurada pelos elementos do stand, que assumiram uma verdadeira postura Millennium, distribuindo simpatia e sorrisos por todos os presentes. A Torre Millennium, instalada no topo do stand, permitia ainda uma vista privilegiada sobre todo o recinto.

O Espaço Kids foi outro motivo de interesse. Recebeu muitos jovens visitantes que aproveitaram ao máximo as diversas actividades e brincadeiras e, enquanto os pais ouviam a música, os filhos tocavam num palco especialmente criado para o efeito. A Tenda VIP foi, igualmente, um espaço em grande destaque. Para além de patrocinador da tenda, o Millennium bcp teve o seu espaço Prestige, um recinto exclusivo que recebeu a visita de 500 Clientes convidados.

O Millennium bim esteve também presente no maior festival de música do mundo com a vinda de seis Clientes vencedores do concurso “Com o cartão de crédito Flamingo Visa, Eu vou ao Rock in Rio”. Naturais de várias partes de Moçambique, nomeadamente, Buzi, Nampula, Tete e Maputo, os convidados desfrutaram de momentos de grande emoção e foram a confirmação do sucesso da campanha desencadeada pelo Millennium bcp. Segundo um dos vencedores, o M de Millennium é, certamente, “M de Mais Pra Mim”. De salientar que a criatividade desta campanha foi premiada no primeiro Festival Internacional de Publicidade de Maputo. Como patrocinador principal de um dos maiores festivais de música do Mundo, o Millennium bcp reitera o seu apoio a um projecto que, para além de entretenimento, tem associada uma vertente social, cujo objectivo é melhorar as condições de vida das crianças portuguesas, através da intervenção de toda a população. Na edição de 2006, o projecto social do Rock in Rio esteve direccionado, tal como

em 2004, para entidades que promovem o bem-estar de crianças e jovens. As entidades seleccionadas nesta edição foram:

- ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal;
- FENACERCI – Federação Nacional das Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas: Projecto Snoezelen;
- Movimento ao Serviço da Vida: apoio à recuperação da Quinta do Pombeiro.

Cerca de metade dos portugueses considerou o Rock in Rio Lisboa o maior evento realizado em Portugal, no ano 2006, tendo classificado o festival de música patrocinado pelo Millennium bcp como o grande acontecimento deste ano e o terceiro maior da última década, depois da Expo'98 e do Euro 2004.

O Rock in Rio irá regressar a Lisboa em 2008, integrando o projecto de política cultural e de responsabilidade social do Millennium bcp. A ambição é fazer, em 2008, o melhor Rock in Rio de sempre. A próxima edição do Rock in Rio Lisboa ocorrerá em simultâneo em dois locais, não sendo ainda conhecidos, sabendo-se apenas que será também numa capital de um país onde o Millennium bcp está presente.

Árvore de Natal

Com a oferta da Árvore de Natal, pelo terceiro ano consecutivo, à cidade de Lisboa, o Millennium bcp assume o compromisso com todos aqueles que se revejam no espírito de Natal para que essa celebração seja um momento de partilha e intimidade, consagrado como símbolo do Natal Português.

Como irresistível atracção, a Árvore de Natal do Millennium bcp foi diariamente visitada e admirada por cerca de três milhões de pessoas, concedendo à marca Millennium bcp significativa notoriedade e elevado registo na memória colectiva, em todos quanto contactaram com este projecto.

A capacidade de desencadear emoções e de juntar pessoas em seu redor levou o Banco a premiar as melhores imagens daquela que foi a "estrela" maior da paisagem natalícia da cidade. O Millennium bcp promoveu dois concursos de fotografia que se propunham registar os melhores momentos da Árvore e que perpetuaram no tempo, através de mais de 2.300 fotos, a recordação desta iniciativa, como fonte inspiradora também de Arte.

À sombra da maior Árvore de Natal da Europa, cresceu uma iniciativa de solidariedade. Para o centro de desenvolvimento infantil Diferenças reverteram as receitas dos postais de Natal, que foram vendidos com o jornal Público. O tema foi a Árvore e o espírito do verdadeiro Natal, valores sempre presentes num Banco que está próximo das pessoas.

Natal das Comunidades de Leste

Num gesto de partilha inspirado pela maior Árvore de Natal da Europa, o Banco, ao prolongar o encerramento da Árvore de Natal Millennium bcp, fazendo-o coincidir com o dia da comemoração do Natal das diversas comunidades de Leste, assume o compromisso de dar plena expressão à sua política de Responsabilidade Social.

Na maior festa oferecida às comunidades de Leste no nosso país, o Millennium bcp reuniu mais de oito mil pessoas na Praça do Comércio, junto do maior símbolo de Natal português, promovendo o

A maior Árvore de Natal da Europa



Arte Partilhada

Exposição Júlio Resende



Exposição Dordio Gomes



espírito da família e contribuindo para a promoção e realização do bem-estar geral, inspirado pelos valores da Vida e da Solidariedade.

Património

Como forma de dar a conhecer aos Clientes e público em geral o acervo do Millennium bcp foram desenvolvidas, ao longo de 2006, diversas iniciativas no âmbito do conceito de Arte Partilhada, em que o Banco não se limita ao apoio financeiro às iniciativas de que é mecenas, mas procura partilhar com todos a arte que possui.

Neste âmbito decorreram, por iniciativa do Millennium bcp, as exposições dedicadas ao Mestre Júlio Resende, em Lisboa, entre 2 de Março e 30 de Abril, na Sociedade Nacional de Belas-Artes e em Valongo, entre 7 de Maio e 25 de Junho, no Lugar do Desenho.

Foi também efectuado o empréstimo de 11 quadros e dois frescos do acervo do Millennium bcp para a exposição de Dordio Gomes, no Museu Nacional Soares dos Reis, que decorreu entre 14 de Dezembro e 28 Fevereiro de 2007.

Foram ainda cedidas obras do acervo do Banco para a retrospectiva de Amadeu de Souza-Cardoso, na Fundação Calouste Gulbenkian, entre 14 de Novembro e 14 de Janeiro de 2007, tendo também sido cedidas obras de Raúl Perez para a exposição que teve lugar, em Famalicão, na Fundação Cupertino de Miranda, entre 7 de Outubro e 2 de Dezembro.

Ainda integradas neste conceito, decorreram várias exposições de numismática em diversas Sucursais do Millennium bcp, nomeadamente:

- Diversas exposições de peças alusivas ao Marquês de Pombal, inseridas no final das comemorações dos 250 anos do Terramoto de 1755;
- Exposição na Sucursal do Banco no Mercado – Praça da República, nas Caldas da Rainha, a qual constituiu uma visita à época de Bordalo Pinheiro ao longo dos seus 70 anos de vida, no centenário da morte do artista e da comemoração dos 130 anos da criação da figura do “Zé Povinho”;
- Exposição na Sucursal da Rua do Ouro, em Lisboa, de uma mostra de numismática com os rostos dos Reis e Presidentes da República de Portugal.

O Millennium bcp prosseguiu ainda a política de conservação e restauro do seu acervo, tendo promovido o restauro de cerca de 200 peças, durante o ano de 2006, sendo de relevar a intervenção em 130 peças de mobiliário e em mais de 40 obras de pintura. Refira-se, pela sua dimensão e especificidade, o restauro de um biombo do séc. XVIII.

Adicionalmente, e no âmbito da conservação e divulgação do património arqueológico, o Millennium bcp prosseguiu a actividade museológica desempenhada pelo Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), integrado no edifício pombalino situado na Baixa de Lisboa, constituído por um espaço com características singulares, no qual é possível percorrer 2.500 anos da História de Lisboa, tendo aquele Núcleo organizado, durante 2006, diversas visitas guiadas, bem como permitido o acesso regular do público a este espaço de elevado interesse histórico..



























PRINCIPAIS INDICADORES

92	Síntese de Indicadores
94	Presença Geográfica
96	Modelo Organizacional
97	Participações em Organizações Nacionais e Internacionais
98	Relatório de Verificação Emitido pela KPMG
99	Parecer do Conselho Geral e de Supervisão
100	Correspondência de Indicadores GRI e Adequação aos princípios do Global Compact para o Millennium bcp
104	Indicadores e Critérios de Cálculo Utilizados
106	Acrónimos



SÍNTESE DE INDICADORES

Valores em milhões de euros

	31 Dez. 2006 ⁽¹⁾	31 Dez. 2005 ⁽¹⁾
Actividade em Portugal		
Produto bancário	2.110 	1.907
Crédito concedido (bruto, incluindo crédito securitizado):		
Empresas	29.636 	28.065
Particulares	24.206 	21.712
Crédito concedido a PME's	8.296	7.969
Recursos totais	47.833	47.694
Investimento	54 	41
Fornecimentos e serviços de terceiros	386 	383
Valor económico acrescentado	1.725 	1.555
Colaboradores actividade bancária em Portugal		
Total de Colaboradores	10.876 	11.510
Percentagem de Mulheres	38% 	38%
Colaboradores por vínculo contratual		
com contrato permanente	10.280 	10.790
com contrato a termo	408 	526
Estagiários	42 	49
Colaboradores em regime de trabalho parcial	27 	30
Colaboradores com deficiência	85 	88
Colaboradores abrangidos por acordos colectivos de trabalho	10.777 	11.198
Colaboradores sindicalizados	8.725 	8.936
Criação líquida de emprego em Portugal	329 	63
Remunerações fixas e variáveis e benefícios (milhões euros)	665 	744
Taxa anual de absentismo	3,1% 	3,8%
Formação anual (horas acumuladas em base comparável)	296.586 	194.544
Média anual de horas de formação por colaborador	26 	17
Colaboradores afectos à gestão de risco, compliance e auditoria	105 	157
Cientes em Portugal ⁽²⁾		
Total de Clientes (milhares)	2.648	2.852
Número de Sucursais	864	909
Donativos e patrocínios (milhões de euros)		
Patrocínios (Millennium bcp)	2,4 	4,7
Donativos (Millennium bcp) ⁽³⁾	3,1 	2,8
Donativos (Fundação Millennium bcp)	0,9 	1,1
Ambiente (valores estimados)		
Consumos		
Energia (TJ)	549	563
Água (m ³)	305.000	350.000
Papel e cartão (ton)	1.054	1.363
Emissões GEE (ton CO ₂ eq)	54.053	58.064
Resíduos gerados		
Papel e cartão (ton)	1.305	1.377
Tinteiros e toners (un)	11.113	31.942
Equipamento eléctrico/electrónico (un)	5.476	2.035

Valores em milhões de euros

	31 Dez. 2006 ⁽¹⁾	31 Dez. 2005 ⁽¹⁾
Actividade consolidada (milhões de euros)		
Activo total	79.259 ↻	76.850
Créditos sobre Clientes (líquidos)	56.660 ↻	52.609
Recursos totais de Clientes	57.239	56.135
Produto Bancário	2.704 ↻	2.403
Lucro bruto ⁽⁴⁾ (em base recorrente)	997 ↻	768
Impostos ⁽⁵⁾ (em base recorrente)	165 ↻	119
Resultado Líquido (em base recorrente)	780 ↻	610
Resultado Líquido por Acção (em base recorrente) (euros)	0,20 ↻	0,16
Varição de ganhos no fim do período	425 ↻	521
ROE (em base recorrente)	20,8% 🌐	19,5%
Cost-to-income	57,1% 🌐	64,7%
Solvabilidade global	11,9%	12,9%
Rating longo prazo (Moody's / S&P / Fitch)	A1 / A / A+ 🌐	A1 / A- / A+
Investidores		
Número total de acções (milhares)	3.611.330 ↻	3.588.331
Dividendo por acção (euros)	0,085	0,070
Capitalização bolsista (milhões de euros)	10.112 🌐	8.361
Número de Accionistas	172.156	189.653
Total de dividendos (milhões de euros)	307	240
Cotação de fecho (final do exercício)	2,80 🌐	2,33
Relato por segmentos geográficos (milhões de euros)		
Contribuição líquida:		
Portugal	720 ↻	548
Polónia	34 ↻	27
Grécia	14 ↻	3
Outras regiões	12 ↻	33
Crédito sobre Clientes:		
Portugal	48.798 ↻	47.241
Polónia	3.892 ↻	2.481
Grécia	2.885 ↻	2.082
Outras regiões	1.084 ↻	1.106
Recursos totais de Clientes:		
Portugal	47.832	47.694
Polónia	4.936	4.306
Grécia	2.526	2.377
Outras regiões	1.945	1.986

(1) Valores apresentados em base comparável, ajustados das participações em associadas entretanto alienadas ou reduzidas – Banco Comercial de Macau, Interbanco, Banque BCP França, Banque BCP Luxemburgo e bcpbank Canadá;

(2) Clientes exclusivamente do Banco Comercial Português, S.A., e primeiros titulares de pelo menos um produto comercializado pelo Millennium bcp;

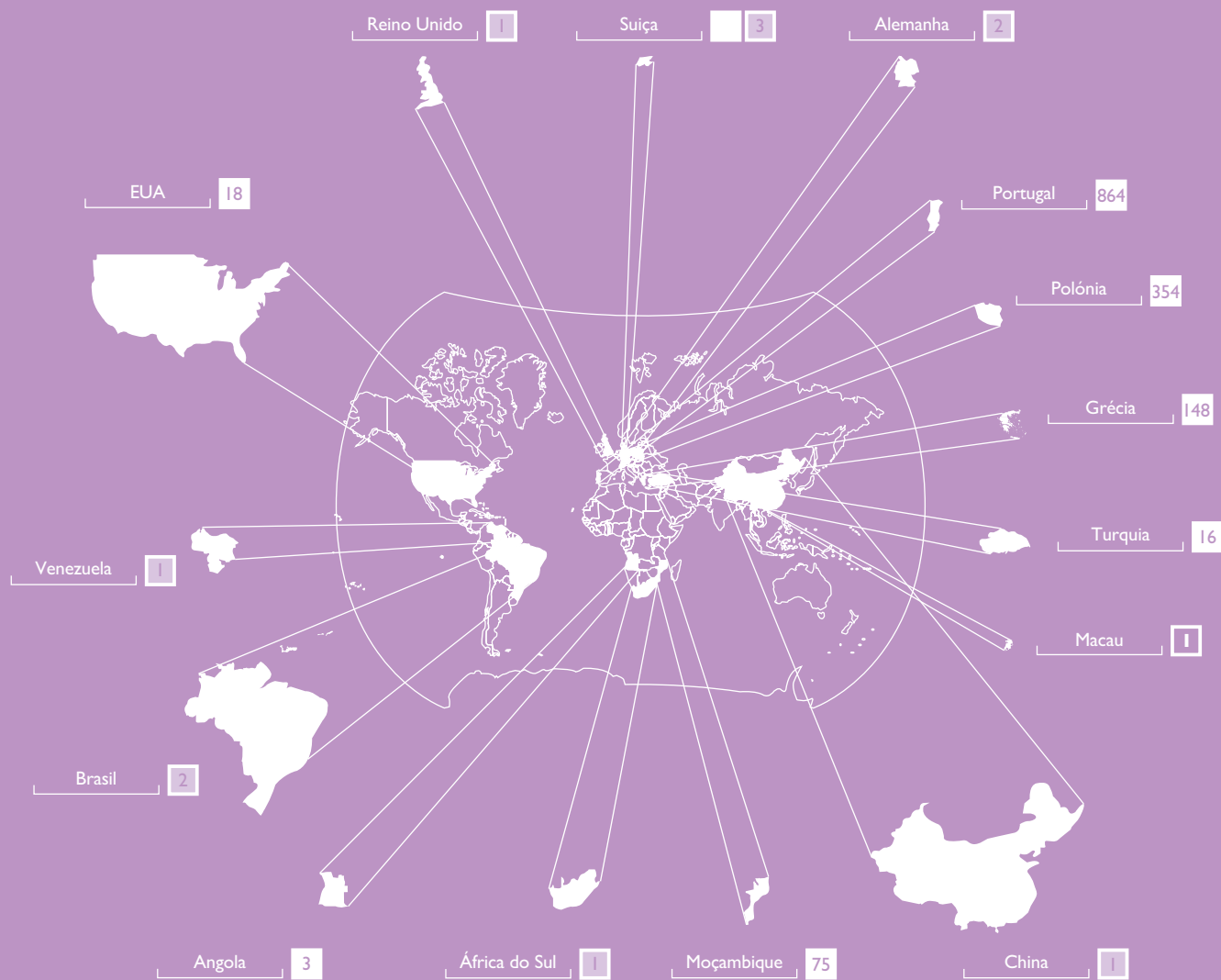
(3) Exclui dotações efectuadas pelo Millennium bcp à Fundação Millennium bcp;

(4) Antes de impostos e interesses minoritários;

(5) Dotações para impostos sobre lucros.



PRESENÇA GEOGRÁFICA



- Bancos (Nº de Sucursais)
- Escritórios de representação
- Sucursais

Viana do Castelo 19 Braga 49 Vila Real 17 Bragança 10 Viseu 24

Porto 139

Aveiro 69

Coimbra 31

Região Autónoma dos Açores 16

Região Autónoma da Madeira 18

Leiria 43

Lisboa 238

Santarém 37

Setúbal 57

Faro 36

Guarda 12

Castelo Branco 14

Portalegre 8

Évora 15

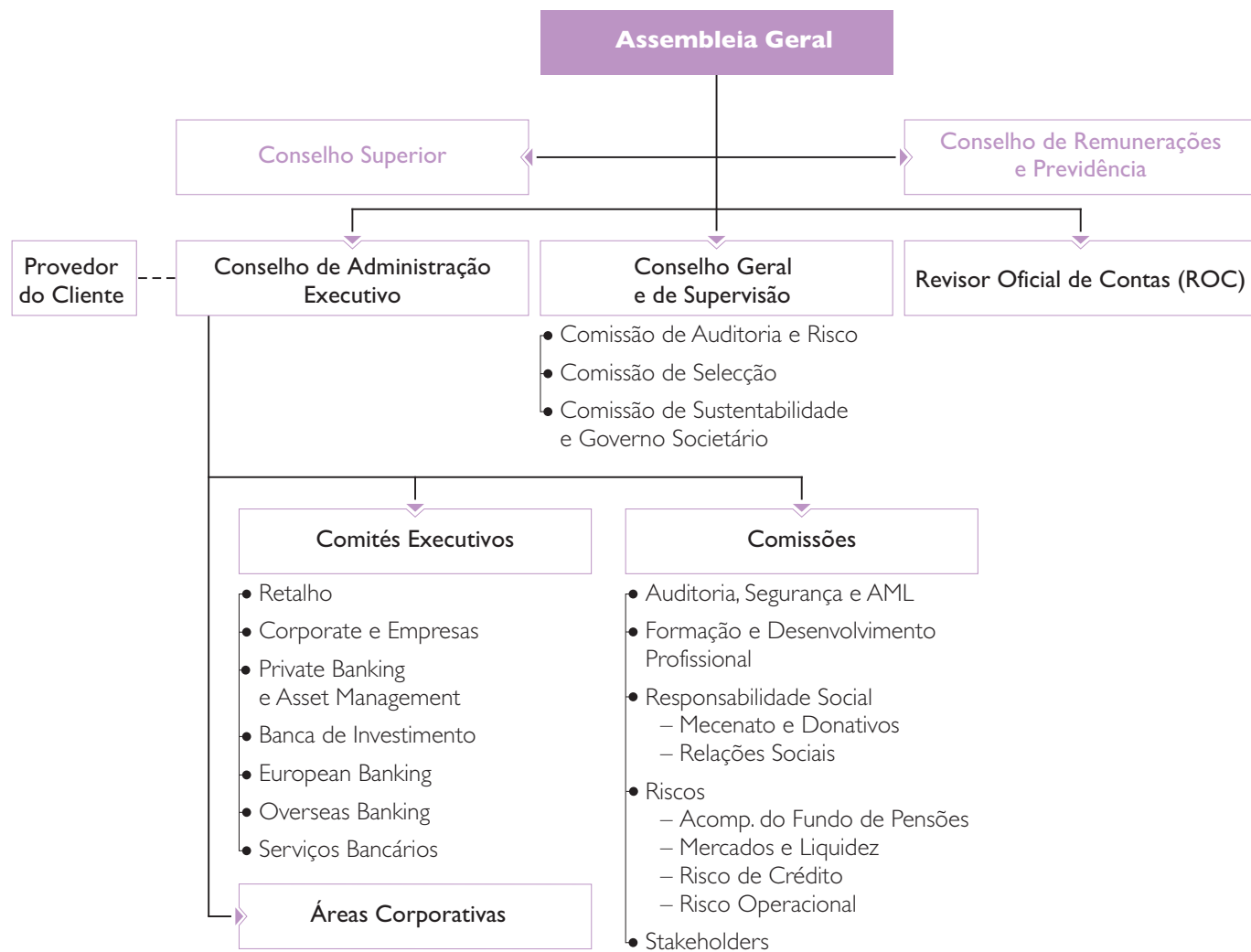
Beja 12



□ Sucursais



MODELO ORGANIZACIONAL



PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

- AMBA – Associação dos Antigos Alunos do MBA da Nova
- AMBELIS – Agência para a Modernização Económica de Lisboa, S.A.
- AMI – Assistência Médica Internacional
- ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito
- Aprender a Empreender – Junior Achievement Portugal
- Associação de Amigos do Coliseu do Porto
- Associação Comercial do Porto
- Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa
- Associação Empresarial de Portugal – Câmara de Comércio e Indústria
- Associação Luso-Indonésia para a Amizade e Cooperação
- Associação Portuguesa de Bancos
- Associação Portuguesa das Casas Antigas
- Associação World Monuments Forum – Portugal
- BCSD – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
- CADIN – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil
- Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa
- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira
- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã
- Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Namíbia
- Câmara de Comércio Internacional – Delegação Nacional Portuguesa
- Casa da América Latina
- COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação
- CulturSintra
- EIS – Empresários pela Inclusão Social
- European Association for Banking and Financial History
- European Financial Management & Marketing Association
- European Strategy Forum
- Fórum para a Competitividade
- Fundação Casa da Música
- Fundação Económicas
- Fundação Evangelização e Culturas
- Fundação Luso-Africana para a Cultura
- Fundação Portugal África
- Fundação Portuguesa a Comunidade Contra a Sida
- Fundação Serralves
- Fundação Universidade Católica
- Fundación Rei Afonso Henriques
- ICAP – Instituto Civil da Autodisciplina da Publicidade
- IMC – International Monetary Conference
- INDEG – Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial
- Instituto Português de Corporate Governance
- O Lar do Comércio
- PRO DIGNITATE – Fundação de Direitos Humanos
- RSE Portugal
- Sociedade Histórica da Independência de Portugal
- SPA – Sociedade Portuguesa de Autores
- The Equator Principles
- The Global Compact
- UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas
- Universidade de Coimbra – Amigos da Imprensa da Universidade de Coimbra



RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO EMITIDO PELA KPMG



KPMG Advisory - Consultores de Gestão, Lda.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 124
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO

Aos Stakeholders do Millennium Bcp

Introdução

1. Fomos requisitados pelo Banco Comercial Português, S.A. ("Millennium bcp") para a verificação dos dados quantitativos relativos aos dados económicos e sociais incluídos no Relatório de Sustentabilidade do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, cuja responsabilidade de preparação é do Conselho de Administração Executivo. O objectivo do nosso trabalho foi o de proporcionar uma revisão independente, com um nível de verificação limitado, dos dados quantitativos incluídos neste relatório e assinalados com os símbolos apresentados no parágrafo 3.

O nosso trabalho foi circunscrito aos procedimentos de verificação documental e dos sistemas de informação conforme descrito no parágrafo 3.

Âmbito, Metodologia de Verificação e Critérios

2. O âmbito da nossa verificação inclui a informação quantitativa respeitante a dados económicos e sociais, da actividade do Millennium bcp e das suas subsidiárias em Portugal, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2006. O perímetro de empresas consideradas pelo Conselho de Administração Executivo é descrito no capítulo "Âmbito" do Relatório de Sustentabilidade.

O nosso trabalho de revisão foi efectuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalho de Garantia de Fiabilidade ISAE 3000 (*International Standard on Assurance Engagements 3000*) para processos de verificação de informação não financeira. Esta Norma define que a emissão de um parecer de revisão limitada, com um nível de segurança moderado, pelo que o nosso trabalho de verificação não teve como objectivo a emissão de uma opinião de auditoria.

Dado que não existem normas geralmente aceites, que sejam aplicáveis à preparação de relatórios de sustentabilidade, o Millennium bcp aplica critérios internos, definidos pelo Conselho de Administração Executivo e critérios externos, conforme descritos nos capítulos "Síntese de Indicadores", "Correspondência de Indicadores GRI para o Millennium bcp" e "Indicadores e Critérios de Cálculo Utilizados", respectivamente do Relatório de Sustentabilidade.

3. Nesta base, o nosso trabalho consistiu essencialmente nos seguintes procedimentos:

- Realização de entrevistas com colaboradores e responsáveis pela preparação dos dados quantitativos, com o objectivo de obter um nível de conhecimento razoável sobre os processos de recolha e preparação da informação;
- Verificação de dados económicos e sociais assinalados com o símbolo (⊕) através da realização de testes e obtenção de evidência documental para uma amostra de dados;
- Comparação de dados económicos, assinalados com o símbolo (⊕), com as demonstrações financeiras do Grupo para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Conclusão

4. Com base no trabalho descrito neste relatório, os dados económicos relativos ao exercício de 2006 incluídos no Relatório de Sustentabilidade do Millennium bcp, assinalados com o símbolo (⊕), decorrem correctamente das demonstrações financeiras de 2006 do Millennium bcp para as quais auditores independentes emitiram uma opinião, sem reservas, em 29 de Janeiro de 2007:

Para os restantes dados económicos e dados sociais, assinalados com o símbolo (⊕) cujos trabalhos referidos acima foram executados tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o controlo interno referente a esses dados não seja eficaz em todos os aspectos materiais.

5. Com base no trabalho descrito neste relatório, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os dados económicos e sociais assinalados no Relatório de Sustentabilidade com os símbolos referidos no parágrafo 3, não estejam isentos de distorções materialmente relevantes.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2007

KPMG

KPMG Advisory – Consultores de Gestão, Lda., uma firma portuguesa membro da KPMG Internacional, uma cooperativa suíça.

KPMG Advisory – Consultores de Gestão, Lda.
Sociedade por Quotas – Capital Social: 71.306 Euros
Pessoa Colectiva N.º 11 503 843 674

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º 702787

PARECER DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

1. O parecer do Conselho Geral e de Supervisão incide sobre o Relatório de Sustentabilidade elaborado pelo Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.
2. Na sua reunião de 29 de Janeiro de 2007, a Comissão Especializada do Conselho Geral e de Supervisão, Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário, analisou, reviu e examinou o Relatório de Sustentabilidade de 2006, elaborado pelo Banco.
3. No âmbito da sua competência de dar parecer anual ao Conselho Geral e de Supervisão sobre o Relatório de Sustentabilidade, a Comissão de Sustentabilidade e Governo Societário emitiu parecer favorável sobre o Relatório de Sustentabilidade de 2006, recomendando a sua adopção, tendo o Conselho Geral e de Supervisão ainda apreciado o Relatório de Verificação, elaborado pela KPMG Advisory – Consultores de Gestão, Lda, sobre a informação contida no Relatório de Sustentabilidade, e com cujo teor concorda.
4. O Conselho Geral e de Supervisão emite opinião favorável sobre o Relatório de Sustentabilidade referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2007

O Conselho Geral e de Supervisão











CORRESPONDÊNCIA DE INDICADORES GRI E ADEQUAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO GLOBAL COMPACT PARA O MILLENNIUM BCP

	Princípios do Global Compact	Página
Visão e estratégia		
1.1 Visão e estratégia	I	7, 12
1.2 Mensagem do Presidente		7-9
Perfil		
2.1 Identificação		5
2.2 Principais produtos e serviços		38-50, 51-55
2.3 Estrutura operacional		96
2.4 Descrição dos principais departamentos, empresas operacionais e <i>joint ventures</i>		96, RGS
2.5 Países em que está presente		94
2.6 Tipo e natureza legal de propriedade		5
2.7 Mercados servidos		39, 96
2.8 Dimensão da organização		92-94
2.9 Principais Stakeholders		24
2.10 Contactos		107
2.11 Período a que reportam as informações do relatório		5
2.12 Data do relatório anterior		5
2.13 Abrangência do relatório		5
2.14 Alterações significativas face ao relatório anterior		5, 93
2.15 Situações que possam afectar a comparabilidade com relatórios anteriores		5, 93
2.16 Explicação da reelaboração de informação declarada em relatórios anteriores		5, 93
2.17 Razões para não aplicação dos princípios do GRI		103
2.18 Critérios e definições usados na contabilização dos custos e benefícios		104, 105
2.19 Alterações significativas face aos anos anteriores nos métodos de medição		5, 93, 98
2.20 Políticas e práticas internas para assegurar a exactidão, integridade e fiabilidade		5, 14, 57, 98
2.21 Políticas e procedimentos para a verificação imparcial do relatório		5, 98, 99
2.22 Meios para obtenção de informações adicionais		5, 107
Estrutura de governação		
3.1 Estrutura de governação		14, RGS
3.2 Administradores independentes e não-executivos		14, RGS
3.3 Especialização dos membros do Conselho de Administração Executivo		RGS
3.4 Processos para identificação e supervisão da gestão dos riscos		14-15, 59-60
3.5 Relação entre a remuneração dos executivos e as metas financeiras e não-financeiras da organização		RGS
3.6 Estrutura organizacional		14-15, 96, RGS
3.7 Missão e valores, códigos de conduta ou princípios internos		12-13, 37, 44-47
3.8 Mecanismos que permitem aos Accionistas fazer recomendações ao Conselho de Administração Executivo		27-29, RGS
Participação de Stakeholders		
3.9 Critérios para identificação e selecção dos principais Stakeholders		24
3.10 Formas de consulta aos Stakeholders		24-37













continua

(continuação)

	Princípios do Global Compact	Página
3.11 Tipo de informação resultante das consultas aos Stakeholders		24-37, 49, 62
3.12 Utilização das informações resultantes das consultas aos Stakeholders		24-37, 49, 62
Políticas abrangentes e sistemas de gestão		
3.13 Aplicabilidade do princípio de precaução pela organização	7	56-61
3.14 Cartas de princípios internacionais ou outras iniciativas de carácter voluntário	7	9, 13, 97
3.15 Principais adesões a associações industriais ou empresariais, nacionais ou internacionais	7	13, 97
3.16 Gestão da cadeia de fornecedores e seu desempenho social e ambiental	7	36, 37
3.17 Gestão dos impactes económicos, ambientais e sociais indirectos	7	24, 44, 76
3.18 Modificações mais relevantes	7	93
3.19 Procedimentos relativos ao desempenho económico, ambiental e social	7	13-15
3.20 Certificações relativas a sistemas de gestão económica, ambiental e social	7	5, 48
Desempenho económico		
EC1 Produto bancário e total de activos		92
EC2 Análise regional de mercado		93
EC3 Volume de compras		92
EC4 Grau de cumprimento com fornecedores		36
EC11 Classificação de fornecedores por país		-
EC5 Montante salarial e benefícios		92
EC6 Distribuições aos Investidores		93
EC7 Lucro		93
EC8 Impostos pagos		93
EC9 Subsídios recebidos		-
EC10 Doações discriminadas por tipo e por grupo.		81, 92
EC13 Impactes económicos indirectos		24
Desempenho ambiental		
EN1 Consumo total de materiais por tipo	8	77
EN2 Percentagem de materiais utilizados que são resíduos	8	79
EN3 Consumo directo de energia, segmentado por fonte primária	8	77
EN4 Consumo indirecto de energia	8	77
EN5 Consumo total de água	8	77
EN6 Localização e áreas em <i>habitats</i> ricos em biodiversidade	8	80
EN7 Descrição dos principais impactes sobre a biodiversidade	8	44, 80
EN8 Emissões de gases com efeito de estufa (GEE)	8	79
EN9 Utilização e emissão de substâncias destruidoras da camada do ozono	8	78, 79
EN10 NO _x , SO _x e outras emissões atmosféricas significativas	8	79
EN11 Quantidade total de resíduos por tipo e destino	8	79
EN12 Descargas significativas para a água	8	79
EN13 Derrames significativos	8	79
EN14 Impactes ambientais significativos dos principais produtos e serviços	8 e 9	44, 80
EN15 Percentagem recuperável dos produtos vendidos no fim do seu ciclo de vida		-
EN16 Incidentes ou multas relacionadas com assuntos ambientais	8	80
EN17 Iniciativas para uso de fontes de energia renovável e para aumentar a eficiência energética	7, 8 e 9	77, 78
EN30 Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa	8	79







continua

continuação

		Princípios do Global Compact	Página
Desempenho Social			
LA1	Detalhe dos Colaboradores		62
LA2	Criação líquida de emprego		92
INT2	Variação de Colaboradores		92
INT3	Satisfação dos Colaboradores		62
INT4	Remuneração dos gestores seniores		63
INT5	Incentivos		63
LA3	Percentagem de Colaboradores representados por sindicatos ou abrangidos por ACT		3 92
LA4	Política e procedimentos de consulta, informação e negociação com os Colaboradores		3 24, 35
LA13	Representação formal de Colaboradores em órgãos de decisão/governança		24, 35
LA5	Práticas sobre registo e notificação de acidentes e doenças ocupacionais		69
LA6	Descrição de comités formais sobre saúde e segurança		-
LA7	Tipo de lesões, dias perdidos, índice de absentismo e número de óbitos		69, 92
LA8	Descrição de políticas ou programas a respeito de VIH/Sida		-
LA14	Evidência de conformidade substancial com as directrizes ILO		69
LA15	Descrição dos acordos formais com sindicatos ou representantes sobre saúde e segurança no trabalho		69, 71
LA9	Média de horas de formação		64-66
LA16	Descrição de programas para apoiar a continuidade da vida laboral e finais de carreira		64-67, 69, 70, 72
LA17	Políticas e programas específicos para gestão da capacidade e formação		64-66
LA10	Descrição das políticas ou programas promotores de igualdade de oportunidades		6 68, 69
LA11	Composição e diversidade dos órgãos de gestão		6 62
INT6	Relação salarial Homem/Mulher		63
INT7	Perfil de Colaborador por nível hierárquico		62
Direitos Humanos			
HR1	Política sobre Direitos Humanos		1 13, 68, 69
HR2	Consideração do impacto sobre DH nos investimentos e tomadas de decisão de compra		1 e 2 37
HR3	Descrição de políticas e procedimentos para avaliar o desempenho em DH na cadeia de fornecedores		1 e 2 37
HR4	Descrição da política global e procedimentos que previnam todas as formas de discriminação		1 e 6 13, 68-69
HR5	Descrição da política de liberdade de associação		3 13, 68-69
HR6	Políticas que excluam o trabalho infantil		5 13, 68-69
HR7	Políticas para prevenir o trabalho forçado e compulsório		4 13, 68-69
Comunidade			
SO1	Políticas para gerir impactes sobre as comunidades		44-47, 81-88
SO4	Prémios recebidos que sejam relevantes para o desempenho social, ético e ambiental.		29, 70
SO2	Políticas, procedimentos e outros mecanismos referentes a corrupção e suborno		10 13, 14, 56-59
SO3	Políticas, procedimentos e outros mecanismos referentes a gestão de lobbies e contribuições políticas		-

continua

continuação

	Princípios do Global Compact	Página
SO5	Quantia de dinheiro pago a partidos políticos	-
SO6	Decisões judiciais relativas e regulamentações, anti-trust e monopólios	-
SO7	Prevenção de comportamentos anticompetitivos	13, 59
Clientes e produtos		
PR1	Políticas para preservar a saúde e segurança dos Clientes	42
PR4	Não conformidade com legislação de saúde e segurança	42, 69
PR5	Reclamações 	24-27
PR6	Conformidade voluntária com código de conduta ou prémios recebidos	12, 13, 33
PR2	Políticas relacionadas com informação de produtos e serviços	33, 48, 61
PR8	Satisfação dos Clientes 	26, 49
PR9	Conformidade com adesão a padrões e códigos voluntários sobre publicidade	33
PR10	Violação de regulamentações de publicidade e marketing	33
PR3	Confidencialidade e respeito pela privacidade do Cliente	13, 42
RB1	Aspectos socialmente relevantes na prestação de serviços	38-50, 51-55
RB2	Perfil da carteira de crédito 	92, <i>Contas</i>
RB3	Empréstimos com elevado benefício social 	38-39, 51-55
IB1	Política de investimento	44-47
IB3	Transacções com elevado benefício social 	44-47
AM1	Política de gestão de activos relacionada com responsabilidade social	47
AM2	Activos sob gestão com elevado benefício social 	47
AM3	Política de intervenção socialmente responsável na qualidade de accionista	47

RGS Relatório sobre o Governo da Sociedade incluído no volume II do Relatório e Contas 2006;

Contas Contas de 2006 incluídas no volume II do Relatório e Contas 2006.

Alguns indicadores GRI não foram reportados no presente relatório, designadamente:

EC1 I Relatório é limitado à actividade bancária em Portugal;

EC9 Não existe informação a reportar;

EN15 Não aplicável para serviços financeiros;

LA6 Inexistentes;

LA8 Inexistentes;

SO3 Inexistentes;

SO5 Inexistentes;

SO6 Inexistentes.



INDICADORES E CRITÉRIOS DE CÁLCULO UTILIZADOS

Consumo de electricidade: extrapolação/estimativa para o universo Millennium bcp. Em 2006, esta estimativa baseou-se no consumo específico de Verão e de Inverno de “instalações tipo” consumidoras de electricidade no Banco.

Emissões e consumos indirectos de electricidade: utilizaram-se os factores de emissão e conversão da Agência Internacional de Energia (IEA), referentes à electricidade produzida em Portugal em 2002, para calcular o consumo indirecto de energia primária e as emissões de GEE, implicados na aquisição de electricidade à rede pública.

Consumo de gás natural: extrapolação/estimativa para o universo Millennium bcp. Em 2006, esta estimativa baseou-se no consumo específico de Verão e de Inverno de “instalações tipo” consumidoras deste recurso no Banco.

Consumo de água: extrapolação/estimativa para o universo Millennium bcp. Em 2006, esta estimativa baseou-se no consumo específico de Verão e de Inverno de “instalações tipo” consumidoras de água no Banco.

Consumo de papel/cartão e plásticos: total estimado com base no peso dos produtos mais consumidos e nos valores totais registados no economato.

Emissões atmosféricas relacionadas com a frota automóvel: assumiu-se que todos os veículos da frota do Grupo são ligeiros comerciais a gasóleo. Os factores de emissão para Portugal utilizados referem-se ao ano de 2002 (publicados no EMEP/CORINAIR).

Emissões atmosféricas das viagens: as distâncias percorridas de comboio em Portugal baseiam-se em dados da REFER. Assumiu-se como referência o factor de emissão de GEE do comboio intercidades, calculado pela CarbonoZero, para a totalidade das viagens de comboio realizadas. As distâncias percorridas de avião foram calculadas usando a latitude e longitude das cidades. Para as viagens de avião assumiram-se os factores de emissão também calculados pela CarbonoZero, considerando como longo curso viagens com distâncias superiores a 6.000 km, médio curso entre 1.500 e 6.000 km, e curto curso inferiores a 1.500 km.

Emissões atmosféricas da cogeração: os factores de emissão de GEE são os publicados pelo Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) e os de outros poluentes são os publicados pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC – Indústria da Energia).

Emissões atmosféricas relacionadas com o aquecimento: utilizaram-se os factores de emissão do IPCC (para fontes comerciais) e do Instituto do Ambiente (IA) no âmbito do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE).

Poder Calorífico Inferior e densidade de combustíveis: foram utilizados os publicados pelo IA no âmbito do CELE.

SDCO: foram utilizados os potenciais inibidores de ozono do Protocolo de Montreal.

Resíduos de papel/cartão: a quantidade total produzida representa o somatório da quantidade encaminhada para valorização e de uma quantidade estimada de resíduos produzidos a partir dos consumos de papel/cartão que habitualmente não se destinam a arquivo nem a Clientes.

Tinteiros e toners usados e resíduos de pilhas: considerou-se que a quantidade total produzida seria igual ao consumo.

Resíduos de plástico: estimou-se a quantidade de resíduos produzidos a partir do consumo de garrafas de água e de artigos de plásticos do economato, que habitualmente não se destinam a arquivo nem a Clientes.

Efluentes líquidos e cargas poluentes: os dados apresentados referem-se a uma estimativa, calculada com base em METCALF & EDDY (1991) a partir do número de Colaboradores.

Biodiversidade: consideram-se ecossistemas ricos em biodiversidade, os protegidos por leis nacionais e europeias de conservação da natureza, classificados como Áreas Protegidas ou Rede Natura 2000.



ACRÓNIMOS

CBO₅ – Carência Bioquímica de Oxigénio, 5 dias, 20 °C.

CH₄ – Metano

CO₂ – Dióxido de Carbono

COVNM – Compostos Orgânicos Voláteis Não Metânicos

CQO – Carência Química de Oxigénio

FCT/UNL – Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

GEE – Gases com Efeito de Estufa

GRI – Global Reporting Initiative

HCFC – Hidroclorofluorocarbonetos

IMAR – Instituto do Mar

N – Azoto

N₂O – Óxido nitroso

NH₃ – Amoníaco

NO_x – Óxidos de Azoto

P – Fósforo

SDCO – Substâncias Depletoras da Camada do Ozono

SF₆ – Hexafluoreto de Enxofre

SST – Sólidos Suspensos Totais

Ton – Toneladas

Agradecimento

Este Relatório resulta de um trabalho de equipa e incorpora contributos de diversas áreas e de numerosos Colaboradores do Millennium bcp, a que se somaram outros de pessoas e instituições externas, que muito contribuíram para o enriquecer.

A todos os que de algum modo colaboraram, queremos aqui deixar expresso o nosso sincero agradecimento.

Dê-nos a sua opinião

Estamos verdadeiramente interessados em conhecer a sua opinião sobre este Relatório.

Sobre a forma e sobre o conteúdo, sobre o que parece a mais ou sobre o que falta, gostaríamos de saber a sua opinião pessoal; como Cliente, Accionista, Fornecedor, Colaborador ou simplesmente como Leitor crítico e interessado.

Por favor, faça-nos chegar a sua opinião directamente para: sempremelhor@millenniumbcp.pt

Contactos

Millennium bcp

Banco Comercial Português, S.A.

www.millenniumbcp.pt

Praça D. João I, 28 – 400-295 Porto – Portugal

Telefone: (+351) 22 607 11 42

Rua Augusta, 84 – 1100-053 Lisboa – Portugal

Telefone: (+351) 21 321 10 00

Direcção de Comunicação

Rua Augusta, 84, 2.º – 1100-053 Lisboa – Portugal

Telefone: (+351) 21 321 17 41

Correio electrónico: comunicar@millenniumbcp.pt

Relação com Investidores

Rua Augusta, 84, 2.º – 1100-053 Lisboa – Portugal

Telefone: (+351) 21 321 10 81

Correio electrónico: investors@millenniumbcp.pt



Propriedade: Millennium bcp

Consultoria ambiental: IMAR – Instituto do Mar,
pólo da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Produção gráfica: Choice – Comunicação Global, Lda. – www.choice.pt

Impressão e acabamentos: SocTip – Sociedade Tipográfica, SA

Depósito legal: 217685/04

Impresso em Abril de 2007

www.millenniumbcp.pt

Banco Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta
Sede: Praça D. João I, 28 – 4000-295 Porto
Capital Social: 3.611.329.567 euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto,
com o N.º Único de Matrícula e de Contribuinte 501 525 882

A v i d a i n s p i r a - n o s

